

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DANIEL CARMONA LEITE

**Protagonismo e estratégias semióticas
no discurso de jovens brasileiros: liberdade,
semiliberdade e juventude indígena**

Versão corrigida

SÃO PAULO

2019

DANIEL CARMONA LEITE

**Protagonismo e estratégias semióticas
no discurso de jovens brasileiros: liberdade,
semiliberdade e juventude indígena**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

Orientador: Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes

SÃO PAULO

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Leite, Daniel Carmona

L533p Protagonismo e estratégias semióticas no discurso de jovens brasileiros: liberdade, semiliberdade e juventude indígena / Daniel Carmona Leite ; orientador, Ivã Carlos Lopes. - São Paulo, 2019.

322f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

1. Semiótica. 2. Discurso. 3. Subjetividade. 4. Juventude. 5. Antropologia. I. Lopes, Ivã Carlos, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do aluno: Daniel Carmona Leite

Data da defesa: 09/12/2019

Nome do Prof. orientador: Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04/02/2020



Assinatura do (a) orientador (a)

LEITE, Daniel Carmona. **Protagonismo e estratégias semióticas no discurso de jovens brasileiros**: liberdade, semiliberdade e juventude indígena. 2019. 321f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

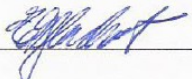
Aprovado em: 09/12/ 2019.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Elizabeth Harkot-de-La-Taille

Instituição: FFLCH - USP

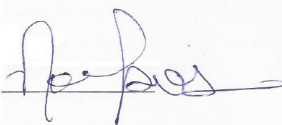
Julgamento: aprovado

Assinatura:  _____

Profa. Dra. Norma Discini

Instituição: FFLCH - USP


Julgamento: aprovado

Assinatura:  _____

Prof. Dr. Guilherme Lavinas Jardim Falleiros

Instituição: externo

Julgamento: aprovado

Assinatura:  _____

Dedicatória

A meus pais, irmão e familiares, pelo apoio, ao longo da pesquisa.

À querida Thelma Löbel, pela parceria e companheirismo.

A cada um dos entrevistados.

A Aline Barreto, Antonio Candido, Claude Zilberberg e Eléa de Oliveira

(In memoriam)

Agradecimentos

À CAPES, pela concessão de bolsa ao projeto que resultou nesta tese de doutorado. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

A meu orientador, Prof. Ivã Carlos Lopes, pela orientação e confiança durante a realização desta pesquisa. À Profa. Beth Harkot-de-La-Taille, pela inspiração e sintonia. Ao Prof. Luiz Tatit pela leitura atenta e preciosos conselhos ao longo da caminhada. A cada um dos professores que foram membros da banca examinadora da tese. Aos Profs. Antonio Vicente, Carol Tomasi, Eliane Soares, Marcos Lopes, Mariana Luz, Paula Martins, Renata Mancini e Waldir Beividas, entre outros, pelas essenciais sugestões, conversas, ideias e acompanhamento. Aos Profs. Diana Luz, Edward Lopes e José Luiz Fiorin por suas vidas dedicadas à linguística e à semiótica, assim como aos Profs. “do lado de lá do Atlântico”, Sémir Badir, Denis Bertrand, Jacques Fontanille, Maria Giulia Dondero, Eric Landowski, Herman Parret, entre outros. Às Profas. Marina Vanzolini e Karen Shiratori, por me aceitarem como ouvinte em seu curso de Pós-Graduação. A Érica e Robson, da secretaria do Departamento de Linguística, pelo apoio.

A cada um dos amigos do Grupo de Estudos Semióticos da USP (GESUSP) pelo companheirismo e amizade. Aos colegas da Associação Brasileira de Semiótica (ABES), em defesa de nosso projeto científico. A Ana Noronha, David Plona, Edison Gomes, Gabi Moncau, Gil Kehl, Heloísa Akabane, Karen Sacconi, Laura e Rita Carmona, Lucas Porto, Lucas Shimoda, Luísa Valentini, Letícia Moraes, Luís Daló, Matheus Mafra, Maurício Araújo, Paula Perrier, Priscila Fonseca, Taís de Oliveira e Viviane do Carmo, importantes no processo de desenvolvimento das ideias contidas neste trabalho. Ao Grupo Nzinga de Capoeira Angola, mestres e colegas, pela presença na vida, mesmo “à distância”. A Carol Menezes, Carol Nascimento, Marcos Lemos e Maria Eugênia Franco (Noca) pelo apoio no recrutamento dos jovens. À UDV, pelos ensinamentos do caminho. A todos os amigos(as) que apoiaram essa empreitada. A Maria Laurinda de Sousa, gratidão por me fazer seguir acreditando.

Agradecimentos a Luís Fernando Moraes e amigos do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, além dos membros da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Grato à Juíza de Direito Dra. Luciana Antunes Ribeiro Crocomo, pela autorização para a realização da pesquisa. Agradeço também a Ana Cristina do Canto Lopes, Coordenadora do CPDOC da Fundação CASA, a Hugo Lima Guimarães e Cíntia Tereza Ribeiro Dias Silva (Diretores de unidades) e aos demais profissionais da instituição pela efetiva colaboração na realização das entrevistas.

Agradecimentos a Hilda Carla Barbosa Fajardo e Isa Maria dos Santos, da AAEP da FUNAI. À Profa. Maria Lúcia Cereda Gomide, pela acolhida e apoio nos caminhos do *ró*. Aos antropólogos e pesquisadores que dedicaram e dedicam a vida a estudar os Xavante. Igualmente somos gratos à diretoria e membros da Associação Xavante Warã, em especial, a Hiparidi Toptiro, Félix Tsredzé e João Lucas Öwa'u, *hepari*, sem o empenho e a dedicação de vocês em fazer acontecer, nada teria sido possível! Além deles, nossa gratidão a Chico Bueno, Cristina Flória, Wagner Guerreiro e Paulo Supretapã. No trabalho junto à T. I. Sangradouro / Volta Grande, agradecimentos especiais a Adão Toptiro, Lucas Rûriõ, Justina Wautomowawe, Jó Tsi'a'ratauê, Marciano Werée, Cesário Dzéwa, Marlito To'õnõri Hã, Diwesdilim Diwé, aos jovens wapté do grupo Anarówa, entre outros.

RESUMO

LEITE, Daniel Carmona. **Protagonismo e estratégias semióticas no discurso de jovens brasileiros: liberdade, semiliberdade e juventude indígena**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Para a realização desta pesquisa, entrevistamos 25 jovens brasileiros de perfis variados, de ambos os sexos, segundo uma metodologia compreensiva de coleta de dados. As conversas trataram de assuntos variados, de cunho autobiográfico. Nosso principal objetivo de investigação era compreender *como esses indivíduos conferiam valor às principais atividades feitas cotidianamente ao tempo das entrevistas, tendo em vista também a elaboração de planejamentos futuros*. O ponto de vista teórico aqui adotado é o da *semiótica de linha francesa*. Entre os principais autores com os quais trabalhamos estão Fontanille, Greimas, Landowski e Zilberberg. Antes de realizar as análises, exploramos a etimologia e a origem do termo “protagonismo”, cujo uso contemporâneo apresenta uma difusão no campo das práticas educativas. Em seguida, vislumbramos as possibilidades de descrição de duas acepções identificadas para o vocábulo na atualidade. Estas estão referidas 1) ao personagem principal de um texto (*protagonismo textual*); ou 2) a um mecanismo de valoração complexo e de difícil apreensão, que viemos denominando *protagonismo de si*. Quanto às conclusões a respeito dessa parte da investigação, postulamos, para a efetivação do fenômeno, a necessidade do estabelecimento de um *contrato reflexivo no programa narrativo de base* e um *esforço estratégico para a seleção de PNs*, entre outros pontos. Com relação aos perfis de entrevistados, tivemos A) jovens de São Paulo “*em liberdade*”, que moravam na capital ou região metropolitana; B) adolescentes *em semiliberdade*, que cumpriam medidas socioeducativas em unidades da Fundação CASA; e C) indivíduos *indígenas* da etnia xavante, residentes em reserva localizada no Estado do Mato Grosso. No que tange aos relatos dos entrevistados do primeiro perfil, eles conferiram um valor destacado à *convivência com as suas famílias*, à religião e ao lazer. Quase todos tinham expectativas de *cursar universidade*. Em meio aos adolescentes em semiliberdade, encontramos construções identitárias com um *forte componente retrospectivo*. Diferentemente dos demais jovens, estes estariam mais ocupados de “*processar*”, *afetiva e intelectualmente, acontecimentos do passado* e muitos pretendiam *recuperar laços familiares* no futuro. Por sua vez, a juventude indígena masculina (*aibö*) declarou *acompanhar* os adolescentes da aldeia, como previsto por seu sistema cultural tradicional. No caso das jovens do sexo feminino (*pi'õ*), a *realização de serviços domésticos e o convívio comunitário* foram algumas das principais atividades citadas. Os entrevistados desse grupo também mencionaram, de maneira contundente, as práticas de *rituais tradicionais e de esportes*.

Palavras-chave: Semiótica. Discurso. Subjetividade. Protagonismo. Juventude. Antropologia. Adolescente infrator. Xavante.

ABSTRACT

LEITE, Daniel Carmona. **Protagonism and semiotic strategies in the discourse of Brazilian young people: liberty, semi-liberty and indigenous youth.** Thesis (Doctorate) Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, Sao Paulo University, 2019.

For this research we interviewed twenty-five young Brazilian individuals from varied social profiles using a comprehensive methodology of data collection, taking into account both male and female genders. The interviews dealt with a variety of issues associated with different areas of the individuals' lives. Our primary objective of the investigation was to understand *how these individuals attributed value to the principal activities* that they performed on a daily basis at the time of the interviews, in addition to their creation of *plans made for the future*. The theoretical perspective adopted here is that of French Semiotics. The main authors we worked with were Fontanille, Greimas, Landowski and Zilberberg. First, we explored the etymology of the term "protagonism", whose contemporary use is found throughout the educational field. Thereafter, we theoretically explored the descriptive possibilities of two meanings of the term. These meanings referred to either (1) the main character of a text (*textual protagonism*); or, (2) a complex valuation mechanism, which we referred to as "*self-protagonism*". In drawing conclusions about this last one, we postulated that, for its effectuation, the establishment of a *reflexive contract within the plan of the base narrative program* is necessary, and also a *strategic approach* in order to choose from different programs, among other issues. The different interview profiles observed were (A) youth from Sao Paulo "*in liberty*", with no legal issues; (B) adolescent offenders in "*semi-liberty*", that were involved in socioeconomic programs of the CASA Foundation; and (C) *indigenous youth* of Xavante ethnicity, residing in a reservation in the state of Mato Grosso. Regarding the subjects in the first profile, an outstanding value was attributed to *spending time with their families*; and almost all interviewees had expectations of *attending University* in the future. Within the second interview profile, we found constructions of identity with a *strong retrospective component*. In contrast to the other two profiles, these individuals were more occupied with "*processing*" past events *emotionally and intellectually*. Moreover, in discussing their plans for the future, some stated that they hoped to *recover family bonds*. As for the third profile, the male youth (*aibö*) stated that they used to *take care of adolescents* in their villages, according to the expectations of their traditional cultural system. For the indigenous female (*pi'õ*), the *performance of domestic services and community living duties* were the principal activities cited. The individuals from this third profile stated that they also engaged in *the practice of rituals and sports*.

Keywords: Semiotics. Speech. Subjectivity. Protagonism. Youth. Anthropology. Adolescent offenders. Xavante.

LISTA DE FIGURAS

Figura 0.1 – Mapa da tese.....	12
Figura 1.1 – Modos de existência semióticos.....	19
Figura 1.2 – Modos de gestão no trabalho de protagonismo juvenil.....	47
Figura 2.1 – As quatro instâncias da cena prática e suas ligações sintagmáticas.....	80
Figura 2.2 – Diagrama dos regimes e tipos de interação.....	85
Figura 2.3 – Diagrama dos regimes de interação e a categoria continuidade - descontinuidade.....	89
Figura 2.4 – Diagrama tensivo.....	90
Figura 2.5 – Figura 2.5 – Gráfico tensivo segundo o par protagonista – adjuvante(s).....	97
Figura 4.1 – Gráfico circular de número de adolescentes por medida socioeducativa 2017 – Brasil.....	139
Figura 4.2 – Total de adolescentes em meio fechado e semifechado por Unidade da Federação, Brasil 2016.....	140
Figura 5.1 – Mapa de localização das Terras Indígenas Xavante homologadas, Mato Grosso, 2010.....	196
Figura 5.2 – Localização da Terra Indígena Sangradouro / Volta Grande.....	212
Figura 5.3 – Vista aérea da Terra Indígena Sangradouro / Volta Grande.....	214
Figura 5.4 – Roda de dança e canto na aldeia Idzo'Uhu.....	226
Figura 5.5 – Adolescentes Anarówa watei'wa durante ritual do Danhono.....	228
Figura 5.6 – Bordunas suspensas durante celebração do Danhono.....	228
Figura 5.7 – Sequência de classes de idade dos xavantes ocidentais.....	230
<i>(continua)</i>	

*(continua-
ção)*

Placa de trânsito bilíngue, arredores da T. I. Sangradouro	
Figura 5.8 – / Volta Grande.....	244
Figura 6.1 – Quadrado da autonomia – heteronomia.....	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 0.1 –	Categorização do espectro das cores em xavante e em português.....	03
Tabela 1.1 –	Associação das estratégias de desenvolvimento pessoal aos modos de existência semióticos.....	45
Tabela 1.2 –	Modos de existência associados aos campos modais.....	46
Tabela 2.1 –	Hierarquia dos planos de imanência.....	75
Tabela 3.1 –	Projeções da população total do Brasil, 2015, 2030, 2045 e 2060.....	101
Tabela 3.2 –	Projeções da população jovem do Brasil para 2015, 2030, 2045 e 2060, com percentuais.....	101
Tabela 3.3 –	Percentual de pessoas entre 15 e 29 anos de idade, divididas em faixas etárias e segundo condição de estudo e situação na ocupação, Brasil, 2017.....	105
Tabela 3.4 –	Normas de transcrição: Método NURC adaptado.....	112
Tabela 3.5 –	Denominação fictícia, situação de moradia, renda domiciliar declarada e escolaridade dos adolescentes em liberdade.....	114
Tabela 4.1 –	Número de adolescentes por medida socioeducativa 2017 – Brasil.....	138
Tabela 4.2 –	Percentual de adolescentes em cumprimento de medida por gênero em cinco amostragens de 2015 a 2017, Fundação CASA SP.....	141
Tabela 4.3 –	Principais tipos de atos infracionais cometidos, percentuais, Fundação CASA SP.....	141

(Continua)

(continuação)

Tabela 4.4 –	Percentual de adolescentes por macrorregião de cumprimento de medida, Fundação CASA, novembro de 2017.....	143
Tabela 4.5 –	Distribuição aproximada de adolescentes por programas de atendimento, Fundação CASA, 2015 – 2017.....	143
Tabela 4.6 –	Tempo médio de permanência de adolescente por medida socioeducativa em dias, Fundação CASA, 2016 – 2017.....	144
Tabela 4.7 –	Adolescentes com reiteração na medida de internação, Fundação CASA - janeiro de 2016 a novembro de 2017.....	144
Tabela 4.8 –	Denominação fictícia, situação de moradia, renda domiciliar declarada e escolaridade dos adolescentes do sexo masculino.....	146
Tabela 4.9 –	Denominação fictícia, idade, situação de moradia e renda declarada das adolescentes do sexo feminino.....	175
Tabela 4.10 –	Resumo da situação de moradia e relacionamento familiar, figuras paternas masculinas.....	176
Tabela 5.1 –	População xavante, com base em Graham e DGESI / Sesai.....	207
Tabela 5.2 –	Estágios da vida masculina na sociedade xavante.....	221
Tabela 5.3 –	Categorias de idade informais femininas na sociedade xavante.....	234
Tabela 5.4 –	Denominação fictícia, situação de moradia, grupo de idade e escolaridade dos jovens homens xavantes.....	238
Tabela 5.5 –	Fazeres cotidianos dos jovens <i>iprédupte</i> e <i>ritei'wa</i>	241

(continua)

(continuação)

Tabela 5.6 –	Espiritualidade xavante e vínculos com grupos religiosos cristãos, homens (<i>aibö</i>).....	252
Tabela 5.7 –	Denominação fictícia, situação de moradia, categoria de idade e escolaridade das jovens xavantes.....	254
Tabela 5.8 –	Fazeres cotidianos das jovens entrevistadas.....	256
Tabela 5.9 –	Espiritualidade xavante e vínculos com grupos religiosos, mulheres (<i>pi'õ</i>).....	262

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO, 01

- 1 Um projeto científico de base imanente, 02
- 2 Mapeamento do trabalho, 07
- 3 Protagonismo em suas acepções e usos correntes, 12

CAPÍTULO 1 – O protagonismo e suas adjacências, 16

- 1 Ideias semióticas e filosóficas no estudo do protagonismo subjetivo, 17
- 2 Colocando o ideal do indivíduo livre em perspectiva, 27
- 3 Considerações etimológicas a respeito do termo protagonismo, 30
- 4 A ideia contemporânea de protagonismo social, 35
 - 4.1 A valorização de um ideal juvenil e as práticas educativas com protagonismo no país, 35
 - 4.2 Protagonismo juvenil e as ONGs, 40
 - 4.3 A proposta do protagonismo juvenil, 43
 - 4.4 Críticas ao discurso do protagonismo juvenil, 47
 - 4.5 Síntese a respeito do debate, 51

CAPÍTULO 2 – Uma descrição semiótica do protagonismo, 54

- 1 O protagonismo e sua relação com a teoria semiótica “clássica”, 56
- 2 Protagonismo como figuração central em um texto dado, 60
- 3 Agonismo, falta e paixão, 63
- 4 Por uma conceptualização semiótica do “protagonismo de si”, 66
- 5 Observando o programa de base do sujeito, 69
- 6 As práticas segundo diferentes correntes da semiótica, 72
 - 6.1 Práticas em Fontanille: teoria dos planos de imanência, 73
 - 6.2 Práticas em Fontanille: estratégia, prática e ética, 77

6.3 Regimes de interação: a função do risco na significação, 84

6.4 As problemáticas do encadeamento e valorização de programas narrativos, 91

7 Protagonismo, tensividade e a constituição de um espaço fiduciário, 94

CAPÍTULO 3 – Jovens de São Paulo em liberdade: percursos diversos e perfis variados, 100

1 Levantamentos gerais e estatísticos a respeito da juventude brasileira, 100

2 Emancipação e indicadores sociais variados para a juventude contemporânea, 107

3 Jovens em liberdade: diferentes tipos de percursos em São Paulo e região metropolitana, 111

3.1 O passado: infâncias, sonhos, caminhos, descaminhos e trajetórias, 115

3.2 O presente dos jovens em liberdade, diferentes atividades realizadas, 117

3.2.1 Hierarquização das atividades individuais pelos jovens, 119

3.2.2 Relação com os pais ou com a família próxima, 123

3.2.3 Relacionamentos pessoais: amizades, namoros e figuras marcantes, 127

3.2.4 Avaliações sobre política e relacionamento com a religiosidade, 128

3.3 O futuro para os jovens em liberdade, 130

4 Conclusão: síntese dos relatos de jovens urbanos de São Paulo em liberdade, 131

CAPÍTULO 4 – Jovens em semiliberdade: o protagonismo na sobrevivência, 133

1 Panorama da execução de medidas de internação no país, 134

2 Dados gerais do cumprimento de medidas no Brasil, 138

2.1 Algumas informações a respeito da Fundação CASA, 142

3 Análise dos discursos coletados, 145

3.1 Adolescentes do sexo masculino em semiliberdade na capital, 145

3.2 A infância, temporalização de passados eufóricos e disfóricos, 147

3.3 Os dias de hoje: espaços, experiências e atividades, 150

3.3.1 As ruas, o bairro e as biqueiras do tráfico, 152

- 3.3.2 Experiência dos jovens do sexo masculino com a semiliberdade, 154
- 3.3.3 A casa do pai: experiências disfóricas em ambientes familiares, 157
- 3.3.4 Relacionamentos próximos: escola, amigos e família, 158
- 3.3.5 A política, o trabalho e a religião, 161
- 3.3.6 O tráfico e o mundo do crime, 165
- 3.4 O futuro para os jovens do sexo masculino, 174
- 4 Jovens do sexo feminino cumprindo medidas em semiliberdade, 174
 - 4.1 Principais atividades realizadas nos bairros, 176
 - 4.2 Infância: brincadeiras entre migrações e “trocas de guarda”, 177
 - 4.3 Paternidades problemáticas e ausentes, 178
 - 4.4 Relacionamentos com as mães biológicas: figuras presentes, 181
 - 4.5 Discursivização da escola: instrumento para a obtenção de empregos, 183
 - 4.6 O crime, o tráfico e as drogas, 185
 - 4.7 Crença religiosa, amizade e relacionamento com a família, 187
 - 4.8 Trabalho, namorados e temas relacionados à vida adulta, 190
 - 4.9 O futuro para as adolescentes do sexo feminino, 191

CAPITULO 5 – Protagonismo comunitário: o discurso dos jovens xavantes, 194

- 1 Contextualização histórica dos A'uwẽ-Xavante, dos sécs. XVII ao XXI, 197
- 2 Escolas missionárias, escolas indígenas, 207
- 3 A T. I. Sangradouro / Volta Grande e a aldeia Idzo'Uhu (Abelhinha), 211
- 4 Por uma semiotização da cultura indígena, 214
- 5 Conceitos estruturais do universo xavante: patrinhagens e categorias de idade, 217
 - 5.1 Estágios da vida masculina, 221
 - 5.2 Estágios da vida feminina, 233
- 6 Análise das entrevistas – Jovens do sexo masculino (*aibö*), 237
 - 6.1 Experiências de infância: brincadeiras e convívio com os adultos, 240

- 6.2 Presente dos relatos - Atividades realizadas cotidianamente, 241
- 6.3 Hierarquização das atividades: a importância dos rituais, 245
- 6.4 Planejamentos para o futuro: eticidade em torno ao bem comunitário, 246
- 6.5 Avaliação da política brasileira: burocracia e descrença, 248
- 6.6 Espiritualidade, cura e religião, 251
- 7 Entrevistas com as jovens mulheres xavantes (*pi'õ*), 253
 - 7.1 Experiências de infância: brincadeiras e despreocupação, 255
 - 7.2 Principais atividades realizadas no presente: trabalhos de casa, convívio e esporte, 256
 - 7.3 Hierarquização de atividades: cuidados de casa, dos filhos e outras ações, 257
 - 7.4 Planejamentos para o futuro a longos e curtos prazos, 259
 - 7.5 Religião e espiritualidade, 261

CONCLUSÕES, 264

- 1 Protagonizar acontecimentos, 264
- 2 Contrato reflexivo e o par autonomia – heteronomia, 268
- 3 Figuras discursivas encontradas em meio aos fazeres cotidianos nos diferentes perfis, 271
- 4 Objetivo e horizonte estratégico nos discursos, 273
- 5 Conclusões finais, 275

Referências, 277

ANEXO A – Relatório de campo, 289

ANEXO B – Roteiro das entrevistas, 293

ANEXO C – Questionário socioeconômico, 296

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, 298

ANEXO E – Termo de Assentimento – TA, 300

ANEXO F – Fotos da visita à TI Sangradouro (MT), 302

INTRODUÇÃO

Rasgueando las cuerdas / de su guitarra / un Sultán se quejaba / a su Sultana (...) / 'Siendo un rey poderoso / soy un mendigo / si me falta la llama / de tu cariño'

(“*Tangos de la Sultana*”, Antonio Casas, Ricardo Pachón e Francisco Velázquez)

O trecho de copla flamenca transcrito acima ilustra uma das inúmeras contingências sob as quais nós, em nossa condição humana, estamos sujeitos a viver, diante do indesejado, porém inevitável, distanciamento das coisas que desejamos ou amamos. Essa canção se tornou famosa na voz de Camarón de la Isla (LA ISLA, 1979), cantor espanhol cigano da segunda metade do século XX, um dos pioneiros a misturar o gênero do flamenco com o rock. Analisemos rapidamente a estruturação de sentido subjacente a esse trecho de letra, como forma de apresentar aos leitores uma imagem que julgamos ser capaz de ilustrar a importância da linguagem em meio a nossas experiências.

Nos versos transcritos acima, a autoestima do ator discursivo principal (“*Sultán*”) perde praticamente toda a sua pujança com a ameaça de afastamento de uma figura feminina. Tal destituição se dá por meio de uma estruturação semiótica de caráter *concessivo*. Entendemos aqui tal construção a partir da postulação, feita por Zilberberg (2011), que a veria como um “sinônimo de contratempo para o sujeito” (p. 243). Embora fosse um rei, ele era um mendigo, uma metáfora é lançada. Vale pontuar que diversas canções flamencas fazem referência a elementos figurativos do período de dominação muçulmana, ao qual a península ibérica, e, em especial, a Andaluzia, estiveram submetidas, entre os séculos VIII e XV.

Nos versos “*Siendo un rey poderoso / soy un mendigo*” vemos a união de duas identidades contraditórias, projetadas sobre um mesmo ator figurativo. Ao desempenhar um papel temático que remete à liderança (“Rei”), o personagem “Sultão” assume uma forma canônica de manifestação do que, em um nível narrativo, seria um sujeito em conjunção com a modalidade do *poder*. A perda de *status* expressa pela disjunção sugerida ocorreria simultaneamente ao distanciamento do objeto em pauta (“o apreço da mulher amada”). O título hierárquico da figura feminina, “*Sultana*”, cujo valor nobre é reforçado pelo fato de ser ela quem nomeia a canção, enfatizaria a dramaticidade da experiência de transição experimentada pelo ator, transportando-o “do luxo ao lixo”.

O marco temporal presente, expresso no verbo conjugado “*soy*” (em “*soy un mendigo*”), utilizado no lugar do futuro do pretérito (o que corresponderia, no espanhol, ao condicional “*sería*”, conjugação mais esperada diante da natureza especulativa da frase), reforça o caráter veemente da ação que, só de ser apresentada como possível pela voz narrativa, presentifica-se como elemento temido. Mesmo sem haver transformações efetivas naquilo que seria o plano objetivo do narrado, esse exemplo nos mostra como um fenômeno de significação – uma existência *virtual* por excelência, pois construída na e pela linguagem – é capaz de nos atingir.

Dispondo de uma tal potência, os fenômenos semióticos são plenamente aptos a nos alegrar ou a nos colocar em um estado de rememoração. Levam-nos a entrar em introspecção ou nos estimulam a querer viver coisas novas, entre outros tantos estados de alma que poderíamos citar. As vontades, sentimentos e sensações possuem estruturações semióticas, por meio das quais nos afetam e fazem sentido para nós. Tais construções, ao assumir formas linguísticas, descrevem as emoções e percepções que temos, ao mesmo tempo em que parecem também as moldar. A significação, entendida aqui como um fenômeno amplo e sistemático, exerce um papel-chave na determinação de nossa experiência no mundo, podendo atuar, inclusive, sobre as coerções da matéria, como ocorre no caso dos doentes que se curam pelo efeito placebo.

1. Um projeto científico de base imanente

A capacidade humana de conceber um plano físico de forma independente das interferências linguageiras é vista com desconfiança por Bevidas (2015). A título de esclarecimento, vale ressaltar que, no âmbito deste trabalho utilizaremos o termo “*linguageiro*” como forma de nos referir a fenômenos manifestados em qualquer linguagem existente, não apenas àqueles expressos em línguas verbais. O professor citado acima reconhece a presença estruturante, criadora, das instâncias semiológicas (ainda que rudimentares) mesmo nos estágios primários da construção da ideia de mundo para o sujeito, tais como a percepção (p. 38-41). Com Bevidas (2015), acreditamos que o *ato semiológico* (p. 21) estaria, de algum modo, presente já nos gestos que dariam origem ao pensamento. Assim, o sentido seria uma instância necessária na construção da noção de realidade para o sujeito. Explicando essa afirmação com base em termos greimasianos, diríamos que entre linguagem e mundo estaria configurada uma relação da ordem do *dever ser* e, logo, de *necessidade* (GREIMAS, 2014, p. 90-91).

Um exemplo didático bastante conhecido, extraído de Hjelmslev (2009), reforça nosso posicionamento quanto a isso. O professor dinamarquês, ao mencionar as particularidades com as quais cada idioma definiria o que seriam as cores em um espectro luminoso, ressaltava o fato de que o galês teria uma maneira de categorizar as cores diferente daquela que seria assumida, por

exemplo, nas línguas inglesa e portuguesa. O que nós (falante desse último idioma) percebemos como o “verde” seria designado pelos falantes daquela língua segundo duas formas nominais, a saber, “*gwyRDD*” e “*glas*”. Este último lexema recobriria, além de parte do que corresponde a alguns de nossos tons esverdeados, tudo o que concebemos como “azul” e também uma parcela daquilo que entendemos como “cinza”, entre outras diferenças constatadas (p. 58). Aparentemente, no galês moderno essa diferença estaria sendo alterada em virtude do empréstimo lexical do termo “*green*”, vindo do inglês. A variação citada estaria reservando ao termo *glas* apenas o domínio do que conhecemos como “azul” (CASAPONSA; ATHANASOPOULOS, 2018).

Para observar outro exemplo que reforça essa tese, no *a'uwẽ-xavante*, língua indígena do tronco macro-jê (idioma com o qual tivemos a felicidade de ter um contato mais próximo graças à realização deste estudo) teríamos, ainda, uma outra forma de distinção e reconhecimento do espectro de cores. A partir de consultas realizadas com falantes em visita à T. I. Sangradouro / Volta Grande, concluímos que teríamos, nessa língua, uma distribuição de termos cromáticos com pontos similares e diferentes ao português. Para um maior embazamento, cruzamos as informações colhidas por nós informalmente com dados obtidos de dicionários consultados do idioma (LACHNITT, 2003; HALL; MCLEOD; MITCHEL, 2004). Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 0.1 – Categorização do espectro das cores em xavante e em português

Categoria cromática em xavante	Categoria cromática em português
<i>i'rãdõ</i> ou <i>ĩ'rãdã</i> *	preto
<i>i'pré</i> ou <i>ĩ'pré</i> *	vermelho
<i>ĩ'a</i> , <i>i'a</i> ou <i>irã</i>	branco
<i>itsadzu</i>	cinza
<i>i'udzé</i> ou <i>ĩ'udzé hoiwané hã</i> **	azul
<i>i'udzé</i> ou <i>ĩ'udzé duné hã</i> **	verde

Fonte: Elaboração nossa, com base em relatos orais de falantes nativos, em Lachnitt (2003) e Hall, McLeod e Mitchell (2004).

Ressaltamos que a tabela acima não tem a intenção de funcionar como parâmetro para consulta, uma vez que ela não faz parte de um projeto próprio da área de lexicografia ou linguística indígena. As grafias marcadas com um asterisco foram extraídas do dicionário elaborado por Hall, McLeod e Mitchell (2004). Ainda a título de esclarecimento, no dicionário xavante de Lachnitt (2003, p. 92) as formas “*udzé*” e “*ĩ'udzé*”, figuram como “verde” ou “azul”, indistintamente. Hall, McLeod e Mitchell (2004) também utilizam um só termo (“*i'uzé*”) para as duas noções (p. 43). Esse

uso não foi confirmado pelos falantes que consultamos em campo, daí a sinalização com dois asteriscos na tabela anterior. Segundo Lucas Öwa'u, um dos nossos principais tradutores e intérpretes nas pesquisas realizadas, existiriam, sim, formas linguísticas para distinguir tais tons cromáticos no idioma e elas seriam “*i'udzé hoiwané hã*” – para significar “azul” (literalmente, “a cor do céu”), e “*i'udzé du né hã*” (que significaria algo como “a cor das folhas”), para “verde”. Segundo Bonfim e Quintino (2013, p. 294), a palavra “*i'udze*”, em Pimentel Barbosa, serviria para designar as tonalidades verde, amarelo e azul. Outras variações ainda foram encontradas por esses últimos autores, que trazem denominações para gradações secundárias (p. 295-296).

De todo modo, o que queremos ressaltar com os dois exemplos linguísticos citados é a capacidade da linguagem de não apenas nomear o real, mas também de o estruturar. A metáfora de uma teia de aranha disposta diante de uma cortina de fumaça (“*écran de fumée*”, no original), formulada por Greimas (1975, p. 9), era mencionada como uma forma de sintetizar a visão saussuriana da linguagem. Ela também descreveria a problemática do estatuto semiótico das coisas e dos processos. A inefabilidade desse ente fugidio representaria o “universo do sentido”, e disso seria derivada a nossa incapacidade de apreender o real em sua essência. A frágil teia, dificilmente perceptível, corresponderia à linguagem, às relações, à “diferença entre os aspectos comparáveis das coisas” (p. 9), os únicos dados aos quais teríamos acesso. Ainda na mesma obra, o autor lituano fazia outra referência a nossa “sina” de apenas poder conceber a realidade como um *parecer* e não como um *ser*, manifestada por meio da expressão “*morsure sur le réel*”, algo como uma mordida, uma simples “porção do real” que nos caberia reter (p. 11). Essa segunda noção seria complementar à primeira, como resume Bertrand (2006, p. 18), em artigo no qual coteja essas duas ideias de Greimas.

O olhar lançado por Beividas (2015) às obras de alguns dos mestres fundadores da linguística e da semiótica reforça a importância da integração dessas disciplinas em um projeto científico de base imanente. Na obra mencionada, autores como Saussure, Hjelmslev, Greimas e Zilberberg são retomados, não apenas como “pais teóricos”, referências essenciais nas áreas estudadas, mas também como epistemólogos, o que, inclusive, talvez tenham sido, sem plena consciência disso a suas épocas. Além disso, se é verdade que Saussure e Hjelmslev construíram teorias decisivas na história da linguística, também é sabido que a grande maioria dos semioticistas de linha francesa reconhece as contribuições fundantes desses autores para as investigações também em nossa área.

Escrito pelas penas de seus alunos Bally e Sechehaye, *O Curso de Linguística Geral* de Saussure (1969), além de aportar à linguística noções fundantes do estruturalismo moderno, pautadas em conceptualizações como as de *valor* e a oposição entre *língua* e *fala*, já havia

assinalado de antemão, na delimitação do campo de estudos linguísticos, a necessidade da instauração de uma ciência ampla que estudasse “a vida dos signos no seio da vida social” (p. 24), a ser denominada “semiologia”. A descrição das línguas naturais integraria essa disciplina, que, além disso, formaria também “parte da Psicologia social e por conseguinte da Psicologia geral” (p. 24).

Por sua vez, Hjelmslev desde o primeiro capítulo dos *Prolegômenos* já assinalava o papel central da linguagem na formação das diferentes formas de existência e interação humanas.

O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas (HJELMSLEV, 2009, p. 1-2, grifos do autor)

A esse autor devemos o reconhecimento da noção de *função semiótica*, instância que une, por meio de uma relação de dependência, os dois planos de significação (expressão e conteúdo), subdivididos, cada um, em forma e substância (HJELMSLEV, 2009, p. 53-64). Tal ideia foi um dos pressupostos para que a semiótica greimasiana pudesse ser elaborada, pois apenas a partir desse entendimento teria sido possível reconhecer a existência da forma do conteúdo, entidade “arbitrária e explicável apenas pela função semiótica de que ela é manifestamente solidária” (p. 59). Teria sido, afinal, no estudo dessa problemática, indo em busca de uma estruturação depreensível na semântica, que Greimas (1966) teria se empenhado, quando propôs as bases iniciais da teoria semiótica.

Um pouco adiante na história desses estudos, em *Sobre o sentido* (GREIMAS, 1975), o professor lituano afirmaria que edificar tal disciplina não seria uma tarefa fácil, pois, para que fosse firmado um estudo sobre a significação, ele teria que necessariamente transitar pelo campo de áreas como a filosofia e a matemática, cujas ancoragens históricas remontam à Antiguidade (p. 7 - 17). O mestre mencionava, ainda, a atração e a desconfiança simultâneas que o semioticista comum teria ao se aproximar dos tópicos da lógica (p. 7-17). No primeiro caso, estaríamos diante do desejo de poder dar a seus conceitos a operacionalidade dos cálculos, e, no segundo, da sensação de que os fenômenos linguísticos não significariam, a cada manifestação, exatamente o mesmo que em seu sentido original. A frase abaixo, também extraída de Greimas (1975), ajuda-nos a entender o posicionamento do estudioso do sentido, diante de seu objeto.

A natureza e o homem se manifestam para nós sob a forma de signos que podem, pela mediação lingüística, ser reunidos em conjuntos, recortados e reinterpretados como sistemas de relações, tornando-se assim objetos científicos (GREIMAS, 1975, p. 32).

Mais uma citação de Greimas, encontrada, desta vez, no *Dicionário de Semiótica* (escrito em colaboração com Courtés), também nos ajuda a examinar o problema levantado.

sem levantar a questão do caráter inato ou adquirido das estruturas semióticas de base – o que não interessa diretamente à semiótica –, forçoso é reconhecer que o homem “entra na língua” e aí se encontra inscrito sem poder sair (uma vez que todas as contestações libertadoras que ele pode imaginar se desenvolvem necessariamente no quadro dessas coerções) (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 63).

Harkot-de-La-Taille (2016a), já no Brasil dos dias atuais, também tece considerações a respeito da relação da realidade com a linguagem. Para tanto, a professora aborda a problemática da construção da ideia de mundo para o sujeito, analisando a história de Helen Keller, mulher que nasceu no final do século XIX nos EUA. Antes de atingir os dois anos de idade, esta teria perdido a visão e a audição (p. 29-33). Tendo somente o tato, o olfato e o paladar como sentidos na sua interação com o mundo, a menina teria apenas desenvolvido suas faculdades comunicativas em idade mais avançada, com a ajuda de sua professora Anne Sullivan. O discurso de Helen (escrito depois que ela teria passado a dominar a linguagem) poderia ser tomado como uma ilustração a respeito da importância dos instrumentos estruturais de concepção no entendimento das coisas do mundo, assim como na compreensão dos sentimentos e desejos individuais (p. 31). Antes de tal domínio, a escritora teria vivido sob uma perspectiva trevosa, sendo incapaz de fazer relações elementares entre os eventos que vivia e os objetos que tateava e experimentava (p. 31). Esse exemplo nos faz repensar a importância das linguagens, no sentido amplo do termo, naquilo que seria a constituição do pensamento e da própria condição humana.

Dito isso, encaminhamo-nos a um apontamento de caráter interdisciplinar. Vemos que diálogos com diferentes áreas do meio acadêmico ou mesmo outros campos da atividade humana (pensamento, religião, trabalho, cultura, entre outras) podem ser benéficos às investigações científicas. A nosso ver, isso se justifica sempre que houver uma relação entre os assuntos discutidos e quando contarmos com uma afinidade conceitual ou epistemológica que seja suficiente para permitir tal aproximação. Havendo essa congruência, as descobertas de uma área poderiam ser trabalhadas em outras, visando a sua “tradução” e “interpretação” nesses novos domínios, ampliando compreensões e facilitando, assim, o fluxo, a síntese e o desenvolvimento das reflexões oriundas de diferentes domínios do saber e atuação humanas.

Em busca de conferir algum preenchimento a esse “espaço de ligação possível”, neste trabalho realizaremos, tanto quanto pudermos, aproximações com os campos da educação, cultura, antropologia, psicologia, sociologia e filosofia. Fazemos isso também por reconhecer os desafios de uma abordagem que integra o olhar semiótico ao estudo da discursivização dos relatos de vida autobiográficos – estando cientes dos desafios implicados nisso. Nossos “alvos maiores” nesta tese consistem 1) na apreensão das *estruturas de sentido subjacentes ao fenômeno do*

protagonismo; da mesma forma que, como explicaremos adiante, 2) na atenção dedicada aos *universos culturais e semânticos em meio aos quais os jovens que foram entrevistados por nós habitam*.

Dito isso, sem querer aprofundar o debate a respeito da relação entre linguagem, mundo e pensamento, sigamos adiante rumo a uma esquematização dos tópicos centrais de nossa pesquisa.

2. Mapeamento do trabalho

O percurso reflexivo desta tese compreende um debate inicial a respeito do tema estudado, cinco etapas de desenvolvimento e as conclusões finais. De pronto, cabe esclarecer que nossa pesquisa envolve a *análise de relatos autobiográficos de jovens brasileiros*. Como forma de realizar uma distinção entre os perfis sociais desses indivíduos, partimos de uma formulação teórica postulada por Fontanille (1989), ao final da década de 1980. A título de contextualização, a obra citada trabalhava a problemática da espacialidade, tomada em sua interface subjetiva e considerada como um fenômeno construído no e pelo discurso. Nela, em meio a outras postulações, o autor fazia menção a uma grande complexidade de instâncias que ocupariam diferentes funções no que seria um *campo enunciativo* (tais como o observador, o focalizador, o espectador, o narrador, entre outras). Isso pode ser visto, sobretudo, nas reflexões do primeiro capítulo do trabalho citado (p. 11-59). Vemos que um aprofundamento de nossa parte quanto a essas propostas seria desnecessário, uma vez que se trata de abordagem que, de modo geral, não diz respeito ao que buscamos observar em nossa tese, além do fato de que muitas das instâncias levantadas ali tampouco foram levadas adiante pela teoria.

Contudo, para a organização global da tese nos valeremos de uma formulação pontual contida na obra citada. Lembramos que o autor (FONTANILLE, 1989) propunha um modelo para a análise da *aspectualização espacial*, tomando como base categorias exclusivamente discursivas (p. 55). Nas suas reflexões, ele procurava dar articulação às categorias espaciais a partir do reconhecimento das diferentes modalizações aplicadas sobre o que postulava serem os actantes *observador e informador* (p. 59-64). Os itens 3.2.2, “*Les catégories figuratives de la modalisation cognitive de l'espace (aspectualisation spatiale proprement dite)*” (p. 56), e 3.2.3, “*Les manifestations plastiques et verbales de l'aspectualisation spatiale*” (p. 59-64), do primeiro capítulo da obra, são os que apresentam as formulações mencionadas. Neles, parte-se da ideia de que o espaço enunciado estaria englobado por aquele da enunciação, em uma relação que poderia envolver englobamentos internos, descritos como subespaços de saber focalizados (p. 56-57).

A partir das reflexões acima, Fontanille (1989) propunha a *direcionalidade* e o *englobamento* como categorias fundamentais da organização cognitiva do espaço, além das

operações de *expansão* e *condensação*, as quais descreveriam as modificações posicionais nesses âmbitos (p. 56-57). As movimentações realizadas poderiam ser de natureza simples, caso fossem elementares, levando aos efeitos de aproximação, distanciamento, extensão e concentração (p. 57); ou complexas, uma vez que os tipos figurativos fossem diferentes do tipo de relação (p. 57). Não iremos nos debruçar no funcionamento do modelo proposto em minúcia, por acreditar que, como dito, com o desenvolvimento de propostas atuais, muitas dessas problemáticas foram retrabalhadas na teoria. Chegando ao que nos interessa de fato na proposta citada, observamos que o autor propõe um modelo terminológico que descreve o que traduzimos como sendo a categoria da *passagem* (“*franchissement*”, no original). Esta seria um produto da relação de *englobamento* conjugada a um movimento *direcional* (p. 58). No caso de uma direção de *contração* ela seria da ordem da *entrada*, ao passo que, quando fosse atrelada à *expansão*, ela seria da ordem da *saída*. Além disso, o autor postulava um instrumental analítico mais refinado para a descrição dessa aspectualização subjetiva, que utilizava as noções de *mesotopia*, *peritopia*, *paratopia* e *teletopia*, distribuídas em uma progressão (p. 59).

Basicamente, tal terminologia estipularia que, no momento em que uma figura estivesse *no centro* de um espaço englobado, ela seria teria um caráter *mesotópico* (“*mésotope*”, FONTANILLE, 1989, p. 59). Quando ela se distanciasse desse centro, não podendo sair, ela se tornaria *peritópica* (“*péritope*”, p. 59). A imagem evocada pelo autor para descrever tal passagem, seria a da movimentação de um leão que se mexe dentro de uma jaula, explorando os pequenos limites nos quais poderia se movimentar, sem, contudo, dela poder escapar (p. 60). Já quando o elemento observado se encontrasse fora do conjunto englobado (ou seja, estivesse no espaço englobante) e não pudesse entrar, estaríamos diante de um movimentação *paratópica* (“*paratope*”, p. 59-60). Esta preveria uma figura que “rondaria” os limites de um espaço no qual não poderia efetivamente ingressar. Por fim, teríamos um quarto tipo de categoria, que preveria um distanciamento completo do conjunto englobado, a *teletópica* (“*téletope*”, p. 59-60).

Neste trabalho, procuramos colher amostralmente os jovens a serem entrevistados tomando como ponto de referência o que consideramos ser um centro hegemônico discursivo da sociedade brasileira, com base na postulação de um lugar aspectual-subjetivo hipotético, onde residiriam as visões sociais e ideológicas de mais prestígio. Os diferentes perfis depreendidos estariam organizados em relação a esse ponto de referência, como veremos. Ao longo do trabalho, teremos ocasião de explorar e verificar o funcionamento e a operacionalidade dessa proposta em mais detalhes. Dito isso, agora, iremos descrever brevemente cada uma das etapas do trabalho da tese. Ainda na introdução, faremos uma investigação a respeito da ideia de protagonismo, contando com alguns textos teóricos da área da semiótica.

O primeiro capítulo é dedicado a um exame de referências teóricas e literárias a respeito do ideal do homem livre ou capaz. Nessa mesma seção, fazemos uma incursão na etimologia do termo “protagonismo” e de alguns conceitos relacionados a ele. A conclusão dessa primeira parte do estudo se dá com a análise de algumas obras que propõem a metodologia de trabalho educativo conhecida como *protagonismo juvenil*. Faremos isso, principalmente, por meio da análise de dois trabalhos de um dos seus principais postuladores no Brasil, Antonio Carlos Gomes da Costa. Além disso, realizaremos, ainda nessa parte, uma rápida incursão histórica e contextual no que tange às práticas de *educação não formal* no país, problematizadas a partir de algumas reflexões sociológicas recentes sobre o tema.

O segundo capítulo realiza uma investigação dirigida à problemática do protagonismo em semiótica de maneira mais detida. Lançamos mão, nesse momento, de contribuições teóricas de diferentes autores da área, ao observar as relações existentes entre as noções de *agonismo e falta*, o debate a respeito da *centralidade textual*, assim como as problemáticas da *tensividade* e da constituição do que seria um *espaço fiduciário*. Além disso, abordaremos os conceitos de *práticas e estratégias semióticas*, assim como seus desenvolvimentos na área. Nesse momento, descreveremos os fenômenos a partir de problematizações feitas em face dos avanços que a pesquisa contemporânea vem trazendo, principalmente no que concerne a contribuições de Fontanille e Landowski.

No terceiro capítulo, apresentamos inicialmente um panorama com alguns indicadores sociais da juventude brasileira atual, com base em dados estatísticos recentes. Em seguida, nosso foco analítico se dirige à análise dos textos orais autobiográficos. Estes são representados por entrevistas realizadas com jovens brasileiros (entre 15 e 29 anos), feitas especialmente para esta pesquisa e cujos roteiros foram montados com vistas à consecução de nossos objetivos investigativos. O presente projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), assim como pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo. Contamos ainda, com autorizações e licenças das organizações nas quais cada uma das entrevistas se deram, as quais descreveremos adiante. As conversas foram realizadas com indivíduos de diferentes perfis sociais e gêneros, e trataram de aspectos variados das suas vidas. Mais detalhes a respeito dos procedimentos de coleta de dados e de realização das entrevistas serão fornecidos nas seções correspondentes.

Nessa terceira seção da tese, analisamos os discursos de entrevistados da cidade de São Paulo e região metropolitana. Eles se encontravam, à data das conversas realizadas em 2017, vivendo sob uma relativa “integração social”, fato que justificamos pela sua situação sem pendências ativas quanto ao sistema legal vigente, mas também por critérios como seus graus de

escolarização, ou padrões de renda familiar. Alguns desses indivíduos (os mais jovens) já tinham se formado na escola básica, em instituições públicas ou privadas, ao passo que outros ainda a estariam cursando. Os mais velhos entre eles estudavam em universidades públicas. Os entrevistados desse perfil foram selecionados por considerarmos que seus depoimentos poderiam funcionar como um parâmetro na estipulação (ainda que em linhas gerais) do que seria o universo semântico dos discursos *mesotópicos* da juventude brasileira contemporânea. Para diferenciá-los dos indivíduos do grupo seguinte, nós os denominamos jovens “em liberdade”.

No quarto capítulo, analisaremos relatos de jovens que, ao tempo das entrevistas (2017), estavam cumprindo medidas socioeducativas em regime de semiliberdade na Fundação CASA, em unidades localizadas na capital do Estado de São Paulo. Seus depoimentos foram observados tendo em vista, entre outros pontos, a discursivização de seus planejamentos de vida, a partir de parâmetros oriundos da análise semiótica, estabelecidos por nós principalmente no segundo capítulo da presente tese. Tais jovens, como veremos, comumente ocupavam “lugares vulneráveis” na sociedade. Isso ocorria, por exemplo, pela falta de cumprimento de alguns de seus direitos básicos, tais como os acessos a educação, segurança, convivência familiar e comunitária, lazer ou saúde, todos eles aspectos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

A precariedade de condições sociais encontrada em muitos dos contextos de vida desses adolescentes, incorreria na busca, de sua parte, da atenuação dos efeitos dessas carências em percursos que, por vezes, transitariam por vias ilegais de obtenção de dinheiro e bens. Nesse sentido, argumentamos que estaríamos diante de jovens que realizariam uma movimentação *peritópica* pelo que seria esse espaço discursivo englobante. Essa nossa afirmação se justifica uma vez que eles agiriam e viveriam segundo algumas das principais lógicas de funcionamento e compreensão sociais vigentes, mas, em determinadas situações, movimentavam-se em direção às margens desse mesmo sistema, procurando encontrar formas de alcançar os itens ou objetivos desejados. Resumidamente, esses adolescentes representam um segmento que estaria “dentro” do universo discursivo hegemônico, mas que circularia, também, por domínios que, de alguma maneira, negariam ou contradiriam esse pertencimento.

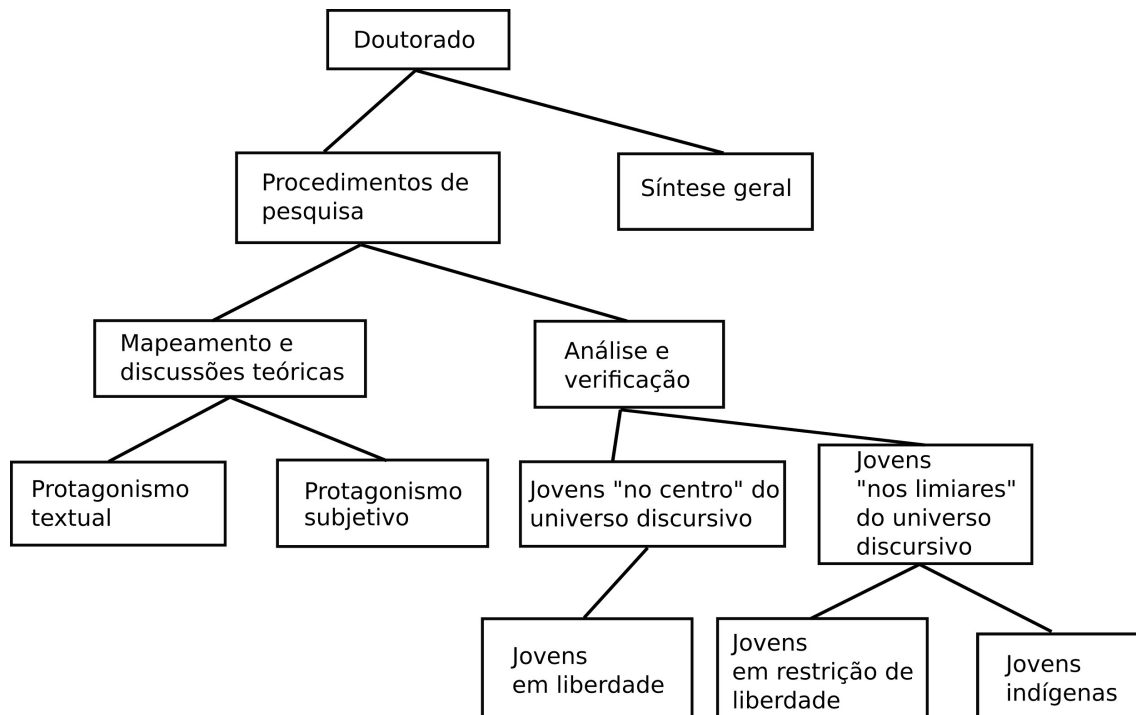
O quinto capítulo é marcado pela análise de depoimentos de jovens indígenas da etnia *a'uwẽ-xavante*, residentes em Terra Indígena localizada no município de General Carneiro (MT). Antes de serem apresentadas as considerações feitas com respeito aos depoimentos desses indivíduos, realizaremos uma breve introdução à cultura e à cosmovisão desse grupo, trazendo informações históricas e antropológicas, de forma a contribuir na compreensão de suas problemáticas individuais e coletivas. Tal preâmbulo se justifica pela grande diferença cultural existente entre seu universo semântico e aquele da sociedade nacional. Essa discrepância seria

caracterizada por diferenças linguísticas e de visão de mundo, assim como por limites territoriais, considerado o posicionamento geográfico desse povo no Brasil atual. Isso justificou nossa atribuição da denominação *paratópico* aos relatos obtidos junto a esses jovens.

Por não mais possuírem condições de manter, tais quais, as formas de vida de seus antepassados nos dias de hoje, os depoimentos desses jovens indígenas acabavam por se ver diante das influências de uma interdiscursividade com a sociedade circundante, com a qual passaram a se relacionar. Assim, eles se veriam obrigados a “margear” esse domínio cultural dominante, sem, contudo, poder ingressar nele plenamente (ou mesmo sem querer fazê-lo, a depender do relato considerado). Não trataremos, nesta tese, de depoimentos de representantes do que seriam universos semânticos *teletópicos* da sociedade brasileira, os quais poderiam ser coletividades vivendo efetivamente distanciadas do centro hegemônico discursivo (tais como os grupos indígenas isolados, por exemplo).

Por fim, concluída a análise dos textos orais, chegaremos às conclusões finais da tese, que consistem em uma síntese comparativa dos resultados obtidos em cada uma das etapas de análise, vislumbrando, 1) a consolidação de uma *proposta teórica* relativamente verificada para a *descrição do fenômeno do protagonismo subjetivo em semiótica*, assim como 2) um *quadro comparativo de análise* dos discursos presentes nas entrevistas realizadas com esses jovens. Abaixo, oferecemos um esquema que resume visualmente os percursos realizados nesta tese.

Figura 0.1 – Mapa da tese



Fonte: elaboração própria.

3. O protagonismo em suas acepções e usos correntes

Nos dias de hoje, a acepção mais comum de “protagonista” parece ser a de um “indivíduo que tem papel de destaque num acontecimento”, tal como na definição de um reconhecido dicionário de português (HOUAISS; VILLAR, verb. “Protagonista”, 2007, p. 2317). Esse significado, em linhas gerais, está relacionado com a utilização do termo que é feita nas áreas da crítica literária e do cinema, entre outras, a de um “principal personagem de uma peça de teatro, de um livro, de um filme, uma telenovela etc.” (p. 2317). A primeira definição, mais ampla e disseminada no uso cotidiano da língua portuguesa, teria sido derivada da segunda, a ideia de um personagem central ou, em outras palavras, de um ator mais importante em uma narrativa dada. O termo tem origem grega e está presente em idiomas de diferentes nações e culturas. Por exemplo, está integrado no discurso corrente das comunidades anglo, franco, germano, hispano e ítalo falantes, e provavelmente em outras línguas cujo conhecimento nos escapa.

Esse fenômeno de sentido, que atribui destaque ao fazer de um ator, pode ser encontrado em uma relevante parcela dos diferentes tipos de textos existentes, sejam eles literários, visuais, fílmicos, interativos, cancionais, entre outros. Entendemos “texto” aqui como uma totalidade semiótica, cuja delimitação se dá a partir dos critérios de inteireza, que podem ser projetados pelo olhar do analista, ou mesmo do leitor. A determinação do ator principal de uma narrativa verbal

pressupõe a adoção de uma *perspectiva*, realizada por um narrador dado. Entendemos o actante enunciativo *narrador* com base em Fiorin (2007), que concebe tal instância como um sujeito da *enunciação enunciada*, “aquele que narra” (p. 26) em uma dada construção de sentido feita em língua natural. Trata-se daquele que instaura o *universo enuncivo* e, dessa forma, opõe-se tanto ao *enunciador* (actante implícito e pressuposto pela enunciação), como aos atores *do enunciado*, aos quais temos acesso meramente por meio das suas projeções discursivas narradas. Vale a pena ressaltar aqui que a escolha por um ou outro protagonista, feita no processo de textualização, afetaria também, por decorrência, a construção de imagem discursiva do enunciador de um texto, ou seu *ethos*.

A determinação de um protagonista faz com que o narrador retrate o caminho e as ações de um personagem de maneira privilegiada, e isso normalmente é feito em detrimento da representação do percurso de outros atores dessa mesma história. Assim, a noção de *perspectiva narrativa*, tal como reconhecida canonicamente na semiótica francesa (BERTRAND, 2003, p. 203; GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 214), desempenharia papel-chave na constituição do fenômeno. Tal conceito remete ao recurso que coloca em evidência o percurso do sujeito. Voltaremos com mais detalhe a isso adiante. Examinemos agora um segundo significado do termo, que nos interessa também neste momento.

O protagonismo pode ser visto como algo que vai além de uma figuração central no âmbito de uma manifestação discursiva dada. Essa segunda acepção constatada estaria relacionada à capacidade do sujeito de descobrir ou de desenvolver *por si* os objetivos, as motivações e as habilidades necessárias à consecução do que seriam as *suas metas, em um plano amplo*. Assim, estaria referida, em maior ou em menor medida, a um indivíduo observado em sua autonomia e independência, ou como alguém dotado de uma potência interna de determinação. Essa faceta do protagonismo estaria relacionada a uma dimensão subjetiva do fenômeno. Sendo essa uma problemática ampla e vasta, autores de diversos campos teóricos (filósofos, psicólogos, pedagogos, entre outros) já se debruçaram sobre ela. Contudo, trataremos de evitar nos demorar em discussões ontológicas do tema, as quais poderiam discutir a respeito da essências subjacentes a essa qualidade. Fazemos isso por estarmos tratando do assunto a partir de uma epistemologia imanente e, logo, tão próxima da significação quanto possível.

Apenas para citar alguns exemplos, identificamos a presença da problemática desse “protagonismo subjetivo” em estudos filosóficos que tratam a respeito do *dever* e da *autonomia*, como Safatle (2013), mas muitos outros poderiam ser citados. O desenvolvimento da *liberdade* nos processos educativos é assunto relacionado, por exemplo, à *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire (1975). Mencionamos esses autores sem poder trabalhá-los neste trabalho, infelizmente, por conta

de nossos outros objetivos. Além desses dois pensadores, mencionamos Ricoeur (2006), que realiza um trabalho em meio ao qual mapeia diferentes abordagens teóricas dedicadas a estudar o que seria o homem capaz. Reflexões nossas, no capítulo um desta tese, buscarão nos aproximar das problemáticas levantadas pelo francês.

Seguindo com essas reflexões introdutórias a respeito do protagonismo, analisemos o assunto partindo de um ponto de vista pedagógico. O gestor e educador Antônio Carlos Gomes da Costa é reconhecido por muitos como uma das principais referências na prática e na organização das ações ligadas à metodologia formativa do *protagonismo juvenil* no Brasil. Sua trajetória profissional inclui atividades variadas, entre elas, a direção da Escola FEBEM de Ouro Preto, o exercício do cargo de Secretário Municipal de Educação de Belo Horizonte, atuações junto ao terceiro setor (na área de direitos da infância e da adolescência), sistema S, consultoria a empresas privadas, entre outras atuações (COSTA, 2007). Uma das definições de protagonismo com a qual ele trabalha segue transcrita a seguir.

o termo “protagonismo”, em seu sentido atual, indica o *ator principal*, ou seja, o *agente* de uma ação, seja ele um jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social (COSTA, 2000, p. 20, grifos nossos).

A definição oferecida pelo autor não dista muito da acepção trazida pelo Houaiss (2007), examinada acima. Nela, há um processo em pauta (“uma ação”) e um agente principal, que poderia ser figurativizado por meio de diferentes roupagens. Se examinarmos uma referência advinda de outro idioma, segundo um dicionário de francês (LE PETIT LAROUSSE, 1995), veremos que ele define “protagonismo” como a designação da pessoa que desempenha um dos papéis principais em um evento (no original, “*personne qui joue le rôle principal ou l’un des rôles principaux dans une affaire*”, p. 830, verb. “*Protagoniste*”).

Realizando uma rápida análise a respeito dos traços elementares dessas duas definições, constatamos, em um nível elementar de articulação sêmica, a presença do traço da *agentividade*. Este está constituído a partir de sua dependência com relação à *passividade*. Assim, o protagonista poderia ser visto em oposição àqueles atores que, por sua vez, têm participações menos decisivas – ou menos determinantes – no curso e desfecho de um processo em destaque. Esse personagem age e faz acontecer o evento mais importante de uma narrativa.

Dito isso, examinemos abaixo um excerto de outra obra de Costa (2007), na qual ele define o protagonismo juvenil como um método educativo dirigido ao desenvolvimento profissional.

Modalidade de ação educativa que vê o educando: (I) como solução e não como problema; (II) como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) por seus atos e consequências (COSTA, 2007, p. 289).

Costa (2000; 2007) elabora uma proposta pedagógica que se vale principalmente da ideia de *participação* dos adolescentes e jovens em esferas diversas da sociedade. A intencionalidade por trás dessa abordagem parece ser a de conseguir, com isso, uma *qualidade de presença* mais efetiva de parte dos educandos em âmbitos variados, seja nas comunidades, nas famílias, no mercado de trabalho, entre outras possibilidades.

A proposta de Costa (2000) tem, como uma de suas fontes de inspiração, um método de trabalho educativo que visa a representatividade e a inclusão, o qual teria sido pensado pelo norte-americano Roger Hart, professor de geografia e psicologia na City University of New York com doutoramento em filosofia. Na obra “*Children's Participation: From Tokenism to Citizenship*”¹, Hart (1992) problematiza as diferentes formas de participação infantil na sociedade. A ideia principal desse ensaio é a de que a participação é um direito fundamental da cidadania e que, dessa forma, deveria já estar presente na sociedade desde as primeiras fases da vida (p. 5). O autor trabalha com uma concepção ampla de infância, indo dos zero aos dezoito anos (p. 4), de forma que propõe uma inclusão social não só para as crianças, mas também para os adolescentes e jovens. A palavra *tokenismo*, pouco comum em português, designaria uma forma de esforço apenas superficial para a inclusão de membros de grupos variados nos processos de representação social.

Como vimos, a utilização do termo “protagonismo” se encontra presente em expressões já relativamente estabilizadas pelo uso contemporâneo tais como a de “protagonismo social”, ou mesmo a de “protagonismo juvenil”. Estas ressignificam as definições originárias do grego ou mesmo a acepção, também antiga mas ainda corrente, das áreas dos estudos literários, do cinema, do teatro, entre outras. Partindo dessa constatação foi que nos interessamos por estudá-las mais profundamente, como um fenômeno semiótico. Mas como falar de um mecanismo de sentido subjacente a essa ideia que hoje se encontra tão atrelada ao social? No primeiro capítulo desta tese lançaremos as bases para a compreensão do que seria esse tipo de construção, e, igualmente, realizaremos um trabalho de investigação sobre os discursos e contextos de uso nos quais o termo vem sendo usado na contemporaneidade.

¹ Uma possível tradução ao título da obra ao português seria “Participação infantil: do tokenismo à cidadania”.

CAPÍTULO 1 – O protagonismo e suas adjacências

Na introdução do presente trabalho apontamos brevemente algumas das fontes teóricas que embasam nossa perspectiva de investigação e os objetivos principais de exploração da tese. Assim, passamos agora a dedicar atenção, neste primeiro capítulo, a elementos que descrevem o que são os dois principais tipos de manifestação semiótica do protagonismo identificados por nós. O primeiro deles, o *protagonismo textual*, seria utilizado comumente na descrição analítica de textos narrativos. O segundo, por sua vez, diria respeito a um *protagonismo de si*, relacionado à capacidade que o sujeito tem de reconhecer e afirmar valores próprios. Quando tratando deste segundo ponto, observaremos igualmente os procedimentos de hierarquização feitos entre os diferentes percursos que se apresentam como possíveis em meio ao processo de planejamento subjetivo. Para realizar o trabalho proposto, valemo-nos de contribuições oriundas de estudos filológicos e lexicográficos (BAILLY, 1935; HOUAISS; VILLAR, 2007), filosóficos (RICOEUR, 2006; HUIZINGA 2014), linguísticos (LOPES, 1989/1990) e, igualmente, de investigações dos campos da mitologia comparada (CAMPBELL 2016) e da semiótica (FIORIN, 2001; FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001; GREIMAS; COURTÉS, 2012; HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2016a).

Além disso, ainda nesta mesma seção, como forma de complementar o debate teórico com uma esfera mais aplicada dos estudos, descreveremos a utilização do termo “protagonismo” em meio a práticas educativas contemporâneas. Para tanto, observaremos duas obras de Costa (2000 e 2007), principal difusor da ação pedagógica denominada “protagonismo juvenil” no Brasil, assim como partes de uma obra do pesquisador norte-americano Roger Hart (1992), publicada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Este último é um dos primeiros propositores do conceito de *protagonismo como forma de ação social*. Com base no agrupamento de coletividades segundo características e interesses comuns (adultos, crianças, jovens, poder público, conselhos reguladores, empresas, instituições, famílias, etc.), a metodologia formativa de Costa (2000; 2007) serviria para potencializar ações transformadoras de suas partes. Tudo isso é feito por meio de um esforço declaradamente dialógico, o qual visaria encontrar ou viabilizar saídas a alguns dos problemas vividos.

As formações e vivências das propostas de atuação com a *metodologia do protagonismo juvenil* examinadas teriam como objetivo maior proporcionar a inserção da juventude no mercado de trabalho, por meio da modernização da educação profissional em um diálogo com a escola

básica, assim como garantir uma maior participação das vozes dos jovens na sociedade democrática como um todo. Isso seria feito tendo como meta a redução das desigualdades sociais e também o decréscimo do risco de que esses jovens se dirigissem a ações imediatistas ou de delinquência. Essa ameaça de “descarrilamento” nos percursos individuais acontece, sobretudo, quando há uma ausência de alternativas concretas que permitem aos adolescentes se viabilizar “como pessoas, trabalhadores e cidadãos” (COSTA, 2007, p. 250). Para poder dar maior profundidade ao debate nessa etapa do trabalho, recorreremos a considerações de autores da sociologia como Landim (1993) Sousa (2006) e Touraine (1998). Passemos ao trabalho.

1. Ideias semióticas e filosóficas no estudo do protagonismo subjetivo

Para dar início aos estudos do que designamos *protagonismo subjetivo*, optamos por fazer menção a um artigo escrito no início da década de 1990 por Edward Lopes (1989/1990), “Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais”. No texto, o autor explorava a passagem por meio da qual, ao escopo de analisáveis da semiótica, teriam sido incorporados os *universos enunciativos e passionais* dos fenômenos discursivos. A partir desse momento de transição citado, a disciplina teria passado a desdobrar o programa narrativo em dois projetos correlativos e concomitantes, sendo um deles o projeto “cognitivo-passional dos fazeres interoceptivos” (p. 155) e, o outro, o percurso pragmático do fazer exteroceptivo e comunal (p. 155). Vejamos como isso se explica nas palavras do autor.

O fazer é concebível, pois, como a tradução, no campo das práticas gestuais exteroceptivas, da *cena* projetada na subjetividade do sujeito pelo seu querer. A 'força do pensamento' tão celebrada como mal explicada, reside nesse poder que o espírito humano possui de construir *cenar* em que se ligam o pensamento e a emoção. (LOPES, 1989/1990, p. 156, grifos do autor)

Ressaltemos o que nos interessa neste momento da citação trazida. Em primeiro lugar, fazemos menção à *capacidade humana de construção de cenas subjetivas*, que estaria ligada pelos seus aspectos intelectual e emocional. O *fazer*, realização efetiva daquilo que havia sido vislumbrado “em potência” pelo sujeito (em pensamento), seria apenas um desdobramento possível da manifestação, afinal nem tudo o que pensamos, fazemos. Nesse trabalho de Lopes (1989/1990), aspectos relacionados à enunciação dos textos começavam a ser enxergados como problemas a serem resolvidos, questões complexas por natureza. Assim, as análises que antes levavam em conta principalmente os *construtos enunciativos* dos textos, aqueles oriundos do universo narrado, passavam a precisar de mais elementos de análise para dar conta de seus objetos de estudo (p. 154-155).

Utilizando-nos da metalinguagem analítica do nível narrativo da semiótica, diríamos que haveria, na passagem transcrita acima do artigo de Lopes (1989/1990), um ponto de diálogo com a problemática dos *modos de existência*, debatida por pesquisadores da semiótica sobretudo por volta dos anos 1990 e no início dos anos 2000, quando a discussão a respeito das paixões estava mais em voga na teoria. Assim, essa “capacidade de construção de cenas subjetivas”, poderia ser considerada também como faculdade ligada aos princípios de funcionamento semióticos subjacentes às etapas da *virtualização* ou da *atualização* narrativas. Consideramos que a proposta quaternária formulada por Fontanille e Zilberberg (2001, p. 134, 253), a qual articula os modos de existência semióticos na sequência *virtualização – atualização – realização – potencialização*, seria a melhor formulação de que dispomos, nos dias de hoje, para tratar a problemática.

Evidentemente, a capacidade humana de projetar cenas internamente serve também para outras funções além das acima citadas, como no caso das reminiscências, pensamentos nos quais não existe ainda um fazer em vista, muito embora neles esteja prevista já alguma forma de mobilização passional. Nesses casos, o *modo de existência* que estaria relacionado à retrospectoção é o da *potencialização*, etapa ligada à *não conjunção do sujeito com o objeto*, como veremos adiante. Ainda assim, consideramos que a faculdade subjetiva em discussão anteriormente, por sua capacidade projetiva, está mais vinculada à *virtualização* ou à *atualização*, por “apontar” em direção à realização de um programa narrativo. Seja como for, no caso da *virtualização*, estamos diante de uma etapa marcada pela *disjunção*, na qual o sujeito se mune das modalidades do *querer* e do *dever* estar conjunto do objeto. No caso da *atualização*, fase mais “iminente” com relação ao *fazer ser*, o sujeito estipula as condições de conjunção, por meio das modalidades do *saber* ou *poder*.

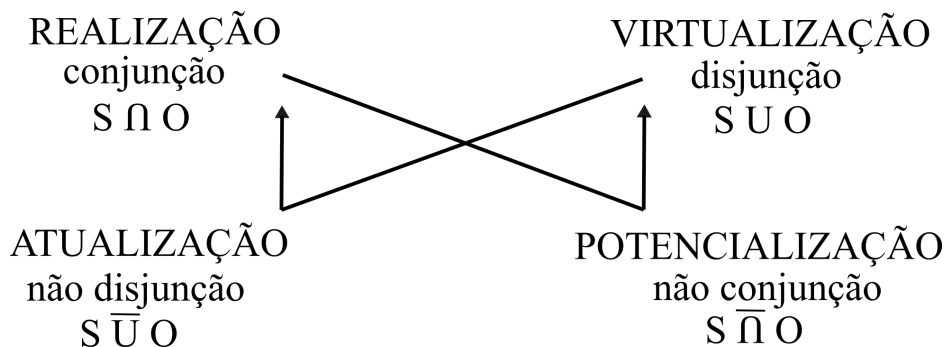
Para não haver confusões quanto ao que dissemos acima, lembramos que a acepção terminológica atribuída ao termo *virtualização* em *Semiótica das paixões*, onde ele seria associado à *não conjunção* (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 52-55, p. 131-133), foi posteriormente alterada no escopo da teoria, por conta de uma inconveniência na distribuição dos termos propostos para o esquema de articulação desses modos de existência. O termo *atualização*, por sua vez, havia sido utilizado para denominar a posição de *disjunção entre sujeito e objeto*. Junto com Fontanille e Zilberberg (2001, p. 134), concordamos que essa última associação soava algo contra-intuitiva. Vemos que tal afirmação se justifica, entre outros fatores, pelo fato de que a ideia de “atualidade” remete (em uma de suas acepções possíveis) à concomitância de um evento com um plano temporal presente. A posição que o termo ocupava no esquema teórico então proposto dizia respeito a uma etapa na qual ocorreria a *disjunção entre os actantes sujeito e objeto*, o que contradizia o

significado almejado. Fontanille e Zilberberg (2001) expressam outro argumento em favor dessa nova formulação.

(i) a acepção linguística mais corrente da atualização é a de uma 'subida' das estruturas virtuais em direção à manifestação e, por conseguinte, em direção à realização, e (ii) a potencialização, principalmente pelo efeito da praxis enunciativa, conduz a um retorno das formas do uso para o sistema ou, pelo menos, a uma *memória esquemática* que fica em seu lugar (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 58, grifo nosso).

No tocante a essa discussão, lembramos que Coelho (2014), no primeiro capítulo de sua tese de doutoramento, a qual resultou em livro, realiza uma detalhada discussão a respeito da evolução, na semiótica, da problemática dos “modos de existência” (p. 21-70), explicando pormenorizadamente a alteração ocorrida. Segue abaixo uma maneira de representar esquematicamente a proposta corrente, da qual nos valem neste estudo.

Figura 1.1 – Modos de existência semióticos



Fonte: Reprodução nossa, baseados em Fontanille e Zilberberg (2001, p. 58).

O gráfico acima representa as fases previstas em teoria para a relação juntiva do sujeito com o objeto narrativo. Nela, uma eventual trajetória percorrida segue a movimentação presumida da articulação lógica do quadrado semiótico (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 400-404). Assim, por exemplo, a negação de um dos termos contrários, do eixo superior (*realização* ou *virtualização*), faz com que uma grandeza semiótica se dirija a seus termos contraditórios (*atualização* ou *potencialização*). Estes, por sua vez, guardam uma relação de implicação os termos opostos do eixo superior. Retomando o ponto em que estávamos antes de ingressar nesta explicação a respeito dos modos de existência, vemos que a habilidade humana de construção de cenas subjetivas consiste em uma maneira de fazer com que um ente *in absentia* se apresente, pela via linguageira, para uma consciência dada.

Como propõe Lopes (1989/1990) na citação transcrita anteriormente (p. 156), consideramos que há um vínculo entre a elaboração mental dos processos significantes feitas por nós e o ordenamento prático de nossas ações. Uma pessoa normalmente se engaja de maneira voluntária em um projeto de ação a partir do momento em que elabora em seu interior, em alguma medida, o encadeamento desses fazeres em uma realização. A partir desse vislumbre, a operação pode estar motivada por finalidades artísticas, utilitárias ou pragmáticas, entre outras possibilidades que poderiam ser reconhecidas. Nesse sentido, ressaltamos que, quando fazemos menção a uma variedade de formas de estruturação do fazer, queremos aqui ir além da lógica intencional, afinal, vemo-la como apenas uma das possibilidades de justificação da transformação, entre outras.

Além disso, o *sujeito* (aquele que quer) e o *objeto* (aquele que é querido) – os dois fúntivos dessa relação que talvez seja a mais primordial do nível narrativo – são há tempos reconhecidos na teoria como elementos constituintes da função que subjaz ao movimento de *busca*, ou da *liquidação da falta*. No caso de um *objeto*, poderíamos falar de um programa de fuga ou evitação. As duas instâncias citadas seriam parte da estrutura subjacente a toda narrativa, e as bases para sua formulação se derivariam do estudo das funções do conto maravilhoso, de Propp (1984). A *falta* seria o termo da metalinguagem para expressar a *disjunção* inicial entre sujeito e objeto (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 205-206). Indo além dessa proposta, Zilberberg (2006a), nos anos 1980, postularia um mecanismo conceptual que descreve a busca e a recessão feitas pelo primeiro actante, denominando-as a partir da *categoria do fazer missivo* (p. 130-147). A expressão cunhada serviria para designar um termo complexo do qual se derivam o fazer *emissivo* – tomado como o curso natural do *programa narrativo* – e o fazer *remissivo*, fúntivo associado ao *antiprograma* (p. 133). Tal modelo, a nosso ver, é mais adequado para a descrição da movimentação do sujeito diante do objeto, esteja o primeiro caminhando em direção ao segundo, ou bem se estagnando nesse percurso.

Retomando ainda alguns pontos do texto de Lopes (1989/1990), interessa-nos também a postulação do autor que recupera conceitos oriundos do pensamento psicanalítico, realizando uma divisão na constituição da identidade subjetiva em três partes. Esta seria elaborada com base em uma estrutura linguística temporalizada. A primeira dessas parcelas subjetivas remeteria ao *eu carente* (associado ao “eu presente”) e estaria caracterizada por um senso paradójico de identidade e incompletude. O sujeito seria composto pela soma do que foi um dia no passado, assim como do embrião do que viria a ser no futuro. Isso lhe garantiria certa integridade, mas, ao mesmo tempo, faria com que não pudesse ser reduzido àquilo que foi anteriormente e nem que pudesse ser, completamente, o seu vir a ser.

A segunda parte constitutiva da identidade subjetiva esboçada rapidamente pelo autor (LOPES, 1989/1990, p. 159-160) é a do *eu ideal* (“eu passado”), uma espécie de imagem do ser infantil que o sujeito julga que foi. Ela está ligada ao tempo do “não mais poder ser”, uma vez que, exceto em alguma forma de narrativa experimental, não há forma de se voltar a ser o que se foi um dia. No outro extremo do esquema estaria o *ideal do eu* (“eu futuro”), ou seja, aquilo que, no sujeito, representa o que ele ainda não seria, e que está em relação aberta com o que há de vir. Por sua vez, essa última parcela da subjetividade é descrita pelo autor como uma entidade associada ao complexo modal do *poder ser* (p. 159-169), ou algo como um “ainda poder ser”. Assim, o sujeito viveria vinculado a um movimento pendular, seja próximo de um processo de identificação perfectiva de si e do objeto (ou dos valores a ele relacionados), seja, igualmente, a um inacabamento no que diz respeito ao reconhecimento de si e daquilo que deseja. Estando o sujeito, em sua condição de *ser carente*, apto apenas a construir as cenas do *ideal do eu* – projeção ao futuro – a partir do *eu ideal*, imagem do passado (p. 160), o delineamento identitário seria imperfeito, assim como a determinação objetiva.

Sem querer nos aprofundar em demasia nessa proposta, haveria, aí, elementos suficientes para o reconhecimento de que um sujeito semiótico complexo não pode ser visto como um ser sumariamente definido, mas como um ente que vive em meio a uma profundidade constitutiva. Este estaria “suspenso” em meio às contrações e às descontrações decorrentes das variações fônicas. Para Lopes (1989/1990) a *foria* é também “rítmica”, pois está relacionada ao “percurso passional da vida interior de um sujeito” (p. 158). Para relacionar as compreensões desse autor com o que estamos investigando aqui, em primeiro lugar, vemos que o protagonismo subjetivo é um mecanismo que se constitui a partir da capacidade subjetiva de construção de cenas internas antes de elas de se converterem em fazeres efetivos. O protagonista precisa ter condições de avaliar e definir seus objetivos principais previamente à ação, conferindo a eles qualidades destacadas. Assim, igualmente se trata de uma problemática relacionada ao assunto da *estratégia narrativa*. Essa noção remete à organização superior que articula os diferentes percursos narrativos em uma manifestação textual dada (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 182). Além disso, outro ponto que aproxima nossa problemática das reflexões de Lopes (1989/1990) está na ideia de que existe uma *imperfectividade na construção identitária do sujeito*. Isso surge como uma problematização que se faz a um ser que, inicialmente na teoria, julgava-se plenamente autônomo. Tornado mais complexo o aparato teórico que nos serve de referência, sigamos com o nosso exame, agora trabalhando o debate a respeito do fenômeno do *reconhecimento*.

Para enriquecer as nossas reflexões a respeito dos mecanismos semióticos inerentes à constituição de um senso de protagonismo individual, algumas reflexões do filósofo Paul Ricoeur

(2006) nos pareceram bastante pertinentes. Na obra mencionada, o autor debate o estatuto semântico do termo “reconhecimento”, partindo da alegação de que ele não teria sido devidamente tratado pelos pensadores ao longo da história (p. 13). Mesmo sendo o teórico advindo de um campo do saber diferente do nosso, e, assim, estando ocupado de objetivos investigativos que não são exatamente os da nossa disciplina, suas reflexões nos instigaram suficientemente para julgarmos importante mencioná-las. Fazemos tal aproximação também ancorados em Harkot-de-La-Taille (2016a), pesquisadora brasileira que seria uma das pioneiras no trabalho com o paralelo entre a semiótica e a obra de Paul Ricoeur. A autora consideraria que ambas as teorias seriam comunicantes, uma vez que buscariam entender a relação *pessoa-significação*. O filósofo estaria buscando depreender a pessoa a partir dessa problemática, ao passo que os semioticistas almejariam compreender a significação, com base nessa mesma dependência (p. 50). Discini (2018) recupera palavras de texto escrito pelo filósofo, argumentando que, muito embora ele tivesse pensado, em dado momento, que Greimas poderia ter um pensamento incompatível com o seu (por suas raízes estruturalistas), ao final, teria reconhecido, no lituano, uma referência rica para o estudo da subjetividade (p. 117-118).

No segundo estudo presente na obra examinada de Ricoeur (2006), intitulado “Reconhecer-se a si mesmo” (p. 85-166), o autor realiza investigações em quatro frentes, das quais duas nos interessam especialmente neste momento. A primeira delas trata sobre a narratividade que está presente na construção identitária. No ato reflexivo de “se narrar”, argumenta, a identidade pessoal seria projetada como *identidade narrativa* (p. 114). Ao afirmar que “é personagem aquele que *faz a ação na narrativa*” (p. 115, grifos do autor), vemos que o filósofo está se referindo, com outras palavras, àquilo que, em semiótica, concebeu-se como o actante que é responsável pela operação em uma *transformação narrativa, o sujeito do fazer*. Vejamos como Ricoeur (2006) trabalha a importância da operação na caracterização da identidade.

É nessa medida que a identidade pessoal, considerada em sua duração, pode ser definida como identidade narrativa, no cruzamento da coerência conferida pelo pôr em intriga com a discordância suscitada pelas peripécias da ação narrada (RICOEUR, 2006, p. 116).

O reconhecimento da duração na determinação da identidade narrativa corresponde à inclusão de algo como uma “historicidade” agregada ao aparato descritivo do sujeito. Essa complexificação está relacionada, com base na teoria de Ricoeur (2006), ao princípio da *ipseidade*, que prevê uma mutabilidade e um diálogo na constituição do si. A ipseidade estaria vinculada à consciência reflexiva e seria considerada como coincidente com os conceitos de *self* e de *selfhood* do inglês (p. 105). Ainda, ela é oposta, por um lado, ao princípio da *identidade idem*, de caráter

contínuo, que, por sua vez, faz com que uma identidade seja a mesma em suas diversas ocorrências. Há proximidade entre isso e o proposto por Lopes (1989/1990). Essa instância da *identidade idem* parece estar relacionada, por exemplo, aos procedimentos de *anaforização*, os quais garantem a manutenção de uma identidade em uma sequência discursiva, mencionados também por Greimas e Courtés (2012, p. 488). Voltando a Ricoeur (2006), a sua definição de identidade combina a tensão entre o *idem* e o *ipse*, além de colocá-las em relação com um terceiro elemento, o *alter*. Este último estaria associado ao reconhecimento mútuo, no sentido de que uma pessoa precisa do reconhecimento de si feito por outra para se constituir integralmente (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2016a, p. 47-48).

Tendo como pano de fundo a Antiguidade Grega, Ricoeur (2006) também encontra, já na forma de construção dos personagens trágicos e épicos, algo que identificaria os jogos de força transcorridos nos “centros decisórios individuais”, os movimentos de negociação entre sentimentos conflitantes e a tomada de decisões. Ao examinar a profundidade subjetiva inerente às problemáticas dessa literatura, o autor encontra manifestações do princípio do reconhecimento de si e da responsabilidade (p. 87-104). A mencionada “colocação em intriga”, transcrita no trecho citado anteriormente, segundo Ricoeur (2006), retomaria a ideia de *muthos*, a qual estaria presente na *Poética* de Aristóteles (2013). Ela estaria referida a “um equilíbrio dinâmico entre uma exigência de concordância e a admissão de discordâncias” (RICOEUR, 2006, p. 114) na constituição de uma narrativa. Tal noção seria caracterizada, em outras palavras, por uma “configuração inteligível” atribuída a um conjunto heterogêneo de intenções, causas e acasos (p. 114).

Harkot-de-La-Taille (2016a), em leitura do filósofo, explica a sua leitura da diferença entre o *idem* e o *ipse*.

O primeiro, o *idem*, é uma instância que consiste na vontade de constância, do estável, daquilo que mantém alguém reconhecível ao longo da vida; o segundo, o *ipse*, insere a pessoa no momento histórico, é mutável, constitui o lugar da consciência de si, do engajamento, das reações da história de vida perante as alterações das circunstâncias e as vicissitudes do coração, sempre em tensão dialética com o primeiro (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2016a, p. 47, grifos da autora).

Em síntese, vemos aqui como os estudos narratológicos, os quais Ricoeur (2006) cita explicitamente (p. 115), contribuem com a construção da ideia de *identidade narrativa*. Entre as fontes teóricas da área citadas pelo filósofo nessa obra figuram Propp e Greimas. Para Ricoeur (2006), a identidade narrativa pressupõe os atos de narrar e de se narrar, realizados pelo sujeito (p. 115). Podemos compreender essa proposição também a partir dos conceitos de *sujeito pragmático* e *sujeito cognitivo*, postulados por Greimas e Courtés (2012, p. 488). O reconhecimento identitário

preveria um agenciamento de pelo menos dois planos semióticos, o do *reconhecimento de si e de outrem (cognitivo)*, e o da *percepção da ação*, uma apreensão cognitiva feita do *plano pragmático*.

A segunda das frentes da obra de Ricoeur (2006) analisada que nos interessa ressaltar agora diz respeito às investigações da *memória* e da *promessa*, tomadas como formulações essenciais das temporalidades *retrospectiva* e *prospectiva* na construção da identidade, as quais dialogam com as colocações acima mencionadas, de Lopes (1989/1990). O autor francês menciona, de partida, a tendência da primeira à *mesmidade* ao passo que a segunda convergeria em direção à *ipseidade* (RICOEUR, 2006, p. 123-124). Quando nos lembramos de nossas histórias, o procedimento de reconhecimento tende a se efetivar criando uma sensação de semelhança que liga a representação daquilo que fizemos ou sentimos então àquilo que hoje acreditamos ser. Isso acontece graças ao *ato de apropriação*, o qual faz com que possamos considerar essa imagem como uma realização nossa. Já no *ato de prometer*, existiria uma projeção que faria com que nos esforçássemos quanto a seu cumprimento, daí, o seu caráter diferencial.

O reconhecimento presente na memória é importante para a construção da identidade narrativa pois é ele quem traz elementos para que o indivíduo possa se edificar. O esquecimento é também parte de sua problemática, na medida em que o silêncio é uma ameaça constante às imagens de nossas vivências. Uma obliteração poderia se dar de maneira temporária ou de modo irremediável. A triagem de nosso aparato psíquico faz com que nos lembremos de algumas coisas apenas e isso será determinante na construção da concepção de si, afinal não poderíamos nos valer, para essa composição, de coisas que não pudessem ser lembradas de maneira nenhuma. A teoria psicanalítica problematizará isso ao reconhecer a existência de um esquecimento consciente, criado a partir da ideia de recalçamento. Isso fará da rememoração uma das ações mais importantes no trabalho terapêutico, por meio da recuperação dos traços que remontam a esse esquecimento (RICOEUR, 2006, p. 128), agindo na direção contrária da compulsão à repetição.

A *promessa*, segundo aspecto da temporalidade presente na concepção de identidade narrativa ricoeuriana, seria marcada pelo estabelecimento de um compromisso de futuro (p. 138). Nesse sentido, o não cumprimento do que se prometeu fazer constitui um risco constante, a ameaça de não se fazer jus à palavra dita. É assim que o autor associa a ideia de *ipseidade*, dialógica, à natureza da promessa. Esta última estaria marcada pela presença do outro, aquele ao qual se realiza esse ato ilocutório. Em termos da semiótica narrativa, veríamos, aí, uma estrutura de *manipulação intersubjetiva*, que partiria do ator discursivo investido por aquele que promete, e que se dirigiria àquele a quem a ação seria feita. Obviamente, após a realização do *fazer*, seguiria a *sanção*, que definiria o reconhecimento e, eventualmente, a retribuição, realizados pelo *destinador-julgador* ao *destinatário-julgado*. Mas tudo isso, na sua obra examinada, estaria relacionado ao problema da

presença da temporalidade futura na constituição da identidade. Observados esses pontos, passaremos à contemplação de outros aspectos relacionados à constituição semiótica do protagonismo.

O *ator protagonista*, como vimos, deve estar *ativamente engajado em um projeto de atividade*, o qual exige uma *atribuição de significado*, um *sentido*. Tratando do problema em uma intersecção entre narratividade e superficialidade discursiva, caso a avaliação que instaura o valor do objeto seja feita *pelo mesmo ator que age*, subentende-se que esse ator possuiria uma capacidade de julgar ou que, em outras palavras, ele está apto a atribuir valores a diferentes trajetórias, das quais escolheria uma como sendo a mais importante. Assim, um “protagonismo utópico”, além de ser entendido como fruto de uma elaboração íntima baseada, entre outros pontos, em um sujeito que se reconhece por meio da construção de uma autoimagem, pressuporia, em termos narrativos, um *sincretismo atorial das funções de destinador-manipulador e destinatário-manipulado*. Ou seja, teríamos, nesse caso, um único ator desempenhando os dois papéis actanciais. Outra forma de se nomear teoricamente esse fenômeno seria chamá-lo *manipulação reflexiva*, caso tomássemos o primeiro termo na acepção da metalinguagem semiótica canônica, antes de Landowski (2014). O autor mencionado atribui um lugar mais localizado ao termo na teoria, como veremos no segundo capítulo. De todo modo, na época de escrita do *Dicionário de Semiótica* (por volta do ano de 1979), o conceito serviria para designar *o fazer que um sujeito realizava sobre o fazer do outro*; em outros termos, diríamos que ele denomina o ato de *fazer fazer* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 300-301).

Uma terceira alternativa terminológica às opções mencionadas anteriormente é denominar tal tipo de construção semiótica um *sujeito autodestinado*. Essa designação trabalha, simultaneamente, com elementos dos níveis narrativo (sujeito, destinador) e discursivo (prefixo *auto-*, que remeteria a um mesmo ator discursivo). A nosso ver, isso tenderia a conotar uma “mistura” de elementos de planos diferentes do percurso gerativo canônico, coisa que parece inevitável para se trabalhar com nossa problemática. Por fim, a *quarta possibilidade* que encontramos para nomear esse tipo de construção semiótica foi chamá-lo *contrato reflexivo*. Acreditamos que esta derradeira opção é *a mais adequada entre todas*, por realçar a importância do *fator epistêmico, contratual*, da relação em pauta, algo crucial no processo da intersubjetividade. Assim, aplicaremos tal expressão para descrever construções nas quais o ator que investe discursivamente o papel de sujeito narrativo é também o responsável pela motivação e viabilização concreta de seus atos.

Greimas e Courtés (2012), no *Dicionário de Semiótica*, já previam a existência de diferentes tipos de *contrato narrativo*. Mencionavam, por exemplo, as diferenças dos *contratos unilateral* ou *recíproco*, o primeiro caracterizado por uma estrutura de proposição - aceitação, e o

segundo a partir de um cruzamento nas relações contraídas entre actantes (p. 99-101). Há também menção, nesse momento, ao *contrato fiduciário*, que explora, sobretudo, a importância de uma “afinação” no que dizia respeito à dimensão cognitiva por trás da atribuição de valores ao objeto pelo destinador e pelo destinatário, além de prever o possível fluxo anterior de um fazer persuasivo-interpretativo nessa relação. Os autores igualmente trabalhavam com a noção nos planos da enunciação, constituindo-se, assim, os *contratos enuncivos e enunciativos*. Estes últimos seriam considerados também *contratos de veridicção* (p. 101), ou seja, aqueles que estão referidos à articulação da problemática da verdade no discurso. Nesse sentido, o *contrato reflexivo* aqui proposto se apresenta como uma forma adicional de aplicação do conceito greimasiano, sendo tomado, no caso, a partir da constatação de que há um sincretismo atorial no processo intersubjetivo em pauta, em um texto examinado.

Tendo já o aparato instrumental da semiótica nos feito o favor de discernir entre aquilo que é o sujeito narrativo e o que são seus investimentos discursivos, uma construção superficial que manifeste um ator coletivo como protagonista (uma nação, etnia, grupo político, grupo de jovens, etc.) nos é perfeitamente descritível. Essa instância “mais encorpada” do ator, por um lado, aumenta o alcance de aplicação da nossa proposta teórica, ao mesmo tempo em que a complexifica. Entre outros problemas, isso torna mais difícil a determinação a respeito do que seriam os universos *interoceptivo, exteroceptivo e proprioceptivo* nesses casos, muito embora já tivéssemos essa dificuldade, em menor medida, quando trabalhávamos com atores individuais. Como constatar se um valor é efetivamente assumido por uma coletividade? Isso apenas é possível de ser feito a partir da análise dos elementos textuais disponíveis. A problemática da adesão dos diferentes participantes a esse “corpo” do ator coletivo toma lugar aí, sendo necessário verificar também, pelos meios que forem possíveis, nos textos, quais vozes individuais estariam nesse grupo unificadas e também examinar o seu fator de coesão. Além disso, poderíamos considerar as diferentes formas de participação que esses atores individuais poderiam ter na coletividade.

Ricoeur (2006, p. 147-160) também trabalha o assunto das capacidades e ações no plano dos agrupamentos humanos. O autor parte da ideia de representações sociais coletivas, tomada da historiografia contemporânea (Bernard Lepetit), analisando as práticas a partir da ideia de representações coletivas. Estas seriam formas de mediação simbólica que, inclusive, contribuiriam para a instauração dos vínculos sociais entre as pessoas. As representações estariam associadas às identidades coletivas, ligadas, por sua vez, à capacidade de reconhecimento. Esse fenômeno poderia ser reflexivo ou transitivo, exercido sobre o outro, a depender do jogo ideológico em pauta. As práticas sociais seriam tomadas como as instâncias que trabalham a mobilidade dessas construções,

tendo a figura do *protagonista social* (individual ou coletivo) o estatuto de agente dessas mudanças (p. 150).

Dito isso, seguiremos em nossa empreitada em busca da compreensão de alguns dos construtos semióticos subjacentes à ideia de protagonismo, observando referências que vêm, ainda, de outras áreas teóricas.

2. Colocando o ideal do indivíduo livre em perspectiva

Tendo examinado, no item anterior, maneiras pelas quais podemos enxergar a problemática do protagonismo em semiótica, neste segundo momento, desejamos explorar brevemente as discussões referentes ao tema da autonomia individual em alguns sistemas sociais da história, a partir de propostas feitas por Campbell (2016). Isso se justifica uma vez que relacionamos o funcionamento do princípio do protagonismo subjetivo com a capacidade do sujeito de estabelecer um contrato reflexivo para a realização do fazer narrativo. Greimas e Courtés (2012, p. 372-374), tratando de problemática similar, postulavam que as configurações modais do *poder fazer (liberdade)* e do *poder não fazer (independência)* seriam formas de articular uma categoria relacionada à problemática em pauta, trabalhando-a sob a lógica de funcionamento do quadrado semiótico na etapa da atualização narrativa. Estamos conscientes do fato de que os termos entre parênteses acima, na teoria, designam modos específicos de funcionamento em um nível modal e, logo, que o senso comum não possui acepções plenamente coincidentes com seus significados na metalinguagem semiótica. Ainda assim, julgamos que os debates abaixo nos auxiliam a enxergar o campo filosófico relacionado à liberdade em meio a um panorama e, assim, oferecem uma contextualização que nos prepara para o ingresso no tratamento do protagonismo como um fenômeno de significação de maneira mais focada adiante.

A valorização da liberdade individual, nos diferentes sistemas culturais da humanidade, não é uma constante, como poderíamos, em um primeiro momento, suspeitar. Se partíssemos de um raciocínio inocente, poderíamos pensar que qualquer sociedade teria razões suficientes para constituir seu funcionamento estrutural pautada nesse princípio de base. Não seria a liberdade individual algo desejável *a priori*? É evidente que sim, porém a própria noção de “indivíduo” tem diversas acepções, a depender das sociedades e das épocas às quais nos referimos. Na sociedade xavante, por exemplo - realidade com a qual tivemos a felicidade de conviver durante a realização da coleta de entrevistas para esta investigação - a noção de individualidade é permeada por inúmeros *pertencimentos coletivos*, que complexificam a experiência social do indivíduo (LOPES DA SILVA, 2014, p. 107). Outro ponto interessante nesse sentido é o fato de que as práticas de nomeação, nesse grupo étnico, são também bastante diferentes daquelas que estamos acostumados

a lidar em nossas sociedades industriais e capitalistas. Teremos a oportunidade de olhar um pouco mais para esse fenômeno no capítulo 5 da tese. Além disso, a lógica de transformação e consolidação dos sistemas sociais não se pauta apenas nas aspirações ou nos desejos das pessoas, sendo influenciada, sobretudo, pelo poder dos grupos hegemônicos, em muitos casos.

Sociedades que fossem exageradamente pautadas na perpetuação de tradições ou na manutenção de estruturas de poder ligadas a determinados grupos, poderíamos supor, dariam menos valor à disseminação das autonomias individuais. Neste estudo que apenas se aproxima (por admiração) do aprofundamento de um estudo antropológico não nos caberia afirmar muito nesse sentido. Por outro lado, em nossa condição de analistas de textos, podemos perfeitamente bem vislumbrar a possibilidade de um texto que trate disforicamente o tema da liberdade individual por tomá-lo como inimigo dos valores de uma sociedade. Afinal, quando um personagem principal parte em busca de seus objetivos, especialmente aquele mais extrovertido ou orientado pela força de seu desejo pessoal, ele não faz caso de passar por cima das convenções instituídas para conseguir o que almeja e isso poderia ser uma afronta ao *status quo*. As possibilidades de realização textuais são um universo aberto, nossa capacidade de as compreender é que tem lá seus limites.

Sigamos pensando em uma variedade de culturas. As universidades parecem ser atualmente compostas, majoritariamente, por pessoas que nasceram e se formaram em meio a complexos sócio-históricos relacionados às sociedades industriais modernas. No caso brasileiro, somos marcados também por nosso passado colonial e escravista. De certa forma, nossos posicionamentos e visões como cientistas estão sujeitos a serem permeados por essas “heranças”. A presença de um olhar autônomo e da alteridade nos âmbitos de pesquisa deve ser vista com bons olhos, afinal a diversidade de perspectivas pode trazer inúmeros benefícios do ponto de vista do desenvolvimento científico. As divergências podem ser tremendamente estimulantes e é por isso que apoiamos a promoção de políticas inclusivas e reparatórias nesses domínios.

O que seria o ideal da liberdade individual em meio a uma sociedade não monetizada? Como pensar tal possibilidade para culturas que se instauram com base em complexos sistemas de troca? Como pensar em formas de liberdade que se estruturam para além da concepção da propriedade privada? Eis algumas perguntas que nos acompanharão nesta pesquisa, em especial quando nos dedicarmos a observar as construções semióticas nos discursos dos jovens indígenas, como veremos adiante. Seja como for, deixaremos os juízos referentes a essa interessante discussão para os pesquisadores que a estudam em seus diferentes aspectos. Sigamos nossas reflexões com base nas reflexões de um pesquisador da área da mitologia comparada, tratando da liberdade individual em meio a seus objetos de análise.

O norte-americano J. Campbell (2016), em entrevista concedida ao jornalista B. Moyers, identificava o nascimento daquilo que poderíamos chamar de um “ideal da individualidade” a partir do florescimento da noção de amor no mundo ocidental. Segue um trecho da argumentação que fundamenta o seu raciocínio.

A melhor parte da tradição ocidental expressou reconhecimento e respeito pelo indivíduo como entidade viva. A função da sociedade é promover o indivíduo. Não é função do indivíduo promover a sociedade (CAMPBELL, 2016, p. 202).

Em primeiro lugar, ressaltamos que nos negamos a efetuar leituras simplistas que poderiam nutrir, a partir do tipo de raciocínio exposto acima, um sentimento de orgulho por sermos cidadãos brasileiros, que vivemos em uma sociedade de caráter pós-colonial cujas origens incluem legados europeus e ocidentais, assim como africanos e indígenas, entre outros. Campbell (2016) identifica, analisando em termos genéricos a poesia trovadoresca do Séc. XII, o germe de um pensamento tido como revolucionário. A importância de tal movimento se justifica porque o estabelecimento de um “ideal do amor” estaria posicionado, na época, contra o que seria um discurso religioso hegemônico. As ideias pregadas afirmariam a *força da experiência individual* e do empenho de uma pessoa em vivenciar a união amorosa a despeito do que postulavam as estruturas sociais majoritárias vigentes. Antes disso, argumenta o autor, o amor simplesmente não existia tal como o concebemos hoje (p. 196). O próprio casamento, figura-chave de investimento discursivo desse tema, seria, então, comumente celebrado por meio de arranjos pré-determinados (p. 199). Assim, a união conjugal estaria configurada mais pelos sentidos de conveniência familiar, patrimônio ou religião do que por uma aproximação realizada entre duas pessoas apaixonadas.

Antes disso, por exemplo, na Grécia Antiga, haveria a diferença entre as ideias de Éros (*Erōs*, Ἔρως, BAILLY, 1935, p. 813), que designaria algo como a paixão, o afeto impulsivo, o arrebatamento e o desejo entre corpos atraídos; e ágape (*agapē*, ἀγάπη, BAILLY, 1935, p. 7), por sua vez, a compaixão de uma pessoa pela outra, o ato de amar fraternalmente, uma forma de amor considerada pelo autor americano citado como uma noção próxima daquela por trás do relacionamento altruísta que teria se tornado a base da doutrina cristã (CAMPBELL, 2016, p. 196). Para Campbell (2016), a síntese dessas duas concepções em uma única instância apenas teria se dado efetivamente a partir do desenvolvimento do ideal do amor, presente na poesia dos trovadores.

O autor afirma ainda que, na tradição oriental, já existiam histórias que caminhavam no sentido de um reconhecimento da força do poder individual para a realização das pessoas diante das coerções e influências exteriores, mas apenas no mundo ocidental isso teria ocorrido até as últimas consequências e teria se convertido no princípio de um sistema social (CAMPBELL, 2016, p. 202). A ênfase dada à experiência pessoal, contida na ideia de ligação direta entre dois indivíduos no caso

do amor cortês, iria de encontro à doutrina espiritual da época, que postularia que uma bem aventurança efetiva só podia acontecer pela via da igreja, por meio do cumprimento dos preceitos religiosos. Assim, o ideal de amor é tomado pelo americano como a semente de um movimento que traria consigo a valorização da emancipação do indivíduo com relação à tradição.

Se essa reflexão de Campbell (2016) situa o início de um período da história do Ocidente no qual os ideais de uma liberdade individual possivelmente teriam se tornado mais valorizados, é necessário reconhecer que a temática ancestral da libertação das pessoas ou dos espíritos da experiência do sofrimento é vasta, tendo sido debatida por estudiosos das mais diversas culturas há milênios. Na cultura védica, por exemplo, cujos escritos primeiros (os *Vedas*) remontam a milhares de anos antes de Cristo, já se verificavam menções ao que seria o caminho da iluminação, ou *moksha* (SARASWATI, 2007, p. 33). A palavra “*veda*”, no idioma, significa conhecimento (SCHARF, Peter M. (org.), 2015, verb. “*Veda*”), e também dá nome a um conjunto de textos antigos que especulam sobre o que seria o conhecimento espiritual. Em sânscrito, *moksha* significaria liberação, estando a noção ligada à ideia de uma emancipação dos espíritos das pessoas das forças do destino e das encarnações repetidas, sendo estas últimas conhecidas na comunidade hindu segundo o conceito de *samsara*, um ciclo de renascimentos e mortes (SARASWATI, 2007, p. 33; VERMA, 2003, p. 38).

O pensamento de base da literatura védica, que poderíamos considerar como constituinte da cosmovisão hinduísta, encontra-se ainda vivo em algumas das formas de vida da Índia, assim como nas palavras e filosofias de movimentos holísticos contemporâneos e mundiais como o da yoga, que pregaria uma integração das práticas corporais, mentais e espirituais em busca do aprimoramento da saúde, assim como da qualidade da vida das pessoas. A libertação dos vícios e das ações maléficas poderia ser vista, assim, como uma saída individual para o prolongamento quantitativo e para a melhoria qualitativa da vida. Obviamente, em termos de visão de mundo, muita coisa já se alterou nos milênios de desenvolvimento cultural que separam a escrita desses textos dos dias de hoje, mas, ainda assim, é notável verificar, por exemplo, a resistência de ideais originais dessas obras, por exemplo, nas práticas e estudos realizados por pessoas envolvidas com esse pensamento nos dias de hoje.

3. Considerações etimológicas a respeito do termo protagonismo

A etimologia da palavra *protagonista* une duas raízes linguísticas de origem grega. A primeira delas é *prōtos* (πρῶτος, fem. e neutro) e seu uso original, do grego antigo, parece ter sido o de conferir adjetivação àquilo que se determinava como “primeiro” no idioma (BAILLY, 1935, p. 1693 e HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 2317). Tal radical funcionaria igualmente como um item

lexical independente, podendo atuar como substantivo (o começo, o degrau ou o ponto mais elevado), ou mesmo como advérbio (correspondendo a algo como “inicialmente”). Nas acepções originais, podia qualificar o combatente que lutava no posto mais adiantado, assim como a pessoa que ocupava o primeiro lugar na hierarquia de um setor social dado. No dicionário de grego antigo do qual nos valem (escrito pelo francês Anatole Bailly), o significado do termo é identificado em diversos contextos, os quais incluem a designação dos combatentes na frente mais adiantada da batalha ou daqueles que se encontravam no primeiro escalão (BAILLY, 1935, p. 1693, verb. *Πρώτος*). *Prōtos* como adjetivo estaria referido, ainda, à ideia de um elemento destacado, principal ou mesmo a algo que aconteceria no “primeiro tempo”, no início (p. 1693). Em seu uso como substantivo, encontramos as ideias de início, elevação, melhor qualidade, maior tamanho ou mais alta estatura (p. 1963). O termo é mencionado, também, como advérbio, significando algo como “primeiramente” ou “no início” (p. 1963-1964).

Já a segunda metade da palavra, *agōnistēs* (*ἀγωνιστής*), remete a um lutador ou atleta que concorria nos jogos públicos ou mesmo ao orador que “atuava com a palavra” nas reuniões daquela sociedade em sua antiguidade (BAILLY, 1935, p. 1693 e HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 2317). O universo das práticas agonísticas de então, simultaneamente, diferiria e coincidiria com a noção de “competição” da língua portuguesa contemporânea. Outras línguas latinas também fazem uso de uma construção lexical similar a esta última, tais como o espanhol, o qual se vale dos termos *competición* ou *competencia* para a designar. Por que dizemos que *agōn* (*ἀγών*) coincide e se distingue de competição? A acepção grega prevê que, dentro desse espaço conceptual, estariam abrangidos os concursos, combates, reuniões, jogos ou competições públicas, assim como os locais onde se competia. Segundo Houaiss e Villar (2007), o verbo *agōnizomai* (*ἀγωνίζομαι*) significava “concorrer em jogos públicos, lutar, disputar o prêmio; combater” (p. 2317), ou, na voz passiva, “ser objeto de uma luta, de um combate, ser debatido (falando-se de uma lei)”. Essa forma seria derivada de *agōn*, *ōnos*, “assembleia, reunião, assembleia para os jogos públicos; jogo, concurso, luta, combate; ação militar, batalha; luta judiciária, processo” (p. 2317).

Desse modo, o termo parece remeter a uma concepção mais abrangente do que as incidências atuais designadas pela ideia de “competição”, do português. Dizemos competição no Brasil de hoje, por exemplo, quando estão sendo disputados cargos profissionais, vagas em instituições (concursos, vestibulares, entrevistas de emprego) ou ainda, mais genericamente, quando há uma concorrência de natureza lúdica ou mesmo outras disputas (competições musicais, de rimas, etc.). Há também, evidentemente, as competições esportivas. Porém, no contexto atual, uma contenda jurídica ou uma execução artística dificilmente seriam tomadas como práticas competitivas. Segundo Huizinga (2014), na Grécia Antiga, *agōn* abrangeria as esferas artísticas

(teatro, música), esportivas, militares e também as práticas políticas e jurídicas (p. 80-85). A vida dos gregos seria fortemente marcada por tais experiências (p. 40).

Para ir além da análise das práticas competitivas no contexto da Grécia Antiga, uma vez que o que nos interessa aqui é depreender o mecanismo semiótico subjacente à noção, observemos que Huizinga (2014) se esforça por depreender um dispositivo teórico único, descrevendo o que seria uma *função cultural lúdica*. No caso da cultura grega, o autor defende que essa função abarcaria tanto *agōn* (ἀγών) como *paidiá* (παιδιά), termo utilizado então para designar as brincadeiras infantis (BAILLY, 1935, p. 1439). Este último seria relacionado a *paideia* (παιδεία), cuja noção estaria ligada, além das ideias de infância e juventude, ao ensino e à formação ética no contexto referido (p. 1438). É interessante observar como o agonismo original, noção da qual teria sido derivado o termo “protagonismo”, possuía uma aplicação semântica ampla.

Huizinga (2014) opera com uma noção genérica de jogo para compreender a sua inscrição em meio às práticas humanas em geral, inserindo-a na lógica de um “*complexo jogo-festa-ritual*” (p. 36). Em seu trabalho, chega a postular a denominação *homo ludens*, expressão que intitula o seu estudo, e faz menção à centralidade de tal função na vida humana. Para o autor, as práticas lúdicas seriam algo como o “solo primitivo” sobre o qual teriam sido instaladas as “grandes formas instintivas da vida civilizada” (p. 7). Considera ainda que a instituição do jogo seria, para a maioria das sociedades, anterior mesmo à elaboração de um nome geral para descrever esse tipo de práticas no seio das culturas (p. 34). No trecho selecionado abaixo, vemos como as reflexões situam as práticas agonísticas gregas diante da noção mais ampla proposta pelo autor, de *jogo*.

O ἀγών na vida dos gregos, ou a competição em qualquer outra parte do mundo, possui todas as características formais do *jogo* e, quanto à sua função, pertence quase inteiramente ao domínio da festa, isto é, ao domínio lúdico (HUIZINGA, 2014 p. 36, grifo nosso).

Huizinga (2014) depreende como uma das características essenciais das práticas lúdicas a sua separação espacial do lugar das ações do cotidiano (p. 23). Nesse sentido, os jogos aproximam-se de muitas das práticas espirituais hoje conhecidas, que também prevêm a delimitação do *locus* sagrado em suas ações (comumente sob a figura do templo). A delimitação desse local apartado permite que sejam determinadas, com maior facilidade, diferenciações para a aplicação de regras específicas de funcionamento.

O que acontece no âmbito de um *campo de jogo* tem valor próprio. Nesse sentido, as práticas lúdicas, por vezes, *assemelham-se às linguagens*, por criarem sistemas combinatórios próprios. Assim, mecanismos relacionados à enunciação devem estar vinculados ao funcionamento desse fenômeno, em sua qualidade de sistema de mediação de interações sociais. O dispositivo da

debreagem é reconhecido na linguística francesa como um procedimento pressuposto a qualquer enunciado. Por meio dele, a instância enunciativa cria as condições para que haja o enunciado. Vejamos algumas palavras de Greimas e Courtés (2012) com relação a isso.

“[a *debreagem*] disjunge e projeta para fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados a sua estrutura de base para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 111).

Tal dispositivo nos ajudaria a entender como se daria a passagem de um plano de existência no mundo natural a um plano linguístico, ou de jogo, como no caso examinado anteriormente. Expliquemo-nos melhor. Em semiótica, as categorias que indicam, por exemplo, um *eu*, um *aqui* e um *agora* não são consideradas como evidências da presença efetiva, na situação em pauta, de elementos da realidade. Pela natureza intencional dos atos de linguagem é necessário considerar que, sempre que há enunciado, existe também uma *instância pressuposta*, a qual *cria* o próprio complexo de sujeito-espaço-tempo, antes mesmo de poder se legitimar como verdadeira ou falsa no discurso. Assim, por exemplo, diremos que, no caso da linguagem verbal, existem *debreagens enunciativas* quando há a instalação dos actantes “eu” e “tu”, do espaço do “aqui” e do tempo do “agora”, sendo todos eles relacionados à *esfera da enunciação* (FIORIN, 2001, p. 43). As *debreagens enuncivas* se instauram por meio das *instâncias do enunciado*, a saber o “ele”, o “lá” (ou “alhures”) e o “então” (p. 44).

No âmbito do jogo, o complexo dêitico (*ego, hic, nunc*) relativo à identidade dos indivíduos nas relações sociais comuns poderia, em certos casos, dar lugar a um novo eixo de coordenadas, por meio de um processo que poderia ser considerado, de algum modo, análogo ao que acontece no caso da *debreagem* implícita ao mecanismo de enunciação linguístico. Contudo, cada tipo de prática lúdica apresentará uma estrutura diferente. Em algumas delas, as identidades “sérias” seriam obliteradas em função da *actorialização*, da *temporalização* e da *espacialização* próprias do jogo. Além disso, lembremos que o verbo “jogar”, para algumas línguas latinas, pode ter o sentido de interpretar um papel, como no francês, *jouer un rôle*, ou no espanhol, *jugarse un papel*. No inglês, o verbo *to play*, seria usado principalmente para designar o ato de brincar, mas também serviria para se referir ao desempenho de papéis, como em *to play a role in a scene*. O termo “jogral”, do português – o qual se refere ao artista popular medieval que interpretava números artísticos de diferentes naturezas – seria também derivado do mesmo uso.

Quando nos aproximamos do estudo das *práticas* em uma investigação semiótica, é importante mencionar a obra *Pratiques sémiotiques* (FONTANILLE, 2008), a qual se esforça em levar a imanência da análise a esse campo, buscando alargar o espectro dos analisáveis da disciplina

e propondo, para tanto, a apreensão de novos níveis de pertinência ao olhar do investigador. Segundo Greimas (1975), os estudos da *gestualidade*, igualmente próximos do assunto aqui trabalhado, corresponderiam à “utilização feita pelo homem de seu próprio corpo frente à produção de movimentos organizados em programas que tenham um projeto, um sentido comum” (p. 64 -65). As visões de cada um desses autores constituem perspectivas ligeiramente diferentes para problemáticas aproximadas, como exploraremos adiante. A despeito dessas distinções, a nosso ver, elas poderiam ser vistas como complementares.

Antes de concluir este item da tese, vejamos outra citação de Huizinga (2014).

(...) a essência do jogo está contida na frase ‘há alguma coisa em jogo’. Mas esse ‘alguma coisa’ não é o resultado material do jogo, nem o mero fato de a bola estar no buraco, mas o fato ideal de se ter acertado ou de o jogo ter sido ganho (HUIZINGA, 2014, p. 57).

Como vimos, as práticas agonísticas do contexto grego, além do que entendemos como jogo, poderiam ser vinculadas ao que hoje concebemos como as competições, pois algo costumava ser disputado em suas contendidas. Assim, tais ações estariam relacionadas ao princípio do *risco*. Uma acepção do verbo “jogar” em português é também correspondente a atirar ou arremessar. O ato denotado causaria a passagem ou o deslocamento de um objeto pelo ar. Após “ser jogado”, este último transitaria de um espaço a outro, afinal, com o arremesso, uma coisa deixa de estar no mesmo lugar de antes. Assim, ressaltamos que, indo além das noções de diversão e transformação, os jogos, por vezes, igualmente podem implicar provações físicas e emocionais para os seus participantes, como por exemplo nas competições esportivas, nas provas eliminatórias ou concursos. A etimologia compartilhada do termo “agonia” com *agōn* ilustra também uma proximidade quanto a isso, sendo possível o relacionar à ideia de uma intensificação da experiência vivida. Veremos, no capítulo 5, como, no caso dos jogos e rituais indígenas A'uwe-Xavante, concebidos segundo o termo “*dató*” (FALLEIROS, 2012, p. 47), também está envolvida a problemática da resistência (ao frio, ao calor, ao cansaço), consideradas importantes para a formação do indivíduo na cultura.

Para concluir nossas considerações etimológicas, retornando à análise inicial, com a união dos dois radicais chegamos ao termo *prōtagōnistēs* (*πρωταγωνιστής*, BAILLY, 1935, p. 1692) que, segundo as fontes consultadas, designaria, igualmente, aquele que combatia na primeira fila (na esfera militar); o ator encarregado do papel principal, no âmbito do teatro; aquele tinha direito a voz em uma assembleia política; aquele que tinha o primeiro lugar nos jogos públicos, nos combates, nas disputas de prêmios (BAILLY, 1935, p. 1692 e HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 2317). Na voz passiva, o termo também poderia designar o objeto de uma luta ou o tema debatido (no caso da

legislação, por exemplo) (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 2317). Tendo examinado algumas das principais acepções históricas do termo, prossigamos com o exame de utilizações mais correntes da noção de protagonismo.

4. A ideia contemporânea de protagonismo social

Ao reconhecer o papel das estruturas de linguagem em nossa experiência no mundo, percebemos o potencial dos estudos semióticos na compreensão desse conceito transversal e muito utilizado na contemporaneidade para expressar a capacidade de destaque de um indivíduo em um percurso de ação dado. Conforme dito anteriormente, há diferentes acepções do termo, assim como várias maneiras de se enxergar a problemática do *protagonismo*. Como um fenômeno textual, no qual um ator e suas ações tomam destaque dos demais acontecimentos da narrativa; como um fato social, onde um ator se encarrega de realizar uma transformação dada cara a uma coletividade; como motivação e planejamento interno do sujeito que, *a partir de um sistema de valores próprio*, dimensiona, determina e sanciona a sua colocação no mundo, estando, segundo esta derradeira acepção, também relacionado à ideia de *estratégia narrativa*, mencionada anteriormente.

Como maneira de nos aproximarmos de pontos de intersecção disso que estamos observando diante de outras disciplinas, tomamos, em primeiro lugar, obras de Costa (2000 e 2007), a respeito de propostas metodológicas para a educação não formal. Landim (1993), Souza (2006) e Touraine (1998), em sociologia, serão observados a partir de suas contribuições no que concerne aos estudos do discurso do *protagonismo juvenil*, do estabelecimento do conceito de *ator social*, assim como da investigação a respeito do universo das *organizações da sociedade civil*. Por fim, tomamos Hart (1992) cujo trabalho está situado na área da psicologia.

4.1 A valorização de um ideal juvenil e a difusão das práticas educativas com protagonismo no país

Uma utilização do termo “protagonismo” no Brasil dos dias atuais vem ganhando especial destaque. Metodologias formativas associadas ao princípio inerente à noção têm reunido um conjunto de concepções e premissas, utilizadas em certas práticas educacionais, em especial junto aos segmentos jovens. Essas ações de ensino visariam, entre outras coisas, fortalecer os mecanismos de inclusão dos indivíduos nessa faixa etária na sociedade brasileira como um todo e ocorreriam majoritariamente em contextos não formais de educação. É digno de nota, porém, que nem todas as pessoas e instituições que falam na importância do protagonismo hoje em dia (que são muitas, diga-se de passagem) estão a par das ideias constantes nas obras iniciais desse movimento. E, cabe ressaltar, um relacionamento superficial com conceitos pode gerar todo tipo de discursos. Nesse

sentido, acreditamos que existe uma tendência de certas visões a avaliar positivamente as ações ligadas ao ideal do protagonismo, como se tudo que se pudesse fazer, sob esse signo, fosse bom ou desejável. Assim, cabe examinar adequadamente, tendo como mote a busca da instauração de ações efetivas em favor de uma justiça social, da democracia e da promoção da liberdade de pensamento em nosso país (entre outros tantos ideais que poderiam ser aqui mencionados), quais são os contextos em que, sim, podemos considerar inclusivas, educativas e emancipadoras determinadas práticas realizadas. Do mesmo modo, devemos observar com cautela as situações que estão sujeitas a ocultar, mesmo que por trás de uma “roupagem atraente” e despojada, graus maiores ou menores de autoritarismo, exclusão ou opressão.

O desenvolvimento da lógica do protagonismo juvenil e de uma *participação* mais enfática dos jovens nos ambientes da educação e do trabalho pareceu ter encontrado as “condições climáticas” ideais para seu desenvolvimento em uma época na qual os atributos associados à juventude passaram a ser valorizados como ideais (agilidade, vivacidade, adaptabilidade, entre outros). Isso se verifica na seguinte citação, extraída de Souza (2006), “numa sociedade em que predomina o mercado, em que os objetos e símbolos são rapidamente consumidos e (...) substituídos, o passado é apagado” (p. 58). Autores consagrados, como Hobsbawm (1995) já trataram esse fenômeno a partir de uma perspectiva internacional, ao analisar acontecimentos históricos do séc. XX. A psicóloga e pesquisadora Maria Rita Kehl (1998), no artigo “A teenagização da cultura”, por sua vez, também atesta, nas últimas décadas desse século, a tendência de “culto” a tudo aquilo que indica jovialidade, seja quanto ao comportamento das pessoas, seja relativo a vestuário, entre outros aspectos, como vemos ilustrado nas palavras transcritas abaixo.

Há trinta anos, todos somos jovens. No 'nosso' tempo, essa história de ser jovem começou a sair de uma certa obscuridade culposa e obediente à qual discursos médicos e morais a haviam relegado. (...) Quanto mais tempo pudermos nos considerar jovens hoje em dia, melhor. Melhor para a indústria de quinquilharias descartáveis, melhor para a publicidade, *melhor para nós?* (KEHL, 1998, p. 1, grifo nosso).

Segundo a autora, um movimento de “teenagização” da cultura ocidental, remontaria, sobretudo, aos anos 1960, com a valorização de tudo o que seriam as pulsões de vida, como a liberação da sexualidade e da agressividade, indo além dos cânones e dos costumes tradicionais. Se, em 1920, segundo a autora, o ideal dos jovens era identificado pelo ato de parecer maduros, nos anos 1990, argumenta, todos queriam parecer jovens. Por outro lado, tal discurso teria sofrido uma apropriação pela pura lógica do mercado, segundo a qual a juventude teria virado uma “condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa” (KEHL, 1998, p. 2). É dessa apropriação

mercadológica e de ordem superficial que surge a pergunta irônica “melhor para nós?”, ao final do trecho transcrito.

Souza (2006), em sua tese *O discurso do protagonismo juvenil*, analisa diferentes materiais comunicacionais (folders, livros, textos divulgados por internet e publicações diversas que tratam de protagonismo juvenil, educação e políticas públicas), em busca de uma síntese a respeito do conjunto de fatores que teriam tornado possível aquilo que identificava como o surgimento do “discurso do protagonismo juvenil”. A pesquisadora encontrou a presença dessa expressão em múltiplas esferas discursivas brasileiras contemporâneas, como, por exemplo, em textos midiáticos, em comunicações institucionais de ONGs, assim como em discursos e práticas políticas variadas (p. 1-18).

Caminhando no mesmo raciocínio da observação mencionada acima – de uma crescente valorização da juventude – a autora identifica, na década de 1990, um momento importante (SOUZA, 2006, p. 53 – 60). Ela argumenta que, nessa época, teriam se multiplicado estudos dedicados a compreender os diferentes segmentos juvenis, tais como punks e darks, rappers, de escola pública, trabalhadores de rua, etc. (p. 53). Isso seria tomado como uma tendência de se conferir mais destaque a esse segmento social na área acadêmica. Essa valorização que os jovens teriam passado a receber poderia ser vista como a aquisição de uma importância desmedida no debate investigativo, ou como uma conquista merecida de uma faixa de idade historicamente desvalorizada.

O desenvolvimento da metodologia do *protagonismo juvenil no Brasil* parece estar relacionado à *atuação de organizações não governamentais*. Por um lado, a expressão “protagonismo juvenil”, aparentemente, ainda não estaria presente no ideário dos centros e instituições que deram origem a elas, por volta das décadas de 1960 a 1980. Tal formulação teria sido apresentada apenas algumas décadas adiante, em meados dos anos 1990. Segundo Souza (2006), a pauta teria surgido junto ao que se conhece, hoje, como as práticas de *educação não formal*, as quais estariam ligadas a ações do *terceiro setor* (p. 109). Esse conjunto social, grosso modo, seria abrangido pelas organizações não governamentais e sem fins lucrativos, uma nova esfera de atuação civil. Elas seriam diferentes das instituições do primeiro e do segundo setores, sendo estes, respectivamente, os domínios estatal e privado. Contudo, a definição a respeito do que comporia de fato esse terceiro setor (também designado como *sociedade civil*) não é muito fácil de ser apreendida e diferentes tipos de organizações poderiam ser consideradas como pertencentes a ele (p. 114). Por exemplo, ele incluiria ou não, em seu corpo, entidades que cobram por seus serviços mas que não necessariamente visam o lucro, como casas de saúde, hospitais, cooperativas etc.? A discussão parece permanecer em aberto.

No plano internacional, Souza (2006) identifica a primeira aparição da expressão “protagonismo juvenil” no ano de 2001 (p. 104), no documento *Protagonismo juvenil em proyectos locales: lecciones del Cono Sur*, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No Brasil, a autora identifica como os principais entidades difusoras da metodologia do protagonismo juvenil a Fundação Educar Dpaschoal, criada em 1989, o Instituto Ayrton Senna, fundado em 1994, e a Fundação Odebrecht, que é de 1965, mas que teria dirigido sua atuação ao segmento juvenil apenas em 1988 (p. 117). Tal forma de educar proporia uma nova maneira de se trabalhar com a juventude, indo além das metodologias escolares tradicionais. Essas formas pedagógicas atuais estariam pautadas em uma inserção e em um diálogo mais amplo dos educandos quanto a suas inserções sociais. As ações citadas buscariam, entre outras coisas, levar os jovens a atuar em espaços e iniciativas que transcenderiam a territorialidade e o alcance da abordagens escolares “clássicas”. Vemos tal afirmação, por exemplo, expressa no discurso de Costa (2000), um dos principais entusiastas da proposta, nas palavras abaixo.

a adoção da perspectiva ético-política e da metodologia do protagonismo juvenil traz como exigência a necessidade de mudanças na cultura das pessoas, das organizações (com ênfase na escola) e no contexto sócio comunitário em que a ação se desenvolve (COSTA , 2000, p. 23).

A escola, entre outras organizações e instâncias, seria tida como uma organização pouco apta a lidar com os desafios da vida aos inícios dos anos 2000. Desde nosso ponto de vista, as críticas feitas à instituição escolar, no trecho transcrito acima, precisam ser analisadas à luz da falta de ações de valorização contínuas em educação e do relativamente baixo investimento financeiro que é feito nesse setor historicamente em nosso país. Reconhecidas as falhas e os acertos das políticas nacionais de educação regular no Brasil, é importante evitarmos julgar profissionais e instituições de ensino sem antes compreender os fatores que levaram à situação atual, uma vez que isso desconsideraria o esforço e as conquistas realizadas cotidianamente pelos professores e comunidades escolares no país, obtidas, muitas vezes, com recursos escassos e sob condições que distam das ideais.

Dados da pesquisa *Education at a Glance 2018 Brazil*, desenvolvida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, ou OECD, em inglês), reforçam uma percepção deficitária da educação no país em diversos aspectos (ORGANISATION, 2018). Ela indica que, por exemplo, os salários dos professores brasileiros, nos dias de hoje, seriam comparativamente baixos se comparados aos das outras 36 nações membros da organização, assim como aos demais países parceiros que participaram da mesma pesquisa. Isso aconteceria muito embora o nosso número médio de alunos por classe (que ainda seria considerado alto) tivesse

diminuído entre 2005 e 2016. Além disso, dados da pesquisa indicam que, apesar de o percentual do PIB nacional investido em educação (da primária à terciária) consistir numa parcela sua relativamente alta (5,5%), o fato de nosso PIB *per capita* ser relativamente baixo implica em um investimento final em educação que *é um dos menores de todos os países participantes da pesquisa*, o que é muito preocupante (p. 4). Além disso, o estudo indica que há uma grande variação regional nas taxas de escolarização em nosso país, convivendo Estados como o Maranhão onde apenas 8% dos jovens adultos tiveram acesso à formação terciária (como a universidade), com o Distrito Federal, onde 33% dos jovens adultos alcançaram essa formação. Enfim, sabemos que a qualidade de um sistema educacional depende de uma série de fatores que vão além de uma suposta falta de percepção ou esforço por parte dos profissionais e instituições atuantes.

Descontada a crítica feita às escolas, mencionada acima, que julgamos fora de contexto, retomemos Costa (2000), nos aspectos que nos parecem mais interessantes de sua proposta. Por exemplo, vemos, em sua perspectiva, uma preocupação constante em proporcionar às formações dos jovens já alguma forma de “engate” com as engrenagens que movem o mundo do trabalho. Faz isso sem, contudo, deixar de lado as preocupações concernentes a uma formação mais ampla, oferecida aos jovens para se desenvolver como indivíduos.

Aqui, a questão fundamental é indagar se, efetivamente, existe maneira mais adequada de preparar as novas gerações para viver a democracia, atuar no mundo do trabalho da era pós-industrial e relacionar-se de forma construtiva e solidária consigo mesmo e com os outros na cultura da pós-modernidade (COSTA, 2000, p. 24).

Ainda no mesmo livro, o autor afirma que o jovem deve atuar sobre seu entorno escolar, comunitário e social para amadurecer no que seria um “processo de autonomização gradativa como pessoa, cidadão e trabalhador” (COSTA, 2000, p. 250). Está expressa na obra analisada a ideia de que o protagonismo juvenil corresponderia a um caminho a partir do qual os educadores formadores poderiam agregar suas contribuições individuais próprias. Sua prática está ancorada fortemente na implementação de ações de voluntariado (p. 206-215). Engajados na realização de diferentes atividades, figurariam jovens em situação de risco (alguns deles moradores de rua), assim como indivíduos de perfis não marginalizados. Além disso, na metodologia é posta certa ênfase em um combate à imagem negativa com a qual alguns deles poderiam estar sujeitos a serem vistos pela sociedade (p. 251). A pauta do protagonismo juvenil surge também no intuito de criar um fortalecimento metodológico que respalde a implementação de políticas públicas de juventude, as quais visariam romper com “os círculos de pobreza, ignorância e brutalidade” (p. 252) que viriam se instalando na América Latina nas últimas décadas.

Em trabalho posterior, Costa (2007) afirma a importância de se valorizar a escola básica. Ademais, estimula que os educadores que trabalham com a perspectiva do protagonismo juvenil reconheçam as práticas desenvolvidas nessas instituições de ensino, como se vê na citação transcrita abaixo, a qual é feita em meio a uma listagem a respeito dos principais desafios que as iniciativas não formais de educação e trabalho teriam que enfrentar para se instituir.

Estabelecer um novo padrão de relacionamento com a escola regular, baseado na convergência, complementaridade e abertura, na disposição de enfrentar em conjunto (escola e entidade) os desafios colocados pela realidade pessoal e social dos adolescentes atendidos (COSTA, 2007, p. 264).

Ainda no mesmo livro, um pouco adiante, Costa (2007) afirmará que as iniciativas não formais de educação e trabalho não se empenharam o suficiente no sentido da garantia do provimento de educação básica para seus educandos, relacionando-se com a escola de uma maneira marcada “pelo distanciamento, pela desconfiança e pela frieza” (p. 269). Assim, verificamos um reforço, de sua parte, do interesse pelo estreitamento de laços entre as iniciativas educativas de cunho formal e não formal.

4.2 Protagonismo juvenil e as ONGs

Antônio Carlos Gomes da Costa desenvolveu, junto à Associação Caminhando Juntos Brasil (ACJ), entre 2002 e 2006, um projeto no qual diversas entidades educativas participaram, muitas delas ONGs (COSTA, 2007, p. 15). A ACJ seria uma organização sem fins lucrativos ligada ao mundo empresarial e à United Way, entidade norte-americana que realiza ações de filantropia em diversos países. A primeira teria surgido nos EUA e, em 2007, atuaria igualmente em diferentes nações, promovendo fundos para projetos sociais (p. 65). O escopo das ações de *protagonismo juvenil* propostas na obra aqui citada não estaria limitado apenas à atuação junto ao terceiro setor, dirigindo-se também à interação com atores envolvidos em problemáticas relacionadas a educação e desenvolvimento social como um todo (comunidades, escolas, escolas profissionais, governo, empresas, entre outros). Ou seja, a proposta realizaria uma atuação compartilhada entre entidades de diferentes naturezas.

As organizações não governamentais, como vimos, são sociedades civis cujas atuações passam por áreas e temáticas variadas, tais como trabalho social, educação, consciência ambiental, inclusão, igualdade de gênero, entre outros. Não podem ser ONGs instituições de caráter governamental ou que tenham fins lucrativos (LANDIM, 1993, p. 20). Ainda assim, existem entidades muito díspares convivendo sob essa mesma denominação. Apenas para citar alguns exemplos, temos entidades tradicionais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e

Educacional (FASE), constituída em 1961 e sediada no Rio de Janeiro mas cuja atuação ocorre em seis Estados da União; ou a relativamente contemporânea Adote um Gatinho, surgida em 2003 e que atua na metrópole paulista. Há também variação quanto às áreas de atuação dessas organizações. Assim, temos, de um lado, entidades como a Teto Brasil, instituição internacional criada para superar a pobreza de comunidades precárias através de formações e ações. De outro, tomemos a União de Ciclistas do Brasil, voltada para promover o uso da bicicleta como meio de transporte e a mobilidade sustentável. Além disso, poderíamos mencionar a Associação Xavante Warã, sediada em Barra do Garças (MT), uma das entidades que representam esse povo indígena e que foi uma parceira essencial para a realização deste trabalho. De modo geral, vemos que diversas problemáticas sociais se identificaram com uma maior clareza e foram trabalhadas com mais intensidade apenas a partir das atuações dessas organizações, tendo elas assumido um papel importante na implementação de trabalhos diversos no Brasil e no mundo.

Essas entidades são reconhecidas legalmente como pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos, podendo ser associações ou sociedades civis (o que, perante a lei, seria similar), ou ainda fundações. Como no Brasil não existe um dispositivo jurídico que as diferencie das organizações sem fins lucrativos em geral (tais como os sindicatos, partidos políticos, entre outras), não existem regulamentações jurídicas específicas para elas (LANDIM, 1993, p. 20). Aliás, essa “flexibilidade” no que concerne a seu entendimento legal faria com que essas instituições pudessem “manipular” o fato de se denominarem ou não ONGs, criando diferentes imagens e justificando suas legitimidades (p. 19). É importante lembrar que, por não serem dedicadas ao lucro, essas entidades podem ser isentadas do pagamento de alguns impostos. No que concerne à história dessas organizações no Brasil, tomemos uma citação de Souza (2006).

Pode-se afirmar, portanto, que as ONGs originaram-se dos centros de educação popular que haviam se formado nas décadas de 60 e 70 e que, em meados dos anos 80 construíram a identidade de organizações sem fins lucrativos 'a serviço' dos movimentos sociais (SOUZA, 2006, p. 107).

Segundo Landim (1993), *as organizações que teriam dado origem às ONGs estariam*, em um primeiro momento, *ligadas a iniciativas de assessoria e apoio aos movimentos populares ou sociais*. Elas os serviriam, sem, contudo, confundir-se com eles. Tal autonomia conferiria um caráter mais independente a suas atuações (p. 18, 32). Essa mesma autora identifica, ainda, um forte elo entre a história das ONGs no Brasil e os Centros de Educação Popular, alguns dos quais teriam sido originados a partir de experiências de organismos eclesiais, os quais teriam querido ir além de atuações assistencialistas anteriormente realizadas, movendo-se em direção à educação popular (p. 100-111). Nos anos 1990, teriam ocorrido dois marcos importantes na história do terceiro setor,

a criação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), hoje identificada como Organizações em Defesa dos Direitos e dos Bens Comuns, fundada em 1991 e agregando diversas ONGs; e a celebração da ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que reuniu um grande número de organizações e delegações mundiais em torno da causa ambiental (LANDIM, 1993, p. 16-17).

Segundo Souza (2006, p. 94-103), nos discursos de organizações internacionais que tratam do protagonismo juvenil existiria uma tendência em enxergar, na figura do jovem, a solução das questões sociais. Assim, afirma ela,

O argumento do 'potencial' juvenil que deve ser orientado em direção adequada, transformando *o jovem como um problema* em *jovem como solução*, tornou-se um dos pontos de sustentação do *protagonismo juvenil* (SOUZA, 2006, p. 98, grifos da autora).

Adiante examinaremos em mais detalhe as críticas que tece com relação ao protagonismo juvenil. De todo modo, vemos que essa ideia negativa de adolescência e juventude estaria baseada, possivelmente, no fato de que essa etapa da vida tenha sido pensada, muitas vezes ao longo da história, como um *não lugar*. Harkot-de-La-Taille (2016a), nesse sentido, argumenta que

Desde ao menos a obra de Hall que cunhou a expressão *stress and storm* para caracterizar o período, em 1904 (...), o adolescente tem sido pensado na negativa, nem criança, nem adulto (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2016a, p. 126, grifos da autora).

A obra citada pela professora brasileira, *Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*, de G. Stanley Hall (1904), seria uma das primeiras publicações na área de psicologia a respeito do tema. Esse trabalho é reconhecido por postular a etapa com base em um viés tormentoso e conturbado, que seria atribuído à emergência da sexualidade (BOCK, 2007, p. 64).

Uma concepção de adolescência marcada pela noção de *crise*, de *fase difícil* ou até de *etapa semi-patológica* teria prevalecido no início dos estudos psicológicos, segundo Bock (2007, p. 64). Tais visões teriam como ponto comum uma concepção naturalizante de adolescência, que atribuiria uma lógica de causalidade direta entre os processos biológicos corporais do adolescente e os seus comportamentos, tidos como problemáticos (p. 70). O que esse olhar não teria conseguido fazer, ainda seguindo a perspectiva da pesquisadora, seria perceber que “não há nada de patológico” (p. 70) inerentemente atrelado a essa etapa da vida humana e que existem processos sociais e históricos que determinam a construção social por trás da ideia de adolescência em nossa sociedade, assim como em qualquer outra. A perspectiva da psicologia socio-histórica, a qual Bock (2007) ajuda a

desenvolver e pela qual advoga, procuraria desconstruir esse *ethos*. Ainda no artigo mencionado, a autora, valendo-se da análise de textos sobre a adolescência entre 1996 e 2001 publicados no Brasil, demonstra como a ideia de adolescente estaria, ainda nos dias de hoje, fortemente associada a temas como a *incompletude* ou a *imaturidade* (BOCK, 2007, p. 71-72). Em outras palavras, ela seria vista como uma etapa cuja existência ocorreria *em função dos outros estágios da vida* e não como *um período a ser habitado, vivido e desfrutado em sua duração*.

4.3 A proposta do protagonismo juvenil

Antônio Carlos Gomes da Costa escreveu o livro *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática* (2000), uma das referências na área de estudos sobre o protagonismo juvenil no Brasil. Além deste, redigiu diversas obras e artigos sobre o atendimento, a promoção e a defesa dos direitos da população infantojuvenil. A obra citada (COSTA, 2000) é um estudo dirigido a educadores, formadores, professores e profissionais que lidam com pessoas jovens ou que formulam políticas para elas, muito embora o assunto possa interessar a outros públicos igualmente. O principal objetivo de se estudar e de se incentivar a prática do *protagonismo juvenil* seria, segundo ele, o de promover “a formação integral do educando, a sua preparação para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (p. 21). Além disso, também argumenta que a sua implementação teria se revelado “extremamente frutífera, como estratégia propiciadora do desenvolvimento pessoal do adolescente, assim como do desenvolvimento de qualidades que os capacitam para ingressar, permanecer e ascender no mundo do trabalho” (p. 21).

Nessa obra observada de Costa (2000), mesclam-se passagens teóricas a respeito de pedagogia e educação em geral, análises de determinadas partes da Constituição Brasileira, do ECA e de convenções internacionais a respeito do tema, além de contribuições selecionadas de diversos autores que problematizam as relações da juventude com a sociedade. Ao final do livro, a seção de anexos traz um dossiê com um relatório da atuação das práticas de protagonismo juvenil no âmbito da Fundação Odebrecht ao longo de doze anos, contando com depoimentos de jovens participantes das formações, entre outros documentos. Entre as citações que figuram no texto do educador encontram-se reflexões da socióloga brasileira Helena Wendel Abramo (Coordenadora Científica do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV), do político francês Jacques Delors, do teólogo equatoriano Ítalo Gastaldi, do psicólogo americano Roger Hart - cuja obra é uma das principais referências ao estabelecimento do conceito de protagonismo juvenil - do educador colombiano José Bernardo Toro, entre outros.

Em certo momento, Costa (2000) propõe, com base em uma terminologia simples, três estatutos diferentes no que diz respeito à capacidade de protagonismo das pessoas, de acordo com a

etapa da vida em que estão. Assim, a criança seria *heterônoma* (dirigida a partir de fora), uma vez que tenderia a precisar de diretividade e dos cuidados de um adulto. O adulto seria mais *autônomo* (dirigido a partir de dentro, de si mesmo), pois possuiria a capacidade de “se governar” de maneira independente (COSTA, 2000, p. 21). O adolescente, por sua vez, estaria em uma fase de *autonomia relativa*, no sentido de que viveria uma alternância na capacidade de se responsabilizar por suas ações. Assim, este por vezes seria capaz disso, em outras ocasiões não. Nesse sentido, o jovem ainda precisaria de certa diretividade por parte dos adultos, pois não estaria completamente apto a desempenhar as funções sociais de maneira independente. Trata-se, evidentemente, de um esquema simplificado, mas que justifica, por exemplo, a importância das ações de incentivo ao protagonismo juvenil. Ao exercitar, pouco a pouco, a sua autonomia, contando com a tutela dos adultos, ele iria aprendendo, construindo autoestima e desenvolvendo habilidades variadas, até o momento da sua *emancipação*. Isso aconteceria, nas palavras do próprio autor, quando construiria “sua autonomia, através da geração de espaços e situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas reais” (p. 23). O fenômeno seria enxergado, aí, em uma esfera social, e não apenas como desenvolvimento individual.

Julgamos importante acrescentar, nesse aspecto, nossa opção por uma visão *não perfectiva*, ou *não redutora*, do fenômeno da emancipação, tendo em vista a vasta profundidade e diversidade constitutivas da personalidade das pessoas. Um indivíduo poderia ser perfeitamente *autônomo* em um campo dado – tomemos o das relações afetivas. Assim, este seria alguém que, por exemplo, teria capacidade de oferecer acolhimento aos amigos e familiares quando necessário (sem ser complacente), que não precisaria da aprovação dos demais para fazer suas escolhas e que seria capaz de definir seus rumos pessoais com relativa alegria e satisfação. Esse mesmo sujeito poderia, por outro lado, por exemplo, ser considerado uma pessoa *dependente* sob uma perspectiva diferente, se fosse constatado, de sua parte, a título de ilustração, uma incapacidade de autorresponsabilidade no que concerne a sustento próprio, ou no seu trânsito por caminhos profissionais que permitissem tal estabelecimento. Imaginemos ainda um indivíduo que possuísse uma independência financeira mas que não pudesse ser empático com os outros, ou que exigisse, em seus relacionamentos interpessoais, uma constante atenção ou um apoio incondicional.

São várias as competências elencadas por Costa (2000) para a perspectiva do trabalho com o *protagonismo juvenil*. Para tanto, ele toma uma divisão em quatro macrocompetências cuja formulação remonta à proposta original do relatório *Educação, um tesouro a descobrir* (DELORS et al. 2010, p. 31-32), coordenado por Jacques Delors (presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995) para a UNESCO e levado a cabo por uma comissão de quatorze educadores (a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI). Entre elas, está *aprender a fazer*, caracterizada

pela preparação para o trabalho (a chamada competência produtiva); assim como *aprender a ser* (competência pessoal), a qual corresponderia ao campo do desenvolvimento individual (COSTA, 2000, p. 21-22).

Inevitavelmente, a proposta acima soa familiar aos ouvidos de um estudioso do campo da semiótica de linha francesa, disciplina que, por muitos anos, propôs, como modelos de descrição da composição dos enunciados narrativos, justamente uma formulação que distingue esses dois princípios, o *do estado* e o *da ação* (FIORIN, 2012, p. 114). Costa (2000) trabalha com ainda mais dois eixos norteadores em sua metodologia, são eles *aprender a conviver*, relacionado à capacidade de se relacionar e de interagir com os demais e consigo de maneira pacífica (associado à competência social); e *aprender a aprender*, o qual estaria relacionado à competência cognitiva e incluiria práticas que compreendem o domínio dos conhecimentos necessários à leitura e à escrita, a expressão oral, ao cálculo e à solução de problemas (p. 49).

Para ilustrar o que poderia ser um enriquecimento da visão desse objeto a partir de um olhar investigativo, propomos a realização de uma comparação entre o que seriam os *modos de existência semióticos* (e suas modalidades associadas) e as *habilidades do desenvolvimento pessoal* (*aprender a ser*) mencionadas por Costa (2000, p. 21, 49). Fazemos isso sem a pretensão de analisar essa metodologia educativa exaustivamente, o que demandaria um trabalho próprio dedicado a isso.

Tabela 1.1 – Associação das estratégias de desenvolvimento pessoal aos modos de existência semióticos

Habilidade do desenvolvimento	Modo relacionado
Senso de identidade	Potencialização
Autoestima	Potencialização
Autoconceito	Potencialização / atualização
Visão de futuro	Virtualização / atualização
Nível de aspiração vital	Virtualização
Projeto e sentido da vida	Potencialização / virtualização / atualização
Autodeterminação	Atualização
Autorrealização	Realização
Busca da plenitude humana	Virtualização / atualização

Fonte: elaboração própria, a partir de ideias de Costa (2000, p. 21, 49).

As associações contidas na coluna “modo relacionado” foram realizadas por nós, tendo como objetivo aproximar as articulações semionarrativas, mais abstratas, das manifestações discursivas, encontradas na proposta de Costa (2000), sendo estas últimas mais superficiais que aquelas, do ponto de vista do percurso gerativo do sentido. As competências referidas pelo autor

brasileiro, que constam na coluna da esquerda, remetem a diferentes zonas modais, estando estas dispostas à direita. Quando observamos de maneira mais refinada as modalidades evocadas pelos termos constantes no texto de Costa (2000, p. 21), vemos que, no âmbito de seu *aprender a ser*, tenderia a haver uma predominância de *categorias endógenas*, tais como *assumir* (relacionada ao *crer*), *querer*, *saber* e *ser*. Ainda assim, a nosso ver, também existiriam, na proposta do educador brasileiro, relações com as modalidades *exógenas*, sendo estas, *aderir*, *dever*, *poder* e *fazer*, segundo Fontanille e Zilberberg (2001, p. 256). Esses autores (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 256), na obra citada, vinculam os diferentes modos de existência àquilo que denominam “campos modais” específicos, postulando, assim, a correspondência que reproduzimos na tabela abaixo.

Tabela 1.2 – Modos de existência associados aos campos modais

Modo de existência	Potencialização	Virtualização	Atualização	Realização
Campo modal associado	Crença	Motivação	Aptidão	Efetuação

Fonte: Reprodução nossa, a partir de Fontanille e Zilberberg (2001, p. 256)

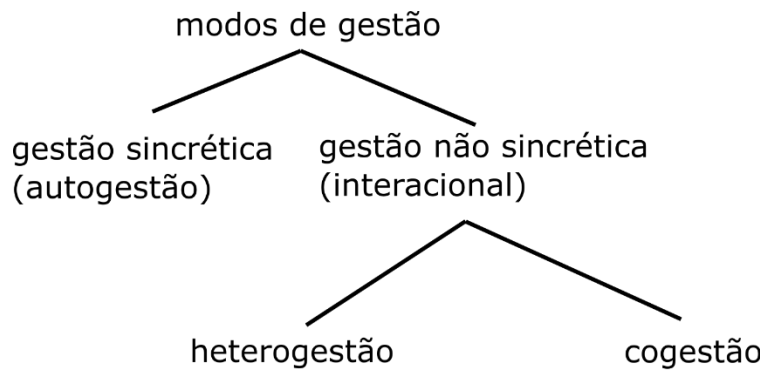
Isso posto, vemos que, entre as habilidades necessárias ao desenvolvimento pessoal mencionadas acima, encontram-se principalmente aquelas ligadas aos universos da *crença* e da *motivação*, relacionados à capacidade do sujeito de confiar em si e de desejar coisas para o futuro, a partir de valores próprios. De maneira menos forte, elas também estariam vinculadas ao campo das *aptidões*, por sua relação com o que seriam as modalidades do *saber* e do *poder*.

No que concerne às habilidades relacionadas à capacitação para o trabalho – denominadas *aprender a fazer*, segundo a proposta de Delors (2010, p. 31) – elas seriam práticas que visam levar o adolescente a conseguir lidar melhor com as suas próprias potencialidades (*autogestão*), a coordenar o trabalho de outras pessoas (*heterogestão*), assim como a trabalhar em equipe (*cogestão*, COSTA, 2000, p. 21-22). Estas relações poderiam ser consideradas, em termos semióticos, investimentos atoriais de uma estrutura narrativa de tipo *factitivo* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 201 – 202). Apenas para recuperar o conceito original, isso consistiria em fazer com que o actante se instituísse, após uma *comunicação modal*, um sujeito *competente* (p. 201). Talvez seja, afinal, melhor afirmar que estamos diante de problemáticas *contratuais*, uma vez que dizem respeito ao relacionamento entre *destinador* e *destinatário*, uma interação intersubjetiva ligada ao envolvimento fiduciário entre esses actantes. Além disso, por serem as habilidades mencionadas também, de algum modo, mais próximas da esfera daquilo que seria a *ação narrativa*, consideramos

igualmente que elas seriam investimentos de modalizações vinculadas ao universo da *atualização* (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 58, 134).

Como visto acima, a proposta de Costa (2000, p. 21, 49) prevê que as habilidades relacionadas a *aprender a fazer* poderiam se dar por meio de dois tipos de modelos. No primeiro tipo delas (denominado por nós de *gestão sincrética*, por prever um sincretismo actorial entre sujeito e destinador) haveria apenas um ator realizando todo o processo (*autogestão*). No segundo caso (*gestão não sincrética*), teríamos dois atores diferentes, cada qual executando as ações (casos da *heterogestão* e *cogestão*), como se verifica no quadro abaixo.

Figura 1.2 – Modos de gestão no trabalho de protagonismo juvenil



Fonte: Elaboração própria, baseados em Costa (2000, p. 23).

Tendo observado brevemente alguns aspectos da proposta de Costa (2000; 2007), passemos à análise de algumas críticas que foram feitas a seu trabalho, como forma de enriquecer as reflexões deste capítulo

4.4 Críticas ao protagonismo juvenil

Se, por um lado, a proposta examinada de Costa (2000; 2007) é coerente e inspiradora em muitos aspectos, a crítica realizada por Souza (2006) ao protagonismo juvenil se pauta em uma análise que traz reflexões também importantes. A autora considera que os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do terceiro setor - entre outras organizações associadas ao que identifica como as principais esferas de atuação do “discurso do protagonismo juvenil” - estariam pautados por uma postura de base única. Esta veicularia, segundo ela, uma anulação da natureza polêmica da esfera política, através de um efeito de mascaramento do que seriam as reais “forças” em jogo nas relações dos jovens com a sociedade. Essas práticas seriam vistas por ela como ações que, em última instância, levariam a uma espécie de cooptação da voz dos educandos. As premissas que

norteiriam o movimento teriam sido desenvolvidas justamente para ocultar sua natureza alienadora.

Sintetizando as críticas efetivadas por Souza (2006) em alguns poucos parágrafos, arriscamo-nos a dizer que ela considera que essas práticas educativas são responsáveis pela implementação de metodologias e políticas que, por um lado, instauram a imagem de que os jovens estão tendo chance de exercitar suas vozes e de ser escutados, mas ocultam um verdadeiro silenciamento de suas vozes. Dessa forma, o que realmente estaria acontecendo nessas situações, segundo ela, seria a perpetuação de mecanismos de controle das pessoas por parte de instâncias variadas, escondidas sob o disfarce de um pseudoengajamento. Para a autora, “o apelo ao protagonismo ou à posição principal presta-se, sobretudo, para motivar os jovens à integração” (p. 9). Tal “integração” não aconteceria no âmbito de uma valorização das diversidades e sim em meio a uma política de cooptação, na qual as vozes realmente divergentes teriam que ser caladas. Vejamos um trecho de sua argumentação transcrito abaixo.

[o protagonismo juvenil identificou-se com] um discurso que homogeneiza o social, na medida em que oculta as divisões de classe ou quaisquer outras: a sociedade seria composta por átomos, entre os quais não haveria relações de dominação, de poder ou de exploração, mas relações de negociação (SOUZA, 2006, p. 14-15).

A crítica reside, nesse ponto, numa suposta mentira que envolveria as reais possibilidades de ação e participação em tais projetos. As “novas formas de política”, identificadas como falácias, são tidas como fruto da ação de *atores sociais* no panorama de um espaço público no qual não existiriam, efetivamente, indivíduos livres podendo se encontrar e ensejar debates em uma pluralidade de pontos de vista (SOUZA, 2006, p. 14). Assim, não haveria, no âmbito das ações identificadas, possibilidades de discordância, contestação e transgressão. Não ocorreria, lá, segundo ela, ocasião para a construção de bases para uma intervenção e transformação efetiva no mundo. Examinemos outra citação sua.

[...] a emergência do enunciado *protagonismo juvenil* também só foi possível graças a uma concepção de sociedade e de espaço público em que indivíduos isolados – os atores sociais – encontram-se para negociar interesses (SOUZA, 2006, p. 62, grifos nossos).

Como vemos, a ideia de *ator social* é criticada pela autora. Observemos rapidamente alguns aspectos do desenvolvimento desse conceito. Em um primeiro momento, a noção teria sido derivada dos estudos sociológicos, onde representaria o indivíduo que interioriza valores e normas sociais e que age socialmente a partir desse conjunto de premissas (SOUZA, 2006, p. 62). Touraine (1998),

por sua vez, em artigo escrito ao governo do Chile por encomenda da UNESCO, define ator social com as seguintes palavras:

Um *ator social* é um homem ou uma mulher que tenta realizar objetivos pessoais em um entorno constituído por outros atores, entorno que constitui uma coletividade à qual sente pertencer e cuja cultura e regras de funcionamento institucional faz suas, ainda que apenas em parte² (TOURAINÉ, 1998, p. 79, trad. e grifo nosso).

Esta última acepção prevê um indivíduo que possui a capacidade de elaborar seus projetos de vida em relação com os demais participantes de sua sociedade. Os jovens, segundo a visão do sociólogo Touraine (1998), estariam aptos a elaborar planejamentos, escolher, analisar criticamente as informações que lhes chegam e, assim, a reconhecer seus lugares sociais, para a partir daí, poderem se relacionar (p. 77). Os três ingredientes essenciais para que as pessoas possam ser consideradas *atores sociais*, na visão do autor, seriam os objetivos pessoais, a capacidade de se comunicar e a consciência de cidadania (p. 79). A reflexão de que, para agir conscientemente, os desejos pessoais precisam ir além dos ideais meramente conjecturais e ser trabalhados a partir de um princípio de realidade é posta por Touraine (1998) nos seguintes termos.

A principal dificuldade [na determinação dos objetivos pessoais] segue sendo a transformação dos desejos oníricos em projetos realistas, a substituição do desejo de ser cosmonauta pela escolha de uma formação profissional, ou a reação contra uma identificação paralisadora com as estrelas do esporte ou da canção³ (TOURAINÉ, 1998, p. 80, trad. nossa).

Examinada a composição da noção de ator social por Touraine (1998), retomemos o ponto analisado. Souza (2006) sugeria que a construção de um discurso pautado na escenificação dos conflitos sociais seria, na verdade, uma estratégia de escamoteamento dos problemas reais que existiriam e que estariam, assim, sendo negligenciados. Desse modo, ela argumenta que

nesse discurso que se apropriou das noções de espaço público, sociedade, ator social e política, a metáfora extrapola sua função inicial, transformando-se em linguagem direta que designa, de fato, a *imitação*, *encenação* ou *simulacro* de política (SOUZA, 2006, p. 92, grifos da autora).

2 No original: “*Un actor social es el hombre o la mujer que intenta realizar objetivos personales en un entorno constituido por otros actores, entorno que constituye una colectividad a la que él siente que pertenece y cuya cultura y reglas de funcionamiento institucional hace suyas, aunque sólo sea en parte*” (TOURAINÉ, 1998, p. 72).

3 No original: “*La principal dificultad sigue siendo la transformación de deseos oníricos en proyectos realistas, la sustitución del deseo de ser cosmonauta por la elección de una formación profesional, o la reacción contra una identificación paralisadora con las estrellas del deporte o la canción*” (TOURAINÉ, 1998, p. 72).

Na composição da ideia de “cenário social”, a autora parece entender que a real luta política teria sido relegada, nesses casos, a um segundo plano. Souza (2006) defende que os jovens nos projetos enquadrados dentro daquilo que enxerga como “o discurso do protagonismo juvenil” realizariam apenas papéis técnicos e operacionais, sendo mantidos alheios aos âmbitos mais amplos de suas ações (p. 15-16). Assim, não disporiam de condições de tomar decisões que mudassem o curso das políticas com relação a seu segmento (p. 15).

Para Souza (2006), as ONGs seriam reprodutoras de um discurso no qual o jovem protagonista seria mais um objeto do que um sujeito de políticas, fossem elas governamentais ou não (p. 15). Vale lembrar que a sua abordagem trabalha, predominantemente, sobre construções discursivas ancoradas em uma noção foucaultiana de discurso. Este seria, em suas palavras, “um produto coletivo” (p. 21), e emergiria “graças à existência de discursos predecessores e contemporâneos, além de circunstâncias relacionadas às disputas de poder e ao movimento do próprio discurso na sua tarefa de dissimulação” (p. 21).

Souza (2006) igualmente identifica uma diferença marcante na forma pela qual a educação não formal (ou educação não escolar) construiria o seu discurso com relação aos centros de educação popular das décadas de 1960 e 1970, os quais teriam sido os precursores do movimento das ONGs (p. 107).

A antiga militância vem sendo substituída pela profissionalização e pela adoção de uma administração do tipo empresarial, com a introdução de novos métodos de gestão, aperfeiçoamento de mecanismos de 'captação de recursos' estáveis (...) elaboração e avaliação de projetos, e busca de escala, com ênfase à produtividade e eficácia (SOUZA, 2006, p. 112).

Assim, a autora considera que há uma troca de perfil no que seriam as pessoas por trás desses trabalhos, não mais os indivíduos politizados com uma história de atuação no movimento social, mas jovens recém-formados iniciando carreiras no que seria enxergado como um mercado de trabalho (SOUZA, 2006, p.112). Ela ainda critica o pragmatismo da abordagem dos partidários do protagonismo juvenil, argumentando que “na ‘nova forma’ de política, dominada pela instrumentalidade e racionalidade do mercado, o *agir*, que introduz o novo, (...) foi substituído pelo *fazer*, que acrescenta artefatos ao mundo” (p. 12, grifos da autora).

A autora acima fundamenta as suas reflexões na obra e terminologia de Hannah Arendt (2009). O fazer das “novas formas de política” referidas, para Souza (2006), seria uma forma de atividade baseada em um modelo de participação (muitas vezes voluntário), mas pautado por uma lógica de mercado que se apresentaria como uma pseudoatuação pelas iniciativas de protagonismo juvenil. A título de elucidação, na teoria de Arendt (2009), a *ação* seria concebida como uma

atividade que “se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (p. 15). Ela seria, para a filósofa, uma das três atividades humanas fundamentais (reunidas sob a ideia de *vita activa*). As outras duas seriam o *labor* e o *trabalho* (p. 15), mas a *ação* seria a única entre elas que teria a capacidade de criar condições para a permanência da lembrança ou da história (p. 16).

Antecipando discursos críticos às suas abordagens, Costa (2000) se mantinha geralmente partidário de um ponto de vista mais pragmático, como se verifica no trecho transcrito abaixo.

A perspectiva que defendemos nega tanto o ativismo irresponsável dos que têm uma visão messiânica do papel dos jovens nos processos de mudança social em nível local, como também os cultores de sua manipulação e de seu apassivamento social. Nossa posição é a de um sólido e objetivo realismo pedagógico (COSTA, 2000, p. 24).

O seu posicionamento que, declaradamente, evita o que seriam os vícios da esquerda e da direita (COSTA, 2000, p. 24-25), busca manter certa distância das polêmicas que porventura existiriam no embate entre elas, evitando confrontos ideológicos. Com isso, incorre em certa efusividade no que concerne uma colocação política mais declarada. De todo modo, vemos que, de maneira geral, o que move o educador em suas propostas é a intenção de criar uma metodologia capaz de contribuir para o desenvolvimento dos jovens como pessoas, cidadãos e trabalhadores (p. 252). Desse modo, ele está, sim, *mais pautado na resolução de problemas pontuais*, sem debater grandes temas em demasia, mas parece fazer isso com o intuito de manter o foco naquilo que efetivamente importa, a seu ver, isto é, na *implantação de um de trabalho* que viabilize a *formação para o trabalho e para a cidadania* preocupado também com a *transformação social* da realidade brasileira.

4.5 Síntese a respeito do debate

Diante do ímpeto de nos posicionar diante de um ou outro dos posicionamentos examinados para o *protagonismo juvenil*, *euforia no caso da proposição de Costa (2000)*, *disforia no caso das críticas de Souza (2006)*, vemos que é necessário ir além das polarizações e observar com seriedade os desdobramentos que tais políticas vem tendo em nossa sociedade, procurando também entender para onde apontam os trabalhos feitos nesse sentido.

Se, por um lado, parece-nos importante pensar contribuições que venham agregar conteúdo e valor à formação da juventude, por outro, não é desejável fazer *tábula rasa* do campo de tensões posto em cena nas disputas que acontecem na sociedade. Souza (2006) insinua que o discurso do protagonismo juvenil não teria abertura para a palavra transgressora, e que, nesse sentido, estaria

constituído como um lugar de consensos e não de contrapontos (p. 18). No que concerne à importância da valorização da agregação de vozes dissonantes, estamos de acordo com ela sem, contudo, desqualificar os trabalhos educativos feitos antes de analisá-los suficientemente. Embasados em nosso campo de estudos, sabemos que não há enunciação isenta de perspectiva e que todo texto pressupõe a presença de um enunciador, o qual agirá segundo convicções ou formações ideológicas próprias. Dessa forma, aspirar a uma esfera discursiva pura, isenta de contradições, soaria como demagogia, quando não hipocrisia, em qualquer exercício de política. Contudo, como dito anteriormente, a propagação do termo “protagonismo” hoje é admirável, de forma que se torna impossível afirmar que todas as práticas realizadas sob esse mote realizam um mesmo tipo de abordagem. Não vemos que generalizar o caráter de práticas é algo produtor quanto a isso.

Nesse sentido, lembramos que o livro de Costa (2000, p. 279-295) traz depoimentos de jovens participantes das formações da Fundação Odebrecht, relatados em primeira pessoa e contando a respeito de suas trajetórias de vida e de seus envolvimento com a metodologia do protagonismo juvenil. Ao transcrever partes desses discursos de indivíduos selecionados, envolvidos na construção dos projetos, ele inevitavelmente faz emergir, junto com essas vozes, traços de um discurso institucional subjacente. A construção por trás da figura do *enunciador* dessa obra de Costa (2000) evidencia o interesse na veiculação de um *ethos* democrático e participativo, investido pela imagem do próprio autor do livro, mas também pela Fundação Odebrecht, financiadora do projeto como um todo, e que acaba por figurar como uma *figura coenunciadora*.

Vemos que a *interdiscursividade* é uma operação inerente ao processo de construção da identidade pessoal, assim, os relatos presentes nos anexos do livro de Costa (2000, p. 279-295), de jovens participantes das formações de protagonismo, apontam para construções que não são totalmente autênticas. Mas, observando o fenômeno discursivo a fundo, nenhuma individualidade poderia ser considerada plenamente autêntica. As elaborações linguísticas subjacentes ao fazer narrativo que compõe a subjetividade, assim como os seus valores pessoais, constroem-se apenas a partir de pedaços dos “discursos do mundo” que fazemos próprios, pela via da linguagem. As influências da alteridade são parte da nossa experiência de estar no mundo, e, assim, é natural, por exemplo, que traços institucionais, por vezes, estejam incorporados em discursos de indivíduos relacionados com tais organizações. Evidentemente, existem casos exacerbados de manipulação (tomando este termo aqui segundo sua acepção comum), mas, a nosso ver, isso não acontece na obra examinada (COSTA, 2000).

Nos anexos da publicação (COSTA, 2000, p. 258-311), temos, além dos já mencionados depoimentos de jovens, relatos de atividades realizadas e algumas considerações de caráter institucional, evidenciando novamente a forte presença da figura da Fundação Odebrecht, que

procura, por meio da vinculação às ações voluntárias e profissionais descritas no livro, angariar a simpatia dos leitores pela empresa. Estando o ator do enunciador dessa obra ligado ao mundo empresarial – e às intencionalidades que lhe são inerentes – seria ingenuidade esperar encontrar pureza ou isenção ideológica. Ao mesmo tempo, os depoimentos pessoais são emocionantes e os resultados obtidos pelas ações realizadas na formação de protagonismo juvenil nos fazem considerar que, ao final, parece haver, realmente, um tanto de movimentação e de circulação de conhecimentos e saberes nas ações propostas e proporcionadas.

Seja como for, o debate e a aplicação de um ideal do protagonismo vai muito além das obras desses dois autores, a partir dos quais realizamos as reflexões desta seção da tese. Assim, vemos que é importante que outros estudos venham trazer mais luz a essa problemática. A perspectiva de mudança no paradigma das relações sociais de nosso país segue sendo um grande desafio nos campos coletivo e pessoal de nossas práticas, seja qual for a área profissional em que atuemos. O esforço pela busca de um protagonismo – juvenil ou não, realizado por um trabalhador, por um desempregado ou por um beneficiário de uma ação do terceiro setor, voluntário ou não – cremos, pode ser boa ferramenta para a consecução desses objetivos.

CAPÍTULO 2 – Uma descrição semiótica do protagonismo

“(...) *Eu sozinho menino entre mangueiras
lia a história de Robinson Crusóe,
Comprida história que não acaba mais.*
(...) *E eu não sabia que minha história
era mais bonita que a de Robinson Crusóe*”
Carlos Drummond de Andrade, poema
“Infância”

Com os trechos selecionados na epígrafe acima, extraídos do poema “Infância”, de Drummond (DRUMMOND DE ANDRADE, 1993, p. 67), procuramos ilustrar, a partir de um exemplo literário, como o encantamento de um indivíduo pela própria vida não é um dado. No texto, o narrador, figurativizado em um ator maduro, procura reconstruir discursivamente o universo sensível e inteligível de sua experiência de criança. O adulto lembra da solidão sentida diante da ocupação temporária dos seus pais e irmão, e também do conforto que encontrava nas histórias contidas no livro. A ligação estabelecida entre o contexto de habitação do menino e o complexo de tempo-espço do relato de Robinson Crusóe cria um efeito de identificação entre esses dois ambientes. Além disso, no texto, *narrador* e *enunciador* se encontram em um regime de *sincretismo atorial*, por se tratar de um poema de caráter autobiográfico, o que faz com que, afinal, sejam diversos os tempos e espaços associados.

A sensação de imperfectividade temporal da história lida, em um tempo que simula o presente da enunciação, evoca uma narrativa que não acabaria nunca. O uso paradoxal da construção do presente do indicativo (no termo “acaba”) remete a uma embreagem de tempo, que neutraliza a diferença existente entre o agora e o então do texto. A falta de perfectividade também remete a uma estratégia efusiva de parte do menino. O ato de “seguir lendo”, em virtude de uma continuação quase perene do gozo de visitar a história do livro, evitaria a chegada daquilo que poderíamos considerar como uma manifestação da *parada da continuação* (TATIT, 2014, p. 379). A estratégia assumida parece ser a de prolongar ao máximo a experiência vivida, associável à ideia de *relaxamento* (p. 379). Pontos relativos ao funcionamento dos conceitos em itálico serão trabalhados em mais adiante neste capítulo.

No tempo implícito do agora, o indivíduo adulto, conhecedor, conferia valor àquilo que lhe tinha acontecido no passado. A esse ponto da sua vida, já não mais daria toda aquela importância à história lida, mas sim àquela que tinha sido vivida no tempo do narrado. Contudo, estando em um

presente inexorável, ele já não seria mais capaz de voltar a ser criança. É como se a consciência de se saber estar diante de algo muito bonito fosse, de algum modo, incompatível com o ato de vivê-lo. Talvez seja nessa intersecção entre a identificação e o encantamento com nossos personagens preferidos – e na capacidade de enxergar suas virtudes e dificuldades em nós – que esteja muito da atratividade da literatura. Quem sabe até não seja nessa vontade de viver como nossos heróis que repouse o segredo por trás do forte apelo do ideal do protagonismo para nós, como abordado no capítulo anterior.

Este segundo capítulo se esforça em propor um modelo conceptual capaz de *depreender as principais formas de realização do fenômeno do protagonismo*, tomando como base teórica central o aparato analítico da *semiótica de linha greimasiana*. Além disso, caminhamos em direção a *um mapeamento das abordagens feitas das problemáticas das práticas no campo*, tomando como base obras escolhidas de alguns autores. Nosso objetivo aqui é o de instrumentalizar, ainda que de maneira rudimentar, a aplicação de algumas das principais propostas contemporâneas da área em nossas investigações a respeito dos relatos autobiográficos coletados.

Antes de iniciar as reflexões, mencionaremos algumas contribuições teóricas relativamente recentes que se dedicaram a buscar compreender o sujeito da linguagem em uma espessura constitutiva e em sua afetividade, aspectos centrais para uma instância própria de determinação subjetiva, assunto que muito nos interessa, como já viemos mencionando anteriormente. Nesse sentido, cremos ser importante fazer menção aos desdobramentos passionais da semiótica, assim como ao desenvolvimento da perspectiva tensiva, que, entre outras novidades, deslocou o centro das atenções à postulação de um *campo de presença*, no qual diferentes grandezas são inscritas em gradientes de *intensidade e extensidade*.

As duas perspectivas citadas acima trazem uma visão mais sensível e subjetiva aos estudos, sobretudo quando vistas com relação à postura tida por vezes como categorial e objetiva em demasia das abordagens iniciais da semiótica francesa (BEIVIDAS; LOPES, 2012, p. 33-34). Como textos da corrente tensiva, tomamos como referência diferentes obras de Zilberberg (2006a, 2006b, 2011, 2016); além de Fontanille e Zilberberg (2001). Citamos também obras de pesquisadores brasileiros que levaram adiante as reflexões nessa mesma vertente dos estudos como Tatit e Lopes (2008), Lopes e Lima (2016) e Tatit (2010, 2014, 2016a, 2016b, 2019). Além das obras mencionadas acima, figuram também, dentre as fontes consultadas para a escrita desta seção, trabalhos de Bertrand (2003); Fiorin (2001, 2004, 2007, 2011 e 2012); Fontanille (2008); Greimas (1975, 2014); Greimas e Courtés (2012); Greimas e Fontanille (1993); e, por fim, Landowski (2014).

Esclarecido o itinerário e as fontes deste capítulo, sigamos com o exame das construções de sentido de uma semiótica *standard* que poderiam ser relacionadas ao fenômeno do protagonismo.

1. O protagonismo e sua relação com a teoria semiótica clássica

Como vimos, recentemente a popularidade do uso do termo “protagonismo” parece ter ganhado algo como uma “nova esfera de sentido” em alguns contextos discursivos, como a pedagogia. A título de exemplo, citamos a proposta do *protagonismo juvenil*, trabalhada por Costa (2000, 2007). Documentos de organizações internacionais ligadas à ONU, nessa mesma linha, evocam a necessidade de uma participação maior de instâncias sociais subrepresentadas nos espaços de debate global. A ideia proposta prevê que, em linhas gerais, elas possam atuar seja na formulação de políticas de cunho mais específico e regional, seja naquelas para o planeta inteiro. Na obra *Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, por exemplo, Delors *et al.* (2010) elencam, entre as tensões a serem superadas no âmbito das práticas educativas para este século, a necessidade de uma integração das culturas locais na realidade global “sem perder suas raízes pela *participação ativa* na vida do seu país e das comunidades de base” (p. 8, grifos nossos). O traço agentivo do agrupamento mencionado recupera a postulação de que, para a renovação e a melhoria do panorama citado, seria necessário que os diferentes “atores sociais⁴” dessa cena tivessem uma maior possibilidade de diálogo e interpenetração.

Como vimos, a ideia de que uma nação é democrática na medida em que seus cidadãos estão envolvidos com ela também constitui a base da proposta de Hart (1992). Os diferentes membros de uma nação deveriam participar ativamente junto a seus governos desde os níveis comunitários. Dito resumidamente, o *protagonismo-participação* é, hoje, um item importante da agenda mundial. O movimento de luta por um “espaço ao sol” feito pelos defensores desse ideal pode ser entendido como um construto semiótico, estabelecido nas mentalidades e afetividades das pessoas a partir da via da linguagem. Escaparíamos, assim, da postulação de um valor conceptual absoluto, que valeria por si mesmo. Vimos anteriormente que até as categorias da existência, sejam elas quais forem, apenas chegam a ser apreendidas por nós como “reais” pela mediação linguística e aqui não poderia ocorrer diferentemente.

A história do termo “protagonismo” parece estar muito atrelada à descrição dos diferentes personagens que conviviam no âmbito cênico das artes dramáticas na Grécia Antiga. O “protagonista”, no contexto de surgimento da palavra, estaria relacionado a uma segunda instância,

4 Conceito oriundo da sociologia e com considerável circulação nos dias de hoje, como visto no Cap. 1.

o “deuteragonista” (HOUAISS; VILLAR, 2007). Este último termo, no tipo de teatro citado, serviria para designar os personagens que possuiriam papéis secundários na trama (p. 1024). Essa ideia é reforçada também por Bailly (1935, p. 449). Assim, o “deuteragonista” seria o ator ou atriz que desempenharia um papel de menor importância (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 744). Nenhuma das duas concepções acima examinadas especifica, porém, se a natureza do fazer desse personagem seria convergente ou divergente quanto à ação assumida pelo protagonista. Em outras palavras, elas não dizem se ele atuaria em prol, ou contra, o ator principal de uma narrativa.

O dicionário de português consultado afirma que “coadjuvante”, seria aquele “que coadjuva, auxilia ou concorre para um objetivo comum” a outrem (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 744). O termo seria aplicável principalmente no caso de *contratualidade* em relação ao fazer do personagem principal. Outra acepção caracterizaria o *coadjuvante* como personagem secundário (p. 744). Quando temos oposição ou resistência quanto ao fazer do ator central de um texto, soaria natural falarmos de um *antagonista*, ou seja, aquele personagem “que age em sentido oposto” ao protagonista (p. 228), aproximando-nos, assim, da ideia de *antissujeito* da semiótica narrativa. Tatit (2010) irá trabalhar com esse conceito o associando à ideia de *fazer remissivo* (expressão cunhada por Zilberberg), o que corresponderia a “uma força de contenção da trajetória do sujeito” (p. 34). Retomaremos esse ponto adiante.

Trabalhando com o Houaiss (2007) e as adjacências lexicais do termo “protagonismo”, teríamos, ainda, menção a um terceiro tipo de personagem grego, o “tritagonista”. Este último teria sido inventado por Sófocles e sua inclusão aumentaria as possibilidades dramáticas dos episódios nos quais estivesse inserido (p. 2772). A sua introdução teria tornado possível reduzir “a atuação narrativa do coro” (p. 2772) na tragédia.

Em semiótica narrativa *standard*, a conceptualização do termo *adjuvante* designa a categoria do *auxiliar positivo do sujeito do fazer narrativo* em textos nos quais tais funções actanciais são assumidas por atores diferentes (GREIMAS; COURTÉS, p. 23, p. 48). Ou seja, haveria um adjuvante apenas quando não houvesse sincretismo atorial, logo, nas manifestações discursivas em que, a cada um desses papéis actanciais, corresponderia um ator próprio. Além disso, o adjuvante seria qualificado como um representante individualizado da categoria do *poder fazer* do sujeito (p. 23). Com essa especificação a respeito do uso do conceito na teoria, o adjuvante seria encarregado de realizar apenas a comunicação do valor atualizante citado. O *oponente*, por sua vez, exerceria uma função análoga, mas com atuação dirigida àquilo que concerneria à negação dessa configuração, impedindo as condições de efetivação do fazer do sujeito.

Vale mencionar que o *oponente*, como o *adjuvante* ou qualquer outro actante previsto pela teoria, poderia tomar as formas animada ou inanimada, entre outras possibilidades figurativas. Além

disso, o oponente poderia estar constituído por meio de um mecanismo que Greimas e Courtés (2012) definiram como uma possibilidade de “manifestação metonímica do antissujeito” (p. 376). Dito isso, vemos que a ideia por trás dos conceitos de adjuvante e oponente dialoga com um dos princípios da teoria tensiva. Tatit (2016a) identifica o marco inicial dessa vertente no ano de 1981, com a publicação de *Essai sur les Modalités Tensives* (p. 14).

Em 1988, no artigo “Para introduzir o fazer missivo”, Zilberberg (2006a, p. 129-147) vinculava a ideia de *foria*, também utilizada pela semiótica *standard*, com o que ele vinha postulando como o dispositivo primitivo do *fazer missivo* (p. 139). Para tanto, concebia a *foria* como a portadora de uma diretividade articulada pelo par *tensão – relaxamento*, além de se valer, também, da categoria *intenso – extenso*, que aspectualizaria o primeiro par (p. 132). Quanto a esses dois últimos termos, o autor estipulava que as ideias de concentração, ou mesmo espera, estariam do lado das grandezas *intensas*, assim como, atuando no outro extremo, a tendência à difusão ou à lembrança se associariam ao *extenso* (p. 132-133). Em trabalho posterior, o francês viria a tomar o radical do termo “foria” para batizar os metatermos denominados *foremas*, que articulariam as quatro subdimensões tensivas segundo três categorias (*elã, posição e direção*), reforçando a postulação, essencial para sua teoria, de que a *extensidade* é regida pela *intensidade* (ZILBERBERG, 2006b, p. 173-175).

Trabalhando a noção já em meio ao contexto atual de desenvolvimento da perspectiva tensiva, Tatit (2016a) propõe que o conceito de *foria* seja entendido como “um fluxo de natureza tensiva que ora se concentra, ora se expande, dependendo do grau de tonicidade e andamento ao que está submetido” (p. 15). Faremos menção a essas duas subdimensões no item 7 deste capítulo. Retomemos o que vínhamos trabalhando a respeito do conceito de adjuvante da semiótica clássica para relacionar essa ideia com a proposta tensiva examinada. Por “facilitar” a ação, esse actante poderia ser relacionado, de algum modo, ao princípio denominado *emissivo*, ligado à ideia de *continuação* do programa narrativo; o oponente, por sua natureza antagônica, representaria a obstaculização do progresso, e, assim, estaria relacionado ao que Zilberberg (2006a) convencionava denominar *fazer remissivo* e, também, ao *antiprograma narrativo* (p. 133-134).

Observemos a frase “indivíduo que tem *papel de destaque* num acontecimento”, ainda da definição observada anteriormente (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 2317, grifos nossos). Uma *tomada de posição*, implícita à textualização da frase acima, verifica-se na expressão “papel de destaque”. Essa construção discursiva remete a uma *sanção* narrativa, afinal, o fato de se considerar alguém destacado pressupõe um julgamento. Na avaliação em pauta, se a atribuição do juízo for feita de parte de um ator visando a caracterização de outro, temos o que propomos denominar *sanção transitiva* ou *atributiva*. Porém, a determinação a respeito de quem realiza esse fazer

“importante” pode se referir a uma apreciação feita por um ator concomitante com o do sujeito do fazer. Estaríamos, então, diante de um caso de *sanção reflexiva*. Nessa situação, haveria sincretismo atorial a reunir o destinador-julgador e o destinatário-julgado sob uma mesma instância discursiva.

A especificação de um ator, entre vários agentes possíveis de um evento, ressaltaria a adesão ideológica de um avaliador a uma determinada atividade. Descartando posicionamentos ontológicos a respeito disso, reforçamos que qualquer julgamento em discurso apenas pode ser entendido em semiótica a partir do reconhecimento de que haveria, nele, um “modo de ver”, expresso por parte daquele que assume a voz da enunciação em pauta. Assim, as marcas de manifestação dessa instância no processo de *textualização*, ao determinar quem (ou o que) é considerado importante, também deixa, nesse texto, índices a respeito do *ethos* daquele que enuncia. A determinação do protagonista estaria relacionada, assim, ao fenômeno da “posta em perspectiva”. Concluimos também, com base nesse mesmo raciocínio, que declarar alguém como o ator destacado em determinados contextos discursivos pode ser considerado um ato político, pois a sua seleção revelará uma predileção ou um posicionamento de parte do enunciador.

Além disso, em meio à *sanção* em pauta, poderia existir, em alguma medida, um efeito de *identificação ou solidariedade* entre *sujeito e ato*. Não seria uma novidade o fato de que alguém reforçasse, por meio de estereótipos, a atribuição de identidades a atores pelos *papeis temáticos* que desempenham. Nesses casos, um professor não seria nada mais do que a sua função, assim como uma enfermeira, um pai, etc. Isso faria com que, por exemplo, quando um enunciador destacasse um ator (em um discurso oficial, em um pronunciamento público, em um texto argumentativo, entre outras possibilidades), fosse possível levantar também a suspeita de uma eventual “vinculação” da sua figura a um grupo, a uma ideologia, a um setor produtivo etc. Para ilustrar essa ideia com mais uma imagem, em um debate hipotético a respeito dos rumos da nação, se alguém afirmasse que o mais importante para o futuro do país fosse financiar um determinado campo profissional (digamos a saúde ou a tecnologia), teríamos, aí, uma evidência da adesão, de parte do enunciador em pauta, a um curso de ações específico (o investimento no salário dos médicos ou na estruturação das escolas).

Segundo a reflexão acima, a avaliação eufórica de uma ou outra transformação do mundo (*fazer ser*) poderia sugerir a conferência do *status* de protagonista a um ou outro ator, descontada a problemática da eficiência prática do sujeito. Os diferentes papeis temáticos em meio a um domínio cultural dado estariam relacionados às organizações axiológicas próprias a seus universos semânticos. A grade cultural de leitura do mundo é inerente ao estabelecimento de qualquer subjetividade. Ainda segundo esse raciocínio, os diferentes fazeres “possíveis” figurariam, na

superficialidade discursiva do âmbito de cada “consciência individual”, como atividades potenciais suas.

2. Protagonismo como figuração central em um texto dado

Para iniciar o debate a respeito dessa ideia de uma “centralidade” textual, vamos partir de uma perspectiva discursiva. Assim, dirigimo-nos inicialmente àquilo que diz respeito às estruturas manifestadas do discurso. Quando estudamos os fenômenos semióticos superficiais, aproximamo-nos daquilo que, um dia na história da linguística moderna, foi considerado o campo da manifestação, da *parole*. Este era associado à natureza sintagmática da linguagem e ao universo da fala. A passagem dos estudos mais voltados ao sistema linguístico para um olhar misto, que combinava elementos do sistema e aqueles que eram tidos como típicos do processo (segundo sua acepção hjelmsleviana) teria se dado, no campo da linguística, a partir de Benveniste. A enunciação teria então sido postulada como a instância de mediação a assegurar “a discursivização da língua, que permite a passagem da competência à performance” (FIORIN, 2012, p. 23). No caso da semiótica, a linguagem passaria, analogamente, das estruturas virtuais às realizações semióticas, manifestando-se sob a forma de discurso.

A partir da segunda metade do séc. XX a disciplina teria estabelecido as bases para a descrição do texto como um todo de significação, como bem expõe Fiorin (2012, p. 15-35). Oferecendo um breve panorama do contexto dos estudos linguísticos na ocasião, o professor brasileiro sintetiza o deslocamento de foco efetuado pela semiótica com as seguintes palavras.

a abordagem estrutural em semântica desloca a categoria de *totalidade* da descrição do plano de conteúdo das línguas naturais para a descrição e explicação dos mecanismos que engendram o texto (FIORIN, 2012, p. 18, grifos do autor)

Ainda com Fiorin (2012, p. 19-20), e recuperando ideias de Greimas e Courtés (2012, p. 448-456), vemos que a semiótica busca não apenas uma descrição das *categorias do enunciado*, mas também a integração da *enunciação* em seu escopo. Esta seria um campo de relações internas e em articulação com o enunciado, que ela mesma instauraria. Com isso, avançou-se na direção da construção de uma teoria geral da significação. Ao observarmos as escolhas linguísticas realizadas por um enunciador, sabemos que este produziu seu texto levando em conta a presença suposta de um enunciatário. No caso da linguagem verbal, a colocação em discurso acontece por meio de um sintagma linear, graças à sua natureza constitutiva. Isso se dá no momento da textualização. Nesse momento, também ocorreria a união do plano da expressão com o plano do conteúdo, configurando-se a enunciação como unidade que se dirige à manifestação (p. 22).

No exato ponto em que o actante enuncia, ocorre a instauração de um “ponto de vista”. Aí, instalam-se no texto também as categorias de pessoa, espaço e tempo pressupostas pelo ato enunciativo. Trazendo as palavras de outro autor a respeito do assunto, citamos Bertrand (2003), que define “ponto de vista” nos seguintes termos.

o conjunto de operações que o enunciador efetua para orientar e estruturar seu enunciado (...) [o ponto de vista] engloba (...) o modo de presença do enunciador em seu discurso e a maneira pela qual ele dispõe, organiza e orienta seus conteúdos (BERTRAND, 2003, p. 113).

O reconhecimento de que qualquer texto depende da instância de enunciação nos faz ver que, no caso da instalação de um personagem principal em um âmbito textual dado (protagonismo), isso não poderia ser diferente. A análise da definição acima nos permite postular que, no que concerne à operação da distribuição atorial, quando um enunciador *estabelece o seu protagonista*, ele tende a construir o seu enunciado tomando o segundo como seu *principal foco de atenção*. Ele está, nesse momento, conferindo uma importância maior ao protagonista (a suas ações e estados) do que aos demais atores.

Observemos também a noção semiótica de *perspectiva*. O termo é etimológica e historicamente associado ao universo visual, mas serve bem para descrever as condições de instalação de um personagem protagonista nos textos verbais. Vale a pena mencionar que um dos elementos constitutivos da palavra latina *perspectiva/ae*, o elemento de composição “*spek-*”, viria do indo-europeu e teria como significado “olhar *com atenção*, contemplar, observar” (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 1225, el. de composição *spec-*, grifo nosso). A origem desse item lexical reforçaria a assunção do posicionamento de um observador. No caso da semiótica narrativa, o procedimento de *perspectivização* (ou *perspectiva*, simplesmente) seria responsável pela colocação em discurso do percurso do sujeito, assim como daquele do antissujeito (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 367). O outro termo com o qual ele estaria relacionado na teoria, a *ocultação*, expulsaria “para fora do texto” as marcas manifestas da ação de um ou outro desses actantes (p. 349 – 350). Aplicando tal princípio a nosso problema de pesquisa, arriscamo-nos a dizer que tal conceito descreveria o processo de manifestação ou “apagamento” das atividades e estados do protagonista ou do antagonista de um texto dado.

As propostas de Greimas a respeito da narratividade, exploradas de forma ampla em obras como *Sobre o sentido II* (2014) e *Dicionário de semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 2012), possuem inspiração teórica, entre outras, nos conceitos de personagens e funções formulados por Vladimir Propp (1984), com sua *Morfologia do conto maravilhoso*. Como exemplo da aproximação ocorrida, poderíamos citar, elementarmente, a atitude de se enxergar, na figura do *herói*, uma forma essencial

e abstrata de constituição do ator principal de um texto. Essa noção é parcialmente coincidente com a de *sujeito narrativo* e ambas são igualmente, de algum modo, relacionadas à essência da ideia de *protagonista*, termo cuja origem, como vimos, remonta à Antiguidade.

A ideia de protagonismo, sob um olhar ingênuo, poderia estar ligada à “quantidade de presença” de um ator em um domínio textual dado. Se assim fosse, sua representação repetida seria suficiente para que ele pudesse ser considerado como o personagem principal de um texto. Essa hipotética forma de protagonizar seria verificável, quem sabe, em tipos textuais narrativos dedicados à consagração do herói. De fato, vemos que, nesse tipo de textos, o narrador frequentemente dedica uma atenção mais detalhada ao ator central, relegando ao segundo plano ações e estados que não são os seus. No universo dos relatos folclóricos, intuímos, processos semelhantes poderiam ocorrer. Isso aconteceria porque, neles, o percurso do antissujeito tenderia usualmente a ser apresentado de forma apenas parcial.

A glorificação do herói parece ser a razão última de alguns textos. Isso aconteceria nas narrativas que instauram seus protagonistas como símbolos de causas maiores, por exemplo. O que se esperaria como efeito desses relatos seria a perpetuação e o aprofundamento de formas de legitimação ou manutenção de poderes. Em meio a obras como essas, vemos que o simples fato de a narração dedicar atenção em demasia ao percurso do anti-herói poderia ser interpretado como algo oposto ao posicionamento propagado.

Rebatendo a hipótese lançada acima, a *presença recursiva e isotópica* de um ator não parece ser um bom critério para a determinação do protagonismo textual. Poderíamos prever a existência de uma narrativa na qual o sujeito tivesse uma representação expressiva relativamente menor que aquela do antissujeito. Ele perderia, por essa razão, o seu *status* de protagonista da história? Suspeitamos que não, logo, o estatuto desse ator não parece ser um problema meramente ligado à “quantidade de menções” em um domínio textual, muito embora isso possa ter alguma importância para o processo, a nosso ver.

Aparentemente, a “centralidade” do ator de um texto (ou a *inerência* do sujeito a algum processo significante, como veremos adiante) poderia fazer dele uma figura algo impactante. Essa proposta parece interessante, muito embora seja preciso especificá-la mais. Há, aí, algumas questões em jogo, como, por exemplo, o fato de que a determinação dessa “sensação de centralidade” (ou de importância, se tomarmos esses termos em suas acepções aproximadas) exigiria a existência de um campo de presença apto a apreendê-la assim. Ou seja, não estamos nos referindo aqui ao destaque de um protagonista ontológico, e nem mesmo a um evento transcendental. Assim, tratando do tema a partir de um viés que reconhece a presença do aparato enunciativo, ressaltamos também a influência do contrato fiduciário entre os polos de emissão (produção) e recepção (interpretação) na

comunicação em pauta. Para tomarmos um exemplo trivial, o goleador de um clube de futebol “x” possivelmente não seria considerado um ator destacado por interlocutores envolvidos em conversas realizadas em um contexto acadêmico de alta erudição, muito embora provavelmente fosse visto como um personagem importante em meio a um diálogo travado por fãs esportivos, em um estádio.

A conferência do *status* de protagonista poderia acontecer por meio de avaliações realizadas por actantes situados em diferentes níveis enunciativos, seja no da enunciação implícita, naquele da narração (a colocação em perspectiva propriamente dita), ou mesmo no enunciado (caso as instâncias atoriais de um universo diegético atribuíssem, de parte delas, importância a um ator principal). Com relação ao impacto da figura nesses últimos níveis, sabemos que, geralmente, nas histórias de heróis, o encontro do sujeito com o antissujeito tende a ser tônico. Isso ocorre pois tal aproximação é singular, uma vez que revela, de maneira direta, o *ponto polêmico* da narrativa, causando a impressão de iminência do conflito. Ainda assim, *a atribuição de importância a um ator* feita de parte do actante narrador parece ser o principal requisito para a *configuração de um protagonismo textual*.

Observadas essas problemáticas, sumamente relacionadas à discursivização e à enunciação, iremos seguir na investigação do protagonismo a partir da ideia de *transformação* ou *fazer narrativo*.

3. Agonismo, falta e paixão

Talvez uma das noções mais conhecidas nos estudos semióticos de cunho narrativo seja o conceito de *falta*. Para Greimas e Courtés (2012), resumidamente, ela seria a expressão figurativa da disjunção inicial entre o sujeito e o objeto da busca (p. 205). A produtividade de tal conceito tem bases no exame detido de alguns textos folclóricos populares, realizado por Propp (1984). Isso culminou em sua adaptação e incorporação ao dispositivo do percurso gerativo do sentido. Verificou-se que a ação principal da narrativa pressupunha uma ruptura instauradora, que quebrava uma situação de normalidade dada. Era a partir disso que todo o movimento narrativo seria criado. Caberia ao herói do conto restaurar o equilíbrio da normalidade, a partir do embate com as diferentes provas que lhe apareciam no caminho.

Uma vez instaurada a falta, o sujeito deveria passar por um processo de aquisição de competências, antes de chegar às vias de se realizar, ou de se tornar conjunto com o objeto perdido. Após a completude da tarefa principal, muitas narrativas apresentavam programas de sanção, nos quais se glorificava e recompensava o herói por seu sucesso. Ele também poderia ser reprovado ou punido, em caso de fracasso. O âmbito de aplicação da teoria narrativa de então dava conta de descrever textos que continham um *forte componente pragmático*, relacionado ao fazer do homem

no mundo (FIORIN, 2012, p. 115). Adiante na história da semiótica, a estrutura se complexificou. Isso ocorreu quando foi observado que existiam outras questões a serem examinadas, principalmente em textos nos quais havia aprofundamento subjetivo ou problemáticas volitivas em pauta.

Assim, em dado momento histórico, justificou-se a necessidade de mais instâncias teóricas no aparato descritivo da semiótica, tais como aquelas que reconheceriam três etapas nas organizações narrativas. O modelo inicial, pautado pelo par *virtual – atual*, foi substituído por uma proposta ternária, cujos termos eram *virtual – atual – realizado* (GREIMAS, COURTÉS, 2012, p. 46-47) e a virtualização passou a ser vista como o estabelecimento de sujeitos e objetos anteriormente a qualquer junção (p. 536). Isso permitiria alguma complexificação para problemáticas específicas. Além disso, a partir desse raciocínio tinha sido possível reconhecer, com mais propriedade, a ideia de “existência semiótica” do sujeito realizado (p. 194-196, 407), aquele actante que estava em conjunção com o objeto. Ressaltamos também, na época, o crescente interesse por problemáticas relacionadas à manipulação, à sanção e à intersubjetividade, contribuindo a compor o que seria caracterizado, então, como uma *dimensão cognitiva* da narrativa (FIORIN, 2012, p. 115-116).

Após a incorporação do dispositivo ternário acima citado, foi a vez de surgir um lugar na teoria para a descrição do procedimento por meio do qual emergiam as condições prévias ao estabelecimento do sentimento de falta. Nesse ponto, em alguns momentos, postulou-se que existiria um “proto-sujeito”, actante cuja relação quanto ao objeto não era perfeitamente delineada, como vemos em Greimas e Fontanille (1993, p. 21-32). Por trabalhar com a ideia de um universo valorativo “em formação”, esse momento poderia ser considerado como diretamente anterior ou bem como efetivamente associado àquilo que se convencionou chamar a etapa da *potencialização*. Esta, por sua vez, estaria relacionada, sobretudo, à problemática da *fidúcia*, segundo Fontanille e Zilberberg (2001, p. 255-256). No primeiro capítulo desta tese (figura 1.1, item 1), vimos como esses autores vêm dando encaminhamento à problemática dos modos de existência e ao seu relacionamento com o percurso narrativo do sujeito.

Recuperado de maneira resumida o contexto de elaboração do conceito de falta, queremos agora tratar da relação que tal noção contrai diante da construção semântica do termo “agonia”. Se a falta tinha sido estipulada como algo que precisava ser liquidado, veiculado ou transformado em uma narrativa dada, para o termo entre parênteses acima estaríamos diante de algo similar. Segundo o *Dicionário Houaiss* (2007), “agonia” seria uma “forma de aflição ou sofrimento agudo, de origem física ou moral” (p. 117). A disjunção entre sujeito e objeto nos textos em geral pode possuir caráter fraco ou forte, dependendo do ponto de vista assumido pelo enunciador. No caso da acepção

dicionarizada acima, a falta tenderia à tonificação. O substantivo seria etimologicamente derivado da construção grega *agōn*, que igualmente possui algum vínculo com o traço do sofrimento, segundo acepção dicionarizada por Bailly (1935, p. 21). As práticas agonísticas em seu contexto de origem, como vimos, por vezes estavam relacionadas a vivências que podiam ser perigosas. O Houaiss (2007) recupera o valor etimológico do termo com a seguinte explicação, “luta nos jogos, exercício em geral, combate, *agitação da alma, angústia, aflição*” (p. 117, grifos nossos). Uma vez que esse risco supunha uma ameaça à integridade do ator, também incorreríamos, aí, nas problemáticas das *paixões* e das *emoções*, fenômenos que receberam algum tratamento pelos olhares dos semioticistas greimasianos (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 279-319).

A respeito do histórico de abordagem desses assuntos citados de parte da semiótica, já nos anos 1980, eles tinham sido objeto de investigação, a partir de algumas de suas formas lexemáticas, como em “Sobre a cólera – estudo de semântica lexical” (GREIMAS, 2014, p. 233-253). Contudo, a noção só veio a ocupar uma maior importância nos estudos de modo geral a partir dos anos 1990, com a publicação de *Semiótica das Paixões* (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). Vemos que, por um lado, a agonia, por sua natureza dolorosa, eventualmente poderia paralisar o protagonista, caso fosse sentida como impactante demais. Por outro lado, ela também poderia atuar como sua força motriz, uma vez transposta a esfera da *somação* que afeta o sujeito, sendo veiculada em *apreensão* e levada em direção à *resolução* (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 300).

Aristóteles (2013), em sua *Poética*, apontava algumas reflexões interessantes a propósito das ideias de sofrimento ou de agonia, tratando-as como instauradoras da narrativa por meio da manifestação das paixões no teatro grego antigo. Ao analisar a construção da tragédia, o autor mencionava que a *peripécia* e o *reconhecimento* - elementos daquilo que denominava “ação complexa” - levavam à vivência daquilo que seria o *acontecimento patético*, ou a *catástrofe* (p. 38 – 39). A *peripécia* seria uma mudança da ação no sentido contrário ao que parecia inicialmente indicado pelo desenvolvimento narrativo, ao passo que o *reconhecimento* residiria na passagem da ignorância ao conhecimento (p. 38). Antes disso, o filósofo ressaltava a importância de que o poeta fosse capaz de “imitar fatos capazes de suscitar o terror e a compaixão” (p. 37), já atentando para o fato de que essas emoções apenas surgiriam quando os acontecimentos estivessem encadeados de maneira verossimilhante e capaz de captar as sensibilidades da audiência.

A acepção do termo “agonia”, examinada anteriormente, trazia consigo os semas da /dor/ e do /sofrimento/. Contudo, as principais acepções atuais de “protagonista” em português, como vimos nas definições do Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2007, p. 2317), referidas ao personagem principal ou destacado de uma narrativa, não necessariamente são vinculadas à ideia de uma dor vivida. O uso do termo parece admitir, em seu escopo, esse tipo de experiência, mas nem sempre o

faz. Dito isso, seguiremos sem aprofundar mais o tema no momento. Iremos tratá-lo mais especificamente no item 7 do presente capítulo.

Ao considerarmos a determinação disso que denominamos *protagonismo subjetivo*, fenômeno mais complexo do que a mera “protagonização” discursiva, postulamos a coexistência de “*faltas*” de múltiplas naturezas no interior de um mesmo âmbito subjetivo. Em um nível superficial, elas seriam associáveis a diferentes atividades que o ator discursivo vivenciaria internamente. Seriam algo como atividades que ele poderia executar, cada qual vinculada a um nível de estruturação axiológica diferente (social, afetiva, econômica etc.). Um “protagonista subjetivo” seria um *ator capaz de reconhecer o valor de cada uma das suas diferentes tarefas e necessidades*, articulando-as por meio de um *planejamento* que levasse em conta os seus pesos relativos. E nesse sentido, voltando a um pensamento de cunho semionarrativo, a ideia de “protagonismo de si” estaria relacionada, no que concerne à sua relação com a subjetividade, a um procedimento *estratégico*, relacionado, em um plano discursivo, a problemáticas como as do *estabelecimento de prioridades e da realização de escolhas*.

4. Por uma conceptualização semiótica ao *protagonismo de si*

Operando com essa noção mais subjetiva do fenômeno do protagonismo, pautada em um contrato de *ordem reflexiva*, temos observado, de maneira geral, que é raro encontrar exemplos de atores que obedeçam integralmente a esse princípio. Além disso, os personagens são construídos textualmente de maneiras diversas, de forma que nós podemos apenas verificar em que medida um sujeito se apropria e confere significados a suas ações e atividades a partir de uma lógica de motivação que *parece ser* de ordem autodeterminada e decisional. Em nosso caso específico nesta tese, como estamos analisando relatos autobiográficos onde há aprofundamento subjetivo, podemos trabalhar com tal problemática com mais sucesso. Nos discursos, verificaremos se há (ou não) elementos que indicam exteroceptividade em meio a essa interação que leva o sujeito a se conceber identitariamente e a agir.

Para emitir qualquer parecer sobre o estatuto do sujeito, apenas podemos avaliar as manifestações textuais com base nos critérios de análise e nas evidências de que dispomos. Nesse sentido, vemos que a presença de protagonistas utópicos, homens plenamente capazes, estaria mais relacionada aos discursos de cunho religioso ou àqueles nos quais a finalidade mesma da manifestação textual envolvida edifica ou enaltece o herói. Sob esse mesmo raciocínio, os personagens que não são protagonistas plenos, aqueles que obedecem a lógicas de natureza *transitiva* ou *atributiva*, seriam relegados, no extremo oposto, a uma caracterização de puros autômatos, ou, até mesmo a um estatuto similar ao das coisas. No referente a essa discussão, mais

útil tem sido reconhecer os diferentes matizes de cinza existentes do que polarizar a discussão nos extremos de preto ou branco.

Hjelmslev (1991) debatia a pertinência dos métodos indutivo e dedutivo e das perspectivas empíricas e apriorísticas para a investigação científica em “A estrutura morfológica” (p. 129-156), entre outros textos de seus *Ensaio linguísticos*. O autor dinamarquês demonstrava, já à sua época, como era essencial, nos estudos em linguística, que tivéssemos em vista esses dois tipos de raciocínio como recursos a serem utilizados em nossas investigações. Ele ressaltava, porém, que era necessário atenção para não cair em constatações apriorísticas dos fatos, contrárias à cientificidade almejada. Essa postura epistêmica nos serve de inspiração em nossa pesquisa. Temos observado que para poder avaliar a construção de um “protagonismo de si” em um texto qualquer, é necessário dispor de um *corpus* que aprofunde minimamente, em sua textualização, os elementos que produzem um efeito de subjetivação do personagem principal. Nos casos em que isso não acontece, será possível apenas verificar quem é o protagonista textual, ou seja, o ator discursivo que desempenha o papel de sujeito. Não haveria, nesses casos, razões para se problematizar mais do que isso. Apenas em posse de obras que desenvolvam ou explorem a complexidade constitutiva da individualidade de seus personagens poderemos observar construções semióticas relativas a um “protagonismo de si”.

Visando a apreensão desse protagonismo subjetivo, um semioticista poderia por vezes se ver diante de mecanismos de construção de imagens de si, ou de expressões individuais de atores discursivos que seriam próprios da visão do narrador, actante enunciativo; em outras ocasiões, poderia ser a “voz” do enunciador pressuposto que se faria “escutar”, a partir de eventuais marcas que porventura deixasse no texto. Ainda, as perspectivas dos personagens interlocutores poderiam vir a estar representadas, em discurso direto ou indireto, complexificando ainda mais o fazer do analista. Vale ressaltar que tomamos aqui as definições de *enunciador* (autor implícito, sujeito da enunciação), *narrador* (sujeito da enunciação enunciada) e *interlocutor* (sujeito do enunciado que pode ser representado como sujeito da enunciação), tal como postuladas por Fiorin (2007, p. 26).

Uma vez em posse de textos que nos permitem problematizar o estatuto autônomo do sujeito e observar o mecanismo estratégico de constituição disso que seria seu protagonismo subjetivo, daremos atenção à forma como cada sujeito dá sentido a seu fazer. Para isso, em nosso estudo, avaliaremos a maneira com a qual são expressos os critérios e os fundamentos que justificam o seu engajamento no(s) percurso(s) de ação manifestado(s). Como mencionado anteriormente, a hipótese com a que estamos trabalhando nesta investigação é a de que há uma forma elementar de manipulação narrativa pautada por uma *instância factitiva própria do ator discursivo*. Postulamos que o sujeito protagonista é aquele que, tanto quanto lhe é possível, constitui-se como um *ente*

“*automotivado*”. Isso significa que haveria, aí, *uma única figura atorial a investir os papéis de destinador-manipulador, destinatário-manipulado e sujeito-operador*. Dizemos “tanto quanto possível” pois, como dito acima, sabemos que é um desafio enorme determinar, seja em termos quantitativos ou mesmo qualitativos, de onde vêm as diferentes influências que levam o sujeito a agir. Nesse sentido, vemos que será mais proveitoso nos perguntar quais são as forças que atuam nesse processo e como o fazem.

A amplitude da problemática do protagonismo em semiótica parece dizer respeito a uma vasta gama de assuntos. Isso se dá porque nós (diferentes “eus” instaurados e implicados nas variadas manifestações textuais pelas quais nos comunicamos uns com os outros no mundo), a todo momento vivemos sob a influência de instâncias factitivas. Estas seriam as responsáveis pela “facilitação” dos inúmeros percursos de ação que temos em mente, assim como pela determinação dos caminhos que nos são propostos ou mostrados por outros (voluntária ou involuntariamente).

Entendemos aqui a ideia de ação (ou ato) tal como concebida pela semiótica greimasiana *standard*, resumidamente, a ideia de *fazer ser*, ou seja, a instauração de um estado de coisas (ou de um estado de alma, como adicionaríamos atualmente). Essa transformação se daria, de forma elementar, por meio de dois predicados dispostos em relação. Estes seriam o enunciado de fazer e o enunciado de estado (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 42). A “ação”, no discurso, seria, ainda, investida por instâncias figurativas ou temáticas de forma que essa operação poderia ser representada textualmente por atores que realizariam atos, gestos, enunciações verbais ou mesmo pensamentos. O termo entre parênteses acima examinado estaria referido tanto a programas narrativos simples, como a PNs complexos, organizações sintagmáticas onde diferentes PNs de uso somados comporiam a ação (p. 18).

A título de esclarecimento, alguns dos conceitos semióticos mencionados em nosso trabalho, em especial aqueles pertencentes ao nível narrativo do percurso gerativo do sentido (destinador/destinatário, narratividade, esquema narrativo, percurso narrativo, programa narrativo, sujeito, objeto etc.), estão sendo tomados aqui, basicamente, tal qual formulados pela teoria clássica (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 132-133, 328-336, 388-390 e 487-489). Muito embora algumas das propostas com respeito ao estudo desses pontos já tenham sido depuradas (aperfeiçoadas e debatidas) por pesquisas subsequentes, não iremos, aqui, deter-nos na problematização e nos desdobramentos teóricos de cada uma delas, antevendo o profundo envolvimento que isso demandaria de parte da análise. As limitações pressupostas pelo foco deste estudo, não nos permitiriam o “mergulho às profundidades” de lançar-se a cotejar e propor novas formulações a cada uma dessas conceptualizações. Além das problemáticas mencionadas, o conceito de *manipulação* é uma exceção à qual não nos furtaremos a tratar, pois alterações significativas

ocorreram sobre sua formulação canônica. A proposta de Landowski (2014) utiliza o termo para designar apenas uma das formas de interação possíveis (a saber, aquela fundada sob uma lógica de intencionalidade). Isso, a nosso ver, enriquece a proposição inicial dada pela teoria.

O ponto de vista tensivo, por sua vez, postula um modelo que dá conta tanto de fenômenos sensíveis como inteligíveis dos textos. Segundo Zilberberg (2011), ele poderia ser considerado uma “gramática do afeto” (p. 12). O protagonismo, visto sob um caráter qualitativo e de caracterização do ser, estaria relacionado a esse tipo de problemática. Ao trabalhar com a ideia de “*protagonismo de si*”, abordamos também, de maneira incidental, a problemática dos processos de subjetivação. Estes podem dizer respeito ao estabelecimento e manutenção das identidades ou mesmo a seus processos de modificação. Como vimos no capítulo 1, a determinação identitária também é relacionada ao ato reflexivo do ator discursivo de “narrativizar” a própria existência (RICOEUR, 2006, p. 114). Tal conduta valeria tanto para os “*homo sapiens*” quanto para os “*homo fictus*”, esses seres que seriam equivalentes aos primeiros, mas que comeriam e dormiriam pouco, além de viver “muito mais intensamente certas relações humanas, sobretudo as amorosas”, como diria Antonio Candido (1974, p. 62-64).

Em resumo, o fenômeno do “*protagonismo de si*” estaria relacionado ao *contrato reflexivo*, procedimento que remeteria a um relacionamento fiduciário e autodirigido, estabelecido entre destinador e destinatário narrativos, quando investidos por um único ator. Caso bem-sucedido, o sujeito desse processo, supostamente, gozaria de uma realização “mais plena” do que aquele que a atingisse por meio de um processo transitivo (ou atributivo). Isso ocorreria pois a “vitória” teria sido arquitetada, desde o seu princípio, por uma mesma instância atorial. Na eventualidade do fracasso, os desgostos disjuntivos seriam imputáveis ao próprio ator. A ação autônoma é pautada por uma lógica própria, ou, em outras palavras, por uma espécie de “potência” de determinação inerente ao sujeito. A figura desse actante agruparia, nesses casos, a fonte de inspiração e o “motor” para a realização do programa narrativo de base, o que nos faz chegar ao próximo ponto a ser examinado.

5. Observando o programa de base do sujeito

A nosso ver, esse *protagonismo subjetivo* postulado não diz respeito à reflexividade em qualquer dimensão daquilo que são os diversos transcurso de ação do sujeito, mas sobretudo naquela do *programa narrativo de base*, que consistiria no fazer principal em pauta. Greimas e Courtés (2012) propunham que a diferença entre o *PN de base* e aquele *de uso* estaria no fato de que a existência do segundo se daria em função do primeiro (p. 389-390). Em outras palavras, quanto a isso, podemos considerar que o programa de base seria a “razão de ser” do programa de uso. Contudo, uma articulação coerente entre esses dois conceitos nem sempre se dá nos textos,

basta considerarmos o fenômeno das práticas desvairadas (que descreveremos no item 6.4), nas quais a articulação dos dois tipos de PNs não ocorreria por uma orientação lógica definida. Também poderíamos mencionar o caso das interações estésicas ou de ajustamento, propostas por Landowski (2014), que também veremos adiante. Para estas últimas formas de interação, não existiriam objetivos claramente determinados antes do contato entre sujeitos.

Além disso, ressaltamos que, ao tratar do PN de base, não necessariamente nos referimos ao programa de maior extensão em um domínio textual dado. Tratamos, sim, daquele que permite depreender a programação considerada como *mais ampla* ou *fundamental* pelo ator discursivo. Em uma obra, a textualização do sintagma narrativo pode ser interrompida antes que o grande objetivo em pauta tenha sido efetivamente disputado. Nessas situações, o leitor ficaria sem saber se o ator principal obteve ou não sucesso diante da objetividade ampla almejada. Em outras palavras, a abrangência de uma programação de base, em teoria, poderia ser maior (ou menor) do que o extrato narrativo manifestado, o que faria com que um texto pudesse ser “quebrado” (ou finalizado) antes da representação do desfecho desse PN.

Nos discursos autobiográficos coletados por nós para esta pesquisa, encontramos alguma forma de manifestação discursiva do PN de base em quase todos os relatos. Isso ocorreu graças ao fato de que incluímos, em nosso roteiro de pesquisa, perguntas como “das atividades que você realiza hoje, qual é a mais importante?” ou “quais são os principais objetivos que você gostaria de alcançar no futuro?” (cf. todas as questões ao final do trabalho). *Se, no âmbito dessa programação ampla, houver reflexividade* no que concerne ao contrato narrativo, *estaremos falando de um protagonismo do sujeito*. No que tange à teoria de Landowski (2014), que abordaremos adiante, parece possível falar em um fenômeno como o “ajustamento reflexivo”, pensando em um sujeito que delinearía os seus vínculos fiduciários com o destinador “interno”, assim como a própria falta do objeto. Entrariam em pauta, nessas ocasiões, as problemáticas da emoção e da paixão, atuantes na composição subjetiva.

Com respeito a nosso fazer analítico aqui postulado, como ressaltamos anteriormente, não parece ser a maior das perguntas a se responder *o fato de se haver ou não* uma configuração de contrato reflexivo em cada caso. O aspecto que julgamos mais importante a se examinar diz respeito *às formas pelas quais o contrato fiduciário se dá em cada amostragem textual*. Afinal de contas, não estaríamos fadados a eternamente buscar agulhas em palheiros caso tivéssemos que buscar indícios de indivíduos utopicamente conscientes de seus papéis? Acreditamos que o mesmo aconteceria se olhássemos para a conjunção do sujeito com a modalidade do *saber* referente ao programa de base. Não seria equivocado afirmar que há vezes em que nós, seres humanos, realizamos ações mesmo sem dispor de uma consciência plena de nossos objetivos com elas, ou

mesmo que fazemos algumas coisas simplesmente para viver novas experiências, conhecer, explorar, sem clareza quanto às finalidades últimas de nossos atos. Por um lado, talvez para o *homo fictus* isso não seja uma afirmação tão verdadeira, em especial nas narrativas que instituem personagens planos, que não se questionam e nem hesitam, em praticamente nenhuma medida, diante de programações estabelecidas. De todo modo, é frequente que nós, *homo sapiens*, avaliemos e reavaliemos aquilo que acreditamos querer em nossas vidas, especialmente se estamos falando de escolhas de longo prazo. Mudar de ideia quanto a planejamentos essenciais parece ser algo profundamente natural.

Tendo em conta que nem sempre realizamos nossas atividades dentro de uma objetividade maior, determinada e firme - em especial em momentos difíceis de nossas trajetórias pessoais, nos quais os valores finais de nossas ações podem estar sendo postos em cheque - vemos acontecer situações nas quais precisamos “fazer de conta” que sabemos de onde partimos e para onde vamos para poder suportar o componente de incerteza que é inerente à própria vida. “O que quero construir ao longo de meu percurso?”, “o que me faz verdadeiramente feliz?”, “que objetivos espero alcançar no fim dessa caminhada?”, “quais são os ideais em que acredito?”... essas seriam, talvez, algumas formulações possíveis desses anseios. Poderiam certamente ser expressas de outras maneiras. Questionamentos demasiadamente amplos adquiririam “pesos” exagerados e eventualmente incorreriam em uma paralisação do sujeito. Arriscamo-nos a dizer que talvez seja essa uma das razões pelas quais os discursos religiosos ou espirituais mantêm uma presença constante nas diferentes sociedades humanas ao longo do seu desenvolvimento histórico. Eles ofereceriam respostas às perguntas existenciais e isso oferece uma sensação de conforto, previsibilidade e segurança aos fiéis de cada culto.

Ao analisar um tipo especial de destinador-manipulador, qualificado como transcendental, Tatit (2010) identifica uma estratégia de “resposta sintática” à problemática existencial (p. 24-36). O personagem Tio Man’Antonio, do conto “Nada e a nossa condição” de Guimarães Rosa (2001, p. 129-140) teria sido a fonte de inspiração para a elaboração dessa ideia. No processo contratual em pauta, o ato de *fingir* que se está fazendo algo dentro de um planejamento amplo (muito embora a finalidade mesma dessa projeção seja inexistente) funciona como uma espécie de “subterfúgio” para que o sujeito se afaste do antissujeito e se aproxime do destinador, este último sendo visto pelo semiótico como o actante que, essencialmente, garantiria a continuidade das narrativas (p. 35). Em meio às diversas reflexões do capítulo teórico observado (p. 19-43), Tatit (2010) ressalta que, em dado momento do conto, a morte de tia Liduína, mulher de Tio Man’Antonio, criaria a expectativa de luto nos demais atores da história. As consequências esperadas desse sentimento seriam a manifestação de temas como os de oclusão e fechamento na história (p. 29). Mas, como

bem nota o analista, a resposta dada pelo fazendeiro é a abertura e a expansão à paisagem local, em uma oferta de adesão feita aos personagens que investem o destinatário-manipulado (p. 30). Essa manipulação ocorreria apenas no nível da sintaxe narrativa, e buscaria resolver a tensão anunciada previamente à configuração dos valores semânticos que trariam significados “mais palpáveis” ao percurso. Tal postura estaria manifestada textualmente pela expressão “faz de conta”, proferida pelo personagem para acalmar a exaltação da filha diante das inconstâncias e descontinuidades da vida.

Dito isso, a título de síntese das reflexões dos itens 4 e 5 deste capítulo, reafirmamos as bases da noção exposta de *protagonismo de si*. Esta seria postulada a partir do caráter *relativamente autônomo* com o qual a instância subjetiva definiria e buscaria o seu objeto, encontraria os meios para obtê-lo e, finalmente, concretiza a *liquidação da falta de seu programa narrativo de base*. Para tanto, ela precisa estar fundamentada em uma *instância própria de avaliação*, contando com *valores*, pelo menos, *relativamente constituídos*. A partir disso, ela está apta a determinar, entre os diversos cursos de ação possíveis, qual seria, afinal, o mais desejável.

Passemos, então, a um exame a respeito do conceito de *práticas* no campo teórico da semiótica. A partir das reflexões realizadas nesse sentido, esperamos obter melhores condições para analisar a problemática da ação.

6. As práticas segundo diferentes correntes da semiótica

Nossas ações são permeadas pelos discursos, que lhes conferem sentido. Nesse sentido, os projetos de atividade por nós elaborados podem, igualmente, ser considerados componentes essenciais do fazer humano. Os planejamentos práticos podem se dar em um nível social, como em fazeres que seriam significativos em um plano estritamente cultural, assim como individualmente, nos casos de motivações pessoais (não isentas de culturalidade, obviamente). As ações podem ser fruto de uma reflexão consciente por parte do sujeito, mas por vezes não implicam um reconhecimento premeditado de sua parte. De todo modo, na análise das práticas humanas propriamente ditas, seria difícil concebermos a existência de um ator completamente desinteressado ou desimplicado em seu fazer. Fontanille (2008) já reconhecia isso, como se vê na citação a seguir.

(...) toda prática possui uma parcela de interpretação e toda interpretação é, essencialmente, uma prática e a partir disso podemos concluir que toda prática comporta, ao menos em potência, uma dimensão estratégica integrada⁵ (FONTANILLE, 2008, p. 130, trad. nossa).

5 No original, “(...) toute pratique comprend une part d'interprétation et toute interprétation est elle-même une pratique, et il en résulte que toute pratique comporte au moins potentiellement une dimension stratégique intégrée” (FONTANILLE, 2008, p. 130).

Independentemente de aderir integralmente à proposta teórica constante na obra citada, que prevê a existência de uma organização hierárquica de planos de imanência em cada texto a ser analisado, podemos reconhecer e nos valer da reflexão acima para o raciocínio que aqui desenvolvemos. A dimensão estratégica mencionada, associada à interpretação, evoca a ideia de que as práticas devem ter a capacidade de ser reconhecidas em mais de um nível de pertinência para que possam ter sentido. Temos, aí, uma nova forma de postular a capacidade de atribuição de importância a projetos locais diante de planejamentos mais significativos e globais, ideia que já se encontrava expressa na distinção prevista entre o que seriam os PNs de realização e os programas de aquisição modal, postulada por Greimas e Courtés (2012, p. 335).

É possível reconhecer diferentes formas de determinação dos *valores regentes das ações de um indivíduo ou de uma coletividade*. Um legado familiar ou tribal, por exemplo, poderia atribuir sentido às práticas de um indivíduo a partir de uma ascendência dada. Determinados grupos sociais (religiosos, profissionais etc.) também o poderiam fazer, sem precisar se valer de consanguinidade para tanto. Entendemos que os processos de significação - e as pesquisas elaboradas a partir deles - são de grande valia no estudo dessa complexa problemática. O traço aspectual da *duratividade* (BARROS, 2002, p. 91), por exemplo, encontra-se presente em planejamentos de ordem individual, como no hábito e na rotina. Já no momento em que se trata de fazeres coletivamente instituídos (ações típicas de comunidades ou sociedades inteiras), teríamos, sob o mesmo traço, o que seriam os costumes e as tradições. Ao aproximar-nos do estudo das ações, e dos sentidos que elas possuem no seio dos sistemas de relacionamento e significação humanos, trabalhamos, entre outras interdisciplinidades, na interface da semiótica com a área da pragmática. Se uma fala é um ato, como postulam os estudos de Austin (FIORIN, 2004, p. 166), o contrário também poderia ser igualmente verdadeiro. Nossas ações seriam construídas também pela discursividade que lhes é subjacente e que lhes confere sentido. Ao trabalharmos com uma ampla noção de texto, defendemos, tornamo-nos aptos a descrever as práticas como fenômenos significantes.

6.1. Práticas em Fontanille: teoria dos planos de imanência

Fontanille (2008) traz, por meio de uma abordagem teórica relativamente inovadora no campo, um olhar que busca integrar os diferentes mecanismos e construções das práticas, entendendo-as como situações semióticas (p. 25). Para realizar essa tarefa, faz uso de um modelo que destrincha diferentes etapas no que consideramos como os domínios de produção e circulação dos textos na sociedade. O autor integra tais níveis em um percurso mais amplo, cujas estratificações estariam identificadas também com a geração do sentido (p. 17-36). O nível da cena prática, um dos mais desenvolvidos pela obra, pressuporia a instauração de uma *situação semiótica*.

Esta configuração envolveria todos os elementos necessários à produção e à interpretação da significação de uma interação comunicativa (p. 25). Uma das novidades incorporadas à teoria, com a apreensão desse plano de imanência próprio das práticas, seria o fato de que poderíamos, a partir de então, realizar análises a seu respeito sem incorrer necessariamente em problemáticas contextuais ou ontológicas.

O nível da *cena prática* é entendido por Fontanille (2008) como o momento do processo no qual ocorreria o investimento das propriedades dêiticas, instâncias que envolvem um espaço tridimensional (onde existe profundidade) e uma temporalidade dotada de perspectiva (p. 57). Isso aconteceria uma vez que essas coordenadas passariam a estar, aí, relacionadas a um corpo de referência (p. 57). Assim, afirma o autor, haveria “boas razões para se falar, nesse caso, da *dimensão ‘topo-cronológica’* da cena predicativa⁶” (p. 57, tradução nossa, grifos do autor). Esse mesmo nível seria, ainda segundo o francês, também o *locus* da aspectualização e dos investimentos rítmicos, a partir dos quais as estruturas independentes do texto e do objeto receberiam, localizariam e modalizariam as interações entre os parceiros das práticas (p. 57).

O nível da cena prática, para Fontanille (2008), estaria situado entre dois planos, o da *corporeidade* - menos elaborado que o primeiro - e o da *conjuntura*, mais complexo que ele (p. 20 - 36). Todos esses estratos estariam dispostos em meio a um percurso gerativo de planos de imanência (p. 34). O funcionamento desse percurso, por sua vez, obedeceria a uma lógica de conversão entre níveis, e gradualmente ganharia complexidade, a exemplo do que ocorre com o trânsito entre os níveis profundo, narrativo e discursivo da semiótica greimasiana *standard*. Fontanille (2008) utiliza a expressão “instâncias formais” para designar os elementos que são pertinentes ao plano dentro do qual estariam inseridos. Abaixo reproduzimos uma tabela, tal como elaborada originalmente por ele. Valemo-nos da tradução dos termos constantes da tabela original ao português, obtida de Silva e Portela (2012, p. 56).

6 No original, “*on peut alors à juste titre parler ici de la dimension ‘topo-chronologique’ de la scène prédictive*” (FONTANILLE, 2008, p. 57, grifos do autor).

Tabela 2.1 - Hierarquia dos planos de imanência

Tipo de experiência	Instâncias formais	Interfaces
Figuratividade	Signos	
	↓	Formantes recorrentes
Coerência e coesão interpretativas	Textos-enunciados	Isotopias figurativas da expressão
	↓	Dispositivo de enunciação / inscrição
Corporeidade	Objetos	Suporte formal de inscrição
	↓	Morfologia praxica
Prática	Cenas práticas	Cena predicativa
	↓	Processos de acomodação
Conjuntura	Estratégias	Gestão estratégica das práticas
	↓	Iconização de comportamentos estratégicos
Ethos e comportamento	Formas de vida	Estilos estratégicos

Fonte: Reprodução nossa, do original de Fontanille (2008, p. 34). Tradução dos termos ao português extraída de Silva e Portela (2012, p. 56).

As práticas ocupam a quarta estratificação no modelo proposto. A instância formal-estrutural desse nível é a *cena predicativa*, que faz interface com a *morfologia praxica* (do nível da *corporeidade*). Quando vista como instância material do seu estrato próprio, porém, essa cena incorpora, por sua vez, um *processo de acomodação* que é posteriormente integrado no nível subsequente, da *conjuntura*, como a *gestão estratégica das práticas*. Essa movimentação decorre do procedimento de conversão e composição, crucial para o entendimento global da proposta. O funcionamento do esquema preve que, desde o primeiro nível de experiência (*figuratividade*), todas as propriedades materiais estão já presentes, constituindo o que Fontanille (2008) considerava ser a matéria da expressão (p. 35). Nesse modelo, a progressiva elaboração do tipo de experiências

engendra a série de planos de imanência sucessivos (p. 36) e isso permitiria descrever, com mais riqueza de elementos, traços constitutivos dos diferentes fenômenos linguageiros.

Como vimos, o estudo de Fontanille (2008) situa as práticas em meio a um percurso hierárquico que procura dar conta de problemáticas que também são concernentes à significação. Se, em um primeiro momento, a semiótica tinha excluído o contexto das suas análises, o esforço desse pesquisador se dá, entre outras funções, no sentido de sanar essa deficiência, propondo, para tanto, diferentes planos de imanência, nos quais seria justificável, e científico, o estudo dos elementos antes tidos como inacessíveis. É nesse sentido que a proposta examinada pode ser considerada como uma iniciativa que, de certo modo, aproxima-se da semiótica da cultura, vertente dos estudos desenvolvida principalmente pelo pesquisador russo Yuri Lotman.

Vejamos a seguir algumas palavras de Fontanille (2008) que explicam as razões por trás da inserção desses diferentes planos de imanência integrados em um sistema hierarquizado.

Propor uma semiótica das práticas não consiste, portanto, em inserir um objeto de análise qualquer em seu contexto, mas, ao contrário, a integrar o contexto no objeto a se analisar, aproveitando todas as consequências do fato de que, semioticamente falando, o contexto não se situa “nem a montante, nem a jusante, mas no coração da linguagem” (FONTANILLE, 2008, p. 14, tradução nossa).

A citação entre aspas no fim do trecho transcrito teria vindo de Landowski (*La société réfléchie*). Como vemos, a linha de análise proposta busca possibilitar uma abordagem que integra as práticas no ato enunciativo. Dentre as “novidades” que passam a ser levadas em conta por esse novo olhar estão, por exemplo, a forma como os textos-enunciados estão integrados na classe de objetos os quais, por sua vez, incluem os tipos de suportes formais previstos a cada um deles. Além disso, os “ganhos teóricos” representados por esse ramo da teoria permitiriam à semiótica, por exemplo, propor a pertinência de uma conceptualização própria da disciplina para a problemática dos gêneros textuais, como examinado por Portela e Schwartzmann (2012, p. 69-95).

Em nossa opinião, o dispositivo de Fontanille (2008) para a descrição desses diferentes planos de imanência ainda não teve tempo o suficiente de aplicação para comprovar sua eficácia integral no quadro da metodologia semiótica. Se, por um lado, parece-nos louvável a sistematização elaborada que propõe, por outro, ainda escapa à nossa compreensão a efetiva sustentação da proposta em um longo prazo, uma vez que, ambiciosa, integra simultaneamente diversos novos elementos ao olhar do semioticista. Examinemos, no item a seguir, mais alguns dos

7 No original, “*Proposer une sémiotique des pratiques ne consiste donc pas à plonger un objet d’analyse quelconque dans son contexte, mais au contraire à intégrer le contexte dans l’objet à analyser, en tirant toutes les conséquences du fait que, sémiotiquement parlant, le contexte ne se situe ‘ni en amont ni en aval, mais au cœur du langage’*” (FONTANILLE, 2008, p. 14).

aprofundamentos propostos pelo autor na mesma obra. Estes últimos julgamos ainda mais pertinentes à nossa problemática.

6.2 - Práticas em Fontanille: estratégia, prática e ética

Fontanille (2008) afirma que a *ética* pode ser considerada um dos grandes domínios da análise e construção de valores para o sujeito (p. 235). A seu ver, a semiótica, mesmo sendo uma disciplina dedicada a analisar as formas de construção dos valores discursivos, não teria dedicado esforços suficientes para trabalhar isso em um plano teórico, ao longo de sua breve história como campo científico. A atenção dirigida ao domínio da *estética* por parte de seus pesquisadores, por exemplo, teria sido mais constante (p. 235, 240). Nossa problemática de base nesta tese, relacionada à investigação do protagonismo como fenômeno de discurso, está relacionada a esse caminho pouco trilhado, uma vez que postula, do ponto de vista subjetivo, um mecanismo de hierarquização de práticas coocorrentes em um mesmo âmbito significativo. Como vimos, um procedimento de triagem *reflexivo (autônomo)* desempenhado pelo sujeito determinaria, dentre elas, qual seria a mais importante. Do ponto de vista de um processo *transitivo* (ou *atributivo*), nossa abordagem propõe que haveria a imputação de valores a atores específicos, levada a cabo por figuras exteriores a eles. Sintetizando o fenômeno sob outro ponto de vista, teríamos, nesse derradeiro caso, uma manifestação de *heteronomia*.

Mais do que as reflexões concernentes ao estabelecimento de um mapeamento global das relações existentes entre os diferentes níveis de imanência relacionados em um texto enunciado, tal como apresentadas no capítulo I da obra analisada neste momento (“*Niveaux de pertinence et plans d'immanence*”, FONTANILLE, 2008, p. 17-78), as ideias que mais nos interessam para nossos fins de pesquisa são as que (1) dizem respeito às formas de *confrontação e acomodação estratégicas* entre práticas (p. 25-29, 130-141). Além disso, também mencionamos (2) o relacionamento do *actante diante do ato* (instâncias da cena prática), seja este feito de modo íntimo ou desvencilhado. Esta pauta é introduzida principalmente nos capítulos V, “*Pratiques sémiotiques et déontologie*”, e VI, “*Pratique et éthique*” (p. 217-292), da obra considerada. Ademais, é igualmente importante considerar com atenção (3) a natureza de duas instâncias da cena prática, o *objetivo* e *horizonte estratégico* (p. 211-215, 235-256, 274-292).

Antes de passar à descrição da primeira delas, ressaltamos a intenção geral de Fontanille (2008) de instrumentalizar uma teoria da “*semiose em ato*” (p. 130). Para explicar a expressão entre parênteses acima, valemo-nos da ideia de que todo ato semiótico se constituiria, simultaneamente, como reconhecimento e interpretação de si. Assim, reiteramos a postulação proposta de que não há prática semiótica sem uma dimensão estratégica integrada (p. 124-125, 130). O componente

avaliativo do dispositivo prático poderia ser de ordem reflexiva ou transitiva, como viemos examinando anteriormente. Vejamos brevemente algumas palavras do autor nesse sentido.

A organização sintagmática das práticas é, assim, efetivamente constituída de *confrontações e de acomodações*, e eventualmente (e apenas eventualmente) guiadas pelo horizonte de referência de uma sequência canônica, e ela implica sempre, ao menos implicitamente, uma atividade interpretativa, seja ela reflexiva (autoacomodante) ou transitiva (se ela está referida a um horizonte de referência tipológico ou canônico)⁸ (FONTANILLE, 2008, p. 130-131, trad. nossa, grifos do autor).

Ao propor uma teoria com diferentes planos de imanência, como mencionado anteriormente, Fontanille (2008) teria estabelecido também condições de incorporarmos parte da problemática da interpretação em meio ao instrumental da semiótica. O funcionamento básico do dispositivo prevê que um nível posterior (pressuponente) estaria em condições de analisar aquele que lhe seria anterior (ou pressuposto). Entramos, assim, no ponto (1) da enumeração mencionada acima, aquele relacionado às formas de gerenciamento das práticas no dispositivo proposto. Vamos a ele.

Fontanille (2008) postula a existência de diferentes tipos de agenciamentos sintagmáticos das práticas, partindo das categorias modais conhecidas e utilizadas historicamente na semiótica (p. 127-130). Desse modo, vários tipos de categorias poderiam assumir dominância na determinação dos traços elementares desse campo. A *praxis*, por exemplo, seria regida meramente pelo *poder fazer*. Constituiria-se como uma forma pressuposta a qualquer prática, uma vez que ela asseguraria o resultado da ação, baseada no estabelecimento da condição de possibilidade (oposta à impossibilidade). Em seguida, o *procedimento* (p. 128) estaria referido ao conhecimento pré-estabelecido a respeito da programação pelo operador (*saber fazer*). A terceira forma identificada seria aquela da *conduta* (p. 128), que manifestaria a intencionalidade do actante responsável e, estaria relacionada, por sua vez, ao *querer fazer*. Estaria também nessa sequência ainda o agenciamento sintagmático do *protocolo* (p. 128), relacionado ao *dever fazer* e a uma regulamentação, de caráter exógeno, colocada diante do sujeito. Por fim, o modo do *ritual* (p. 128) exigiria, dos actantes envolvidos, um *crer* partilhado, agregando à *praxis* as noções de intensidade e veracidade.

As diferentes formas mencionadas acima estariam sujeitas a regras sintáticas de combinação variadas. Por exemplo, o *procedimento* (assim como qualquer um dos agenciamentos propostos)

8 No original, “*L’organisation syntagmatique des pratiques est donc de fait constituée de confrontations et d’accommodations, éventuellement (et seulement éventuellement) guidées par l’horizon d’une séquence canonique, et elle implique toujours, au moins implicitement, une activité interprétative, qu’elle soit réflexive (auto-accommodante) ou transitive (si elle se réfère à un horizon de référence typologique ou canonique)*” (FONTANILLE, 2008, p. 130-131, grifos do autor).

não poderia partir apenas da conjunção com o *saber* por parte do operador, uma vez que, sem o *poder fazer*, nada seria efetivado. Ele estaria composto, assim, da somatória de ambos. Para uma representação completa das formas de combinação modais propostas para essas categorias em meio aos seus agenciamentos sintagmáticos, recomendamos a ida ao original (FONTANILLE, 2008, p. 129).

Um pouco adiante na obra, Fontanille (2008) postula uma organização esquemática própria para dar conta das diferentes etapas do processo de acomodação de práticas para, a partir de um processo de otimização, chegar à *resolução* de uma *falta de sentido* (p. 132-135). Essa proposta, por sua vez, estaria composta por quatro momentos, a *falta de sentido*, a *esquematisação* (p. 132-133), a *regulação* (p. 132-133) e a *acomodação* (p. 132-134). O primeiro seria a fase da atualização da situação-ocorrência, da confrontação da prática com sua alteridade. A segunda, por sua vez, trataria do momento em que essa situação é analisada ou sentida a partir das resistências guardadas diante de zonas de alteridade mais fortes. Durante a etapa da *regulação* a solução seria projetada sobre a ocorrência. Nela, o “peso” axiológico da *esquematisação* agiria sobre as relações de força (p. 133). Por fim, na *acomodação*, haveria a sensação de que o conjunto que envolve a situação-ocorrência estaria inserido em um esquema lógico coerente, obtido a partir da articulação estratégica da prática diante de sua alteridade, e vice-versa (p. 134).

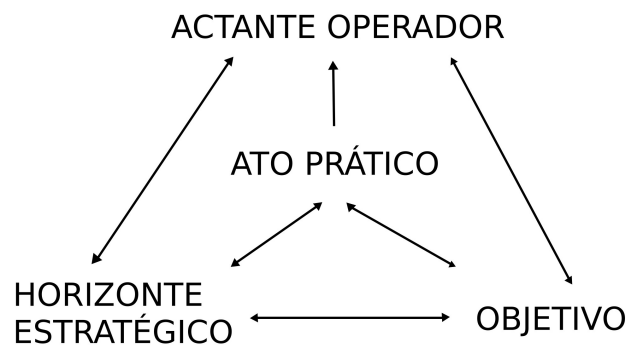
Além disso, ressaltamos a depreensão, já mencionada, da diferença existente entre as *valências auto-adaptativas*, denominadas por Fontanille (2008) como *ajustamento*, assim como das *valências hetero-adaptativas*, cujo metatermo assignado pelo autor foi *programação* (p. 136). É importante levar em conta que não se trata de conceitos equivalentes aos de Landowski (2014), muito embora Fontanille (2008) utilize termos idênticos aos seus. No caso de Landowski (2014), as noções lidam com a variação entre diferentes regimes de interação, como veremos. Fontanille (2008) está problematizando, nesse momento, um ponto específico da análise das práticas semióticas, a saber, o da *eficiência modal*. De nossa parte, ressaltamos que existe convergência entre as duas propostas, mas parece difícil, nos tempos atuais, conciliar plenamente ambas visões, uma vez que cada qual está dirigida a dispositivos teóricos próprios e cujos funcionamentos são diferentes.

De todo modo, na proposta de Fontanille (2008), essas duas valências (chamemo-las auto-adaptativas e hetero-adaptativas, para evitar confusões) seriam forças que influenciariam na determinação da eficiência prática, procedimento relacionado às suas confrontações e às acomodações estratégicas (p. 135-140). Na visão do autor, estaríamos diante de processos auto-adaptativos quando mirássemos fenômenos de ordem *intensiva*. Estes corresponderiam a graus de imputação da ação ao actante, feitos reflexivamente. A nosso ver, isso poderia ser interpretado

como um “senso de responsabilidade”, uma pressão no sentido de um ajustamento interno. Esses processos, estariam relacionados também à ideia de *engajamento* (p. 136). Por sua vez, os processos de acomodação hetero-adaptativos preveriam regras parciais ou globais que levariam ao seguimento de normas de conjunto ou composição específicas de práticas, sendo eles de caráter *extensivo* (p. 136).

No que concerne às pautas (2) e (3), levantadas no início do item 6.2 (das relações existentes entre *actante* e *ato*, e *objetivo* e *horizonte estratégico*), lembramos que estes quatro conceitos encontram-se integrados no esquema básico de apreensão das instâncias constituintes do nível da cena prática, que é composto por quatro elementos. Abaixo, reproduzimos o modelo proposto.

Figura 2.1 – As quatro instâncias da cena prática e suas ligações sintagmáticas



Fonte: Extraído de Fontanille (2008, p. 215), reprodução e tradução nossas.

Para chegar ao modelo acima, Fontanille (2008) baseou-se no princípio de constituição actancial de cenas predicativas, que teria sido originalmente elaborado por Tesnière (p. 212). Na nova proposta, as duas primeiras instâncias, o *actante operador* e o *ato prático*, diriam respeito à união do predicado central da cena com o primeiro actante, ao passo que a terceira instância, o *objetivo*, corresponderia àquilo que se produz por meio da prática. Este poderia ser chamado também “objeto”, a depender do caráter do *corpus* observado (p. 213). A quarta instância (o *horizonte estratégico*) não pertenceria “naturalmente” ao nível da prática em pauta, mas se faria presente nela por meio de um movimento de integração descendente, segundo a lógica de passagem entre níveis proposta pelo mesmo autor (p. 213). O *horizonte estratégico* remete ao que o autor denomina uma “outra cena” (p. 214), a um outro domínio, sendo ele portador de modalizações diferentes, de papéis passionais diversos, mesmo estando também situado na cena predicativa. Essas manifestações práticas poderiam ser sincretizadas por um mesma figura em uma “colocação em

ato” dada. Isso ocorreria, por exemplo, no caso em que o objetivo e o horizonte estratégico fossem manifestados por uma só instância.

Além disso, cabe ressaltar a ideia, que é expressa com mais detalhe apenas adiante na obra (FONTANILLE, 2008, p. 238, 279-284), da existência de um elo, algo que traduzimos como “*vinculações*” (“*liens*”, no original), uma espécie de relação existente entre as diferentes instâncias participantes da cena prática. Na figura 2.1, elas estariam representadas pelas diferentes setas que ligam cada um dos actantes presentes. O princípio teórico por trás dessa formulação foi extraído de Chaïm Perelman (em *Traité de l'argumentation*), onde teria sido concebido segundo duas articulações essenciais, a *ligação* (“*liaison*”) e a *dissociação*, ou *desligamento* (“*dissociation*” ou “*déliasion*” no original, FONTANILLE, 2008, p. 279). Estas representariam esquemas argumentativos e, originalmente, serviriam para descrever estratégias retóricas. Na problemática examinada por Fontanille (2008), sua função estaria destinada à observação da *praxis* enunciativa em ato. Segundo este autor, hipoteticamente, elas poderiam variar gradualmente segundo a *força de ligação* com a qual fossem estabelecidas. Para mais aprofundamento quanto a isso, recomendamos a ida ao original (p. 279-292).

De todo modo, no que concerne ao ponto (2), mencionado anteriormente, a ligação existente na relação entre o actante operador e o ato preveria o estabelecimento de um vínculo especial, tratado como um senso de *inerência* (“*inhérence*”, FONTANILLE, 2008, p. 239). Para o francês, as problemáticas relacionadas às ideias de responsabilidade, autonomia e imputação estão agrupadas sob o domínio do termo acima. Ele qualifica essa como uma questão central para a determinação da *ética*, assim como para a ideia de *moral*, sendo estas duas tidas como noções semelhantes sob alguns aspectos (p. 239-240). Ainda segundo Fontanille (2008), nós apenas poderíamos apreender a relação entre operador e ato a partir do estabelecimento da identidade, do *ethos* do actante que podemos apreender nos textos (p. 239).

Com relação ao *ato ético*, em primeiro lugar, ressaltamos a ideia de que ele pressuporia um “transbordamento” do sentido original de um projeto (FONTANILLE, 2008, p. 240-243). Este seria visto como um modo de se levar a reflexão semiótica além da noção de que as ações humanas são apenas guiadas pela perspectiva de uma intencionalidade local ou individual. Os dois principais pólos para os quais o horizonte ético aponta, segundo o autor, são *o ideal* e *o outro* (p. 236-237). Voltaremos a esses dois princípios adiante, sigamos no momento examinando a ideia de *inerência*. Para fundamentar seus estudos quanto à problemática evocada pela relação entre operador e ato, Fontanille (2008) faz uso, em diferentes momentos, de obras de autores como Bordieu, Levinas, Nietzsche e Spinoza, entre outros (cf. p. 235-274). As ideias esboçadas são, a nosso ver, de grande

interesse para uma aproximação interdisciplinar entre os campos da sociologia, filosofia e semiótica, e dignas de investigações específicas, haja vista a complexidade de uma tal tarefa.

Em meio a suas reflexões, em dado momento, Fontanille (2008) faz menção literal à *reflexividade*, termo que viemos utilizando ao longo da presente tese para designar o sincretismo atorial no contrato fiduciário, fenômeno central para o estabelecimento daquilo que denominamos protagonismo subjetivo (p. 238). No caso da obra examinada, a palavra é mencionada por ser considerada como um conceito relacionado à problemática da *força de ligação* entre as duas instâncias da cena prática, actante *operador* e *ato prático*. Para postular a ideia de *aderência* entre operador e ato, Fontanille (2008) evoca alguns aspectos da obra de Nietzsche, procurando sintetizá-los brevemente (p. 247-249). Para o semiótico, na teoria do filósofo, aquilo que se buscaria com a instauração do princípio filosófico da “vontade de potência”, em linhas gerais, estaria relacionado a uma “evitação” das modalizações. Estas seriam caracterizadas por uma espécie de “intermediação” da relação entre sujeito e ato.

O dito “homem de ação”, na filosofia observada, tenderia a vincular essas duas instâncias de maneira imediata. Fontanille (2008) argumenta que as propostas de Nietzsche não postulariam problemáticas modais, mas justamente a possibilidade de *uma ligação direta entre o operador e seu ato* (p. 248). O filósofo supostamente optaria por reforçar a aderência entre as instâncias mencionadas, trabalhando assim com a recusa da vivência da culpabilização moral e religiosa de maneira geral (p. 248). Segundo esse raciocínio, quando houvesse condicionamento modal entre sujeito e agir, o vínculo entre actante e ato tenderia a ser enfraquecido, causando certo comprometimento na imputação do ato ao actante. Esse fenômeno estaria relacionado ao princípio identificado como uma relação de enfraquecimento do vínculo observado, ou de “*deserência*” entre as duas instâncias da cena prática (“*déshérence*”, no original, p. 248). Além disso, caso estivéssemos diante de um cenário que apresentasse uma distância ainda maior entre operador e ato, causando a impressão de desligamento entre as instâncias, teríamos aquilo que Fontanille (2008) denomina “*exerência*” (“*exhérérence*”, p. 248).

Ainda tratando da problemática da ligação postulada entre *sujeito* e *ato*, cremos ser importante fazer menção a um aparente paradoxo que existiria no estatuto modal do sujeito ético, tensão levantada por Fontanille (2008, p. 256-265). De um lado, esse actante, para ser considerado responsável por um ato, deveria ser passível de imputação a si, ou seja, a ligação entre essas duas instâncias precisa existir. Ao mesmo tempo, o princípio da autonomia prevê uma relação de escolha individual diante da conduta adotada. Nesse sentido, teríamos uma relativa independência na ligação entre operador e ato. Assim, haveria aí, em termos narrativos, simultaneamente, um componente de necessidade e outro de possibilidade, configurando o que poderia ser enxergado, sob

certa perspectiva, como uma incompatibilidade modal. Uma resolução possível para essa aporia, citada pelo francês, estaria na ideia da metamodalização, uma espécie de “força reguladora” que permitiria a coexistência desses dois movimentos, aparentemente contraditórios (p. 260-261). Não iremos, contudo, aprofundar-nos nessa profunda discussão teórica e nem buscar soluções teóricas para ela, pois isso exigiria um aprofundamento que ultrapassaria nossas condições no momento. A consciência do fato de que esses dois princípios coexistem em meio à problemática da responsabilização e do estabelecimento da autonomia individual nos é suficiente por ora para observar os discursos que coletamos em meio a nosso trabalho de campo.

Dirigimo-nos, assim, ao ponto (3), levantado anteriormente. Ele diz respeito à constituição do *objetivo* e do *horizonte estratégico* na proposta examinada. Fontanille (2008) afirma que o segundo desses conceitos seria o responsável por conferir um caráter *estratégico* (ou teleológico) à *cena prática* (p. 243, 283). A ideia geral desse raciocínio se pauta no princípio, mencionado anteriormente, de que um ato apenas pode se tornar ético quando ele ultrapassa o sentido original da prática de menor amplitude. Essa ultrapassagem, em linhas gerais, defende o autor (p. 237-238), pode ser dirigida à idealidade ou à alteridade. No primeiro caso, estaríamos entrando no campo da determinação das causas finais dos atos; já no segundo, o que estaria em pauta seria um alargamento do campo de valores do operador, levado a cabo a partir do que identificamos como um aumento de seu escopo (p. 238).

No âmbito do estabelecimento de uma terminologia para as ligações constantes no aparato da cena prática, a relação do operador com o objetivo, mais próxima e específica, é definida como sendo uma relação de *interesse* (“*intérêt*”, FONTANILLE, 2008, p. 281). O termo *utilidade* seria escolhido para designar o vínculo do operador com o *horizonte estratégico*, mais ideal e distante (“*utilité*”, p. 281). É importante não confundirmos essa denominação com a noção de *práticas utilitárias*, que comentaremos mais adiante. Notamos que as noções elementares contidas nas ideias de *objetivo* e *horizonte estratégico* de Fontanille (2008) são, em certa medida, homologáveis aos conceitos, da teoria *standard*, que prevêm os *programas narrativos de uso e de base* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 388-390). Como vimos, na conceptualização de Greimas e Courtés (2012), o PN de base (ou geral) exigiria a realização prévia do PN de uso para poder se efetivar (p. 389).

Tendo examinado aspectos selecionados da proposta de Fontanille (2008) na problemática das práticas semióticas, sigamos adiante, observando a abordagem de outro pesquisador importante da área, cuja teoria está relacionada, em parte, ao mesmo tema.

6.3 - Regimes de interação: a função do risco na significação

Landowski (2014) revê as estruturas de base que regem alguns dos princípios de funcionamento narrativo estabelecidos pela semiótica francesa e propõe uma teoria com quatro principais regimes de interação que supostamente governariam os diferentes actantes desse nível. Estes seriam a *programação*, o *acidente*, o *ajustamento* e a *manipulação*. Os diferentes tipos de interação estariam inseridos dentro de uma lógica de aumento e diminuição do risco, princípio entendido pelo autor como um dos elementos centrais do sentido. O regime da programação seria o mais livre de risco ao passo que o acidente seria aquele mais sujeito a esse tipo de influência. Uma conquista importante dessa teoria consiste, a nosso ver, na incorporação de uma lógica gradual de transição entre os diferentes modos de interação propostos, que reconhece a processualidade na descrição das passagens de um regime a outro, como bem constata Fiorin (2014), no prefácio à edição brasileira da obra (p. 9).

Uma das principais críticas de Landowski (2014) ao modelo semiótico anterior de descrição do fenômeno da *manipulação* se pautava em uma suposta falta de profundidade do tratamento teórico oferecido a esse tipo de interação. Observemos as palavras do autor no trecho a seguir.

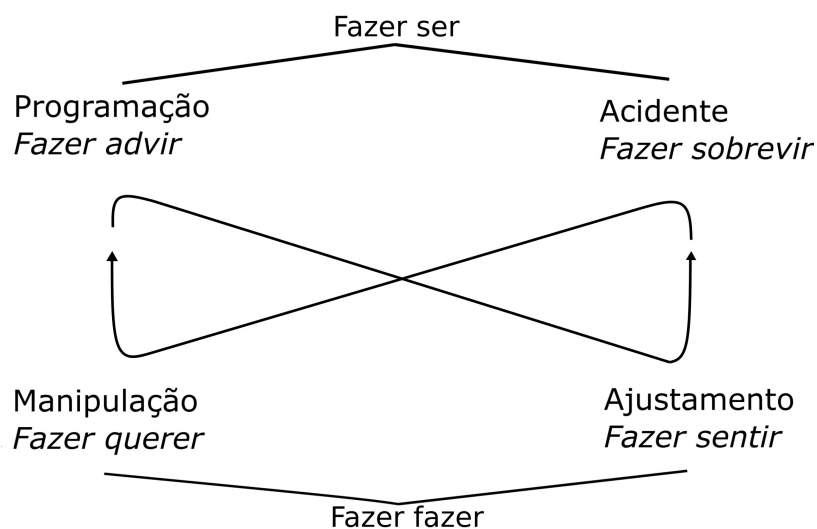
(...) no atual estado da teoria, tudo se passa como se, uma vez excluído o puro e simples recurso à força, que levaria a reduzir o outro ao estatuto de coisa programada, a única maneira de influenciá-lo – de ter *prise* sobre ele – consistisse em concebê-lo como um ser consciente de si mesmo, seguro de si mesmo e senhor de suas paixões (LANDOWSKI, 2014, p. 49, grifos do autor).

Vemos que havia, nas primeiras abordagens da semiótica para a descrição do destinador-manipulador, certa tendência a tomá-lo (assim como a seu destinatário-manipulado) como um actante dotado de plena intencionalidade objetiva. Por outro lado, o tratamento dado à problemática por Greimas em “O desafio” (2014, p. 221-231) já reconhecia alguma complexidade ao assunto, apresentando-o com base em uma proposta que previa um desdobramento de tipos de sujeitos na situação de desafio, os da comunicação e os da representação (p. 226). O primeiro tipo seria o dos sujeitos frente a frente em uma situação de desafio, ao passo que o segundo estaria determinado pela construção de simulacros presente no jogo persuasivo. A formulação do professor lituano ainda não era suficiente, por exemplo, para dar conta do regime do *acidente*, temática contemplada pela proposta de Landowski (2014). De todo modo, Greimas (2014) já reconhecia a diferença essencial entre um actante propositivo e outro interpretativo no estabelecimento contratual das relações intersubjetivas, categoria fundamental para a compreensão dessas dinâmicas em uma primeira instância.

A distinção entre transitividade (*fazer ser*) e factitividade (*fazer fazer*), já estipulada por Greimas (2014, p. 221), também ganha sofisticação quando revista pela pena de Landowski (2014).

O esquema abaixo (Figura 2.2) representa uma formulação visual, elaborada por nós, de partes da proposta do último autor. Para fins de foco, retiramos provisoriamente da figura abaixo, as categorias da *continuidade* e da *descontinuidade* (e os seus respectivos termos contraditórios), além de outras instâncias da teoria original. Nossa intenção em não as inserir no quadro neste momento não foi a de propor qualquer reformulação no escopo de sua formulação. Apenas procuramos, com essa apresentação simplificada, prover uma visão mais “limpa” sua, para a finalidade que nos interessa no momento.

Figura 2.2 – Diagrama dos regimes e tipos de interação



Fonte: Elaboração própria, baseados em Landowski (2014, p. 80).

A imagem acima mostra, de maneira aproximada, o modo pelo qual Landowski (2014, p. 80) desdobra as categorias postuladas por Greimas (2014, p. 221) em dois eixos, um situado no alto do esquema (eixo da transitividade ou da operação, *fazer ser*); outro no âmbito inferior (eixo da factividade, *fazer fazer*). O termo *manipulação*, usualmente entendido até há algumas décadas pelos semioticistas como algo similar à ideia de factividade, para a proposta recente, ficaria identificado como apenas um dos fustivos da função. A *manipulação* estaria identificada, aqui, com o *fazer querer*, com a *intencionalidade* e com a *não descontinuidade*.

Vemos que a reformulação terminológica proposta, no caso desse regime específico, seria beneficiada pela ideia de que haveria, na manipulação, a presença de uma diretividade externa, já sugerida pelo uso comum do termo (no caso do português, pelo menos). Caso todos os semioticistas aderissem à nova proposta, não mais precisaríamos utilizar esse item lexical para designar relações intersubjetivas onde ocorre comunicação de valores motivacionais, por exemplo. Ao mesmo tempo,

precisaríamos examinar a proposta em minúcia e como um todo para verificar a pertinência efetiva da alteração.

Como vimos no diagrama anterior, na perspectiva landowskiana o *ajustamento* estaria associado ao *fazer sentir*, à *sensibilidade* e à *não continuidade*. No caso dessa interação de ordem estésica, não haveria uma orientação de leis preestabelecidas. Ela aconteceria no “tempo real” do processo de interação, na maneira com a qual os parceiros de comunicação interagiriam pouco a pouco (LANDOWSKI, 2014, p. 48). Esse regime poderia prever duas formas de realização, a *sensibilidade perceptiva*, algo como a capacidade que nos permitiria experimentar a realidade exterior, e a *sensibilidade reativa*, ligada a uma propriedade responsiva dos entes do mundo (p. 52 – 53). Se a manipulação (segundo a acepção landowskiana) visaria a empresa de procedimentos persuasivos com o objetivo de que o manipulado se visse instado a fazer o que o destinador-manipulador quisesse, no ajustamento, ainda segundo ele, haveria uma busca que se aproximaria àquela da realização mútua, como no caso dos parceiros de dança (p. 51).

No quadro da tipologia das programações existentes, o autor trata da existência de *programações causais* cuja instauração obedeceria a leis de regularidade operacionais e supostamente não motivadas, tais como as razões físicas, fisiológicas ou biológicas (LANDOWSKI, 2014, p. 39). Quando os atores de um texto examinado (sendo eles antropomorfizados ou não) obedecessem ao conjunto dos comportamentos humanos, normalmente não poderíamos deixar de conferir algum sentido (cultural ou individual) a suas ações. O autor afirma que muitas regularidades são tomadas como “puros automatismos anônimos” (p. 37), mas, na verdade, ocultam o ponto de vista dos agentes envolvidos, o que faz com que seja necessário reconhecer necessidades de ordem simbólica presentes nos discursos. Estas seriam denominadas *programações simbólicas*.

Examinemos uma citação do autor, transcrita abaixo, tratando agora a respeito da manipulação.

Se, para eles [os agentes envolvidos em determinada interação de manipulação], essas condutas são “inquestionáveis”, é porque por trás delas *há sentido*, ainda que o conteúdo preciso desse sentido não seja, ou não seja mais, diretamente acessível. “Por que esse rito particular? Por que se faz desse modo? – Porque é assim que se faz, porque é assim que se deve fazer” (LANDOWSKI, 2014, p. 38, grifos do autor).

No caso mencionado, a presença de uma necessidade ou motivação (que por vezes não precisaria de explicações racionais para se efetivar) é vista simplesmente como uma crença em um destinador que poderia estar implícito. Para descrever esse tipo de situações, Landowski (2014) utiliza a denominação “*motivação-confiança*” (p. 44), algo como um princípio que visaria a reiteração ou a perpetuação de práticas instituídas. Ela estaria relacionada ao regime da

manipulação. Quando estivéssemos diante de atores cujos investimentos figurativos não possuísem o traço antropomorfo, poderíamos falar, com menos risco de equívoco, em ações perpetradas sob um regime de interação causal, como, por exemplo, a água que ferve sob a influência do calor da tocha do fogão. Nessas situações, o estatuto subjetivo do operador seria questionável. Vejamos outra argumentação do autor.

(...) a manipulação, pelo simples fato de que põe em relação “sujeitos” – isto é, actantes em grande medida habilitados para escolher seus percursos em função de motivações ou de razões ligadas a uma competência modal que nada limita *a priori* -, oferece um inventário de possibilidades narrativas extremamente aberto. Por outro lado, a programação, que por natureza encerra os protagonistas em configurações semânticas imutáveis (os papéis temáticos encontrados mais acima), determina um registro objetivamente mais reduzido, em todo caso em termos quantitativos (LANDOWSKI, 2014, p. 65, grifo do autor).

Um segundo modo de manipulação identificado por Landowski (2014) é denominado “*motivação-decisão*” (p. 44). Este seria típico de um sujeito capaz de decidir por conta própria ou, adicionaríamos aqui, de um actante que estabelece um contrato reflexivo como base de impulsionamento do seu fazer. Tal motivação, na obra examinada, obedeceria a uma aspectualidade *pontual* e *incoativa*, em oposição à *motivação-confiança*, que seria *durativa* e *contínua* (como visto acima). Para se firmar como regime escolhido pelo sujeito, a motivação-decisão precisaria ainda validar seu valor atestado. Assim, ela deveria justificar qualquer abandono das tradições, manias ou superstições, sendo estas últimas antagônicas à causalidade de ordem decisional (p. 44).

Por fim, o regime do *acidente*, pouco descrito por nós até agora, poderia ser resumido como um dispositivo guiado pelas lógicas do *acaso*, da *aleatoriedade* e da *descontinuidade*. Nele, o princípio do risco encontraria sua manifestação mais essencial. As formas de se semantizar um tal regime poderiam ser várias e, segundo Landowski (2014), estariam expressas correntemente em palavras como “sorte”, “azar” ou mesmo “acaso” (p. 74). A lógica do acaso se oporia à da necessidade. O *acidente* poderia ser entendido com receptividade e assentimento pelo sujeito, como no caso do jogador apaixonado, ou com aversão, caso observássemos o neurótico que não pode lidar mesmo com pequenos rompimentos da rotina. Esse talvez seja o modo de interação que menos tinha sido abordado pela semiótica até Landowski (2014) e nisso consiste, em nossa opinião, um tanto da importância atual de sua teoria, conjuntamente às contribuições ligadas ao regime do ajustamento. Evidentemente, pelo caráter inesperado da forma de interação que ele evoca, esse regime se assemelha, de algum modo, à noção de *acontecimento* postulada por Zilberberg ao longo do desenvolvimento de sua obra.

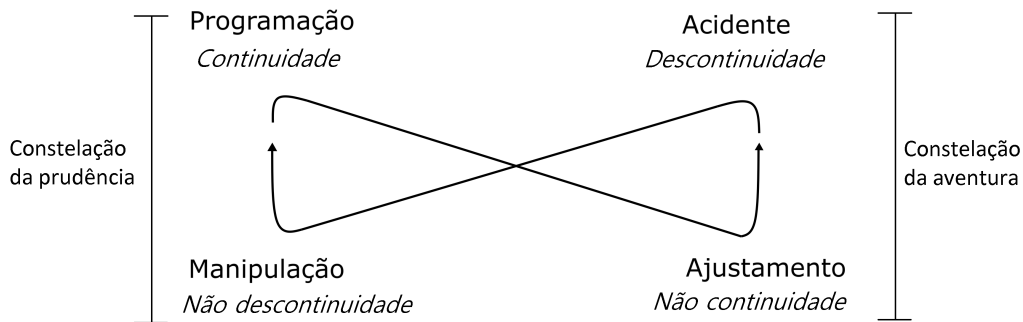
Da perspectiva de um estudo das estratégias e das práticas na constituição do protagonismo subjetivo, consideramos que o reconhecimento de um regime de *ajustamento* traz reflexões

interessantes. Isso ocorre porque, entre outras possibilidades, essa aproximação estésica entre actantes está apta a descrever alguns tipos de interação envolvidos nos processos de subjetivação. Tomemos um exemplo possível, pensando em nosso caso, no qual trabalhamos um *corpus* autobiográfico tratando dos planejamentos de vida. Imaginemos que um jovem se visse influenciado pelas atitudes ou crenças de um amigo, alterando, assim, suas escolhas por caminhos pessoais ou profissionais. Indo além do sujeito que, categoricamente, delinea e determina os seus objetivos positivamente, vemos que o estabelecimento das decisões e preferências pessoais, em tese, pode também se dar pela via dos encontros afetivos. Estes seriam estabelecidos por meio dos relacionamentos pessoais.

A assunção de certos riscos controlados em meio ao fazer do sujeito no mundo (no caso do acidente) também poderia ser integrada a nosso escopo analítico, prevendo que percursos individuais também trabalhariam tais formas de interação. Cremos que, muito embora uma visão mais objetiva e linear possa postular que o contrato reflexivo seja a forma de estabelecimento do protagonismo subjetivo “por excelência”, a eventualidade de um sujeito se deixar guiar por “forças descontínuas” pautadas em uma lógica de aleatoriedade, não necessariamente o tornaria menos protagonista. De fato, as imprevisibilidades são parte da vida. No caso da vivência voluntária de riscos exagerados por um sujeito, talvez pudéssemos enxergar, aí, uma ameaça ao contrato reflexivo, uma vez que tais atividades eventualmente estariam sujeitas a serem consideradas como manifestações discursivas do antiprograma narrativo. Mas há que ter cuidado com essa generalização, pois exceções podem ser encontradas.

Para investigar um pouco mais a respeito do funcionamento teórico da proposta de Landowski (2014), observemos a categoria *continuidade - descontinuidade* e seu par contraditório. Estes são, respectivamente, a *não continuidade* e a *não descontinuidade*. Essas quatro posições seriam essenciais ao entendimento da proposta dos regimes de interação examinada, segundo Fiorin (2014, p. 8). Para ilustrar a associação dessa categoria aos quatro regimes propostos, vejamos outro diagrama (Figura 2.3), igualmente cunhado por nós, também com base nas ideias e sistematizações presentes na obra examinada.

Figura 2.3 – Diagrama dos regimes de interação e a categoria continuidade - descontinuidade



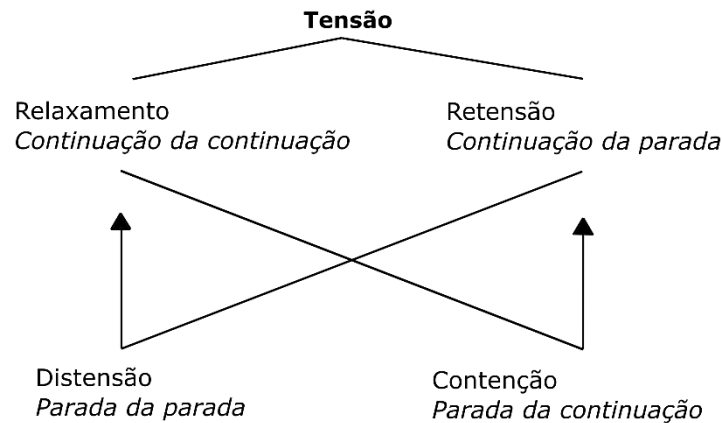
Fonte: Elaboração nossa, a partir de Landowski (2014, p. 80).

Novamente, no quadro acima, realizamos uma simplificação da proposta original do autor, a título de proporcionar uma ilustração do funcionamento teórico do modelo em linhas gerais. Ao lado esquerdo, a *constelação da prudência* marca um campo no qual as interações são relativamente controladas. A *manipulação* está caracterizada pela quebra da descontinuidade típica do acidente, ao mesmo tempo em que é, ainda, um regime marcado por alguma incerteza (LANDOWSKI, 2014, p. 85-86). Na *programação*, a interação é pautada pela regularidade, pela sensação de segurança, assim como pela ideia de um cotidiano funcional. A constelação da aventura, por sua vez, é um eixo no qual o descontrole tem maior disseminação. Nela, a estabilidade do universo da prudência se vê ameaçada. Teríamos, aí, um âmbito onde o sentido da vida seria constantemente questionado (p. 86). As figuras mencionadas pelo autor como forma de ilustrar o que seria a forma de interação típica desse eixo são as do toureiro e do corredor automobilístico, indivíduos que teriam que se ver constantemente frente a dinâmicas arriscadas e trabalhar suas sensibilidades diante de forças maiores que as deles, coordenando movimentos no espectro de uma relação “corporal” (p. 86).

Além da sua utilização na proposta de Landowski (2014), a categoria continuidade - descontinuidade diz respeito a uma dependência bastante elementar da linguística, que desempenha também um papel central na constituição das bases da semiótica tensiva de Zilberberg. Um dos primeiros textos que postularam a existência do dispositivo missivo, “Para introduzir o fazer missivo”, de 1988 (ZILBERBERG, 2006a, p. 129-149), já citado neste trabalho, trazia a oposição acima, articulando-a conjuntamente às noções de *programa* e *antiprograma narrativos*. O *fazer emissivo* tinha o ardor e o arroubo como valores. Já o *fazer remissivo* seria responsável pela inibição, parada ou *stase* (p. 134, grifos do autor). Tal proposta é precursora do *esquema da tensão*, depurado mais adiante na história da disciplina por Tatit (2014, p. 379). Para este último, a tensão seria o termo complexo que subsumiria “um potencial mínimo e um potencial máximo de

intensidade emocional” (p. 378). Vejamos abaixo como Tatit (2014) sistematiza a proposta de Zilberberg.

Figura 2.4 – Diagrama tensivo



Fonte: Reprodução nossa, extraído de Tatit (2014, p. 379).

Examinemos rapidamente o esquema disposto acima. No que diz respeito à primeira das suas variáveis (*relaxamento*), estaríamos diante de uma continuidade sem interrupções. O seu termo contrário (*retensão*), por sua vez, preveria justamente uma descontinuidade efetivada. Além deles, no quadrado, constariam ainda a *contenção* (a *parada da continuação*) e a *distensão* (a *parada da parada*), elementos que consistiriam na contradição de cada um dos termos do eixo superior, estabelecendo uma relação de implicação quanto a seus contrários opostos.

Este último modelo vem sendo utilizado com bastante rentabilidade analítica, para *corpora* de natureza variada, especialmente em semiótica da canção. Isso se deveria, talvez, a sua aptidão para descrever tanto a análise dos componentes melódicos quanto os segmentos verbais que os acompanham nas músicas com letra, como se vê em Tatit e Lopes (2008), Tatit (2016a), entre diversas outras obras que poderíamos citar. Vemos que há diálogos que poderiam ser explorados entre a sociosemiótica e a semiótica tensiva, tendo em vista que ambas teorias partem de uma mesma oposição chegando a aplicações distintas. Contudo, tratando-se de duas frentes de pesquisa cujos desenvolvimentos foram sendo efetivados de maneira relativamente independente, hoje ainda é difícil encontrar “pontes” que nos permitam transitar livremente entre esses dois domínios teóricos. Fontanille (2016, p. 25-47) realiza um esforço nesse sentido, ressaltando o fato de que, em Zilberberg, com o acontecimento, e em Landowski, com a ideia de álea-acidente, estaríamos diante de problemáticas similares. Vejamos suas palavras quanto a isso.

Com efeito, tanto um [o acontecimento] quanto a outra [a álea-acidente] se caracterizam pelo fato de que “ocorrem” sem que se possa antecipá-los, de que é particularmente difícil atribuir sua origem a um actante passível de identificação e de que eles constituem um problema a ser resolvido para a organização sintagmática do curso das coisas, tal como ele se mostrava antes da incidência (FONTANILLE, 2016, p. 36).

O autor busca, no trecho acima, chegar ao que seria um “denominador comum” para as duas iniciativas, mostrando que, de fato, possuem pontos de convergência entre si. Ele aponta, ainda, outras ideias que igualmente corroboram a familiaridade das duas abordagens, como a imprevisibilidade ou a improbabilidade (p. 38-39). Ao mesmo tempo, o fato de que o modelo tensivo veio progressivamente se afastando da utilização dos esquemas actanciais em suas formulações, constatação também ressaltada por Tatit (2016b, p. 25), dificultaria o trabalho de aproximação entre ambas perspectivas, pois a proposta dos regimes de interação os segue utilizando. Nesse sentido, vemos que a abordagem de Landowski (2014) possui o mérito de conseguir integrar, às análises semióticas, reflexões a respeito do *risco* e da *estesia* (baseadas na categoria continuidade – descontinuidade), sem perder de vista uma estreita conexão com algumas das propostas essenciais da teoria *standard*. Isso ocorre, por exemplo, como vimos, com a manutenção das propostas de narrativização dos enunciados de *fazer ser* (transformação) e *fazer fazer* (factitividade). Por outro lado, acreditamos que sua abordagem não apresenta um instrumental teórico capaz de fornecer uma descrição mais “fina” e pormenorizada das nuances do sentido, função para a qual a semiótica tensiva tem se mostrado mais apta, a nosso ver.

A despeito da importância dessa discussão teórica, não nos aprofundaremos mais no assunto, afinal, não é esse o nosso objetivo neste estudo. Sigamos com mais uma investigação relacionada a nossos anseios locais.

6.4 Um breve olhar às problemáticas do encadeamento e valorização de programas narrativos

A semiótica já dedicou alguma atenção ao assunto da *gestualidade*, ou “a utilização feita pelo homem de seu próprio corpo frente à produção de movimentos organizados em programas que tenham um projeto, um sentido comum” (GREIMAS, 1975, p. 64). Sem dúvida, essa é uma problemática cara ao tema do protagonismo em suas diferentes acepções. Como vimos, o termo teria surgido para designar o mecanismo de seleção feito por um enunciador, dando destaque a um ator em meio a outros, sendo eles todos participantes do que seria uma prática agonística comum. No *Dicionário de Semiótica*, Greimas e Courtés (2012, p. 236-237) seguiriam problematizando o assunto da gestualidade em suas diversas acepções. Assim, tratariam dele no acompanhamento ou no enquadramento das enunciações verbais, como sistema de signos, como unidade componente dos

textos gestuais (nas diversas formas de dança, por exemplo), assim como na análise do que seria uma “semiótica 'pragmática' natural” (p. 237), definição que se aproxima mais da temática aqui estudada.

O estudo da gestualidade pode prever que as motivações subjacentes à ação reconhecem diferentes níveis de programação. Tatit (2010) aborda o assunto das práticas semióticas no capítulo “Práticas impregnantes ‘A terceira margem do rio’” (p. 107-126) de seu livro *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. O pesquisador brasileiro explora, na obra, as formas de articulação entre os PNs de uso e os de base a partir de diversos tipos de encadeamento e procedimentos de valoração. Tatit (2010) analisa a atividade do pai (personagem do conto rosiano) que toma uma canoa e permanece nela de forma inesperada, permanente e aparentemente inexplicável, baseando-se no ponto de vista do narrador do texto (“o filho”). A partir das problemáticas encontradas no conto, o semioticista depreende uma variedade analisável de mecanismos de atribuição de sentido às ações em geral. Nesse estudo, Tatit (2010) descreve o que seriam práticas *utilitárias*, *míticas*, *artísticas*, *desvairadas* ou *impregnantes*.

A habilidade de priorizar determinados conteúdos (ou de relegar outros a segundo plano) está presente já em nossas competências linguísticas essenciais, como no nível da composição do significante. Uma argumentação de Tatit (2010) nesse sentido postula que, nesses casos, a valorização do projeto semântico mais abrangente dependeria da “*dessemantização* de eventuais sentidos associados a segmentos fonológicos de menor dimensão” (p. 110, grifo nosso). Dessa maneira, recupera o conceito em itálico, que anteriormente havia sido trabalhado por Greimas (1975, p. 81). No que concerne às práticas, o fenômeno estaria expresso, ao ver do brasileiro, sobretudo na composição da *prática utilitária*, pela sua tendência para “a dessemantização das figuras parciais em nome da valorização do projeto geral” (TATIT, 2010, p. 111). As análises desenvolvidas pelo autor brasileiro na obra mencionada ocorrem desde uma perspectiva tensiva, que atribui novas considerações à abordagem original. No conto de Rosa (2001, p. 79-85), pano de fundo das propostas levantadas no capítulo observado, o filho passa parte considerável de sua vida buscando compreender, sem sucesso, as razões que teriam levado o pai a embarcar naquela estranha atividade que os distanciava. Mas o primeiro não encontrava forma de concatenar as ações do genitor com base em uma lógica utilitária.

Greimas (1975) falava em “*praxis gestual*” naquilo que seria uma das primeiras problematizações do assunto em semiótica (p. 64). O autor lituano dedicava, na obra, alguma atenção à diferenciação entre dois regimes básicos de atribuição de sentido às figuras gestuais, a saber, o *prático* e o *mítico* (p. 64-65). O primeiro deles era considerado basicamente como relacionado ao fazer. O segundo estaria mais vinculado ao ato de desejar. Este último,

aparentemente, supunha uma esfera de significação conotativa, muito embora não pudesse ser limitado a ela. Isso se daria porque, segundo o próprio autor, o fazer mítico estaria também ligado a “uma *intencionalidade* transformadora do mundo como tal” (p. 65, grifos do autor). Tatit (2010) não faz muita menção ao regime mítico ao longo do capítulo examinado, citando-o apenas de forma breve na página 112. A nosso ver, a ideia de uma construção prática com esse caráter parece ser pertinente para a referência a ações que ultrapassam o sentido da prática de menor amplitude. Ela estaria relacionada, assim, de certo modo, àquilo que Fontanille (2008) estabelece como sendo o âmbito da ética, como vimos no item 6.2, uma espécie de “transbordamento” do sentido do ato local. De tal modo, seria necessário pensar qual poderia ser a sua diferenciação quanto a uma eventual “prática ética”.

Segundo Tatit (2010) as *práticas artísticas* seriam aquelas que valorizariam os percursos parciais e os manteriam em sintonia com os projetos mais amplos (p. 112). Estas poderiam, inclusive, condensar a extensão total do plano do conteúdo em um pequeno segmento do plano da expressão (p. 112). As *práticas desvairadas*, por sua vez, teriam como característica principal uma “perda” do valor associado ao programa de base, ao mesmo tempo em que realizariam uma ativação do sentido relacionado ao PN de uso. Nesse tipo de atividade, ao contrário do que ocorreria com as práticas utilitárias, a autonomia semântica do programa local seria conservada e isso ocorreria independentemente do alinhamento das figuras parciais com o projeto mais amplo (p. 113).

A *prática impregnante*, por fim, é identificada por Tatit (2010) como a que melhor descreve o sentido do fazer do pai canoero do conto (p. 117). Na análise, ela é associada ao que o semiótico aponta como um *acontecimento extenso*. Segundo ele, nesse caso, estamos diante de “atos que se somam no campo de percepção do sujeito comprometendo sua capacidade de dar respostas parciais a cada um deles” (p. 117), ou ainda de “um acontecimento que não se consuma, mas que (...) consome o mundo subjetivo” (p. 117). Essa definição oferecida por Tatit (2010), assemelha-se, em certa medida, à ideia de *ritual* proposta por Fontanille (2008), em meio à proposta de um modelo da eficiência práxica (p. 137). Isso se justifica porque esta trabalha, da mesma forma que a prática impregnante, com a ideia de uma *alta intensidade* conjugada a uma *extensidade difusa*.

Talvez pudéssemos resumir o enfoque presente no capítulo observado de Tatit (2010), grosso modo, pela postura geral que mantém, atribuindo cifras tensivas de tenuidade ou tonificação às figuras parciais ou aos projetos globais de sentido presentes nas práticas. No que concerne ao relacionamento entre as diferentes formas de se lidar com a problemática citada segundo as perspectivas teóricas observadas, ressaltamos, em primeiro lugar, a existência de pontos de convergência entre as propostas de Fontanille (2008) e a semiótica tensiva, já mencionados durante

o desenvolvimento do presente item. Isso se deveria ao fato de que ambas perspectivas trabalham (cada qual a seu modo, é verdade) com a ideia básica de que os fenômenos de significação podem ser compreendidos a partir do estabelecimento de um *campo de presença*. Tal dispositivo seria representado pelo modelo do *espaço tensivo*, como podemos ver em Zilberberg (2011, p. 253 -254).

O *campo de presença* reconheceria não apenas o plano do conteúdo dos textos, “mas o próprio ato de semiose, as suas condições perceptivas e afetivas e os seus efeitos sobre os sujeitos” (LOPES; LIMA, 2016, p. 105). Tal modelo se constituiu a partir do interesse e do reconhecimento da pertinência de se gramaticalizar as grandezas sensíveis e inteligíveis nos textos. Em sua formulação, uniria dois eixos, o da *intensidade* e o da *extensidade*, que sintetizariam as ideias de *sensibilidade* e *inteligibilidade*. O primeiro deles abarcaria a variedade dos estados de alma que atingem o sujeito, ao passo que o segundo estaria apto a representar a variabilidade na consistência dos estados de coisas (ZILBERBERG, 2011, p. 253).

7. Protagonismo, tensividade e a constituição de um espaço fiduciário

A semiótica *standard*, como vimos, sob certa perspectiva, poderia descrever o fenômeno do protagonismo com base em um raciocínio narrativo, no qual há uma *sanção* realizada por parte de um destinador-julgador. Esse processo atribuiria valores eufóricos ao destinatário-julgado, a partir de um julgamento feito a respeito da pertinência da ação do sujeito. Por sua vez, este último actante estaria manifestado textualmente pela figura do ator considerado protagonista pelo enunciador. A nosso ver, tal esquema dá conta de descrever o problema sob alguns de seus aspectos, auxiliando também a localizá-lo, quem sabe, em meio a procedimentos de estratégia narrativa ou de colocação em perspectiva. Outros pontos relevantes escapam, talvez, a essa abordagem. Neste item, iremos observar brevemente o fenômeno do protagonismo a partir de um viés tensivo, vertente da teoria que foi sendo progressivamente desenvolvida, sobretudo, por Claude Zilberberg, a partir dos anos 1980.

Tomando tal ponto de vista, quando pensamos em um discurso que evidencia o percurso de um personagem de maneira privilegiada, esse diferencial, como qualquer fenômeno discursivo, deveria estar expresso nas valências inscritas nas dimensões da *intensidade* ou da *extensidade*, como previsto pela teoria para as diferentes manifestações de sentido (ZILBERBERG, 2011, p. 250-251). Vejamos algumas palavras de Tatit (2016b) a respeito do ingresso de grandezas no espaço tensivo.

todas as grandezas que entram num determinado espaço tensivo recebem uma cifra indicando o seu grau relativo de tonicidade e andamento, bem como o seu grau de abrangência num dado universo de sentido (TATIT, 2016b, p. 28).

As menções ao “grau relativo de tonicidade e andamento” e ao “grau de abrangência num dado universo de sentido”, acima expostas, diriam respeito às formas analíticas dessas duas grandes dimensões, de acordo com o postulado pela teoria (ZILBERBERG, 2011, p. 251). Uma das premissas básicas da teoria tensiva é a postulação que a *intensidade rege a extensidade* (ZILBERBERG, 2006b, p. 169-170). Vemos que a primeira teria prevalência sobre a segunda graças ao fato de que, segundo a abordagem desse ponto de vista, o *contínuo* seria o elemento principal a ser observado, e não o *descontínuo*. Sendo assim, a atenção se voltaria justamente para a problemática da intensidade das coisas e para a maneira como elas “afetam” o sentido. Tal postulado não teria espaço de desenvolvimento em meio a uma semiótica puramente categorial. Segundo o mecanismo básico de funcionamento do dispositivo depreendido de uma das formulações do autor para ele, o andamento rege a temporalidade, ao passo que a tonicidade incidiria sobre a espacialidade (p. 171).

Tomemos um exemplo para trabalhar as formas de articulação dessas subdimensões. Caso o andamento e a tonicidade se instaurassem em uma dada manifestação textual com rapidez e tonificação e, assim, privilegiassem a *concentração*, teríamos, como efeito disso tudo, uma tendência à *redução* do campo da extensidade e, com isso, uma “considerável exclusão dos sentidos não pertinentes por obra do acento tônico” (TATIT, 2019, p. 21-22). Ao afetar o sujeito a partir das categorias citadas, o fenômeno, que poderíamos também denominar *acontecimento*, noção central para a teoria tensiva, causaria justamente o efeito de obliteração de alguns dos elementos inteligíveis. Vejamos algumas palavras do autor brasileiro a respeito do procedimento da *triagem*, uma das duas grandes operações da *sintaxe extensiva*, conjuntamente com a *mistura* (ZILBERBERG, 2011, p. 290).

O mecanismo habitual da *triagem* consiste na extração de uma grandeza ou de um valor e na conseqüente eliminação dos elementos indesejáveis, o que indica a influência de *alta tonicidade* na calibragem desses processos, mas também de *muita rapidez*, como é próprio dos procedimentos paradigmáticos (TATIT, 2019, p. 22, grifos nossos).

A outra importante operação da sintaxe extensiva, como antecipado, é a *mistura*. Esta estaria caracterizada pela tenuidade e pela lentidão, o que causaria, no eixo da extensidade, uma “perda de foco de sentido e a tendência óbvia à dispersão” (TATIT, 2019, p. 22). Em meio a esse tipo de regime, a baixa intensidade poderia fazer com que as figuras tendessem à conotação de uma mundanidade pejorativa, ou, quem sabe, de uma “participação coletiva” (BEIVIDAS; LOPES, 2012, p. 36).

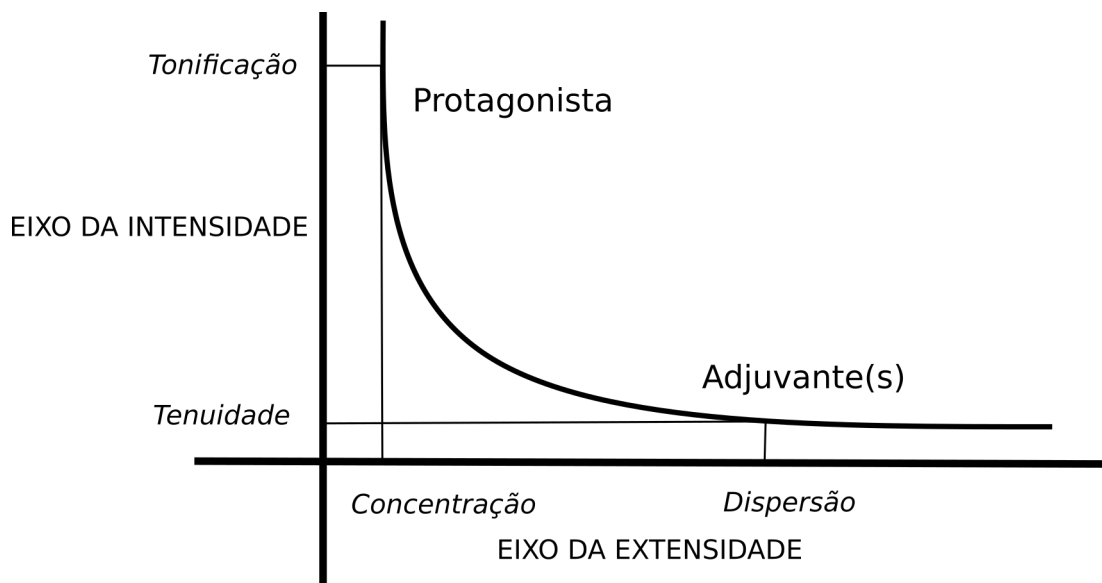
Neste momento, estamos nos referindo àquilo que Zilberberg denominava *correlação inversa* (TATIT, 2019, p. 22). Assim, não haveria concomitância no aumento dos gradientes de cada uma das dimensões (ZILBERBERG, 2011, p. 248-250). O que haveria, aí, seria um espelhamento: enquanto o valor de uma dimensão cresceria, o da outra decresceria. “*Correlação*” seria o termo utilizado pelo autor para expressar o tipo de interação que a *intensidade* manteria com a *extensidade* (TATIT, 2019, p. 17). Se as grandezas inscritas no espaço tensivo *crecessem ou diminuíssem simultaneamente*, então teríamos o que o francês denominava *correlação conversas* (ZILBERBERG, 2011, p. 248-250).

No caso de um *protagonismo textual*, parece ser uma característica típica do seu funcionamento a alta intensidade operando em meio a uma interação inversa das dimensões tensivas. Isso ocorreria porque existiria uma tendência a que os feitos do herói impactassem diretamente o campo de presença constituído. Essa ideia estaria de acordo com a tese de que o ator principal (e tudo aquilo que lhe acontece) seria, basicamente, o que há de importante para a perspectiva assumida.

A noção de importância, em discurso, surgiria quando houvesse a atribuição de alta tonicidade a um elemento de determinado universo semântico, realizada por uma instância perceptiva e avaliativa dada. Lembremos a definição de “acontecimento” do dicionário francês *Micro-Robert*, recuperada por Zilberberg (2011), para ajudar a explicar o estatuto do fenômeno, “aquilo que ocorre e *tem importância* para o homem” (p. 170, grifo nosso). Quando analisamos a caracterização lexicográfica do termo “protagonismo”, no item 6.1 deste capítulo, vimos que os autores do dicionário consultado (HOUAISS; VILLAR, 2007) postulavam a existência de um “personagem *mais importante* num acontecimento” (p. 2317, grifo nosso). A diferença entre os dois textos postos em relação parece dizer respeito, especialmente, à incidência dirigida a um ente animado, possivelmente humanizado (ocorrida no caso do protagonismo), o que não se especificaria para a acepção de acontecimento examinada. Esta seria mais dirigida ao *processo impactante* do que ao *operador do fazer*.

O sucesso do programa do *sujeito* representa, para a perspectiva que institui um protagonista, uma vitória efetiva, ao passo que um eventual êxito do *adjuvante*, para esse mesmo ponto de vista, representaria um ganho de pouco significado. A intensidade mais baixa, constitutiva da figura desse segundo tipo de atores, faria justamente com que pudessem ser *pluralizados*, repartindo, assim, o *quantum fórico* que cada qual carregaria consigo. O gráfico abaixo busca sintetizar visualmente a diferença existente quanto às configurações tensivas relacionadas às figuras do protagonista e do(s) adjuvante(s).

Figura 2.5 – Gráfico tensivo segundo o par protagonista - adjuvante(s)



Fonte: Elaboração nossa, a partir das ideias de Zilberberg (2011).

Analogamente ao que ocorre com o adjuvante, o protagonista, ao receber um papel de destaque em um campo de presença dado, passaria por um mecanismo de *singularização*, destacando-se dos demais e ganhando tonificação em sua figura. O fenômeno observado acima poderia ser relacionado, guardadas as devidas distinções, à diferença, constatada por Zilberberg (2011), entre a grande história (cronografia) e a historieta jornalística (p. 193-194). No caso do protagonista – adjuvante estaríamos tratando do fenômeno em uma esfera intratextual ao passo que as reflexões do francês diriam respeito a uma problemática relativa a gêneros historiográficos. O exame do protagonismo segundo uma perspectiva tensiva, a nosso ver, mereceria um estudo mais dedicado, o que, por conta de nosso interesse em partir de uma vez para as análises dos relatos orais coletados, não poderemos realizar aqui. Sigamos agora observando mais alguns aspectos da problemática levantada, no que concerne a uma descrição semiótica do mecanismo de estabelecimento de um aparato de valores proprioceptivo.

O caso do protagonismo subjetivo, como vimos, prevê a instauração da problemática da *autonomia - heteronomia* por parte do sujeito. Ele postularia a capacidade estratégica e relativamente independente de uma figura de avaliar os diferentes percursos de ação existentes em meio a seu universo axiológico e escolher aquele que lhe pareceria melhor ou mais importante. Nesse sentido, não estaríamos mais trabalhando o problema sob a perspectiva de diferentes individualidades avaliadas segundo sua qualidade para um observador qualquer, mas desde um ponto de vista que focalizaria a “intimidade” do ator discursivo, em sua complexidade constituinte.

Creemos que a existência dessa instância julgadora no que concerne às diferentes atividades do ator discursivo que investe o papel de sujeito pode ser mais bem observada a partir de uma categoria analítica proposta por Zilberberg (2006a, p. 149-167). Esta teria aparecido quando ele tratava da problemática da constituição do *sujeito* e do *espaço fiduciários* (p. 152). Na obra mencionada, em meio a esse espaço fiduciário, postulava-se a relação existente entre o fazer *normativo* (pressuposto, aquele que funda os valores em jogo) e o *avaliativo* (pressuponente, aquele que discute os méritos dos sujeitos ou as vantagens dos objetos). Vemos que tal asserção pressuporia o fato de que a avaliação exige a existência de um “universo de valores” relativamente constituído para se efetivar, algo que, segundo levantamos, no caso da autonomia, consistiria em uma instância *proprioceptiva*.

Zilberberg (2006a) reconhece algo como a existência de diferentes níveis de valoração que poderiam ser reconhecidos nas convenções sociais, tal como na economia monetária (p. 152). A partir dessas reflexões do semiótico, cremos que um valor apenas poderia ser edificado a partir de um procedimento anterior, instaurativo. Este o estabeleceria e permitiria que os juízos fossem realizados. Ambos fazeres (normativo e avaliativo) seriam elementos constituintes do espaço fiduciário, segundo a proposta examinada (p. 152-153). Vejamos algumas das suas palavras a respeito disso.

- O fazer normativo se encarrega de *fundar* os valores, ou seja, de extrair, *para determinada ordem de valores*, determinado estrato de valores, seus pressupostos; em suma, de *discursivizar o valor do valor*.
- O fazer avaliativo está na dependência do fazer persuasivo por ele especificado: do ponto de vista objetual, *discutindo as vantagens dos objetos e os méritos dos sujeitos*; do ponto de vista operatório, confrontando ou *compondo o fazer apreciativo e o fazer depreciativo*. (ZILBERBERG, 2006a, p. 153, grifos nossos)

Muito embora os conceitos acima, aparentemente, não tenham tido muito desenvolvimento posterior em meio às reflexões semióticas, acreditamos que, para as finalidades aqui almejadas, eles possuem serventia, pois ressaltam alguns aspectos que nos parece importante destacar, em especial quanto aos mecanismos que estariam na base do processo de subjetivação observado. Ressaltamos que não estamos aqui recuperando a proposta em sua integralidade, uma vez que o artigo de Zilberberg (2006a) propunha, para compor o que ele delimitava como o campo do “espaço fiduciário”, além da instituição da categoria acima citada (fazer avaliativo - normativo), todo um novo percurso gerativo (p. 156-159), que funcionaria como modelo descritivo de um “universo” relacionado ao *criar*, assim como ao *sujeito e espaço fiduciários* (p. 159).

Entre os méritos dessa proposta, está a postulação de um instrumental que permitiria uma descrição mais acurada das estruturas inerentes à constituição da instância subjetiva e ao

estabelecimento de valores em seu âmbito. A atribuição de maior ou menor importância aos diferentes “PNs possíveis” pressuporia a existência de uma “ordem” normativa no nível fiduciário. Esta estaria relacionada à constituição do *sujeito fiduciário*, e da *conjunção* (ou *não conjugação*) com o *valor do valor* (ZILBERBERG, 2006a, p. 165). Em nosso caso, uma avaliação posterior, realizada por essa mesma subjetividade, julgaria, no caso do fazer narrativo, a efetividade dos PNs para as finalidades almejadas localmente. Porém, nesse caso, estaríamos diante do que Zilberberg (2006a) denominaria *sujeito tético*, aquele que versa sobre a *conjunção*, ou a *não conjugação*, com o *objeto de valor* (p. 165). A própria diferenciação pressuposta pelas noções de programas narrativos de base e de uso, como vimos, distinguiria a existência de pelo menos dois níveis de funcionamento de um sistema valorativo do sujeito, sem, contudo, refinar sua mirada.

Como se vê, a problemática postulada é vasta e tratá-la com a devida atenção exigiria, quem sabe, uma tese inteira dedicada a isso. De todo modo, parece que a pergunta a ser respondida na determinação da problemática do protagonismo aqui examinada parece ser mais relacionada aos procedimentos de estabelecimento e articulação dos sujeitos fiduciário e tético do que aquela concernente a uma “essencialidade” dos valores para o sujeito. Tendo observado algumas propostas teóricas da área da semiótica francesa relacionadas ao que viemos postulando como formas de manifestação do tema do protagonismo, passemos, por fim, à análise dos relatos orais coletados para este estudo, a título de aplicação e teste dos conhecimentos levantados.

CAPÍTULO 3 - Jovens de São Paulo em liberdade: percursos diversos e perfis variados

Neste capítulo, apresentaremos, inicialmente, um breve panorama estatístico a respeito das condições de vida gerais dos jovens no Brasil. Em seguida observaremos alguns indicadores sociais relativos à etapa de transição desses indivíduos à adultez, em meio à sociedade nacional. Feito isso, partiremos para a análise dos relatos dos jovens entrevistados especialmente para esta pesquisa, levando em conta, entre outros assuntos, a forma com a qual eles discursivizavam os seus principais fazeres cotidianos, assim como seus planos para o futuro. Ao final do capítulo, um breve resumo sintetiza as conclusões parciais desta etapa.

1. Levantamentos gerais e estatísticos a respeito da juventude brasileira contemporânea

A população brasileira entre 15 e 29 anos em 2015, segundo dados do IBGE (2018a), era de da ordem de 51 milhões e 766 mil indivíduos. Isso representava aproximadamente *um quarto da população total* (25,4%), uma vez que esta última tinha sido calculada, para o mesmo ano, como sendo de aproximadamente 203 milhões e 475 mil pessoas (cf. Tabelas 3.1 e 3.2, dispostas abaixo). Segundo essa projeção estatística, realizada pelos técnicos do instituto, em 2030 nós teríamos algo como 44 milhões e 891 mil jovens, ou seja, *em torno de um quinto* (19,9%) da população geral estimada. Esta foi prevista como sendo da ordem de 224 milhões e 868 mil indivíduos. Em 2045, a população juvenil tenderia a cair para algo como 42 milhões e 300 mil pessoas, de um total de 233 milhões e 149 mil habitantes estimados para o nosso país. Nesse caso, se as previsões vierem a se efetivar, a juventude equivalerá a aproximadamente 18,4% da população geral. Para 2060, por sua vez, a estimativa dos pesquisadores desse instituto é de que a proporção de jovens para cada cidadão se reduza ainda mais, chegando a *menos de um sexto do conjunto* (16,2%), calculada como aproximadamente 37 milhões e 80 mil indivíduos, de um total de 228 milhões e 286 mil pessoas.

Tabela 3.1 – Projeções da população total do Brasil, 2015, 2030, 2045 e 2060

População total Brasil	2015	2030	2045	2060
Pessoas	203.475.683	224.868.462	233.149.625	228.286.347

Fonte: Elaboração nossa, a partir de dados extraídos do IBGE (2018a).

Tabela 3.2 – Projeções da população jovem do Brasil para 2015, 2030, 2045 e 2060, com percentuais

População jovem Brasil	2015	2030	2045	2060
Pessoas jovens	51.766.716	44.891.576	42.300.770	37.080.843
Percentual da população geral	25,44%	19,90%	18,14%	16,24%

Fonte: Elaboração nossa, a partir de dados extraídos do IBGE (2018a).

Esses dados indicam a tendência atual de envelhecimento da população do Brasil, fato reconhecido por diversos estudos demográficos nacionais, assim como divulgado em âmbitos mais corriqueiros do discurso social, como em artigos publicados nos meios de comunicação. Atualmente, o assunto vem sendo comentado em especial pelo que concerne aos impactos dessa mudança em áreas da gestão pública, como a da previdência, a qual seria impactada pelo aumento da proporção de cidadãos em idade de se aposentar em comparação com a população economicamente ativa. Abaixo, outro documento do IBGE (2017a) endossa a ocorrência do fenômeno.

A análise da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência de envelhecimento demográfico, ou seja, o aumento da participação percentual de adultos e idosos na população e a consequente diminuição dos demais grupos etários, especialmente crianças e jovens (IBGE, 2017a, p. 40).

Por vivermos em um momento histórico no qual temos uma parcela relativamente grande de jovens na composição demográfica nacional, a importância de estudarmos os discursos de alguns desses indivíduos cresce. Fazemos, na presente tese, um esforço conjugado das tarefas de buscar uma *conceptualização semiótica ao conceito de protagonismo contemporâneo* com a de analisar e *compreender os relatos orais coletados* desde uma perspectiva qualitativa e baseada em uma epistemologia discursiva.

Indo além do ponto mencionado acima, outros fatores nos levam a enxergar a importância do direcionamento do foco de nosso olhar analítico a esse segmento. Alguns indicadores apontam que as condições de trabalho e ocupação da população jovem no Brasil precisam de maior atenção

por parte das políticas públicas. Por exemplo, podemos ressaltar o aumento constatado no *índice de desocupação* da população jovem de 16 a 29 anos entre 2012 e 2016, que atingia um percentual de 13% do total de jovens no primeiro ano da série e avançava para 21,1% no derradeiro (IBGE, 2017a, p. 40). O foco do estudo em um segmento etário a partir de 16 anos, que exclui os indivíduos com 15 anos, justifica-se pelo fato de a legislação brasileira proibir o trabalho aos menores de 16 anos. Os dados apresentados pelo estudo mostram que foi no segmento etário dos jovens que a desocupação apresentou índices mais elevados (p. 40). Além disso, como se vê no trecho transcrito abaixo, as mulheres jovens entre 16 e 29 anos foram o grupo mais impactado.

(...) é na categoria *mulher de 16 a 29 anos* que a taxa de desocupação atingiu o nível mais alto dentre todos os grupos populacionais, com 24,0%. Tal incremento representou 2,2 milhões de mulheres a mais em 2016 que procuraram e não encontraram ocupação, em relação a 2014 (IBGE, 2017a, p. 25, grifos nossos).

A taxa de desocupação no estudo acima foi obtida pelo cálculo do percentual de pessoas que não estavam ocupadas e que tomaram providência para conseguir ocupação (estabelecimento de contato com empregadores, consulta a agência de empregos, etc.) em um período de referência de 30 dias (IBGE, 2017a, p. 53). No quadro geral dos indicadores sociais relativos a trabalho no país apresentados pela obra, consideramos importante mencionar que, entre 2015 e 2016, teria havido também um *aumento da taxa de subutilização da força de trabalho*, a qual, em 2014, tinha índices de 15,4% e teria passado a 20,8% nos anos de 2015 e 2016 (p. 29). A taxa citada é composta por três indicadores, subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, desocupação e força de trabalho potencial. Em termos gerais, o estudo utilizado postula que ocorreu um processo de esgotamento e crise no crescimento do produto, da renda e do emprego no país a partir de 2014, após uma década de resultados tomados como “verdadeiramente positivos” na atividade econômica (p. 11). Além disso, a taxa de subutilização da força de trabalho das pessoas entre 16 e 29 anos aumentou de 25,5% em 2012 para 32,8% em 2016, *alcançando seu maior índice no segmento etário juvenil* (p. 42).

Os percentuais de jovens ocupados em trabalhos formais também foram analisados pelos autores do estudo segundo suas diferenças regionais (IBGE, 2017a, p. 43). Quanto a isso, afirmaram que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam uma proporção de pessoas entre 16 e 29 anos em trabalhos formais maior do que a média nacional em 2016, ao passo que jovens das regiões Nordeste e Norte apresentavam percentuais mais baixos do que ela, para o segmento no mesmo ano (p. 43). As tendências mencionadas acima nos ajudam a compreender a *posição vulnerável que os jovens ocupam no Brasil dos dias de hoje*, e também nos permitem “cartografar” os pontos mais problemáticos dessa situação.

Segundo a perspectiva sociológica, o grau de instrução é um índice importante para a determinação das condições de ocupação. Melhores níveis de escolaridade estão muitas vezes relacionados à capacidade de obtenção de empregos mais bem remunerados e com melhores condições de trabalho. Assim, o estudo consultado aponta para a *maior vulnerabilidade dos jovens menos qualificados* (IBGE, 2017a, p. 51). Além disso, para eles, a conciliação entre a conclusão dos estudos (nos níveis médio ou superior) e o ingresso no mundo do trabalho, consiste em uma problemática igualmente relevante. O percentual de jovens brasileiros entre 16 e 29 anos que não estudavam e nem trabalhavam entre 2012 e 2016 variou aproximadamente entre as taxas de 22% e 25% (p. 49), com um incremento nos anos de 2015 e 2016. Dentre os jovens que apenas estudavam no mesmo período, as taxas variaram entre 18,1% e 21,5%, este último índice tendo ocorrido em 2016 (p. 49). Os jovens que apenas trabalhavam entre 2012 e 2016 eram aqueles que representavam as maiores parcelas percentuais dentre as quatro possibilidades analisadas (só trabalho, só estudo, trabalho e estudo, nem trabalho nem estudo). Estas foram da ordem de 45% para os indivíduos que apenas trabalhavam nos anos entre 2012 e 2014, apresentando queda, em 2016, para 40,7% (p. 49). Por sua vez, a juventude envolvida com ambas as atividades, estudo e trabalho, foi a que teve os menores números das quatro categorias, ficando com 13,4% em 2012, e apresentando queda para 11,9% em 2016 (p. 49).

Dados relativos a 2017, observados em publicação especial de educação da PNAD Contínua de 2017 (IBGE, 2018b), apresentam alguma diferença quanto ao quadro mencionado acima, como vemos abaixo.

No Brasil, em 2017, havia 48,5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade e esse patamar foi similar ao ano de 2016. Dentre essas pessoas, 13,3% estavam ocupadas e estudando, 23,0% não estavam ocupadas nem estudando; 28,7% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 35,0% estavam ocupadas e não estudando (IBGE, 2018b, p. 12).

Ainda assim, quando comparada aos resultados de 2012 a 2016, observados anteriormente (IBGE 2017a), os dados da PNAD contínua (IBGE, 2018b) mantêm a tendência geral observada. Nela, o grupo *mais representativo* é o dos *jovens que se mantém apenas ocupados* e os que *estudam e trabalham* correspondem à *parcela menos representativa*. O índice que, em 2017, apresentou a maior discrepância com relação aos valores apresentados para 2016 foi o de pessoas entre 15 e 29 anos que estavam apenas estudando, contando com uma variação de aproximadamente 7 pontos percentuais para mais.

Outro aspecto que precisa ser mencionado no que concerne aos resultados obtidos pela *Síntese de indicadores sociais* do IBGE (2017a) é o componente racial. Nesse estudo, podemos

observar como são desiguais os índices de frequência escolar e ocupação segundo os distintos segmentos raciais, tal como no trecho transcrito abaixo.

tanto a frequência escolar quanto o nível de ocupação são *mais altos para os jovens brancos do que para os jovens pretos ou pardos*. Consequentemente, o percentual de jovens que não estudavam nem estavam ocupados em 2016 era maior entre aqueles de cor ou raça preta ou parda (29,1%) (IBGE, 2017a, p. 51, grifos nossos).

Os autores ressaltam que tem sido amplamente documentado o fato de que as desigualdades sociais não advêm apenas do menor índice de escolaridade entre os pretos e pardos, mas que elas decorrem também de discriminação no mercado de trabalho (IBGE, 2017a, p. 51). Os dados indicam que, em 2016, 21,2% dos jovens brancos não estudavam nem estavam ocupados na semana de referência, ao passo que, para os *jovens negros ou pardos*, esse percentual era *substancialmente maior*, chegando a 29,1% (p. 52). Contudo, *o indicador que mais aferiu diferença* no tocante a essa variável (não trabalhar nem estudar) em 2016 seria *o de gênero*. Segundo os dados, 37,6% das jovens negras ou pardas não estudavam e nem trabalhavam no ano. Para os homens pretos ou pardos, o estudo apontou que 20,8% se encontravam nessa situação (p. 52). No caso dos jovens brancos do sexo masculino, o percentual caía para apenas 16,4%, ou seja, *menos da metade* do percentual das mulheres negras e pardas mencionado acima (p. 52). Entre as mulheres brancas entre 16 e 29 anos eram 25,9% as que não trabalhavam nem estudavam (p. 52).

No que concerne à relação entre idade e escolarização, dados da PNAD Contínua 2016 - 2017 mostram que, em 2017, 87,2% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam estudando (IBGE, 2018b, p. 4). O mesmo documento apontou que apenas 31,7% das pessoas entre 18 e 24 estavam estudando no ano mencionado e o número se reduzia ainda mais quando se consideravam os indivíduos com 25 anos ou mais, cujo percentual de estudantes representava apenas 4,3% do total (IBGE, 2018b, p. 5). Segue abaixo uma tabela que mostra a distribuição dos jovens segundo condição de estudo e situação na ocupação em 2017, divididos pelas faixas etárias do segmento.

Tabela 3.3 - Percentual de pessoas entre 15 e 29 anos de idade, divididas em faixas etárias e segundo condição de estudo e situação na ocupação, Brasil, 2017

Jovens brasileiros	Não ocupado e estudando	Ocupado e não estudando	Ocupado e estudando	Não ocupado e não estudando
15 a 17 anos	78,3 %	3,1 %	10,3 %	8,3 %
18 a 24 anos	21,5 %	34,7 %	15,8 %	28 %
25 a 29 anos	5,4 %	57,4 %	11,6 %	25,6 %

Fonte: Elaboração nossa, baseados em IBGE (2018b, p. 12).

Como vemos na tabela acima, no período da vida que marca a transição entre as faixas dos 15 aos 17 anos e a dos 18 aos 24 anos acontece uma *grande mudança na perspectiva das atividades exercidas pelos jovens* em nosso país. Se, na primeira faixa citada, mais de três quartos da juventude (78,3%) estava apenas estudando, no outro segmento etário observado (de 18 a 24 anos) uma queda significativa nesse índice ocorre, chegando a aproximadamente um quinto do total (21,5%). Ou seja, muitos deles deixaram de somente estudar entre os 18 e os 24 anos. Ao mesmo tempo, nessa segunda faixa etária, o trabalho começa a desempenhar uma presença mais significativa (IBGE, 2018b, p. 12). Ainda segundo o mesmo estudo, 28% dos brasileiros entre 18 e 24 anos não tinham ocupação e nem estudavam em 2018 (p. 12). Na faixa dos 25 aos 29 anos, por sua vez, teríamos um número mais efetivo de jovens no grupo dos que apenas trabalhavam (57,4%), valor que cresceria conjugado à tendência ao abandono dos estudos. Há uma redução drástica do percentual de jovens dedicados apenas aos estudos nessa derradeira faixa etária considerada, chegando a apenas 5,4% do total.

A passagem de uma vivência dos jovens na escola para a sua participação no mundo do trabalho, como sabemos, é uma construção determinante na vida e um dos principais momentos de transição individuais previstos na organização das sociedades contemporâneas. Nessa passagem, idealmente, ocorreria o processo de autonomização financeira dos jovens, em meio ao qual poderiam começar a ser remunerados por seus trabalhos, fortalecendo assim a movimentação da economia e o ingresso em um estado maior de autossuficiência pessoal. Este permitiria, por sua vez, a estruturação de novos núcleos familiares de parte desses indivíduos, em meio a outras realizações possíveis.

Tendo visto alguns dados concernentes à situação da juventude brasileira no tocante ao seu envolvimento com a educação e com o trabalho, ressaltaremos brevemente alguns dos índices da desigualdade social no Brasil. Como sabemos, nosso país é reconhecido internacionalmente como um país de fortes discrepâncias sociais (IBGE, 2017a, p. 58). Apenas para ilustrar esse fato de

maneira mais detida, recorreremos a uma pesquisa do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD), elaborada por Pedro Herculano Guimarães e Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) (SOUZA; MEDEIROS, 2017a; 2017b). A pesquisa aponta que o nosso país estaria entre as cinco nações (junto com África do Sul, Argentina, Colômbia e Estados Unidos) nas quais apenas 1% da população adulta teria recebido mais de 15% da renda total em 2014 (2017b, p. 8). A investigação citada levou em conta dados obtidos de 29 países, cuja lista pode ser verificada na versão completa do estudo (SOUZA; MEDEIROS, 2017b, p. 8). Além disso, ainda em 2014, segundo as informações apresentadas, o Brasil ocuparia a *pior colocação entre as cinco nações mais desiguais* no que concerneria à *concentração de renda dos 1% mais ricos*, contando com um acúmulo de *mais de 20% da renda* nesse segmento (p. 7-9).

Os pesquisadores, além dos dados das pesquisas domiciliares, que apontavam para uma distribuição maior da renda no país, levaram em conta informações oriundas do sistema tributário e encontraram esses desalentadores resultados, mostrando um cenário pessimista, que indicaria que ainda não conseguimos abandonar a perspectiva da perpetuação e agravamento das desigualdades sociais no país (SOUZA; MEDEIROS, 2017a, p. 1). Segue abaixo a transcrição de algumas palavras dos autores do estudo.

houve de fato [entre 2006 e 2014] alguma redistribuição entre os três quintos intermediários da distribuição de renda, mas a estabilidade nos extremos minimizou seus efeitos. Como a renda é muito concentrada no topo, o resultado líquido foi uma queda muito menos pronunciada da desigualdade que a sugerida pela PNAD (SOUZA; MEDEIROS, 2017a, p. 2).

Outras fontes estatísticas corroboram a tese de que o Brasil é um país marcado por uma distribuição de riquezas profundamente desigual. O relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, por exemplo, apontaria o Brasil como *um dos países mais desiguais do mundo*, em cálculo feito a partir do indicador de Gini, estimado em 51.5 em 2015 (UNDP, 2016, p. 206-209). A título de ilustração, apresentamos índices de desigualdade maiores do que países como Panamá (com 50.7) e Ruanda (com 50.4). Isso nos permite postular esse como um fator agravante para nossa sensação patente de injustiça social. A desigualdade afeta, conseqüentemente, diferentes segmentos etários de nossa sociedade, o que faz com que a juventude, já desfavorecida pela série de índices verificados anteriormente, veja-se diante de um cenário ainda mais complicado para se desenvolver.

2. Emancipação e indicadores sociais variados para a juventude contemporânea

Observada desde uma perspectiva tradicional, a trajetória individual talvez remetesse à narração a seguir. Após a concepção de uma criança, esta viverá seus estágios primários de desenvolvimento junto à sua família de origem. Ela passará a infância frequentando a escola e, quando não estiver lá, conviverá com parentes e amigos em um contexto domiciliar ou nas imediações de sua casa. Isso se dará até a etapa da adolescência, quando seguirá mantendo o curso escolar e, quem sabe, virá a tomar aulas em formações complementares em escolas particulares ou outras instituições e locais. Quando chegar a juventude, em dado momento, concluirá o ensino básico, começará a trabalhar, possivelmente fará uma faculdade ou virá a se casar, deixando a casa dos genitores para habitar uma morada própria. A partir daí, quem sabe, constituirá um novo núcleo familiar. A partir disso, o ciclo poderia se reiniciar, com os jovens pais criando os seus filhos e, porventura, acompanhando algum parente mais idoso que precisasse de atenção durante as etapas mais avançadas da vida.

A descrição acima remete a um percurso da infância à vida adulta que, sob uma visão ingênua, poderia parecer universal, muito embora seja uma construção ideal bastante particular de um tempo e sociedade. Para nós, evitando julgamentos de valor, ela parece ser uma maneira algo estereotipada de se narrativizar a passagem observada. Como vimos com Ricoeur (2006, p. 115-116), a identidade se constrói também por meio da discursivização de uma história pessoal. A passagem narrada acima é, evidentemente, apenas uma trajetória possível entre muitas, mas acreditamos que ela traduz algumas das principais expectativas das representações hegemônicas de nossa sociedade. Grosso modo, acreditamos que tal percurso de transição em direção à adultez corresponde àquilo que uma parcela significativa dos indivíduos brasileiros esperaria para o desenrolar de suas vidas. Por outro lado, como veremos nos diferentes capítulos desta tese (nos quais examinaremos os discursos de jovens de perfis variados), existem muitas outras formas de se “gramaticalizar” o movimento de trânsito entre essas etapas da vida.

O fato é que, no que concerne às pessoas vivendo em meio à sociedade nacional, há situações nas quais essa trajetória acontece, assim como existem ocasiões nas quais percursos diferentes se dão. A variedade no que diz respeito a isso talvez seja precisamente o que motivou a tendência atual de se falar mais em *juventudes*, no plural, do que em *juventude*, no singular, em meio a alguns estudos da área sociológica. Para mencionar alguns exemplos de autores que trabalham com essa terminologia, tomemos a edição número 5 dos *Cadernos CENPEC: Educação, cultura e ação comunitária* (CENPEC, 2008), dedicada a tratar das “juventudes urbanas”, ou mesmo o artigo “Recado dos jovens: mais qualificação”, de Felícia Madeira e Eliana Rodrigues, da

Fundação SEADE (MADEIRA; RODRIGUES, 1998, p. 427-498). Uma explicação para tal utilização se encontra manifesta no trecho transcrito a seguir.

é tal a heterogeneidade de situações que vivenciam os jovens no Brasil de hoje, que é difícil pensá-los como uma categoria única. Além da faixa etária, poucas são as semelhanças tanto na vivência cotidiana como nos projetos de vida (MADEIRA; RODRIGUES, 1998, p. 453).

Com Pimenta (2007), socióloga que se dedicou a estudar as representações do “ser jovem” e do “ser adulto” com base em relatos obtidos de diálogos realizados com grupos focais de indivíduos entre 19 e 32 anos, acreditamos que faz mais sentido pensar nas trajetórias individuais como caminhos *não lineares*, como uma *pluralidade de percursos diferentes* dispostos em um processo relacional (p. 35).

A realidade social do Brasil, assim como a de outros países, supomos, prevê a existência de trajetórias bastante diversas. Assim, histórias familiares, heranças históricas atribuídas a determinados segmentos, circunstâncias de saúde, condições socioeconômicas, graus de escolarização, diferenças de capital cultural, capital social... tudo isso influenciará as trajetórias dos jovens. Existe uma miríade de fatores que compõem a determinação dos caminhos e das escolhas individuais. Do ponto de vista científico, nossa função elementar é a de buscar descrever, tanto quanto possível, os objetos observados. Estudar os rumos e os desenvolvimentos pessoais em relatos autobiográficos desde uma perspectiva qualitativa é desafiador justamente pelas inúmeras variáveis que o fenômeno possui. Além disso, se algum dia foi menos controverso falar de previsibilidades estáveis quanto às trajetórias individuais, hoje mais variáveis parecem ter se colocado na determinação dos percursos tradicionais, diante das alterações que vêm ocorrendo em âmbitos variados da vida, tais como as estruturas “mais voláteis” que tendem a reger os vínculos de trabalho ou mesmo as novas configurações familiares que vêm se apresentando de maneira geral.

Seguindo nesse breve diálogo com estudos que tratam da juventude brasileira em sua globalidade, observaremos o fenômeno que se denomina sociologicamente como *transição*, ou *transições*, uma vez que, como visto, elas se apresentam de múltiplas maneiras. Botelho, Araújo e Codes (2016, p. 97-122), por meio de análise feita com base em dados censitários dos anos 1900, 2000 e 2010, mostram como variou a incidência da *saída da casa familiar de origem* por parte dos jovens brasileiros nessas décadas. Segundo os autores, a união conjugal entre duas pessoas (o fato de viverem em uma mesma casa) pode ser considerada como fator predominante na determinação de saída da casa de origem, para ambos os sexos (p. 107), muito embora tenha sido observada uma diminuição na sua importância no período em pauta (p. 121). Alguns dos dados sistematizados indicam, por exemplo, que, para o grupo de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos de ambos os sexos

que estavam unidos em uma mesma residência (casados legalmente ou não) em 2010, a probabilidade de que eles se encontrassem vivendo em lares próprios era de 77 %, ao passo que, para os indivíduos solteiros, essa cifra caía para 7,5% (p. 107). A importância do casamento enquanto fator de saída da casa dos pais (também para ambos os sexos), em 1991, seria da ordem de 83,5% (p. 107).

Outro resultado que julgamos interessante do artigo mencionado é referente ao comportamento dos homens jovens entre 18 e 24 anos. Segundo os autores, em 1991, quando esses indivíduos saíam da casa dos pais, era quase que exclusivamente para assumir a posição de referência nos novos domicílios, ou seja, eles saíam para ser os responsáveis pelas novas moradas (BOTELHO, ARAÚJO, CODES, 2016, p. 114). Em 2010, aumentaram significativamente os índices de jovens homens vivendo com cônjuges que eram responsáveis pelo domicílio (p. 114), ou seja, teria havido uma *alteração nos padrões de responsabilização pela nova moradia*. Os autores do estudo ressaltam ainda que, de maneira geral no intervalo de tempo observado, os homens de baixa escolaridade tinham se casado muito mais do que os jovens de alta escolaridade (p. 113). A título de esclarecimento, os autores consideravam como tendo “baixa escolaridade” aqueles jovens que não estavam na escola e que não tinham concluído o ensino médio. A escolaridade média era aferida quando havia indivíduos que se encontravam estudando, mas aquém do ensino do superior, com algumas exceções (p. 108). Por fim, aqueles indivíduos que tinham cursado, ou estavam cursando, o ensino superior à data de coleta de dados foram considerados como sendo de “alta escolaridade”. Outro fator que influenciou na determinação do casamento, segundo os autores, foi a renda do jovem de sexo masculino, como se vê no trecho transcrito a seguir.

Os jovens sem rendimento, para qualquer nível educacional, casam-se menos do que aqueles que o auferem, e quanto maior ele for [o rendimento], maior é a probabilidade do indivíduo casar. Talvez o papel de provedor ainda seja forte entre os homens. (BOTELHO; ARAUJO; CODES, 2016, p. 113)

Os autores entendiam por “rendimento médio” a renda de até 1,5 salários mínimos no ano de referência. Em 2010, esse valor seria de R\$ 765,00 (BOTELHO; ARAUJO; CODES, 2016, p. 107). A designação “rendimento alto” foi usada quando os jovens ganhavam mais do que isso e eram considerados “sem rendimento” os que contavam com entrada financeira menor do que o valor médio citado acima. Como vemos, segundo a afirmação transcrita acima, estatisticamente falando, o rendimento dos jovens do sexo masculino no país influenciaria as suas possibilidades de estabelecimento de um relacionamento amoroso independente.

No caso das mulheres da mesma faixa etária, os autores apontaram também para uma diversificação no que seriam as trajetórias consideradas “padrão”. O percurso que era mais comum

para as jovens do sexo feminino (assim como para os indivíduos do sexo masculino) seria o de estar casadas e vivendo em casas próprias, ou o de estar solteiras e, nesse caso, vivendo com os pais. Em 2010, comparativamente com 1991, teria crescido o número de jovens casadas vivendo nas casas dos pais, assim como também teria aumentado o número de jovens mulheres separadas que viviam com os genitores, ainda segundo os autores (BOTELHO; ARAUJO; CODES, 2016, p. 115-116). Vejamos suas palavras com relação às causas desse movimento.

Isso pode estar associado tanto a uma melhoria das condições socioeconômicas da família (...) como a uma *flexibilização de padrões culturais tradicionais*, o que permitiu o *florescimento de novos arranjos familiares* e até mesmo o retorno, em novos moldes, de arranjos que pareciam estar se extinguindo, como o convívio de gerações sob o mesmo teto (BOTELHO; ARAUJO; CODES, 2016, p. 116, grifos nossos).

Da mesma maneira que acontecia com os jovens homens, o casamento para as mulheres entre 18 e 24 anos seria um fenômeno muito mais frequente nos casos de baixa escolaridade (BOTELHO; ARAUJO; CODES, 2016, p. 117). Por exemplo, em 2010, 57,1% das jovens com baixa escolaridade e rendimento médio estavam casadas. Calculamos tal valor a partir de dados apresentados pelos autores observados, somando os índices de mulheres jovens casadas vivendo na casa dos pais e das casadas vivendo fora desses âmbitos (p. 116). Para as mulheres com alta escolaridade (também com rendimento médio e idades entre 18 e 24 anos em 2010), o valor encontrado referente à probabilidade de casamento ou união era relativamente baixo, 14,5%. A falta de rendimento próprio, porém, não seria um fator relevante na determinação da união conjugal para as mulheres, diferentemente do que havia sido constatado para o universo juvenil masculino (p. 117).

As referências quantitativas são importantes do ponto de vista científico, e acreditamos que a sua complementariedade diante dos enfoques qualitativos permite que nos aproximemos mais de uma descrição variada dos fenômenos sociais e culturais. Ao observar as linhas gerais dos comportamentos individuais, permitimo-nos um olhar simultâneo ao universo constitutivo da juventude. Tomemos uma variável como o ingresso no mundo profissional, por exemplo. Insucesso nessa entrada eventualmente acarretaria em um decréscimo na capacidade de independência e autonomia dos indivíduos. Tal desequilíbrio os tornaria mais sujeitos à insatisfação com as próprias vidas e tenderia a diminuir sua confiança nos outros ou na sociedade como um todo (IBGE, 2017a, p. 48). É evidente que podemos encontrar pessoas que contradizem as estatísticas e talvez nisso consista um tanto do interesse das abordagens qualitativas. A partir desse outro olhar investigativo, mais voltado às particularidades dos fenômenos sociais observados – e àquilo de generalizante que se pode sacar das suas análises – realizaremos as nossas reflexões a partir do próximo item.

3. Jovens em liberdade: diferentes tipos de percursos em São Paulo e região metropolitana

Trataremos de entrar, por fim, na análise das entrevistas realizadas no âmbito deste estudo. No perfil observado neste capítulo nos debruçaremos sobre *cinco depoimentos de jovens de São Paulo e região metropolitana*, sendo eles pertencentes aos sexos masculino e feminino (três homens e duas mulheres). Suas idades variavam entre 15 e 27 anos, à data das conversas. Optamos por denominar os entrevistados desta seção como “jovens em liberdade” para poder melhor os diferenciar daqueles indivíduos cujos relatos analisaremos nos capítulos seguintes (os adolescentes autores de atos infracionais em regime de semiliberdade e os jovens indígenas). Evidentemente, estamos tratando aqui de liberdade no que concerne às suas situações individuais perante a lei e não julgando tal qualificação desde perspectivas mais profundas ou filosóficas.

A metodologia compreensiva de realização das entrevistas adotada se baseia na proposta de Kaufmann (2013), que prevê que esse processo investigativo deve valorizar o saber dos seus participantes. O autor defende que o pesquisador, ao deixar-se permear pela perspectiva dos entrevistados, está apto a compreendê-la de maneira mais profunda (p. 31-39). Além disso, essa metodologia permite uma “gestão compartilhada” dos tópicos conversacionais, feita em negociação entre entrevistador e entrevistado, de forma a permitir uma maior comodidade por parte do participante com relação aos assuntos abordados. Em nosso caso, muitos deles, eram dirigidos à exploração de alguns pontos das vidas pessoais dos próprios jovens.

Além disso, ressaltamos, com Kaufmann (2013), quanto ao procedimento de coleta de dados, a importância da manutenção de um “estilo” oral nas entrevistas (p. 79), ou seja, buscamos, tanto quanto pudemos, adotar um “tom” apoiado nesse tipo de práticas discursivas, para maior fluidez. Porém nem sempre isso foi possível, como no caso de algumas das entrevistas com jovens indígenas. Em certas ocasiões, estas foram feitas com o intermédio de um tradutor indígena, que não tinha conhecimento da metodologia compreensiva. A redação e a manutenção de um roteiro de entrevistas em nosso trabalho também foi um dos pré-requisitos para aprovação junto à Comissão de Ética.

A metodologia de transcrição de discursos orais da qual nos valem para este trabalho está baseada no modelo proposto pelo projeto Projeto da Norma Urbana Oral Culta – NURC, dedicado ao estudo dos aspectos organizacionais, estruturais e linguísticos da língua falada, desenvolvido há décadas por pesquisadores brasileiros (PRETI [Org.], 2006). Neste estudo, optamos por reproduzir os discursos dos jovens o mais fielmente possível, daí a eventual presença de erros de concordância, coerência ou repetições em textos transcritos. Segue, então, a seguir, uma tabela com as normas utilizadas neste trabalho.

Tabela 3.4 - Normas de transcrição: Método NURC adaptado

Ocorrências	Sinais	Exemplo
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	<i>parece comigo... ()</i>
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	<i>(inclusive ela fala) parece comi:go...</i>
Truncamento	/	<i>sou bem ati:va no / no meu TEMplo</i>
Entonação enfática	maiúscula	<i>não tomar NAdA como obrigação</i>
Prolongamento de vogal	: podendo aumentar para :: ou :::	<i>eu não procuro::...</i>
Interrogação	?	<i>para mim é:... importan:te... CUIdar né?</i>
Qualquer pausa	...	<i>aí eu vou lá e vou:...</i>
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	<i>((risos))</i>
Comentários que quebram a sequência temática da exposição	-- --	<i>nasceu meu filho... -- todo mundo fala que é meu... --</i>
Indicação de que a fala foi interrompida em determinado ponto.	(...)	<i>quem está próximo né?... (...) essas coisas assim...</i>
Citações literais ou leituras de texto, durante a gravação	' '	<i>você fala 'não... não quero ser... desse jeito'</i>
Troca de interlocutor	{	<i>{E: você vai?...</i>

Observações

- 1) Iniciais maiúsculas apenas para nomes próprios ou siglas.
- 2) Não estamos indicando ponto de exclamação e nem pontuações típicas da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

Fonte: Adaptação nossa da proposta de Preti (Org., 2006, p. 12-13).

Nossa opção por utilizar tal procedimento de transcrição de relatos orais se deu por conta da sua boa capacidade de retratar alguns dos aspectos prosódicos da fala, tais como os entonadores e as reformulações discursivas, levando ao leitor uma maior aproximação das nuances prosódicas, presentes nas amostragens obtidas. Por opção metodológica, assim como por outras questões, não apresentaremos os textos completos dos depoimentos recolhidos nesta tese. Tratando-se de quase 15 horas de gravação utilizadas ao todo, tornou-se pouco prático dispor os relatos aqui dessa forma.

Contudo, a partir da escuta atenta e repetida de cada uma das entrevistas, realizamos um trabalho de comparação, seleção, intercruzamento e análise individualizada das diferentes passagens. Por sua vez, a transcrição de segmentos específicos é utilizada como forma de apresentação ao leitor de elementos ilustrativos de cada ponto observado.

Entre nossos critérios de seleção de entrevistados, procuramos conseguir uma amostragem representativa de diferentes graus de instrução e gêneros. No caso dos jovens deste capítulo, buscamos uma diversidade no que concernia a renda domiciliar e também certa variedade quanto aos seus locais de residência, mesmo estando todas as casas dos jovens localizadas dentro da Grande São Paulo. Duas das residências desses entrevistados estavam ubicadas a sudoeste da zona central, uma estava situada a oeste, uma ao leste e uma ao sul. Ao todo, coletamos 2 horas e 29 minutos de gravações, além dos questionários socioeconômicos respondidos por cada um dos jovens em liberdade. As entrevistas dos indivíduos deste perfil foram feitas na Universidade de São Paulo (USP) e em duas organizações não governamentais situadas na região metropolitana dessa cidade, a saber, Acorde de Desenvolvimento Humano, na zona sul (ACORDE, 2017) e Galpão da Cultura e Cidadania (SECRETARIA, 2019), projeto desenvolvido pela Fundação Tide Setubal na zona leste.

A seguir, disponibilizamos uma tabela com dados dos entrevistados, mostrando os seus perfis a partir de diferentes critérios, de maneira esquemática.

Tabela 3.5 - Denominação fictícia, situação de moradia, renda domiciliar declarada e escolaridade dos adolescentes em liberdade

Denominação fictícia do jovem	Situação de moradia	Renda domiciliar declarada	Escolaridade
Jonathan_15	Morava com a avó, a madrasta e as irmãs	De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00	Ensino fundamental completo
Patrícia_16	Morava com os pais e o irmão	De R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00	Ensino fundamental completo
João_18	Morava com a mãe, o irmão e os avós	De R\$2.500,00 a R\$ 3.000,00	Ensino fundamental incompleto
Luciana_25	Morava com a irmã	Acima de R\$ 4.000,00	Ensino superior completo
Alessandro_27	Morava com os pais	De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00	Ensino médio completo

Fonte: elaboração nossa, com base nos dados colhidos a partir do questionário socioeconômico.

Para a preservação das privacidades dos entrevistados, os seus nomes foram substituídos por denominações arbitrárias, elaboradas por nós. Jonathan_15, Patrícia_16 e Alessandro_27 moravam em municípios de médio porte na região metropolitana de São Paulo. João_18 residia na zona leste da capital e Luciana_25 vivia em bairro da zona sul. Assim, dois dos entrevistados estavam na capital e três na zona metropolitana. Quatro jovens declararam morar com pelo menos um dos seus pais e apenas dois deles corresidiam com os seus pais biológicos, à data das entrevistas. De todos eles, somente Luciana_25 já tinha deixado a casa da família de origem à época da conversa, e vivia com a irmã.

Dois dos entrevistados declararam gostar de morar no bairro onde residiam, Patricia_16 e João_18. Outros dois afirmaram ter certo apreço pela localidade onde moravam, mas guardavam algumas ressalvas quanto a ela, sendo eles Alessandro_27 e Jonathan_15. Luciana_25, a única que morava em região mais central da capital, contou que não gostava de lá. Dos cinco entrevistados, dois declararam ter realizado, ao longo de suas vidas, mudanças de cidade. Um deles, Jonathan_15, tinha vindo do Nordeste, de uma cidade pequena, para fixar morada na zona metropolitana de São Paulo. A outra, Luciana_25, tinha morado em uma cidade do interior do Estado até os 18 anos, momento em que tinha decidido mudar para São Paulo, para fazer faculdade. Patricia_16 e João_18 tinham tido histórias de vida geograficamente mais fixas, tendo residido na casa das suas famílias

de origem por suas vidas inteiras. Por sua vez, Alessandro_27 contou que tinha se mudado uma vez de município, permanecendo dentro da microrregião metropolitana onde vivia.

No que concerne a renda, a título de referência, existe um cálculo realizado pelo Banco Mundial que estima em U\$ 5,5 dólares por dia *per capita* a caracterização da *linha de pobreza* em países de nível médio-alto, como os da América Latina, em paridade de poder de compra – PPC, revisão 2011 (IBGE, 2017a, p. 65). Assim, utilizando os valores constantes na PNAD Contínua de 2016, tal valor foi ponderado pelos técnicos do IBGE para o Brasil como sendo da ordem de R\$ 387,07 para o rendimento mensal individual. Na Tabela 3.5, Jonathan_15 figura como o entrevistado que contava com o menor valor *per capita*, quantia obtida a partir do cálculo da divisão da renda média domiciliar pelo número de habitantes da sua residência. O rendimento individual de que ele disporia giraria em torno de R\$270,00 mensais, o que o colocaria *abaixo da linha de pobreza* estipulada acima. Luciana_25, por sua vez, seria a jovem entrevistada que teria maior rendimento mensal, contando com um valor individual em torno de R\$ 2.000,00, segundo o mesmo procedimento efetuado acima. Visto isso, passemos, então, à análise de seus discursos.

3.1 O passado: infâncias, sonhos, caminhos, descaminhos e trajetórias

Há uma diversidade bastante grande no que concerne aos interesses e contextos de vida iniciais em meio aos relatos dos entrevistados em liberdade. De um lado, tivemos infâncias mais marcadas pela espacialidade das ruas, como as de Jonathan_15 e de João_18, que contaram ter vivido um cotidiano de muitas experiências no espaço público urbano. De outro, tivemos crianças que apenas deixavam os âmbitos privados das residências para ir à escola ou a projetos sociais, como Patrícia_16, Luciana_25 e Alessandro_27. Apesar de não terem tido muitos amigos na rua, esses entrevistados (em suas infâncias) tenderam a conviver mais familiarmente com os irmãos, pais, avós e amigos no ambiente das suas casas. A restrição representada pelo fato de eles apenas poderem transitar nesses espaços foi sentida por um deles como um fator de fechamento, sendo avaliada disforicamente nesse caso. Sigamos vendo, a seguir, como cada um dos relatos discursivizou os tempos de infância e criação.

Para Jonathan_15, a infância foi um período divertido. Vivia com os pais em cidade pequena no Nordeste. O jovem contou que, muito embora na época estivesse matriculado na escola, ele não ia muito para a instituição, pois faltava muito. Também relatou que ficava muito tempo na rua brincando e voltava para casa tarde. À data da entrevista, porém, considerava que, embora tivesse sido legal ter podido ficar bastante tempo na rua, não deveria ter perdido todas essas aulas. A seu ver, os pais não o tinham incentivado suficientemente para ir à escola. Ainda criança, após ter ido viver em São Paulo com o genitor, teria começado a frequentar a instituição onde o entrevistamos.

Além disso, Jonathan_15 contou que a mãe e seus irmãos moravam no Nordeste, à data da conversa. Seu principal sonho de infância era ser jogador de futebol ou desenhista.

Patrícia_16 contou que, quando criança, vivia com os pais na casa deles. Os genitores tinham construído um parquinho no quintal da residência e, nesse local, teria passado quase toda a infância, onde os amigos também costumavam ir brincar com ela. A jovem relatou que assistia desenhos e ia para a escola todos os dias. O seu sonho principal de infância era o de ser arquiteta, talvez por conta do interesse que o seu pai tinha pelo ofício. Além disso, afirmou, também houve fases de sua vida nas quais ela quis ser cantora, dançarina e bailarina.

João_18 contou muito pouco de sua infância. Afirmou que tinha perdido o pai quando tinha três anos, tendo ele sido morto pela polícia. O jovem relatou que o genitor teria sido um criminoso e isso teria feito com que, um dia, acabasse sendo vitimado pelos oficiais. Quando tinha por volta de doze anos, contou, gostava de jogar futebol e empinar pipa. Seu sonho de infância era ser jogador de futebol. O jovem, além disso, relatou que tinha crescido com o irmão por parte de mãe e que eles sempre andavam juntos, “um defendendo o outro”, em suas palavras. Quando atingiu a adolescência, porém, o rapaz se envolveu com roubo. Ele não queria depender financeiramente dos pais e viu, nessa atividade, uma maneira de conseguir comprar as coisas que desejava ter, mas que seus genitores não tinham tido condições de lhe dar. Vejamos como isso foi expresso em suas palavras no diálogo transcrito abaixo.

{E: é:::... e por que que você:... fazia isso? {J: para ganhar meu dinheiro... para não depender do:... do meu pai e da minha mãe... {E: ah tá... e você não: queria depender deles?... por que? {J: ah porque nós (é ho:mem)... {E: oi?... {J: nós é homem nós gosta de ter... o NO:sso... depender de nós mesmo... (JOÃO_18).

A título de esclarecimento, quando utilizamos a letra “{E:” determinamos o marco de passagem para a transcrição de nosso discurso como entrevistadores. A inicial do nome fictício (“{J:”, no caso) serve para indicar o reinício da voz do entrevistado. Como vemos, no discurso de João_18 a autonomia financeira é associada à ideia de masculinidade. A ideia de que homens não deveriam depender de ninguém para se sustentar justificaria o fato de ele não querer ter esse tipo de associação com seus pais, nem mesmo antes dos treze anos de idade. O plural expresso na frase “nós é homem” evoca uma ideia de universalidade, a qual o enunciador textual parece querer conferir à sua fala. Em seguida, o jovem afirmou que os pais não lhe davam as coisas que queria (uns “objetos caros”, como pares de tênis) e que os atos infracionais representavam, para ele, a maneira encontrada de conseguir o dinheiro para comprá-las. Assim, o envolvimento com o roubo era visto pelo rapaz como uma maneira de poder adquirir os itens desejados. À época da entrevista,

porém, o jovem julgava erradas as coisas que tinha feito no passado e contou que já tinha parado de cometer infrações, uma vez que tinha alcançado a maioridade e que então poderia ser preso por isso.

Luciana_25 contou que a sua infância tinha sido um período tranquilo e bastante “regular”. Na época, morava com os pais e os irmãos numa casa, em cidade do interior de São Paulo. O terreno da residência foi descrito como sendo “bem grande” e, no fundo dele, viviam também o seu avô e tios. Segundo nos contou a jovem, ela tinha entrado na pré-escola com dois anos, pois a mãe trabalhava muito e não tinha tempo de ficar com ela. Como rotina infantil, a jovem se lembrou que costumava assistir desenhos junto com os irmãos (muito embora eles fossem bastante mais velhos que ela) e ir à escola. Ademais, a jovem contou que, durante a infância, sonhava que seria professora quando adulta. Como o avô era analfabeto, ela sentia vontade de ensiná-lo a ler e a escrever.

Alessandro_27 relatou que, em seus primeiros anos de vida, vivia na casa com os pais mas sem irmãos. Seu primeiro irmão nasceu quando tinha oito anos de idade. Quando começou a frequentar a escola, teria tido mais condições de socialização, o que considerava uma coisa boa, pois antes vivia apenas junto com adultos e isso era sentido como meio solitário. A sua avó e o marido dela moravam no mesmo terreno. A sua imagem de infância é a de que ficava brincando, desenhando e assistindo desenhos na televisão. Dentre as atividades que, durante esse período, ele sonhava em fazer quando se tornasse adulto estavam ser pintor, desenhista, servir ao exército ou ser artista plástico. Além disso, comentou que, em sua adolescência, tinha um grande interesse por filosofia.

3.2 O presente dos jovens em liberdade, diferentes atividades realizadas

Quatro dos cinco jovens declararam estar estudando em instituições de ensino formal, à época das entrevistas, sendo João_18 o único que não frequentava mais a escola. Era ele também quem menos possuía escolaridade de todos os entrevistados deste capítulo. Entre as atividades que foram elencadas pelos jovens como realizadas nos bairros onde moravam, uma das mais comuns foi a ida a espaços comunitários, como ONGs, clubes e associações de bairro. Esse tipo de figura espacial é uma construção discursiva recorrente nos relatos, talvez pelo fato de que três das entrevistas deste estudo foram cedidas em tais locais. Quatro dos jovens contaram frequentar e demonstraram ter apreço por esses locais. Nas organizações e espaços culturais, relataram que realizavam atividades variadas, tais como a prática de esportes, aeróbica, artes marciais, aprendizado de idiomas e oficinas de música e informática. Os espaços foram descritos como lugares que representavam, para muitos dos jovens, a *principal possibilidade de realização de*

atividades coletivas com amigos, além de proporcionar o encontro com conteúdos e conhecimentos novos, os quais vivenciavam em meio aos cursos lá frequentados.

Jonathan_15, por exemplo, afirmou participar de diversas atividades na ONG de seu bairro. Considerando-se uma pessoa interessada e aberta em conhecer coisas novas, contou que sempre se envolvia com alguma atividade, mas, como isso estava fazendo com que ficasse um pouco “pesada” a sua rotina, contou que, à época da entrevista, tinha preferido reduzir as atividades extracurriculares para poder se dedicar melhor à escola. Fora isso, as redondezas de sua residência seriam consideradas meio isoladas, o que, em sua visão, tornava difícil realizar atividades no seu bairro. Patrícia_16 contou que, de manhã, ia para a escola e de tarde, após passar em casa, almoçava e se dirigia para o projeto social. Aos finais de semana, afirmou que costumava sair com os pais ou com os amigos. Além disso, a jovem relatou também frequentar a igreja (católica).

João_18, por sua vez, declarou que, corriqueiramente, gostava de passear de moto no bairro e ir ao cinema. Além disso, contou que também costumava jogar bola e empinar pipa. Como forma de levantar algum dinheiro, relatou que também fazia bicos no bairro, tais como levar entulho para lugares que por vezes alagavam (em virtude das chuvas fortes), bater lajes ou acompanhar carretos de mudanças. A experiência no espaço público da vizinhança se mostrou bastante mais presente no discurso deste entrevistado do que no dos demais.

Os dois jovens mais velhos (Alessandro_27 e Luciana_25) contaram que, na época em que concederam as entrevistas, não realizavam praticamente nenhuma atividade nos bairros onde moravam, realizando apenas ações pontuais, como passear com o cachorro e ir à padaria. Um deles estava cursando faculdade e a outra já tinha concluído o bacharelado universitário mas ainda fazia licenciatura à época da entrevista. Os dois apenas estudavam. A jovem contou que, de manhã e pela tarde, costumava frequentar aulas na faculdade ou ficar no seu entorno estudando ou escutando música. Pela noite, assistia mais aulas do curso que vinha fazendo. Às sextas-feiras, contou, costumava frequentar um templo espírita umbandista, religião da qual era adepta.

Alessandro_27 contou que sua única renda advinha de uma bolsa universitária, a qual recebia à época da conversa. O jovem contou também que estava desempregado, mas que a graduação universitária ocupava grande parte de seu tempo. Dentre as atividades que contou realizar estavam cuidar da filha pequena (que tinha então aproximadamente quatro anos), estudar, desenhar, andar de moto e realizar pequenos favores em família ou entre amigos, tais como buscar ou levar a mãe ou familiares a algum lugar.

3.2.1 Hierarquização das atividades individuais pelos jovens

Uma variedade grande de atividades foram consideradas como “centrais” pelos jovens. Entre as diferentes manifestações figurativas daquilo que foi considerado como o seu “fazer mais importante” estavam a *convivência com a família de origem, a atenção com novos núcleos familiares que vinham constituir, o envolvimento com a religião* (no caso de dois entrevistados) e *as atividades ligadas ao prazer*. Consideramos, tendo como base as propostas teóricas da semiótica narrativa canônica, que o programa mais amplo de um texto observado corresponde ao investimento discursivo do programa narrativo de base. Este tem, como sua finalidade última, a realização do sujeito, fazendo com que ele, em caso de êxito, saia de um estado de disjunção e passe à conjunção com o objeto previsto por esse PN e, conseqüentemente, com o valor que representa (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 407). Em nossos textos, de natureza autobiográfica, o ator do narrador é o mesmo daquele do personagem principal (ator do narrado), o qual, por sua vez, corresponde ao investimento atorial do *sujeito*, ou aquele que realiza o *principal fazer da narrativa*. Assim, ao declarar os seus principais objetivos pessoais, os jovens nos permitiriam traçar uma “perspectiva de rumo ideal” prevista por eles. Esta corresponderia a um planejamento individual de cunho amplo que supostamente guiaria as suas ações nas escolhas durante a vida. O *contrato narrativo* subjacente a essa discursivização poderia ser de caráter *reflexivo*, ao ser desempenhado por um mesmo ator (o caso da *autonomia*), ou *transitivo*, quando houvesse dois atores diferentes, ou, em outros termos, nas situações de *heteronomia*.

Em princípio, no caso de uma subjetividade que poderíamos denominar “íntegra”, o não cumprimento do objetivo de base do sujeito deveria culminar em uma sensação de fracasso de sua parte (uma *sanção negativa*, em termos narrativos). Analogamente, uma devida consecução dos objetivos afirmados como próprios do sujeito deveria conotar, para ele, *êxito*, ou, o que lhe corresponderia no nível narrativo, uma *sanção reflexiva positiva*. Vale ressaltar que estamos utilizando a noção de *integridade* aqui não sob uma perspectiva moral, mas a partir da ótica de uma *coerência* valorativa, ou seja, segundo uma aceção avaliada na *convergência* entre os *valores assumidos* pelo sujeito e *as ações relatadas* por ele. Nesse sentido, talvez fosse mais efetivo falar em uma “aparência de integridade” criada pelo texto.

No caso de haver disparidade entre o que se declarava almejar e o que se contou ter sido realizado, estaremos diante de construções algo *contraditórias* ou *polêmicas*, nas quais a voz do narrador afirmava desejar uma coisa, mas, pelo que se depreendia das ações reportadas, acabaria por se dirigir em direção a outra. Nesses casos, poderíamos estar diante de indivíduos vivendo sob conflito de interesses de alguma espécie. Assim, seria necessário verificar se há alguma evidência

textual que aponta para a existência de motivações não explicitadas, existentes por trás desses atos, não declarados como almeçados, mas buscados em última instância.

No caso do discurso de jovens, em especial, seria ingênuo julgar que os seus valores já fossem um conjunto de assunções plenamente constituídas, uma vez que, em tese, esses seriam indivíduos em fase de formação, ainda adquirindo as condições para a edificação de suas independências, como vimos brevemente no primeiro capítulo. Além disso, evidentemente, as escolhas do *ator principal* de cada relato também estarão relacionadas (seja por *contratualidade* ou por *polemicidade*) às regras e às possibilidades dos *universos axiológicos* em meio aos quais estão inseridos. Essas são problemáticas que apenas poderemos observar por meio de raciocínios interdisciplinares, ou mesmo intuitivamente, salvo em casos de evidências “concretas” das suas existências semióticas. Examinados esses aspectos da teoria, passemos, então, às análises das hierarquizações práticas descritas pelos relatos dos indivíduos “em liberdade”, para a temporalidade presente das conversas.

Jonathan_15 considerava a família a coisa mais importante de sua vida. Com um estilo algo poético, o rapaz relatou que ela podia ser considerada como “as suas pilastras”, aquilo que o “levantava para o futuro” e que o ajudava a transpor “as barreiras” que porventura encontrasse em seu caminho. Nesse sentido, ressaltamos que o ator “família”, no relato, assumia o papel actancial de destinador, desempenhando a responsabilidade pela comunicação, ao sujeito, das competências necessárias para a sua realização em um plano amplo, por meio de um *contrato de caráter transitivo*.

Patrícia_16, por sua vez, considerava que a atividade mais importante em sua vida era frequentar a sua religião, católica. Nesse sentido, a jovem afirmou crer ser essencial “colocar Deus em primeiro lugar” em meio a qualquer uma das atividades que fazia. Além disso, ela afirmou crer que se tornava “mais forte espiritualmente” a partir desse tipo de pensamento e se sentia melhor na vida em geral sempre que mantinha um vínculo próximo com aquilo que identificava como o sagrado. Essa proximidade era sentida como mais efetiva por ela quando participava nos rituais da igreja que frequentava. Indo além do aspecto religioso, a jovem contou que sua maior paixão (investimento modal do *querer*) era cantar e que a sua ocupação principal, à época da conversa, eram os estudos. A jovem atribuía à atividade escolar um valor também destacado em meio às atividades de seu percurso. A presença nessa instituição estava relacionada, para ela, ao desenvolvimento individual e era assumida como figura de superfície relacionada à categoria narrativa do *dever*.

Já João_18 considerava que jogar bola era a coisa que ele mais gostava de fazer, assim como empinar pipa. Estando desempregado, o jovem considerava que essas eram as coisas mais

importantes de sua vida, na época da entrevista. Desse modo, sendo ambas figuras ligadas ao universo volitivo, podemos afirmar que ele se configurava como um sujeito que era regido pelo *querer*, talvez mais do que qualquer um dos demais jovens em liberdade entrevistados. Além disso, um fato que julgamos importante mencionar é que o rapaz contou, durante a conversa, que achava que tinha um filho, muito embora não tivesse completa certeza disso. A seguir, é possível ver o trecho de fala no qual ele conta algumas das razões de tal dúvida.

eu ficava com a menina e ela ficou grá:vida... aí ela jogou:... para mim... depois jogou para outro MAno... aí (nós viu) nasceu meu filho... -- todo mundo fala que é meu... parece comigo... () (inclusive ela fala) parece comi:go... -- mas eu não assumi el /... mã / assim 'é meu filho mes:mo'... (JOÃO_18).

João_18 relata que a menina com a qual “ficava” (e a mãe dela), por vezes, afirmavam que o bebê que ela tinha era parecido com ele, muito embora a jovem não afirmasse que, de fato, ele fosse seu filho. O jovem afirmou que teria manifestado interesse de pagar o exame de DNA para desvendar a real paternidade da criança, mas a moça não teria aceitado fazê-lo. Quando lhe perguntamos se ele tinha vontade de saber a verdade por trás dessa história, ele afirmou que já não queria mais, argumentando que ela teria ficado “jogando de um para outro” – ou seja, teria atribuído a paternidade da criança também a outro rapaz com o qual ela tinha se relacionado. Com isso, João_18 tinha passado a considerar que ela deveria “se virar” sozinha e declarou que não queria mais envolvimento com o tema. O suposto abandono do interesse de conhecer esse possível filho é marcado aparentemente por alguma espécie de ressentimento diante da ex-namorada, o que teria feito com que o entrevistado, de alguma forma, buscasse obscurecer seu “foco de atenção” quanto a isso. Desse modo, vemos como, semioticamente, no caso da cena predicativa evocada, teríamos *a negação da imputação do ato* (“ter um filho”) *ao actante operador* (“João”). O esforço por essa *desvinculação* seria feito de maneira *relativamente consciente* pelo narrador, sincretizado no mesmo ator discursivo, uma vez que ele era capaz de enunciá-la.

Luciana_25 considerava a frequência no templo de umbanda a coisa mais importante que fazia em sua vida.

o MAis importan:te... eu:...queria dizer que são os estu:dos... mas não... ((risos)) eu acho que a religião tem um peso muito gran:de né?... porque eu sou umbandis:ta então:... / sou bem ati:va no / no meu TEMplo... então... toda sexta feira eu estou lá... às vezes até mais de uma vez por sema:na... a gente está fazendo:... uns trabalhos e umas atividades... (LUCIANA_25).

É interessante destacar que, no trecho acima, a jovem, em primeiro lugar, manifestou querer que o envolvimento com os estudos fosse a coisa mais importante para ela. Contudo, por alguma

razão (que ela não chegou a explicar completamente), isso não acontecia. Talvez a expectativa à qual ela estava se referindo dissesse respeito àquilo que a família esperava dela, afinal, não raro em nossa sociedade representantes seus desejam que seus filhos tenham bons desempenhos escolares. Se assim fosse, estaríamos, aí, diante da projeção de algo, que, segundo Fontanille (2008, p. 135), poderia ser concebido como um processo prático *protocolar*, no sentido de que estaria referido a um modelo preestabelecido, no qual haveria papéis e etapas definidas socialmente. Mas, ao mesmo tempo, o uso do verbo “querer” (em “*queria* dizer que são os estudos”), indica uma volição não efetivada, uma vontade que não chegou a se realizar de fato. Nesse caso, a axiologia do indivíduo supera, em importância, aquela da programação prevista pela coletividade. A jovem valorizava a religião porque, com ela, via-se mais otimista para encarar a vida. Em quase todos os lugares que frequentava, Luciana_25 sentia que tinha obrigações a cumprir. Na umbanda, porém, afirmou que estava “por prazer” e não “por sacrifício”.

Alessandro_27 também contou que, em seu posicionamento diante da vida em geral, valorizava as atividades feitas por gosto mais do que aquelas que aquelas realizadas por obrigação. No trecho abaixo, podemos observar o que o rapaz disse.

então... eu procuro não tomar Nada como obrigação né?... até a academi:a assim para mim... eu n / eu não procuro:... colocar... de um modo muito pesa:do assim... para poder:... é:... eu não gosto muito de obrigação... acho que é mais fazer po / por gosto né?... por prazer... (ALESSANDRO_27).

O jovem afirmou que a sua principal ocupação, na época da entrevista, era o cuidado com a filha. Daquele momento em diante, tinha passado a dedicar um ou dois dias da semana inteiros para zelar da pequena, o que tinha feito com que não pudesse dedicar tanta dedicação à graduação universitária que cursava. Há, nessa passagem, uma estratégia de *confrontação e acomodação de práticas* (FONTANILLE, 2008, p. 27 – 28, 130 - 135), em meio à qual uma atividade nova (“cuidar da filha”) se interporia antes do cumprimento de outra, que estaria em curso (“fazer faculdade”), ganhando, inclusive, mais importância que a anterior, ao ver do sujeito. Além disso, a dedicação e o zelo com a filha, expressos no discurso do jovem, indicam o seu encaminhamento em direção a um objetivo de caráter coletivo e familiar, em detrimento do outro, aparentemente mais individual, que realizava. Além das ocupações acima, o rapaz também mencionou como fundamental em sua vida a manutenção dos laços afetivos com as pessoas próximas. Essa ação era considerada, contudo, não tão importante quanto a responsabilidade com a sua criança. Vejamos suas palavras abaixo.

de mais importante acho que são os la:ços afetivos assim... coisas peque:nas... acho que não é nem o traba:lho nem nada assim... é poder:... poder ajuDAR:... no que

eu puder assim... quem está próximo né?... (...) essas coisas assim... sabe... manter algum vínculo... alguma coisa do tipo... assim... a questão afetiva para mim é... importante... CUIDAR né? (ALESSANDRO_27) .

O entrevistado ainda contou que, em sua visão, considerava mesmo o trabalho uma coisa secundária com relação aos relacionamentos humanos. Nesse sentido, ele se diferenciava dos demais entrevistados, para os quais a afetividade não tinha sido considerada como um valor tão central. O jovem também afirmou gostar muito de andar de moto, atividade tida como a sua principal paixão.

3.2.2 Relação com os pais ou com a família próxima

De maneira geral, todos os entrevistados declararam manter *boas relações com suas famílias* e essa instituição social foi avaliada majoritariamente como uma *figura eufórica* por eles. Alguns mencionaram dificuldades nos processos de negociação no que dizia respeito à tomada de decisões relacionadas aos rumos de suas vidas. Em certas ocasiões, os pais eram sentidos como excessivamente proibitivos. Já em outras situações, contudo, uma participação decisória deles era bem-vinda e até esperada. No caso dos dois entrevistados mais velhos, o relacionamento com os irmãos também foi mencionado como uma forma de interação interpessoal positiva. Os entrevistados em liberdade em geral sentiam que podiam contar com os genitores nos momentos em que tivessem que fazer escolhas importantes em suas trajetórias. Olhemos cada um dos depoimentos.

Jonathan_15 afirmou manter uma relação boa com seus pais e certos familiares próximos. Também relatou que possuía um canal de comunicação aberto com eles e que por vezes conversavam a respeito das atividades que ele deveria realizar. Vejamos algumas de suas palavras.

quando eu larguei o curso (de inglês)... minha: / eu sei que é... uma coisa que eu deveria terminar porque vai ser bom para o meu currículo... mas eu também sei que eu não estava mais conseguindo ir... (JONATHAN_15).

Como vemos, no trecho acima havia uma negociação quanto às ações que deveriam ser realizadas pelo entrevistado, em diálogo feito junto a seus pais. De um lado, eles achavam importante que o jovem frequentasse o curso de inglês. De outro, o rapaz julgava que não estava mais conseguindo acompanhar a matéria, por conta das outras atividades que fazia. Ao final, contou o adolescente, ele tinha tomado uma decisão, optara por fazer aquilo que ele considerava correto. Em outras palavras, o processo decisório teria sido realizado a partir do agenciamento de uma modalização própria integrada em sua subjetividade. Além do trecho acima, Jonathan_15 também

nos relatou que auxiliava o pai e a madrasta no cuidado com as suas duas irmãs pequenas e que, quando eles estavam fora de casa, ele costumava se responsabilizar por elas.

Patrícia_16 se sentia um tanto tutelada pela família. Nas suas palavras a seguir podemos verificar isso: “ah... tudo o que eu faço eu tenho que falar com eles... então... é uma coisa bem... não posso fazer nada sem... a autorização deles sabe?...” (PATRÍCIA_16). Os pais da jovem supostamente mantinham uma determinação estrita quanto à sua programação e ela sentia falta de autonomia para escolher as atividades a realizar. Nos termos propostos por Fontanille (2008), estaríamos, nesse caso, diante de um processo de otimização de práticas de caráter mais *hetero-adaptativo*, uma vez que a determinação dos genitores passaria por critérios que não diriam respeito àquilo que a jovem sentia, e sim ao que eles julgavam que ela deveria fazer (p. 136). Mas, mesmo contrariada diante da assertividade dos pais, a jovem considerava que a relação familiar era muito boa, e reconhecia que havia um bom canal de diálogo entre eles, de forma que haveria algo de próprio na sua decisão.

João_18 considerava que a mãe era a familiar que mais o apoiava. Mas, a despeito do apreço que tinha por ela, contou que, por vezes, “passava por cima” das suas ordens, indo a festas ou baladas às quais tinha sido proibido de ir.

passo por cima de:la... {E: você passa?... tipo o que? {J: tipo assim ela manda eu fazer... / não fazer um negócio 'não vai... é:... / não vai p / não vai nesse lugar não que você:... ' aí eu vou lá e vou:... {E: você vai?... {J: eu passo por cima de:la... {E: porque que você pa:ssa? {J: ah é porque nós sente vontade de IR né?... aí... eu... estou num aperto... uma pá de pessoa vai... aí você sente vontade de ir também... aí você passa por cima:... da sua mãe... {E: mas você acha que:... é uma coisa que te prejudi:ca...? {J: ah é uma coisa que prejudi:ca... tem que respeitar né?... prejudica né?... (JOÃO_18).

Como vemos, o jovem declarou que tinha que desobedecer a mãe para ir aos lugares que gostava. Daí deduzimos que os *interdiscursos* que viriam da voz dela não seriam os únicos a influenciar João_18, concorrendo, quem sabe, com a opinião dos amigos que iriam aos locais citados (“festas”), ou mesmo com avaliações feitas reflexivamente por ele. O entrevistado afirmou que não deveria fazê-lo à revelia da genitora, considerando que isso o prejudicaria. Assim, estamos diante de um sujeito narrativo que, em alguma medida, encontrava-se dividido, em uma espécie de “jogo de forças” entre as modalidades do *querer* e do *dever*.

Outro ponto de seu discurso que queremos destacar, agora com respeito à textualidade de seu depoimento, são as subversões feitas no tocante às conjugações discursivas de pessoa. Estas se valem de mecanismos de *embreagem*, ou seja, de construções que, a partir das *neutralizações de oposições* no interior de categorias (FIORIN, 2001, p. 84), *alteram o funcionamento normal da*

língua para conotar sentidos diferentes daqueles que teriam no sistema. Por exemplo, temos a primeira pessoa do plural utilizada em “porque nós sente vontade de ir”, do trecho acima. O uso dessa pessoa conota, efetivamente, a primeira pessoa do singular (“eu sinto”). Com a embreagem, o efeito obtido é o de generalidade, justificado pelo fato de que, sendo defendida por uma coletividade, a força dos argumentos seria mais robusta e, logo, mais defensável. Do mesmo modo, temos, quando João_18 afirma que “aí você sente vontade de ir” ou “você passa por cima da sua mãe”, a utilização da terceira pessoa do singular no lugar da primeira, procurando criar um efeito de objetividade, isentando-o, pela via da atorialização discursiva, da responsabilidade pelo ato em pauta.

Luciana_25 tinha, ao tempo da conversa, uma relação com os pais que considerava “tranquila”. Eles moravam em Minas Gerais e ela em São Paulo. A jovem achava que essa distância era boa em alguns sentidos, argumentando que, como eles não se viam com muita frequência, aproveitavam melhor o tempo que tinham juntos. O uso da forma linguística “a gente” para se referir à coletividade da família reforçava, em seu discurso, a ideia de uma mutualidade do laço afetivo, assim como a coesão entre eles. Com respeito ao relacionamento que mantinham, a jovem enunciou as palavras transcritas a seguir.

minha mãe acho que ela foi / ela... sempre foi muito compreensiva... e ela me deixou fazer coisas que acho que uma mãe... não deixa:Rla... em alguns aspectos... (...) o meu pai ele é / ele é diferente... enquanto ele não tem motivos... para:... pegar no seu pé... ele é tranquilo... mas se alguma coisa dar errado... aí ele começa a perceber... (LUCIANA_25).

No geral, a jovem se sentia acolhida pelos pais, muito embora eles tivessem, cada um, uma personalidade própria, afirmando que teriam “pedagogias” diferentes. Luciana_25 afirmou que, antes de se tornar independente, via-se sendo um pouco tolhida pela mãe. Considerava que a genitora a proibia de fazer algumas coisas mesmo antes delas “darem errado”. Quando foi alcançando mais autonomia financeira, contudo, a jovem foi tendo mais condições de fazer as coisas que considerava certas, independentemente da opinião deles. Há, nessa passagem, uma construção prática que diz respeito a dois *processos modais* diferentes. Um deles é associado ao posicionamento discursivo da mãe. Outro processo, próprio do sujeito, afirmava-o como maduro o suficiente para *estabelecer as próprias regras*, instituindo-se como uma *contraparte reflexiva do dever*. Quando se via diante da autoridade parental, argumentação fundada em uma *axiologia financeira* (relacionada, assim, à modalidade do *não poder fazer*, no caso), o juízo individual se submetia. Porém, uma vez superada a dependência quanto ao rendimento, a deontologia individual passava a ganhar mais força e se estabelecia, à revelia do que se julgava exteriormente.

Um exemplo disso é encontrável em uma anedota contada pela entrevistada na qual, quando mais jovem, Luciana_25 teria sido proibida de fazer tatuagens. No tempo da entrevista, contudo, como já tinham sido obtidas as condições necessárias à assunção de uma postura independente (a jovem podia se sustentar financeiramente), ela já as tinha feito. Essa ação era considerada por ela uma decisão “de pouca importância”. Com relação às coisas consideradas “mais sérias”, tais como dúvidas quanto a fazer um curso novo ou empreender uma viagem, a jovem afirmou que, sim, consultava a mãe, assim como a irmã, cuja opinião também era considerada por ela como sendo de grande valia. A aproximação feita desde um lugar emancipado, de *independência* (*poder não fazer*), tinha se tornado mais satisfatória do que aquela que se realizava desde um lugar de *dependência*, ou, em termos narrativos, de *submissão* (*não poder não fazer*).

Alessandro_27 relatou que os seus pais sempre lhe deram bastante autonomia e souberam oferecer liberdades para que pudesse, em suas palavras, “crescer e frutificar” do modo que achasse mais conveniente. Com relação à influência que os genitores exerciam na escolha de seus caminhos profissionais ou pessoais, o jovem afirmou que, em seu caso, a determinação decorrente desse tipo de interferência funcionava a partir de uma lógica negativa. Ou seja, ela era uma influência “para o contrário”. Abaixo, transcrevemos o trecho no qual o entrevistado explica o que acabamos de mencionar.

às vezes eu acho que pai e mãe influencia para o conTRÁRIO assim né?... você saber o que não quer né?... olhar e falar 'não:...' ver aquele... padrão deles por exemplo... né? de pai e mãe... eles têm um modo de vi:da né? um estilo de ser e você fala 'não... não quero ser... desse jeito eu quero:... fazer... / trilhar um outro caminho' né?... (ALESSANDRO_27).

Segundo o que é exposto por Alessandro_27, o exemplo dos pais funcionaria como um parâmetro a ser superado, mais do que um modelo a ser seguido. Ao mesmo tempo, a afirmação das convicções pessoais, em seu discurso, não se dá pela negação daquilo que lhe mandam fazer mas sim por uma avaliação feita sobre os comportamentos e situações observadas a partir da experiência própria. Ou seja, o ator-entrevistado manifestaria um sujeito que age a partir de *contratos reflexivos*, com relativa autonomia. Alessandro_27 alegou que a contemplação de práticas de diferentes pessoas que cruzaram o seu caminho ao longo da vida também lhe servia de exemplo para a autodeterminação. Após examinar o “padrão” dessas referências, o jovem julgava ter mais condições, mais repertório para saber o que queria e o que não queria para si, em termos de ações futuras em âmbitos variados. Além disso, ele contou que o familiar que considerava ser mais próximo dele era o seu irmão, por ser a pessoa que mais o entendia e cujas experiências seriam mais semelhantes. Por isso, sentia que podiam compartilhar experiências melhor. As influências

intersubjetivas que esse entrevistado considerava mais bem-vindas eram, assim, aquelas que tinham um caráter mais horizontal e, logo, menos hierarquizado.

3.2.3 Relacionamentos pessoais: amizades, namoros e figuras marcantes

De todos os jovens entrevistados, apenas Patrícia_16 declarou estar namorando, à data das conversas, os demais estavam solteiros. Quatro deles contaram que tinham amigos e consideravam tais tipos de laços importantes em suas vidas. Apenas João_18 afirmou que não via esse tipo de relacionamento como algo essencial. Jonathan_15 afirmou que tinha amigos, muito embora eles não fossem muitos, e o jovem considerava que mantinham uma relação de confiança mútua. Entre as atividades que contou fazer com eles, figuravam cursos frequentados dentro da ONG e a ida a parques e ao cinema. Patrícia_16, como dito, contou que tinha um namorado e que estaria feliz com a relação deles. Afirmou também que eles não eram ainda muito próximos e que apenas se viam um dia por semana na época, porque ele trabalhava.

João_18, como mencionado, afirmou que não tinha amigos, somente “companheiros”, seus únicos “amigos de fato” eram sua mãe e seu avô (o qual ele chamava de “pai”, afetivamente, por tê-lo criado). Por sua vez, Luciana_25 disse que tinha muitos amigos e acreditava que podia contar plenamente com eles para compartilhar suas angústias pessoais ou questões profissionais. Alessandro_27 falou pouco de amizades durante a entrevista, mas afirmou considerar que os laços amistosos ou amorosos eram importantes, em especial no processo de tomada de decisões e escolhas da vida, dizendo que esses tipos de troca eram sempre bem-vindos.

Entre as figuras mencionadas como referências que teriam influenciado ou marcado as vidas dos jovens, tivemos *menções recorrentes a professores*, muito embora nem sempre as memórias guardadas dos atores que ocupavam essa função fossem eufóricas. Alessandro_27, por exemplo, disse que havia muitos professores dos quais ele guardava boas lembranças. Luciana_25 contou que admirava bastante a sua irmã mais velha (que tinha 14 anos a mais que ela), além de alguns professores da escola e faculdade. João_18, por sua vez, também se lembrou de um professor como uma figura positiva, uma pessoa que o “apoiava”. Uma vez, o docente teria tomado o partido do jovem, quando este teria se envolvido em brigas na escola. Patrícia_16 trouxe algumas memórias de professores que considerava legais, assim como também de outros, com que não tinha afinidade. Jonathan_15 mencionou a presença de uma professora de história da qual gostava, assim como um educador da ONG que frequentava, tomado como referência pelo jovem.

3.2.4 Avaliações sobre política e relacionamento com religiosidade

No que concernia à *política* brasileira em geral (falando de um nível administrativo não especificado, ou seja, federal, estadual ou municipal), os entrevistados *avaliaram-na mal*. Aliás, a maioria deles via que a atuação dos políticos era péssima. Tal impressão da representação do mundo político por adolescentes já havia sido constatada por Imanishi (2008), em pesquisa realizada com 520 estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada de São Paulo (p. 70). Ao avaliar a forma como os adultos dirigiriam a política, 90% dos seus participantes teriam julgado que eles o fariam “mal” ou “muito mal” (p. 78).

No que dizia respeito a políticos locais, João_18, em uma das únicas apreciações positivas em meio ao grupo de jovens entrevistados, declarou gostar do prefeito da região onde morava (o qual julgamos ser, de fato, o subprefeito, pela descrição), pelo fato de que ele teria pagado uma taxa necessária à participação em um campeonato regional para os rapazes que treinavam futebol. Alessandro_27 considerava corrupto o prefeito da sua cidade de origem. Este mesmo jovem se dizia profundamente triste com a situação política do Brasil ao momento da entrevista, afirmando acreditar que a nação tinha sido vítima de um golpe de estado. Por outro lado, ele afirmava não considerar que o momento era de todo ruim.

acho que a gente está num período bom porque a gente está começando a discutir política... não tinha tanto uma cultura... do: / do discutir política né?... vejo o meu pai... alguns tios que nunca falaram a respeito... muita gente... (ALESSANDRO_27).

Como vemos, apesar da desilusão com o estado do país, ele via que existiam aspectos positivos na desestabilização do cenário político, como o fortalecimento da discussão em diferentes âmbitos da convivência civil. Luciana_25, além de criticar duramente a cena política nacional, também se disse insatisfeita com a esfera estadual, argumentando que o sistema educacional em São Paulo não tinha sido feito para funcionar. Ela, no momento da conversa, encontrava-se realizando estágios como auxiliar de professora de português na rede pública de ensino e ressaltou que tinha constatado, dentre outras faltas, que não havia impressoras disponíveis na escola aos docentes. Segundo a jovem, isso fazia com que os professores tivessem que imprimir os materiais que usariam em sala em suas casas, o que considerava muito ruim. Além disso, pontuou que o problema não seria apenas uma questão de má administração dos recursos políticos, acusando a existência de ideologias por trás das gestões políticas. Estas teriam vindo, ao longo dos anos, favorecendo as elites em detrimento das classes populares.

O mais jovem, Jonathan_15, demonstrou indignação diante da desonestidade dos políticos brasileiros em geral. O jovem considerava que as pessoas não estavam escolhendo bem os seus candidatos. As suas palavras estão transcritas a seguir.

tem muitos erros... no / no / no governo eu acho que deviam ser consertados mas... para isso acontecer devia ter uma limPEza to:da... geral:... e as pessoas também comecem a ter:... ciência de:... procuRAR... escolher a pessoa cer:ta porque:...a pessoa que vai estar lá no poder vai esTAR:... como... no NOsso lugar... nós que vamos estar colocando ele para nos representar lá... (JONATHAN_15).

A partir da afirmação acima, vemos que ele, a despeito de ser o mais jovem entrevistado do perfil, na época, já compreendia o mecanismo essencial de funcionamento do sistema de representatividade política (“nós que vamos estar colocando ele para nos representar lá”) e considerava que os cidadãos em geral teriam responsabilidade pela situação corrente do país.

No concernente à religião, Jonathan_15 afirmou não praticar orações ou quaisquer atos ligados à espiritualidade em seu cotidiano. Patrícia_16, como vimos, era católica e considerava a igreja a atividade mais importante da sua vida. João_18 contou que era evangélico, mas que tinha se desviado da igreja. De vez em quando, porém, ia à instituição, relatou. Em casa, por vezes, fazia pequenas orações pela manhã, agradecendo “por estar vivo”, a cada dia, o que reforçava a sensação de inquietude de sua parte, como se o fato de estar vivo fosse algo muito circunstancial.

Luciana_25, como vimos, tinha na religião umbandista o que considerava ser a sua principal ocupação, à época da conversa. Além disso, contou que essa era a única coisa que estudava por conta própria, independentemente das obrigações. Para fazer isso, afirmou que por vezes escutava *podcasts* de espiritualidade ligados a essa linha. Em outras ocasiões lia livros e além disso era membro de grupos relacionados ao tema em redes sociais. Alessandro_27 não tinha interesse em aderir a nenhuma religião. A seu ver, muitos dos seus familiares que tinham se aproximado desse tipo de instituições estavam mais interessados em aparentar ser pessoas espiritualizadas do que em efetivamente sê-lo. Vejamos abaixo, em suas palavras, o que realmente considerava importante.

mais importante (eu acho que) é o compromisso ético né?... o respeito com as pessoas eu acho que não vale muita coisa uma religião se o contato diário assim:... é... truncado... não é bem estabelecido né?... então... (ALESSANDRO_27).

Em sua visão, a religião deveria ser relacionada a um contato amistoso e empático entre as pessoas. Nesse sentido, via que era mais importante a concentração na realização de boas ações do que a filiação a grupos organizados. De maneira geral, Alessandro_27 afirmou que não era favorável a que as pessoas “levantassem bandeiras” e ficassem se “auto-proclamando” por pertencer

a cultos ou coletividades. O entrevistado declarou desconfiar das rotulações nas experiências individuais. Assim, dos cinco entrevistados, apenas as duas mulheres se consideravam mais ligadas à religiosidade, ao passo que os homens raramente a praticavam.

3.3 O futuro para os jovens em liberdade

Os dois entrevistados mais jovens contaram que, com relação aos planos para o futuro, gostariam de *concluir os estudos em nível básico e cursar uma faculdade*. Além disso, o desejo de *constituir família* apareceu como planejamento futuro nesses relatos. João_18 não mencionou possuir qualquer ambição escolar e nem almejava construir uma família. Os dois entrevistados mais velhos, por sua vez, queriam *finalizar os estudos e dar início à carreira profissional*, com ênfase especial, no caso de Alessandro_27, na manutenção de um bom e próximo relacionamento com os familiares.

Jonathan_15 via seu futuro segundo um “desenvolvimento por etapas”. Queria, em primeiro lugar, concluir a escola básica para, em seguida, fazer faculdade. Após isso, gostaria de constituir família e, quem sabe mais adiante, fazer um mestrado ou um doutorado. Patrícia_16 contou que tinha planos de fazer duas faculdades. A jovem via como importante também a compra de casa própria e a constituição de família. João_18, em nosso primeiro questionamento a respeito disso, falou que não pensava muito no futuro. Após uma segunda pergunta, contou que esperava chegar a ser dono de uma oficina de mecânica, muito embora não tivesse quaisquer planos de estudar ou mesmo de realizar cursos para se preparar para isso. O jovem afirmou que não gostava de escola e não pensava em fazer formações técnicas.

Luciana_25 tinha decidido que, em um curto prazo, voltaria à sua cidade de origem no interior do Estado. Ela não tinha gostado muito de viver na capital e, diante de contratos de trabalho finalizados e da iminente conclusão dos estudos, retornaria ao local de nascença, onde gostaria de iniciar uma carreira na área de educação. Desejava, em um longo prazo, comprar uma casa, almejando um “porto seguro”, um “lugar para dormir”. Alessandro_27 via que o elemento principal a ser mantido em seu futuro eram as relações afetivas. A seu ver, as perspectivas profissionais não seriam nada promissoras. Acreditava que, pelo jeito que as coisas teriam ido caminhando na política nacional, nada indicava que teríamos um momento bom. Por outro lado, estava seguro de que conseguiria ganhar o rendimento mínimo para a sua sobrevivência.

a questão financeira... eu não vou... morrer de fome nem nada... eu não venho de família rica absolutamente... eu venho de família bem humilde... mas não vou... já vivi com bastante pouca coisa né?... então... eu sei que para a frente... eu não vou ter... penúria que eu tive / que eu sofri... entendeu? então... eu vejo o futuro

desse modo então eu sei que vai:... / não tem nada tão ruim que eu não tenha passado... (ALESSANDRO_27).

Ao mesmo tempo em que afirmou que vinha de uma família humilde e que tinha sofrido penúrias materiais no passado, o jovem ressaltou que não mantinha uma visão pessimista para o futuro. Afirmou que preferia não fazer planos nem ter muitas expectativas para o que havia de vir. Configurava-se, nesse sentido, como um sujeito regido, em certa medida, pelo *acidente* (LANDOWSKI, 2014, p. 70 - 74), modo de interação caracterizado pela lógica da *aleatoriedade*. Este estaria oposto, na teoria, à *programação*, regime no qual os valores obedeceriam uma regularidade. O autor francês postulava que o acidente fazia parte da contingências da vida e que se, por um lado, ele causaria desconforto ao sujeito, por outro, diante dele é que as coisas fariam sentido, uma vez que ele não daria margem à aparição do tédio (p. 70).

4. Conclusão: síntese dos relatos de jovens urbanos de São Paulo em liberdade

Partiremos agora para uma breve síntese do que foi observado em meio aos relatos desses jovens em liberdade, representantes daquilo que denominamos *discursos mesotópicos*. De modo geral, todos eles alegaram ter tido *bons períodos de infância*, nos quais tinham tido a oportunidade de brincar, divertir-se e conviver com as suas famílias. Da mesma maneira, figuras relacionadas ao universo modal volitivo também se apresentaram no que concernia aos sonhos desse período. Muitas delas eram relacionadas a uma *isotopia artística*, ser dançarina, atriz, cantora, pintor, desenhista... mas também havia profissões de ordem “menos criativa”, tais como as carreiras relacionadas ao professorado ou à via militar, segundo as visões infantis deles.

No que tangia ao presente das conversas, os jovens trouxeram o *gosto por atividades coletivas* de ordem esportiva ou cultural, praticadas em espaços institucionais fechados na maioria dos casos. A espacialidade da rua (praças, vias) não foi descrita como um local muito frequentado. A escola e a universidade, instituições de formação, foram discursivizadas como sendo, sobretudo, locais de aprendizagem, valorizados por eles, mas não especialmente queridos. Entre as figuras práticas que ocupavam os seus principais fazeres estavam a *prática religiosa* (em dois depoimentos), as atividades ligadas à *diversão* ou ao *prazer* e o *convívio familiar* (nos núcleos de origem ou constituídos, este último no caso do único jovem que tinha filhos).

A *família* era uma figura *valorizada por todos os jovens*. Ao mesmo tempo, a interferência dos pais nos processos de tomada de decisão individuais, como seria de se esperar, causava polêmica, em especial em meio aos entrevistados mais jovens. No caso dos mais velhos, tivemos a visão de que a família era importante como uma instância afetiva, mas já não significava para eles uma instituição essencialmente diretiva. A proximidade parental desempenhava, nesses casos, mais

uma possibilidade de interação pela via do *ajustamento* do que pela *manipulação* narrativa (LANDOWSKI, 2014). Também entre os entrevistados mais velhos, tivemos a menção à figura dos irmãos como referências relacionais importantes.

Apenas um dos entrevistados estava em um relacionamento amoroso fixo, à data das conversas. O papel temático dos *amigos*, contudo, permaneceu bastante presente como uma referência de *relacionamento horizontal* para os jovens. No campo da *relação com a sociedade* de maneira geral, as avaliações feitas eram bastante *negativas*, em especial no relativo à figura dos políticos. Por fim, quatro dos entrevistados declararam que pretendiam *fazer ou concluir faculdade* num futuro relativamente próximo, ao passo que um deles não planejava nem concluir o ensino fundamental. A perspectiva de constituir família foi citada apenas pelos dois mais novos e a vontade de comprar uma casa própria somente pelas duas mulheres. O futuro profissional foi visto com certo entusiasmo por alguns e, por outros, com certo desdém. Entre as figuras relacionadas a trabalhos almejados estavam algumas manifestações mais concretas, como as de “abrir um negócio próprio” ou “iniciar uma carreira como professora”, assim como planejamentos mais difusos, contando com ideais de carreira semanticamente pouco densos e perspectivas mais flexíveis e menos determinadas de percursos.

CAPÍTULO 4 - Jovens em semiliberdade: o protagonismo na sobrevivência

A partir de agora, trabalharemos com discursos de jovens de São Paulo que cumpriram medidas socioeducativas em regime de semiliberdade no ano de 2017. Estes, segundo classificação estabelecida por nós a partir da postulação de uma *aspectualização espacial subjetiva* feita a finais da década de 1980 por Fontanille (1989, p. 59-64), como visto, estariam caracterizados por uma movimentação *peritópica*, a qual se caracterizaria tomando como ponto de ancoragem um universo semântico “hegemônico” em meio à juventude de nossa sociedade brasileira. Suas ações e relatos, de alguma maneira, muito embora se identificassem e estivessem conformes com partes daquilo que identificamos como sendo concepções “mais comuns” dos brasileiros, estariam *se dirigindo para fora* do agrupamento que reuniria essas visões, por meio de uma movimentação de caráter centrífugo. Esta buscaria alternativas em uma exterioridade que talvez não passasse de mais uma “faceta disfarçada” da mesma sociedade que supostamente negaria. As práticas infracionais que levaram esses jovens à retenção em unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente de São Paulo (ou Fundação CASA), de alguma maneira, seriam índices desses posicionamentos que, declaradamente ou não, contradiziam os códigos sociais mais difundidos.

Não raro, esses relatos apresentaram perspectivas que seriam erigidas, sob nosso ponto de vista, desde um *ethos* desafiador, uma vez que rompiam com condutas que considerávamos “essenciais” à vida em sociedade. Para algumas pessoas “do lado de dentro” do que seria esse universo discursivo “mais central” citado acima, suas ações e vivências poderiam remeter às ideias de risco e periculosidade, ou mesmo até às noções, já mais determinadas por um *viés moral*, de patologia ou desvio. Em uma observação mais apurada, como veremos, não parece se tratar disso. Os seus enunciados, que por vezes se dirigiam a uma marginalidade social sob certos aspectos, talvez pudessem ser melhor considerados a partir da ideia de uma negação estrita, ou de um confronto direto quanto a um “estado de coisas” tal como se apresentava para eles.

As reflexões acima são, evidentemente, elocubrações que “tateiam” em busca de um fio a unir os diferentes depoimentos coletados por nós, integrando os relatos desses jovens que tinham cometido atos infracionais em meio aos demais depoimentos. Teremos a oportunidade de explorar o que levantamos acima, de maneira geral, ao longo do desenvolvimento deste capítulo e buscaremos verificar em que medida eles, de fato, estariam distanciados ou, opostamente, reforçariam as visões

hegemônicas. Para dar início ao trabalho deste capítulo, examinaremos, em primeiro lugar, alguns dos números que compõem a realidade do universo da aplicação de medidas socioeducativas no Brasil, visando uma exploração panorâmica do fenômeno no campo sociológico, de modo a prover um “pano de fundo” para as análises discursivas subsequentes.

Segundo algumas fontes consultadas, a vulnerabilidade juvenil seria uma configuração que poderia ocorrer segundo fatores individuais, familiares ou sociais. Para fazer um breve levantamento desses elementos, como forma de enriquecer as análises aqui realizadas, valemo-nos de um manual realizado e publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), traduzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV) (OMS, 2016). O seu desenvolvimento foi levado a cabo a partir da consulta a diversos especialistas em prevenção de violência juvenil do mundo todo. Em meio a suas diversas reflexões, o manual elenca algumas circunstâncias sociais que poderiam ser associadas à violência juvenil. Entre elas, em um nível individual, estaria o *consumo de drogas* (lícitas e ilícitas), os *maus-tratos durante a infância* e o *desemprego* (p. 14). Do ponto de vista das relações familiares e dos relacionamentos próximos, citam-se, como fatores alavancadores desse tipo de comportamento, a *supervisão parental precária*, a *disciplina severa e inconsistente* aplicada pelos genitores, o *divórcio* ou a *depressão entre os genitores*, o *desemprego na família*, o *envolvimento com colegas delinquentes*, a *associação a gangues* e a *perpetração e vitimização de bullying* (p. 14). Por fim, tratando, então, de um ponto de vista social e econômico, os autores do estudo mencionam que a *facilidade no acesso a bebidas alcólicas*, o *mercado de drogas ilícitas*, o *acesso a armas de fogo*, a *pobreza* e a *desigualdade* seriam fatores que, igualmente, tornariam os jovens mais vulneráveis, ou propensos a se envolver em atos infracionais.

Verificamos, em muitos dos relatos dos jovens entrevistados, referências a uma vida sob condições que *já conteriam traços de violência anteriormente ao cometimento das infrações* de parte deles, como iremos verificar ao longo das análises. Entendemos o termo “violência” aqui em um sentido amplo. Tal identificação corrobora nossa convicção de que, antes de simplesmente imputar aos jovens toda a responsabilidade de seus atos de maneira irrefletida, é preciso reconhecer que eles são indivíduos que, antes do cometimento das infrações, haviam sido privados de seus direitos constitucionais em diversos aspectos.

1. Panorama da execução de medidas de internação no país

Observemos, de início, alguns dados a respeito da vida dos jovens em situação de internação, medida assignada aos adolescentes que cometem infrações mais graves. Nesse regime, eles permanecem, durante todo ou a maioria do tempo, dentro das unidades de cumprimento de medida. O estudo *Panorama Nacional: A Execução de Medidas Socioeducativas de Internação*

(BRASIL, 2012a), do Programa Justiça ao Jovem, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, visitou, entre 2010 e 2011, os 320 estabelecimentos de internação existentes no Brasil (p. 7). Na ocasião, os autores da investigação entrevistaram quase 1900 adolescentes internos, além de observar as estruturas das unidades e coletar dados de processos judiciais. Segundo o estudo, havia 17.502 jovens cumprindo medidas de internação no período e alguns deles participaram das entrevistas realizadas (p. 7). Cabe ressaltar que os adolescentes que cumpriam medidas em meio aberto não foram considerados por essa etapa da pesquisa observada, tendo sido levados em conta em outra parte do mesmo estudo.

No que concerne ao número de adolescentes em meio fechado, informações extraídas do *Levantamento Nacional 2011* (BRASIL, 2012b), porém, afirmavam que seriam 19.595 os que cumpriam medidas em restrição e privação de liberdade em 2011 (p. 9). Desconhecemos as razões que poderiam ter levado à pequena diferença no tocante ao número geral de adolescentes em internação, entre os dois estudos observados. Ainda segundo o documento da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (BRASIL 2012a), o número dos jovens cumprindo medidas *em meio aberto* corresponderia a 69.650 nesse ano (p. 25), compondo *a maior parte dos atos infracionais nacionais registrados*. Sigamos lançando um olhar aos resultados obtidos pelo primeiro relatório.

Entre os fatos apontados pelo *Panorama*, em primeiro lugar, queremos mencionar que a idade média do total de adolescentes internados obtida foi de 16,7 anos (BRASIL, 2012a, p. 9). Além disso, 57% desses adolescentes declararam que tinham *parado de estudar* anteriormente à internação em unidades de cumprimento de medidas (p. 16), sendo que 86% deles não haviam ingressado no Ensino Médio na ocasião. A idade prevista segundo a correspondência ideal série / idade para a conclusão do ensino médio proposta pelo sistema nacional de educação seria de 17 anos, o que nos faz ver uma alta defasagem escolar dos jovens em pauta. Ademais, foi verificado um índice de não alfabetização de 8% entre eles (p. 15).

Em meio aos atos infracionais cometidos no âmbito nacional para internação, roubo foi o mais comum, com 36% das ocorrências para o ano de 2011 (BRASIL, 2012a, p. 11). A segunda contravenção mais cometida foi tráfico de drogas, com 24% (p. 11). No caso do Sudeste, onde ocorreu nossa pesquisa, tivemos 40% de atos relacionados a roubo e 32% a tráfico de drogas, o que mostraria uma presença maior desses dois tipos de infração no território dos quatro Estados que compõem a região (p. 11). Homicídios corresponderiam a 13% das infrações em nível nacional, ao passo que, no Sudeste, esse tipo de infração teria correspondido a apenas 7% das ocorrências (p. 11). Na região Norte, porém, os índices de atos homicidas por parte de adolescentes foram os maiores da nação, chegando a 28% das ocorrências. Inversamente, na mesma região, somente 7% dos atos foram notificados como sendo de tráfico de drogas (p. 11). Com relação aos índices de

reincidência, a taxa observada para o Brasil foi de 43,3% (p. 11), e, entre os reincidentes, a possibilidade de cometimento de homicídio constatada foi mais de três vezes superior, em comparação com a taxa verificada entre adolescentes que cumpriam a primeira internação, aumentando de 3% para 10% (p. 12).

No que tange às vidas familiares dos adolescentes internados, *apenas 38% deles tinham sido criados por seus pais e mães*, tendo os demais sido criados apenas pelas mães ou pelos avós, como se vê no trecho de texto transcrito abaixo. Os dados revelam uma tendência mais acentuada das mães se responsabilizarem pelos filhos nos casos nos quais o casal genitor não estivesse mais unido.

A respeito das relações familiares, obteve-se, por meio das entrevistas, que 14% dos jovens têm filhos. A respeito da criação, 43% foram criados apenas pela mãe, 4% pelo pai sem a presença da mãe, 38% foram criados por ambos e 17% pelos avós (BRASIL, 2012a, p. 18).

Ressaltamos que, entre os jovens entrevistados pelo estudo observado, foi constatado que 14% deles tinham filhos, e que 75% faziam uso de drogas ilícitas anteriormente à internação (BRASIL, 2012a, p. 19). No tocante às recomendações feitas aos políticos ou responsáveis pela gestão de tais espaços, a pesquisa apontou que o fomento a práticas de atividades externas no período de internação (como cursos, eventos religiosos ou oficinas de profissionalização) seriam formas eficientes tanto de se evitar a fuga dos adolescentes, como de se favorecer a ressocialização (p. 29), muito embora tais ações se verificassem, de maneira mais enfática, apenas nos centros de internação do Sudeste, estando as regiões Sul e Centro-Oeste caracterizadas majoritariamente por internações sem atividades externas (p. 29).

São Paulo é citado como o Estado com maior número absoluto de unidades de internação (com 112 unidades), contando com a utilização de 99% de sua estrutura e uma média de 68 adolescentes por unidade (BRASIL, 2012a, p. 36-37). O Ceará, com ocupação de 221%, foi apontado como o estado com maior superlotação, contando com uma média de 114 adolescentes por unidade (p. 37). No espectro geral, verifica-se uma sobrecarga no sistema nacional, considerando que a taxa de ocupação das unidades chega a 102% (p. 37). O estudo afirma ainda, com relação à análise da situação das 320 unidades observadas, que *o respeito à integridade física dos adolescentes viria sendo sistematicamente violado em diversas unidades de internação no país*. Agressões, violações, castigos e abusos foram observados.

Dos jovens entrevistados em conflito com a lei, 28% declararam ter sofrido algum tipo de agressão física por parte dos funcionários, 10%, por parte da Polícia Militar dentro da unidade da internação e 19% declararam ter sofrido algum tipo de castigo físico dentro do estabelecimento de internação (BRASIL, 2012a, p. 128).

Os dados indicam que mais de 10% dos estabelecimentos notificaram casos de abuso sexual sofridos por internos e aproximadamente 5% deles apresentaram ocorrências de mortes por homicídios no período dos 12 meses que antecederam a pesquisa (BRASIL, 2012a, p. 127). 25% dos estabelecimentos informaram que possuíam histórico de pelo menos uma rebelião ou motim (p. 131). Para o Sudeste todo, o número de rebeliões ou motins reportados nos 12 meses anteriores à pesquisa tinha sido de 32 ocorrências (p. 132). Como se vê, a realidade da aplicação de medida socioeducativa, que em princípio deveria estar regida por uma lógica não punitivista e voltada à ressocialização desses adolescentes, ainda se encontra marcada por um cenário de violência e violações de direitos, seja de adolescentes ou funcionários, todos esses indivíduos expostos a fatores de sofrimento elevados em seus cotidianos.

Para a reversão desse quadro, os autores do estudo assinalam a importância de uma rigorosa separação dos adolescentes por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (BRASIL, 2012a, p. 127), tal como previsto por lei. No que concerne a programas de apoio e acompanhamento a egressos do sistema, previstos pelo artigo 94 XVIII do ECA, verificam-se percentuais muito baixos no país. No Centro-Oeste não há um único registro de acompanhamento, ao passo que na região Sul, a que se sai melhor nesse aspecto, o acompanhamento não passa da metade dos casos, com 46% (p. 137). Além disso, julgamos importante mencionar que o estudo ressalta que há disparidade na distribuição da malha geográfica nacional de unidades de internação, havendo centralização de unidades em poucos municípios (p. 140).

Ao final da investigação, entre outras observações, os autores constatarem que, para a juventude nacional em geral, a faixa de idade ao redor dos 14 anos corresponde a um momento importante de ser levado em conta pelas políticas públicas de prevenção da evasão escolar do Ensino Fundamental, assim como de ações para evitar eventuais incursões em atividades criminais (BRASIL, 2012a, p. 141). Os pesquisadores também recomendam a implementação de programas educativos direcionados, para melhorar essa situação (p. 141). Ademais, reforçam a importância da melhor efetivação de programas de preservação dos vínculos familiares, visando a reintegração dos jovens em suas comunidades, o que demandaria, defendem os autores do estudo, uma correção da insuficiência no número de profissionais multidisciplinares nos estabelecimentos de atendimento (p. 142).

2. Dados gerais a respeito do cumprimento de medidas no Brasil

Existem atualmente no país seis principais modalidades de aplicação de medidas socioeducativas oferecidas como resposta aos atos infracionais cometidos por adolescentes: advertência, reparação de danos, prestação de serviço comunitário, liberdade assistida, semiliberdade e internação (FUNDAÇÃO CASA, 2018a). Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2017), em 2017 havia aproximadamente 130 mil adolescentes entre 12 e 21 anos cumprindo medidas. A população brasileira nesse mesmo intervalo etário, no mesmo ano, foi estimada como sendo da ordem de 16 milhões e 834 mil pessoas (IBGE, 2018a). Obtivemos o valor mencionado baseando-nos em projeção feita pela organização de estatística nacional para o período de 2010 a 2060, tomando o ano de 2017 e somando as populações de cada uma das idades mencionadas (IBGE, 2018a). Sendo assim, poderíamos afirmar que, grosso modo, *um a cada 130 jovens brasileiros* se encontraria em tal situação nesse ano (o que corresponderia a algo como 0,77% do total de jovens na faixa etária observada).

Observemos a tabela abaixo para entender melhor a distribuição da aplicação das medidas em nosso país.

Tabela 4.1 – Número de adolescentes por medida socioeducativa 2017 – Brasil

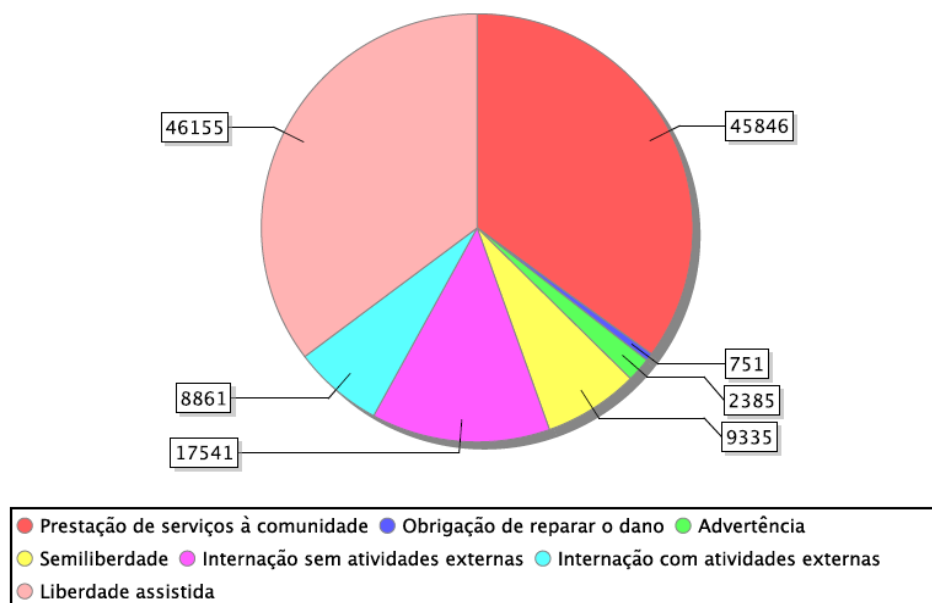
Natureza da medida socioeducativa aplicada	Quantidade de adolescentes
Prestação de serviços à comunidade	45.846
Obrigação de reparar o dano	751
Advertência	2.385
Semiliberdade	9.335
Internação sem atividades externas	17.541
Internação com atividades externas	8.861
Liberdade assistida	46.155
Total de adolescentes	130.874

Fonte: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) do Conselho Nacional de Justiça, período de 01/01/2017 a 31/12/2017 (BRASIL, 2017a).

Segundo os dados acima, do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), as principais formas de aplicação de medida no país, em 2017, foram *liberdade assistida* (com mais de 46 mil ocorrências, 35,2 % dos casos) e *prestação de serviços à comunidade* (mais de 45 mil casos, ou 35%). A aplicação de medidas em *semiliberdade* correspondia a 7,1% dos atendimentos (9.335) e a *internação* (com e sem atividades externas) chegava a 20,1% (com mais

de 26 mil atendimentos, cf. Tabela 4.1 e Figura 4.1). No gráfico abaixo, é possível visualizar com mais clareza a distribuição dessa aplicação.

Figura 4.1 - Gráfico circular de número de adolescentes por medida socioeducativa 2017 – Brasil



Fonte: Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, Conselho Nacional de Justiça, período de 01/01/2017 a 31/12/2017 (BRASIL, 2017a).

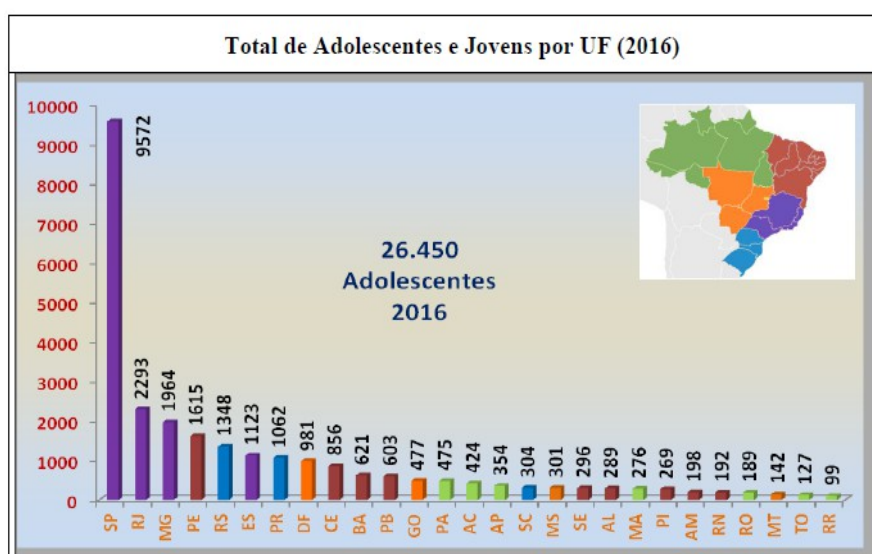
Do montante de adolescentes em cumprimento de medidas mostrado acima, os eventos que envolviam restrição de liberdade (semiliberdade, internação com atividades externas e internação sem atividades externas) correspondiam a apenas 27,2% dos casos (35.737 incidências). Ou seja, reforçando o que havíamos visto na seção anterior, atualmente no país a maior parte dos atos infracionais cometidos por jovens registrados pela justiça (72,6%, ou 95.137 ocorrências) se resolve por meio de medidas não restritivas de liberdade.

Segundo dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2016, São Paulo era a unidade da federação com maior número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa, com 9.572 atendimentos em regime fechado ou semifechado, ou seja, internação provisória, internação, semiliberdade, atendimento inicial e internação sanção (BRASIL, 2018, p. 7). Isso correspondia a 36,18% das aplicações nacionais, cujo número correspondente era de 26.450 para o mesmo ano. Vale lembrar que a população entre 15 e 29 anos do Estado de São Paulo em

2017, estimada em torno de 10 milhões e 398 mil pessoas pelo IBGE (2018a), correspondia a aproximadamente 20% do segmento populacional jovem da nação, cujo valor numérico foi calculado como sendo da ordem de 51 milhões e 186 mil pessoas, pelo mesmo estudo.

Abaixo, é possível verificar o total absoluto das internações em meio fechado e semifechado no país (internação provisória, internação, semiliberdade, atendimento inicial e internação sanção), por UFs (BRASIL, 2018, p. 7).

Figura 4.2 - Total de adolescentes em meio fechado e semifechado por Unidade da Federação, Brasil 2016



Fonte: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2018, p. 7).

Façamos um breve resumo dos números obtidos com respeito ao Estado de São Paulo no que concernia à aplicação de medidas socioeducativas. Segundo dados divulgados pela Fundação CASA no Estado de SP e analisados por nós, os programas de atendimento da instituição assistiam, em 2017, uma média aproximada de 9.200 adolescentes (FUNDAÇÃO CASA, 2017). Tais resultados foram obtidos a partir de análise de dados de relatórios expedidos pelo Núcleo de Produção de Informações Estratégicas (NUPRIE), da Fundação CASA. Cinco boletins estatísticos semanais observados foram colhidos em um intervalo de entre quatro e nove meses de distância uns dos outros, no período entre dezembro de 2015 e novembro de 2017, sendo eles referentes às seguintes datas: 18/12/2015, 15/04/2016, 30/12/2016, 24/03/2017 e 10/11/2017. A partir dos dados observados, realizamos um cálculo das médias aritméticas para a obtenção dos resultados gerais, que nos interessam no momento, a título de ilustração da situação dessas práticas no Estado. Mesmo não possuindo precisão estatística, esse levantamento em linhas gerais nos permite traçar um

panorama quanto à situação da aplicação de medidas socioeducativas em SP. Vale lembrar que, desde janeiro de 2010, a aplicação de medidas em meio aberto no Estado – tais como prestação de serviços comunitários e liberdade assistida – não estaria mais sob a responsabilidade da Fundação CASA, serviços esses tendo sido municipalizados⁹.

Ainda com base no cálculo feito a partir da amostragem de relatórios citada acima, observamos que os adolescentes de sexo masculino responderiam por uma média aproximada de 96% dos atendimentos da Fundação CASA SP, ao passo que as do sexo feminino corresponderiam a apenas 3,9% dos atendimentos.

Tabela 4.2 – Percentual de adolescentes em cumprimento de medida por gênero em cinco amostragens de 2015 a 2017, Fundação CASA SP

Adolescentes em cumprimento de medida por gênero – Fundação CASA SP						
Sexo	18/12/2015	15/04/2016	30/12/2016	24/03/2017	10/11/2017	Média aprox.
Masculino	96,2 %	96,2 %	95,82 %	96,02 %	96,15 %	96,07 %
Feminino	3,8 %	3,8 %	4,17 %	3,98 %	3,85 %	3,92 %

Fonte: Boletins estatísticos semanais do NUPRIE (FUNDAÇÃO CASA, 2017).

Nos boletins divulgados, ainda consta que, em 2017, os principais delitos cometidos pelos adolescentes em SP foram tráfico de drogas e roubo qualificado, com índices de aproximadamente 40% cada, como pode ser visto na tabela abaixo. Essas informações corroboram, em linhas gerais, os dados apresentados na seção anterior, com relação ao tipo de infração cometida na região Sudeste.

Tabela 4.3 – Principais tipos de atos infracionais cometidos, percentuais, Fundação CASA SP

Tipo de ato infracional, valores percentuais – Fundação CASA SP					
	18/12/2015	15/04/2016	24/03/2017	10/11/2017	Média aprox.
Roubo qualificado	42,62 %	43,28 %	42,32 %	39,79 %	42,00 %
Tráfico de drogas	39,04 %	38,33 %	40,72 %	43,34 %	40,30 %

Fonte: Boletins estatísticos semanais do NUPRIE (FUNDAÇÃO CASA, 2017).

⁹ Cf. site (FUNDAÇÃO CASA, 2018a).

No que concerne à disposição dos dados da tabela acima, não são apresentados os dados referentes a 30/12/2016, cujos números referentes a tipo infracional não constavam no boletim. A média do número de roubos qualificados registrados, obtida pela somatória dos registros contidos em cada boletim dividida por quatro, foi de aproximadamente 3.900 ocorrências, ao passo que, no caso do tráfico de drogas, esse número foi calculado por nós como sendo da ordem de 3.700 casos. No que tange a outros tipos de infração, os documentos apresentavam índices esparsos de ocorrências, que variavam geralmente entre 1% e 2%, chegando a 4% no máximo, para atos como descumprimento de medida judicial, furto, furto qualificado, homicídio doloso qualificado e roubo simples.

2.1 - Algumas informações e reflexões a respeito da Fundação CASA

A Fundação CASA, antiga FEBEM (Fundação Pró-Menor para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), teve seu nome alterado em 2006, por meio de lei sancionada em 22 de dezembro do mesmo ano pelo então governador Cláudio Lembo (DEM)¹⁰. Este político, responsável pela mudança de nome da instituição, teria atuado apenas nove meses no poder, devido à renúncia do candidato eleito, Geraldo Alckmin (PSDB), para concorrer à presidência da República. Trata-se de organização vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, que tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas a adolescentes infratores. A legislação brasileira, mais especificamente o ECA, define como adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990, Tit. I, Art. 2o). A Fundação CASA presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos no Estado de SP.

Segundo informações disponíveis no *Portal da Transparência* da instituição (FUNDAÇÃO CASA, 2018b), existiriam, em 2017, 117 centros de internação e 19 unidades de semiliberdade. Cada centro possuiria uma capacidade de receber até 56 adolescentes (64 na capacidade estendida). A dissipação dos grandes complexos teria acontecido como parte de um programa iniciado em 2005. Antes disso, os centros tinham uma capacidade maior e ficavam na capital. Hoje em dia, a maior parte dos adolescentes cumpriam medidas no interior do Estado. Segundo dados calculados por nós a partir de dados disponibilizados pela instituição (FUNDAÇÃO CASA, 2017), a organização atenderia atualmente um número aproximado de 9.385 adolescentes, estando esses indivíduos em quatro macrorregiões (capital, região metropolitana, interior e litoral). Abaixo, é possível ver a distribuição dos jovens em cada uma dessas regiões.

¹⁰ Informação extraída do site da instituição (FUNDAÇÃO CASA, 2018a).

Tabela 4.4 – Percentual de adolescentes por macrorregião de cumprimento de medida, Fundação CASA novembro de 2017

Adolescentes por macrorregião de cumprimento			
Capital	RMSP	Interior	Litoral
34,30%	14,50%	45,20%	6%

Fonte: NUPRIE – Núcleo de produção de informações estratégicas, boletim estatístico semanal 10/11/2017 (FUNDAÇÃO CASA, 2017).

Os adolescentes estariam divididos segundo diferentes tipos de programas de atendimento. Abaixo, elaboramos uma tabela com números aproximados, os quais apresentam uma média da quantidade de participantes dos programas nos anos de 2016 e 2017, contando com os valores obtidos da amostragem tomada dos cinco boletins citados anteriormente (FUNDAÇÃO CASA, 2017).

Tabela 4.5 - Distribuição aproximada de adolescentes por programas de atendimento, Fundação CASA 2015 – 2017

Distribuição de adolescentes por programas de atendimento 2015 - 2017		
Programa	Média aproximada de adolescentes	Percentual aprox.
Atendimento inicial	45	0,47%
Internação provisória	1418	15,07%
Internação	7345	78,37%
Internação sanção	45	0,47%
Internação sanção nas UIPs	102	1,08%
Protetiva	1	0,01%
Semiliberdade	427	4,56%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados obtidos do NUPRIE, boletins estatísticos semanais (FUNDAÇÃO CASA, 2017).

Em resposta que recebemos de uma pergunta enviada ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão (SIC), em 30 de novembro de 2017, informou-se que a Fundação CASA tinha, em seu quadro, 12.391 servidores, sendo que, desse total, 11.291 eram ativos e 1.100 estavam afastados. Outra tabela confeccionada a partir de dados obtidos junto à organização mostra o tempo médio de permanência dos adolescentes nas unidades da Fundação, por tipo de medida socioeducativa, nos

anos de 2016 e 2017. Os dados a seguir também nos foram fornecidos pela Diretoria Técnica do NUPRIE.

Tabela 4.6 – Tempo médio de permanência de adolescente por medida socioeducativo em dias. Fundação CASA, 2016-2017

Tempo médio de permanência por medida (dias)		
Tipo de medida	2016	2017
Internação provisória	38,1	36,4
Semiliberdade	137,4	130,7
Internação	242,7	344,2

Fonte: Diretoria Técnica – NUPRIE. Posição do Portal, extraídos de jan. 2016 a out. 2017.

Por fim, na tabela abaixo é possível verificar o percentual declarado de reincidência dos adolescentes na medida de internação nas unidades da Fundação CASA, segundo a instituição, para os anos de 2016 e 2017.

Tabela 4.7 - Adolescentes com reiteração na medida de internação na Fundação CASA - janeiro de 2016 a novembro de 2017

Adolescentes com reiteração na medida de internação		
Reiteração	2016	2017
Art. 122	19,79%	21,85%

Fonte: Diretoria Técnica – NUPRIE. Posição do Portal, extraídos de jan. 2016 a out. 2017.

A título de esclarecimento, o artigo 22 do ECA, mencionado acima, orienta a aplicação da medida de internação por parte das organizações responsáveis.

a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 1990, Art. 122).

Dessa forma, a internação deve apenas ser aplicada em casos que apresentam uma gravidade maior e em algumas exceções.

3. Análise dos discursos coletados

Analisaremos, a partir de agora, os relatos orais obtidos em pesquisa de campo realizada especialmente para esta investigação. Apresentaremos regularidades discursivas segundo diferentes critérios de análise oriundos da teoria semiótica de linha francesa. As observações foram feitas a partir de depoimentos autobiográficos obtidos de adolescentes dos sexos masculino e feminino que, à data das entrevistas em 2017, encontravam-se cumprindo medidas socioeducativas em duas unidades da Fundação CASA (SP), em regime de semiliberdade.

3.1 Adolescentes do sexo masculino em semiliberdade

A unidade de semiliberdade masculina visitada por nós estava situada em bairro da zona leste de São Paulo, capital (cf. Anexo A). Lá, realizamos cinco entrevistas, segundo a metodologia de pesquisa compreensiva (KAUFMANN, 2013). As entrevistas foram realizadas no dia 13 de setembro de 2017. Cada um dos depoimentos coletados durou entre 26 e 37 minutos, totalizando, ao final, duas horas e 42 minutos de gravação. Três dos jovens declararam que moravam na capital (à data das entrevistas, anteriormente à semi-internação) e dois deles afirmaram habitar no interior do Estado, em cidades de grande e médio porte.

Temos como objetivo, por meio dessas análises, entre outras observações, dirigir um olhar analítico às manifestações subjacentes à construção de um “senso” de protagonismo e autonomia, assim como observar a ligação entre *objetivo* e *horizonte estratégico*, instâncias da cena prática (FONTANILLE, 2008, p. 247-265). Tais construções estariam manifestadas, nos casos examinados, pelas representações das ações narradas pelos adolescentes, por suas aspirações para o futuro e pelas atividades realizadas no presente e seus significados para eles. Ademais, examinaremos quais foram as principais figuras e temas discursivos apresentados em seus discursos, entre outros aspectos, em busca de sistematizar alguns dos principais elementos semióticos que fariam parte do *processo de construção narrativa identitária* utilizados por esses atores (RICOEUR, 2006, p. 114-116), como expusemos no item 1 do primeiro capítulo desta tese.

Em primeiro lugar, gostaríamos de informar que, para fins de respeito à privacidade dos entrevistados e aos processos legais correspondentes, os nomes dos adolescentes foram mantidos em sigilo, de forma que iremos nos referir a eles pelas designações constantes da coluna intitulada “Denominação fictícia do adolescente”, da tabela abaixo.

Tabela 4.8 – Denominação fictícia, situação de moradia, renda domiciliar declarada e escolaridade dos adolescentes homens em semiliberdade

Denominação fictícia do adolescente	Situação de moradia antes da semi-internação	Renda domiciliar declarada	Escolaridade
Marcelo_19	Morava com o irmão e família do irmão	Menos de R\$ 1.100,00	Ensino Fundamental incompleto
Ricardo_19	Morava com a mãe, o pai e o irmão	De R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00	Ensino Médio completo
Carlos_19	Morava em abrigo com o irmão menor	Menos de R\$ 1.100,00	Frequentou creche ou pré-escola
Antonio_18	Morava com os pais e dois irmãos	De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00	Ensino Fundamental completo
Mateus_17	Morava com a mãe e a avó	Acima de R\$ 4.000,00 mensais	Ensino Fundamental completo

Fonte: elaboração nossa, com base em entrevista oral e questionário escrito.

Conforme as informações dispostas na tabela acima, quatro dos adolescentes moravam com suas famílias anteriormente às suas apreensões pela polícia, sendo que um deles morava em um abrigo nessa mesma época. Todos cohabitavam com familiares próximos no momento citado, fossem eles pais, avós ou irmãos. Carlos_19 morava em um abrigo em companhia do irmão. Sua situação poderia ser considerada como acentuadamente mais vulnerável do que a dos demais, uma vez que, além de não cohabitar com genitores ou avós, o jovem possuía um baixo rendimento financeiro mensal e uma taxa de escolarização igualmente deficiente. Marcelo_19 possuía um quadro que também chamava a atenção pelo baixos índices de instrução e renda domiciliar. Os adolescentes entrevistados que apresentaram menor deficiência quanto a renda e escolaridade, foram Ricardo_19 e Mateus_17. O primeiro apresentou maior grau de instrução entre os cinco, ao passo que o segundo declarou maior rendimento mensal domiciliar (com mais de R\$ 4.000,00 mensais). Ricardo_19 também era o único entre os adolescentes que possuía emprego à data da entrevista. Divididas as rendas domiciliares pelo número de pessoas que habitavam nas residências, Marcelo_19, Carlos_19 e Antonio_18 viveriam em situações de pobreza. Nenhum dos entrevistados declarou que tinha filhos, à data de nosso encontro.

Na sistematização da análise dos relatos dos entrevistados, optamos por dividir nossas considerações em critérios baseados na construção discursiva do tempo. Nesse sentido, tomamos

três períodos principais, presente, passado e futuro. No que concernia às temporalidades mais vinculadas ao *presente* das conversas, consideramos aquelas que incluíam o ingresso nas unidades de semi-internação e também os períodos próximos, mas anteriores, à retenção. Nelas, os adolescentes, além de terem cometido os atos infracionais, também realizavam outras atividades. Quando estivermos falando do *passado*, trataremos principalmente de *representações de infância* relatadas por cada um dos entrevistados. Por fim, ao falar do *futuro*, trataremos dos *planejamentos e perspectivas* que cada adolescente declarava ter para o momento de saída das unidades, assim como para momentos mais à frente disso. Começamos, então, a análise, observando as construções discursivas realizadas a partir da rememoração das experiências de criança.

3.2 – A infância, temporalização de passados eufóricos e disfóricos

Mateus_17 via seu tempo de infância como um período difícil. Segundo o entrevistado, o fato de seu pai ter tido, na época, muito envolvimento com o crime e com o mundo das drogas, tinha dificultado muito a sua vida. Segundo ele, a presença de policiais buscando pelo pai em sua casa era constante, e este viviria fugindo deles. A aspectualidade reiterativa do programa fazia com que, para o ator-narrador, crescesse a sensação de desconforto e insegurança diante do destino incerto da sua família. Apesar disso, Mateus_17 contou que, no período, realizava atividades normais, como ir para a escola, brincar na rua com os amigos e jogar bola. O jovem afirmou que, naquela época, não teria sofrido privações de ordem material. Segundo ele, tinha tudo o que queria, mas o dinheiro que pagaria por isso seria oriundo das ações criminosas do pai. O jovem contou, ainda, que durante um tempo o genitor teria sido internado em uma clínica. Após isso, o pai teria sido batizado pela igreja, entrando no mundo da religião e saindo da vida das drogas e do crime. A forma com a qual essa ruptura teria se constituído, segundo o jovem, seria um tanto categórica. Como vimos, na discursivização desse programa narrativo haveria a menção a dois estilos de vida completamente diferentes. Um seria levado em meio à criminalidade e às drogas, tomado como um *PN disfórico* e causador de sofrimento ao ator “entrevistado”. O outro seria relacionado à *religiosidade*, constituído euforicamente, e descrito como um momento de relativo apaziguamento das inconstâncias trazidas pelas atividades ilegais.

No relato de Antonio_18, a temporalidade da infância, era descrita como um tempo idílico, no qual as pessoas podiam circular e brincar nas ruas, no bairro onde o adolescente morava, na capital paulista.

Ah... quando eu era criança era suave mano... brinca:va e divertia... acho que eu ainda catei uma fase BOa né?... as crianças a época que tinha bolinha de gu:de...

pião:... futebol:... brincadeiras na rua:... ah... foi boa... {E: hoje não tem mais? {A: hoje é só... o mundão mesmo do crime... (ANTONIO_18).

A polarização no discurso do entrevistado se dá quando ele caracteriza o passado distante com relação a esse tempo presente. No primeiro momento, a habitação dos espaços públicos pelas crianças e jovens seria descrita como algo possível. Já na temporalidade relativa ao tempo presente das entrevistas, isso se teria alterado, graças ao que ele caracterizou como um avanço das iniciativas do crime, que teriam feito com que o espaço das ruas tivesse se tornado marcado pela insegurança, o que culminaria em restrições diversas, do ponto de vista da experiência das crianças.

O discurso de Marcelo_19 conferiu muito pouca positividade ao período da infância. Uma expressão que ele utilizou para descrever o tempo foi “muito bagunçado”. A sua mãe tinha falecido quando tinha por volta de oito anos e, como o pai era dependente químico, ele tinha ido morar com a tia. Antes disso, em sua infância, contou, brincava de carrinho e era muito apegado à mãe. Desde cedo, ele e os irmãos tinham se envolvido com drogas, talvez influenciados pelos comportamentos do pai, que também as utilizava. Durante algum tempo, ele e os irmãos moraram com o genitor, em um quarto pequeno, onde relatou que sofriam agressões com frequência.

que o meu pai ficava na noia (querendo) bater em nós essas coisas né? Aí nós entrou em depressão ((parte ininteligível)) né?... mas também (eu vou falar para você) usava drogas também cheirava ficava se masturbando MUItto... mas aí deu o que deu né mano?... para a minha vida né?... uma pessoa vazia né? (MARCELO_19).

Aos dezesseis anos, contou, tinha começado a roubar, com o que tinha sido pego pela polícia. Após ter cumprido as medidas correspondentes ao ato, aos dezoito anos, tinha começado a usar drogas como cocaína e a se masturbar com frequência. No discurso do jovem, essas duas figuras de atividades (o uso de drogas e a masturbação) apareciam frequentemente juntas, quando não diretamente associadas. Para ele, essas ações seriam coisas similares e ambas eram tomadas como práticas ruins (*disfóricas*). Podemos postular uma relação entre seu discurso e uma *visão religiosa tradicional*. Sabemos que as instituições desse cunho, por vezes, também tendem a unir, ideologicamente (tratando este termo segundo sua acepção semiótica), as mesmas duas atividades sob a ideia de *pecado*. Elas seriam ligadas, assim, nesses discursos, à ordem do *interdito* e relacionadas à categoria modal do *dever não fazer*, postulada por Greimas (2014, p. 89-90). O próprio Marcelo_19 afirmava, a respeito dos seus próprios atos, que não se considerava “santo”. Ele via a si mesmo como alguém que vivia fazendo “coisas erradas”, estando sua mentalidade, desse modo, próxima à de um religioso. O trecho transcrito abaixo também ilustra esse fato.

eu também não era santo né?... usava dro:ga também... usava muita droga, ficava se masturbando mui:to... pensando só no::... sei lá mano só no LU:xo... só nas coisas aí que (realmente)... não pensava no / no futuro... (vou) falar para você... (MARCELO_19).

As ações citadas acima são consideradas pelo adolescente como práticas luxuriosas. Seguindo uma orientação axiológica religiosa, o jovem as julgava como sendo “erradas”, muito embora as realizasse em última instância. Isso faria com que se estabelecesse uma baixa autoestima, no que concernia à sua autoavaliação. Ele não teria “controle” sobre tais atos, encontrando-se impotente diante do que veria como sendo “uma força maligna”. De nossa parte (evitando julgamentos de valor com respeito a tais atos) preferimos observá-las de forma mais descritiva e menos taxativa. Vemos que, tanto o uso de drogas como a masturbação, podem ser enxergados como ações vinculadas à ativação de um princípio sensitivo ou associáveis à ideia de gozo individual, entre outros aspectos. Sob essas perspectivas, sua postulação seria, a nosso ver, pouco discutível. Dito isso, não nos cabe, aqui, julgar tais pontos e afirmar se seriam atividades boas ou ruins, o que tenderia a ter um tipo de resposta a depender do ponto de vista assumido. Sem proferir juízos quanto ao caráter de seu comportamento, sigamos com outra discursivização do período de infância.

Ricardo_19 descreveu seu o cotidiano infantil como um período pleno de realizações. Seu núcleo familiar, naquele tempo, seria aparentemente um grupo unido. Seus pais teriam contado, na época, com boa entrada financeira, com o que o adolescente teria podido estudar em uma escola particular. Vejamos no trecho transcrito a seguir a descrição de tal momento.

quando eu era criança:... meu pai minha mãe ainda estava junto... a gente tinha uma família da ho:ra... eles ganhavam bem... então eu... vivia bem para caramba... tinha tu:do... estudava em escola particular:... vivia viajan:do... (RICARDO_19).

O jovem contou que era também bem “arteiro” e que gostava de jogar bola e empinar pipa no bairro onde morava. Em algum momento, porém, a realidade da sua família teria se alterado. De todo modo, descreveu uma infância que, afetivamente, teria sido bastante feliz.

Carlos_19, por sua vez, considerava ter tido uma infância difícil. Segundo o adolescente, quando era criança, o pai não o teria reconhecido como filho, por ele ter nascido com estrabismo no olho. O rapaz se sentia preterido pelo genitor e, após a separação dos pais, ele teria ido morar com cada um deles individualmente por um tempo. Depois de uma experiência ruim na casa do pai, teria terminado indo morar em um abrigo. Durante a entrevista, um dos poucos momentos positivos que recordou da sua infância foram as ocasiões nas quais brincava a mãe, de pular corda e jogar bola.

Como se vê, as experiências de infância por parte desses adolescentes mostram diferentes circunstâncias sociais e familiares. Em alguns relatos, vimos a expressão de condições duras de

vida, acarretando na vivência de violência e violações em diferentes níveis, inclusive nos ambientes residencial e familiar. Em outras ocasiões, as infâncias se passavam de maneira relativamente alegre e despreocupada.

3.3 – Os dias do hoje: espaços, experiências e atividades

Observaremos, agora, algumas das passagens trazidas pelos jovens quanto aos significados das suas experiências cotidianas que eram correntes, à época das entrevistas. Nos relatos analisados, encontramos recorrências na caracterização de diferentes tipos de espaço por parte do discurso dos adolescentes. Diante de uma certa frequência nas representações de percursos de ação onde havia acentuada noção de *risco* (em termos landowskianos, diríamos, pela presença do regime do acidente), optamos por considerar alguns “lugares típicos” relatados como *figuras espaciais* onde esses atores estariam *vulnerabilizados*. Em tais espaços, eles sentiriam uma *maior exposição a ameaças* físicas, simbólicas ou a outros tipos de insegurança.

A figura das ruas seria um desses locais. Vale a pena lembrar que essa mesma espacialidade externa às residências estava marcada no discurso de alguns dos entrevistados, para o tempo da infância, como um lugar de felicidade. Naqueles contextos, a rua adquiria um caráter bem menos perigoso e seria descrita como um espaço onde aconteciam encontros, brincadeiras e passeios em grupos ou em pares de amigos. Já nas cenas relatadas ao tempo das entrevistas, verificamos uma menor frequência na representação de imagens *eufóricas*. Para balisar a *euforia* (ou a *disforia*) dessas representações subjetivas, tomamos como parâmetros os valores declarados como importantes pelos próprios entrevistados nas conversas. Ou seja, se eles afirmavam considerar as suas famílias como um componente valorizado de suas vidas e as estimavam muito (o que de fato muitos deles fizeram), obviamente, a maior probabilidade seria a de que as espacialidades residenciais tivessem caracterizações *eufóricas*. Consequentemente, os espaços que os afastavam desse tipo de convívio eram, por vezes, considerados como *prejudiciais* ou *nocivos*, e seriam associáveis, assim, à categoria modal do *querer não ser* (GREIMAS, 2014, p. 109).

Constatamos que houve, por parte dos jovens, poucas menções a aptidões ou gostos pessoais (talentos artísticos, afinidades, habilidades) quando falando de si mesmos ao tempo das conversas. Isso seria um indicador de enfraquecimento de suas autoconcepções. Nesses contextos de baixo reconhecimento identitário, suas condições de fazer frente ou bem de resistir a influências identificadas pelos jovens como *nocivas* também pareciam diminuir. Atividades sociais que poderiam ser consideradas “mais imediatistas”, apresentando uma *diretividade mais acentuada* no processo de conjunção do sujeito com o objeto, a despeito do que pudessem implicar mais adiante, por exemplo, recrudesciam em meio a esse ambiente. Entre essas *práxis* “mais objetivas”, por dizer

assim, postulamos a presença do *consumo de drogas*, assim como do *envolvimento com o tráfico*. Este último era visto, muitas vezes, como uma “opção de trabalho” cuja remuneração seria maior e mais fácil do que a das vias legais.

A diretividade conjuntiva mencionada poderia ser de ordem voltiva, como no encontro com o prazer, ou mesmo relacionada ao *silenciamento* de uma sensação de disforia acentuada (como ocorria, por vezes, no uso de drogas como subterfúgio para “escapar” da realidade). Nesse segundo caso, teríamos a *evitação de um abjeto*. Vejamos um exemplo de como os problemas vividos podiam tornar inabitável o cotidiano juvenil, na fala de Marcelo_19, transcrita abaixo.

porque careta também... eu ficava para lá e para cá lá naquela favela lá onde eu moro lá, ficava para lá e para cá... ficava vendo também meu pai só ali:... na dro:ga... só... falando coisas mal... vi também / primeiramente foi o meu irmão que entrou na depressão... (MARCELO_19).

Nos momentos nos quais o jovem estaria “careta” aumentaria a sensação de sofrimento experimentada ao ver o pai dependente químico. As drogas aliviavam o sofrimento decorrente do reconhecimento da dura realidade objetiva, uma saída de entorpecimento. A nosso ver, essa ânsia por “soluções exageradamente rápidas” para os problemas vividos, também ocorreria nos casos onde havia obtenção de dinheiro de forma ilegal. Isso se viu manifestado nos depoimentos que tratavam de enriquecimento a partir do envolvimento com o roubo ou o tráfico de drogas.

Nas suas respostas às perguntas realizadas, nenhum dos entrevistados afirmou considerar que a sua participação em ações ilícitas (ou mesmo no consumo de drogas) fosse algo benéfico para si ou para outrem. Não encontrando suficientes evidências textuais que nos pudessem fazer considerar que o “núcleo norteador” dos valores subjetivos estivesse voltado a uma euforização corrente dessas infrações na maior parte dos casos, partimos da *suposição inicial* de que elas tenderiam a *não ser tomadas como figuras desejáveis*. No presente das conversas, os adolescentes declaravam ver os atos infracionais como roteiros *nocivos* para suas vidas. Por vezes, poderiam considerá-los caminhos ruins, em outras ocasiões poderiam vê-los como pecaminosos. Isso nos fez supor, com base nessas mesmas premissas, que deveria haver um momento em seus percursos de vida no qual ou bem a força de persistência nos objetivos almejados teria “fraquejado” diante das “facilidades” oferecidas pelos caminhos ilícitos, ou bem teria ocorrido uma alteração quanto às suas formas de enxergar e dar valor a esses tipos de atos. Segundo essa lógica, os adolescentes, em um primeiro momento, teriam considerado o roubo ou o tráfico de entorpecentes como práticas *desejáveis* (ligadas, assim, ao *querer ser* narrativo) ou bem como ações *inevitáveis*, vinculadas ao *não poder não ser* (GREIMAS, 2014, p. 109), pois, caso contrário, não as praticariam. Em uma segunda ocasião, talvez após a vivência da sanção negativa (“internação”), as infrações teriam

passado a investir discursivamente a categoria do *querer não ser* (p. 109), tornando-se, então, consideradas *prejudiciais* por eles.

Dito isso, não podemos deixar de observar a situação em meio à qual esses adolescentes concederam as entrevistas. É importante termos em conta que eles, por se encontrarem residindo em uma unidade de aplicação de medidas socioeducativas do sistema judiciário, provavelmente acabaram assumindo, em seus relatos, algo dos *valores que lhes seriam comunicados pelo discurso da instituição*, ou mesmo dos mecanismos legais relacionados a ela. Afinal, seria problemático fechar os olhos para o fato de que a constituição de uma autoimagem positiva, aos olhos dos coordenadores e funcionários da Fundação, eventualmente poderia favorecer a *redução da duração do cumprimento das medidas*, significando, assim, a obtenção de benefícios para os adolescentes. Antes de começarmos as entrevistas, asseguramos a eles que o procedimento de coleta de relatos apenas tinha finalidades de pesquisa. Tratava-se de um processo anônimo e, portanto, isento de envolvimento com processos individuais. Mas, ainda assim, seria plausível pensar que alguns dos adolescentes poderiam não ter confiado suficientemente em nossa neutralidade. De fato, alguns jovens não pareceram entender plenamente a diferença que guardávamos, por exemplo, das pessoas que trabalhavam na Fundação ou de representantes das entidades governamentais. Desse modo, não poderíamos tomar a nossa presença como um dado imparcial. Mesmo se estivéssemos em meio a um cenário ideal e de compreensão plena quanto à relação entrevistador / entrevistado, talvez fosse ingênuo pensar assim.

Dito isso, analisaremos, em seguida, algumas das principais figuras espaciais que apareceram nos relatos, algumas delas associadas ao *aumento da força do antissujeito*, correlativo ao *enfraquecimento do universo dos valores euforizados*. Foram elas as ruas, as biqueiras do tráfico, a espacialidade das unidades de semiliberdade e, inclusive, em alguns casos, as próprias casas dos pais dos adolescentes.

3.3.1 As ruas, o bairro e as biqueiras do tráfico

A rua foi vista de diferentes maneiras no relato dos entrevistados. Por vezes, era o lugar de desenvolvimento de atividades de lazer, ou bem um espaço algo “idílico” (como na lembrança das brincadeiras infantis feitas por eles). Ela era tomada também como um espaço de lazer, um local “sossegado” ou de liberdade, no qual os adolescentes podiam fazer as coisas que gostavam sem serem molestados. Em outras ocasiões, porém, essa figura espacial se construiu discursivamente como um local perigoso e de exposição, onde estariam os colegas do tráfico, ou mesmo os policiais. A abordagem de uns, como de outros, nesses ambientes, seria facilitada pelo caráter mais difuso e de circulação mais livre do que os espaços residenciais ou escolares. Nos relatos, a maior parte dos

ambientes descritos eram urbanos. Poucos jovens trataram de paisagens rurais, fato que se deve, provavelmente, à amostragem tomada.

Em Mateus_17, a rua foi descrita como um local onde ele tinha a liberdade de se divertir e encontrar os amigos. No relato, houve uma passagem peculiar, na qual o jovem contou que estava empinando pipa e segurando uma porção de drogas, quando a polícia o encontrou.

nossa eu gostava de sorta uma pi:pa hein:?... {E: você faz isso ainda ho:je? {M: fa: / Ô que eu fa:ço... para o senhor ver... eu fui preso sortando PI:pa... com a droga na mão:... soltando pi:pa assim ó... policial chegou do meu lado e prendeu... para o senhor ver o tanto que eu gosto de pi:pa... (MATEUS_17).

A irreverência de Mateus_17 é uma marca estilística de seu discurso e o rapaz, em alguns momentos, encarava com senso de humor o relato de momentos difíceis vividos, como o caso transcrito acima.

Ricardo_19 considerava o bairro na capital onde morava um bom lugar, um espaço familiar, afinal, contou, teria vivido lá desde pequeno. Afirmou que, na localidade, frequentava barzinhos, sorveterias, jogava bola, entre outras atividades. Carlos_19 também considerava o bairro onde morava, em cidade no interior, um lugar sossegado. Mas ele também contou que, em seu cotidiano antes de ir para a Fundação, como morava em um abrigo, não podia sair sozinho, apenas acompanhado de funcionários, o que dificultava a realização de atividades na rua. Ainda assim, o jovem relatou que encontrava subterfúgios para sair desacompanhado. Isso acontecia quando ele “fingia” que ia para a escola, a qual não frequentava verdadeiramente (embora matriculado), para se dirigir, de fato, à rua.

Muito embora tenhamos examinado acima, que, para Antonio_18, a imagem de bairro e das ruas de sua vizinhança fossem marcadas pela presença da criminalidade, mesmo assim ele declarava gostar de morar lá. A fama que ele tinha no lugar era bem vista por ele, pois lá seria reconhecido e respeitado.

ah... GOSTo é onde eu nasci né?... onde tudo começou... da HOra [uma] pá de amizade... conheço todo mun:do... onde você pa:ssa todo mundo fala com você... onde você pa:ssa tem um respeito... todo mundo te respeita... todo mundo conversa com você... (ANTONIO_18).

O jovem afirmou que estar em sua vizinhança era a melhor coisa que existia, sensação da qual sentia muita falta, por estar na unidade de retenção. Na Fundação, relatou, sentia-se afastado da família e desse universo mais conhecido, tendo que dormir ao lado de jovens que desconhecia e conviver com pessoas com as quais tampouco tinha qualquer familiaridade.

Marcelo_19, por sua vez, via o bairro onde morava como um lugar onde haviam coisas boas, mas onde viviam pessoas que tinham a intenção de o prejudicar.

ah... vou falar para você... quando eu morav / era bom assim bom BOM para se morar... mas hoje em dia porque: era muitos a:... muito atrasalado... você fala... muito atrasalado... muitos que quer te atrasar porque: vê nós porque / quando nós passou mas muitos quer atrasar muitos MUItos quer atrasar... (MARCELO_19).

Surge no trecho acima, o verbo “atrasalar”, talvez uma gíria que desconhecemos. De todo modo, o termo parece servir para designar ações de pessoas associadas ao crime, que, ao ver do adolescente, seriam um problema para a vida dos demais jovens do bairro. Marcelo_19 foi quem menos demonstrou apreço pelo lugar onde morava, estando muito ocupado em relatar os sofrimentos que vinha vivendo, como veremos adiante.

As chamadas “biqueiras” do tráfico, lugares nos quais alguns dos jovens declararam ter realizado atividades infracionais, foram representadas, em geral, como espaços absolutamente inócuos de positividade. Para os entrevistados, nesses locais não havia nada de bom. As informações a respeito desses espaços eram poucas e vagas. Os adolescentes preferiam não falar muito a respeito disso. De nossa parte, também fomos orientados pelos diretores da unidade a, durante a realização das entrevistas, tampouco nos adentrar em assuntos relacionados a esses atos. Isso deveria ser feito para evitar a incursão em tópicos que pudessem significar prejuízos aos processos judiciais em curso, os quais envolviam informações sigilosas. Em meio às poucas descrições que obtivemos quanto a isso, Mateus_17, por exemplo, contou que procuraria, no tempo da entrevista, evitar o envolvimento com as tais “biqueiras”, como vemos no trecho de texto abaixo.

(...) eu não quero saber mais de biqueira também não... tou tranquilo des/ mundo não vira nada... só vai preso e:... amigo teu que você fala que é amigo não vem UM aqui te visitar... quem vem mesmo é só família... só famí:lia que vem atrás porque teus amigos... fala que é amigo né?... (MATEUS_17).

Além de mencionar o fracasso generalizado que considerava ser derivado do envolvimento com o tráfico, Mateus_17 manifestou, a partir de um movimento discursivo de que trataremos adiante, uma profunda *descrença* diante da maioria das pessoas da sociedade brasileira. Para esse adolescente, *apenas os seus familiares seriam confiáveis*.

3.3.2 Experiência dos jovens do sexo masculino com a semiliberdade

O distanciamento da espacialidade tomada pelos entrevistados como seus locais de origem (bairros, casas familiares), lugares com os quais muitas vezes guardavam vínculos afetivos, causava-lhes uma sensação de estranhamento e de impacto. O afastamento era representado pela

transferência temporária de moradia, feita nos dias de semana, para a unidade de semiliberdade, por conta da aplicação da medida. Aos finais de semana, eles normalmente retornavam a suas casas e à convivência com os familiares e amigos, segundo as regras previstas pelo sistema. Encontramos, expressa nos discursos dos adolescentes, a impressão de estranhamento diante da nova realidade, como vemos em Antonio_18.

você acorDAR:... não ter ninguém do seu lado só macho... ninguém para dar um abraço um bom di:a... é muito ruim... sensação esquisita... (você) ficar a semana toda fora de casa quando vai para para casa parece que faz dois anos que você não vê seu pessoal... maior sensação ruim esse baGulho... (ANTONIO_18).

O grande desconforto causado pela situação de distanciamento físico, segundo ele, fazia com que não quisesse mais voltar a ter que vivê-lo e, logo, seria uma razão para abandonar as práticas ilegais. Por outro lado, o adolescente contou que preferia a semiliberdade à internação, regime pelo qual declarou que já tinha passado. Antonio_18 achava que a diretora e os funcionários da “semi” (como costumavam se referir à unidade) eram legais, muito embora por vezes tivesse alguns atritos com os últimos.

Para Mateus_17, a unidade onde estava era considerada um lugar tranquilo. Ele afirmava que uma das funcionárias da Fundação o tinha ajudado na busca de um curso que queria fazer, relacionado a mecânica. Mas, segundo ele, não tinham conseguido encontrar o curso que queria, porque as únicas formações oferecidas pelas organizações parceiras seriam para cabeleireiro, cursos relacionados a cultura, entre outros. Segundo ele, a semiliberdade seria um lugar “tranquilo”, mas o tempo em que estava lá não seria considerado bom porque lá ele estaria preso e longe da família. Para o entrevistado, a retenção vivida poderia ser entendida como uma forma de “pagar” pelo que tinha cometido. Segundo ele, lá, poderia “ficar pensando” nas coisas que tinha feito, como se vê no trecho a seguir.

falar 'nossa... o que que eu fiz hein? ó... onde que eu estou aqui agora era para mim estar do lado da minha família lá... tranqui:lo... trabalhando e agora eu estou aqui ó... pre:so... não sei nem no aonde que eu estou...' (MATEUS_17).

Para esse adolescente, o relacionamento com os funcionários da unidade seria bom e a sua descrição do dia a dia na semiliberdade expressava um sentimento de cordialidade e de respeito mútuos. Isso viria de parte dos funcionários e também dele. Mateus_17 também contou que tinha sido dentro da Fundação que tinha aprendido a ler, o que ajudava a reforçar a imagem positiva que tinha da instituição. Vale pontuar que o jovem teria sido internado havia apenas um mês e meio da data da entrevista e, ainda assim, ele não via a hora de deixar a unidade e voltar a morar com a família.

Carlos_19 declarou não gostar dos funcionários homens da Fundação. Em seu discurso, havia um ressentimento quanto ao tom de certas abordagens que seriam dirigidas aos adolescentes em geral. A crítica seria a de que haveria uma desmesura na maneira com a qual os funcionários lidariam cotidianamente com eles.

ah:... o bagulho... quando nós esTÁ na me:sa conversan:do aí os funcionários já chega numa voz alteRAda já... já: chega já com falta de respeito com os menor já:... e / e aí no / e aí nós vai agir do mesmo jeito né senhor?... (CARLOS_19).

Apesar de não gostar dos agentes homens, o jovem afirmou que tinha consideração pelas funcionárias mulheres, afirmando que elas os respeitariam. Em seus termos, elas “ajuda nós no que nós precisar elas estão aí mano...” (CARLOS_19). Marcelo_19, por sua vez, dizia respeitar indistintamente as pessoas que trabalhavam na Fundação.

sim eles me respeita sim... lógico que me respeita...(...) todos eles passa conselho para mim: (eu vou) falar para você todos eles passa alguma coisa para mim né?... para o meu bem né?... 'tira esse vaZIo vai estudar: vai fazer alguma coi::sa vai:...' eles fala bem por mim eles fala bem... não tenho nada que falar deles também... (MARCELO_19).

Como se vê, o rapaz contou que os funcionários da organização lhe davam conselhos. Durante a conversa, o adolescente expressou uma sensação de falta bastante acentuada, a qual ele procurava sanar por meio de algo que viria “de fora”. Vemos isso expresso no trecho de sua fala transcrito a seguir, “mas vai adiantar o que isso aí?... você vai ver alguma coisa para mim?...” (MARCELO_19). Ele nos disse essas palavras na esperança de que o pudessemos auxiliar de alguma forma. O seu relacionamento com os trabalhadores da unidade também parecia ter algo dessa natureza, de uma expectativa guardada.

Ricardo_19 afirmou que procurava não ter muita relação com os funcionários da unidade. Em suas palavras, “eu procuro não ter relação com ninguém daqui não meu... só faço a minha parte e: deixo eles fazer a deles... só isso só:... eu não atrapalho o lado deles eles não atrapalha o meu...” (RICARDO_19). O seu relacionamento com os representantes da aplicação de medidas seria mantido apenas pelo caráter obrigatório do convívio. Ele não via, lá, a possibilidade de manter uma relação interpessoal. Por isso, argumentou, fazia um esforço por se relacionar o mínimo possível com qualquer pessoa na “semi”. Talvez acreditasse que, assim, poderia evitar mais eficazmente o envolvimento com futuros problemas.

3.3.3 A casa do pai – experiências disfóricas em ambientes familiares

Nos relatos coletados, quando havia casos de famílias nas quais tinha havido separação no casal progenitor (divórcio, falecimento da mãe, afastamento do pai, entre outros), a figura espacial da “casa do pai” dos adolescentes era, em geral, vista como uma localidade problemática. A configuração familiar de pais separados, nos relatos dos jovens do sexo masculino, representava 60% dos depoimentos colhidos, ou seja, três dos entrevistados. Em alguns dos relatos, vimos casos agudos de violações de direitos e violência, inclusive perpetradas por parte dos genitores. Para Marcelo_19, por exemplo, o ambiente da casa paterna era um local visto como profundamente disfórico. Tratava-se do lugar onde, segundo ele, tinha sofrido agressões físicas e morais vindas de seu pai. Segundo relatou, este era, durante sua infância, usuário de drogas pesadas. Apesar disso, o jovem não guardava rancor pela sua figura, chegando até a sentir pena diante da sua situação. O adolescente ainda nos contou que a sua mãe tinha falecido quando tinha sete anos de idade, aproximadamente. Esse fato o tinha impactado profundamente. À data da entrevista, morava em casa próxima à do pai, junto com o irmão e a família do irmão (sua mulher e filho). O seu relacionamento com o genitor era descrito com certo tom de afeto, mas expresso em meio a experiências sentidas como profundamente negativas.

Carlos_19 tinha morado com os pais até os treze anos de idade. O rapaz nascera com um problema de estrabismo no olho, o qual, segundo contou, fazia com que o genitor não o reconhecesse como filho legítimo e que, além disso, desse-lhe um tratamento pior do que o deferido aos outros irmãos. Quando os pais se separaram, o adolescente tinha ido morar com a mãe, mas, nesse momento, ele acabou se envolvendo com o tráfico. A sua mãe, ao descobrir a respeito disso, teria chamado a polícia e pedido a sua internação (assim como a de seu irmão). Segundo nos contou, o pai não a auxiliava nem cuidava deles, dos filhos. Após a primeira internação, o adolescente teria tentado viver como pai por um breve período, mas voltara a cometer atos infracionais, com o que teria sido retido novamente. Então, o jovem teria ido morar em um abrigo. Carlos_19 contou que gostava mais de residir no abrigo, onde o irmão menor também habitava, do que com o genitor. Após a saída da unidade, ele afirmou que esperava poder dar atenção à família (à mãe e aos irmãos) e deixar a vida do crime.

Mateus_17 contou que tinha morado com os pais durante um tempo no Centro-Oeste. Segundo o relato do jovem, o pai tinha sido dependente químico, usuário de crack, durante 15 anos, até ser internado numa clínica. Depois disso, teria entrado para a igreja evangélica. O adolescente o via como uma figura um tanto problemática, por conta de seu envolvimento com o mundo do crime e com as drogas. O genitor teria chegado a morar nas ruas por alguns períodos. Mateus_17 contou que tinha vivido com os pais enquanto eles eram casados (o que corresponderia, praticamente, à sua

vida inteira), mas, após o divórcio deles (quando tinha por volta de 16 anos), o jovem teria passado a morar apenas com a mãe e com a avó.

3.3.4 Relacionamentos próximos: escola, amigos e família

Vemos, no discurso dos entrevistados, uma tendência à avaliação negativa das instituições escolares em geral. A maior parte deles não as valorizava como lugar de aprendizado e reflexão a respeito da sociedade ou da vida, ao passo que os que, sim, viam algum valor nessas organizações eram, geralmente, os que tinham maior grau de instrução, como Ricardo_19 e Mateus_17. No que concernia a relacionamentos amorosos, a maioria dos jovens declararam estar solteiros à data das entrevistas, muito embora alguns tivessem relatado ter tido experiências de namoro anteriormente e ao tempo do cumprimento de medidas.

Carlos_19 declarou não gostar da escola. Não a frequentava antes de ter sido apreendido pela polícia. O adolescente declarou que o uso de maconha que fazia estaria causando pioras em seu desempenho escolar. Tinha retomado a escola a partir de seu tempo na Fundação. As principais atividades que contou realizar no cotidiano (antes da retenção) seriam jogar futebol, assistir televisão e jogar videogame. Mateus_17, que morava no interior à data da entrevista, considerava a escola um lugar legal, mas declarou que estaria apenas começando a gostar dela. O jovem contou que, em sua infância e juventude, ia para a escola somente para bagunçar. Por não ter conseguido aprender muitos dos conteúdos nos anos em que tinha frequentado a instituição, o adolescente se considerava “muito burro”. Ele relatou que tinha aprendido a ler dentro da Fundação (a qual ele ainda chamava de FEBEM). Afirmou que sua mãe lhe tinha dito no passado, repetidas vezes, que ele deveria se concentrar nos estudos, mas ele não lhe dava ouvidos.

Ricardo_19, por sua vez, apresentava uma avaliação bastante diferente daquela encontrada nos demais adolescentes com respeito ao sistema de ensino. Sendo o único que já tinha concluído os estudos básicos à data da entrevista, contou que tinha tido um professor de matemática marcante em sua vida. O adolescente acreditava que, na experiência escolar, não era apenas o agradável que devia ser buscado, mas aquilo que fazia bem ou que efetivamente trazia um aprendizado. Antonio_18 não considerava a escola um local importante em sua vida. Quando perguntado a respeito de sua principal ocupação na data da entrevista, respondeu que ela seria jogar futebol e conviver com a família, conforme trecho transcrito abaixo.

{E: o que que... / qual é a sua principal ocupação atual (...) {A: Ah:... ((suspiro)) só bola só:... bo:la é... meu pessoal... minha famí:lia... só isso ultimamente né que eu tenho... {E: e a escola? {A: a... a escola é::... mais para amiZAdê né?... conversar... mas... quando eu estou jogando bo:la e com a minha família não tem coisa melhor... (ANTONIO_18).

Ressaltamos a concepção do jovem de que *a escola seria um local voltado principalmente para a socialização* e não um lugar onde também ocorreria a aprendizagem, reflexão e exercício. Marcelo_19 tinha estudado até o oitavo ano. Após isso, teria abandonado a escola, em momento no qual estaria usando muitas drogas, relatou. O jovem contou que, além disso, tinha sido mandado embora de casa pela tia (em momento em que estaria vivendo com ela), após a evasão da instituição de ensino. Ele considerava essa familiar como praticamente a única pessoa com a qual podia contar na vida, muito embora ela o tivesse mandado de volta para viver com o pai naquela ocasião.

Iniciemos as análises no que diz respeito à valoração da família pelos entrevistados. Vemos que essa era uma das figuras mais importantes para os jovens, sendo que muitos deles afirmaram que viam, nela, o principal elemento das suas vidas. Ricardo_19 considerava que a família era a coisa mais importante e justificava essa opção pelo caráter *durativo* dela em seu percurso, como se vê no trecho abaixo.

AH o... que eu... considero mais importante é assim a família mes:mo... quando eu tenho algum compromisso com a minha família eu procuro sempre: priorizar:... {E: e por que que é mais importante (...)? {R: Ah... porque... o trabalho você pode arrumar OU:tro... a família você não pode arrumar outra... (RICARDO_19).

Antonio_18, como visto anteriormente, contou que também considerava a família um elemento essencial. O adolescente enxergava, nos familiares, um polo de segurança. Afirmava que, com eles, seria possível conversar, além de se sentir apoiado por eles. Carlos_19 fez coro ao primeiro, associando a figura da família aos valores de *segurança* e *confiança*. A fala desse adolescente estaria marcada pela atribuição de um valor diferencial ao relacionamento com pai e mãe. O mundo das amizades da rua seria considerado como de “traíragens”, constituído por vínculos indignos de confiança. No seu discurso, as relações familiares se tornariam singularmente confiáveis, em oposição ao caráter supostamente dissimulado das amizades.

Mateus_17, no mesmo sentido, afirmava que “família não dá conselho ruim”, dizendo também que seus membros sempre queriam ajudar. Para ele, os eventuais problemas da juventude aconteceriam como que por uma “natureza essencial dos jovens para errar”, como se vê no trecho transcrito abaixo.

minha mãe falava 'para com isso aí:... isso não é vida para você:...' e n / e aí você sa:be né?... moleque jovem assim não quer saber de nada não:... quer saber das coisas que: dá na cabeça dele e é isso aí mes:mo... não escuta ninguém:... não escuta MÃE não escuta VÓ não escuta TI:o não escuta ninguém... (...) mas graças a deus ho:je estou respeitando a minha mãe:... a minha avó:... tem que fazer tem que fazer... o que não tem não tem... (MATEUS_17).

É interessante ver como esse entrevistado, ao mesmo tempo em que condenava a mentalidade dos “moleques jovens”, colocava-se, ao tempo da conversa, como já sendo um sujeito perfeitamente diferenciado deles. Marcelo_19 igualmente declarava que o mais importante para a sua vida era a sua família. Tendo perdido a mãe e estando em meio a uma relação complicada com o pai, conforme explicitado anteriormente, o rapaz enxergava, na convivência com os irmãos, o essencial da continuidade estipulada para a sua vida. Contou que queria voltar a trabalhar e auxiliar os seus familiares, como visto no trecho abaixo, em meio ao qual a figura de Deus (investimento discursivo do *destinador-manipulador*) ganharia papel preponderante.

eu quero que Deus me tira dessa aqui e quero que Deus faz eu viver com meus irmãos e eu trabalhar também... trabalhando e:... viver nossa vida né? um ajudando o outro como foi sempre né? um pelo outro (MARCELO_19).

Visto isso, ressaltamos que, quando tratávamos das amizades dos jovens durante as entrevistas, relações que ocorrem segundo maior horizontalidade e isentas da presença da hierarquia prevista pela intergeracionalidade, uma série de dificuldades foi mencionada por eles. Marcelo_19 não falou praticamente nada de amigos em sua entrevista, muito embora declarasse gostar das amizades no geral. Mateus_17, por sua vez, considerava que tinha amigos verdadeiros, mesmo em meio ao grupo com o qual costumava cometer atos infracionais. Estes seriam aqueles que o aconselhariam a não mais voltar a cometer os atos. Ao mesmo tempo, segundo ele, haveria outras pessoas (as que não se importariam verdadeiramente com seu futuro) que lhe diriam para voltar à criminalidade.

tem uns que: apoiam... fala 'não neguinho... isso aqui não é para você não... fica tranQUI:lo... vai trabaLHAR: rapaz... isso aqui não vira nada...' tem uns que falam... mas tem uns que 'n / não não volta com nós aí:... que não sei que lá:... vamos trafiCAR:... vamos vender droga é bastante dinhei.ro...' (MATEUS_17).

O interessante desse trecho de fala é que o jovem não estava sendo perguntado a respeito aos amigos envolvidos com os atos infracionais, mas sobre suas amizades em geral, o que nos faz ver que, possivelmente, o universo das amizades estaria, para ele, muito associado ao do cometimento de atos infracionais. Carlos_19, como visto anteriormente, considerava que o mundo das amizades não seria digno de confiança. Em suas palavras, “amigo de verda:de... [é] só o pai e a mãe” (CARLOS_19).

Antonio_18, por sua vez, contava que tinha amigos no bairro onde morava. Possuía, com eles, uma relação de muita confiança e afirmava ser o único de sua turma que tinha se envolvido com atos infracionais.

de nós qua:tro... eu sou o único que estou nessa vida LOUca... mas os caras é trabalhador:... os cara é da ho:ra... nenhuma fi:ta... os cara sempre dá conselho... se precisar está ali:... amigo mesmo só onde que eu moro... só na quebrada... (ANTONIO_18).

O adolescente sentia um forte vínculo com eles e os laços contraídos durante a infância, para ele, eram considerados muito importantes. Ricardo_19 talvez tenha sido o adolescente desse perfil que mais sentia que podia contar com os amigos. Afirmava ter vários colegas morando nas redondezas de sua casa.

3.3.5 A política, o trabalho e a religião

No geral, verificamos nos relatos uma forte tendência à *descrença* dos adolescentes no que concernia à *política*. Antonio_18 disse que, para ele, praticamente nenhum candidato prestava. Ele via que, em todos os níveis da política brasileira (federação, estado e município), havia profundos problemas. Isso fazia com que nunca tivesse votado e com que pretendesse votar nulo nas eleições. Ele afirmava querer que as pessoas da favela, as que teriam conhecimento do que seria a realidade das ruas, fossem eleitas. Carlos_19 também afirmava nunca ter votado e acreditava que todos os políticos eram safados que queriam enriquecer às custas do povo.

Ricardo_19 contou que ainda não tinha votado, mas estava aberto à possibilidade de fazê-lo algum dia, caso a proposta de um político lhe interessasse. Considerava que não tinha muito conhecimento para julgar isso. Achava as coisas “muito bagunçadas” na política. Com relação ao poder público, ele acreditava que havia um excesso de regulamentação e fiscalização. Nesse sentido, disse o seguinte: “qualquer coisa que você faz você está sujeito a ir pre:so... você não tem como ter na:da... hoje em dia...” (RICARDO_19). O jovem associava a possibilidade de prosperidade à menor vigilância e controle por parte do Estado. Vejamos, a seguir, outras palavras suas.

se você quer ter uma perspectiva de vida assim... falar 'ah eu vou criar minha faMÍlia... e tudo o ma:is...' aí voc / aí você começa a pensar você fala 'como que eu vou ter uma família... se eu não... consigo nem ter um bom empre:go...' (RICARDO_19).

O adolescente se dizia insatisfeito com a obrigação de ter que pagar impostos, multas de carro, entre outras coisas. Isso faria, segundo sua visão, com que as pessoas perdessem a perspectiva de solução para os problemas da vida. O jovem não acreditaria na possibilidade de existir um Estado que arrecadasse e devolvesse, em forma de serviços efetivos, as contribuições dos cidadãos. Segundo a sua visão, as leis deveriam ser menos severas e as multas, menos caras. Mateus_17, por sua vez, afirmava não entender muito de política, mas acreditava que existia muita

corrupção no país. Para ele o universo dos políticos era algo completamente distanciado da realidade e não influenciava em sua vida. O jovem declarou que não votava nem tinha intenção de fazê-lo. Marcelo_19, por fim, ficava bravo com o assunto da política, como podemos conferir no excerto transcrito.

ah... não gosto dessas coisas não... não quero nem saber dessas coisas NÃO ((bufando))... ((risos)) político... não quero saber de nada NÃO... não quero saber deles não... {E: você já votou? {M: não... eu nunca votei não e não quero nem voTAR:... ((bufando)) eu quero que Deus eu quero que / voto só pra deus... quero (eu tenho / eu tenho) vontade de Deus entrar em mim e eu... se entrar em Jesus... mas eu não quero saber nada de político NA:da... (MARCELO_19).

Como vemos, o sentimento de indignação do adolescente era grande, veiculado a partir de uma vontade de se manter alheio ao assunto. A única forma que o rapaz via que poderia haver alguma mudança na realidade do país seria por meio de uma intervenção divina. Ação essa que também era tomada por ele como o principal modo com o qual poderia mudar a sua situação de vida. Além disso, Marcelo_19 parecia acreditar que o papel dos políticos seria, sobretudo, o de desempenhar funções assistencialistas. Isso fica patente quando disse que “político nunca foi na minha casa... dar um copo de nada nunca foi me dar uma caixa (de leite)” (MARCELO_19).

A nosso ver, esse aparente alheamento dos entrevistados quanto a problemáticas políticas parece reproduzir o discurso das classes dominantes em muitos aspectos. Em primeiro lugar, a ideia de que todos os políticos seriam “safados”, bastante disseminada em nosso país, obedece mais à lógica de *abandono de qualquer esfera de discussão coletiva dos problemas* do que a uma articulação em torno à melhoria da situação social, visivelmente grave sob diversos aspectos. O descrédito destinado a qualquer representante de uma esfera governamental, assim como a praticamente toda forma de instituição, também parece funcionar, ao final, mais como *mecanismo de reprodução de desigualdades* do que como uma forma de combate a elas. Além disso, a visão, encontrada em Marcelo_19, de que uma intervenção divina seria a única forma de solução para os problemas vividos, por sua vez, culminaria na elaboração do que seria um “terreno fértil” para a ascensão de líderes populistas e autoritários, aptos a se valer de argumentos injustificáveis para suas ações, perfeitamente postuláveis, contudo, sob o argumento de sua suposta sacralidade. Isso ocorreria pois a forma de estabelecimento desse tipo de poder, segundo uma descrição semiótica, adviria, sobretudo, de articulações da modalidade do *crer* (e do *fazer crer*, mais especificamente), e não daquelas referidas ao *saber*, as quais estariam sujeitas a regimes de verificação mais minuciosos.

Nos assuntos relacionados a trabalho, os jovens em geral declararam não ter tido muitas experiências profissionais. Durante as conversas, verificamos que eles normalmente possuíam

pouca informação a respeito das possibilidades ocupacionais existentes. Além disso, eles dificilmente declaravam realizar atividades de trabalho fora das imediações dos bairros onde habitavam, ou mesmo com pessoas que não fossem suas familiares. Acreditamos que isso estaria relacionado ao baixo grau de confiança, de parte deles, quanto à sociedade em geral. A falta de oportunidades alimentaria essa sensação de não conformidade entre indivíduo e cidade, por exemplo. A principal esperança para o futuro da maioria dos jovens em semiliberdade residia em conseguir uma ocupação remunerada, fosse qual fosse. Segundo os relatos, à data das entrevistas, apenas um deles trabalhava, sendo que dois buscavam trabalho entregando currículos e outro estudava enquanto aguardava terminar o prazo do cumprimento de medida. O quinto jovem, por fim, apenas esperava.

Mateus_17 contou que, desde pequeno, aprendia e ajudava o pai nos serviços com mecânica. Também tinha trabalhado em um projeto como menor aprendiz, do qual tinha gostado. Relatou que teve ocupação registrada duas vezes em sua vida. Em uma delas, tinha atuado com o pai e outros ajudantes em uma oficina mecânica, mas teria deixado de trabalhar lá por conta de uma briga com o genitor. O jovem eventualmente também ajudaria a sua tia, no bar dela. Após uma experiência profissional malsucedida, teria entrado para o tráfico. Antes de ser apreendido pela polícia, contou o adolescente, sua principal ocupação era ficar em casa cuidando da irmãzinha. Carlos_19 afirmou que não tinha tido qualquer experiência de trabalho ao longo da vida. Antonio_18 tampouco tinha emprego quando realizou a entrevista conosco. No passado teria trabalhado em uma Lan house e como costureiro. Ricardo_19 afirmou que sua principal ocupação era como empregado de uma empresa de transportes de São Paulo, além de trabalhar como cabelereiro. Esse adolescente nos contou que não gostava muito do fato de ter que trabalhar durante os finais de semana e, assim, esperava conseguir, no futuro, uma ocupação que não exigisse tal dedicação.

Marcelo_19 relatou que ainda não tinha trabalhado formalmente em sua vida. O tráfico seria, para ele, a única forma de conseguir remuneração encontrada até a data da conversa. Ao mesmo tempo, o jovem contou que já tinha sido ajudante do pai em trabalhos mecânicos na rua com certa constância no passado. Vejamos algumas das palavras suas reproduzidas abaixo.

(eu) nunca trabalhei também ... (eu) viciiei (aqui) no rou:bo viciiei roubando querendo ter mais... essas coisas aí ó... tudo ilusão... nada a ver tudo ilusão querer roubar... a pessoa / você: podia ir ali:... aí no outro dia você vai roubar de novo... ficava com o dinheiro... TUdo ilusão essas coisas... tudo ilusão:... tudo ilusão... (MARCELO_19).

Como vemos, o rapaz declarou entender o ciclo das ações infracionais como um movimento de busca de dinheiro que, ao final, resultava sempre em decepção. Novamente vemos, aí, um

posicionamento categórico, que classifica algumas ações como *inerentemente ligadas ao bem ou ao mal*. Nesse sentido, o tráfico e o roubo seriam “atos malignos”, e levariam consequências negativas a seus praticantes, reforçando a associação do pensamento desse rapaz com ideias presentes em discursos religiosos ou de viés moralizante. De nossa parte, opinamos, não se trata de “lavar as mãos” e de considerar que atos infracionais não sejam condenáveis, mas não podemos deixar de entender que inexistente algo como uma “propensão natural” a seu cometimento. As infrações tendem a acontecer de forma mais acentuada em meio a contextos sociais de vulnerabilidade e poderiam ser minimizadas por políticas públicas específicas. Sob essa perspectiva, a omissão das autoridades, assim como da sociedade em geral, em defender os direitos dessas populações, por exemplo, seria uma prática igualmente execrável, de forma que uma coisa alimentaria a outra e nada andaria sozinho. Mas sigamos com a análise.

A religião foi um elemento bastante presente no discurso desses adolescentes. Carlos_19 contou que não era muito envolvido com o tema. Disse ter frequentado por um tempo a igreja católica, com a mãe. Ainda assim, afirmava acreditar em Deus e, por vezes, realizava orações no cotidiano. Já Mateus_17 era o jovem entrevistado que mais valorizava a religião. Considerava que ela seria a principal atividade que realizava. Segundo sua visão, louvar a Deus seria uma questão de “atitude interna”. Caso a pessoa estivesse fazendo isso em sua intimidade, *tudo o mais que pudesse praticar seria justificável*. Vejamos um trecho de seu depoimento abaixo.

ah... porque você está louvando a Deus né senhor?... não tem jeito né?... buscar a Deus é a melhor coisa que tem né?... não tem jeito né?... pode ser / pode estar namorando... pode estar brincando... pode estar roubando... pode esTAR:... o que for... não tem jeito... (MATEUS_17).

Em meio às inúmeras atividades relatadas, destacamos a aparente contradição entre o ato de roubar (infringimento, inclusive, de um dos dez mandamentos da Bíblia) e a sacralidade. Para ele, esses seriam domínios perfeitamente congruentes. O rapaz e sua família eram membros de uma igreja evangélica e ele contou que, junto com o pai, tocavam instrumentos nos dias de culto. Além disso, considerava que a religião seria uma das coisas mais importantes para a mudança de rumo que dizia ter acontecido em meio a sua família, atribuindo, à instituição, a sua saída da vida do crime, assim como o abandono do consumo de drogas, por parte de seu pai.

Ricardo_19 contou que se identificava com duas religiões: a espírita e a católica. Contou que assistiu a algumas palestras ligadas à primeira delas e que quis se converter, sem abandonar o catolicismo. No passado, contou que tinha frequentado igrejas. Segundo ele, quando se sentia com “a alma pesada”, procurava ir a um templo. Marcelo_19, por sua vez, não tinha relação institucional com igrejas ou organizações espirituais. O rapaz, contudo, expressava, em seu discurso, manter um

constante diálogo com Deus, esperando que a providência divina o tirasse da situação difícil que estaria passando.

3.3.6 O tráfico e o mundo do crime

Nos depoimentos, o tráfico e o mundo do crime eram relatados pelos adolescentes, geralmente, como um meio para se atingir uma finalidade. A intenção primeira seria a de se obter dinheiro, fosse por roubo e revenda de mercadorias furtadas ou mesmo pelo envolvimento com o tráfico. O valor derivado dos atos infracionais podia significar, para esses jovens, o poder de adquirir de bens pessoais, de custear idas aos bailes ou baladas, de sair com garotas, de alcançar independência financeira, de gastar com bebidas e outras drogas, ou mesmo de possibilitar a compra de alimentos para si e para a família. No programa narrativo em pauta, a figura do “dinheiro” usualmente investia, em um nível discursivo, a conjunção com a modalidade do *poder*, mas o tratamento figurativo do objeto variava, a depender do texto.

Há nuances importantes que precisam ser levadas em conta quanto à discursivização do valor do objeto “dinheiro” nos relatos de alguns dos jovens. Em seu discurso, verificamos que os atos infracionais por vezes implicavam em uma espécie de “carga disfórica” que fazia com que mesmo os aspectos supostamente vantajosos desse tipo de ações fossem vistos, de certo modo, como indesejáveis. Isso ocorria pelas consequências negativas que acarretavam para as vidas dos envolvidos em tais atividades. Tal fato se verificava, pelo menos, no que dizia respeito às apreciações feitas pelos jovens à época das entrevistas. Nesse sentido, podemos examinar a fala de Carlos_19, que se dizia arrependido do ato praticado e que afirmava desejar tomar outro rumo ao sair da unidade em que estava.

ah acho que o mais importante é... eu come/ agora que eu vim para cá / eu vim entendendo o que é senhor... eu acho mais importante dar:: atenção para a minha família e:... tentar sair dessa: VI:da... essa vida não leva ninguém a lugar nenhum não... (CARLOS_19).

Essa manifestação de arrependimento, presente em vários dos relatos – não devemos deixar de considerar – poderia ser fruto de uma estratégia persuasiva. Nesse tipo de interação, já prevista pela teoria semiótica, o *manipulador* (“adolescente”) poderia construir uma imagem positiva de si para, caso bem-sucedido, beneficiar-se de um eventual compadecimento de parte do *manipulado* (“interlocutor”). Trabalharíamos, assim, com a noção greimasiana de *manipulação*, a de *fazer fazer*, ou a “ação de um homem sobre outros homens visando a fazê-los executar um programa dado” (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 300). O *ethos* instituído pelo narrador desse discurso autobiográfico, de alguém arrependido ou que viveria “crises de consciência” decorrentes de seus

atos, foi encontrado em alguns dos relatos, como veremos adiante. Quanto a esse ponto, poderíamos fazer menção, ainda, a Barros (2011), que, em sua tese de doutorado, entre outras coisas, realiza um esforço pela apreensão dos diferentes elementos textuais que seriam constituintes dos *relatos autobiográficos* (p. 238-289). Mesmo trabalhando com um *corpus* escrito, conformado por textos literários e memoriais acadêmicos (o que difere de nosso objeto aqui, de caráter oral), muitas de suas reflexões são pertinentes para nossa investigação.

Tratando, por exemplo, do processo de persuasão identificado acima (no relato de Marcelo_19), vemos que poderia ser útil ressaltar a relação existente entre *enunciador* e *enunciado* (BARROS, 2011, p. 240-241). Tal apreensão preveria que o primeiro seria o responsável por uma “orquestração” do segundo, procurando, por exemplo, criar o *efeito de que a vida relatada corresponderia, efetivamente, à vida vivida*. Em suas palavras, “mais do que simplesmente mostrar como a vida foi vivida, os gêneros autobiográficos desvelam a *visão do enunciador* sobre a vida contada” (p. 241, grifos nossos). Além disso, não podemos nos esquecer, ao mesmo tempo, que o enunciatário *participa* da construção do sentido nos discursos autobiográficos (p. 240) e, desse modo, nós (em nossa qualidade de pesquisadores-entrevistadores) tivemos influência na construção dos enunciados observados, como ressaltado.

Nos processos de constituição progressiva da figura do sujeito nos relatos neste capítulo observados, a caracterização do ator-narrador “adolescente” teria um viés *mais moralizante do que ético*. Como vimos, esta postularia como disfórica a prática de atos infracionais, considerando ações como roubar ou traficar “ruins”, ou “pecaminosas” por suas naturezas mesmas. Tal configuração apareceria como uma avaliação que, em alguns casos, poderia preceder a apreensão pela polícia. Dizemos isso pois alguns dos jovens, segundo declarado, já reconheceriam, então, tais atos como “errados”, mas ainda assim os teriam cometido. Deixando de lado, por um momento, a hipótese de haver falta de sinceridade de suas partes, haveria uma *estrutura concessiva* por trás dessa configuração discursiva. Zilberberg (2016), semiótico francês que incorpora esse conceito ao escopo da disciplina, considera que tal fenômeno, de algum modo, estaria “acoplado” à *implicação*, muito embora a contradiga. Vejamos um trecho com palavras do autor.

A concessão está acoplada à implicação, muito embora a negue. Os gramáticos consideram a concessão como 'causalidade inoperante', ou seja, como uma divergência entre determinada competência reconhecida e a performance, ou melhor, a contra-performance constatada¹¹ (ZILBERBERG, 2016, p~ 1194, trad. nossa).

11 Na versão peruana, “La concesión va acoplada a la implicación aunque la rechaza. Los gramáticos consideran la concesión como 'causalidad inoperante', es decir, como divergencia entre tal competencia reconocida y la performance, o mejor, la contra-performance constatada;”. (ZILBERBERG, 2016, p~ 1194).

Como dito, parece haver, de parte dos discursos dos jovens, uma disposição a conferir certo estatuto eufórico ao respeito às leis (divinas, para alguns casos), assim como quanto à propriedade alheia. Porém esse reconhecimento seria tomado como um princípio que se veria invalidado por outro, assunto que iremos explorar em breve. Antes de prosseguir, porém, queremos apenas ressaltar que, com Silva (2009, p. 4) e Bombardi (2008, p. 9-20), parece-nos equivocada enxergar a problemática do cometimento de atos infracionais apenas a partir das perspectivas individual ou intrapsíquica, ou atribuir suas origens unicamente a fenômenos como a desestrutura familiar ou uma suposta ausência ou deformação dos valores morais.

Tais argumentações deixariam de lado os fatores históricos, sociais e políticos por trás dessa situação, os quais, a nosso ver, teriam uma importância vital para a sua compreensão. Afirmar isso é importante, dada a acentuada tendência que temos verificado em nosso país de culpabilização dos adolescentes (ou de suas famílias) como se fossem essas instâncias as únicas responsáveis pelo cometimento das infrações. Tal proceder é verificável em diversos discursos midiáticos do país, como mostra Bombardi (2008, p. 186-206), a partir da síntese de artigos e estudos relacionados ao tema. A influência que os meios de comunicação exercem na formação ideológica da opinião pública é algo a ser também considerado e, nesse sentido, a nosso ver, alguns jornalistas, em especial aqueles mais sensacionalistas, estariam espalhando visões simplistas e enviesadas dos problemas por meio das ideias que propagam. Assim, recuperamos Silva (2009), que afirma que *a culpabilização dos jovens naturaliza as desigualdades e desqualifica o adolescente infrator como cidadão possuidor de direitos* (p. 5).

Também consideramos pertinente lembrar que o termo “menor” vinha sendo usado por muitas décadas na legislação brasileira dedicada ao tema dos jovens infratores. A palavra era utilizada na denominação da antiga Fundação Estadual do Bem do Menor (FEBEM), assim como no Código de Menores, de 1927. A designação teria passado, em certos contextos, a carregar consigo uma conotação pejorativa (cf. SILVA, 2009, p. 54-60). Um dos pensamentos que supostamente justificariam uma discriminação nesse sentido seria o entendimento que a adolescência seria uma época da vida na qual os atos infracionais cometidos seriam especialmente violentos. Contudo, pelo que verificamos na análise dos tipos de delitos cometidos pelos adolescentes (item 2 do presente capítulo), isso não procederia. Ou ainda, para seguir justificando nosso posicionamento, tomemos igualmente alguns dos boletins estatísticos do NUPRIE¹², da Fundação CASA, onde constatamos que os diferentes tipos de homicídios somados (doloso, doloso privilegiado tentado, doloso qualificado, doloso qualificado tentado, simples e simples tentado)

12 Boletins estatísticos de 18/12/2015, 15/04/2016 e 01/11/2017 (FUNDAÇÃO CASA, 2017).

giravam em torno dos 2,47% dos atos infracionais registrados (para os adolescentes dos dois sexos). A título comparativo, segundo dados extraídos do *Levantamento nacional de informações penitenciárias 2016* (BRASIL, 2017b), para as pessoas adultas (a partir dos 18 anos) privadas de liberdade, os homicídios corresponderiam a um índice de 11% no caso dos homens e 6% no caso das mulheres (p. 43). Ou seja, no período observado, o índice percentual de cometimento de homicídios pelos adolescentes teria sido bastante menor do que o cometido pelos adultos. Assim, não seria justificável afirmar que os adolescentes são especialmente violentos. Os números observados indicariam que, pelo contrário, eles seriam menos propensos a isso do que os adultos.

Outra discussão que vemos que merece menção é a ideia de que os adolescentes cometeriam mais delitos, o que, do ponto de vista estatístico, tampouco parece passar de um mito (cf. BOMBARDI 2008, p. 146-152). Acreditamos ser problemático utilizar um sistema baseado na ideia de correção individual para a resolução de uma questão cujas causas são especialmente estruturais. Pautar-se no princípio de que o que está errado é apenas o adolescente infrator, é postular que o problema está somente ali, como se tudo o mais, na sociedade em que tais indivíduos nasceram e se criaram, estivesse em perfeita harmonia. Para reverter a situação, acreditamos que é necessário um real e efetivo movimento por parte dos poderes públicos, da iniciativa privada e da sociedade civil no sentido de se responsabilizar e transformar os contextos sociais mais vulneráveis, investindo em alternativas de educação, cultura e emprego para esses segmentos, trabalhando de maneira preventiva e levando oportunidades, além de combater as diversas formas de exposição às violações de direitos.

Talvez o que seja mais preocupante é o que acontece quando esse sistema de aplicação de medidas, indo além da ideia de correção, encaminha-se em direção a posicionamentos *punitivos*, como se verifica de maneira mais dramática no caso das instâncias de aplicação de medidas socioeducativas de internação, às quais são destinados adolescentes autores de infrações consideradas mais graves. Diversos outros autores e documentos constataam violações de direitos e irregularidades nas instituições de aplicação de medidas. Apenas para citar alguns exemplos, tomemos Silva (2009, p. 7, 161, 214), Bombardi (2008, p. 137-140, 160), Roman (2007, p. 63-71, entre outras) ou mesmo o relatório do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2012a, p. 127, 128, 141, entre outras), examinado no item 1 do presente capítulo.

Voltando a nossos depoimentos, verificamos, nos relatos coletados para este estudo, uma forte presença de formações axiológicas que remeteriam a um sistema de valores sociais mais hegemônico. Assim, os temas do erro e da culpa estão muito presentes no discurso dos adolescentes. Carlos_19 conta que, na época em que andou envolvido com roubo, não podia dormir por conta do que seriam “crises de consciência”.

antes quando eu ía dormir lá na minha cidade era assim o bagulho só ficav / eu não conseguia dormir e / e eu deitava na cama umas dez HO:ras e ía dormir lá para umas três quatro horas da manhã:... ficava com a consciência muito pesa:da mano... {E: ah é?... você não gostava do que você fazia... {C: não gosta:va mas não tinha opção senhor... (CARLOS_19).

Na fala acima estão expressas figuras discursivas que investiriam a confrontação modal entre o que poderíamos considerar a *abulia*, ou *querer não fazer* (BARROS, 2002, p. 53), e a *submissão*, ou *não poder não fazer* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 372-373). Assim, ao mesmo tempo em que expressava não ter vontade de cometer tais atos, o adolescente alegava não ter condições de impedir o seu curso. No discurso de Carlos_19, o complexo modal incompatível aparece como subjacente ao exercício das infrações (“não gostava, mas não tinha opção”, CARLOS_19), o que expressa uma estratégia similar de resolução concessiva para a situação problemática. Nesse embate entre diferentes “forças”, *aquilo que seria considerado como de direito por eles* (“ter opções”), *não ocorreria de fato* (“não haver alternativas”). Ao mesmo tempo, encontraríamos aí um mecanismo de construção de sentido que, de alguma forma, eximiria o sujeito da responsabilidade da ação cometida, atribuindo-a a uma força mais forte que ele.

As infrações, nos discursos, muitas vezes se viam instaladas em um cenário discursivo que remeteria a uma configuração de *quase inexorabilidade do crime*, tendência verificada em outros estudos relacionados ao tema da juventude transgressora, como em Silva (2009, p. 142). Assim, a ideia da criminalidade como um caminho “difícil de se evitar” aparece expressa no trecho de fala transcrito abaixo, de Antonio_18.

você é lou:co senhor?... você acha que se eu tivesse umas condições boas você acha que eu estava aqui?.. você acha que eu ía roubar traficar?... você é LOUco jaMA:is... agora eu queria estar em / estar em / voltando da esCO:la agora dez onze ho:ra... queria não estar nem estudan:do quinta-feira na quebrada estava em ca:sa dormin:do fazendo meu curso (ANTONIO_18).

O adolescente argumentava ter sido a falta de condições de vida melhores que o teria levado ao crime. Em outro momento, ele afirmou que o mundo das oportunidades profissionais seria restrito, ao passo que o mundo do tráfico seria aberto a todos. Vejamos como isso se deu, nas palavras do jovem.

às vezes eu até paro para pensar assim né? É: por isso que muitos estão nessa vida do cri:me né?... porque: é falta de oportuniDA:de né mano? Porque o crime entra quem quer: né?... o crime é ele para to:dos... (ANTONIO_18).

Verificamos que, no discurso acima, postula-se a existência de dois “microuniversos”, o *mundo do trabalho* e aquele *do crime*. Estes seriam vistos pelo jovem a partir do que identificamos

como duas diferentes operações tensivas. Valendo-nos da sintaxe extensiva, que postula a diferença entre *triagem* e *mistura* (cf. ZILBERBERG, 2011, p. 268-269, 290), haveria uma concepção algo recorrente no discurso desses adolescentes da Fundação CASA, que vincularia as relações profissionais legais aos procedimentos de restrição, localização e seleção. O acesso aos lugares da criminalidade seria de caráter aberto e livre. A oscilação de Antonio_18, por exemplo, ocorreria entre dois âmbitos, ser jogador de futebol (atividade da esfera da paixão individual) – domínio onde reinaria também uma concentração extrema de oportunidades (poucos jovens chegariam a conseguir se tornar, de fato, profissionais) – e o envolvimento com o tráfico, atividade cujo *modus operandi* seria menos seletivo, mais difundido e, ao mesmo tempo, área na qual seria mais fácil se ingressar.

A argumentação feita pelo adolescente parece não encontrar intermediações entre os dois caminhos citados (ou alternativas a eles). Ou os jovens iriam em direção a um deles, ou estariam se dirigindo ao outro. O grande apreço pelo futebol, expresso pelo rapaz, aparece em outra fala sua, transcrevemo-la abaixo.

futebol é mano... uma coisa que não tem preço não o mano... futebol é futebol:: né mano?... tem vários mano aí que ganha dinheiro para fazer porra nenhuma... não faz NA:da... vem um banco milionário lá... vários moleques de fa:ve:la vários moleque DA HO:ra joga para caramba (não) recebe uma oportunidade... é::... hoje em dia o bagulho é só dinheiro só mesmo... (ANTONIO_18).

Vemos como o processo de seleção dos candidatos a jogadores de futebol profissional é sentido pelo adolescente como algo injusto, que não seria regido por critérios de um efetivo talento ou pelas habilidades, mas por relações monetárias. Na visão do rapaz, apenas aqueles que teriam famílias com condições de investir dinheiro para os testes e provas preliminares da carreira conseguiriam ser levados em conta nas avaliações. Nesse caso, em termos narrativos, a configuração modal seria a de um *querer fazer* conjugado a um *não poder fazer* (*impotência*), uma vez que o sujeito em pauta não disporia de tais recursos.

Uma discussão trabalhada no primeiro capítulo da presente tese, mais especificamente no item 4.4 (“Críticas ao protagonismo juvenil”), examinou as premissas necessárias à postulação do conceito de *ator social*, feita por Touraine (1998). Nela, vimos que a elaboração de planos por parte de tais atores deveria ser feita levando-se em conta a relação existente com os demais indivíduos e circunstâncias da sociedade englobante. Dessa maneira, o processo de envolvimento e amadurecimento profissional envolveria, muitas vezes, o reconhecimento de que *os sonhos e desejos dos indivíduos precisariam ser “trabalhados” a partir das possibilidades reais* de suas efetivações. Assim, as pessoas que atuariam segundo esse princípio deveriam encontrar meios de

dialogar com as condições efetivas de sustentação e concretização das atividades almeçadas no mundo circundante.

Observamos, no discurso de outro entrevistado, a mesma configuração modal citada acima. Ela se manifesta, novamente, na caracterização da diferença entre os universos do crime e do futebol. Vejamos a fala de Carlos_19, no trecho de texto transcrito abaixo.

porque: o crime entra quem quer né?... o crime ele é para todos... é a verda:de... e aí às vezes você entra lá para traficar qualquer um pode chegar lá e traficar -- dependendo da biqueira né? -- qualquer um pode chegar lá e traficar ... pegar lote e vender mas não qualquer um pode pegar uma bola ... fazer um bagu:lho... é muita falta de escolha né mano?... (CARLOS_19)

Como vemos, a mesma ideia de Antonio_18 é trazida por Carlos_19, o mundo do crime é inclusivo, o universo do trabalho, exclusivo. Ricardo_19 concordava que haveria uma falta de perspectivas profissionais entre os jovens brasileiros, mas não considerava que isso justificaria o crime. Ainda assim, ele acreditava que a falta de uma visão positiva de futuro fazia com que os jovens tivessem uma maior propensão a tomar atitudes inconsequentes.

porque eu parei assim para pensar e eu falei 'eu não te:nho nada... e não tem NEM como que eu ter porque não tem uma:... não consigo ter um bom amparo da minha família assim para mim conseguir fazer uma boa faculda:de... ou estudar bastan:te... (daí) conseguir ter um bom emPREgo' (RICARDO_19)

Assim como em Antonio_18, o adolescente reforçou a ideia de que, em nosso país, para se conseguir ter bons empregos seria preciso ter “um bom amparo da família”. No momento em que teria aderido à criminalidade, declarou, ele *teria questionado a própria razão da vida*, por não ver perspectivas de crescimento profissional ou condições de se estruturar financeiramente para constituir família ou para ter as coisas que queria. Ele teria se visto em meio a uma rotina massacrante e sem condições de ter as coisas que desejava. Essas teriam sido as razões pelas quais o adolescente teria buscado formas ilegais para tentar alcançar os seus objetivos. Por outro lado, Ricardo_19 afirmava que, após ter sido preso, seu pensamento tinha mudado, pois, com esse acontecimento, tinha testemunhado o sofrimento em que teriam caído os seus familiares e julgou que seria egoísta seguir os fazendo sofrer. Antonio_18 também expressou arrependimento diante dos atos perpetrados, como se verifica na fala transcrita abaixo.

quero sair da vida do cri:me... praticamente:... já sou de maior: já::... quero construir minha famí:lia né?... já deu a cota já do crime né?... quero puxar a carteira ficar seis sete a:nos... ficar firmão:... arrumar um tram:po... minha mulher já trabalha já: ((ininteligível)) arrumar um trampo e comprar uma casa e ficar sua:ve né? (ANTONIO_18).

No trecho, vemos como ele demonstrava ter interesse em deixar o que ele considerava como “a vida do crime”, em virtude da realização de seus objetivos maiores de vida (“arrumar emprego”, “constituir família”). Indo ao discurso de outro adolescente, encontramos marcas de um forte sofrimento afetivo. Marcelo_19 examinava as causas do envolvimento com o crime, e afirmava se arrepender do que tinha feito no passado, à época da entrevista.

minha ilusão era:... na vida do crime era:... ter alguma coisa no futuro (que era possível ter alguma coisa né?... mas não é nada disso... ter alguma coisa pá ganhar fama ganhar FA:ma... mas nada a ver... (MARCELO_19).
eu se arrependo / eu se arrependo muito do que eu fiz lá atrás né?... eu estou se arrependendo ago:ra né?... (MARCELO_19).

O entrevistado contou que tinha sido apreendido mais de uma vez. Aos 16 anos, relatou, tinha tido envolvimento com um roubo após o qual teria sido pego pela polícia. À época da nossa conversa, talvez Marcelo_19 estivesse, por fim, determinado a deixar o crime de vez por conta da possibilidade de punições mais severas com a chegada da maioridade penal. Ou, quem sabe, a manifestação dessa decisão fosse apenas uma estratégia de manipulação discursiva, assumida na entrevista para nos passar uma imagem positiva, não nos cabe dizer.

Para Mateus_17, o envolvimento com o tráfico e com a criminalidade também seria motivo de arrependimento. Nas suas palavras: “Já fiz muita coisa errada já... nossa senhora... acabei com várias famílias já.. você é lou:co... tranquilo di:sso... não vira... não é para mim não...” (MATEUS_17). Além disso, tratando do tempo de criança, o fato de ele ter tido “de tudo” em sua infância, não era sentido como garantia de uma efetiva realização pessoal diante das coisas que possuía. Observemos o trecho de relato do entrevistado abaixo.

falar que meu pai me dava de tudo só que era daquele jeito né senhor... era coisa: não era coisa certa né? aquele dinheiro SUA::do... aquele dinheiro que trabalha:va... era dinheiro fã:cil né?... vinha fácil e ia fácil também: né senhor?... (MATEUS_17).

Como se vê, o adolescente atribuía um caráter de fugacidade aos bens obtidos por meio de crimes. Encontramos, em Roman (2007), que estudou depoimentos de jovens privados de liberdade em regime de internação, a mesma construção discursiva disposta acima. O valor das coisas obtidas pela via da criminalidade era sentido, muitas vezes, como algo “esvaziado”. Nas palavras do autor.

É comum esses adolescentes afirmarem que o dinheiro obtido por meio de ações criminosas é gasto de forma descuidada, como se tivesse muito pouco valor: 'Eu ganhei muitas coisas, ao mesmo tempo, perdia tudo, o dinheiro não durava.' (L.V.). O valor perseguido nas mercadorias e no dinheiro desfaz-se como uma miragem, diante da qual o jovem pode lançar-se na busca obstinada e feroz pela posse ilimitada, como se, à cada coisa arrebatada, correspondesse uma chance de obliteração da falta e de completude do ser. (ROMAN, 2007, p. 26)

As reflexões do autor estão ancoradas em um conceito de origem marxista, o de *fetichismo*. Este estaria baseado em algo como uma suposta capacidade das coisas de adquirirem significados “mágicos” para determinados indivíduos (ROMAN, 2007, p. 6). A base de sustentação dessa ideia adviria da noção de alienação, também do filósofo do séc. XIX, pela qual o sujeito perderia a capacidade de compreender claramente os laços existentes entre criador e criado. Isso aconteceria de maneira especialmente intensa nas sociedades capitalistas, nas quais os meios de produção teriam deixado de pertencer aos trabalhadores. Os sujeitos alienados, assim, perderiam a capacidade de produzir objetos humanizados, elementos considerados, por essa teoria, como fundamentais à condição humana na terra e, dessa perda, adviria a percepção de que o mundo estaria cheio de coisas “auto-criadas”, das quais não se conheceriam as condições originárias. Esse universo social não seria mais reconhecido como produto do trabalho humano e este passaria a ser um simples “meio de subsistência, deixando de ser a atividade na qual a humanidade por excelência se realiza” (p. 9). Daí surgiria o que Roman (2007) chama de uma “objetivação do sujeito” e uma “subjetivação das coisas” (p. 10), a ideia de que os valores se encontrariam simplesmente inscritos nas coisas e que independeriam das relações entre as pessoas, ou seja, aquelas valeriam mais do que estas. Consideramos interessantes essas reflexões porque auxiliam na compreensão das possíveis causas por trás do enorme poder que as coisas desejadas adquiriam para alguns dos jovens entrevistados, fazendo com que, inclusive, arriscassem suas liberdades ou mesmo suas vidas – este último, um dos valores máximos a serem considerados na perspectiva individual – em busca da posse de tais objetos.

Se, para Mateus_17, o valor do dinheiro que vinha do crime perdia algo de seu caráter atraente pelas razões mencionadas acima, no relato de Carlos_19, o dinheiro obtido dos atos infracionais mantinha uma conotação positiva. O jovem afirmava que a condição geral de sobrevivência em sua casa era muito difícil e que o dinheiro que obtinha roubando ou traficando não era gasto por ele. No relato, o adolescente contou que o daria para a mãe, que juntaria esse valor com o outro, que ela ganharia, com os quais faria as compras para a família. Ou seja, em sua visão, não se tratava de algo que “viria e iria fácil”, mas de uma coisa que seria bem aproveitada entre todos os que coabitariam em sua casa à época. Roman (2007), por sua vez, conta que, de três jovens entrevistados durante a sua pesquisa, um deles também teria declarado ter roubado por falta de condições de comprar coisas para comer (p. 22).

3.4 – O futuro para os jovens do sexo masculino

No tocante às expectativas para o futuro, os jovens expressaram unanimemente que queriam conseguir trabalho. Alguns tinham mais esperanças de obter esse objetivo, outros menos. Carlos_19 contou que, ao momento da entrevista, o seu principal objetivo era o de terminar os estudos e arrumar um emprego digno. O adolescente relatou pretender, no futuro, concluir um curso profissionalizante para poder abrir uma mecânica e também queria constituir família. Ricardo_19 pretendia fazer alguns cursos, procurar um emprego melhor e, igualmente, ter uma família própria. Não considerava a possibilidade de fazer faculdade, por falta de condições financeiras, avaliava. Marcelo_19, por sua vez, mostrava-se bastante menos otimista com relação ao seu encaminhamento, como vemos abaixo.

vejo meu futuro... (vou) falar para você vejo meu futuro acabado meu futuro acabado... {E: tem algum objetivo? Que você espera conseGUIR?... alguma coisa que você::... {M: então o que eu prec/ conseguir é sair desse vazio mesmo... que deus me ajude a sair desse vazio:o... eu não sei / nem eu sei direito... (MARCELO_19).

Ao mesmo tempo, ele declarou que esperava conseguir um trabalho e voltar a conviver com os irmãos, com os quais mantinha uma boa relação. Um aspecto de seu discurso que dista dos demais, como visto, é a expectativa de buscar (e encontrar) o perdão divino. Mateus_17 contou que queria estar bem no futuro, mas não via muitas esperanças quanto a isso. Considerava que precisava melhorar muito a “sua mente” para chegar a ter uma vida boa. Seu objetivo principal era conseguir trabalhar como mecânico. Por fim, Antonio_18 afirmou que o que mais esperava conseguir no futuro era um emprego e disse querer abandonar a vida do crime.

Examinados os principais pontos das entrevistas feitas com os adolescentes homens, partiremos agora para o exame daquelas realizadas com as jovens do sexo feminino, igualmente em unidade de semiliberdade da Fundação Casa em 2017.

4. Jovens do sexo feminino em semiliberdade

Seguem agora nossos apontamentos concernentes aos relatos obtidos em unidade de semiliberdade feminina, também ubicada na capital paulista. Assim como feito com relação aos jovens do sexo masculino, alteramos os nomes das entrevistadas para preservar as suas identidades, assim como por conta das obrigações concernentes aos processos legais. Ao todo, entrevistamos cinco jovens mulheres e a duração total das entrevistas foi de duas horas e 14 minutos. Na tabela abaixo, é possível verificar o perfil de cada uma das entrevistadas no que concernia a três critérios selecionados, situação de moradia, renda domiciliar e escolaridade.

Tabela 4.9 – Denominação fictícia, idade, situação de moradia e renda declarada das adolescentes do sexo feminino

Adolescente	Situação de moradia antes da internação	Renda domiciliar declarada	Escolaridade
Renata_18	Morava com a mãe, o padrasto e os irmãos.	De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00	Ensino Fundamental incompleto
Aline_17	Morava apenas com a mãe	De R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00	Ensino Fundamental completo
Diana_15	Morava com a mãe e a avó	Acima de R\$ 4.000,00	Ensino Fundamental incompleto
Patrícia_17	Morava com a mãe, o padrasto e a irmã	De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00	Ensino Fundamental incompleto
Bárbara_15	Morava com o noivo	De R\$ 1.100,00 a 1.500,00	Ensino Fundamental incompleto

Fonte: elaboração nossa, com base em entrevista oral e questionário escrito.

Como examinaremos com mais detalhe adiante, nenhuma das entrevistadas declarou que estava morando com o pai biológico no momento anterior à internação na Fundação. Quatro delas afirmaram morar com as respectivas famílias de origem, ao passo que apenas uma contou que residia em núcleo familiar próprio. Esta se encontrava grávida, à época das conversas, e vivia com o noivo, embora cumprindo medidas socioeducativas. Diana_15 foi a adolescente que declarou renda domiciliar mais elevada, ao passo que Bárbara_15 seria quem teria a menor renda domiciliar total. Renata_18 apresentou uma faixa de renda relativamente próxima à de pobreza, quando divididos os ganhos do domicílio pelos seus integrantes. Quanto ao grau de instrução, tivemos quatro adolescentes com Ensino Fundamental incompleto e apenas uma que tinha fechado essa etapa educacional, à data das entrevistas, apresentando, assim, a maioria delas, alguma defasagem escolar.

Vejamos abaixo uma tabela que resume alguns pontos ligados à situação de moradia e relação familiar próxima das entrevistadas, estando essas informações relacionadas às figuras paternas das jovens, por razões que explicaremos adiante.

Tabela 4.10 – Resumo da situação de moradia e relacionamento familiar - figuras paternas masculinas

Adolescente	Relação com pai biológico	Relação com o padrasto
Renata_18	Não tinha boa relação	Não gostava do padrasto
Aline_17	Tinha morado com ele durante um tempo no passado. À época da entrevista não se falavam	Não tinha padrasto
Diana_15	Muito remota	Não tinha padrasto
Patrícia_17	Não mantinha vínculo com ele	Gostava do padrasto
Bárbara_15	Não conheceu o pai	Gostava do padrasto

Fonte: elaboração nossa, com base nos relatos.

Como expresso pela tabela acima, a falta de um bom relacionamento com os pais biológicos era uma constante no perfil dessas jovens. Duas delas, porém, declararam ter vivido uma boa relação familiar com o padrasto, novo marido ou namorado de suas mães. Antes da apreensão pela polícia, duas adolescentes moravam na capital e três no interior. Ou seja, a maior parte delas teria vindo “do campo”. Uma das adolescentes da capital tinha morado em cidade do interior a maior parte de sua vida e apenas teria ido morar na “cidade grande” havia um par de anos da data das entrevistas. A sua mãe morava em um bairro central de São Paulo. A outra entrevistada que afirmou morar na capital contou que tinha vivido em cidade do Nordeste durante a sua infância. Assim, nossa amostragem não pode ser considerada como representativa de uma juventude feminina específica da capital. No que diz respeito à avaliação afetiva das entrevistadas quanto às respectivas casas, quatro delas declararam gostar das residências onde moravam e apenas uma não. Isso se daria por razões de segurança, alegava.

Uma das entrevistadas contou estar reincidindo na semiliberdade pela terceira vez, tendo, também, sido interna da Fundação CASA antes, por cinco vezes. Outra adolescente também relatou ser reincidente.

4.1 – Principais atividades realizadas nos bairros

Entre as atividades que as adolescentes declararam realizar nos seus tempos livres estavam a ida a centros culturais; jogar futebol (declarado pelas duas meninas da cidade); dançar em escolas particulares; desenhar; jogar dominó com a família; ficar no meio do mato, em parques; montar ou cuidar de cavalos; visitar a casa de familiares e cuidar deles (residência da avó); levar sobrinhos à

escola; ir à residência de amigas (duas entrevistadas do interior) e sair com o noivo ou com a família.

A ida a centros culturais (ao Sesc, em especial) foi uma prática mencionada por apenas uma das entrevistadas, que morava na capital. Já os hábitos de ir à casa de amigas, de fazer passeios no bairro e a realização de práticas artísticas vieram de meninas que viviam no interior, à época das autuações. As práticas artísticas e de lazer (tais como jogar futebol, dominó, desenhar ou dançar) foram relatadas como ações que seriam feitas dentro das suas casas (ou prédios), nos ambientes escolares, em academias, escolas particulares, ou mesmo em bailes e baladas com amigos. Uma das entrevistadas contou que tinha começado a gostar de yoga a partir de atividades que havia feito durante a aplicação de medida na Fundação CASA.

No que concernia à avaliação do bairro onde moravam, três das adolescentes o avaliaram como positivo. Das demais entrevistadas, uma tinha uma visão negativa da localidade, ao passo que a outra manteve uma postura neutra com relação a isso.

4.2 – Infância: brincadeiras entre migrações e “trocas de guardas”

No relato das jovens entrevistadas, vemos uma forte presença do tema das migrações entre cidades, fossem estas feitas pelas adolescentes, ou realizadas por pessoas que integravam os seus núcleos familiares próximos. Em meio a esse movimento espacial pelo país, vimos que também iriam ocorrendo, em meio a esses núcleos, “ajustes” familiares, feitos pelas mães e avós, muitas vezes para dar conta da criação das meninas e de seus eventuais irmãos. Normalmente havia, nos relatos, menções à presença de familiares adultas do sexo feminino e, esporadicamente, a algum familiar homem.

Renata_18, quando criança, morava em cidade de grande porte no Nordeste. O pai da jovem morava nessa cidade, mas ela vivia com a avó paterna. A mãe teria ido morar em São Paulo quando ela teria por volta de três anos mas Renata teria preferido ficar com a avó. Lá, o seu cotidiano seria basicamente composto por brincar e ir para a escola. Aos sete ou oito anos a entrevistada teria ido morar definitivamente na capital paulista. Lá, a mãe trabalhava como faxineira em uma empresa. Nessa época, uma mudança grande em sua rotina ocorreu. Em suas palavras, “tudo era diferente... eu quase não brincava... porque tinha que ficar com meu irmão:... mas eu ia para a escola...” (RENATA_18). A adolescente declarou que não mantinha, ao tempo da entrevista, qualquer relação com o pai. Também afirmou que, quando criança, queria ser médica. Na primeira cidade onde morava, relatou, muitas pessoas morriam e ela queria exercer essa profissão para salvar a vida dessas pessoas.

Bárbara_15 em sua infância, morava com a mãe, a tia e a avó em cidade do interior de São Paulo. A jovem contou que não conheceu o pai. O cotidiano era marcado pela ida à escola e pelas brincadeiras em casa. A jovem estudava em horário integral. A presença do avô foi mencionada por ela como algo marcante nessa fase, como veremos adiante. O seu sonho, nessa época, era ser bailarina. Aline_17 contou ter sido criada com a bisavó materna, em cidade de médio porte da região metropolitana de São Paulo e que sua mãe morava na capital. Afirmou que ia à igreja, à escola, fazia curso de dança e brincava muito na rua. A mãe a visitava, informou, levava-a para sair e comprava algumas coisas para ela, mas elas nunca viveram juntas. Segundo a adolescente, a genitora sempre tinha sido “do crime” e, por isso, não teria coabitado com ela. Quando criança, contou, sonhava em ser psicóloga, mas, ao tempo da entrevista, tinha mudado de ideia e queria fazer contabilidade. A adolescente tinha se mudado à capital por volta do ano de 2016, por conta do cumprimento das medidas socioeducativas. Ela afirmou que pretendia ficar para morar na cidade, junto com a mãe, após o período.

Patrícia_17 contou que, nos primeiros anos de sua infância (dos dois aos sete anos de idade), ela tinha morado com a avó e a irmã, em sítio no interior de São Paulo. A mãe, então solteira, tinha deixado as filhas sob a guarda da senhora, aparentemente por falta de condições de sustentá-las. Cumpridos os seus sete anos, as meninas teriam voltado a morar com a mãe na cidade, e junto com um padrasto (com quem a sua mãe teria se unido à época). Com o casal, as irmãs teriam convivido por 11 anos. A adolescente contou que mantinha uma boa relação com o homem até a época de realização da entrevista, muito embora a mãe já tivesse se separado dele.

Diana_15 afirmou que ficava muito dentro de casa quando criança. A jovem relatou que a sua mãe havia adoecido quando ela tinha quatro anos e que a genitora, por vezes, surtava e fugia de casa, quando parava de tomar os remédios que utilizava. A jovem afirmou que a mãe tinha uma saúde delicada em diversos aspectos e que teria chegado a tentar o suicídio. Nesse panorama, quem efetivamente teria criado e ela e a sua irmã teria sido a avó. Esta foi a figura que, para a adolescente, desempenhou muitos dos papéis que normalmente atribuímos aos pais, como o provimento material da família. A jovem disse que a sua avó nunca tinha deixado faltar nada para ela ou a irmã.

4.3 Paternidades problemáticas e ausentes

Como pudemos verificar a partir da análise da coluna “Relação com o pai biológico”, da Tabela 4.10, existiria uma sensação de *falta de presença* (na maioria dos casos), ou bem de uma ausência total (em outros) no que concerniria às referências feitas pelas adolescentes com relação à figura dos seus pais biológicos. Por outro lado, a presença dos padrastos, investidos como figuras paternais eufóricas e apoiadoras, foi relatada por duas entrevistadas. Uma avaliação disfórica do

padrasto também foi encontrada em um relato. A presença dessa figura, no discurso citado, é descrita como sendo problemática e abusiva, constituindo-se, para a adolescente em questão, em uma das razões alegadas para a sua saída da casa da mãe. Segundo ela, o padrasto não auxiliava a mãe em nada e pensava que ela, a adolescente, seria a “empregada” dele. Um fato importante de ser ressaltado é que, das cinco jovens entrevistadas, *nenhuma* declarou manter contato constante com os pais biológicos, à data das entrevistas.

Nos relatos de Renata_18, Bárbara_15 e Patrícia_17, a figura do pai era assumida como disfórica. No caso de uma delas, muito embora não tivesse querido falar muito a respeito dele, a jovem relatou que, uma vez, o genitor teria tentado assassinar a sua mãe. Outra das adolescentes nos contou que não tinha conhecido o pai e que demonstrava sentir uma forte indiferença por sua figura. A terceira delas relatou que tinha conhecido o genitor vagamente, mas teria perdido o contato com ele, à data da entrevista. Considerava que esse encontro passado com o pai não tinha “servido de nada”, pois, ao longo de sua vida, afirmou, ele nunca lhe tinha dado nada, nem a tinha visitado. Nesse sentido, contou que, mesmo o tendo conhecido, sentia como se não o tivesse feito. Por outro lado, ela teria, no padrasto, uma figura paterna apoiadora pois este, segundo relatou, respeitava-a, assim como à irmã, além de ser considerado legal e trabalhador.

Duas das entrevistadas tiveram restrições quanto a falar dos seus pais. Uma delas, reconsiderou o silêncio ao final da entrevista (quando já íamos deixar o recinto), e optou por falar a respeito dele, relatando que a tinha agredido no passado.

ele me bati:a... {E: te batia?... {A: mas até qu / ((ininteligível)) ah porque eu peGUEi RAIVA... porque ele nunca me criou:... nunca foi me visitar:... quando eu era crian:ça eu ficava doente porque: ele falava que ia e não ia... aí eu fui morar com e:le... ele me bati:a não deixava eu sair NA RUA... mas... por um lado eu sei que foi pelo meu bem... mas é porque eu não aceito porque ele nunca me criou e quer me baTER?... (ALINE_17).

Apesar do forte ressentimento sentido diante dele, ainda assim, a jovem relatou sentir falta do pai. Há, no relato, a construção de uma espera emocional, frustrada pelas visitas que não aconteceriam durante a infância. Já mais velha, via como inaceitável a agressão do genitor. Por um lado, em seu discurso, a adolescente demonstrava reconhecer, ao tempo da conversa, que as atitudes que ela mesma tinha tomado quando mais jovem (época em que roubava e traficava) não a encaminhariam a um bem-estar. Nesse sentido, a jovem expressava acreditar, em alguma medida, que deveria receber uma correção por parte do pai. Porém, a agressão seguia sendo sentida como uma atitude que teria ido além dos limites aceitos por ela. Em suas palavras, “não consigo perdoar ele... porque NADA:... resolve a agressão... eu acho que se alguma vez ele tivesse conversado comigo eu escutaria ele melhor” (ALINE_17). O ressentimento teria feito com que a jovem nutrisse

um sentimento fortemente negativo pelo genitor. Abaixo, vemos mais um relato das situações de violência, no qual ela conta como era quando o pai a poupava de castigos severos para depois passar a lhe bater com força.

mas aí eu SEI que por um tem:po ele me bati:a pouco... aí mesmo eu ficando ro:xa não ficando marcada eu saía para a ru:a do mesmo jeito pra fumar maconha... e aí ele perceBEu que me deixando roxa eu não saiRIa... (ALINE_17).

No trecho de fala acima, vemos a descrição de uma espécie de “jogo cruel” ao qual o pai supostamente a teria submetido, acreditando que, caso a agredisse o suficiente para marcar o seu corpo, faria com que ela deixasse de ir para a rua e usar drogas. A resposta da jovem, segundo a narrativa oferecida, teria sido justamente a fuga de casa e a entrada decidida no mundo do crime. No trecho de fala transcrito, vemos um pequeno ato falho no discurso da adolescente, quando diz “mesmo eu ficando roxa”. Ela estaria querendo dizer com isso, supomos, “mesmo eu não ficando roxa”. Esse pequeno desliz na discursivização, que realiza, em linguagem, a manutenção das marcas de agressão, corresponderia, talvez, a uma *permanência simbólica das feridas emocionais*, que teriam ficado com ela, mesmo não sendo mais corporalmente visíveis.

Bárbara_15 não tinha conhecido o pai até o dia da entrevista e declarou que tampouco tinha sentido vontade de fazê-lo. Para ela, o avô era considerado como a principal figura de referência paterna. Em suas palavras “ele foi um pai para mim que eu não tive” (BÁRBARA_17). Diana_15, por sua vez, teve o pai expulso de casa aos 11 anos de idade. A avó materna o teria mandado embora porque ele teria se recusado a ir atrás da mãe da menina, a qual, por sua vez, teria fugido da casa onde habitavam todos juntos, supostamente durante um surto de depressão. A adolescente manteria pouco contato com o pai, vendo-o “de vez em nunca”, porém contou que ele pagava pensão alimentícia à mãe. A figura do tio, para ela, por outro lado, era sentida como uma figura de referência. Advogado, o seu ofício tinha influenciado a escolha profissional da jovem.

Aline_17 também contou ter sentido bastante admiração pelo tio. A adolescente manteria uma boa relação com ele, quem, segundo relatou, tinha se comprometido a pagar a faculdade a ela, uma vez que ela saísse da Fundação CASA. Teria sido ele também quem teria inspirado a escolha de profissão da jovem. Vejamos o trecho de entrevista no qual a adolescente afirmava isso.

quando:... eu morava com meu pai... meu tio estava fazendo faculdade de contabilidade... ele trabalha:va ele saía cinco horas da maNHÃ:... e chegava à meia noite... e de madrugada ele tinha que fazer as CONtas dele... fazia lição de casa (ALINE_17).

Como vemos, no trecho, a figura esmerada do tio teria inspirado a jovem a seguir o seu mesmo caminho profissional.

4.4 Relacionamentos com as mães biológicas: figuras presentes

Em oposição à figura do pai biológico, que, em quase todos os relatos femininos da semiliberdade, foi tida como alguém que, em geral, ou bem abandonava, ou bem agredia as adolescentes (como vimos acima), a figura da mãe biológica, para as entrevistadas, não apresentava um *ethos* disfórico. Pelo contrário, ela era tida, por muitos dos relatos, como *uma das referências pessoais com as quais se podia contar*, de um ponto de vista afetivo. Contudo, simultaneamente verificamos uma recorrência de casos de genitoras que, de alguma forma e por razões variadas, dependeriam de suas filhas para viver. Isso, por vezes, significaria uma “inversão” na distribuição dos papéis parentais habituais entre cuidar e ser cuidado. Consideramos que essa “troca de funções” estaria sujeita a prejudicar o desenvolvimento futuro das jovens, caso implicasse em privações grandes das possibilidades de sociabilidade e estudo por parte delas, por exemplo.

Patrícia_17 contou que, ao longo de sua juventude, tinha tido problemas com dependência de drogas. O uso de substâncias, afirmou, tinha feito com que parasse de estudar, algo que gostava bastante de fazer. Sentindo que não teria condições de se livrar da dependência por conta própria, a jovem teria decidido se internar em uma clínica. Após a saída, teria retomado o uso e, dessa vez, a mãe a teria mandado internar, contra a vontade dela e à força. A adolescente declarou sempre ter mantido um canal de conversa aberto e honesto com a genitora. Quando saiu da clínica pela segunda vez, seguiu sendo alertada pela mãe para não usar mais drogas, mas, com medo de ser internada novamente, a adolescente contou que tinha fugido de casa, ficando temporadas longe da morada familiar, como expresso na transcrição abaixo.

aí eu ficav / aí eu:... com medo... dela me internar... ficava para fora de casa... algumas semanas... meses... {E: tudo isso?... onde você ficava?... {P: casa de ami:gas... cidades fo:ras... (PATRÍCIA_17).

Ela conta que, apesar de ter fugido de casa e de não ter gostado do fato de que sua mãe a tivesse internado, ligava para a genitora e a tranquilizava com certa frequência, como se vê no trecho abaixo.

eu sempre liga:va... às vezes liga:va de celular né?... aí avisa:va 'ó mãe... eu estou BEM... eu não estou voltando porque eu tenho medo da senhora me internar!'... {E: e o que ela fala:va?... {P: 'não Patrícia... vem emBO:ra... pelo amor de Deus'... desespera:da... {E: e você não confiou? {P: não... porque ela:... uma vez ela ligou:... para a polí:cia... me:... internou: à força já:... e eu... ficava com me::do... (PATRÍCIA_17).

Apesar de acreditar que sua mãe não respeitaria sua decisão de evitar a internação, a jovem, no geral, parecia sentir afeto por ela. Para a adolescente, a genitora se preocupava com ela, o que a

fazia se sentir cuidada. Ainda segundo a jovem, “mãe sempre quer o bem” e, apesar de a desobedecer, Patrícia_17, por vezes, reconhecia a sua importância e o seu valor. No que dizia respeito ao apoio familiar para a realização das coisas que a adolescente queria fazer, ela contou que a mãe não aprovava que ela fosse a bailes funk, mas que, quando se tratasse de “coisas boas”, sim, esta a apoiava. Quando perguntamos para a jovem se ela não achava bom ir a essas “baladas”, ela contou que sim durante um tempo, mas teria mudado de opinião, à época da entrevista. Isso teria acontecido, porque, em sua opinião, nesses lugares havia um uso excessivo de drogas, assim como muitas brigas e que, lá, ela acabava encontrando muitos “doidos que davam trabalho”.

Diana_15 contou que a sua mãe (e a sua avó) a apoiavam nos estudos, mas que, quando ela vendia drogas, a genitora acabava brigando com ela. Mas, isso posto à parte, afirmou que mantinham uma boa relação, à data da conversa. Para Renata_18, a mãe seria uma das suas principais referências na vida. Mas o reconhecimento desse valor, para a adolescente, tinha acontecido apenas após um incidente sofrido pela genitora. Tal evento teria sido uma tentativa de assassinato da mãe pelo pai, segundo relatou a adolescente.

eu VI:... o quanto que minha mãe sofreu: né?... (...) aí minha mãe falou para ele... vim... morar aqui com nós né?... aí foi quando ele conheceu as dro:gas... que ele começou a usar dro:ga... ele cheirava usava PE:dra... aí foi aí que:... / que:: ele deu três facadas na minha mãe... é por isso que eu não me dou bem com ele... (RENATA_18).

Após a agressão que quase teria matado a genitora, esta teria se separado do pai e elas teriam ido morar (as duas e o irmão pequeno) em outro local. A mãe teria tido outros dois relacionamentos, segundo Renata, tendo um filho com o primeiro deles. À época da entrevista, elas morariam com o segundo namorado da genitora. Renata_18 contou que sua mãe também tinha sido atropelada por um carro, o que fez com que precisasse parar de trabalhar e ser cuidada pela filha. Ainda o necessitaria, ao tempo da conversa. Mesmo assim, a relação com a mãe era considerada pela adolescente como sendo “ótima...”, “a melhor” (RENATA_18).

Renata_18 contou que sua mãe era faxineira e que trabalhava muito. Em sua infância (quando tinha entre nove e onze anos), a jovem tinha tido que cuidar de seu irmão mais novo. Entre as tarefas listadas para com o pequeno, afirmou que ficava atenta com ele, dava comida e trocava as suas fraldas. Aos quinze anos, a adolescente relatou, fugiu de casa por conta da solidão excessiva que vivia na residência, pois a genitora trabalhava o dia todo. Vejamos as suas palavras abaixo.

porque também:... minha mãe me deixava muito so:zinha sa:be?... ela tinha separado do meu padrasto... que:... teve um filho... aí nós foi morar: (eh) sozi:nha... foi eu e ela né?... morar:... junta... aí ela trabalhava *muito muito muito muito* *muito*:... e eu ficava praticamente soZI:nha... aí eu ficava só na rua... só na rua só na

rua só na rua... aí eu conheci os mole::ques... aí eles me chamavam para roubar:... falavam que dava dinhei::ro... Aí eu i:a... porque eu gosto de dinhei:ro né?... quem não gosta?... (RENATA_18, grifos nossos).

Como se vê nas palavras de Renata_18, a sensação de solidão vivida na espacialidade da casa tinha feito com que quisesse passar muito tempo na rua, onde se sentia mais acompanhada de pessoas, mas também com mais vontade de usar droga. Segundo relatou, foi lá que conheceu os colegas que a convidaram para roubar. Os diversos programas de uso que levariam, por fim, à prática de atos infracionais pela adolescente (“fugir de casa”, “conhecer os moleques”, “começar a traficar”) tinham sido iniciados a partir da vivência de solidão, experiência discursivizada como disfórica, e evitada a todo custo. A repetição reiterada da palavra “muito”, manifestada no trecho acima, ajuda a conferir intensidade à sensação de falta da mãe pela jovem.

No relato de Bárbara_15, por sua vez, a relação com a mãe era tratada de forma ambígua. Em uma parte da entrevista, declarou que se dava bem com a genitora, em outra, disse que não. Ela contou que era sincera com a mãe apenas por vezes. Como não morava com a genitora desde os doze anos, tendo vivido por muito tempo com a irmã do padrasto, a jovem não se sentia na obrigação de lhe dar satisfação.

4.5 Discursivização da escola: um instrumento para a obtenção de empregos

As *vivências escolares* foram um assunto *não muito aprofundado* em nossas conversas com as adolescentes em semiliberdade. Isso talvez tenha acontecido por conta do nosso foco de interesse, mais dirigido aos planejamentos pessoais de vida nos seus diferentes âmbitos, em meio aos quais a escola constituía apenas um entre vários temas. Entre eles, mencionamos a sociabilidade, as relações familiares, a religião, o trabalho, o lazer, entre outros. Por outro lado, é possível que a falta de reflexões nesse sentido tenha se devido ao fato de as jovens não parecerem encontrar, nessa instituição, um lugar que merecesse menção na determinação de suas trajetórias. Enfim, uma coisa que pudemos verificar a partir dos dados obtidos é um estatuto algo paradoxal na discursivização da escola e de suas instâncias pelas adolescentes. Embora muitas delas a considerassem como a atividade principal a ser desenvolvida em seu futuro, representando a maior esperança para uma desejada mudança de vida, a participação das adolescentes nessas instituições aparecia, em seus relatos, de *forma superficial*. Dizemos isso porque, nos relatos, não havia aprofundamento naquilo que, em nossa opinião, concerneria ao essencial do cotidiano educativo, as atividades realizadas nas salas de aula (ou mesmo fora delas) em um âmbito pedagógico. Nem mesmo houve muitas menções a grupos de amigos de escola, coisa que esperávamos escutar mais.

Tratando ainda do campo semântico do relacionamento com essa instituição, observamos que, nos relatos, este estaria relacionado majoritariamente à esfera da *competencialização narrativa*, ou seja, à aquisição do *saber* e do *poder fazer* por parte do sujeito. O *fazer ser*, representado discursivamente pela obtenção do esperado emprego, na maior parte dos casos, constituía a maior das transformações almejadas pelas adolescentes. A opinião geral em meio às jovens era a de que a escola as prepararia para um mercado de trabalho (*saber fazer*) ou a de que ela ofereceria a certificação necessária para que conseguissem bons empregos (*poder fazer*). Nesse sentido, a figura da instituição se associava, sobretudo, à capacidade de tornar possível uma prosperidade financeira relativa, mudança que supostamente resolveria os principais problemas de suas vidas.

Outra construção semiótica verificada nos relatos, de forma menos presente que as acima mencionadas, foi a vinculação das iniciativas educativas à categoria *deôntica*. Assim, algumas entrevistadas, por um lado, afirmavam entender a escola como “o lugar onde deveriam estar”, dentro de uma lógica de funcionamento normal do aparato social, a qual, em geral, não questionavam. Quando estavam frequentando a escola, faziam o que era esperado das pessoas da sua idade, estudar, ou seja, faziam o que a *doxa* concebia como correto. Isso, a princípio, poderia até parecer satisfatório, mas, de nossa parte, sentimos falta de alguma reflexão mais detida, de parte das adolescentes, a respeito do papel da escola como instância de formação pessoal ou para a vida, de prazer ou mesmo de uma visão dessa instituição como lugar de estudo e debate para a transformação da realidade social, visando a consecução de uma sociedade mais igualitária e justa. Em meio às entrevistadas, duas jovens (Patrícia_17 e Renata_18) afirmaram frequentar a instituição com certo gozo, o que vincularia mais a escola, em seus relatos, às modalidades narrativas do *querer fazer* ou *ser*.

Das entrevistadas, apenas Aline_17 e Diana_15 declararam estar estudando à data das conversas, as demais haviam abandonado a escola, por razões variadas. Patrícia_17, por exemplo, contou que, por conta do uso exagerado de drogas, tinha parado de estudar. A adolescente relatou que se sentia envergonhada na organização por conta da estigmatização que sofria em classe. Ao viver um quadro de dependência química, sofria *bullying* por sua aparência, que tinha sido afetada pelo uso contínuo das substâncias. Por outro lado, ela afirmou gostar da escola e pretendia voltar a estudar. A jovem disse gostar de todas as matérias, e afirmou que não tinha problemas com estudar. Por vezes, contou, retomava deveres e disciplinas da escola em casa, por conta própria.

Renata_18 considerava que estudar era a coisa mais importante para ela, ao tempo da entrevista. Afirmou que o seu estudo tinha “ficado atrasado” porque tinha parado de frequentar a escola. Em sua visão, no passado recente (antes de ter sido internada na Fundação) ela “cabulava muito”, falando que ia para a escola, mas não ia. A jovem contou que se sentia arrependida disso.

Muito embora não estivesse estudando na época, afirmou que, quando frequentava a escola, tinha interesse especial por matemática, disciplina na qual tirava as melhores notas. Bárbara_15, por sua vez, contou que tinha parado de estudar na sétima série, por conta da necessidade de trabalhar. Após ter engravidado, contudo, ela relatou ter sentido vontade de voltar a estudar. A jovem acreditava que, aumentando o seu grau de instrução, iria conseguir um emprego registrado e assim poderia oferecer uma boa educação ao seu filho. Ela tinha grande consideração pela escola dizendo, a respeito do filho, que “sem escola ele não é nada” (BÁRBARA_15). Além disso, a adolescente relatou que gostava de ler.

Duas das jovens nos contaram que, por sentirem uma afinidade pessoal com as disciplinas das ciências contábeis e da matemática, tiveram uma entrada mais fácil em postos de gerência de “biqueiras” ou pontos de venda de drogas. Uma delas relatou que, antes de ter sido apreendida pela polícia, era gerente de três biqueiras, tendo chegado a gerenciar quatro delas. A adolescente afirmou ter chegado a ganhar vultuosas quantias semanais com essa ocupação.

Aline_17 contou que não estudava nada por conta própria em casa. Mas afirmou gostar de ler e de “aprender palavras novas”. A jovem afirmou ainda que, em sua infância, tinha interesse especial por psicologia, mas, após ter crescido, teria mudado de opinião quanto a isso, preferindo estudar para conseguir trabalhar na área de contabilidade, para a qual acreditava ter facilidade, e onde pensava que teria mais condições de ganhar dinheiro, o que considerava importante.

4.6 O crime, o tráfico e as drogas

Algumas entrevistadas discorreram a respeito dos atos infracionais que realizavam anteriormente à autuação. Contaram que normalmente os faziam nas proximidades dos lugares onde moravam. Lá acontecia o envolvimento com pessoas ou organizações criminosas, como as ditas “biqueiras” de tráfico. Essas práticas podiam exigir dedicações muito intensas, como as de acordar de madrugada para fazer entregas, assim como a recolhida de drogas ou dinheiro. A ação de “fechar os caixas”, concluindo as contas financeiras das atividades de cada dia ou a de levar droga para outros traficantes foram mencionadas, ainda, como incumbências de uma das entrevistadas. Em alguns casos, vemos o envolvimento com o mundo do crime fortemente associado com a possibilidade de ganhar dinheiro fácil. Entendemos que a sensação de pobreza financeira relativa, agravada pela forte desigualdade na distribuição de renda em nosso país, pode ser um dos fatores que as levou a se aproximar disso.

Roman (2007) teria encontrado evidências de uma preferência dos valores do “ter” em detrimento daqueles do “ser” nos relatos de jovens homens internados em unidades da Fundação. Nesse sentido, o autor verificou, por exemplo, como as relações sexuais relatadas por seus

entrevistados (as quais, muitas vezes, não passavam por envolvimento afetivo), seriam valorizadas pelos adolescentes homens mais “pelos atributos físicos valorizados socialmente, pelo número que ela [a mulher] representa[ria] no acúmulo de bens ou conquistas ou bens” (p. 25). Assim, esses atos tenderiam a ser mais concebidos a partir da afirmação de um “poder do jovem sobre as coisas-mulheres” (p. 25) do que por relacionamentos afetivos e humanizados.

Em termos semióticos, vemos que o relacionamento mencionado nesse tipo de relações “mais superficiais” (por assim dizer) seria associável, em certa medida, ao que denominamos *operação narrativa*, ou, em termos mais correntes, à transformação das coisas no mundo ou *fazer ser* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 350-351). Isso se daria, nesse caso, com o investimento do objeto narrativo por uma figura actorial pessoal. Haveria, nessas situações, a tendência à coisificação do humano. A outra possibilidade de relação prevista pelo sistema semiótico, a da relação intersubjetiva, é mais comumente relacionada ao que se denomina no campo *factitividade* (p. 201 – 202), a relação de *fazer fazer* travada entre dois actantes subjetivos. A comunicação prevista por esse tipo de interação também prevê a existência de duas instâncias de enunciação – as *persuasivas* e as *interpretativas* – que, por sua vez, incorrem nas problemáticas *contratuais*. Nestas, contrai-se uma relação *fiduciária* entre *destinador* e *destinatário*. Algumas das problemáticas encontradas nos relatos derivam dessa categoria. Deixando as contextualizações teóricas concernentes ao tema, sigamos com os relatos.

Para Renata_18, o envolvimento com atos infracionais começou quando ela fugiu de casa, em momento em que teria se sentido desconfortável no ambiente familiar. Ao sair da morada, relatou, começou a viver em uma ocupação popular, onde precisou de dinheiro para viver. Com isso, teria passado a roubar e a traficar. A adolescente citou, como alguns dos motivos que a levaram a cometer atos infracionais, o “gosto pelo dinheiro” e a convivência com outros adolescentes que os praticavam. Segundo ela, ficou por volta de seis meses fora da casa da mãe e, ao tempo da conversa, tinha mudado de opinião quanto à prática das infrações.

mas antes eu era muito daNA:da... não estava nem aí... não queria saber de na:da... ago:ra eu já tenho uma mente né?... não tinha cabe:ça... só queria ficar na rua... curtir:... ter dinhei:ro gastar:... mas agora não... agora está:... tudo diferente na minha cabeça... (RENATA_18).

O alegado amadurecimento da adolescente quanto a essas ações estaria atrelado, em seu relato, ao arrependimento quanto aos sentimentos que viria causando na mãe. A jovem afirmou que houve um tempo em que cheirava cocaína. Essa prática teria tido idas e vindas. Em certa ocasião, Renata_18 teria se arrependido e abandonado o uso, retomando-o depois. Ao tempo da entrevista, a adolescente afirmava que tinha deixado a substância. Anteriormente à conversa, contou, tinha

sentido vontade de fazer uso da droga novamente mas não o tinha feito, acreditando possuir, à época, mais força para resistir ao desejo. Antes disso, porém, quando ficava muito na rua, afirmou, acabava sentindo mais vontade de usar e não podia se controlar.

Aline_17 teria sofrido agressões por parte do pai, o que a teria feito querer viver na rua e, conseqüentemente, mais em contato com as pessoas que traficavam. Quando esteve envolvida com o crime, contou, seu namorado (o qual viveria com ela e a quem a jovem algumas vezes se referia como “marido”) lhe pedia que deixasse de fazer tais atos, mas ela não lhe dava ouvidos. Segundo o relato, o seu cotidiano antes de ter sido apreendida era bastante agitado, estando dividida entre as funções de contabilidade e entrega de drogas (o que podia acontecer pelas madrugadas) e outros afazeres corriqueiros. Algumas dessas outras atividades mostravam, por exemplo, uma dedicação grande da adolescente com a sua família, realizando ações como as de limpar a casa de parentes ou mesmo levar e pegar os sobrinhos na escola. A convivência de atividades de ordens aparentemente bastante diferentes (“lidar com o tráfico” e “fazer tarefas domésticas em âmbitos familiares”), mencionadas acima, poderia chegar a causar uma sensação de estranheza no leitor, mas ela refletia o cotidiano da adolescente, cujo envolvimento com os atos infracionais não a tinha feito se afastar do convívio familiar.

As demais entrevistadas, durante as conversas, não entraram em detalhes quanto à prática de infrações.

4.7 Crença religiosa, amizade e relacionamento com a família

A presença de manifestações de *espiritualidade* foi bastante *recorrente* entre as entrevistadas. Todas elas expressaram acreditar em Deus em alguma medida, sendo que *quatro delas* afirmaram fazer *orações* em casa. No que concernia à frequência a templos religiosos cristãos, quatro das jovens afirmaram que já tinham frequentado esses locais ao longo de suas vidas (nenhum outro tipo de culto foi mencionado). Apenas duas declararam, de fato, pertencer a uma religião, ao momento das entrevistas.

Aline_17 disse que não tinha religião, mas declarou que ia à Congregação Cristã de vez em quando. Bárbara_15 contou que era evangélica e que tinha frequentado a igreja duas vezes por semana por dois anos. À data da conversa, contudo, tinha deixado de frequentar o templo. A adolescente contou que tinha parado de frequentar a instituição porque não tinha mais tido tempo de ir, mas afirmou que mantinha o costume de orar em sua residência.

Patrícia_17 disse acreditar em Deus mas pensava que não precisava ir à igreja para manter a sua fé, muito embora já tivesse frequentado bastante esses templos no passado. A adolescente afirmou que praticava orações diariamente. Renata_18, por sua vez, contou que não tinha religião,

mas que, sim, acreditava em Deus. A adolescente relatou rezar de vez em quando, mas não ia à igreja. Diana_15, por sua vez, contou que era católica e que ia à igreja todos os domingos, além de rezar em casa todos os dias.

De maneira geral, a família foi vista por elas como um lugar de acolhimento e, por vezes, também de estabelecimento de limites. Muito embora as mães e familiares fossem normalmente admitidas como figuras centrais no que concernia ao afeto, estas não deixavam de exercer julgamentos de valor a respeito das atividades que as adolescentes praticavam, em especial quanto aos atos infracionais, procurando impor limites às suas filhas.

Aline_17 afirmou que tinha um canal aberto de comunicação com a família. Ao mesmo tempo em que contava que nunca tinha mentido para a mãe, a jovem relatou que a genitora considerava erradas algumas das coisas que fazia. Vejamos algumas das palavras da entrevistada.

{E: você vê que a sua família te apoia nas / nas decisões que você toma na sua vida? {A: eles não apoia não:... mas eu faço do mesmo jeito... {E: hum {A: nunca menti... tudo o que eu fazi:a... 'ó eu vou rouBAR eu vou vender dro:ga... eu vou fazer i:sso eu vou gerenciar tal biquei:ra... eu ando com tal pesso:a e ela faz isso isso e isso... eu ando com uma pessoa que matou:... (...) e elas falam 'é o que você QUER?... porque a gente fala não e não vai ouvir:... então eu vou te falar o meu ponto de vista... eu acho que é erra:do... que vai te levar para esse e esse cami:nho...' (ALINE_17).

Essa jovem não expressava muito arrependimento diante dos atos cometidos, muito embora tenhamos constatado que os jovens do sexo masculino em semiliberdade manifestaram isso em grande medida. Aline_17 reconhecia que poderia ter ouvido mais os conselhos da sua mãe, que a advertiam para as consequências de seus atos. Mas ela teria preferido não segui-los, e assim, em suas palavras, teria “quebrado a cara”. Ainda assim, a adolescente afirmava que “é errando que se aprende” (ALINE_17). A jovem seguia seu caminho sem se importar em demasia com julgamentos. A forma como ela encarava a reprovação da genitora era tomada sob um viés não coercitivo, que apenas indicaria o caminho “certo”, mais do que a forçaria a segui-lo. A jovem frequentemente justificava suas ações sob o argumento da sua autonomia. Em termos narrativos, teríamos, aí, uma construção modal de *independência*, o *poder não fazer* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 372-373). Pelo que depreendemos ao longo do relato, o sujeito (figurativizado pela “adolescente”) teria uma tendência a recusar a conjunção com as modalidades do eixo inferior do quadrado modal em pauta (a saber, a *submissão*, *não poder não fazer*, e a *impotência*, *não poder fazer*, p. 372-373), permanecendo conjunto daquelas do eixo superior.

Renata_18, por sua vez, como vimos, considerava ter uma boa relação com a mãe, principal figura familiar. Quando perguntada a respeito disso, afirmou que a genitora de vez em quando apoiava as decisões que ela tomava. Por exemplo, quando disse que iria arrumar um emprego ou

voltar a estudar, a mãe a teria apoiado, mas mesmo assim ela não teria aceitado outra decisão da adolescente, a de ficar com uma pessoa do mesmo sexo. Na visão da jovem, a genitora deveria apoiar isso e um dia acabaria aceitando a sua escolha. Com relação aos amigos, a entrevistada afirmou manter uma boa relação. Eles eram normalmente meninos e meninas que moravam próximos a ela, na capital paulista. Quanto aos rapazes com os quais roubava, porém, afirmou não os considerar como amigos, apenas como colegas.

Bárbara_15 ressaltava o grande valor que o filho tinha para ela, “primeiro:... meu filho depois eu e depois a minha mãe” (BÁRBARA_15). Por outro lado, considerava que o mais importante na vida era aprender coisas novas e, no campo do lazer, dizia que suas práticas favoritas eram ler e escutar música. A jovem igualmente expressou uma forte descrença nas relações não familiares. Afirmava que não tinha amigas, apenas colegas, considerando que “ninguém seria amigo de ninguém” e dizendo que as únicas pessoas nas quais confiava de verdade seriam os seus familiares. Não houve menção, na entrevista, a amizades tidas por parte da jovem após o período da adolescência. As únicas amigas que relatou ter tido foram durante o período da infância, na escola. Quando perguntada se admirava alguém em sua vida, a jovem afirmou que “só admirava a Deus”. O discurso dessa jovem apresentou um estilo bastante mais sucinto do que o das demais, não demonstrando abertura para questionamentos ou muitas relativizações quanto às suas maneiras de ver as coisas.

Diana_15, por sua vez, considerava que a família era a coisa mais importante da sua vida. Quando perguntada pelas razões de pensar assim, afirmou o que transcrevemos abaixo.

porQUE: sim:... porque: antes... eu:... eu... / sei lá: eu estava meio briga:da... mas daí depois que eu vim pre:sa... percebi que na vida nós só têm E:les né?... porque:... nas horas... que a gente:... está lá n / na pior... quem fortale:ce é a famí:lia mesmo... porque: ami:go nós não tem não... (DIANA_15).

Assim, vemos nos relatos femininos, uma vez mais, a ideia expressa na fala dos jovens homens, a de que a *família seria a única instância na qual as pessoas poderiam confiar*, afirmação feita acima anteriormente à *depreciação da amizade*, o que talvez reforce um caráter argumentativo da afirmação. De todo modo, isso reforçaria a tese de que os jovens em semiliberdade, de maneira geral, tenderiam a manter uma *desconfiança grande* de tudo aquilo que fosse oriundo do universo *não familiar* ou advindo de *esferas públicas* (ou mais amplas) da sociedade, assumindo-os, de antemão, como ameaçadores, falsos ou indignos de confiança. A desconfiança diante dessas instâncias de alteridade – figuras expressas, no caso, pelos amigos – reforçaria essa ideia. No caso dos amigos com os quais cometiam roubos ou traficavam, essa descrença tendeu a ser expressa de maneira ainda mais forte.

4.8 Trabalho, namorados e temas relacionados à vida adulta

Em meio às entrevistadas, apenas uma nos contou que estaria trabalhando à data das conversas. Entre as demais, não foram encontrados relatos de envolvimento profissional de qualquer ordem, apenas aqueles feitos com as atividades ilícitas que as teriam levado à internação. Tal fato vai de encontro à tese de que há problemas no que concerne à inserção profissional da juventude no Brasil, reforçando a condição de vulnerabilidade desse segmento populacional. Se os adolescentes do sexo masculino consideravam que o tráfico era um meio de se ganhar dinheiro que era muito mais “aberto” a recebê-los do que as formas legais de trabalho, no universo das adolescentes entrevistadas, isso não diferiu muito.

Bárbara_15 afirmou que trabalhava, fora da unidade, com produção de joias. Ela teria um negócio familiar com o cunhado e a sogra, muito embora estivesse abaixo da idade mínima para trabalhar legalmente. Por ser uma atividade relativamente autônoma, podia escolher o número de horas que queria fazê-lo diariamente e apenas ganhava pelo produzido, contou. A adolescente afirmou que estava casada e que tinha um bom relacionamento com o marido, à data da conversa. Diana_15 e Patrícia_17 contaram que não namoravam e que nenhuma delas tinha tido experiências profissionais na vida.

Renata_18, por sua vez, relatou que queria trabalhar com perícia policial, e esse era seu objetivo para o futuro. Desde pequena queria fazê-lo e, no momento da conversa, sabia que precisaria cursar uma faculdade para poder atuar na área. É interessante que, sendo ela uma adolescente que tinha reincidido na prática de atos infracionais, ainda assim, queria se manter profissionalmente em uma ocupação relacionada ao universo policial. Em termos semióticos, haveria, aí, a manutenção das isotopias da /criminalidade/ e da /repressão/, mesmo estando o ator discursivo “Renata” posicionado, nessa nova profissão vislumbrada, “do outro lado” do percurso da sanção narrativa, deixando de ser julgada, para passar a julgar. Ela também nos contou que, durante um tempo, namorava uma jovem do mesmo sexo, mas disse que elas tinham terminado o relacionamento ao momento da entrevista.

Aline_17 apenas afirmou ter tido envolvimento com o tráfico. A jovem contou que nunca tinha precisado “trabalhar na rua”, ou seja, como olheira, ou realizando outras funções em meio ao negócio de drogas. Além disso, a adolescente relatou que tinha conseguido ganhar uma quantia grande com a venda de entorpecentes e que, durante um bom tempo, gastava muito dinheiro comprando coisas. A jovem não relatou ter tido qualquer experiência com trabalhos legais. Além disso, Aline_17 afirmou ter vivido com um rapaz por um ano e quatro meses. A jovem disse que ele se preocupava com ela, tendo-a acompanhado durante o processo em que, pela primeira vez, tinha

sido internada na Fundação CASA. Segundo contou, ele não gostava que ela traficasse e lhe pedia que frequentasse com ele a igreja. A jovem afirmou tê-lo agredido uma vez, pelo fato de ele se opor às ações dela. Mas isso teria acontecido, contou, em ocasião na qual ele teria tentado bater nela primeiro. A jovem afirmava já não mais querer saber dele, considerava ter terminado o relacionamento após a suposta tentativa de agressão sofrida.

4.9 O futuro para as adolescentes do sexo feminino

Diferentes perspectivas se apresentaram quando as jovens foram perguntadas com relação ao futuro. Em geral, vemos que *todas pretendiam concluir os estudos básicos*, ou retomar a escola, instituição vista sobretudo como um meio fundamental para se obter melhores oportunidades profissionais, como visto no item 5.5 deste capítulo. Fora isso, algumas expressaram determinações já bastante desenhadas, tendo destinos universitários e profissionais pré-traçados. Uma delas, contudo, mostrou-se despreocupada no que concernia a essas decisões, estando bastante impactada pela experiência na Fundação e não vendo a hora de voltar para casa. Quanto a projeções para um futuro distante, a figura da “moradia independente” foi bastante comum, assim como o desejo de se estar vivendo um momento profissional relativamente resolvido e estável. Apenas duas delas declararam querer ter famílias próprias.

Renata_18 queria voltar a estudar e trabalhar, com vistas à conclusão da escola básica, pretendendo fazer faculdade no futuro, para poder trabalhar com aquilo que gostava. Como já ressaltado anteriormente, ela tinha o sonho de trabalhar como perita policial, mas, quando saísse da unidade, a adolescente afirmava que pretendia aceitar qualquer trabalho, com preferência ao de atendente, pois gostava de conversar com as pessoas. Ela afirmou, no trecho transcrito abaixo, já estar engajada na busca de oportunidades.

quando eu saIR... eu vou voltar a estuDAR... à noite... numa esco:la... e quero trabaLHAR também... já estou:... procurando empre:go... {E: está procurando?...
{R: já:... já fiz vários currículos... já entreguei:... só estou esperando chamar: só:...
(RENATA_18).

Já Patrícia_17 declarou não ter expectativa de trabalhar em nenhuma área específica, afirmando que pretendia acabar os estudos primeiro. Por outro lado, contou que poderia ser bom conseguir algum trabalho qualquer, fosse em uma lanchonete, como frentista de posto ou mesmo em um mercado. O planejamento para o futuro feito por essa jovem acontecia de modo bastante fluido. Ela evitava realizar planejamentos ou determinar metas específicas. Nesse sentido, vemos que suas ações eram guiadas, em alguma medida, pelo regime do *acidente* de Landowski (2014). Segundo a terminologia dos modos de interação proposta por esse autor, esse regime estaria ligado

ao que designa como o *fazer sobrevir* (p. 80). No relato dessa adolescente, verificamos uma postura de abertura às possibilidades do futuro, o que indicaria uma certa *permeabilidade ao acaso*, expressos pela seguinte formulação, em suas palavras, “ah... eu não vejo na:da... eu deixo acontecer ((risos)) eu vejo no que vai dar... ((risos))” (PATRÍCIA_17). Ela afirmou não querer determinar com antecipação o que faria da vida. Mesmo demonstrando um grande interesse pelo desenho e pela pintura, evitava arriscar traçar qualquer planejamento profissional nesse sentido.

Outro regime de interação que está presente no discurso de Patrícia_17 é aquele do *ajustamento*, ou do *fazer sentir* (LANDOWSKI, 2014, p. 80). Segundo o autor, este exige uma competência estética, por meio da qual o destinador-manipulador precisa estar disposto a readequar seus objetivos iniciais ao ingressar na interação (p. 48). Tal regime poderia ser encontrado na interação intersubjetiva expressa na dificuldade da jovem citada de manter uma disciplina própria quando em companhia dos amigos do baile funk, por exemplo. Se, naquele lugar, todos queriam fumar e usar muitas drogas, a entrevistada contou que também, de pronto, sentia vontade de fazê-lo, ou seja, deixava-se influenciar diretamente pelos comportamentos dos colegas. Isso a prejudicava, considerava ela, haja vista sua tendência à dependência química, observada anteriormente. Os regimes da *manipulação* e da *programação*, contudo, seriam menos comuns no discurso dessa entrevistada. No que tangia a um futuro mais distante, a entrevistada contou que se imaginava trabalhando e vivendo em uma casa de maneira independente.

Diana_15, por sua vez, contou que planejava terminar os estudos, prestar faculdade e somente então começar a trabalhar. A área em que a jovem declarou ter interesse era a do direito. Ela sonhava em se tornar advogada.

{E: porque é: que você quer ser advogada?... {D: ah... sei lá... o meu tio é né?... e aí eu me espelhei ne:le... {E: e o qUE que você se espelhou ne:le? {D: ah:... sei lá é uma profissão BOa né?... e eu m / gosto assim de:... defender::... tentar:: ajudar o próximo... porque muitas pessoas aí é injustiÇA:da né?... muitos idosos aí... que: sofre aí... não consegue aposentar:... (DIANA_15).

Em um primeiro momento, a adolescente afirmou que sua escolha profissional se deu pelas condições gerais do trabalho. Muitos de nós sabemos, mesmo que por intuição, da existência de algumas construções discursivas comuns em nossa sociedade, que determinam algumas profissões como sendo “boas” e outras como “ruins”. Essas opiniões estariam mais ligadas, talvez, a visões conservadoras. Seja como for, normalmente, os critérios de definição para o que se entende como o “caráter” das profissões passam pela remuneração e pelas condições de trabalho, ou seja, ligam-se sobretudo a motivações de caráter individual. Contudo, como vemos no desenvolvimento da fala da jovem, a sua avaliação levaria em conta aspectos mais ligados à esfera da satisfação pessoal assim

como à importância social da atividade. A escolha profissional por ser advogada refletia, desse modo, o agenciamento da modalidade do *dever*. A jovem acreditava que, trabalhando com essa função, estaria, além de ganhando sua vida (e cumprindo, assim, com um senso de *dever individualizado*), fazendo o bem às demais pessoas e satisfazendo as condições necessárias de uma *deontologia coletiva*. As suas expectativas para o futuro eram ter uma casa própria e constituir família.

Bárbara_15, por sua vez, não quis conversar muito sobre esse tema. Aparentemente, pela brevidade nas respostas, a adolescente estaria já um pouco impacientada pela duração da conversa conosco. De todo modo, a jovem afirmou já possuir tudo o que queria e acreditar que o seu futuro seria bom. Com isso, concluímos a etapa de análise dos discursos *peritópicos* quanto ao centro hegemônico estipulado e passamos ao contexto indígena (*paratópico* quanto a ele), com os relatos dos jovens desse perfil.

Capítulo 5 – Protagonismo comunitário: o discurso dos jovens xavantes

Nos capítulos anteriores, examinamos, em primeiro lugar, os relatos de jovens urbanos “em liberdade” da área metropolitana de São Paulo, discursos tomados por estarem situados em uma posição supostamente *mesotópica* com relação ao que seria um “centro hegemônico” do universo discursivo de nossa sociedade. Em um segundo momento, observamos depoimentos de jovens residentes no mesmo Estado de São Paulo, mas que estavam cumprindo medidas socioeducativas na época da coleta de entrevistas. Estes depoimentos foram considerados como representantes de uma movimentação *peritópica* quanto a esse mesmo ponto de referência estipulado. Iremos agora nos debruçar sobre o terceiro perfil de indivíduos a serem analisados em nosso trabalho. Trata-se de jovens indígenas da etnia xavante, residentes na Terra Indígena Sangradouro / Volta Grande (MT). Estes foram escolhidos para representar os relatos pertencentes a um universo semântico que denominamos *paratópico* com relação ao posicionamento axiológico-discursivo mais difundido em nosso país.

Como veremos, os jovens entrevistados do grupo citado se encontravam, sob certos aspectos, “postos fora” dos esquemas sociais englobantes da nação (tomemos as perspectivas civil e representacional, por exemplo). Ao mesmo tempo, é essencial ressaltar que eles, em sua condição coletiva enquanto etnia, já não possuíam mais condições de viver como se a sociedade circundante não existisse, afinal, as influências dessa cultura lhes chegam desde pontos diversos, como veremos. Ao residirem em uma localidade que conseguiu, a custo de muita luta ao longo da história como veremos, manter-se relativamente independente de algumas das dinâmicas produtivas e circulatórias do país em geral, os Xavante puderam se manter distanciados de certas determinações que influenciaram de maneira decisiva e acelerada as relações humanas, assim como a paisagem ambiental do último século na região. Hoje, esses indígenas, de uma maneira ou de outra, dificilmente podem evitar se ver postos em relação com diferentes aspectos da cultura circundante. Isso ocorre ainda que grande parte deles não domine o português e nem tenha tido acesso a muitos dos bens culturais e materiais que circulam em larga escala pela sociedade nacional.

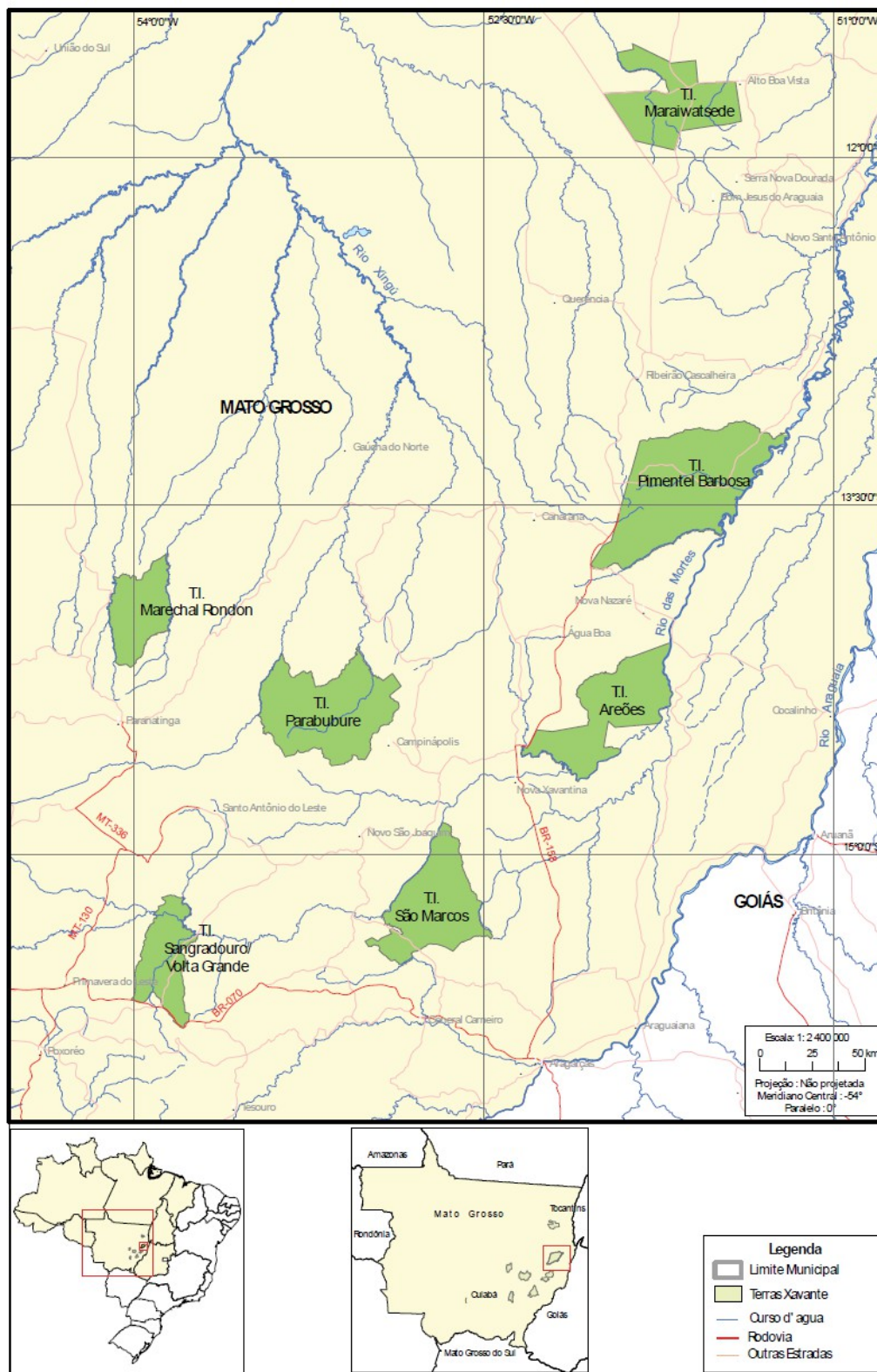
A título de contextualização social, lembramos que o percentual de habitantes indígenas no Brasil calculado pelo censo 2010 do IBGE foi estimado como sendo da ordem de 0,42% da população total (esta sendo estimada pelo mesmo estudo em algo como 190 milhões 755 mil pessoas), contando o contingente populacional indígena com aproximadamente 817 mil indivíduos

que se autodeclaravam assim (IBGE, 2011, p. 132). Se tomarmos o recorte da população nacional jovem (entre 15 e 29 anos), segundo o mesmo estudo, teríamos um número da ordem de 51 milhões e 340 mil indivíduos, dos quais aproximadamente 220 mil seriam indígenas, ou seja, algo como 0,43% do total (p. 132). Desse modo, o percentual do número de jovens indígenas em relação ao total de jovens brasileiros consistiria em um valor proporcionalmente maior do que aquele obtido entre os autodeclarados indígenas e a população não indígena de todas as faixas de idade. Pereira et al. (2014) apontam para o fato de que o Brasil seria um dos países latino-americanos com menor percentual de população indígena nos dados censitários. Diante disso, os autores acreditam que o resultado possa ter sido influenciado pela forma como as estatísticas foram geradas (p. 181). Vejamos algumas razões possíveis para isso abaixo.

Segundo Pereira et al. (2014), a categoria “indígena” só foi incluída na questão a respeito de raça no censo brasileiro a partir de 1991, e, nesse sentido, o fato de se prover mais ou menos classificações poderia “contribuir para aumentar ou não a adesão dos indivíduos a qualquer categoria” (p. 184). Além disso, os autores também afirmam que é possível que as pessoas indígenas, anteriormente à existência dessa forma de determinação censitária, declarassem pertencimento à “raça parda” (p. 184). Lembramos que o segmento “pardo” do censo 2010 consistiu em um total de aproximadamente 82 milhões 277 mil indivíduos, algo como 43% da população, uma vasta parcela, com o que se torna difícil aferir se a presença indígena atestada no estudo condiz com a sua realidade étnica (IBGE, 2011, p. 123). Descontados os problemas metodológicos concernentes a essa difícil tarefa de pesquisa, tudo indica que, no que concerne à autodeclaração, estamos diante de um grupo que é minoritário em meio à população geral. Por outro lado, dados do Censo 2010 apontaram que o segmento “indígena” teve o maior aumento na taxa anual de crescimento populacional (PEREIRA et al., 2014, p. 185-186), o que seria um indicador positivo, considerando-se a relevância da continuidade da tradição desses povos em meio à nossa nação.

Os A'uwê-Xavante vivem hoje em diferentes territórios indígenas localizados no Estado do Mato Grosso, conforme mapa a seguir.

Figura 5.1 – Mapa de localização das Terras Indígenas Xavante homologadas, Mato Grosso, 2010.



Obs.: Parabubure inclui as TI. Chão Preto, Parabubure e Ubawawe.

Fonte: extraído de Welch et al. (2013, p. 60).

A T. I. Sangradouro / Volta Grande está localizada no canto inferior esquerdo do mapa. Segundo Gomide (2011, p. 3), a lista dos territórios Xavante seria composta pelos seguintes territórios Marechal Rondon, Sangradouro / Volta Grande, São Marcos, Parabubure, Ubawawe, Chão Preto, Areões, Pimentel Barbosa e Marãiwatsede. Para mais informação quanto a esse tema, ver Gomide (2008, p. 250-253) ou Welch et al. (2013, p. 60-61). A T. I. Parabubure teria tido seus limites revistos com a regularização das reservas Chão Preto e Ubawawe, ocorridas entre 1997 e 1998, sendo elas contíguas à primeira (GOMIDE, 2011, p. 4; GOMIDE, 2008, p. 272; ISA, 2008).

1 Contextualização histórica dos A'uwẽ-Xavante, dos sécs. XVII ao XXI

Em primeiro lugar, esclarecemos que estamos tratando aqui do povo A'uwẽ-Xavante, conhecido por vezes na literatura mais antiga como *Akwe-Xavante*. Esta denominação é usada para diferenciá-los dos grupos Oti e Ofaié-Xavante, sendo estes últimos nomes associados a povos indígenas que teriam vivido em outras regiões do país (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 40). Segundo Maybury-Lewis (1984), antropólogo britânico que estudou os A'uwẽ-Xavante por várias décadas, a existência de contextos diversos de aplicação do termo “xavante” nos estudos antigos disponíveis se deve ao fato de que este era aplicado então indistintamente às várias etnias que habitavam o cerrado (p. 40). A etimologia desse seu nome até hoje segue sendo considerada como desconhecida, mesmo para alguns dos principais autores que estudam ou estudaram o povo (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 40; GRAHAM, 2018, p. 64). A forma *A'uwẽ*, (variante de *Akwe*) é utilizada, no idioma, para autodenominação assim como para designar a ideia genérica de “gente” (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 40; GRAHAM, 2018, p. 64). Com Graham (2018), usamos o símbolo ' para representar a oclusiva glotal, ao passo que nos valem da grafia “ẽ” para representar a vogal média baixa (tal como no “é” do português), mas, neste caso, para a variante nasal (p. 31). Outras vogais nasais utilizadas pelo idioma serão grafadas como ã, õ, e õ ao longo de nosso trabalho. No tocante ao nome desse povo, as formas gráficas *A'uwe*, *Auwe* e *A'we* são alternativas que podem ser encontradas em diferentes estudos. A título de padronização, com Vianna (2008, p. 19), quando tratarmos dos A'uwẽ-Xavante em geral, utilizaremos a forma do singular e maiúsculas. Ao referirmo-nos a parcelas do grupo que não a sua totalidade, utilizaremos a forma *xavantes*, e a grafia com minúscula (*xavante[s]*) fica reservada para sua utilização como adjetivo. Ao longo do nosso texto, poderemos igualmente utilizar, para designá-los, os termos *A'uwẽ* ou Xavante em suas formas isoladas (como sinônimos).

As primeiras fontes documentais historiográficas encontradas contendo menções à presença dos *A'uwẽ* teriam ocorrido na segunda metade do séc. XVIII, mais precisamente do ano de 1751 (LOPES DA SILVA, 1998, p. 362; GOMIDE, 2011, p. 6). Na ocasião, declarava-se que eles, então

chamados de “gentio Xavante”, habitavam no sertão, em “região compreendida entre a margem direita do rio Araguaia e a margem esquerda do rio Tocantins” (LOPES DA SILVA, 1998, p. 362). Tratava-se de território localizado na então denominada Província de Goiás, no Brasil Central. O grupo, ao longo de sua história, parece ter vivido um percurso de constantes mudanças geográficas, tanto após o aparecimento de registros escritos sobre eles, como para o período anterior a isso, pelo que Lopes da Silva (1998) depreende de história oral coletada (p. 357). Seu idioma pertence à família linguística Macro-Jê, conjuntamente a outros povos, como os Xerente, etnia com a qual os Xavante guardam, inclusive, laços de parentesco. No que tange à semelhança entre ambas, Graham (2018) afirma: “Pensa-se que os dois grupos tenham sido um único povo em algum momento da história” (p. 65), muito embora a época exata da sua separação seja tema de controvérsias.

O início da história documentada dos Xavante (século XVIII) teria sido marcado pela evitação do contato e pelo confronto entre colonizadores e indígenas (LOPES DA SILVA, 1998, p. 362). Vejamos algumas palavras da autora.

Para os Xavante, inicia-se uma história documentada, de fugas e submissões, marcada pela condição de transitoriedade em relação aos territórios habitados. Deslocamentos impostos pela presença sempre mais próxima de colonizadores brancos marcaram todo o período entre meados dos séculos XVIII e XX (LOPES DA SILVA, 1998, p. 362).

No século XVIII, a região onde esses indígenas habitavam, antes disso pouco considerada pelo governo, teria passado a se tornar interessante economicamente, por conta da descoberta de jazidas de ouro (LOPES DA SILVA, 1998, p. 363, GRAHAM, 2018, p. 67). O minério iria apresentando um declínio produtivo em outras regiões próximas, o que teria feito com que a área se tornasse estratégica do ponto de vista de sua exploração. Nesse contexto, diversos esforços foram feitos no sentido de subjugar, submeter e prender os indígenas nos aldeamentos que haviam sido instalados na região da Província de Goiás (LOPES DA SILVA, 1998, p. 362 – 364; GOMIDE, 2011, p. 6-7). Segundo Lopes da Silva (1998, p. 363), e Graham (2018, p. 68) os aldeamentos seriam, em realidade, algo como “prisões indígenas”, para onde eram conduzidos os sobreviventes dos ataques dos bandeirantes, mantidos em regime de trabalhos forçados e maus-tratos, estando, lá, igualmente, sujeitos a epidemias. Nem todos os xavantes teriam sido aldeados nesse período, tendo alguns deles se mantido arredios e conservado um posicionamento de confronto diante dos representantes da sociedade imperial.

No séc. XIX a situação encontra uma alteração, ainda de acordo com Lopes da Silva (1998, p. 364-365). Diante do declínio da mineração, a população de Goiás teria diminuído e, dada a grande extensão do território da província, a distribuição de pessoas em sua área teria se tornado,

também, mais rarefeita. Além disso, nessa época, os colonos teriam se dedicado com mais afinco a atividades agrícolas e a pecuária. Nesse cenário, teriam recrudescido os conflitos entre os indígenas (alguns deles ex-aldeados) e os não indígenas, dedicados ao comércio e à agropecuária. Ao início desse século, os aldeamentos teriam vivido uma situação de abandono e os Xavante teriam ido progressivamente escapando deles, rumando em direção a povoados próximos às instalações oficiais. De lá, teriam mantido ofensivas contra colonizadores no Norte da Província de Goiás (GRAHAM, 2018, p. 68). Segundo Maybury-Lewis (1984), ao final desse período, houve um novo movimento de afastamento dos indígenas com relação aos colonos, e, durante as três últimas décadas do século XIX, os A'uwẽ teriam permanecido relativamente isolados dos brancos, na região do Rio das Mortes, de onde, segundo o pesquisador, “atacavam quaisquer intrusos” (p. 40).

Nessa época, teriam ocorrido diversas cisões internas na sociedade xavante, fruto de divergências principalmente no que concernia a aceitação ou recusa do convívio com os brancos (LOPES DA SILVA, 1998, p. 364). Isso teria feito com que ocorresse a suposta cisão entre Xavante e Xerente, calculada por Lopes da Silva (1998) como acontecida por volta de 1820 (p. 365). Os primeiros teriam rejeitado o convívio com os brancos, e migrado rumo a sudoeste, ao passo que os segundos teriam permanecido no local onde estavam (no antigo Goiás) e cedido à dominação colonial (GRAHAM, 2018, p. 68). Hoje, o Território Indígena Xerente se encontra localizado no que é o Estado do Tocantins (ISA, 1999), enquanto que a população A'uwẽ estaria dividida em diferentes territórios no Estado do Mato Grosso. Seria também em meio a esse momento histórico que teria ocorrido o episódio, mítico ou factual, da travessia do *Öwawẽ* (termo que significa, literalmente, “água grande”). Segundo Lopes da Silva (1998), a palavra serviria também para designar tanto o Rio Araguaia como o Rio das Mortes (p. 365). Gomide (2011, p. 7) também atesta a existência dessa travessia, considerando, porém, que os indígenas, a essa época, teriam cruzado três rios (além dos dois anteriormente citados, também o Rio Cristalino). Na ocasião da travessia, os indígenas teriam avistado um grupo de botos cruzando o rio, assustando-os e fazendo com que alguns optassem por ficar onde estavam. Relato oral de tal passagem está registrado em coleção que traz depoimentos de anciões de *Etenhiritipá* (nome indígena para a reserva Pimentel Barbosa), coletados e organizados por Ângela Pappiani e Cristina Flória (SEREBURÃ et al., 1998, p. 88-89).

Por fim, os Xavante chegaram à região de *Isõrepré* (que significa, literalmente, “pedra vermelha”), nome dado à Serra do Roncador assim como, também, à aldeia que ali teria sido construída então. Outra grafia para esse termo é *Sõrepré* (GRAHAM, 2018, p. 70). Lopes da Silva (1998) afirma que seria possível datar a existência dessa aldeia entre o fim do século XIX e a década de 1920 (p. 366). Os indígenas teriam encontrado, nessa localidade, um local para se estabelecer, a custo de guerras contra grupos que visavam o mesmo território, como expedições

colonizatórias ou outros grupos indígenas (p. 367). A partir de nosso convívio e de conversas com algumas lideranças Xavante, no âmbito das visitas realizadas para a confecção desta pesquisa, tivemos notícias de uma articulação que acontecia à época, em torno da preservação e da identificação da área onde estaria localizada essa antiga aldeia. Seus vestígios estariam ameaçados pela construção de empreendimentos viários, em especial, a rodovia BR-080. De todo modo, Lopes da Silva (1998) conta que, de *Isõrepré*, derivaram-se as facções que originaram alguns dos territórios A'uwẽ atuais, entre eles *Parabubure* e *Marãiwatsede*, provavelmente por volta do início do séc. XX (p. 367).

Na década de 1930, missionários católicos teriam se aproximado de *Marãiwatsede* para buscar a atração e a conversão dos Xavante, o que teria culminado na morte de dois padres. Após esses óbitos, todos os índios de uma aldeia não identificada teriam sido mortos por uma expedição punitiva (LOPES DA SILVA, 1998, p. 367). Teria sido nesse contexto, de um acréscimo das iniciativas de “pacificação” por parte do governo, que teria acontecido o que Lopes da Silva (1998) designa como o “contato definitivo”, em 1946, em local denominado São Domingos (p. 368). A essa época, os indígenas já se encontravam encurralados e cercados por criadores de gado e expedições, ou seja, o território onde haviam conquistado certa tranquilidade já não era mais habitado exclusivamente por eles. Diante desse cenário, a rendição foi acontecendo de maneira gradual, de forma que, em dado momento, após um período de atenuação das hostilidades, os indígenas da aldeia *Aröbönipó* teriam concordado em fazer uma nova aldeia próxima da área onde estariam os brancos (p. 368). Muito embora esse acontecimento conste na história do indigenismo como a principal ocasião de estabelecimento de contato da etnia com a sociedade nacional, a essa mesma época, outras populações A'uwẽ ainda permaneciam distantes dessas expedições, em outros territórios, e teriam ido, por sua vez, também estabelecendo relações com expedicionários ou missionários próximos (LOPES DA SILVA, 1998, p. 369; GOMIDE, 2011, p. 9).

A organização política desse povo reflete uma estrutura relativamente descentralizada, em meio à qual as patrilineagens desempenham papel fundamental (LOPES DA SILVA, 1998, p. 369-370). A despeito de um sentimento de reconhecimento que lhes permitiria se caracterizar como unidade étnica, seria comum que, pelos traços da sua cultura, novas aldeias se derivassem das originárias, com base em movimentos que foram descritos na literatura como sendo de “facciosismo”. Na dinâmica social desse povo, conflitos não solucionados tenderiam a resultar em cisões nas aldeias, além de levar, com frequência, a embates físicos (p. 370). Hoje em dia, com as alterações inerentes ao tipo de ocupação que precisaram passar a ter em meio às reservas indígenas, obviamente muito teve que mudar no tocante a essas operações, passando eles a se sedentarizar e a ter de se adaptar em diversos aspectos.

O uso da expressão “pacificação dos Xavante” não seria apropriado para a descrição do processo histórico em pauta, uma vez que apontaria para um dos polos do conflito apenas, ressaltando o que seria seu apaziguamento. Segundo Lopes da Silva (1998), também crítica do termo, ele

oculta qualquer notícia de deliberações e definição, por parte do Xavante, das estratégias de enfrentamento ou aceitação dos brancos ou da tomada de decisão de rendição em função de avaliações cuidadosas das condições em que se encontravam (LOPES DA SILVA, 1998, p. 372).

A atribuição de um *ethos* belicista a esse povo, argumentação que se fundamentava a partir da constituição de seu sistema social guerreiro, parece ter funcionado como uma forma de “justificativa” para o cometimento de violações contra eles ao longo da história brasileira. A construção imagética citada aponta para uma sociedade que seria sumamente cruel. Contudo, diante de constatações diversas a respeito da violência inerente aos processos colonizatórios em nosso continente, perguntamo-nos com base em que tipo de raciocínio ainda sobreviveria, em meio a nossa nação, a ideia ingênua de que as civilizações indígenas seriam “bárbaras”, ao passo que aquelas que as cercaram, declararam-lhes guerra por centenas de anos a fio e causaram-lhes milhares de mortes seriam consideradas “civilizadas”?

Quando observamos algumas das discussões trazidas por Clastres (1982, p. 81-82), a respeito das diferenças existentes entre as noções de *genocídio* e *etnocídio*, vemos como a destruição dos modos de vida, linguagem e pensamento de povos são formas de manifestação do segundo desse tipo de atos abomináveis. Vejamos suas palavras abaixo.

Se o termo *genocídio* remete à ideia de 'raça' e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo *etnocídio* aponta não para a destruição física dos homens mas para a destruição da sua cultura. O *etnocídio* é, portanto, a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento (CLASTRES, 1982, p. 83, grifos nossos)

Além desse ponto, para aproveitar a ocasião, lembramos que, em outros momentos dessa obra, Clastres (1982) faz questão de identificar um “ímpeto guerreiro” que estaria intrinsecamente atrelado aos povos que ele chamava “primitivos”. Em sua concepção, essas são sociedades “contra o Estado”, por sua natureza constitutiva. A seu ver, há, nelas, uma recusa primordial da divisão social e da desigualdade, e isso se dá a partir da interdição da alienação entre os diferentes componentes sociais que as compõem (p. 254). Assim, a possibilidade da guerra, segundo ele, está inscrita na “forma de ser” dessas sociedades, que instituem o “outro” como uma diferenciação necessária para a construção de seu senso de totalidade, postura que as ajudaria a fortalecer, desse modo, sua autonomia e coesão internas.

Sem querer nos aprofundar nessa discussão, o que ultrapassaria nossas possibilidades e conhecimentos no momento, lembramos que Lopes da Silva (1986, p. 253-259) reconhece a contribuição da obra de Clastres nos estudos a respeito das sociedades indígenas, em especial quando afirma que é necessário admitir a importância do reconhecimento dos diferentes “outros” para que se constitua, a partir deles, as noções de identidade individuais ou grupais (p. 258). Além disso, as reflexões da autora identificariam, em meio à sociedade xavante, variados tipos de relação, tais como as de aliança e solidariedade. Estas estariam baseadas em um princípio de reintegração ou de coesão do povo, cuja coletividade teria sido previamente dividida por estruturas como as classes de idade ou as metades binárias das classes matrimoniais (p. 260). Assim, não podemos pensar nesse povo apenas da perspectiva de sua belicidade, do mesmo modo que seria equivocado considerá-los simplesmente como “bons selvagens”. Falleiros (2012) também aborda tal assunto, com base na oposição entre predação e valorização do outro na constituição do interno (p. 77).

As eventuais comparações feitas entre diferentes sistemas sociais precisam ser pautadas em critérios, perspectivas e evidências. Junqueira (2002) reforça essa ideia (p. 44-45). Desse modo, por um lado, não poderíamos deixar de reconhecer o grande desenvolvimento da sociedade industrial capitalista no que concerne ao avanço tecnológico, à construção de máquinas e dispositivos eletrônicos, ou mesmo ao fato de que esta proporcionaria um grande acúmulo de bens manufaturados. Por outro lado, os povos indígenas, por viverem, por exemplo, em uma relação de interação “mais direta” com o que seriam os elementos naturais (a fauna, a flora, a água, entre outros), em formas não trabalhadas por processos industriais, poderiam ser considerados como sociedades que manteriam um “maior respeito” por um manejo sustentável desses recursos, possuindo inúmeros conhecimentos que desconhecemos nesse sentido. Se há inteligências e sistemas sociais que souberam explorar a natureza de uma forma profundamente eficiente, desde uma perspectiva extrativista e utilitária, há outros que criaram modos de se relacionar com os animais, a terra e as plantas de modo diferente. Isso lhes teria permitido, por exemplo, manter, por muito tempo, uma economia que poderia ser considerada *relativamente abundante* no que concerne ao provimento dos *itens essenciais à vida* (p. 49-52). Clastres (1982) fazia menção à economia dos “selvagens”, ou ao que denominava “modo de produção doméstico”, como um regime de produção e circulação de bens que seria pleno de recursos, a despeito do que muitos poderiam supor (p. 343-345).

Um breve vídeo elaborado pelo Centro de Comunicação Digital e Pesquisa Partilhada (CEDIPP) da FFLCH/USP (MEIO AMBIENTE, 2018), traz o depoimento de um *ĩhĩ* (ancião xavante) de Sangradouro / Volta Grande, a respeito da relação dos indígenas com a natureza e dos grandes impactos que eles viriam sofrendo desde o contato com a sociedade nacional, assim como

com a construção de empreendimentos nas proximidades de suas terras. No documento audiovisual, ele conta que, antigamente, o desmatamento não fazia parte de sua realidade e que, com a difusão dos pastos na região, os animais silvestres teriam se afastado, o que teria tornado mais difícil a obtenção de caça de parte dos indígenas.

Sigamos com o estudo do percurso histórico dos A'uwẽ entre as décadas 1950 e 1960, baseados no estudo de Lopes da Silva (1998, p. 369-372). Nessa época, teriam ocorrido transformações ainda mais profundas na experiência dos Xavante, tendo eles que conviver, entre outros fatores, com a redução no limite de seus territórios, o convívio diário com não índios e as ações catequéticas, além da substituição gradual das atividades econômicas tradicionais, como a caça, a coleta e a agricultura complementar pela lavoura (p. 373). Integrados em meio aos postos e às missões, teriam passado a viver, cada vez mais, a realidade da convivência interétnica. Nos anos 1970 e 1980, por outro lado, há o reconhecimento oficial de muitas das reservas atuais dos Xavante, dentre elas Marechal Rondon (demarcada em 1972), Pimentel Barbosa e Areões (decretadas em 1969), Sangradouro / Volta Grande (demarcada em 1973), São Marcos (decretada em 1972) e Parabubure (demarcada em 1981), conforme relata Lopes da Silva (1998, p. 375). Esse processo teria sido marcado, em muitos casos, por um forte clima de tensão entre empresários, fazendeiros e indígenas (p. 375).

Dirigindo-nos às últimas décadas do séc. XX (em especial entre 1970 e 1980), mais esforços teriam sido feitos pelo governo militar no intuito de implementar uma ocupação da Amazônia Legal e dinamizar o setor agrícola (LOPES DA SILVA, 1998, p. 374-379). Estas teriam cercado ainda mais as populações xavantes de loteamentos de empresas, assim como de assentamentos de posseiros e colonos. O contexto histórico desse crescimento, teria contado com incentivos financiados pelo governo, assim como envolvido uma “falta de controle” com relação à emissão de títulos de terra no Estado do Mato Grosso, os quais conteriam, por vezes, equívocos, podendo duas ou mais propriedades estar superpostas (p. 372-373). Isso teria culminado na exposição dos indígenas às pressões “civilizatórias” de maneira mais acentuada, além de aumentar os conflitos na região.

Nesse contexto, iniciou-se a política indigenista do “Plano integrado de desenvolvimento da nação Xavante”, levada a cabo pela FUNAI, em meio aos governos militares pós-64. Segundo Graham (2018), a região teria se tornado muito importante por conta da expectativa do “milagre econômico” brasileiro (p. 90). O objetivo desse projeto seria tornar possível que as populações indígenas se tornassem produtivas, tendo um capital de giro próprio que pudesse fazer com que elas se tornassem autossustentáveis (LOPES DA SILVA, 1998, p. 376). O plano envolvia a implementação de rizicultura, em um molde de produção monocultora associada ao desmatamento.

Apesar de um grande investimento governamental na sua realização, a efetivação dele teria fracassado por conta das dificuldades da agricultura mecanizada em larga escala no solo do cerrado (que exigia grande necessidade de produtos e cuidados), da falta de treinamento adequado aos indígenas pela FUNAI e da descontinuidade na implementação, entre outros fatores citados (p. 377). Além disso, a substituição das raízes (base da dieta xavante tradicional) pelo arroz e demais produtos que continham açúcar e que passaram a fazer parte do cotidiano das aldeias, adquiridos na cidade, trouxeram sérios problemas de saúde e desnutrição ao povo (GRAHAM, 2018, p. 94). Para mais informações a respeito dessa passagem, ver Lopes da Silva (1998, p. 376 – 378), ou Graham (2018, p. 88-106). Esta última traz uma riqueza de informações a respeito da implementação do Projeto Xavante em Pimentel Barbosa (*Etenhiritipá*), assim como em outros territórios. Informações atualizadas quanto às consequências da entrada do açúcar e dos alimentos industrializados em Sangradouro são trazidas por reportagem de Lucas Reis, da TV Folha (REFRIGERANTE, 2015).

Após isso, nos anos 1990, vemos surgir novas formas de relacionamento entre os Xavante e a sociedade circundante. Assim, atuando em uma esfera mais ampla do que a mediada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou por missões religiosas, temos, por exemplo, a fundação da Associação Xavante Warã, em 1996, fruto da iniciativa de Hiparidi Toptiro, liderança xavante, com o apoio de alguns profissionais não indígenas de São Paulo ligados a direito, antropologia, educação, entre outros (VIANNA, 2008, p. 73-74). A organização originalmente se chamava Associação Arte e Cultura Idzo'Uhu. O termo *warã*, em xavante, é usado para designar o lugar na aldeia onde acontecem as reuniões políticas internas, debatendo a respeito de temas variados concernentes aos assuntos da aldeia e do povo de modo geral. Hiparidi é nascido em Sangradouro, filho do ancião Adão Toptiro, um dos principais personagens por trás da história da fundação da aldeia Abelhinha (Idzo'Uhu). Hipa, como também é conhecido, foi um dos nossos principais apoiadores na realização deste projeto na T. I. . Em sua juventude, após ter estudado na missão salesiana, aventurou-se a conhecer a “selva de pedra”, tendo vivido em Barra do Garças nesse período, além de no interior e na capital de São Paulo por alguns anos mais adiante, sempre retornando à aldeia para acompanhar os rituais e outras ocorrências importantes junto a sua comunidade. Valendo-se das oportunidades que teve de conhecer o mundo dos *waradzu*, estabeleceu diversas conexões e parcerias (VIANNA, 2008, p. 64-66). O xavante teria atuado como defensor das causas de seu povo nacional e internacionalmente e, em 2018, chegou a ir à sede das Organização das Nações Unidas, para participar do “Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas”, onde proferiu um discurso que pode ser escutado em vídeo publicado pelo canal de Facebook da Associação Warã (DISCURSO, 2019; ENTREVISTA, 2019).

Entre os objetivos da Associação Warã, que se mantém ativa até os dias de hoje, estão a realização das interessantes “expedições de contato às avessas”, mencionadas por Vianna (2008, p. 74), nas quais indígenas participam de eventos em meio a instituições não indígenas, contando com apresentação de danças, palestras, vídeos, dentre outros. O objetivo dessas atividades é o de conscientização e sensibilização a respeito de temas relativos às culturas nativas. Também figuram, em meio às suas ações, projetos de natureza variada, desenvolvidos nas aldeias. Os valores que guiam a entidade incluem o resgate e a manutenção da cultura xavante (*a'uwẽ hõimanadzé*), sempre respeitando o poder e a consulta aos anciãos da etnia, tendo em vista a hierarquia tradicional; além disso, buscam gerenciar as formas de convivência com o “novo”, ou seja, aquilo que ingressa nas esferas locais e que, segundo eles, deve ser pensado a partir da perspectiva *a'uwẽ*. Vianna (2008), por exemplo, ao longo de toda a sua dissertação, elabora um exame detalhado das formas com as quais indivíduos e grupos dessa etnia viriam se apropriando da prática do futebol, fazendo com que esse esporte se tornasse uma das principais atividades de lazer realizadas em diversas aldeias, como pudemos atestar em nossa presença na aldeia Idzo'Uhu. Esse ingresso de hábitos ocidentais no cotidiano indígena, contudo, não seria isento de contradições e dividiria opiniões em meio à comunidade, como se verifica ao longo da obra citada (VIANNA, 2008).

Alguns anos após sua criação, a Associação Warã havia teria alterado bastante a sua formação original, tendo desmontado o “conselho operatório” de associados não índios e passando a ser tocada majoritariamente por Hiparidi e algumas outras pessoas (VIANNA, 2008, p. 83). Hoje em dia, em seu corpo diretivo estão indígenas xavantes de outras reservas, além daqueles da T. I. Sangradouro / Volta Grande. Entre os projetos desenvolvidos pela organização, pudemos conhecer pessoalmente em nossas visitas ações realizadas na aldeia Abelhinha. Em meio a elas, estão vestígios do que foi um projeto de apiário, prática cujo nome influenciou a nomeação da aldeia, à época de sua criação. À data da visita (2017-2018), contudo, a criação de abelhas estava desativada, por falta de condições de continuidade. Também tivemos a oportunidade de ver as árvores plantadas pelo Projeto Pomar, implementado havia algumas décadas e que tinha visado a plantação de espécies frutíferas nas redondezas da aldeia. Seus frutos seguiam sendo colhidos pelos moradores da localidade. Diversos projetos foram e seguem sendo implementados até os dias atuais, realizados em parceria com organizações diversas como universidades, ONGs (como o Centro de Trabalho Indigenista [CTI], ou a organização Cultural Survival), sindicatos, embaixadas, museus, entre outros.

Em meio aos trabalhos colaborativos da Associação está também o filme “*Owners of the waters*” (“Os donos da água”, em português, OWNERS, 2009), que acompanha uma campanha promovida pela preservação da água na região do Rio das Mortes, reunindo depoimentos de

indígenas e não indígenas da região e mostrando a diversidade de opiniões que convivem na área. No documentário, mostra-se como o recurso natural se vê ameaçado pelo avanço do desmatamento e do uso excessivo de agrotóxicos na região. O vídeo nasceu da colaboração da pesquisadora Laura Graham e do trabalho do produtor audiovisual indígena wayuu venezuelano David Hernández Palmar, assim como com a colaboração de membros da Associação Warã, tendo sido premiado e selecionado por diversos festivais. A Associação Xavante Warã conta hoje com canal no YouTube e página no Facebook, sendo estes dois últimos canais de comunicação recém-criados (2017). A instituição atualmente cuida de assuntos relativos às diferentes Terras Indígenas Xavante.

Outro exemplo de forma de relacionamento inovadora dos *A'uwẽ* com a sociedade civil nacional é descrito por Graham (2018) a partir das atividades de Cipassé, uma das lideranças da comunidade de Pimentel Barbosa, ao final do séc. XX (p. 107-110). O indígena teria sido responsável pelo estabelecimento de diversas pontes entre a cultura nativa e o resto do mundo, entre elas, o contato com organizações nacionais e internacionais. Vejamos algumas palavras da autora a respeito disso.

Inspirado por Krenak e outros ativistas indígenas, [Cipassé] começou a construir um novo olhar sobre o futuro de Pimental Barbosa: em vez de buscar integração à economia capitalista regional, como a Funai tentara fazer, Cipassé vislumbra um desenvolvimento sustentável dos recursos naturais da área indígena, com retornos moderados e em longo prazo (GRAHAM, 2018, p. 108)

A pesquisadora ainda relata que, por volta dos anos 1990, Cipassé viajou à Alemanha assim como ao Japão em busca de apoio e de mercado para os produtos florestais, além de estabelecer contato com organizações como a *International Group for Indigenous Affairs* (IWGIA) e a *World Wide Fund for Nature* (WWF) (GRAHAM, 2018, p. 108-109). Com isso, a etnia xavante passou a ter maior visibilidade na mídia, assim como em meio às sociedades brasileira e mundial.

Ao longo do séc. XXI, é importante mencionar um fenômeno interessante na área das comunicações que é a criação de canais de youtubers indígenas, alguns deles dedicados a combater preconceitos e a difundir, em linguagem mais acessível, elementos básicos da sua concepção de mundo e outros pontos mais específicos relacionados a suas vidas. Em meio a eles, fazemos menção ao divertido canal Wariu (WARIU, 2013), tocado por um jovem xavante com ascendência guarani que leva conteúdos ao público de maneira didática e acessível.

Tendo examinado brevemente alguns dos principais acontecimentos e processos referentes aos Xavante no contexto da história do Brasil, lancemos um rápido olhar a dados demográficos. A primeira leva de informações quanto a isso que são tidas por Graham (apud: ISA, 2008) como advindas de fontes “menos imprecisas” viriam do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tendo sido

recuperadas por Maybury-Lewis (1984). Estas atribuiriam ao povo, em 1958, o número total de 1.100 indivíduos. Na passagem para 1980, constatou-se um crescimento para 3.405 pessoas, ao passo que, em 1996, a etnia contaria com 7.958 indivíduos, segundo dados de Lopes da Silva (1986 apud: ISA, 2008). Em 2004, por sua vez, sua população teria sido estimada como sendo da ordem de 11.231 pessoas, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI / Funasa - Barra do Garças. Mais adiante, em 2014, os Xavante teriam chegado a uma população de aproximadamente 18.380 indivíduos, de acordo com levantamento realizado pela Siasi/Sesai (2014 apud: ISA, 2008). Por fim, os dados mais atualizados que encontramos são os do Departamento de Gestão da Saúde Indígena - DGEI / Sesai, de 31/12/2017 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017), que estimavam a população dessa etnia em 20.653 pessoas, residentes em 305 aldeias. Segue abaixo tabela que sintetiza alguns desses dados.

Tabela 5.1 – Evolução da população xavante 1958 - 2017

Ano	Número de indivíduos	Fonte
1958	1.100	SPI – Missão Salesiana - Maybury-Lewis (1984 apud: ISA, 2008)
1980	3.405	Funai. Lopes da Silva (1986 apud: ISA, 2008)
1996	7.958	Funai. Lopes da Silva (1986 apud: ISA, 2008)
2004	11.231	DSEI / Funasa - Barra do Garças (2004 apud: ISA, 2008)
2014	18.380	Siasi/Sesai (2014 apud: ISA, 2008)
2017	20.635	DGEI / Sesai (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017)

Fonte: Elaborado por nós, baseados em informações oferecidas pelo Instituto Socioambiental – ISA (2008) e DGEI / Sesai (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

2 Escolas missionárias, escolas indígenas

Nas últimas décadas do séc. XX ocorre um fato importante de ser ressaltado que é o reconhecimento do direito das comunidades indígenas de terem uma educação escolar específica, estipulado pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Constituição assegura a essas comunidades a utilização de suas línguas maternas e de seus processos próprios de aprendizagem, estando a coordenação das ações escolares sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Em 2013, existiriam mais de 2.700 escolas indígenas em todas as unidades da Federação, nas quais mais de 7.000 professores seriam indígenas, de um total de 14 mil docentes, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica, MEC / INEP (apud: CIMI, 2015, p. 4). Segundo o mesmo censo, em 78,3% delas a língua indígena era utilizada (além

da portuguesa, obrigatória). Além disso, o informativo citado ainda aponta que um total de 246 mil estudantes estariam matriculados em tais instituições (p. 4).

A T. I. Sangradouro / Volta Grande abrigaria, em 2017, duas escolas, a Escola Estadual Indígena Sangradouro (EEIS), oficialmente fundada em 1974, mas que já funcionava desde antes disso (tocada pelos missionários salesianos), e a Escola Estadual Indígena Adão Toptiro (EEIAT), situada na aldeia Abelhinha. Livro de Ruri'õ (2000) traz alguns detalhes a respeito da fundação desta (p. 29). Na EEIS e na EEIAT eram oferecidas formações de Ensino Fundamental I e II, além de Ensino Médio. O Ensino Infantil não se implementava na primeira. Segundo o depoimento de Lucas Ruri'õ, ancião e professor indígena, isso ocorria por que, no que concernia a esse estágio da vida, os moradores da aldeia consideravam preferível manter apenas as formas tradicionais de convivência e ensino. A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 do Conselho Nacional de Educação do MEC estabelece que o oferecimento de Educação Infantil é opcional, cabendo a cada comunidade indígena decidir o que lhe convém.

O posicionamento atual da Funai no que concerne à qualificação das políticas de Educação Escolar Indígena prevê a autonomia das comunidades indígenas quanto à elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos a serem implementados (FUNAI, 2019, p. 1). Além disso, esses projetos se pautam pela valorização de suas línguas, conhecimentos e processos pedagógicos. Também devem “refletir o modo de vida, a concepção cultural e política de cada povo indígena e as relações intersocietárias que mantém” (p. 2). As escolas são instituições alheias à estruturação social histórica das culturas ameríndias, as quais, por sua vez, já possuíam formas próprias e ancestrais de educar. Ainda assim, muitas comunidades vêm se envolvendo com o trabalho educativo, por meio da ação e da problematização dos conteúdos e ações, feitas também por dirigentes, professores e funcionários indígenas.

No que diz respeito às décadas que nos antecedem (desde 1960, aproximadamente), a história escolar de, pelo menos, dois territórios Xavante (São Marcos e Sangradouro / Volta Grande) foi fortemente marcada pela presença do ensino religioso. Isso teria ocorrido por serem áreas que originalmente pertenciam a organizações desse cunho. Ali, os jovens (dos sexos masculino e feminino separadamente) participavam dos internatos que teriam sido, por boa parte desse período, os principais regimes de educação formal utilizados. Tais informações são pertinentes para nosso estudo, uma vez que os indígenas entrevistados se encontravam envolvidos, de uma forma ou de outra, nesses contextos. Tsu'ru'i'a (2012), pesquisador xavante nascido em *Maraiwatsede* por volta de 1960, escreveu recentemente uma dissertação de mestrado pela Universidade Católica Dom Bosco na qual aborda o tema da pedagogia xavante. Sua obra traz descrições detalhadas do regime educacional implementado em uma das missões salesianas (São

Marcos), o qual teria uma agenda bastante ocupada, que estipulava os momentos de se fazerem as rezas, os cuidados com a higiene pessoal, as atividades na roça, os estudos, entre outras atividades, regendo praticamente toda a vida dos indivíduos, da hora de despertar à de ir dormir (p. 213).

A rigidez na educação das crianças e jovens nas escolas das missões teria sido sinônimo de pouca liberdade. Os estudantes seriam, por vezes, afastados do convívio comunitário. Tsu'rui'a (2012) conta que as meninas não podiam sair do internato nem aos finais de semana. As mães podiam visitá-las levando comidas tradicionais, como batatas do mato (*mo'õni hõire*) e carnes de animais (caititu, tatu canastra) durante a semana, nessa época (p. 222). Além disso, em certas ocasiões, as práticas cotidianas das escolas conflitavam com as atividades rituais dos indígenas, como no caso das danças ou cantos tradicionais, que deviam ser feitas à meia-noite, muito embora houvesse aulas cedo pela manhã. Isso causava desentendimentos entre padrinhos (*danhohui'wa*) e missionários (p. 202, 219, 220). Gomide (2008) aponta que, sobretudo nos períodos iniciais da atuação educativa salesiana, teria havido esforços no sentido de controlar ideologicamente e corporalmente as crianças e jovens xavante, e isso teria sido feito sob a justificativa de que sua cultura seria enxergada como desvirtuada e inferior (p. 256-260).

Tsu'rui'a (2012) afirma que, em um primeiro momento de sua atuação como educadores, os missionários visavam levar os indígenas ao que consideravam como um estado de “civilização” mais elevado, evidentemente postulado como o universo cultural dos religiosos (p. 213). Nesse sentido, o autor os acusa de atuarem com certo paternalismo e autoritarismo. Estes procedimentos seriam, por vezes, tomados pelos indígenas como obstáculos para as suas autonomias (p. 213, 215, 217, 221). O autor apresenta diversas passagens no que concerne a esse tempo, tendo ele mesmo frequentado o sistema educacional das escolas salesianas. Ao mesmo tempo em que há críticas duras ao sistema educacional, o próprio Tsu'rui'a (2012) teria optado por frequentar o seminário religioso após a conclusão dos estudos formais, o que mostra algum reconhecimento seu diante da experiência escolar (p. 145-246). Se, por um lado, há críticas no que concerne à rudeza dos educadores não indígenas no trato com as crianças e jovens (p. 212-213), por outro, ele valoriza a iniciativa dos padres de terem se disposto a educá-los (p. 204).

Tsu'rui'a (2012) também faz menções ao preconceito vivido atualmente por parte dos indígenas em salas de aula, nas escolas e universidades (p. 210). Isso ocorreria igualmente no cotidiano de variadas esferas de convívio em meio à sociedade circundante (nas igrejas, praticando esportes, no trabalho). No que concerne ao ingresso nas universidades, exames como o ENEM são tomados como desafios enormes, em especial pela dificuldade no que concerne à aprendizagem da língua portuguesa (p. 212-213). Segundo Gomide (2008), a sujeição à escola salesiana teria sido

uma estratégia adotada pela comunidade indígena para poder aprender mais a respeito do funcionamento da sociedade *waradzu* (não indígena). Vejamos suas palavras a seguir.

Os Xavante permitiram no passado estas práticas disciplinares em troca de receberem uma “educação formal”, pois para eles foi uma estratégia para enfrentar o mundo dos brancos (GOMIDE, 2008, p. 257).

O estatuto estratégico da aceitação das instituições escolares, expresso nas palavras acima, mostraria as razões pelas quais os indígenas teriam se interessado pela educação formal. Vale lembrar que os jovens entrevistados por nós no âmbito deste trabalho, por estarem cumprindo entre vinte e trinta anos em 2017, deveriam ter sido educados já fora do regime de internato, muito embora possam ter participado do sistema educacional da missão de Sangradouro. Aponta-se que esses internatos teriam sido fechados entre 1975 e 1977 (MISSÃO SALESIANA, 2017; GOMIDE, 2008, p. 264). A título de informação, no ano de 2006 a educação em São José de Sangradouro teria sido, por fim, deixada a cargo dos próprios indígenas, ainda segundo o site da missão (MISSÃO SALESIANA, 2017). Nota da organização traz algumas expressões que refletem a postura mencionada acima.

Depois de muito refletir, estudar e *não com certa preocupação*, a direção da escola foi entregue para os Xavantes no ano de 2006. Foi um passo que mais cedo ou mais tarde teria que ser dado. Se a nossa finalidade é orientar os povos indígenas, *chegando a certa idade*, eles têm que assumir o compromisso e a responsabilidade das próprias necessidades históricas (MISSÃO SALESIANA, 2017, grifos nossos).

Nossos grifos foram feitos com o intuito de ressaltar aspectos dessa construção discursiva. Se o ator discursivo “povos indígenas” é uma entidade coletiva que reúne pessoas das mais variadas idades, seria improvável que fosse, ele todo, imaturo ou incapaz, a menos que estivéssemos ainda falando desde uma perspectiva de superioridade ou inferioridade cultural. Indivíduos das mais variadas idades e com diferentes visões compõem esse agrupamento, como qualquer outro. A opção por caracterizá-los indiscriminadamente dá a entender que os antigos responsáveis por sua educação (“os salesianos”) os veriam, também, de algum modo, como uma coletividade indistinta. Ao fim e ao cabo, perguntamo-nos em que consistiria a preocupação dos religiosos de passar a responsabilidade da instituição escolar aos xavantes, ao final das décadas de escolarização passadas?

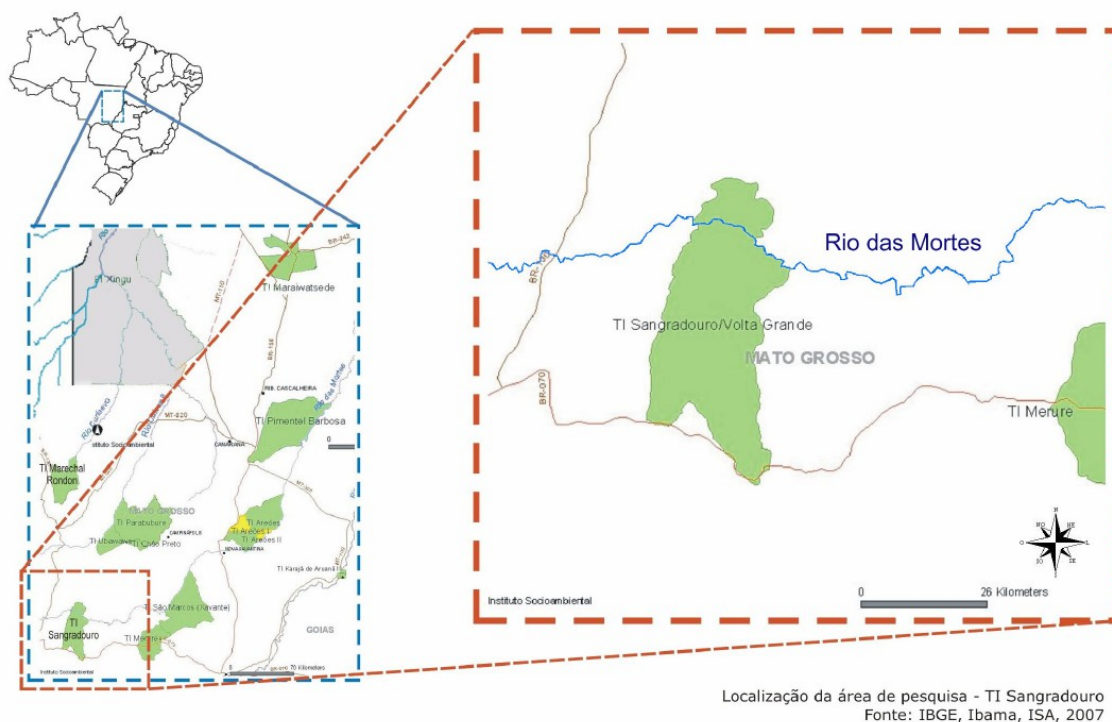
Tratando do assunto segundo uma visão semiótica, aí estamos diante de uma problemática típica da discussão do protagonismo. Esta seria pautada na capacidade do ator discursivo de desempenhar a função de *destinador-manipulador*, comunicando valores para a realização de um *programa narrativo*. Uma perspectiva de conferimento de protagonismo veria que os indígenas

seriam aptos a atuar como *próprios facilitadores* desse processo, construindo seus planejamentos, pela via das próprias ações, maneiras de ler e interpretar o universo sociocultural circundante. Nesse sentido, vemos que a *autonomia* no que concerne à *gestão escolar* é uma característica necessária para uma efetiva emancipação dos povos indígenas e deve seguir sendo incentivada.

3 A T. I. Sangradouro / Volta Grande e a aldeia Idzo'Uhu

A Terra Indígena Sangradouro / Volta Grande conta com uma área estimada em 100.280 hectares de cerrado, cercados pelo cultivo extensivo e latifundiário de soja e pecuária das fazendas vizinhas. A reserva foi demarcada e homologada pela União em 1991 (VIANNA, 2008, p. 22; GOMIDE, 2008, p. 262) e se encontra na bacia do Araguaia. Informações a respeito do processo de regularização fundiária dessa área se encontram disponíveis no estudo de Gomide (2008, p. 262-267). Segundo Vianna (2008, p. 23-24), em 2008, a área contava com aproximadamente 1.000 habitantes. Azanha (2013) indica dados da Funasa de que na T. I. Sangradouro / Volta Grande, em 2010, havia 1.764 indivíduos (p. 85). Muito embora conste no site do ISA (2008) que havia a presença de indígenas bororo no território, segundo depoimento dos indígenas da localidade, os representantes desse grupo étnico já não residiam mais na área desde 2014. Aparentemente, as famílias bororo que ali viviam abandonaram o local após conflitos ocorridos. Segue mapa que ilustra a localização da reserva na região.

Figura 5.2 – Localização da Terra Indígena Sangradouro / Volta Grande



Fonte: IBGE / Ibama, ISA, 2007, apud: Gomide (2008, p. 262).

Estima-se que a cidade mais próxima da T. I. Sangradouro / Volta Grande, Primavera do Leste, contava com 59.000 habitantes em 2017 (IBGE, 2017b). A área da T. I. está disseminada pelos municípios mato-grossenses de General Carneiro, Poxoréu e Novo São Joaquim. Segundo Ruri’õ (2000), existiam doze aldeias indígenas espalhadas pelo território da T. I. por volta do ano 2000 (p. 37). Vianna (2008, p. 23) afirma que, à época de sua visita, em Sangradouro / Volta Grande, não se observava um movimento acentuado de desmembramento de aldeias. Contudo, de acordo com membros da Associação Warã consultados por nós, esse número já teria crescido bastante, tendo chegando a 46 aldeias em 2018.

A Missão de Sangradouro foi fundada em 1906, funcionando então sob o nome de Colônia São José. O local teria ganhado a primeira denominação por ser um local onde se realizava o abate do gado. A fundação da colônia tinha como objetivo “atrair e fixar” os Bororo, que também habitavam a região, antes da chegada dos Xavante. Os primeiros teriam passado um período trabalhando junto aos funcionários da fazenda (MISSÃO SALESIANA, 2017). A chegada dos xavantes a Sangradouro teria se dado apenas em 1956, quando 50 indivíduos teriam alcançado o local (GOMIDE, 2008, p. 263). Os indígenas teriam buscado refúgio junto à missão após um período de perseguições pela sociedade nacional, estando vivendo então sob ameaça de extinção (VIANNA, 2008, p. 23). Vídeo realizado por indígenas em colaboração com produtores traz

depoimentos e interessantes imagens a respeito desse processo (SANGRADOURO, 2009). Como dito, duas T.I.s xavante possuem forte e histórica influência dos salesianos, Sangradouro e São Marcos. Esta última fica mais ao Leste no mesmo Estado (MT) e possuía população estimada em 2.848 habitantes xavante em 2010 (ISA, 2017b). Gomide (2008) relata que o costume de contar os dias da semana e de se comportar, nos domingos, conforme o padrão católico (dia de repouso), adotado pelas comunidades indígenas da área de Sangradouro / Volta Grande, como pudemos verificar em nossas visitas, seria advindo da influência histórica da missão (p. 265).

Para mencionar outro ponto de influência dos missionários no que concerne à população da T. I., Souza e Santos (2001) apontavam que os tipos de casamento na localidade, no período 1993 – 1997 apresentavam uma presença de poliginia (um homem com mais de uma mulher) menor com relação a dados obtidos na T. I. Pimentel Barbosa, por Graham e Flowers. Esta comunidade seria tida por alguns como mais tradicional, no que concerne à estrutura cultural xavante. Tais tipos de relação teriam sido estimados em 40% em P. B. ao passo que a parcela de mulheres casadas nesses moldes em S. / V. G. seria inferior a 10% (SOUZA; SANTOS, 2001, p. 3, 9).

A aldeia maior e mais antiga da T. I. Sangradouro / Volta Grande, denominada também Sangradouro (ou São José), está localizada a aproximadamente 56 km da cidade de Primavera do Leste e mais ou menos 15 quilômetros de distância da aldeia Idzo'Uhu (Abelhinha). A primeira está situada ao lado das instalações da Missão Salesiana de São José de Sangradouro. Em 1997, contava com 587 habitantes, segundo Souza e Santos (SOUZA; SANTOS, 2001, p. 6). Durante as visitas de campo da presente pesquisa, hospedamo-nos e realizamos as entrevistas na aldeia Idzo'Uhu.

Figura 5.3 – Vista aérea da Terra Indígena Sangradouro / Volta Grande



Fonte: Imagem de satélite (extraído de GOOGLE MAPS, 2017).

A aldeia Idzo’Uhu contava, em 2017, com aproximadamente 140 habitantes e 14 casas, segundo estimativa realizada pelos coordenadores da Associação Warã. Nelas cohabitavam, muitas vezes, núcleos familiares intergeracionais, como casais, seus filhos e sogros.

4 Por uma semiotização dedicada aos discursos indígenas

A vida de uma sociedade indígena difere muito da vida da maioria dos brasileiros, estejam estes habitando em meio urbano ou rural. Como podemos intuir de antemão, as diferenças existentes entre esses dois domínios culturais (o das culturas ameríndias e o dos complexos ocidental-industriais) se dão sob muitos aspectos, os quais seria temerário querer descrever aqui em sua totalidade. Essas comunidades étnicas são diversas também daquilo que se vem denominando, hoje em dia, como as “populações tradicionais”, sendo estas compostas, por vezes, de agrupamentos caiçaras, quilombolas, extrativistas, entre outros. As segundas, a despeito da grande dificuldade que há para se definir um conceito que as agrupe de maneira fiel, costumariam habitar o entorno ou o interior de áreas naturais protegidas como parques e reservas naturais de uso restrito, tal como estudado por Pinsard Vianna (2008). Mesmo possuindo alguns traços em comum com os agrupamentos indígenas, entre os quais poderíamos citar a manutenção de atividades de subsistência ligadas a um baixo impacto ambiental, há diversas diferenças entre elas, por exemplo, no que concerneria ao uso do idioma nacional, amplamente difundido em meio às comunidades

tradicionais (muito embora constituído, muitas vezes, pelos dialetos regionais), o que não acontece em muitos territórios indígenas.

Por um lado, as variações entre as culturas indígenas e as diferentes formas de vida que convivem sob o que poderíamos conceber como sendo a sociedade nacional poderiam ser descritas a partir daquilo que se entende, em semiótica, como as formas de relacionamento intersubjetivas. Nesse sentido, estariam ligadas, no campo dos estudos citado, às problemáticas *factitivas* ou *contratuais*, ocorridas no que seria um *nível narrativo da significação* (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 201-202). Por outro lado, tal variedade também poderia dizer respeito a cada uma das diversas maneiras de *operação no mundo*, executadas pelo actante-sujeito, sendo associáveis, assim, em um nível discursivo, ao que seriam as várias concepções existentes relacionadas às *diferentes esferas das atividades humanas* (produtivas, relacionais, artísticas, lúdicas, ritualísticas etc.). Estaríamos, nesse segundo caso, para a teoria semiótica *standard*, mais próximos daquilo que, no campo, conceberíamos como sendo as problemáticas da *ação e da performance narrativas* (p. 18, 362-364). Para tomar mais duas frentes nas quais haveria diferenças de ordem semiótica entre esses dois domínios culturais, poderíamos falar de *axiologias* próprias a cada um deles, ou mesmo de *formas ideológicas* próprias a microuniversos discursivos. Além de tudo isso, postulamos, hipoteticamente, a existência de *estilos tensivos* específicos a cada uma dessas sociedades. Como se vê, estamos diante de uma vasta gama de variáveis, de modo que abordaremos apenas algumas delas em nossas análises.

Estamos acostumados a observar o tema das culturas indígenas tratado desde a perspectiva antropológica que é, evidentemente, a que está mais preparada a abordá-lo. Além dela, as visões históricas, linguísticas, geográficas ou, ainda, aquelas que são projetadas do ponto de vista dos estudos da saúde também poderiam ser ressaltadas como comuns no meio científico. De nossa posição de semioticistas, aproximamo-nos à temática com um tanto de reticência, pela pouca experiência no campo, mas ainda assim com esperanças de poder agregar novos olhares e modos de trabalhar com o assunto. Vale lembrar que nossa intenção não é a de descrever as diferentes dinâmicas que regem as formas de convivência sociais dos Xavante, coisa que fizeram alguns dos autores que estudaram o fenômeno a fundo, como Lopes da Silva, Graham ou Maybury-Lewis. Nosso interesse é o de verificar como se constroem os discursos dos jovens entrevistados, e compará-los com os depoimentos de jovens que não vivem sob o mesmo regime social. De todo modo, partimos das reflexões dos pesquisadores citados acima, passo imprescindível para qualquer pesquisador que queira se aproximar do universo sociocultural em pauta.

Tratando da aproximação possível entre semiótica e sociologia, Greimas e Courtés (2012, p. 480-484, verb. “Sociosemiótica”) já postulavam que os seus estudos poderiam relacionar as

estruturas linguísticas e as sociais. Isso se daria por meio da verificação da existência de covariâncias entre elas. Contudo, uma aproximação indiscriminada do universo sociológico pode representar problemas para o semiótico, uma vez que este está usualmente ocupado das construções realizadas nos sistemas verbais e, quando muito, das construções languageiras feitas em outras linguagens expressivas (visuais, musicais, gestuais, sincréticas, etc.), não estando propriamente acostumado a tratar da constituição de sistemas antropológicos. Além disso, é pequena a tradição de realização de trabalhos de campo em meio aos semióticos em geral. Esse aspecto talvez seja essa uma das principais inovações da proposta desta tese. Uma solução apresentada por Greimas e Courtés (2012), ainda no verbete apresentado acima, para promover a comunicabilidade entre os saberes oriundos de campos da sociologia e da semiótica, seria a de postular que as distinções sociais poderiam ser enxergadas como *práticas significantes*, estando elas relacionadas, assim, ao “domínio das semióticas não linguísticas” (p. 481). A abordagem desses estudiosos da significação partiria sempre do pressuposto de que haveria “textos culturalizados” para se analisar, esquivando-se assim de eventuais contradições epistemológicas que poderiam surgir na aproximação interdisciplinar.

Outra forma de se trabalhar com as problemáticas sociais, para os semióticos, seria partir de diferentes manifestações textuais e estabelecer relações de *intertextualidade* entre elas (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 481). A nosso ver, esse *modus operandi* pode se valer da verificação de categorias depreensíveis em discursos advindos de diversas fontes (teóricas, metodológicas, empíricas, entre outras). Desse modo, partimos de parte do saber que já se acumulou quanto à sociedade xavante, nos estudos históricos, etnográficos e etnológicos e procuramos elementos a nos auxiliar no estabelecimento de parâmetros para o diálogo com nossa área. As breves releituras feitas neste capítulo de alguns desses autores, esperamos, também nos ajudarão a tornar o compartilhamento de nossas reflexões mais acessível ao leitor comum.

Além disso, relembramos que, ao analisar os relatos orais autobiográficos produzidos por jovens indígenas, tomamos tais manifestações textuais simplesmente como discursivizações de planejamentos de vida, comparáveis, assim, àquelas que foram feitas por indivíduos pertencentes a outros universos semânticos. O fato de podermos contar com alguns entrevistados bilíngues (assim como com os tradutores) facilitou essa aproximação e tornou possível comparar seus depoimentos com os discursos dos demais jovens analisados, a despeito da enorme diferença cultural existente. Procedendo por meio dessa metodologia de análise, acreditamos estar caminhando em direção a um dos objetivos declarados da teoria semiótica pelos autores do *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 2012), o de buscar apreender, ainda que de forma parcial, elementos constituintes da *universalidade e das especificidades das culturas* (p. 482). Nesse sentido, antes de

analisar as entrevistas propriamente ditas, observaremos, no próximo item, mais alguns dos componentes subjacentes ao universo cultural em pauta.

5 Conceitos estruturais do universo xavante: patrinhagens e categorias de idade

Em primeiro lugar, lembramos que o povo xavante, anteriormente ao contato definitivo com a sociedade circundante, mantinha uma vida fortemente caracterizada por excursões de caça e coleta. Suas práticas agrícolas, que tinham no milho uma das suas principais plantas, seriam feitas apenas durante certos períodos do ano, conjuntamente com a realização de rituais na estação seca (ISA, 2008). Desse modo, sua alimentação estaria baseada, sobretudo, em raízes, castanhas, frutos e outros vegetais. As carnes e peixes seriam obtidas por meio de caça e pesca, sendo a primeira destas duas uma atividade eminentemente masculina. As mulheres xavantes de então se encarregavam do plantio e do zelo com as roças tradicionais, além de realizar atividades de coleta e cozinha (o que permanece válido até os dias de hoje). Com a sedentarização do povo, inevitável diante do cerceamento territorial ocorrido, muita coisa mudou. Ao custo de muita luta, passando por períodos de guerra e doenças, os indígenas acabaram por conseguir que as autoridades consentissem em lhes conceder reservas no Estado do Mato Grosso, em territórios já habitados por eles. Lá, eles vêm procurando, tanto quanto possível, manter algumas atividades essenciais de sua forma de vida ancestral, tais como a realização das cerimônias rituais, casamentos, expedições de caça e lazer. Fazem tudo isso mantendo a comunicação em língua nativa.

A estrutura social xavante está pautada no princípio da patrinhagem (VIANNA, 2008, p. 89-90). Este garante a atribuição de um traço identitário paterno aos seus filhos e filhas. Se um(a) xavante é filho(a) de um homem do clã *Poredza'õno*, será reconhecido como membro deste clã. Tal pertença, entre outras coisas, tem uma importância grande na determinação das linhas de filiação políticas, que envolvem, por exemplo, os processos de tomada de decisões nas aldeias. Assim, a paternidade por vezes coincide com um posicionamento de referência no que tange às escolhas individuais e familiares. Mas ela não seria a única referência de um indivíduo, sendo este permeado por uma variedade de tipos de relações pessoais. Tomemos a influência que os chefes ou caciques têm diante dos moradores das aldeias, as diferentes formas de contração de laços de afinidade ou aliança que podem ser assumidas ao longo da vida de um indivíduo nessa cultura – tais como a amizade formal, explorada especialmente por Lopes da Silva (1986), ou o casamento.

São três os nomes de clãs encontrados na literatura sobre os Xavante, *Poredza'õno*, *Topdató* e *Öwawẽ* (VIANNA, 2008, p. 90). No que concerne à liberação ou proibição do casamento (que deve ser tomado cruzadamente entre duas metades), *Topdató* e *Öwawẽ* seriam efetivamente parte de um mesmo grupo. Assim, indivíduos *Poredza'õno* devem se casar com pessoas de algum dos outros

dois grupos. Representantes do grupo *Topdató* teriam pouca presença na T. I. Sangradouro / Volta Grande, havendo predominância de indivíduos *Öwawê* e *Poredza'õno* na localidade (VIANNA, 2008, p. 89). Falleiros (2012) realiza uma investigação antropológica minuciosa a respeito do significado do grupo *Topdató* no sistema cultural xavante (p. 239-259).

Maybury-Lewis (1984) afirma que os três clãs derivam de uma origem mítica, na qual consta que eles surgiram da terra no início da existência, quando não havia nada (p. 220). A partir dessa divisão é que teria sido criada a dicotomia “nós” / “eles”, expressa, respectivamente, pelos termos *waniwimhã* (ou *waniwimhõ*) / *(wa)tsiré'wa* (p. 222). As pessoas que pertencem à patrilinearidade oposta de Ego seriam denominadas *tsiré'wa*. A partícula *wa-* (entre parênteses) indicaria a primeira pessoa do singular, ainda segundo o autor (p. 222). Ao mesmo tempo em que denota uma oposição interna à sociedade, a complementariedade subjacente aos significados desses termos, que nomeiam cada uma das metades exogâmicas (os nomes dos clãs), parece evocar um princípio de unidade. *Poredza'õno* significaria “girino”, ao passo que *Öwawê*, como dito, denotaria “água grande”, literalmente. Ou seja, apesar de terem naturezas diferentes, em um plano simbólico essas duas figuras evocariam uma forte interdependência, uma vez que é na água que os girinos vivem.

Tendo examinado rapidamente o princípio da patrilinearidade (exposto acima), antes de passarmos ao exame da maneira com a qual os xavantes dividem os estágios da vida, vamos tecer algumas considerações preliminares a respeito desse assunto. Entendemos a forma como as diferentes sociedades determinam aquilo que são as fases da vida como construtos sociais. Aparentemente, algumas visões científicas postulariam a apreensão dessas etapas apenas a partir de categorias biológicas. Nós, contudo, junto com Bock (2007), Bombardi (2008, p. 36-38) e Stamato e Calil (2004, p. 172-176), autoras com trabalhos relacionados ao campo da psicologia social, vemos que a estruturação delas seria permeada por valores derivados dos universos culturais aos quais as pessoas pertencem. Assim sendo, a determinação daquilo que seriam os estágios da vida também dependeria das elaborações linguísticas que os constituem.

Nesse ponto, fazemos menção a Harkot-de-La-Taille (2016a) e Harkot-de-La-Taille e Bariaud (2011; 2013), que problematizaram os temas identitários no campo da semiótica, tendo também trabalhado questões relativas à adolescência. Reflexões suas questionariam, em especial, a ideia de que essa fase seria meramente uma etapa de preparação para a vida adulta, tendência observada em trabalhos acadêmicos variados (2011, p. 2-3). Recusando a visão citada, diriam elas que, nesses casos, a vida adulta seria apresentada como “referência, modelo de conduta a se atingir no final do processo evolutivo” (p. 2). A juventude estaria também relegada, lá, a dois estados de insuficiência, de um lado não seria mais criança, de outro, ainda não estaria emancipada. O trabalho

mencionado conjuga o olhar da semiótica francesa com o da psicologia do desenvolvimento, analisando depoimentos orais de jovens francesas (p. 4). Em outro de seus textos, Harkot-de-La-Taille (2016b) trataria de observar discursos de jovens brasileiras e francesas, igualmente com base em relatos feitos por elas mesmas durante entrevistas compreensivas, trabalhando a caracterização feita da vida adulta (p. 17-35).

Além dos trabalhos acima, acreditamos ser pertinente aqui, para auxiliar a conferir alguma perspectiva ao assunto observado, fazer referência à obra *Adolescencia y cultura em Samoa* (no original, *Adolescence and culture in Samoa*), da antropóloga Margaret Mead (1967). Esta seria uma das iniciativas pioneiras na problematização das diferenças existentes entre as concepções de adolescência segundo variações decorrentes do pertencimento a determinados grupos culturais. A título de contextualização, em dada passagem do livro citado, a pesquisadora norte-americana contextualizava os seus leitores a respeito do advento do que identificamos como um suposto “mito da intemperança juvenil”, que estaria presente à sua época, nascido a partir de leituras (enviesadas, segundo ela) de estudo de Stanley Hall (1904), já citado anteriormente nesta tese (MEAD, 1967, p. 38-39). Essa crença teria perdurado até hoje em alguns domínios discursivos, arriscamo-nos a assertir, corroborando com o que foi observado por Harkot-de-La-Taille e Bariaud (2011, p. 2-3). Aqueles que defendem tal ideia afirmariam que a adolescência seria um momento da vida naturalmente propício ao florescimento de comportamentos rebeldes e problemáticos, além de inerentemente marcado por antagonismos e dificuldades. Mead (1967), contudo, nega a naturalização dessas tendências quanto ao período da vida em questão.

Na investigação mencionada, a antropóloga observa como transcorreria a etapa da adolescência em sociedades samoanas, observando padrões culturais e antropológicos que lá se estabeleceriam e tratando especialmente dos padrões de comportamento das jovens do sexo feminino. Faz isso a partir de extensas informações coletadas em trabalho de campo que durou nove meses, e que foi realizado com cinquenta adolescentes de três aldeias (MEAD, 1967, p. 45). As suas conclusões apontavam para o fato de que a transição da infância para a vida adulta, na cultura em pauta, dava-se de maneira muito menos conflituosa do que ocorreria nas sociedades modernas, com as quais a pesquisadora convivia cotidianamente (p. 241). A comparação era feita, em especial, quanto ao que estaria acontecendo nos Estados Unidos do séc. XX. Um dos fatores considerados como contribuidores para a constituição dessas diferenças, segundo a autora, no caso dos jovens de sexo masculino de Samoa, teria sido uma suposta baixa exigência de parte das pessoas hierarquicamente superiores a esses indivíduos. Tal avaliação ocorreria quanto a algumas atividades realizadas por eles, tais como a construção de casas, a pesca ou a carpintaria (p. 67). Na cultura observada, a antropóloga teria observado que as figuras de referência desses jovens homens (pais,

chefes) não cobravam por seus desempenhos com o mesmo afincamento que ocorreria, por exemplo, em uma relação análoga na sociedade da qual a autora advinha. Segundo ela, naquela cultura polinésia, os pais ficariam mais preocupados se seus filhos fossem *precoces* do que se eles fossem algo *folgados* ou exageradamente afeitos aos prazeres (p. 67, 232). Assim, em meio a esse sistema, o mais desejável seria que os jovens tivessem *bons comportamentos moderados*. No tocante ao comportamento das meninas, Mead (1967) afirma as palavras abaixo, que contradizem muito do que se vinha creditando à “natureza essencial” da adolescência.

O espírito das jovens [samoanas] não ficava perplexo por nenhum conflito, não era atormentado por nenhuma questão filosófica e nem por excessivas ambições. *Viver como uma garota com muitos amantes durante o maior tempo possível, casar-se logo na própria aldeia, perto dos parentes, e ter muitos filhos, essas eram as ambições comuns e satisfatórias*¹³ (MEAD, 1967, p. 175, trad. e grifos nossos).

Trabalhando o assunto em linhas bem gerais, visto nosso simples interesse de observar esse fenômeno a título de inspiração, o estudo tomava, por exemplo, a ideia de que o exercício da sexualidade em Samoa seria bastante diferente da maneira com a qual esses comportamentos seriam encarados nas sociedades ocidentais. Estas os conceberiam muitas vezes sob o signo de tabus ou por meio de estigmas pecaminosos ou luxuriosos (MEAD, 1967, p. 112-132). A valorização da contenção da pulsão sexual não seria difundida em Samoa. A autora parece propor que haveria, nesse sentido, uma maior liberdade sexual para as jovens naquela cultura polinésia, excetuando-se o caso das adolescentes que teriam sido, já à época da visita, influenciadas em demasia pelos movimentos religiosos missionários lá existentes. Assim, levantava-se a suposição de que essa sociedade teria *maior naturalidade* em enxergar as *experimentações* nesses tipos de relacionamentos. Esse seria um dos fatores elencados como possíveis favorecedores da transição “menos turbulenta” observada, um caminho “mais tranquilo” que levaria os indivíduos da juventude à adultez, segundo a pesquisadora (p. 207-240).

Dito isso com respeito à variedade de formas de se enxergar a juventude, iremos observar estudos referentes aos estágios da vida na cultura xavante, esse sistema antropológico ameríndio que tivemos a oportunidade de conhecer mais de perto.

13 Na versão argentina consultada: “*El espíritu de las jóvenes no quedaba perplejo ante ningún conflicto, no era atormentado por interrogante filosófico alguno ni acosado por remotas ambiciones. Vivir como una muchacha con muchos amantes durante el mayor tiempo posible, casarse luego en la propia aldea cerca de los parientes y tener muchos hijos, tales eran las ambiciones comunes y satisfactorias*” (MEAD, 1967, p. 175).

5.1 Estágios da vida masculina

Alguns estudiosos, como Lopes da Silva (1986) e Welch (2009), já se dedicaram a esse tema com alguma profundidade. Como ponto de partida, a apreensão da taxionomia etnolinguística relativa ao fenômeno auxilia na compreensão do que se entenderia como a distinção entre “faixas de idade” para a cultura observada. Vejamos abaixo, então, uma síntese do que acontece com relação ao ciclo da vida masculina na cultura xavante, a partir das postulações comparadas dos dois autores acima mencionados.

Tabela 5.2 – Estágios da vida masculina na sociedade xavante

Termo xavante	Correspondência aproximada em português
<i>ĩhi</i>	homem ancião
<i>ipredu</i> (cat. idade formal)	homem maduro
<i>ipredupté / danhohui'wa</i> (cat. idade formal)	patrocinador de iniciação / padrinho / patrono / jovem homem maduro
<i>ritei'wa</i> (cat. idade formal)	jovem adulto / iniciado
<i>wapté</i> (cat. idade formal)	adolescente / morador da casa dos solteiros / pré-iniciado
<i>ai'repudu</i>	rapaz / adolescente com aprox. entre 8 e 12 anos
<i>watebremí</i>	menino até aprox. 9 anos
<i>a'uté</i>	nenê ou criança nova (dos dois sexos) até aprox. 36 meses

Fonte: elaboração nossa, a partir de Lopes da Silva (1986, p. 64) e Welch (2009, p. 53-79, 408, 417).

Para embasar algumas de suas reflexões concernentes às categorias de idade, Welch (2009) se valeu de um censo realizado na T. I. Pimentel Barbosa em 2007, que levou em conta dados obtidos de 506 indivíduos de 41 residências na localidade (p. 36-37). Além disso, lembramos que o mesmo autor postula que as categorias de idade formais seriam decorrentes de valores adquiridos a partir de reconhecimento êmico realizado na esfera pública da sociedade (p. 66). Estas representariam, com o seu início, também a associação do indivíduo a uma classe de idade (*da'utsu*). Nesse sentido, as categorias descritas como *não formais* (*a'uté*, *ai'repudu*, *watebremí* e *ĩhi*) não pressuporiam esse vínculo. Vejamos algumas palavras de Welch (2009) com respeito ao tema.

Os termos associados aos estágios de vida formais indicam, a partir das transições cerimoniais públicas, a passagem coletiva das pessoas do sexo masculino e

feminino de uma classe de idade por uma única sequência de estágios de vida¹⁴ (WELCH, 2009, p. 200, trad. nossa).

Mais informação a respeito das diferenças entre as categorias de idade *formais* e *informais* podem ser consultadas diretamente em Welch (2009, p. 66, 347-348). A designação *a'uté* seria atribuída indistintamente para os dois sexos, entre os Xavante. A duração dessa etapa é considerada pelo autor uma fase que teria início no nascimento e que iria até aproximadamente os dois anos de idade (p. 52-55). Mas, segundo dados apresentados, o termo poderia ser usado também para designar crianças um pouco mais velhas. *Watebremí*, por sua vez, seria um termo marcado semanticamente com o traço */masculino/*, sendo utilizado para denominar crianças (ou mesmo bebês) de até aproximadamente sete a nove anos (p. 54). Vale ressaltar que as crianças recém-nascidas na cultura xavante não costumam receber nomes nos meses iniciais de vida, pois os pais aguardam até que elas se tornem maiores, ou “mais firmes”, segundo a sua concepção. Apenas desenvolvendo essa resistência física suficiente é que os bebês estariam aptos a receber um nome (p. 56). Para maior aprofundamento na problemática dos sistemas de nomenclatura xavante, ver Lopes da Silva (1986). Graham (2018) adjunta, às categorias de idade acima, aquelas referentes à vida após a morte, *abazehire / wazapari'wa (sare'wa)* e *höimana'u'ö*, às quais não nos referiremos neste estudo, para poder manter o foco na análise dos relatos dos jovens (p. 151-158). Tampouco trataremos dos sistemas de classes espirituais, trabalhados por Welch (2009, p. 120-128, 410).

O documentário *A'uté A'uwẽ Uptabi: Ser criança A'uwẽ (A'UTÉ, 2017)*, de Cristina Flória e Wagner Pinto, traz belas imagens e depoimentos recentes de lideranças da T. I. Pimentel Barbosa (*Etenhiritipá*), tais como Suptó Xavante, cacique da aldeia de mesmo nome. O filme retrata um pouco das atividades lúdicas realizadas pelas crianças no cotidiano da reserva, mostrando também como são algumas das suas brincadeiras tradicionais comunitárias, entre elas os banhos e os jogos de rio. Igualmente estão registradas no filme atividades “de imitação”, feitas pelos pequenos das atividades realizadas tradicionalmente pelos adultos, tais como o aprendizado do trançado de palha de buriti (utilizado para fazer cestas), ou a simulação da construção de um *zõomori*, acampamento familiar. Corroborando o observado por Welch (2009, p. 60-61), pudemos constatar, em nosso caso nas visitas à aldeia Idzo'Uhu (que consistiram, ao todo, em 28 dias distribuídos nos anos de 2017 e 2018), a presença de brincadeiras infantis não indígenas no cotidiano infantil, algumas delas relacionadas ao uso de estilingues para caçar pássaros ou pequenos répteis. Outros jogos observados

14 No original: “*Formal age grade terms explicitly index, through public ceremonial transitions, the collective passage of male and female members of age sets through a single age sequence of life stages*” (WELCH, 2009, p. 200).

por nós envolviam a construção de pequenos aviões de madeira ou mesmo com folhas de papel e brincadeiras com estilingues.

A transição da etapa de *watebrebí* para *ai'repudu* (uma segunda etapa da infância masculina) na sociedade xavante não parece remeter a uma divisão categórica. O uso do segundo termo, para Welch (2009), está principalmente relacionado à demonstração de maturidade dos meninos no que concerne ao seus comportamentos ou a sinais físicos de ingresso na puberdade (p. 58). Além disso, quando um rapaz começa a ser considerado *ai'repudu*, normalmente, é sinal de que, em breve, será chegada a hora dele ser encaminhado à *hö*. Esta é a casa que é utilizada como morada por adolescentes e pré-adolescentes do sexo masculino por até quatro anos, durante o período pré-iniciático. Após a conclusão do período de coabitação dos adolescentes nessa residência, acontece a sua iniciação na sociedade xavante, por meio do ritual *Danhono*. Os pais são quem normalmente decide quando é chegada a hora de eles ingressarem na *hö* e começarem a fazer parte desse grupo. Os *ai'repudu* precisam participar de rituais de pré-iniciação antes de entrar na casa. Uma vez dentro, eles se tornam *hö'wa*, literalmente, moradores da *hö*.

Enquanto vivem nessa residência, os meninos adquirem também a designação iniciática *wapté*, que indica que o grupo lá habitante será o próximo a se iniciar, na realização subsequente do *Danhono*, que acontece a cada cinco anos, aproximadamente. Tivemos a felicidade de poder acompanhar partes desse belo ritual, que teria durado, pelos nossos cálculos, mais de sete meses entre 2017 e 2018, na T. I. Sangradouro / Volta Grande. Welch (2009, p. 70) afirma que a sequência inteira de ritos de iniciação que acompanhou em Etênheritipá, concluídas em agosto de 2006, tinham durado 15 meses. Não sabemos especificar precisamente quais as razões da diferença, mas possivelmente elas derivem de variações quanto aos marcos de iniciais e finais tomados. Maybury-Lewis (1984), por sua vez, faz uma descrição minuciosa da ritualística da iniciação masculina observada em 1958 em São Domingos, em ritos que teriam durado de fevereiro a agosto do mesmo ano (p. 164 – 188).

Voltando à descrição da experiência na casa *hö*, o grupo viveria nela em espírito de coletividade. Cada *wapté* estaria algo afastado do convívio de seus núcleos familiares de origem, assim como da convivência comunitária como um todo, logo, em uma condição relativamente isolada (WELCH, 2009, p. 93). Esse distanciamento, contudo, não seria absoluto, podendo eles ainda visitar suas casas de origem e passar boa parte dos seus dias lá, segundo Maybury-Lewis (1984, p. 158). Entre as restrições que lhes seriam impostas no período, estariam a exigência de não olhar para as meninas de sua idade e de não falar com elas. Como dito, isso poderia durar até quatro anos, aproximadamente, muito embora alguns adolescentes possam ingressar na casa após o início da vigência de seu grupo, o que faria com que ficassem menos tempo lá do que seus companheiros,

ao final do processo. A tradição prevê que os *wapté* tampouco devem se envolver nos assuntos políticos da aldeia. Essa pré-iniciação seria um período de concentração na formação pessoal, que teria como objetivo principal fazer com que esses adolescentes cheguem a ser tornar autênticos homens xavante, além de sua inserção em meio a uma classe de idade. Essa pertença faria com que ganhassem laços de companheirismo e também com que superassem, com esses novos companheiros, certas rivalidades que poderiam ter origens em diferenças clânicas, entre outros fatores (WELCH, 2009, p. 78; MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 153).

Para comer, os *wapté* podem enviar “mensageiros”, ou ir eles mesmos em silêncio, a suas residências familiares de origem. Welch (2009, p. 77) registrou que a entrada na casa era vista por alguns adultos da comunidade de Pimentel Barbosa como uma passagem que marcava a perda das liberdades da vida de criança, algo como o ingresso em período de restrições, assim como de aprendizagens.

Em vídeo produzido por indígenas da aldeia Idzo'uhu (CONSTRUÇÃO, 2017), é possível acompanhar parte do processo de construção da casa *hö*, feita com palhas de buriti e outros materiais, realizada pelos *wapté* do grupo *Anarówa*, orientados por seus padrinhos (*danhoui'wa*), do grupo *Abare'u*. A responsabilidade e o cuidado com a estrutura da morada seria tradicionalmente atribuída aos *wapté*, assim como a seus *danhohui'wa* (padrinhos). Como nem sempre os primeiros teriam grandes habilidades nesse sentido, isso faria com que, por vezes, houvesse goteiras e falhas na cobertura da casa. Com isso, os adolescentes muitas vezes precisariam encontrar, eles mesmos, as saídas para a situação, em um exercício de autonomia grupal. Falleiros (2012) propõe o uso do termo *patrono* para designar o *danhohui'wa* (p. 29, 362) guardando a denominação *padrinho* para o *danhorebdzu'wa* (nominador). Muito embora reconheçamos a pertinência da proposta do autor, em nosso caso, manteremos o uso de padrinhos para os primeiros, visto que, em nossos diálogos com indígenas, era assim que estes os designavam em português.

Um fato interessante de se mencionar é que, estando na aldeia na qualidade de pesquisador, e talvez por ter por volta de 33 anos na época da visita, fui¹⁵ identificado pelos moradores de Idzo'uhu como sendo pertencente à classe de idade *Abare'u*. Com respeito ao funcionamento básico do sistema de classes de idade (*da'utsu*), iremos explicá-lo mais adiante neste capítulo. Retomando o relato, com o mencionado reconhecimento como membro do grupo, tornei-me padrinho do grupo de *wapté* da aldeia (do grupo *Anarówa*) e, assim, foram-me sendo solicitadas ações variadas no sentido de aconselhar os adolescentes, entre outras ações típicas que normalmente os *danhohui'wa*

15 A título de esclarecimento, quando estiver tratando da minha experiência individual junto aos Xavante, utilizarei a primeira pessoa do singular, abandonando, por um momento, o uso do plural de modéstia, para tornar mais clara a comunicação com os leitores a esse respeito.

(padrinhos) desempenham nessa cultura. Nesses momentos, eu me sentia em meio a uma “saia justa”. Como passar aos adolescentes algum conhecimento que pudesse ser bom para a sua formação, sem prejudicar a transmissão tradicional da cultura local? Mesmo algo contrariado diante da inesperada incumbência que me tinha sido oferecida, procurei entender o que eles esperavam de mim, reconhecendo que o contato interétnico é sempre uma troca e que não haveria, nesse sentido, condições para uma presença neutra.

Por outro lado, o reconhecimento acabou por ser uma coincidência bastante grata, pois me permitiu um contato mais próximo com os *wapté* e com os demais *danhohui'wa*, o que, sob outras circunstâncias, talvez não fosse possível. Certa vez, durante uma das visitas à aldeia, recebi uma solicitação dos adolescentes para comprar uma lona plástica para cobrir a *hö*, uma vez que ela precisava de reparos e, aparentemente, não haveria palha de palmeiras suficiente para a confecção do telhado na T. I. A falta de alguns recursos naturais do cerrado (essenciais para o estilo de vida tradicional) tem sido observada em diversas ocasiões pelos A'uwẽ. Essas, certamente, não foram as únicas solicitações dos indígenas que recebi. Como costuma acontecer com os visitantes de fora, muitas vezes os moradores me perguntavam se eu podia lhes comprar refrigerante, alimento e roupas. A motivação por trás desses pedidos, no caso de um apadrinhamento, aparentemente, seria mais da ordem da troca do que de uma solicitação unilateral. Falleiros (2012, p. 124-126) explora esse assunto em mais detalhes.

A nossa conversa com os adolescentes se dava, em geral, por meio de uma comunicação um pouco truncada, pois a maioria deles falava e entendia pouco o português. A pedido dos próprios *wapté*, dei um par de aulas de português e espanhol na *hö*, e passei um tanto de tempo em sua companhia, sem realizar nenhuma atividade específica, apenas convivendo. Eles se divertiam ao aprender os idiomas, rindo, sobretudo, das diferenças fônicas existentes entre as línguas. Em minha visita, também tive a felicidade de poder acompanhá-los em excursões ao cerrado, junto aos demais *danhohui'wa*, para aprender a coletar plantas medicinais, usadas para tomar banho e outras funções rituais. Também jogamos futebol e praticamos esportes juntos. Falleiros (2012, p. 22-23) e Welch (2009, p. 90), em seus trabalhos de campo, também passaram pelo processo de incorporação a categorias de idade. No caso do segundo, ele teria sido considerado *ritei'wa*, um recém-iniciado. Isso mostra um costume inclusivo dos indígenas, que muitas vezes não hesitam em considerar o visitante como um igual, ou até mesmo como um parente. De minha parte, no princípio da visita à T. I., as pessoas tendiam a manter distância, no que concernia ao relacionamento interpessoal. Após a minha participação em um ritual coletivo de dança e pintura corporal, acompanhado dos meus companheiros de grupo *Abare'u*, muito mudou. Isso teria significado, para eles, a identificação com um grupo de idade.

Isso ocorreria porque, na lógica da sua cultura, eu teria enfim tomado “um lugar” em meio à ordem social, o que organizava os tipos de relação que as pessoas podiam ter comigo. Homens e mulheres passaram a se aproximar e a ter mais liberdade de conversar comigo apenas a partir desse episódio. Falleiros (2012) identificou esse procedimento de aparentamento ou “adoção”, segundo a noção de *danhimidzama*, a qual significaria, genericamente, algo como o processo pelo qual alguém passaria a seguir, imitar ou acompanhar aquele que o cuidaria ou o vigiaria (p. 22). Para mais informação a respeito do processo, recomendamos a ida ao original, o qual trabalha a ideia em profundidade (p. 22-25, 45, 119, 162, entre outras).

Figura 5.4- Roda de dança e canto na aldeia Idzô'Uhu



Fonte: Fotografia tirada por indígenas durante a nossa visita de campo em dezembro de 2017. Os rostos dos participantes foram apagados para preservação de suas identidades.

Na *hõ*, os adolescentes podem receber a visita de anciões (*ĩhi*) e são acompanhados de perto pelos padrinhos. A literatura denomina estes últimos, também, como patronos, mentores (do inglês *mentors*) ou patrocinadores de iniciação, conforme Lopes da Silva (1986, p. 64). Entre as atividades realizadas nessa relação da tradição indígena – a qual pode ser considerada como uma autêntica prática educativa nativa – estão a conversa diária com o grupo de adolescentes (uma espécie de aconselhamento), a promoção de atividades esportivas ou de dança, o acompanhamento na ida ao rio para banho, atividades de lazer e expedições de caça, assim como o ensino da identificação e preparação de ervas rituais e medicinais, entre outras. Maybury-Lewis (1984) menciona que, no *hõ*, os *wapté* aprenderiam ainda a confeccionar suas armas e esteiras de dormir, além de serem instruídos a respeito de diferentes aspectos ligados à vida cerimonial e espiritual dos Xavante (p. 160-161). Welch (2009) afirma que, normalmente, os padrinhos aconselham os *wapté* a não andar

longe do seu grupo (a manter a coletividade), a manter a casa arrumada e a não atender a chamados de mulheres (p. 215).

Em breve vídeo confeccionado por nós, em conjunto com João Lucas Öwa'u e Hiparidi Toptiro (indígenas membros da Associação Xavante Warã), a partir da experiência de visita na aldeia em 2017 (VIAGEM, 2017), mostramos algumas imagens referentes ao convívio com os *wapté*. No documento, vemos um jogo de futebol em que os adolescentes da aldeia se divertem, assim como trechos de danças e cantos típicos *a'uwẽ* (*daprabá*, *datsiwai'õ* e *datsipado*). O grupo que se iniciava então era o *Anarówa*. Graham (2018, p. 127-136, 159-191) e, em menor extensão, Welch (2009, p. 218- 220) tratam das dinâmicas particulares de composição e execução das canções tradicionais. A primeira realiza estudo detalhado, em meio ao qual enumera os diferentes tipos de cantos *a'uwẽ*, além de descrever os contextos de suas práticas e as formas de sua composição, muitas vezes vindas de experiências oníricas. Entre as funções dos rituais de canto e dança estariam o fato de eles alegrarem a aldeia e tornarem público o laço de amizade e aliança estabelecido entre os padrinhos e os *hõ'wa* (este último fator no caso das danças e cantos realizados entre *danhohui'wa* e *wapté*).

O rito de iniciação, *Danhono*, seria composto por uma série de sequências, tais como a fase de submersão (durante a qual os jovens adquirem a designação *watei'wa*) ou a furação de orelhas – que seria denominada *da-pó're pu'u* (GRAHAM, 2018, p. 175). Além delas, teríamos a expedição de caça e as corridas. Enquanto são *watei'wa* (ou *waté'wa*), os adolescentes ficam dentro do rio durante períodos consideráveis do dia e da noite por algumas semanas, em prova de resistência. Lá, realizam cerimônia na qual “batem água”, exercício que, entre outras finalidades, atuaria no seu amadurecimento e ajudaria a amolecer os tecidos dos lóbulos das orelhas para a sua perfuração. De nossa parte, em maio de 2018, pudemos observar a realização de parte dessa sequência na aldeia Sangradouro, com jovens de diferentes aldeias da T. I. de mesmo nome, como mostram as fotografias abaixo.

Figura 5.5 – Adolescentes *Anarówa watei'wa* durante ritual do *Danhono*



Fonte: Fotografia tirada por nós durante visita à aldeia Sangradouroo em maio de 2018.

Figura 5.6 – Bordunas suspensas durante celebração do *Danhono*



Fonte: Fotografia tirada por nós, durante visita à aldeia Sangradouroo em maio de 2018.

Como é possível ver na primeira fotografia acima, dezenas de adolescentes se iniciavam na ocasião. A margem do rio próximo à aldeia Sangradouroo tinha se tornado o palco do ritual durante aquelas semanas. Os *danhohui'wa* tinham “preparado” o lugar, removendo a vegetação mais rala para que o rito pudesse acontecer. À certa altura do seu desenvolvimento, os *wapté* já praticamente não deixariam mais as proximidades do rio, dormindo em suas margens, com cobertores trazidos por seus familiares. Também mantinham, a seu lado, as bordunas rituais *ub'ra* (ou *uibró*, GRAHAM, 2018, p. 160), suspensas em duas varas para não tocar o chão (Fig. 5.6). Falleiros (2012) as chama ainda por um terceiro nome, *brudu* (p. 209). Os homens xavante supostamente

deveriam cuidar desses artefatos e mantê-los por toda a vida. Segundo relatos obtidos, conforme se aproximasse a data de término do período de *watei'wa*, as sessões de “bateção de água” pelos *watei'wa* se tornariam mais contínuas, chegando a incluir os períodos noturnos também. Nesses momentos, os adolescentes, não raro, tremeriam de frio, mantendo as mãos debaixo das axilas, como forma de manter o calor dos seus corpos. Concluída a fase de imersão, as suas orelhas são furadas em ritual específico, conforme observa Maybury-Lewis (1984, p. 166). Segundo Graham (2018), após receberem os brincos, os *ritei'wa* passariam também a poder receber, pela via dos sonhos, as canções de seus antepassados (p. 175). Outro nome dado aos adolescentes durante o ritual do *Danhono* é *heroi'wa*, o qual designaria os quase iniciados, segundo Welch (2009, p. 70) e Lopes da Silva (1986, p. 80, 279).

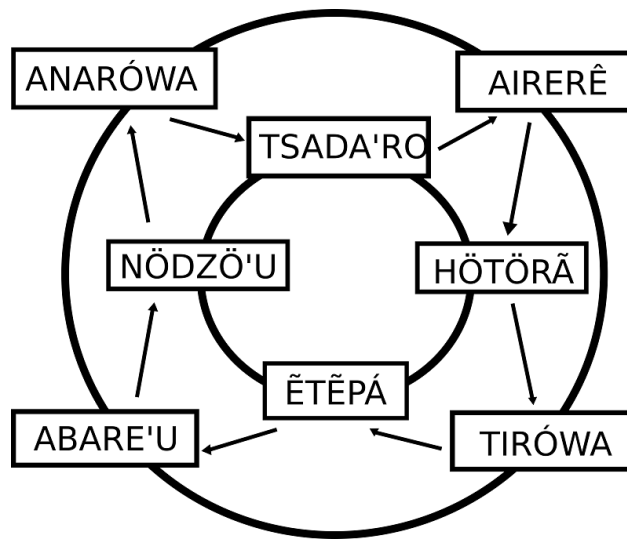
Infelizmente, por falta de condições, não pudemos acompanhar a realização do rito de iniciação na íntegra, tendo, contudo, em nossas visitas, sido capazes de observar, em dezembro de 2017 (durante 15 dias de visita), a realização de práticas de acompanhamento e ensino feitas pelos *danhohui'wa* aos *wapté*, assim como a celebração de danças e cantos, realizadas ao redor de Idzo'Uhu, diante de cada uma das casas da aldeia, feitas em movimento circular anti-horário. Em maio de 2018, por sete dias, observamos algumas das práticas de imersão dos *watei'wa*, acompanhadas da realização diária, cedo pela manhã e também ao atardecer, de danças *wanōridobe* pelos padrinhos, do grupo *Abare'u*. Aparentemente, à altura de nossa segunda visita, os jovens *wapté* já haviam feito uma expedição de caça na T. I., a qual não pudemos acompanhar. Em nosso terceiro retorno à reserva, em julho de 2018 (por seis dias), já havia acontecido a furação de orelhas e estavam ocorrendo as corridas, cuja linha de chegada era representada por um grande mastro erguido na área central da aldeia Sangradouro. Também ressaltamos a presença ritual, nessas ocasiões, de jovem homem que corria utilizando a capa *no'ōni*, de palha de palmeira trançada, mencionada por Maybury-Lewis (1984, p. 166-174). Lopes da Silva usa o mesmo termo para denominar o complexo ritual no qual o ornamento seria usado (1986, p. 280). Uma descrição detalhada de diferentes fases do ritual de iniciação é apresentada em estudo de Maybury-Lewis (1984, p. 164-193).

Sem ter estado na T. I. na ocasião de realização da corrida *Tsa'uri* (ou *Sa'uri*), partes dessa cerimônia foram documentadas por vídeo. O rito teria acontecido por volta do dia 16 de setembro de 2018 e foi registrado pelos indígenas, assim como pela equipe da Associação Warã. Partes suas podem ser vistas em vídeo disponível no Youtube (RITUAL, 2018). No documento audiovisual, é interessante observar a presença dos *wapté* da T. I. assim como dos padrinhos e madrinhas, pertencentes à classe de idade *Abare'u*. A utilização de legendas no filme torna mais didática a

visualização de distintos elementos de valor etnográfico, tais como a presença do grupo de oposição (*dahi'wa*), *Nödzö'u*, rivais com relação aos *Anarówa*.

As classes de idade Xavante, *da'utsu* (ou *da'usú za'ra*, segundo WELCH, 2009, p. 201) dizem respeito à denominação atribuída a cada indivíduo xavante, organizadas segundo duas metades agêmicas. Abaixo, apresentamos um esquema que mostra a progressão geracional segundo a lógica desse sistema de classes de idade, para os Xavante ocidentais (caso de Sangradouro / Volta Grande).

Figura 5.7 – Sequência de classes de idade dos xavantes ocidentais



Fonte: elaboração nossa, baseados em Vianna (2008, p. 104) e em Maybury-Lewis (1984, p. 216)

As classes de idade pertencentes ao círculo interno guardariam um senso de identidade interna, ao passo que as do círculo externo manteriam uma ideia de oposição quanto a elas, e identificação entre si (MAYBURY-LEWIS, 1984, p. 161). Nos rituais de corrida de tora de buriti (*Uiwede*), por exemplo, essas duas metades por vezes competiriam entre si. As pessoas pertencentes à classe de idade superior alternada de Ego seriam denominadas por ele *wanimimhã*, termo traduzido por Lopes da Silva (1986) como “nós” ou “os do nosso lado” (p. 283). Segundo informante da T. I. Sangradouro / Volta Grande consultado, além disso, o termo serviria para designar identidade quanto a clã.

Voltando ao exame dos estágios e etapas da vida xavantes, após a iniciação, descrita anteriormente, os *wapté* se tornariam *ritei'wa*, jovens iniciados, *status* com o qual já estariam aptos a se casar. Além disso, ao final do *Danhono*, os novos iniciados receberiam um novo nome, diferente daquele que tinham quando *watebremí* ou *wapté*. Esse novo nome seria transferido a eles de seu nominador, *danhorebdzu'wa*, designação que descreveria o tio materno de Ego, o qual

desempenharia as funções de pai cerimonial na ocasião do ritual (LOPES DA SILVA, 1986, p. 109-112, 278). Falleiros (2012) identifica diferenças no tocante à percepção da pesquisadora referente ao papel de nominador do *danhorebdzu'wa* (p. 29, 192-193, 238). Não entraremos em detalhes quanto a esse debate. Segundo Lopes da Silva (2014), na cultura xavante, “os homens frequentemente têm de quatro a seis nomes ao longo de suas vidas” (p. 111), muito embora haja sempre um deles que é o nome corrente, ficando os demais mantidos em sua identidade como “outros nomes”. Vale lembrar que a utilização dos nomes pessoais como forma de identificação, em meio à cultura xavante, é bastante menos comum do que em nossa sociedade. Os diversos termos existentes no idioma para designar as relações de parentesco ou afinidade seriam mais comumente utilizados no cotidiano para a função de identificação. Mais informação a respeito do sistema de nomeação masculino xavante pode ser encontrada em Lopes da Silva (1986, p. 59-112).

Tratando agora do estatuto dos *ritei'wa*, esses homens iniciados ainda não frequentariam o *warã*, local onde o conselho dos homens se reuniria para decidir a respeito de assuntos políticos (GRAHAM, 2018, p. 214). Muitos deles, ao concluir o ritual de iniciação, já possuiriam casamentos arranjados. Os *ritei'wa* que não se casam imediatamente após a conclusão do ritual, normalmente retornariam para viver na residência dos pais (WELCH, 2009, p. 88-89). Mais informação a respeito da vida como *ritei'wa* e sobre os processos de namoro e casamento xavante pode ser consultada em Welch (2009, p. 91-97). Na cultura xavante, os homens casados normalmente vão morar com a família de suas esposas, na mesma morada dos seus sogros. Assim, como veremos no caso de nossos entrevistados, eles comumente residem em uma residência com diferentes núcleos familiares, o que é parte do princípio da *uxorilocalidade*, característica comum aos povos Jê - Bororo (VIANNA, 2008, p. 92). Contudo, tal regra estaria sujeita a exceções, como no caso da constituição de novas aldeias, quando outras variáveis (oriundas do novo aldeamento) se somariam na determinação do estabelecimento de moradia dos indivíduos casados. Isso se nota em alguns casos ilustrados por Vianna (2008), na T. I. Sangradouro / Volta Grande (p. 93-96) ou por Welch (2009), em Etenhiritipá (p. 111-112).

Passados aproximadamente cinco anos de vida como *ritei'wa*, com a conclusão de um novo rito de iniciação (do grupo de *wapté* que teria sido formado), o indivíduo *a'uwẽ* seria promovido para uma nova etapa da vida, a de *ipredupté*. Esta poderia ser traduzida como a dos “jovens homens maduros” (LOPES DA SILVA, 1986, p. 82). Falleiros (2012) utiliza a denominação *dapredupté* (p. 29). No que concerne ao estágio da vida, eles seriam *ipredupté*, mas no que diria respeito às categorias de idade formais, nessa fase, eles seriam considerados *danhohui'wa*, padrinhos iniciáticos. Sua proteção é conferida ao grupo mais jovem que vem a ocupar a *hö*. Assim, os

ipredupté serão padrinhos não do grupo de idade juvenil imediatamente ligado a eles pela cronologia, mas da geração de indivíduos que se iniciam depois deste.

Apenas após o cumprimento da função de *danhohui'wa*, com a iniciação dos adolescentes desse grupo intercalado, é que eles seriam, por fim, considerados *ipredu*, algo que poderia talvez ser traduzido como “adultos plenos”. Falleiros (2012) utiliza, em sua tese, a forma *dapredu*, para se referir a esse estágio da vida, também se valendo do termo *dahi*, para a pessoa velha (p. 181-182). Welch (2009) afirma que, no caso de Pimentel Barbosa (Etenhiritipá), o termo *ipredupté* não era usado na designação de estágios da vida (p. 106-110). Na localidade, a designação *ipredu* era utilizada para nomear os indivíduos da classe de idade que ocupavam a posição de *danhohui'wa*. Assim, o pesquisador aponta para a hipótese de que o termo *ipredu* pode ter um uso estendido para abarcar as diferentes etapas da maturidade xavante. De todo modo, no que concerne à participação na vida pública, já na condição de *danhohui'wa*, os jovens homens maduros passariam a poder ocupar assento no *warã* (GRAHAM, 2018, p. 215). No que concerne à participação política das mulheres, estando vetadas de frequentar o local, a autora diz as seguintes palavras.

[sendo as mulheres] excluídas do foro de debate público, elas constituem um grupo desfavorecido nesse sentido: sua participação na tomada de decisões da comunidade é, em grande parte, mediada pelos homens (GRAHAM, 2018, p. 215).

A vida dos homens maduros casados seria marcada normalmente pela experiência de coabitação na residência dos seus sogros. Os primeiros se subordinariam aos segundos, assim como manteriam uma postura de evitação e respeito diante deles. Esta relação hierárquica iria sendo alterada com a consolidação do núcleo familiar próprio, convertendo-se, progressivamente, em um campo de influências desse jovem adulto que teria ido viver com a esposa e a família. Isso ocorreria conforme ele fosse se tornando mais maduro (WELCH, 2009, p. 112-113). Após esse movimento, ele poderia estabelecer uma nova residência, sob a própria responsabilidade, tornando-se, quem sabe um dia, um potencial sogro para homens que viessem a se casar com suas eventuais filhas.

A derradeira transição etária masculina que nos faltou mencionar seria aquela entre *ipredu* e *ĩhi*, a qual aconteceria de maneira algo entremeada (WELCH, 2009, p. 110-120). Tal afirmação seria justificável pelo fato de que um ancião (*ĩhi*) também poderia ser considerado um homem maduro (*ipredu*). Para se tornar *ĩhi*, contudo, um homem precisaria, antes, ter muitos netos e, nessa derradeira fase, ele, por fim, passaria a conseguir certa distinção pessoal (GRAHAM, 2018, p. 153), tratando aqui essa etapa rapidamente.

5.2 Estágios da vida feminina

No que concerne à compreensão dos diferentes estágios da vida para as mulheres na cultura xavante, a tendência encontrada entre alguns estudiosos é a de entender que a sua progressão depende não de uma lógica de reconhecimento social formal, como acontecia com os homens, e sim de *fatores individuais*, alguns deles de caráter biológico. Como forma de ilustrar essa visão, trazemos algumas palavras de Lopes da Silva (1986) nesse sentido.

É individualmente que elas vão sendo consideradas. É o crescimento do corpo de cada uma que vai marcando sua passagem de uma categoria para a seguinte. É o casamento (o rito da *Adabatsa*), que é celebrado também individualmente, que marca sua estreia na próxima categoria (...) É o nascimento de *seu* filho que a torna definitivamente uma mulher (LOPES DA SILVA, 1986, p. 138).

Atestamos a veracidade de algumas das reflexões trazidas pela autora citada em nossa visita à T. I. Sangradouro / Volta Grande. Lá, por exemplo, em conversa com Hiparidi, pudemos reforçar a compreensão de que haveria uma “velocidade maior” na passagem das etapas iniciais da vida femininas, quando comparadas às masculinas. Lopes da Silva (1986) propunha isso, ao afirmar que, de maneira geral entre os Xavante, “dos 10 aos 15 anos, uma menina torna-se mulher e dá a luz à seu primeiro filho” (p. 139). Por outro lado, no caso de nossas entrevistadas, havia uma certa relativização quanto a isso, visto que havia duas jovens (das cinco participantes de nossa pesquisa) entre 16 e 17 anos que não tinham tido filhos. De todo modo, quando comparamos as adolescentes mulheres com os homens, vemos que, no caso dos *wapté*, eles tenderiam a passar a faixa de idade entre 10 e 15 anos na casa *hö*, preparando-se para se tornar *ritei'wa*, ou seja, anteriormente à constituição de família.

Uma visão ligeiramente diferente a respeito dos estágios de vida femininos é apresentada por Welch (2009, p. 139-143), que abordou a problemática a partir de censo realizado na T. I. Pimentel Barbosa. Procuraremos sintetizar algumas de suas conclusões a esse respeito a seguir. Vejamos um quadro que busca subsumir as classificações dos estágios da vida das mulheres na sociedade xavante.

Tabela 5.3 – Categorias de idade informais femininas na sociedade xavante

Termo xavante	Correspondência aproximada em português
<i>ĩhi</i>	mulher idosa
<i>ĩ'rare - pi'õ - a'raté</i>	mulher com filhos
<i>adabá</i>	mulher casada sem filhos
<i>azarudu</i>	mulher adolescente aprox. entre 8 e 15 anos
<i>ba'õno - (a'uté)</i>	menina até aprox. 7 - 10 anos
<i>a'uté - (ba'õno)</i>	nenê até aprox. 36 meses

Fonte: elaboração nossa, baseados em Lopes da Silva (1986, p. 64) e Welch (2009, p. 134-198, p. 411-412).

Em primeiro lugar, lembramos que *a'uté* seria identificado como o período que iria do nascimento até o momento em que um bebê começaria a andar. Welch (2009) problematiza um pouco essa afirmação, argumentando que o termo se aplicaria até um pouco além do período regular de desenvolvimento dessa habilidade (p. 140). Além disso, o embrião em período fetal também poderia ser designado como *a'uté*. O pesquisador, em sua investigação, identificou o fato de que algumas bebês do sexo feminino (entre zero e nove meses) tinham sido denominadas como *ba'õno*, o que mostraria uma tendência à intersecção entre essas categorias (p. 140). Talvez esse último termo tenha sido usado, nesses casos, para marcar o gênero da criança, uma vez que *a'uté* não marcaria tal característica. Lopes da Silva (1986) estipula também a categoria *ba'õtore*, para meninas entre dois e três anos (p. 64).

Em nossa visita a Idzo'uhu, vimos que as crianças dos sexos masculino e feminino brincavam juntas na aldeia, circulando com relativa liberdade em torno às suas casas e às de seus vizinhos. Elas, por exemplo, eram capazes de se defender dos cães que, por vezes, ladravam com a aproximação das pessoas, usando pedaços de pau ou pedras. Caminhavam também pelo centro e arredores da aldeia, frequentando normalmente, assim, o campo de futebol, as roças e os pomares da localidade. As *ba'õno*, muito mais do que os *watebremí* (meninos), davam suporte às suas mães ou irmãs maiores, auxiliando-as no preparo de comida, na lavagem das louças, na coleta de água no rio, assim como no cuidado com os irmãos menores.

Com relação ao termo *ba'õno*, Welch (2009, p. 141) endossa a proposta já conhecida de que a designação serviria para denominar a infância feminina, indo do momento do nascimento até o primeiro sinal de crescimento dos seios nas meninas. Quando esses indícios surgissem, elas passariam a ser denominadas *azarudu*, adolescentes do sexo feminino. O autor postula ainda que as jovens pertencentes a essa categoria de idade, diferentemente do que ocorre com os *ai'repudu* (rapazes), já poderiam ser consideradas membro de classes de idade (p. 142). Os rapazes, por sua

vez, precisariam realizar os ritos de condução à pré-iniciação para tanto. Com a chegada da adolescência, aumentaria a tendência de que as *azarudu* e os *ai'repudu* deixassem de brincar juntos (p. 144).

A passagem da infância à adolescência para as meninas xavante é bastante diferente daquela dos meninos. Enquanto estes tendem a começar a se ocupar das atividades relacionadas à participação na residência dos solteiros, elas prosseguiriam com uma vida espacialmente mais próxima daquela que levavam durante a infância, vivendo nas redondezas da casa das mães e as auxiliando com as funções tipicamente femininas na cultura. O ingresso na categoria de idade *azarudu* estaria fortemente associado ao fato de que elas poderiam, a partir do ingresso nessa etapa da vida, casar-se (WELCH, 2009, p. 146). Ainda segundo o autor, seria nesse momento que tenderia a acontecer o “namoro” indígena, denominado *barana si'iné*, período durante o qual os pretendentes visitariam as namoradas em suas casas familiares durante a noite (p. 146). Para conceder intimidade ao casal nesse momento, os sogros normalmente suspenderiam lençóis ou esteiras de palha para delimitar a eles um espaço diferenciado daquele habitual da residência.

Graham (2018) ao descrever o relacionamento de uma jovem descrita como sua irmã adotiva em trabalho de campo realizado em 1984, apresentava uma ilustração das formas de relacionamento que antecediam o casamento na cultura *a'uuvê*, ressaltando o caráter arranjado de muitas dessas uniões (p. 115-116). O estabelecimento dos casais é um tema que envolveria as famílias das duas partes e que seria, assim, associado a questões políticas e afetivas. De fato, o padrão de residência uxorilocal na sociedade xavante faz com que um jovem que é membro de uma linhagem oposta passe a conviver sob um mesmo teto, e segundo as regras, do pai de sua esposa. A pesquisadora norte-americana mostra, através da descrição de mecanismos linguísticos e de comportamentos evitativos, como se daria a aproximação entre genros e sogros na cultura. Vemos que a maneira de aquisição de intimidade em pauta seria configurada por algo como uma “ralentização” na aproximação entre eles. Tomando aqui, de empréstimo, noções oriundas da semiótica tensiva, vemos que elas seriam associáveis ao *modo do pervir* (ZILBERGEBERG, 2011, p. 257, 263-264, 271-272, entre outras páginas). Tal processualização visaria tornar “menos abrupto” o ingresso do novo morador na residência (GRAHAM, 2018, p. 117-123). Vejamos a seguir mais algumas informações trazidas pela autora com relação a esse período de adaptação.

A celebração da cerimônia que representa publicamente um matrimônio, conhecida como *adaba*, ocorre apenas depois de o casal já estar coabitando há um certo tempo, por no mínimo alguns meses e, usualmente, cerca de um ano (GRAHAM, 2018, p. 117).

O rito do casamento prevê a troca de carne, obtida em caça cerimonial pelo noivo, dada à família da noiva, assim como de um bolo (também cerimonial) que, em contrapartida, seria oferecido ao grupo dos caçadores pelos parentes da noiva. A união do casal seria apenas considerada estável com o nascimento do seu primeiro filho (GRAHAM, 2018, p. 117). Mais informações a respeito do casamento xavante podem ser consultadas em Welch (2009, p. 148-154). Uma vez unida a seu esposo, a jovem seria considerada *adabá*. Normalmente, as mulheres xavantes não demorariam muito a ter seus primeiros filhos, com o que poderiam passar a ser denominadas, de acordo com alguns fatores elencados pelo autor acima mencionado, *ĩrare*, *pi'õ* ou *a'raté* (p. 170-173). O primeiro deles, *ĩrare*, estaria ligado principalmente ao fato de a mulher ter passado pela experiência da maternidade (p. 172-173, 180). Além desse uso, segundo Falleiros (2012), o termo *ĩrare* poderia ser a forma de um *danhorebdzu'wa* chamar um *hõ'wa* (p. 29). *Pi'õ*, por sua vez, denominaria a mulher que tivesse sido casada e tivesse tido filhos (WELCH, 2009, p. 177). Ao mesmo tempo, *pi'õ* seria também um termo genérico para designar o traço semântico /feminino/, podendo, assim, ser associado linguisticamente a diversos sintagmas no idioma. *A'raté*, menos comum entre os falantes de Pimentel Barbosa, teria um significado aproximado ao de *ĩrare*, de acordo com Welch (2009).

A partir dos resultados obtidos em seu estudo censitário, Welch (2009) aponta para um fato que havia sido pouco considerado na literatura anterior a respeito dos estágios de vida femininos. Ele afirma que as mulheres, assim como os homens, participariam do sistema de categorias de idade formais (p. 172-179). Nesse sentido, ressalta que as mulheres poderiam ser consideradas *ritei'wa*, assim como *danhohui'wa* e *ipredu*. Isso aconteceria muito embora ele reconheça que o sistema informal é o que predomina na determinação do *status* feminino na sociedade. Analogamente, as categorias formais seriam mais importantes no caso dos homens (p. 175). A menor relevância da pertença às categorias formais pelas mulheres seria justificada pelo seu envolvimento menos intenso com as atividades políticas e cerimoniais, o que não significaria que sua participação nelas fosse inexistente (p. 187). Lembramos que nosso interesse aqui não é o de sintetizar as categorias propostas, e sim, dado nosso outro foco, lançar um olhar esquemático à problemática.

Segundo Welch (2009, p. 172-179), com a sua participação nos ritos de iniciação (diferente da realizada pelos *aibõ danhohui'wa*), as mulheres também passariam a ser consideradas *ipredu*. Muito embora elas fossem consideradas como membros dessa categoria, isso não significaria que ocupassem assentos no *warã* nem que tomassem parte nas discussões políticas da aldeia. No que concerne à assunção de função ritual, elas poderiam atuar como madrinhas dos indivíduos da classe de idade alternada inferior à sua. O autor afirma, com base em informações obtidas de ancião da T.

I. Pimentel Barbosa, que uma *azarudu* solteira não poderia ser considerada *ipredu*, mulher madura (p. 174).

Para Welch (2009) o fato de que uma mulher se case e tenha filhos, tornando-se *ĩrare* (ou *pi'õ*), faria com que ela ganhasse grande autoridade, especialmente no relativo aos assuntos relacionados à esfera doméstica. A participação dos seus maridos, quanto a esse domínio, seria geralmente aceita, muito embora, nessa esfera, os homens não sejam dotados de maior poder de voz do que as suas esposas (p. 188). De maneira geral, o pesquisador considera que as relações entre os dois gêneros, na etnia xavante, são profundamente respeituosas (p. 189). O que é interessante do ponto de vista da vida feminina é que, mantendo-se o padrão uxorilocal, as diferentes gerações femininas tenderiam a *permanecer unidas ao longo de suas vidas*, ao passo que os homens, ao longo das suas existências individuais, acabariam por *se dispersar entre diferentes domínios residenciais* (p. 189). A designação *ĩhi* para as mulheres, como acontece com os homens *a'uwẽ*, seria utilizada no caso das pessoas mais idosas, diante das quais uma postura de respeito seria esperada.

Enfim, tendo observado brevemente alguns aspectos antropológicos que regeriam os sistemas familiares, produtivos e de relacionamentos do grupo indígena em questão, passemos, por fim, à análise dos discursos orais coletados.

6 Análise das entrevistas – Jovens do sexo masculino (*Aibö*)

Para essa parte de nossa pesquisa, coletamos relatos autobiográficos oferecidos por cinco jovens indígenas bilíngues (português / xavante) do sexo masculino (*aibö*), com idades entre 23 e 28 anos. A depender da categoria de idade desses entrevistados, eles poderiam ser considerados, grosso modo, sob a categoria “jovem”, ou já poderiam ser vistos como próximos da idade adulta, como no caso dos *ipredupté*, maior parte dos indivíduos de nossa amostragem. Os seus depoimentos foram prestados majoritariamente em português, muito embora tivéssemos oferecido a eles, ao momento das conversas, uma versão escrita do roteiro de perguntas em *a'uwẽ mreme* (língua xavante). Os entrevistados por vezes se valeram dele para melhor compreender cada uma das questões. A tradução do questionário foi realizada por Lucas Öwa'u Ruri'õ, nosso anfitrião, a quem somos também muito gratos pela dedicada atenção durante todo o processo de pesquisa. O roteiro de perguntas nos dois idiomas pode ser consultado na seção de anexos desta tese. A duração total das entrevistas foi de duas horas e 58 minutos. A duração individual de cada uma delas variou entre 21 minutos e uma hora. Normalmente, as conversas foram realizadas individualmente, com a exceção do caso de Tsiuburá_28, o qual, durante a entrevista, tinha sido acompanhado de seu irmão.

Dentre os assuntos tratados nas conversas, abordamos a infância de cada entrevistado, assim como observamos as diferentes atividades que os jovens declararam realizar no tempo presente das conversas. Tocamos também os objetivos pontuais que eles tinham para essa temporalidade. Além disso, perguntamo-lhes a respeito dos seus planejamentos individuais ou familiares para futuros próximos ou distantes. Foram igualmente abordados assuntos como suas relações com a sociedade não indígena, política, religião e espiritualidade, relacionamentos amorosos, pessoais ou familiares, entre outros. As perguntas nem sempre seguiram a mesma ordem, pois dávamos prioridade ao desenvolvimento do fluxo conversacional em determinados momentos. As denominações fictícias a seguir nos foram oferecidas por Hiparidi Toptiro, que realizou um esforço de rememoração de nomes xavantes a serem usados para apresentação nesta pesquisa.

Tabela 5.4 - Denominação fictícia, situação de moradia, categoria de idade e escolaridade dos jovens homens xavantes

Nome fictício*	Situação de moradia	Cat. de idade	Escolaridade
Bodi_23	Morava com o pai, a mãe, os irmãos e as irmãs (casado, vivia na residência dos pais)	<i>Ipredupté/ Danhohui'wa</i>	E. M. completo
Rewiwarena_27	Morava com a esposa, o filho e o sogro (casado, já tinha saído da residência dos pais)	<i>Ipredupté/ Danhohui'wa</i>	E. F. incompleto
Uiwedê_23	Morava na casa da mãe com o primo, a irmã e o cunhado (solteiro, vivia na residência dos pais)	<i>Ipredupté/ Danhohui'wa</i>	E. M. completo
Prapa_27	Morava com a mulher, seus filhos e os cunhados (casado, tinha saído da residência dos pais)	<i>Ipredupté/ Danhohui'wa</i>	E. M. completo
Tsiuburá_28	Morava com a mulher, os filhos e o irmão (casado, tinha saído da residência dos pais)	<i>Ritei'wa / Dahi'wa</i>	E. M. completo

Fonte: elaboração nossa.

Todos os indivíduos entrevistados, exceto um, pertenciam ao grupo de idade *Abare'u*. Logo, na época, estavam desempenhando a função formal de *danhohui'wa* (padrinhos) na aldeia *Idzô'Uhu*. Tsiuburá_28 era do grupo *Nödzö'u*, sendo também *ritei'wa* (iniciado) e *dahi'wa* (membro do grupo diretamente superior aos pré-iniciados). Isso ocorria mesmo sendo este mais velho que os demais. Três deles estavam casados, moravam com as esposas e tinham filhos. Bodi_23 estava casado mas não vivia com a mulher, pois ela morava em outra aldeia. Uiwedê_23 era solteiro e não tinha filhos.

Dois pontos saltaram aos nossos olhos em uma primeira visualização dos dados coletados no questionário socioeconômico. Em primeiro lugar, o baixo padrão de remuneração, abaixo de R\$ 1.100,00 mensais domiciliares para dois dos entrevistados, não excedendo R\$ 2.000,00 para nenhum deles. Em segundo lugar, um bom nível de escolaridade. A pequena entrada financeira constatada corresponde à realidade de muitos dos indígenas brasileiros, fato que, a nosso ver, pode se tornar preocupante em alguns aspectos. Ao mesmo tempo em que eles possuem poucas condições de dar continuidade a alguns dos padrões culturais originários no território atual, tais como a realização das tradicionais excursões de caça e coleta no cerrado, é difícil que consigam empregos na sociedade circundante. Isso faz com que alguns deles vivam em uma situação de risco considerável no que concerne a condições de saúde, alimentação e saneamento. Por outro lado, a forte tendência à distribuição de renda e bens entre os indígenas, característica relacionada ao funcionamento da sua própria cultura, atua como um fator de redução dessa falta de recursos interna.

O preconceito é também um grande obstáculo na relação com as pessoas que vivem nas cidades próximas, o que dificulta a obtenção de empregos. O dinheiro com o qual os indígenas podem contar para a compra de alimentação e vestimentas, entre outros bens e serviços básicos que necessitam, vem, majoritariamente, de salários recebidos do exercício de funções como professores indígenas, enfermeiros nos postos de saúde das T. I.s, assim como outras atividades pontuais realizadas no entorno. Alguns conseguem trabalho junto a fazendeiros da região e há, por vezes, a implementação de projetos de desenvolvimento ligados a iniciativas do terceiro setor, o que os auxilia sob aspectos variados.

As organizações sociais, defendemos, podem ser importantes para que se criem soluções sustentáveis para essas comunidades, pois muitas vezes elas zelam pela manutenção e preservação do cerrado, além de gerar alguma receita para as despesas essenciais dos envolvidos com os projetos. Nesses casos, valorizamos, sobretudo, aquelas ações que são pensadas e realizadas total ou parcialmente pelos próprios indígenas. Ressaltamos o valor do devido acompanhamento antropológico e do acordo estabelecido previamente com as lideranças vigentes no desenvolvimento dessas iniciativas.

Supomos que os jovens entrevistados teriam o alto grau de instrução aferido por conta das escolas indígenas localizadas na T. I. Rewiwarena_27, foi o único que declarou menor escolaridade. Ele tinha se mudado para a aldeia Idzo'Uhu próximo da data da entrevista, por conta de casamento estabelecido. Antes disso, vivia na T. I. Parabubure, onde ele tinha tido matrimônio no passado. Com a separação, o rapaz tinha deixado, na localidade anterior, cinco filhos, sua ex-esposa e parentes, o que lhe causava nostalgia. No que tangia ao local de residência dos entrevistados, três

deles moravam na aldeia Abelhinha e um vivia na aldeia Norowada (T. I. Sangradouro), à data das conversas. O outro, como dito, habitava na T. I. Parabubure. Passemos, então, à análise dos seus discursos.

6.1 Experiências de infância: brincadeiras e convívio com os adultos

Os relatos de infância obtidos mostram que os jovens discursivizaram esses períodos como momentos despreocupados e não pautados pelas obrigações decorrentes de necessidades diretas de trabalho para a sobrevivência. Ainda assim, neles, os entrevistados contam que já iam se preparando para a vida adulta como homens xavantes. Essa preparação se dava por meio da observação e imitação das funções desempenhadas pelos pais, assim como pelo estudo em unidades escolares indígenas e pela escuta aos relatos dos seus avós, que traziam narrativas lendárias, além de episódios relacionados à história oral do seu povo.

Prapa_27 contou que brincava de diversas coisas quando criança, confirmando a percepção (apresentada anteriormente neste capítulo) a respeito dos períodos de *a'uté* e *watebreimi* como fases relativamente despreocupadas. O entrevistado contou também que brincava a partir da observação do trabalho dos pais.

eu... fazemos assim... / eu gostava só:... eu era criança né?... dez aninhos... on:ze doze... por aí né?... essa é as crianças... brincar:... com: com as bola... brincar com:... pete:ca... brinca com... aquele: o: / o barro lá... nós brin:ca... pintando... mas é na verdade eu gosto / é assim... que eu... queria para:... aprender o co / o:... trabalho... como... junto com minha mãe... (...) na roça... (PRAPA_27).

Bodi_23 contou que, durante sua infância, ele auxiliava os pais a cuidar dos irmãos menores, vivendo, na sua casa, seis crianças. Uma atividade que gostava muito de fazer era jogar futebol, o que teria tido que abandonar por conta de um problema no joelho. Quando se tornou *wapté*, de acordo com o estipulado pela cultura xavante, teria passado a *respeitar* mais os adultos e a conviver em maior medida com as pessoas de sua classe de idade. Comentários feitos oralmente por Guilherme Falleiros na defesa da tese agregam uma maior riqueza na compreensão da noção de “respeito” entre os Xavante, a partir da ideia de *dahoimanapredu*. Bodi_23 afirmou que não falava muito com as outras pessoas da aldeia. Segundo ele, apenas as escutava quando era necessário ter alguma comunicação. As suas experiências de infância e adolescência foram marcadas por um quadro de doença. Ele tinha sido diagnosticado como portador de uma enfermidade aguda por médicos, com o que teria tido que se deslocar e residir por algum tempo em cidades brasileiras (como Primavera do Leste, Barra do Garças ou São Paulo) em busca de tratamento. Por outro lado,

com isso, teve a experiência de conviver com indígenas de outras etnias, assim como com não indígenas, sendo, de todos os entrevistados, um dos que melhor falava o português.

Rewiwarena_27 contou que sua infância, em aldeia da T. I. Parabubure, tinha sido marcada pela brincadeiras que fazia, que envolviam jogos de bola, de corrida, de dança e “gritaria”. Ele contou que sempre tinha sido um rapaz “respeitador” dos pais e da família. Uiwedê_23, por sua vez, afirmou que costumava brincar e escutar a história dos xavantes, contada pelo avô. Ouvia histórias a respeito de guerras contra outras etnias, contou, assim como lendas. Além disso, relatou que o avô sempre o aconselhou sobre comportamento, ensinando como deveria respeitar as outras pessoas. Também relatou que tinha sido na infância que tinha aprendido a caçar. Tsiuburá_28, por fim, contou pouco a respeito da sua infância, dizendo apenas que tinha aprendido a ler e escrever a partir dos cinco ou seis anos, estudando na escola de sua aldeia. Relatou que, desde criança, sonhava em fazer faculdade de pedagogia em uma instituição de renome, “tipo UNB” (em suas palavras), desejo que, para ele, ainda existia no presente das entrevistas.

6.2 Presente dos relatos: atividades realizadas cotidianamente

Apresentamos agora um breve panorama das atividades que foram mencionadas pelos entrevistados como ações feitas em seus cotidianos na aldeia, na temporalidade relacionada ao presente das conversas. Vale lembrar que a nossa ideia de “dia a dia” se encaixa “a duras penas” na concepção da vida indígena. Isso ocorre, entre outros fatores, porque eles possuem, em seus planejamentos para o ano, diversos rituais, os quais rompem com a lógica do cotidiano com mais frequência do que ocorre na sociedade circundante, onde apenas algumas rápidas celebrações coletivas anuais parecem se manter, dando, assim, a nosso ver, mais “margem” à ideia de uma repetição diária.

Tabela 5.5 – Fazeres cotidianos dos jovens *iprédupte* e *ritei'wa*

Figuras discursivas - fazeres cotidianos nos relatos	
Praticar esportes, como futebol ou vôlei (4)	Caçar (2)
Acompanhamento dos <i>wapté</i> (3)	Plantar, fazer roças (2)
Participar de rituais (3)	Fazer trabalhos de limpeza de casa ou lavar louça (2)
Trabalhar como professor (3)	Estudar, ler livros (2)
Criação dos filhos (3)	Buscar água
Fazer planos de aula (2)	Assistir televisão, usar rede social

Fonte: elaboração nossa.

Supreendentemente, a atividade mais mencionada por eles foi a *prática de esportes*. A proximidade dos Xavante com o futebol (adquirida pós-contato, obviamente) já é um fato conhecido dos antropólogos, tendo inclusive sido trabalhado por Vianna (2008) em detalhe em sua dissertação de mestrado. Para retomar algumas informações trazidas pela obra mencionada, lembramos o depoimento de um morador da aldeia Sangradouro na época, que afirmava que os “Xavante gostam de futebol porque é movimento. Nós gostamos de tudo que é movimento” (p. 238), afirmando haver um apreço geral desses indígenas pelas atividades corporais.

Além disso, no livro citado, o pesquisador traz também relatos do ancião Adão Toptiro, da mesma T. I., que lembrava quando o esporte tinha sido introduzido na aldeia, na época do primeiro contato com os missionários salesianos (VIANNA, 2008, p. 238-41). Naquele tempo, os indígenas teriam assistido ao jogo dos religiosos em suas horas de lazer e teriam aprendido a jogá-lo a partir da observação feita. Nas palavras do *ĩhi*, “não entendíamos o que eles estavam chutando com o pé, aquilo que corre muito. A gente adivinhava o que seria aquilo que corre muito” (p. 239), dizia, referindo-se à bola. Curiosidades à parte, o ingresso dessa prática ocidental em meio aos costumes indígenas, segundo Vianna (2008), não teria se dado de maneira irrestrita. Ela teria passado a ser mais valorizada pelos velhos por ser entendida como algo que ajudaria a manter os jovens nas aldeias. Ao mesmo tempo, o futebol seria criticado pelos anciões sempre que incorresse em conflito entre os praticantes (p. 238).

Em nossa viagem à T. I. Sangradouro / Volta Grande, pudemos presenciar o “ritual vespertino” diário das práticas esportivas entre os indígenas de Idzo'Uhu, um momento no qual grande parte dos indivíduos que poderíamos considerar jovens ou “adultos jovens” para os nossos padrões estavam reunidos no centro da aldeia para se divertir. Esse alto engajamento esportivo se refletiu também nas respostas que recebemos no questionário socioeconômico. Nele, quatro (de cinco) jovens do sexo masculino entrevistados declararam praticar esportes por no mínimo duas horas por semana. Bodi_23 foi o único que contou que não se exercitava à época da conversa, por questões de saúde. Outro fator que talvez tenha facilitado a assimilação dessas práticas esportivas pelos indígenas é seu caráter grupal, sendo, eles, membros de uma cultura que poderia ser considerada coletivista em muitos aspectos.

Em meio às atividades que os entrevistados *aibö* (do sexo masculino) declararam realizar em seus cotidianos, uma figura que apareceu com bastante frequência (em três dos relatos) foi o acompanhamento aos *wapté* que estavam, à época da entrevista, na casa dos solteiros (*hõ*). Como explicado anteriormente, membros da categoria de idade formal *danhohui'wa* cuidam e

acompanham os adolescentes de mesmo sexo que estão em período de formação¹⁶. Nesse sentido, Bodi_23 afirma que há, de parte dos anciões da aldeia, uma expectativa de que eles, os jovens padrinhos, olhem por seus “protegidos”, os *hō'wa nōri*, ou simplesmente *hō'wa*, (WELCH, 2009, p. 210, 215). Podemos examinar as palavras do entrevistado abaixo.

eu sou... padri:nho... então:... eu (...) dentro da nossa cultura... aí respeitava... assim:... o: / os velhos... as velhas que passavam na nossa cultura... enTÃO:... para mim né?... para mim não tem proble:ma... só:... ficar de bo:a assim... cuidar... dos nossos adolescen:tes.... para NÃO acontecer:... é:... é: tudo isso... porque:... se eles... fizer alguma coisas errada... todo mun:do... vão falar desse jei:to... em cima de nós... né? (BODI_23).

Aproveitamos para fazer menção ao papel importante da figura dos velhos na fala dos xavantes em geral. Estes são, por vezes, vistos como uma espécie de “personificação da consciência coletiva”, como observado por Vianna (2008) no trecho abaixo.

Os velhos são uma espécie de personificação da consciência coletiva: aquilo que está, ou que deve estar, acima dos pontos de vista individuais, e a que urge recorrer quando se reflete acerca de alguém ou de algo que é tomado como parte do mundo dos *waradzu* (VIANNA, 2008, p. 237).

Com relação ao dito na transcrição do discurso do jovem, se, por um lado, Bodi_23 afirmava “ficar de boa” cuidando dos adolescentes, o fato de afirmar “não ver problemas” em fazer isso nos faz inferir uma possível indisposição sua diante dessa ação. Nesse sentido, vemos indícios de que a vontade do ator discursivo (investimento da modalidade do *querer*), no caso, talvez estivesse sendo preterida em virtude do que ele entenderia como aquilo que seria um “bem comunitário”, a sua contribuição à educação dos jovens de seu agrupamento. A figura estaria vinculada, assim, à modalidade do *dever*. Bodi_23 parece se manter na atividade também em prol da preservação da sua autoimagem junto aos *īhi* da aldeia (que supostamente o repreenderiam por falhas, caso algo “desse errado” na formação dos rapazes).

Examinando o discurso de Rewiwarena_27, vemos que ele declarava estimar a atuação como *danhohui'wa* com mais ênfase que Bodi_23. Em seu caso, estariam presentes também os temas do respeito, da educação e da aprendizagem, todos entendidos como associados ao ato.

eu gosto muito para ficar... com / junto ah... com adolescen:te... gosto para ensinar na VI:da... para aprender a respeitar... to / res / respeitar... para com... o pai: o tio... avó... essa: / essa: importante... primeiro importante para aprender a vi:da... a respeitar... (REWIWARENA_27).

16 Caberá investigar mais a fundo futuramente a relação entre o *protagonista social*, conceito que viemos examinando, e a categoria de idade formal xavante do *danhohui'wa*, um aconselhador que exerce o papel de liderança diante de seus protegidos na aldeia indígena.

Nesse caso, a identificação com a função de padrinho parece ser menos polêmica, mais consensual. O jovem nos contou ainda que a dedicação envolvida em ser *danhohui'wa* era grande, pois precisaria “explicar a vida” para os pré-iniciados, além de acompanhá-los nas danças rituais que aconteciam nas manhãs, tardes ou noites na aldeia.

Três dos jovens (Tsiuburá_28, Uiwedê_23 e Bodi_23) trabalhavam como professores nas aldeias onde moravam, assim, o planejamento de aulas ocupava parte considerável do dia de cada um deles. A maioria das aulas na escola indígena de Idzo'Uhu são oferecidas em língua nativa, o que consiste em uma importante conquista do ponto de vista da valorização e preservação da cultura tradicional. Entre as matérias mais oferecidas pelos jovens entrevistados, estavam os cursos de língua materna, português, matemática e história. Em meio às disciplinas que consideramos como mais “inovadoras” ensinadas, constavam práticas agroecológicas, práticas de sustentabilidade e tecnologia indígena.

A consciência identitária indígena parece ser uma das marcas da aldeia Abelhinha. Esta teria sido criada a partir de um momento de cisão, ocorrido após uma discussão entre lideranças da aldeia Sangradouro, segundo Vianna (2008, p. 72-73). Desse modo, um símbolo de conquista das lideranças xavantes na localidade é a obtenção das placas de trânsito bilíngues (português / xavante) na BR-070, estrada que toca o território da T. I. em alguns de seus trechos.

Figura 5.8 – Placa de trânsito bilíngue, arredores da T. I. Sangradouro / Volta Grande



Fonte: fotografia nossa, BR-070, município de Primavera do Leste (MT), tirada em abril de 2018.

Segundo Hiparidi Toptiro, essa teria sido a primeira sinalização de trânsito escrita em língua indígena no país, fato que não pudemos, contudo, comprovar. De todo modo, essa conquista é positiva para o desenvolvimento da política linguística étnica no Brasil. Nesse sentido, observamos

que há um esforço especial dos Xavante de Sangradouro para se fazer notar na sociedade como etnia, assim como para a conscientização e reconhecimento a respeito de sua cultura.

Retomando o assunto tratado neste item e o discurso dos jovens entrevistados, a ocupação deles com a criação dos seus filhos foi também uma atividade recorrente mencionada. Esta seria uma prática compartilhada entre pais e mães. As ações de caçar e fazer roças também foram citadas. Além delas, dois jovens declararam ler cotidianamente. Por fim, em meio às atividades do dia a dia com apenas uma menção, tivemos a ida ao rio para buscar água e o uso de meios de comunicação como televisão ou redes sociais.

6.3 Hierarquização das atividades: a importância dos rituais

Se todos os entrevistados declararam participar dos *rituais xavantes*, três deles reforçaram, nas entrevistas, que isso era muito importante para eles. A segunda figura que mais foi mencionada como valorizada para esses jovens foi a *prática de esportes*. Esta foi seguida da *convivência com a família* de núcleo próximo, fosse ela composta dos genitores, tios e primos (ascendentes de Ego), fosse dos representantes dos novos núcleos familiares constituídos (esposas, filhos e sobrinhos). Além disso, *o estudo* também foi mencionado como uma ação central por alguns deles. Vejamos mais detalhadamente alguns casos.

Rewiwarena_27 declarou dar grande importância aos rituais xavantes, como a corrida de tora de buriti, associada por ele a valores espirituais e ao desenvolvimento corporal. Além disso, contou, gostava também de ensinar (tinha sido professor na aldeia de onde tinha saído) e de jogar futebol. Uiwedê_23 gostava de participar dos rituais, em especial do *Wai'a* (ritual masculino, relacionado à iniciação espiritual) e das corridas de tora, nas quais se gabava de ser o melhor. Prapa_27 considerava que o mais importante para ele era criar a sua família, desenvolver-se nos estudos (a partir dos quais esperava começar a trabalhar como professor) e praticar esporte, algo que relacionava à obtenção de saúde. Tsiuburá_28, por sua vez, afirmou que o mais importante para ele era a convivência com os irmãos, amigos, esposa e pais. Podemos ver algumas das suas palavras a seguir.

importante... é pra mim é família... fala:r com... com os ... / com os meus...
irmãos... caçulas minha mãe assim... para: para: sentar com juntos com meu pai...
quando os amigos chegar:... (TSIUBURÁ_28).

Tsiuburá_28 era o único dos entrevistados que, à época das conversas, era *ritei'wa*, ou seja, ainda não tinha vivido a experiência de ser padrinho. Talvez a sua proximidade maior com os seus pais fosse, de certa forma, decorrente da pertença à fase do sistema de idade formal correspondente. Além disso, o jovem morava na aldeia dos pais, T. I. Parabubure, onde era professor. Estava na

aldeia Idzo'Uhu apenas para passar as férias letivas. Logo após ter manifestado atribuir grande importância ao convívio com o núcleo familiar próximo, ele também afirmou dar valor à cultura xavante como um todo, o que corrobora a tendência constatada para os jovens em geral de enxergar a comunidade e seu bem-estar como um elemento central em suas vidas.

6.4 Planejamentos para o futuro: eticidade em torno ao bem comunitário

Para a análise relacionada ao que viemos denominando *protagonismo semiótico subjetivo*, construção *pautada em um contrato reflexivo no estabelecimento do programa narrativo de base*, a observação daquilo que os entrevistados declararam ser os seus planejamentos para o futuro é importante, uma vez que eles nos permitem depreender quais seriam os objetivos dos atores do sujeito em um longo espectro e, assim, determinar a figura prática que investiria o *PN de maior amplitude*, ou o *horizonte estratégico*, caso trabalhemos com a terminologia proposta por Fontanille (2008). No caso dos discursos dos jovens indígenas, encontramos objetivos que eram comuns tanto com relação àqueles elementos encontrados nos relatos realizados por jovens em liberdade, quanto em comparação com os depoimentos dos jovens que estavam cumprindo medidas socioeducativas. A realização de *estudos universitários* é sem dúvidas um ponto de convergência encontrado em todos os perfis. A intenção de manter, ao longo da existência, uma *relação ativa diante de formas coletivas de vida*, contudo, parece ser um ponto de divergência entre os discursos dos entrevistados do sexo masculino nas diferentes amostragens. Vejamos os depoimentos dos jovens xavantes em mais detalhes para verificar como isso se deu nesse caso.

Rewiwarena_27 e Bodi_23 contaram que sonhavam em, no futuro, aprender a falar melhor a língua portuguesa. O primeiro também mencionou que queria aprender a “respeitar” mais as pessoas. Esse verbo teve uma presença recorrente em seu discurso, auxiliando na composição do que identificamos, em seu relato, como uma espécie de isotopia do reconhecimento, dirigida a atores hierarquicamente superiores a ele. O termo apareceu, em primeiro lugar, quando ele falava sobre aprendizados tidos na escola (na infância). Lá, dizia que era preciso respeitar os professores. Depois, a figura reapareceu quando tratava da forma com a qual ele deveria se relacionar com seus pais, tios e avós, no que estaria associado ao tempo das entrevistas. Por fim, quanto ao planejamento de futuro, Rewiwarena_27 contou que esperava “respeitar” a comunidade da aldeia na qual tinha passado a residir. Assim, poderíamos considerar esse como um traço individual, atuando na edificação de um *ethos* “respeitador” ao jovem. Vimos anteriormente, de forma breve, um possível significado desse tema em meio ao sistema cultural xavante.

Bodi_23 demonstrou grande interesse em aprender a falar melhor o português e, desse modo, esperava poder ajudar mais a própria comunidade.

só quero estudar mais ain:da... mas aprender mais ainda essa língua de vocês... para eu poder... ajudar também os nossos *wapté*... da nossa comunida:de... por exemplo... eu já estudava em São Paulo aí eu voltei aqui...” (BODI_23).

A aprendizagem do idioma corresponderia ao investimento discursivo das modalidades do *saber e poder fazer*, em PN modal da etapa da *competencialização* do percurso narrativo em pauta. Ao mesmo tempo, ressaltamos o caráter coletivista da ação citada, expresso pela intenção de compartilhamento dos conhecimentos e de seus eventuais “frutos” com os “afilhados”, tal como exposto pelo entrevistado. Ao final do processo, não apenas o ator individual do sujeito operador (“o jovem”) se beneficiaria da conjunção com o objeto, mas todo o grupo ao qual se associaria (“a sua comunidade”). A melhoria das condições de vida na aldeia seria o *horizonte estratégico* por trás do *objetivo da cena prática* em pauta (FONTANILLE, 2008, p. 211-215). Tsiuburá_28, do mesmo modo, afirmou que seu sonho era fazer faculdade de pedagogia e trazer os conhecimentos de volta para a sua comunidade.

[na infância] eu sonhava para estudar com / a faculda:de com a... tipo assim... faculdade bem mais conhecido no Brasil... UNB... e era meu sonho... fazendo:... pedagogia... agora eu sou professor e eu tenho que lutar: para:... fazer conseguir (TSIUBURÁ_28).

A realização de estudos universitários, em três dos relatos coletados, visava uma futura melhoria das condições de vida familiares ou das pessoas da aldeia. No entanto, não é explicitado, nos depoimentos, como a efetivação dos estudos se converteria em melhorias efetivas para a comunidade. Tendendo a a faculdade, em nossa sociedade, a ser uma etapa preparatória (por sua própria constituição), tal ação não remeteria, em muitos casos, a um objetivo “de base”, mas sim a um programa de uso, associável ao que se costuma denominar, em semiótica, a atualização modal do sujeito narrativo. Por um lado, o diploma de pedagogia representaria aos jovens um reconhecimento para o desempenho da função de professores, almejada por muitos, conforme dito anteriormente. Talvez esse fosse um fator pelo qual muitos dos entrevistados queriam aprofundar seus estudos nessa área. Não parece existir muita informação com respeito a outras especialidades existentes, estando o universo profissional retratado, nos relatos desses jovens *aibõ*, muito relacionado ao exercício do magistério.

Uiwedê_23, nesse sentido, indo além da tendência geral presente nos relatos dos demais jovens, afirmou que sonhava em trabalhar com a articulação política dos jovens indígenas, almejando uma aplicação de conhecimentos mais concreta, além do interesse de cursar faculdade.

eu QUE:ro... estudar e trabalhar:... para sustenTAR:... estudar e trabalho... esse é o meu sonho...e tamBÉM quando chegar na aldeia... que participar de ritual do / dos homens e também corrida de buriti... e:: e outros... (UIWEDÊ_23).

No caso dele, ressaltamos que o desenvolvimento individual e comunitário por meio da ritualidade xavante é discursivizado como um planejamento de vida. Desse modo, vemos como, para Uiwedê_23, a presença na cena política *a'uwẽ* era considerada como um programa de base.

Após a análise desses diferentes relatos, vimos que um PN subjacente a muitos dos projetos de vida remete ao projeto do ator individual. Seu objetivo estaria relacionado à obtenção de mais conhecimento ou poder, fosse isso conseguido em meio à cultura *waradzu* (não indígena), fosse no universo tradicional xavante. Ao mesmo tempo, os jovens esperavam, com isso, proporcionar melhores condições de sustentação e sobrevivência aos coletivos dos quais faziam parte (“o povo”, “o grupo de idade”, “a aldeia”, entre outros). Esse último objetivo parece ser a principal utilidade associada ao *PN de base*, no caso desses sujeitos. Tal programa englobaria a ação individual e seria a fonte de “eticidade” por trás da ação nos relatos. O valor amplo do *horizonte estratégico* em pauta (tomando a discursivização dos planejamentos de vida como *cena predicativa* desses relatos) seria o elemento prioritário com relação aos atos locais.

A forte tendência observada, de esforços individuais efetuados pelo bem da coletividade, indica a existência do anseio pelo *fortalecimento das condições de continuidade de um estilo de vida étnico*. Este, ao longo dos últimos séculos, como vimos, passou por diversas turbulências, sobretudo com os múltiplos episódios de adoecimentos decorrentes do contato, assim como com os conflitos ocorridos em meio a esses processos históricos. Tendo em vista as diversas transformações bruscas as quais o povo xavante atravessou nos últimos 50 anos (para não mencionar as que antecederam essas décadas), as experiências de iminência de riscos pessoais, no plano individual, assim como as ameaças à continuidade da cultura, em um espectro coletivo, supomos, ainda fariam parte de um espectro afetivo contido no discurso dos *A'uwẽ*. Talvez isso contribua para o estabelecimento dessa recrudescida *força de união do povo* em torno à defesa de seus interesses como grupo. Observaremos em seguida as formas com as quais os jovens do sexo masculino viram a política como fenômeno amplo.

6.5 Avaliação da política brasileira: burocracia e descrença

Os Xavante são reconhecidos por alguns estudiosos do assunto, como Lopes da Silva (1998), por ser um povo que dispõe, já em sua forma ancestral de organização social, de mecanismos de debate de problemáticas relacionadas às suas aldeias e diferentes comunidades. As dinâmicas políticas, desde muito tempo, seriam tratadas por eles por meio de estruturas próprias

ao seu sistema cultural (p. 369 – 378). O espaço onde historicamente acontecem essas reuniões é denominado *warã*, o local considerado pelo *A'uwẽ* como o centro político e espiritual da aldeia. Em cada comunidade costuma haver um *warã*. Nele, reúnem-se os *ipredu* (homens maduros) para discutir assuntos variados, desde amenidades até assuntos importantes para a vida comunitária, como a programação de rituais ou temas relacionados a política. Talvez por essa relação antiga com a política, alguns xavantes chegaram a ocupar postos na cena nacional, com especial destaque para Mário Juruna, o primeiro deputado federal indígena do Brasil, eleito em 1982 pelo PDT. A segunda deputada federal indígena veio ser Joênia Wapichana, atualmente cumprindo mandato em Brasília, pela Rede Sustentabilidade. Além deles, diversos indígenas exerceram e cumprem atualmente cargos políticos, ocupando postos como vereadores e deputados ou mesmo prefeitos de municípios brasileiros, nas diferentes Unidades da Federação (CASTILHO, 2016).

No que concerne aos relatos dos entrevistados, a avaliação que eles fizeram da política dos não indígenas (*waradzu*) como um todo era geralmente discursivizada como disfórica. O poder público era geralmente visto como corrupto ou omissivo. Bodi_23, por exemplo, considerava que o descaso dos políticos brasileiros diante das demandas dos indígenas acontecia por causa de uma suposta inocência que os primeiros atribuíam aos segundos.

porque é... muito difícil né?... é... eles qu / Eles eles... eles que pensam né? / eles que pensa é que indígena é:... não pensa não corre atrás... porque não sabe falar... porque não sabe fazer documento... tudo isso... eles que pensa... então é:... fazer o que né? (BODI_23).

De maneira geral, os jovens indígenas entrevistados demonstraram possuir pelo menos algum conhecimento no que concernia ao funcionamento da política brasileira, fosse no nível municipal, estadual ou federal. Apenas poucos deles, porém, demonstraram saber quais seriam as atribuições concernentes a cada uma das instâncias governamentais. Três deles consideravam que o engajamento político dos xavantes era um movimento muito importante para a melhoria da qualidade de vida da população da etnia como um todo. Um deles demonstrou ressentimento e amargura com relação às constantes intervenções da sociedade nacional na vida de seu povo. Dos cinco, apenas um demonstrou não possuir quase nenhum conhecimento do sistema político dos *waradzu*.

Bodi_23 foi bastante crítico com o governo. Contou que conhecia pouco do prefeito do município de seu Município, mas, mesmo assim, o acusava de ser mentiroso, como vemos a seguir.

então para mim... eu:... sempre ouvi... que:... algumas pessoas que sempre falam reCLAMa... do: / do: / do município de lá... é / que / é... o nosso... é o município de (...) eu acho que é homem agora... sim... é ele... ele só promete... só fala mas não faz na:da... (BODI_23).

Além disso, o entrevistado fez queixas com relação à falta de qualidade das estradas próximas da aldeia, criticou o desmatamento, a corrupção e assinalou problemas quanto ao atendimento que os indígenas receberiam pelo sistema de saúde indígena, insinuando que haveria desvios na gestão dos recursos públicos quanto a isso. Também contou que muitos xavantes, quando queriam realizar uma consulta ou um procedimento médico, precisavam recorrer ao sistema privado.

Prapa_27 via a política do país como um assunto bastante pouco acessível. Afirmava que era preciso ter experiência para se entrar em qualquer processo desses e não acreditava em uma participação efetiva dos indígenas no que dizia respeito a esse terreno então. A burocracia foi mencionada em seu discurso como o obstáculo que tornaria impossível o acesso às negociações e aos processos realizados nos âmbitos políticos. Nesse sentido, lembramo-nos de modelo postulado por Fontanille (1989), no âmbito de uma teoria da enunciação, da relação entre duas instâncias que regulariam o fluxo de saber para o observador. Tal distribuição modal estaria constituída, nesse caso, por uma configuração modal de *fazer não saber*, do ponto de vista do informador, e de *não poder observar*, daquele do observador, constituindo-se assim o quadro geral de *inacessibilidade* (p. 53-55).

as política?... é difícil... é difícil... porque: isso... é o... as política é... o... as burocracia... não dá para entender... as políticas como é que está o... a / Agrio... como é que está... os trabalhos lá... isso... na minha opinião... é difícil para nós... isso... é difícil para nós... então... também... eu... não acho... 'ah resolve lá'... não... nada disso... é difícil... porque: isso... eu já entendi... é burocracia... os políticos... (PRAPA_27).

O tema da dificuldade foi utilizado no trecho acima para compor a figura dos processos políticos no discurso do entrevistado. Estes seriam tidos como propositalmente obscuros e inacessíveis aos indígenas.

Perguntado a respeito da política, Tsiuburá_28 contou que tinha votado apenas uma vez na vida. Na única avaliação positiva que obtivemos do assunto nos discursos paratópicos, ele falou a respeito do prefeito de Município próximo de onde morava, avaliando-o bem. O entrevistado considerava que esse político respeitava os indígenas. Não gostava do governo do Estado, contudo. Além disso, considerava que os serviços públicos prestados à saúde indígena eram deficientes. Da mesma forma, a gestão da educação pública e a FUNAI eram vistas por ele como desorganizadas.

No que tange ao Brasil, Tsiuburá_28 considerava que um dos principais pontos a se melhorar era o valor dos produtos em geral, cujos preços, a seu ver, vinham aumentando muito nos anos que antecediam as entrevistas. O dinheiro que ganhava como professor não seria suficiente

para comprar as coisas que precisava. Ele acreditava na realização de ações coletivas do seu povo como forma de transformação da realidade de sua comunidade e de seu povo. Uiwedê_23 considerou que havia uma *presença excessiva* da cultura *waradzu* em sua comunidade. Afirmou que até a escola indígena onde trabalhava estava influenciada por isso, como se vê nas palavras transcritas a seguir.

na verdade dentro da... / do xavante... está:... está a culTUra dos brancos está influenciando com a cultura dos brancos... é muita política... política sobre o só... / por exemplo... sobre o:... professor... isso é política... a escola que... virou... sobre a política... porque:... a cultura dos brancos... fez um impacto com o... da comunidade dos xavantes... (UIWEDÊ_23).

Rewiwarena_27, por sua vez, declarou não ter conhecimento do que seria a política em geral. Na entrevista, demonstrou não saber distinguir as diferenças entre os três níveis de atuação do governo e nem se demorou na resposta quanto a essa pergunta. Por outro lado, afirmou ter um apreço grande pelo Brasil, dizendo gostar da nação, sem, contudo, explicar as razões pelas quais se sentia assim.

6.6 Espiritualidade, cura e religião

Curiosamente, quando os jovens foram perguntados a respeito da espiritualidade xavante, eles tendiam a citar as práticas nativas relacionadas à cura e à saúde. Alguns deles mencionaram manter vínculos ligados a grupos cristãos, tais como a Igreja Católica e a Congregação Cristã. Bodi_23 contou que, por vezes, frequentava a missa na igreja salesiana de Sangradouro. Além disso, em certo trecho da conversa, ofereceu-nos uma compreensão sua a respeito do que seria a religiosidade tradicional xavante. Vejamos essas palavras abaixo.

o que é religião? quando você respeitar a sua cultu:ra... você:... assim:... quando você respeitar a sua cultu:ra... aí você... vai aumentan:do o seu espí:rito... espiritual... (mas não sei) a / aí depois (quando) você está respeitando... você vai aumentando... o que você vai aumentan:do?... o seu espírito a sua força... por que o que... por exemplo... o que que os... pajés fazem?... (eles) curam?... é isso mesmo.. é esse caminho... (BODI_23).

Temos, novamente, a presença forte do tema do respeito à cultura. Além disso, como dito, no discurso do jovem, a cura, ato desempenhado pelos pajés, é fortemente associada às práticas espirituais. Também ressaltamos a ideia, presente no trecho transcrito, de que seria através do respeito às tradições e rituais (“cultura”) que se desenvolveria o caminho de ligação com essas forças. O jovem, em outro trecho da entrevista, contou que sabia aplicar massagem tradicional xavante, como uma forma de curar as pessoas. Rewiwarena_27 também afirmou que utilizava esse

tipo de conhecimento médico-espiritual em sua aldeia de origem, tendo como base medicinal a utilização das raízes do cerrado. Uiwedê_23 também corroborou essas ideias. Quando perguntado a respeito da espiritualidade *a'uwẽ*, disse as palavras abaixo.

espírito da natureza é assim... ah... hum... tem que ser a:... a ((ininteligível)) do xavante tem que ser a:... curanDEI::ro... pajé::... esse é nosso espírito... dentro do:... do jovem... está::... perden:do... a nova geração está perden:do a / a nosso espírito... espírito da nature:za eles não acredi:ta... não acredi / por causa isso que... está::... acabando... mas para mim é:... / eu:... a espi / espiritualidade dentro do:... / do:... antigamente ainda... a espírito está com... ancião... não está::... dentro da nova geração estava... hum:... está acabando... entende?.. (UIWEDÊ_23).

No trecho selecionado, o jovem igualmente menciona a sua preocupação diante de uma eventual descontinuidade futura da tradição xavante, argumentando que os jovens não estariam mais acreditando nos espíritos da natureza e que, por isso, a espiritualidade do povo como um todo estaria enfraquecendo. Tsiuburá_28 também reconhecia como sua religião, sobretudo, a xavante. Ele contou que possuía um cargo específico no ritual *Wai'a*, prática relacionada à tradição masculina, e que tinha sido escolhido como curandeiro por seu avô.

Além do vínculo com a religiosidade indígena (generalizado nos relatos dos entrevistados), como dito, alguns dos jovens mencionaram que frequentavam rituais cristãos. Havia casos de indígenas que se identificavam como católicos e também havia quem se denominasse membro do grupo religioso Congregação Cristã. A adesão a caminhos espirituais muito diversos se dava, no contexto estudado, sem conflitos aparentes. Coletivamente, contudo, as divergências por vezes parecem estar acirrando disputas entre linhagens. Assim, na confecção da tabela abaixo, consideramos qualquer menção a vínculo espiritual ou religioso feita pelos jovens entrevistados, fosse ela a frequência a práticas religiosas cristãs (como a ida à missa), ou a atuação nos rituais e práticas curativas *a'uwẽ*, ações que, como vimos, eram frequentemente relacionadas aos universos espirituais nessa cultura.

Tabela 5.6 – Espiritualidade xavante e vínculos com grupos religiosos cristãos, homens (*aibö*)

Espiritualidade – jovens do sexo masculino	
Nome	Espiritualidade / Religião
Bodi_23	Xavante / Católico
Rewiwarena_27	Xavante
Uiwedê_23	Xavante / Católico
Prapa_27	Xavante
Tsiuburá_28	Xavante / Congregação Cristã

Fonte: elaboração nossa a partir das entrevistas e questionário socioeconômico.

Como se vê, a tendência principal encontrada foi o vínculo com a espiritualidade xavante. Fora isso, dois declaram ter vínculos com a religião católica e um com a Congregação. Tendo examinado os principais elementos trazidos pelos depoimentos dos jovens *aibö*, passemos então aos relatos colhidos junto às cinco jovens mulheres entrevistadas, que pertenciam às categorias *p'iõ* (casadas com filhos), *adabá* (casadas sem filhos) e *azarudu* (adolescentes solteiras) à data das conversas.

7 Entrevistas com as jovens mulheres xavantes (*pi'õ*)

Em primeiro lugar, ressaltamos que, quando abordamos as mulheres xavante para a realização das entrevistas, defrontamo-nos com algumas dificuldades. As jovens, muitas vezes, sentiam-se envergonhadas de conversar conosco, além de apenas raramente falar a língua portuguesa em nível suficiente para se comunicar com desenvoltura no idioma. Dessa forma, nossas entrevistas com elas foram, na maior parte das vezes, mediadas por tradutores (de sexo masculino ou feminino), pessoas que acompanharam a realização das atividades, por vezes enviadas pelos pais, mães, tios(as) ou maridos das jovens para tanto. Na maioria dos casos, as conversas aconteceram em xavante, sendo traduzidas para tornar possível a análise de nossa parte. Essas entrevistas duraram, ao todo, duas horas e 24 minutos. Individualmente, a menor conversa durou 24 minutos e a mais longa durou 38 minutos. As traduções foram feitas consecutivamente pelos tradutores, excetuando-se um dos casos apenas, no qual ela se realizou após a conversa. Desse modo, constam, nos discursos da maioria das gravações obtidas, marcas enunciativas da presença desses intermediadores, que tanto nos auxiliaram.

Tabela 5.7 - Denominação fictícia, situação de moradia, categoria de idade e escolaridade das jovens xavantes

Nome	Moradia	Categoria de idade	Grau de escolaridade
Pe'a_16	Morava com a mãe, irmãos e irmãs casadas e seus maridos (solteira, não tinha filhos)	<i>Azarudu</i>	Ensino fundamental completo
Renhipẽ_17	Morava com o pai, a mãe, o filho e a irmã (solteira)	<i>Pi'õ</i>	Ensino fundamental incompleto
Peraiwẽ_17	Morava com o marido, as outras esposas do marido e com o filho do marido (casada, não tinha filhos)	<i>Adabá</i>	Ensino médio completo
Rurũwẽ_24	Morava com o marido, filhos, o sogro e a mulher dele (casada)	<i>Pi'õ</i>	Ensino fundamental completo
Tsinhõtse'eat e_24	Morava com o marido e com os filhos (casada)	<i>Pi'õ</i>	Ensino médio completo

Fonte: elaboração nossa a partir de questionário socioeconômico e informações coletadas oralmente.

Quatro das entrevistadas moravam na aldeia Idzo'Uhu, à data das conversas. A única que não vivia lá, Renhipẽ_17, residia em uma aldeia que ficava a uns cinco quilômetros de distância. Mesmo assim, ela ia à Abelhinha semanalmente para frequentar a missa evangélica. Duas das entrevistadas tinham se mudado de outras aldeias. Seriam elas Peraiwẽ_17 (que tinha chegado em 2011) e Tsinhõtse'eat_24, que vivia lá havia dois anos da data da conversa. Três delas tinham filhos, das quais duas tinham três filhos (Rurũwẽ_24 e Tsinhõtse'eat_24) e uma apenas um filho (Renhipẽ_17). Duas entrevistadas não tinham filhos. No que concernia à situação conjugal, havia duas jovens solteiras (“*imro'õ*”, em xavante, segundo nossos informantes), Pe'a_16 e Renhipẽ_17. Esta última era mãe solteira, ou “*dana imro'õ*”, em língua indígena. Três das entrevistadas eram casadas. Das jovens em matrimônios, uma vivia em união poligínica, no qual três mulheres teriam um mesmo marido. Essa prática, como vimos, é comum na cultura xavante tradicional, tendo, contudo, sido significativamente reduzida na T. I. Sangradouro / Volta Grande. Isso teria acontecido provavelmente por conta da influência dos missionários salesianos na reserva, que pregaria o casamento entre um homem e uma mulher apenas. As outras duas *pi'õ* mantinham uniões monogâmicas.

7.1 Experiências de infância: brincadeiras e despreocupação

As experiências de infância relatadas pelas entrevistadas foram geralmente discursivizadas como um período relativamente feliz no qual se brincava e onde não havia muita preocupação. Ao mesmo tempo, com a passagem da puberdade, o casamento e o nascimento dos filhos (no caso das entrevistadas que os tinham), surgia a necessidade de assumir as funções tradicionais como mulheres xavante (*pi'õ*). Nesses casos, encontramos uma tendência à frustração de eventuais sonhos que elas alimentavam nos primeiros anos de vida. Algumas *pi'õ* não se aprofundaram no assunto da infância.

Tsinhõtse'eate_24 contou que, quando *ba'õno*, levava uma vida relativamente despreocupada, na qual brincava e ia ao rio junto com as demais crianças da aldeia.

eu nasci em Sangradou:ro... eu cresci... e estudei na escola também desde criança... eu tenho muitos filh / muitos irMÃOS... mas a minha mãe nos criou... de uma maneira saudável... e... quando que era crian:ça... não conhecia este mundo não tinha noção das coisas... da vida assim... eu sabia que... a vida era aque:la... (TSINHÖTSE'EATE_24, trad. consecutiva).

A jovem afirmou que, quando jovem, tinha o sonho de ser enfermeira. Ela esperava, com isso, poder ajudar a sua família e comunidade, mas como, no momento da entrevista, não tinha tido oportunidade de estudar fora e “conhecer mais coisas”, não tinha tido condições de fazer aquilo que queria. Peraiwẽ_17 também expressou uma imagem despreocupada do tempo de *a'uté* (criança). Nela, tinha aprendido a falar xavante e convivido com outras crianças e seus pais, em sua aldeia de origem. Além disso, contou que tinha o sonho de aprender a mexer com computadores desde criança. Ao tempo presente de nossa entrevista na aldeia, ela estudava isso na escola.

Como Tsinhõtse'eate_24, Renhipẽ_17 contou que, em sua infância, tinha desejo de se tornar enfermeira quando adulta. No caso da segunda, o sonho ainda era enxergado como um objetivo possível, ao tempo corrente da conversa. Rurũwẽ_24, por sua vez, contou que seu desejo de criança era o de poder ter uma profissão “boa”, mas disse que isso não tinha sido possível,

bom... o sonho dela:... Tinha... é:... ter uma profissão né... bo:a... mas que a realidade é ou:tra... que não permitiu... para ela poder continuar estudando... ela terminou e depois... parou... então ela tinha um sonho... (RURÛWË_24, trad. consecutiva).

O abandono dos estudos era visto por Rurũwẽ_24 como a principal razão para não ter podido dar continuidade ao plano de ter uma profissão. As razões pelas quais não pôde manter a escolarização em curso não foram explicitadas no relato, mas acreditamos que provavelmente elas seriam ligadas às responsabilidades assumidas com o cuidado dos seus três filhos, assim como com os afazeres domésticos e a roça.

7.2 Principais atividades realizadas no presente: trabalhos de casa, convívio e esporte

No relatos das jovens xavantes, encontramos quatro figuras relativas a atividades cotidianas presentes nos relatos das cinco entrevistadas. Foram elas as *diferentes formas de trabalho doméstico* (como limpar a casa, cozinhar e lavar roupas ou louças), a *prática de esportes* e as ações de se *conversar* e de se *conviver com amigas e familiares*. Estas últimas duas figuras poderiam, em certa medida, ser consideradas uma mesma prática, uma vez que se trata de uma comunidade relativamente fechada, na qual muitas das pessoas, em última instância, terminam por ser parentes. Entre os esportes mais praticados tivemos duas menções ao vôlei. As jovens sem filhos (*azarudu* e *adabá*) tendiam a se exercitar mais horas por semana do que aquelas que os tinham, chegando a declarar praticar entre seis e 14 horas semanais de esporte. A tendência forte às práticas físicas foi também constatada entre os jovens homens, como vimos.

As informações referentes às atividades mencionadas nas entrevistas e no questionário socioeconômico se encontram sistematizadas no quadro abaixo.

Tabela 5.8 – Fazeres cotidianos das jovens entrevistadas

Figuras discursivas - fazeres cotidianos nos relatos das jovens <i>pi'õ</i>	
Fazer trabalhos de limpeza de casa, cozinha, lavar roupas ou louças (5)	Plantar, fazer roça (2)
Conversar com as amigas (5)	Acompanhar o marido em viagens para fora da aldeia (1)
Conviver com a família (5)	Ir à missa (1)
Praticar esporte (5)	Usar o aparelho celular (1)
Criar os filhos (3)	Visitar amigas (1)
Estudar (3)	Ouvir música (1)
Atividades culturais variadas (3)	Ler livros (1)
Assistir televisão (2)	-

Fonte: elaboração nossa a partir das entrevistas e do questionário socioeconômico.

Após as quatro figuras gestuais mencionadas acima tivemos, como atos descritos três vezes nos relatos, as ações de estudar, criar os filhos e realizar atividades culturais variadas, tais como desenhar e fazer música e artesanato. Também gozou de certa constância a citação ao trabalho na roça e ao ato de assistir televisão. Por fim, como atividades mencionadas apenas uma vez nos depoimentos ou nos questionários estavam a ida à missa, o acompanhamento do marido em viagens

para fora da aldeia (no caso de uma das entrevistadas), o uso do aparelho celular, o ato de visitar a casa de amigas, a escuta de música e a leitura de livros.

Vale lembrar que algumas figuras não foram mencionadas nas entrevistas, muito embora fossem efetivamente realizadas cotidianamente, como pudemos observar em nossa visita de campo. Muitas das jovens, por exemplo, iam buscar água no rio, quando as torneiras instaladas próximas às casas falhavam (o que acontecia com certa frequência). Não foram mencionadas as participações femininas nos rituais tampouco, talvez por não haver uma pergunta específica em nosso roteiro de pesquisa. Na realização das entrevistas, tínhamos um tempo limitado e, além disso, estávamos sujeitos a uma maior ou menor comunicabilidade das respondentes. O obstáculo representado pela timidez das jovens diante de nós também dificultou a coleta de dados, pois as perguntas que realizávamos eram vistas como questionamentos incomuns por elas, sendo recebidas, em geral, com muitas risadas.

O relacionamento com os maridos, no caso das *pi'õ* casadas, foi discursivizado como sendo de respeito mútuo e uma prática relativamente harmônica. Na relação, decisões concernentes à vida matrimonial seriam tomadas de maneira dialogada. A jovem *adabá* (casada sem filhos), contudo, não quis se pronunciar quanto a isso.

7.3 Hierarquização de atividades: cuidados de casa, dos filhos e outras ações

Quase todas as entrevistadas (quatro delas) disseram que os *serviços domésticos* representavam, para elas, a principal atividade realizada. Isso seria um dispositivo tradicional de funcionamento da cultura xavante. Ainda assim, em nossas idas à aldeia Idzo'Uhu, muitas vezes vimos homens jovens desempenhando trabalhos pontuais de limpeza de panelas e roupas. Não podemos deixar de ressaltar que apenas a partir da sedentarização do estilo de vida desse povo é que surgiram algumas das demandas de trabalho doméstico atuais, tais como a lavagem de roupas, de forma que não podemos considerar que essa divisão seja essencialmente histórica. Alguns autores que estudaram a cultura *a'uwẽ* ressaltaram o fato de que, na cultura xavante, os ofícios femininos estariam geralmente mais relacionados à esfera privada da vida, ao passo que as funções masculinas seriam mais vinculadas à vida pública, muito embora isso não impedisse que uns transitassem pelas esferas dos outros (LOPES DA SILVA, 1986, p. 146-150).

Em meio à acomodação estratégica de diferentes práticas significantes apreendidas a partir do discurso das jovens, há uma *tendência à convergência* entre o que a tradição espera das mulheres (sejam elas *azarudu*, *adabá* ou *pi'õ*) e aquilo que parece ser efetivamente valorizado por elas. Em outras palavras, havia uma *contratualidade* na relação estabelecida entre o que poderíamos considerar como sendo manifestações de valores individuais e coletivos. Rurũwẽ₂₄ relatou que

gostava de cuidar da roça. Essa também poderia ser considerada uma tarefa majoritariamente feminina entre os Xavante, segundo Lopes da Silva (1986, p. 45). Além disso, a jovem tinha mencionado na entrevista que igualmente mantinha grande dedicação com as crianças, coisa que também dizia respeito mais ao universo típico das mulheres nessa cultura. Assim, reforçamos a constatação de que não há indícios fortes de polemicidade no que concerne às negociações entre o universo de valores do indivíduo e aqueles do grupo cultural, nos relatos femininos examinados. As jovens xavantes aparentavam viver em uma relativa consonância com as principais normas coletivas que regiam a comunidade.

Passemos às particularidades de cada relato quanto a esse ponto. Pe'a_16 considerava que as atividades mais importantes para ela eram os serviços domésticos. Assim, contou que passava muitas horas do dia lavando roupas e louças (o que era feito no rio próximo à aldeia), cozinhando e fazendo a limpeza da casa em geral. Por outro lado, sua paixão era praticar esportes, coisa que fazia por duas horas, todos os dias. Renhipê_17 contou que uma das coisas de que mais gostava de fazer era também trabalho doméstico. Ademais, afirmou querer muito seguir estudando (ainda não tinha completado o Ensino Fundamental). Contou igualmente que considerava muito importantes o “trabalho por Deus” (realizado na igreja evangélica) e o cuidado com o seu filho pequeno. Peraiwê_17 afirmou que gostava muito de lavar roupas e louças. Não tinha apreço por trabalhar na roça, por conta das picadas de mosquitos, contou. Além disso, relatou que gostava de fazer as tarefas da escola.

Rurūwê_24 disse que a atividade mais importante para ela era participar da religião católica. No culto, afirmou, podia trabalhar a “fortaleza do espírito” e, a partir dele, aprendia o que se deve e não se deve fazer. Além disso, também considerava que a criação de seus filhos era importantíssima. Quando respondendo à questão a respeito da paixão individual, afirmou que esta seria o trabalho na roça. Com isso, acreditava, estava trabalhando pela nutrição e saúde da sua família. A *pi'õ* já tinha trabalhado como empregada na escola da aldeia durante um tempo, mas, à época da conversa, tinha preferido abandonar a função e trabalhar com o plantio e zelo das plantas, assim como com a educação dos seus filhos. Rurūwê_24 foi a única entrevistada que mencionou ter tido emprego ao longo da vida.

Tsinhõtse'eate_24, por sua vez, considerava muito importantes o cuidado com a casa e a educação dos filhos. Também valorizava a religião católica, muito embora ainda não tivesse sido batizada. Quando perguntada a respeito de sua paixão, a jovem xavante contou que uma coisa que valia muito para ela era promover a união das pessoas. Vejamos suas palavras traduzidas abaixo.

o que... ela:.. / ela... considera né?... que ela:... dese:ja mui:to... que ela tem paixão é... fazer diálogo... fazer amiza:de... unir pessoas... é:... conversar com as pessoas...

se tiver algum problema... é... conversar com a pessoa tirar... assim... apaziguar... tentar entender o outro né?... esse é seu pensamento seu raciocínio... o que ela mais gosta de fazer... (TSINHÔTSE'EATE_24).

Como vemos, há um grande apreço no discurso dessa entrevistada por momentos de encontro e compreensão afetivos, em uma valorização de algo que identificamos como uma manifestação discursiva do regime de interação do *ajustamento*, concebido por Landowski (2014), explicitado no capítulo 2 da tese. Encontramos essa mesma tendência em relatos de outras *pi'ô*, como Rurũwẽ_24 e Peraiwẽ_17, ao tratarem dos seus relacionamentos com amigas da aldeia. No caso de Pe'a_16, a mais jovem, a amizade com as colegas de escola foi mencionada também como uma forma positiva de encontro e troca.

7.4 Planejamentos para o futuro a longos e curtos prazos

Existiam configurações variadas quanto aos planejamentos para o futuro relatados pelas jovens. Algumas vezes, eles estavam mais ligados a objetivos de *extensões relativamente pontuais*, como a *conclusão dos estudos básicos* (nenhuma delas manifestou planos de realizar formação superior), a obtenção de empregos ou, em um dos relatos, a aquisição de um eletrodoméstico (“televisão”). Objetivos a prazos mais longos, durativos, foram relacionados a planos que se referiam a intervalos temporais de diversas décadas. Por exemplo, eles apareceram mais com relação ao *desejo de educar seus filhos* e de se prover a eles saúde e oportunidades de estudo. Estas últimas já não eram mais vistas como possíveis a algumas delas. Verificamos a manifestação do tema do *fracasso profissional* em dois dos depoimentos, como veremos. Ao mesmo tempo, o sentimento geral expresso diante da vida parecia ser o de *satisfação*.

Pe'a_16, de um modo bastante simples, contou que, em seu futuro, esperava seguir estudando e apenas isso. A jovem se furtou a desenvolver mais o tema. Renhipẽ_17, por sua vez, disse que esperava conseguir emprego como enfermeira, acreditava que isso tornaria possível a ela auxiliar os seus familiares, tanto os da pequena aldeia de origem, quanto os da aldeia Abelhinha. Vejamos suas palavras traduzidas abaixo.

a profissão que ela escolheu... que ela sonha... no sonho dela ela fez curso e passou... no sonho dela dormindo... e ela passou... porque: ela acha que isso ajuda né?... a família... os familiares Abelhinha... (...)... tem mais outras né? o trabalho dela... que ela vê importância por isso (ela) é importante... (RENHIPÊ_17).

Na transcrição acima, da voz do tradutor, vemos, no discurso relatado, como a jovem conferia à linguagem dos sonhos uma grande centralidade na determinação a respeito de seu futuro. Percebemos, no excerto, o que poderiam ser traços de uma cosmovisão étnica, como trataremos adiante. Além disso, ressaltamos a presença, também em sua resposta, de um elemento que esteve

muito presente no discurso dos entrevistados do sexo masculino, a forte preocupação com a comunidade. O programa de ação mais específico (“arrumar um emprego”) apenas ganhava sentido ao se ver vinculado ao plano mais amplo (*horizonte estratégico*), de se reverter os benefícios alcançados para seu povo. Indo a outro relato, Peraiwê_17 contou que tinha poucas esperanças quanto a um futuro profissional. Ela dizia que não via possibilidades de realização nesse sentido. Além disso, contou que, em um tempo anterior à conversa, tinha chegado a pensar que algum dia poderia ter um emprego, como os que os *waradzu* (não indígenas) tinham, mas, na época da conversa, já não mais sentia isso como algo possível.

Rurũwê_24, por sua vez, trouxe um plano bastante pontual. Mencionou que tinha o sonho de ter uma boa televisão na sua casa, porque estava cansada de ter que ir à residência do sogro para assistir à programação. É importante ressaltar que a caracterização da aquisição desse objeto poderia ser considerada, por pessoas que vivem em outros contextos, muito mais como algo da ordem de um objetivo pontual do que como um sonho futuro propriamente dito. A dificuldade do ingresso de renda em meio à comunidade, cremos, fazia com que objetos de uso que são relativamente universalizados na sociedade circundante adquirissem um valor relativamente maior para as pessoas que vivem lá. Ao mesmo tempo, vimos uma grande satisfação com as atividades de caráter mais “local” desempenhadas pela *pi'õ*. Esta tinha declarado, por exemplo, que gostava muito de realizar atividades cotidianas como carpinar o solo para plantar mandioca para prover uma boa alimentação a seus filhos.

Tsinhõtse'eate_24, também expressou uma sensação de falta de perspectivas profissionais e materiais, diante das dificuldades vividas no que seria o ingresso dos indígenas em uma esfera produtiva da sociedade nacional. Vejamos suas palavras abaixo.

nós a'uwê homem e a mulher... é difícil a gente alcançar o que nós queremos... quer dizer o objetivo também... é:... alcançar o objetivo... porque: já foi né?... já somos casados... temos filhos... temos que: incentivar... investir nos nossos filhos... para eles é:... futuramente ser alguém... na vida... (TSINHÕTSE'EATE_24).

As palavras, traduzidas e transcritas acima, provavelmente expressam a ideia, bastante difundida em nosso meio, de que é preciso estudar e ter um bom emprego para que uma pessoa “se torne alguém na vida”. Mesmo desesperançada quanto a isso, Tsinhõtse'eate_24 contava, em outro momento, que ainda esperava, algum dia, conseguir um emprego. A visão postulada teria a manifestação de um sentimento de fracasso em meio ao que seriam os seus objetivos individuais.

Ao mesmo tempo em que a concepção de que seria necessário conseguir trabalho na sociedade circundante para a realização pessoal se vê um tanto difundida por parte das mulheres entrevistadas, esse fracasso foi algo relativizado nos relatos coletados. Em meio aos depoimentos

em geral, observamos que o tom que prevalecia não era o de desesperança, mesmo com a falta de perspectivas. A resolução vislumbrada, por um lado, estaria nas possibilidades almejadas para as novas gerações, que, quem sabe, teriam condições de atingir esse objetivo. Por outro lado, as *pequenas realizações do cotidiano*, possibilitadas pela convivência familiar e comunitária, assim como pelo trabalho com a terra, apresentavam, igualmente, um espectro de *segurança e continuidade para o futuro*.

7.5 Religião e espiritualidade

No geral, quando perguntadas a respeito dos seus envolvimento com religião ou espiritualidade, as jovens xavantes deram respostas que demonstravam ligações com uma cosmovisão típica da cultura. Welch (2009) aponta que os assuntos espirituais, para essa etnia, são temas tipicamente masculinos e seriam geralmente mantidos em segredo das mulheres (p. 244). Os atos relacionados a isso seriam exercidos, aparentemente, por meio de funções variadas, como cura, feitiços, sonhos, entre outras. As mulheres, muito embora acompanhem o fato de que seus familiares homens participam de rituais ligados ao desenvolvimento espiritual masculino, tenderiam a não tomar parte neles. Ainda assim, elas estariam presentes nas cerimônias públicas tidas por Welch (2009) como seculares (p. 184), tais como *Wa'i* (luta), *Uiwede* (corrida de tora), *Danhono* (iniciação), *Dabasa* (ou “*adabatsa*”, casamento), entre outras. Para aprofundamento nesse assunto, recomendamos a consulta direta ao autor, que o trabalha em mais detalhe (p. 180-187).

Mesmo tendendo a não participar dos rituais espirituais masculinos, isso não significava que as mulheres não estivessem inseridas de diversas formas em meio ao que identificamos como uma cosmovisão *a'uwẽ*. Como veremos, quatro das entrevistadas mencionaram elementos associados a isso. Uma das jovens não se pronunciou quanto ao assunto da espiritualidade. Possivelmente este último fato estaria relacionado com uma suposta proibição que lhes seria imposta quanto a conhecer os segredos dos homens, supomos. Algumas jovens manifestaram ter simpatia ou declararam ter vínculos ativos com formas de religiosidade não indígena. Na tabela a seguir, é possível verificar as diferentes adesões a linhas espirituais (indígenas ou não), constatadas a partir da análise das entrevistas.

Tabela 5.9 – Espiritualidade xavante e vínculos com grupos religiosos, mulheres (*pi'õ*)

Espiritualidade – jovens do sexo feminino	
Nome fictício	Espiritualidade ou religião
Pe'a_16	Xavante / Católica
Peraiwê_17	Não se pronunciou quanto a isso
Renhipê_17	Xavante / Congregação Cristã
Rurûwê_19	Xavante / Católica
Tsinhôtse'eate_24	Xavante / Católica

Fonte: elaboração nossa a partir das entrevistas e questionário socioeconômico.

Quando perguntada a respeito do que conhecia a respeito da tradição espiritual xavante Pe'a_16 respondeu que não sabia nada. Isso provavelmente se derivaria do fato de que, como dito, o conhecimento espiritual, na cultura xavante, seria vetado às mulheres. Peraiwê_17 também preferiu não se expressar quando perguntada a respeito do assunto. Welch (2009) coletou depoimentos de indivíduos da etnia que manifestavam uma proibição terminal quanto aos homens contarem às mulheres coisas relacionadas a esses assuntos. Em contrapartida, ainda segundo ele, haveria temas e práticas sociais que seriam reservados apenas às mulheres (p. 181-184). Pe'a_16 disse que ainda não sabia fazer sangramentos, procedimento de cura tradicional que foi associado pelos entrevistados homens à espiritualidade, como vimos. O uso da expressão “ainda” indica que ela, possivelmente, esperava, algum dia, aprendê-las.

Renhipê_17 frequentava a Congregação Cristã, em núcleo da entidade que tinha sido instalado na aldeia Idzo'Uhu algo próximo da data de realização das entrevistas. É possível assistir uma apresentação musical de indígenas com instrumentos orquestrais em vídeo feito pela entidade mencionada acima. Nele, os participantes aparecem vestidos com roupas ocidentais e de gala, executando uma música (CCB, 2017). Vemos que a presença de práticas que influenciam em demasia os costumes indígenas tradicionais estão sujeitas a interferir na cultura originária e ameaçar a sua preservação. Renhipê_17 tinha nascido e crescido na aldeia Sangradouro e havia se mudado para outra aldeia entre 10 e 11 anos, deslocando-se à aldeia Idzo'Uhu quando se tornara *azarudu* (adolescente). Após ter tido um filho com um homem do qual tinha se separado anteriormente à época da entrevista, ela teria retornado à aldeia onde moravam os pais. A jovem contou que tinha escolhido ser crente e nos contou um pouco a respeito do ritual que realizavam no templo da aldeia, contando que, nessas ocasiões, eles costumavam se ajoelhar e orar a Deus com fervor.

Rurũwê_24 admitia a prática católica como a sua religião, mas demonstrou em seu discurso, da mesma maneira que Pe'a_16, manter traços da cosmovisão xavante. Vejamos abaixo um trecho da tradução que foi feita de sua fala.

{T: ela:... Acredita que... - nós acreditamos xaVANte né?... cultura xavan:te... - até se encontra com esPÍ:rito... mas... pode ser da família pode ser de uma pessoa... você se encontra com alguma pessoa da sua família que faleceu... no SOnho... - aí é como se fosse a realida:de né:?... mas você está dialogando com o espírito... (RURŪWÊ_24, trad. consecutiva).

A transcrição acima apresentada corresponde à representação da fala do tradutor (designado com a letra “T” acima). As marcações com hífen (-) mostram o intercurso da voz do tradutor em meio ao discurso da entrevistada. De todo modo, notamos, no relato, a presença de uma visão espiritualista e a difusão da ideia de que os sonhos seriam uma maneira de comunicação com os ancestrais, ideia bastante presente na visão de mundo *a'uwẽ*, como atesta Graham (2018).

Tsinhõtse'eate_24, em um primeiro momento da entrevista, questionada a respeito da atividade mais importante que realizava em geral, ressaltou que esta seria a prática católica, entre outras coisas que fazia, mas afirmou que não ainda tinha sido batizada, ao tempo da conversa. Isso mostra uma valorização da *pi'õ* por essa forma de crença. Quando perguntada especificamente a respeito da sua religião, expressou o pensamento abaixo.

nós temos religião... PRÓpria né?... a'uWÊ xavante... que todos nós praticamos... nós... acreditamos também... no esPÍrito do bem e do mal... tudo é da nature:za... mas... isso não t / não dá para explicar... (TSINHÖTSE'EATE_24, trad. consecutiva).

Muito embora tenha se furtado a aprofundar a explicação a respeito do tema, a jovem realizava uma interessante comparação intercultural e interdiscursiva a respeito das religiões e da espiritualidade. Por meio de sua reflexão, considerava que existiam pontos em comum entre as visões de cada tipo de tradição, vendo-as como não contraditórias. A partir dessa capacidade autônoma de observação, a jovem tinha condições de avaliar o que considerava melhor em cada uma delas.

Tendo realizado as análises dos discursos dos jovens indígenas, concluímos, assim, a etapa de análises da presente tese, passando a seguir, por fim, às conclusões do trabalho.

Conclusões

*“Nenhum de nós tem culpa deste drama
Pois quem ama é protagonista sem querer
Representamos todos de improviso
Num sorriso ou chorando a saudade de um
prazer (...)
“Óculos escuros” (Valzinho e Orestes
Barbosa, grifos nossos)*

A epígrafe acima corresponde a um trecho da letra da canção “Óculos escuros”, composta por Valzinho e Orestes Barbosa. Sua primeira gravação teria acontecido em 1955, na voz de Zezé Gonzaga. A música nos chamou a atenção um dia enquanto escutávamos um álbum de Paulinho da Viola (“Ao vivo”), que a regravou nos dias atuais. O que nos interessa especialmente na composição, além da menção literal do termo “protagonista”, é o uso que se faz dele. Citado nos primeiros versos da poesia, designaria uma maneira de se referir àquilo que, em outros contextos, talvez, trataríamos como a simples vivência das coisas pelas pessoas. A *involuntariedade do ato de amar* (expressa no segundo verso) colocaria em evidência uma faceta patética do sujeito. Esta estaria manifestada pela ideia do “ser protagonista sem querer”, ou do ato de “protagonizar”, o qual evoca, aí, um domínio da paixão sobre o lado racional. Uma mentalidade “objetiva” e de caráter *implicativo*, vinculada à lógica da *espera* subjetiva (ZILBERBERG, 2011, p. 263-264), estaria associada, assim, a um pensamento consciente do sujeito, o qual seria “vencido” por suas paixões na passagem observada. Nesta conclusão, levantamos a possibilidade de um protagonismo associado à sensibilidade e à experiência, ao mesmo tempo em que sintetizamos o principal das reflexões realizadas ao longo da tese.

1. Protagonizar acontecimentos

Como vimos, a utilização do termo “protagonista” nos versos de Valzinho e Orestes Barbosa remete a um papel passional, função que exploramos pouco anteriormente em nossas reflexões sobre o tema. No capítulo 1 deste trabalho, afirmamos que a etimologia desse item lexical une duas raízes linguísticas de origem grega. Estas seriam *Prōtos-*, com seu sentido principal relacionado à ideia de “primeiro”; e *agōnistēs*, que remeteria a um lutador ou atleta que concorria nos jogos públicos e reuniões daquela sociedade em sua Antiguidade. O *agōn* designaria diversas formas de disputa e interação social de então. O surgimento da designação *prōtagōnistēs* marcaria o nascimento de uma palavra apta a atribuir importância maior a um ator em meio a outros, todos

participantes de uma mesma disputa (fosse ela de caráter artístico, militar, político, etc.). Tal termo viria sendo usado, ao longo da história, já fora do contexto grego, para a descrição de personagens principais de obras dramáticas.

Passados muitos séculos de então, já nos tempos atuais, vimos surgir um fenômeno de ordem mais individual, o que viemos identificando como a busca de um *protagonismo de si*, noção explorada mais a fundo no capítulo 2 da tese. A título de síntese, ela estaria caracterizada pela configuração narrativa de um *contrato fiduciário reflexivo no programa de base do sujeito*, assim como por aquilo que descrevemos, em um nível discursivo, ou mesmo segundo uma semiótica das práticas, como o estabelecimento de *formas estratégicas de gerenciamento dos diferentes fazeres possíveis vislumbrados pelo ator discursivo*, realizadas por meio de um *planejamento próprio*.

Uma *protagonização passional*, como sugerido nesta conclusão, estaria relacionada à vivência afetiva dos desdobramentos de uma transformação no mundo dada, experimentada por parte de uma instância subjetiva, e, logo, relacionada à problemática do *protagonismo de si*, afinal, vinculada à experiência subjetiva. Nela, o *impacto* poderia estar relacionado a algum elemento objetivo que talvez não fosse conscientemente considerado importante pelo campo avaliador em pauta. É diante desse envolvimento, *que é, muito embora possa não parecer*, típico de uma estruturação tensiva de caráter *concessivo* (ZILBERBERG, 2011, p. 98-99, 138, 167-177, 222, 231-232, 242-245, entre outras), que surgiria essa construção. Trataríamos, então, *não de um personagem que se destaca* em um percurso dado (como no caso do *protagonismo textual*), nem propriamente de um *ator autônomo* (tomando este termo segundo a sua acepção corrente no português), mas, sim, de um sujeito *que assume um ponto de vista sensível diante de uma problemática*.

Tomemos o que propusemos acima a partir de algo que examinamos no capítulo 1 da tese (o trabalho educativo do *protagonismo juvenil*). Nesse processo pedagógico, um dos focos estaria na capacidade dos jovens de mobilizar debates ou de se organizar coletivamente em torno a temas variados. Tal metodologia, postulada por Costa (2000; 2007) por meio das suas práticas formativas, procuraria torná-los mais conscientes a respeito das ligações que existiriam entre os diferentes processos sociais circundantes e as suas vidas, conexões muitas vezes ocultadas por mecanismos sociais variados, como, por exemplo, a baixa escolarização ou as informações enganosas. As atividades propostas por ele (assim como as de algumas outras metodologias educativas, felizmente) almejavam, assim, o florescimento de uma capacidade de leitura crítica do mundo pelas juventudes, em meio a outras habilidades elencadas. Desse modo, ao *reconectar* aquilo que não se entendia com aquilo que se passava a compreender, surgiria um *envolvimento empático* (mais ou menos passional, a depender do caso), de parte dos participantes, com as diferentes causas. Esse

engajamento afetivo, sendo convertido segundo a motivação e a aptidão dos agentes envolvidos, poderia levar à ação efetiva, visando uma transformação do mundo.

Vimos, com Fontanille (2008), que a *dimensão ética das práticas semióticas* estaria caracterizada por uma espécie de “ultrapassagem” do sentido do *objetivo da cena predicativa*. O conceito de *horizonte estratégico* remeteria, assim, à instância representante de um nível de imanência mais amplo que aquele das práticas (a saber, o das *estratégias*, segundo o modelo estipulado, cf. p. 34 da obra). No caso das ações educativas com jovens e política, seriam inúmeros os processos e variáveis envolvidos. Estes deveriam ser considerados na elaboração das atividades a serem realizadas.

O *protagonismo de si*, visto a partir do que vimos postulando nesta tese (e desde o início desta conclusão, sob um viés mais passional), em um plano mais abstrato, pressuporia a *assunção de valores próprios pelo sujeito*. Sob uma perspectiva mais figurativizada, poderíamos falar, também em um *processo de responsabilização* dos atores por suas atividades. No que concerne a nosso objeto de análise, a protagonização de causas (“sociais” ou não, a primeira delas tão presente no ideário das ONGs) também encontraria uma formulação relacionada a essa nossa “equação semiótica”, prevista para o processo de subjetivação observado. Isso ocorreria na medida em que a construção identitária poderia dizer respeito, como vimos com Ricoeur (2006, p. 114), à narração do percurso próprio. Tratando de uma problemática filosófica, seria apenas a partir de um reconhecimento a respeito das capacidades individuais de transformação do mundo que uma pessoa poderia se enxergar como responsável por ele.

Observemos as respostas de nossos entrevistados no tocante a *política*. Muitos dos *jovens em semiliberdade* manifestaram, em seus relatos, serem avessos a esse tema. Alguns deles não consideravam que tais assuntos teriam relação com as suas vidas. Outros ficaram bravos (passionalmente cativados) simplesmente por serem perguntados a respeito disso. Ainda houve quem afirmasse que suas principais esperanças para a mudança ou transformação social (a qual, por outro lado, todos reconheciam que precisava acontecer) residiam em uma eventual *intervenção divina*, vivendo desacreditados dos candidatos e de suas propostas. Além disso, a visão de que os *políticos roubariam muito* ou de que praticamente *todos eles seriam corruptos* foi uma compreensão *bastante difundida* em meio aos entrevistados, fato verificável na análise dos relatos ao longo dos diferentes capítulos desta tese. Isso poderia sugerir, sob certa perspectiva, que esses indivíduos teriam uma *descrença* e um *distanciamento* quanto aos representantes dessa esfera.

Os jovens em semiliberdade tenderam a sobrevalorizar agrupamentos de caráter mais restrito ou local. A *família*, por exemplo, foi uma *figura bastante citada* em seus discursos. Vemos que o envolvimento individual com problemáticas políticas, nos termos da filosofia ricoeuriana, estaria

mais ligado à esfera do princípio *alter*. Esse traço estaria posto em relação com as identidades *idem* e a *ipse*, as quais examinamos brevemente no capítulo 1, mas não se limitaria a elas. A ideia de *alter*, em Ricoeur, proporia modificações na identidade a partir do reconhecimento de si feito pelo outro (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2016a, p. 47).

Muito embora os *jovens em semiliberdade* se considerassem menos implicados nos assuntos mais amplos do que aqueles que concerniam diretamente a eles, seus familiares ou afins próximos, eles manteriam, contudo, um *forte senso de pertencimento e afinidade* quanto a seus *bairros ou vizinhanças* onde residiam. A nosso ver, esses adolescentes, possivelmente pelo menor grau de escolarização, teriam tido *menos condições de entrar em contato, entender e se posicionar diante das problemáticas mais amplas* de nossa sociedade. Em casos localizados, mesmo o agenciamento passional quanto a elas seria enfraquecido. Isso se daria também, provavelmente, porque eles estariam, ao momento das entrevistas, muito preocupados com questões prementes de suas experiências, tais como o *apaziguamento dos impactos emocionais* relacionados a *vivências difíceis sofridas em suas esferas pessoais*, como vimos no capítulo 4.

Os *jovens em liberdade* (como os em semiliberdade), em geral, viram a política como um tema disfórico. Contudo, *conforme a sua escolarização ia aumentando*, maior tendia a ser o seu *grau de compreensão* a respeito do funcionamento dos diferentes sistemas políticos brasileiros, assim como a sua *capacidade de problematização* do assunto em torno a diferentes âmbitos da sociedade contemporânea (produtivos, educativos, de saúde, etc.). Desse modo, em meio aos indivíduos com mais estudo, surgiram opiniões complexas, tais como a de achar a situação corrente do país ruim (por vivermos em um cenário de desestabilização política), mas, ao mesmo tempo, considerar que, em todo esse processo, pelo menos as pessoas estavam começando a debater mais sobre política. Tal visão foi expressa por um dos jovens com mais idade, que estava na universidade à época da entrevista. Assim, as críticas dos indivíduos que estavam cursando ensino superior costumavam ser *mais fundadas em argumentos, justificativas ou fatos verificáveis*, ao passo que as dos demais costumavam ser realizadas a partir de *lugares comuns*, como a ideia de que todo político é corrupto. No caso do entrevistado com menor escolarização desse perfil, este expressou a ideia de que uma função dos políticos seria a de oferecer vantagens ou benefícios pessoais. Ou seja, o debate a respeito daquilo que seria o cuidado com o bem coletivo, nesse caso, estava enfraquecido.

Os *jovens indígenas*, por sua vez, apresentaram, em geral, *muitas queixas* a respeito do poder público. Críticas com respeito à área da *saúde indígena* foram repetidas algumas vezes. O desmatamento, a falsidade, a burocracia, o medo de perda das terras e a corrupção também foram temas mencionados por eles repetidas vezes. Na maioria dos casos, a tendência era a de que eles tivessem conhecimentos, ainda que mínimos, a respeito da política. Alguns dos xavantes

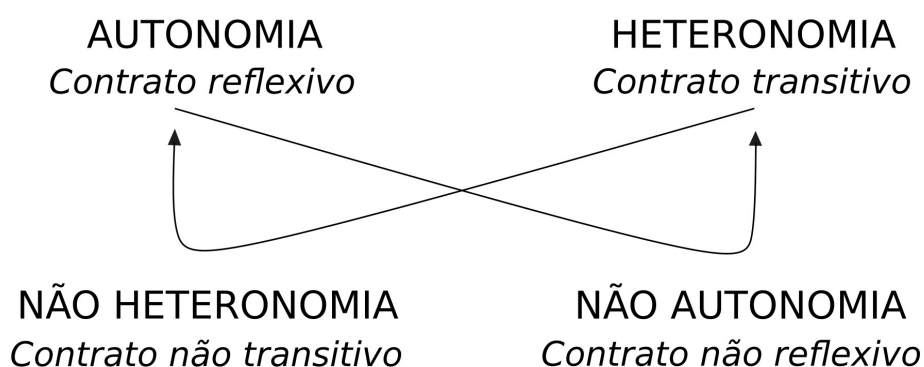
entrevistados já tinham votado e a maioria deles *considerava que essa via era muito importante* para a transformação das suas realidades. Mas, diferentemente do que acontecia com os jovens em semiliberdade, eles não tendiam a ver todos os políticos como iguais, possuindo *opiniões mais matizadas* a respeito do assunto e problematizando alguns pontos de suas atuações. Talvez isso fosse decorrente do *grau de escolarização mais elevado* que apresentaram, ou mesmo do fato de que eles eram *mais velhos* do que os jovens dos outros perfis (muitos outros fatores poderiam se somar a essa lista). Ressaltamos que a *média etária dos entrevistados indígenas era de 22 anos*, ao passo que a dos *adolescentes em semiliberdade* foi de aproximadamente *17 anos*. Já a idade média dos *jovens em liberdade* era de *19 anos*.

Do ponto de vista da *política local (comunitária)* nos relatos dos jovens indígenas, vale lembrar que tanto os *ritei'wa* (recém-iniciados), quanto os *ipredupté* (jovens adultos) xavantes entrevistados tendiam a ter alguma participação, reconhecimento e consciência dos assuntos políticos ocorridos em suas reservas. As jovens do sexo feminino, nos estágios *pi'õ*, *azarudu* e *adabá*, aparentemente, também teriam ciência do que se passaria em tais âmbitos, mas, segundo prevê o funcionamento estrutural de sua cultura, a *participação feminina nas esferas políticas* se daria *de maneira relativamente indireta*, conforme indica Graham (2014, p. 127-128).

2. Contrato reflexivo e o par autonomia – heteronomia

Com base nas reflexões que viemos elaborando a respeito da categoria *autonomia* e *heteronomia* e seu papel na determinação do dispositivo semiótico do protagonismo, acreditamos que um esquema como o disposto abaixo daria conta de ilustrar, em linhas gerais, a tendência de distribuição dos modos principais de *contratualidade narrativa*, segundo a presença, ou não, de *sincretismo atorial* entre as instâncias do *destinador-manipulador*, *destinatário-manipulado* e *sujeito-operador*.

Figura 6.1 – Quadrado da autonomia – heteronomia



Fonte: elaboração nossa.

Evidentemente, trata-se de um esquema didático para dar conta do que seria, basicamente, o funcionamento do par, segundo a lógica do quadrado semiótico. Sua verificação nos textos, mesmo naqueles de caráter autobiográfico, contudo, não seria tão simples como sua esquematização parece. Como vimos ao longo do capítulo 2, a apreensão do conjunto de valores pertencentes a uma instância subjetiva remete a um processo complexo, que pode envolver diferentes influências e nuances, de modo que o trabalho de se aferir *autonomia* ou *heteronomia* a indivíduos “de carne e osso” parece ser uma tarefa mais da ordem da psicologia do que da semiótica. Ao mesmo tempo, reconhecendo que a própria articulação do pensamento ocorre pela via das linguagens, talvez não seja tão ambicioso querer reivindicar uma parcela dessa responsabilidade para nós.

Por um lado, as categorias apresentadas acima poderiam ser aplicadas, por exemplo, ao que seria uma expectativa geral da experiência social do homem ao longo da vida. Assim, poderíamos associar a fase da *adulthood* à *autonomia*, ao passo que a *infância* e a *velhice* estariam mais ligadas a uma relação de *heteronomia*, quando as pessoas precisariam de cuidados e orientação de outras para viver. Sob esse ponto de vista, na primeira dessas experiências o *contrato reflexivo* tenderia a ter mais frequência, pela maturidade das faculdades emocionais e cognitivas, assim como pela ocupação de papéis temáticos sociais, mais comumente ligados a esse tipo de interação. Já no caso das crianças novas e dos indivíduos mais velhos, a *transitividade* fiduciária tenderia a se verificar como regime preponderante. No caso da infância, isso ocorreria pelo “ainda não” da maturidade, ou seja, pelo fato de que as capacidades motoras, linguísticas, afetivas, relacionais e intelectuais do ator infantil estariam em processo de aquisição e construção, e, assim, dificilmente permitiriam a ocupação do papel actancial de *destinador reflexivo* de maneira plena. Já na *velhice*, a

transitividade contratual aconteceria pelo “não mais” dessas mesmas habilidades. Obviamente, falamos aqui em tendências gerais, uma vez que se trata de um fenômeno complexo.

A *juventude*, nesse sentido, muito embora não queiramos considerá-la meramente como um período de passagem (como já fizeram pesquisadores anteriores, como visto), poderia ser associada a um momento de *não heteronomia*, uma vez que o ator discursivo teria vencido a dependência inicial da comunicação de “instruções”, mas ainda não poderia ocupar plenamente a autodeterminação. Vimos que Costa (2000, p. 20-25) considerava essa fase como um estágio no qual os indivíduos teriam uma *autonomia relativa*, ora sendo capazes de agir de maneira independente, ora ainda precisando de uma alguma diretividade externa a lhes nortear determinados pontos de suas experiências. No espaço da *não autonomia*, as etapas da vida ligadas ao *envelhecimento* teriam uma presença mais marcada, caracterizadas, por exemplo, pela redução do vigor físico. Novamente reforçamos, estipulamos aqui um modelo geral de previsibilidade, não se trata de postular que todo ator humanizado que estivesse em determinada etapa da vida agiria a partir de um modo de funcionamento específico.

A ideia por trás dos *contratos transitivo* ou *reflexivo* é uma proposta teórica que se resolve a partir de uma abordagem *entre níveis* do percurso gerativo do sentido canônico. De um lado, tomamos os *papeis factitivos* e o *sujeito narrativo*. De outro, observamos se eles seriam figurativizados por um *mesmo ator discursivo*, ou por *dois atores diferentes*. Como vimos no capítulo 2, Landowski (2014) propunha dois tipos de *manipulação*, a *motivação-confiança* e a *motivação-decisão* (p. 41-45), transitando por uma problemática bastante semelhante à nossa. Ao elaborar a sua teoria, ele teria se esforçado por explorar a transição *gradual* entre os diferentes regimes, de forma que pudemos verificar, a partir de suas explicações, uma *processualidade*, por exemplo, na “passagem” do regime da *programação* àquele da *manipulação*. A categoria da *motivação consensual* (ou de *confiança*) preveria, por exemplo, que o sujeito tenderia a efetivar as suas ações em conformidade com funções estabelecidas anteriormente, evitando questionamentos a respeito delas.

Sua teoria, diferentemente de nossa proposta, esquiva-se (e com razão, talvez) da difícil tarefa de buscar determinar qual seria o “corpo figurativo” do qual se teriam originado os valores comunicados para o sujeito (assim como a investigação a respeito dos contornos desse segundo). Com isso, sua visão se institui, por um lado, como uma via “mais maleável” para descrever fenômenos interacionais, a nosso ver. A outra possibilidade de *fazer fazer* prevista por Landowski (2014), o regime do *ajustamento* (p. 47-60), propõe agregar a categoria do *sentir* ao aparato teórico da semiótica. Constitui-se, assim, como uma resposta possível, no âmbito da disciplina, para as problemáticas “menos protuberantes” dos textos, aquelas nuances que apenas um olhar analítico

mais atento e preparado consegue verificar. O autor postula a *estesia* como a competência necessária a uma união entre dois atores, que coordenariam suas dinâmicas por meio de um “fazer conjunto” (p. 50). Nesse sentido, ele estaria trabalhando, também com a temática da composição atorial de figuras complexas, as quais já poderiam ser consideradas “misteriosas” pela sua própria natureza. Seus comportamentos seriam tornados, nesses casos, ainda mais difíceis de se prever ou explicar, por serem fruto de uma soma de características de diferentes atores, os quais poderiam ser profundos, e diante de quem seria necessário um ajustamento de corpos, afinidades e objetivos.

Vemos que, uma vez reconhecida a imperfetividade inerente à construção subjetiva, e as inúmeras dificuldades de se trabalhar com a ideia de um sujeito utopicamente capaz, a problemática do *ajustamento* se faz pertinente, assim como a ideia de *protagonização*, levantada no item 1 destas conclusões, relacionada a esse princípio.

3. Figuras discursivas encontradas em meio aos fazeres cotidianos relatados nos diferentes perfis

Em primeiro lugar, uma tendência geral dos depoimentos coletados foi a de que *as respostas se tornavam progressivamente mais detalhadas, conforme avançava a idade dos entrevistados*, fenômeno igualmente verificado em Harkot-de La-Taille e Bariaud (2013, p. 413), que analisaram relatos de jovens brasileiras e francesas. Nossa metodologia investigativa foi semelhante à delas, sendo que nos inspiramos em seu trabalho para a realização desta pesquisa. Durante a análise dos depoimentos de nossos entrevistados, vimos como, a cada perfil, alteravam-se as figuras discursivas relacionadas aos fazeres cotidianos mencionados. No caso dos discursos *mesotópicos*, alguns deles citaram a frequência a centros comunitários e a organizações culturais ou formativas de contraturno escolar. Em tais locais, atividades variadas relacionadas à aprendizagem não formal eram realizadas, tais como aulas de idiomas, música, esportes, etc. Esses jovens, de modo geral, também declararam realizar atividades como ir à escola ou universidade, desenhar, sair para encontrar amigos, ler, ver televisão e usar a internet. Nenhum deles possuía emprego e quatro estavam estudando, à época das entrevistas.

No caso dos relatos *peritópicos*, os adolescentes declararam que, antes da apreensão pela polícia, realizavam atividades relacionadas à *prática de esportes* (em especial, futebol) ou *cultura* (dança, desenho, jogos de tabuleiro ou brincadeiras de rua, como soltar pipas). Também contaram que costumavam visitar a casa de amigos ou namorados, ir a bailes ou baladas, levar sobrinhos à escola, passeavam nos seus bairros, saíam para tomar sorvetes, entre outras atividades. Ressaltamos que, no caso das adolescentes do sexo feminino, três entrevistadas tinham vindo do interior e duas da capital. Quanto aos jovens homens, três tinham vindo da metrópole e dois do campo de SP.

Muitos deles tinham *abandonado a escola*, no período citado. Encontramos, em meio às entrevistadas do sexo feminino, uma presença significativa de figuras relacionadas a *serviços domésticos não remunerados* (feitos “em família”).

Ainda em meio aos depoimentos da semiliberdade tivemos, igualmente, uma quantidade considerável de *explorações retrospectivas* quanto ao período de envolvimento com atos infracionais ou mesmo antes disso. Muitos relataram ter participado de atividades relacionadas a *tráfico de drogas* (contabilidade, entrega de encomendas), ao passo que alguns afirmaram que tinham se envolvido com *roubo* também. Além disso, o *uso de substâncias entorpecentes*, como bebidas alcólicas, maconha ou cocaína, seria realizado por muitos deles. A tendência majoritária era a de que eles estivessem estudando à época de internação, muito embora isso pudesse estar acontecendo apenas devido ao regimento estipulado pela direção das unidades da Fundação CASA. Nesse caso, eles corresponderiam a actantes agindo sob um *regime transitivo* (diríamos aqui) e não por um reconhecimento *reflexivo* a respeito do valor em pauta (“a importância do estudo”). Não sabemos se tal envolvimento seria mantido após o cumprimento das medidas socioeducativas exigidas pelo sistema.

Entre todos os jovens em semiliberdade entrevistados, *apenas um estava empregado formalmente*, à data das conversas. Além dele, uma das adolescentes trabalhava de maneira autônoma, muito embora estivesse abaixo da idade permitida para fazer isso. Nem o trabalho legal, nem os estágios faziam parte do universo cotidiano da maioria deles. Em alguns casos, encontramos menções a *funções esporádicas e informais de trabalho*, exercidas junto a suas famílias ou mesmo nos bairros ou comunidades onde habitavam, tais como auxiliar de mecânico, carregador de carretos, artesanato, produção têxtil, empregos domésticos, entre outras. Em meio a esses jovens que estavam em cumprimento de medidas, encontramos expressões de um *forte vínculo com a religião*, tendo vários deles contado que praticavam orações e iam a igrejas regularmente. Por exemplo, todas as entrevistadas do sexo feminino declararam que faziam isso, muito embora apenas duas fossem formalmente vinculadas a instituições desse cunho.

No caso da *juventude indígena*, como era de se esperar, tivemos a menção de figuras práticas um tanto diferentes daquelas citadas pelos jovens dos outros perfis. Como visto na análise do capítulo 5, foram nove os entrevistados xavantes que relataram fazer *esportes cotidianamente*. Alguns deles chegaram a mencionar que o faziam por até 14 horas semanais (duas horas por dia, todos os dias). Essa foi uma das atividades mais presentes entre homens e mulheres, o que mostra o apreço coletivo e o envolvimento com esse tipos de jogos. No caso dos homens (*aibö*), vimos como o *acompanhamento e aconselhamento aos jovens iniciandos (wapté)* era uma atividade bastante presente em seus cotidianos, tomando diversas horas do dia, em alguns casos. Igualmente foram

mencionadas, por esses indivíduos pertencentes ao que denominamos *discursos paratópicos*, o desempenho da função de *professores* da escola indígena e as participações em *rituais específicos dessa tradição cultural*, tais como o *Uiwede* (corrida de toras), sendo estes *muito valorizados* por eles. A *criação dos filhos* foi ressaltada como atividade importante nos relatos desse perfil, para ambos os sexos com a mesma frequência, sendo citada por três indivíduos de cada gênero. Destacamos que os jovens homens xavantes ainda mencionaram que costumavam caçar, trabalhar com as roças das suas aldeias e preparar aulas (no caso daqueles que eram professores).

As mulheres indígenas (*pi'õ*), por sua vez, mencionaram, com unanimidade, que realizavam *serviços domésticos* (lavar louças e roupas, cozinhar e limpar a casa) todos os dias, assim como *conversavam com amigas e conviviam familiarmente*, sendo essas atividades geralmente apreciadas por elas. Igualmente, três delas (as mais jovens, entre 16 e 17 anos) mencionaram *estudar* na escola da aldeia Idzo'Uhu, à data das conversas, tendo as mais velhas já deixado de fazê-lo. A educação era vista por elas como uma atividade interessante. Além do que elencamos acima, o *trabalho na roça* foi citado duas vezes. Ainda no que concerne à totalidade desses depoimentos, alguns dos indígenas contaram que frequentavam missas cristãs aos finais de semana, fosse na igreja salesiana, fosse no culto evangélico da localidade, muito embora mantivessem vivas *concepções de espiritualidade e cosmovisão a'uwẽ*. O uso de televisão, internet e redes sociais não foi muito mencionado por eles nos relatos orais coletados, contudo, certa difusão foi manifestada a respeito disso nos resultados do questionário socioeconômico aplicado.

4. Objetivo e horizonte estratégico nos discursos

Foram diversas as estratégias assumidas pelo atores do sujeito observados em cada um dos relatos em busca de tornar viável a consecução dos seus planejamentos de vida. Estes, por vezes, tinham um *caráter pessoal*; em outras ocasiões, eram *aspirações coletivas* que tomavam uma centralidade em suas vidas. Além disso, os discursos podiam estar direcionados à descrição dos *objetivos locais* do futuro almejado, ou mesmo ao *horizonte estratégico* e “de longa distância” da *cena prática* em pauta na discursivização dos seus planos.

Nos relatos dos *jovens em liberdade*, no que concernia a *planejamentos futuros*, verificamos uma tendência à valorização da *manutenção dos vínculos familiares*, sobretudo do relacionamento com os seus *núcleos próximos* (pais, mães, irmãos ou filhos), assim como uma *ânsia por estabelecimento profissional* (mais ou menos qualificado, a depender do relato). *Formação superior* correspondia a um *objetivo local* presente em quase todos os relatos, exceto em um caso, no qual não se pretendia nem concluir o ensino básico. Como dito anteriormente, a expectativa de formar família foi encontrada *apenas no caso dos dois entrevistados mais jovens*. A figura da casa

própria consistia no *horizonte estratégico* dos planejamentos de vida de duas das mulheres entrevistadas, mas os homens desse grupo não chegaram sequer a mencioná-la. Verificamos, em meio a esses planejamentos observados, a presença de *figuras práticas relativamente durativas*, contando com uma *temporalidade* que tendia a ser *cronologicamente mais extensa* do que as presentes nos relatos dos demais entrevistados. Eles consideravam a realização individual como algo que se daria ao longo de diversas décadas, traduzindo traçados pessoais de mais longo alcance, nesse sentido.

Quase todos os *jovens em cumprimento de medida* disseram que desejavam *concluir o ensino básico*, mas apenas *poucos deles* tinham expectativas de *cursar universidade*. No relatos dos adolescentes de *sexo masculino* desse perfil, sobressaíram *objetivos de caráter mais pontual*, cronologicamente mais concentrados, tais como a *obtenção de empregos* após o cumprimento da medida judicial em meio à qual se encontravam. Estes eram vistos como a principal garantia para as suas *condições de sustento futuras*. Encontramos, em meio a seus depoimentos em geral, igualmente, um forte *agenciamento passional*, que fazia com que uma parte considerável das suas discursivizações realizasse uma *investigação retrospectiva*, mais do que uma exploração prospectiva e dedicada aos planejamentos a serem implementados em suas vidas. Aparentemente, o encontro com as instituições governamentais judiciais (instâncias sancionadoras) tenderia a marcar um *ponto de inflexão em suas trajetórias* (pelo menos para os não reincidentes). Uma *reconstrução dos planejamentos para o futuro* parecia estar em curso nesses depoimentos, remetendo ao que poderíamos considerar um “*abalo*” *fiduciário* na relação entre o *destinatário-manipulado* e o *destinador-manipulador* em pauta. Contudo, no que concernia à *recuperação de laços familiares*, encontramos, nesses mesmos relatos, a presença de *figuras práticas relativamente mais durativas e difusas*, contando com uma extensão temporal maior, e se configurando como investimentos discursivos do *horizonte estratégico* em pauta.

As *adolescentes do sexo feminino em semiliberdade*, em suas respostas quanto a planejamentos futuros, tenderam a desenvolver mais extensamente suas respostas do que os rapazes. Em primeiro lugar, expressaram a ideia de que queriam *terminar os estudos para conseguir empregos melhores futuramente*. Além disso, algumas delas esboçavam planos relativamente traçados para *carreiras profissionais a longo prazo*. Igualmente, em alguns dos relatos, encontramos a expectativa de *obter empregos pontuais*, independentemente da sua área, após o cumprimento da medida. Ofícios como atendente de telemarketing, caixa de mercado e frentista foram citados. Apenas duas dessas jovens declararam que pretendiam constituir família e a *moradia independente* era um sonho a ser alcançado futuramente para boa parte delas.

Já para *os jovens homens indígenas*, encontramos um *forte vínculo com valores de ordem comunitária*, vinculados, provavelmente, à própria *grade cultural de leitura do mundo* pressuposta pela pertença a esse grupo étnico. Assim, mesmo objetivos individualizados projetados para o futuro, como a sonhada *formação universitária*, adquiriam um caráter algo *utilitário e coletivo*. Isso ocorria porque eles seriam considerados *a partir daquilo que poderiam proporcionar de melhorias para a vida das pessoas na aldeia*. No que concernia às atividades que os jovens realizavam na temporalidade relacionada ao presente das entrevistas, o mesmo princípio ético se observava. As ações dos indivíduos ganhavam valor por serem iniciativas que ofereciam mais condições de continuidade ao estilo de vida tradicional do seu povo.

No tocante aos relatos das *mulheres xavantes*, observamos uma presença forte da figura dos *serviços domésticos* e, no caso das entrevistadas mais jovens, *do estudo*. Estas seriam as manifestações discursivas mais presentes nos *objetivos da cena prática* evocada por seus relatos, quando as jovens estavam tratando de discorrer a respeito das suas vidas e dos afazeres nelas contidos. Além disso, em alguns casos, o envolvimento com *religiões cristãs* (católica e evangélica) também foi mencionado como sendo algo importante. Quanto ao *horizonte estratégico* contido nos seus projetos para o futuro, vimos que este, na maioria dos casos, estava relacionado a um *envolvimento pessoal no oferecimento de boa educação a seus filhos*, além dos cuidados com a saúde e nutrição deles. Assim, *planos individuais profissionais* (“conseguir um emprego”), viam-se *algo ofuscados* pela importância do fazer acima citado. Novamente, como os indígenas do sexo masculino, as mulheres se mostraram sumamente engajadas em uma atividade que poderíamos considerar como sendo *de ordem ética*, uma vez que se tratava de *uma dedicação aos outros*, seus descendentes, no caso. Eventualmente, tivemos a manifestação do interesse das jovens indígenas de chegar a ter empregos propriamente ditos, normalmente, relacionados a funções que pudessem melhorar a vida das suas comunidades, tais como o de enfermagem.

5. Conclusões finais

Defendemos a postulação de uma conceptualização semiótica a um *protagonismo de si*, tomando-o como um *mecanismo estratégico de hierarquização e seleção de práticas tidas como importantes por um “campo avaliador” próprio do sujeito*. Isso se verificaria de maneira especialmente visível nos discursos autobiográficos, muito embora, para se poder chegar a conclusões mais concretas no que concerneria à apreensão da composição do universo de valores subjetivo, tais textos precisassem apresentar um aprofundamento considerável. As diferentes *figuras de atividades confrontadas*, verificáveis apenas a partir do *corpus* analisado, podem refletir *influências oriundas de diferentes campos axiológicos* aos quais os atores em pauta se encontrariam

expostos, por condições históricas ou circunstanciais de vida. Teríamos, também aí, a construção de *posicionamentos ideológicos*, a *selecionar* ou *atribuir importância* a fazeres escolhidos ou necessários, “costurando” as expectativas tidas individual e coletivamente com as possibilidades efetivamente consideradas como existentes por eles, segundo as coerções sentidas na relação com os ambientes culturais em meio aos quais habitam. No *período da juventude*, pelo próprio desenrolar do desenvolvimento humano, teríamos previsto, para os atores-indivíduos, o curso de uma *progressiva capacidade de autonomização*. Esta seria caracterizada (assim como outras etapas da vida) pela capacidade de *protagonizar ou de vivenciar afetivamente* desdobramentos de eventos que acontecem no entorno das vidas pessoais. Isso poderia se dar mesmo que os acontecimentos não “atingam” os atores observados de maneira direta, ocorrendo por meio de seu agenciamento emocional.

Para concluir, as ideias que apresentamos nesta tese buscam contribuir com os estudos já existentes no campo da semiótica, em especial aqueles dedicados à observação da *complexidade* inerente à *constituição subjetiva*, assim como à *qualificação do fazer*. Do ponto de vista discursivo, nossas investigações estiveram dirigidas à descrição das *formas de gerenciamento estratégico de atividades feitas pelos atores principais de textos autobiográficos, em meio às suas vidas sociais*. Simultaneamente, esperamos ter apresentado resultados capazes de dialogar com saberes oriundos de outras áreas da investigação científica, sejam elas dedicadas a estudar as *juventudes brasileiras* em sua diversidade constitutiva, o *sistema de medidas socioeducativas* e seus impactos na sociedade, assim como as *culturas indígenas* de nosso continente e as suas características.

Referências¹⁷

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10a ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma Brasileira: ABNT NBR: 6023**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 2a ed. Disponível em: <http://bit.ly/2pirhnG> . Acesso em 10 jul. 2019.

ARISTÓTELES. **Poética e tópicos I, II, III, e IV**. Trad. de Marcos Ribeiro de Lima. São Paulo: Hunter Books, 2013.

AZANHA, Gilberto. **Estudos etnoecológicos dos impactos nas TIs Parabubu-Culuene, Areões, Pimentel Barbosa e Marechal Rondon: povo xavante**. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2phvZC7>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos teóricos**. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. **O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2MNDpXh> . Acesso em: 25 jan. 2017.

BAILLY, Anatoile. **Dictionnaire Grec-Français**. [s. l.]: Hachette, 1935. Disponível em: <http://bit.ly/2IPoWrj> . Acesso em: 14 out. 2017.

BERTRAND, Denis. Le sens dans Du sens: entre «écran de fumée» et «morsure sur le réel». **Protée**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.10-22, 2006. Consortium Erudit. DOI: <http://dx.doi.org/10.7202/013306ar>. Disponível em: <http://bit.ly/34vHLIA>. Acesso em: 13 out. 2017.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BEIVIDAS, Waldir. **A teoria semiótica como epistemologia imanente: uma terceira via do conhecimento**. 2015. Tese (Livre-docência em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEIVIDAS, Waldir; LOPES, Ivã Carlos. Interdisciplinaridade: Triagem e mistura na identidade da Semiótica. *In*: PORTELA, Jean Cristtus et al. (orgs.) **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 33-48.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: Estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** - ABRAPEE, 11 vol. 1, p. 63-76, 2007.

17 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023: 2018).

BONFIM, Evandro de Souza; QUINTINO, Wellington Pedrosa. I'wamnari: as cores e a cosmologia xavante. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho). Teresina, v. 10, n. 4, art. 15, p. 290-303, Out./Dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2013.10.4.15>. Disponível em: <http://bit.ly/2YGuawd>. Acesso em: 12 ago 2019.

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não da casa dos pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil 1991, 2000 e 2010. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (orgs.) **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 97-122.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos - MDH. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Coordenação Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Levantamento Anual Sinase 2016**. Brasília: MDH, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei**. [s.l.] CNJ, 2017a. Banco de dados on-line (Período de 01/01/2017 a 31/12/2017). Disponível em: www.cnj.jus.br . Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Atualização junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017b.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ . **Panorama Nacional: A execução de medidas socioeducativas de internação**: Programa Justiça ao Jovem. [S. L.]: CNJ, 2012a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos - SDH. **Atendimento Socioeducativo ao Adolescentes em Conflito com a Lei**: Levantamento Anual 2011. Brasília: SDH, 2012b.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://bit.ly/2mi5A63> . Acesso em: 26 Set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.069 de 13 de Jul. de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Brasília, DF: Presidência da república. Casa Civil. Disponível em: <http://bit.ly/2ke5zit> . Acesso em: 12 Jan. 2017.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**: com Bill Moyers. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 2016.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio. et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 50-81.

CASAPONSA, Aina; ATHANASOPOULOS, Panos. The way you see colour depend on what language you speak. **The conversation**. 16 abr. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/31MU3eo> . Acesso em: 03 out. 2019.

CASTILHO, Alceu Luís. Indígenas são eleitos no Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. **Carta Capital**, São Paulo. 04 out. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2MEPyfB> . Acesso em: 10 mar. 2019.

CENPEC – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. **Cadernos CENPEC: Educação, cultura e ação comunitária: Juventudes urbanas.** Ano 3, n. 5, 1o sem. 2008. São Paulo: CENPEC, Itaú Social, 2008.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Porantim: em defesa da causa indígena: Encarte pedagógico IV: Educação escolar indígena.** Ago. 2015. [s.l.] Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2WoX5DY> . Acesso em 30 set. 2018.

COELHO, Márcio. **O arranjo e a canção: uma abordagem semiótica.** São Paulo: Escuta, 2014.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Juventude popular urbana: Educação, cultura, trabalho: A parceria entre ONGs de base comunitária e empresas: o case ACJ Brasil United-Way.** São Paulo: Associação Caminhando Juntos – ACJ, 2007.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política.** Brasília: Brasiliense, 1982.

DELORS, Jacques et al. **Educação, um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** Brasília: Setor de Educação da Representação da Unesco no Brasil, Fundação Faber-Castell, 2010. 41 p. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Disponível em: <http://bit.ly/31VXpf6>. Acesso em: 28 jan. 2018.

DISCINI, Norma. O estilo e o ator da enunciação: Greimas na contemporaneidade. **Estudos Semióticos**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 117-132, 14 mar. 2018. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBiUSP. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2018.144315> . Disponível em: <http://bit.ly/2Nf2TwC> . Acesso em: 03 jan. 2019.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. **Poesia e prosa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

FALLEIROS, Guilherme Lavinias Jardim. **Datsi'a'uwēdzé: vir a ser e não ser gente no Brasil Central.** 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2PIVhtU> . Acesso em: 25 jan. 2017.

FIORIN, José Luiz. Prefácio. In: LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas.** São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014. p. 7-10.

FIORIN, José Luiz. O sujeito na semiótica narrativa e discursiva. **Todas as letras**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.24-31, jan. 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2VbnODb> . Acesso em: 27 jan. 2014

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: Estudos discursivos.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: Fiorin (org.). **Introdução à Linguística: objetos teóricos.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 165-186.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo.** São Paulo: Ática, 2001.

FONTANILLE, Jacques. Um diálogo imaginário entre Claude Zilberberg e Eric Landowski: em torno do acontecimento, da álea e do acidente. *In*: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (orgs.). **Em torno do acontecimento**: uma homenagem a Claude Zilberberg. Curitiba: Appris, 2016. p. 35-47.

FONTANILLE, Jacques. **Pratiques sémiotiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. Trad. Ivã Carlos Lopes; Waldir Bevidas; Luiz Tatit. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas, 2001.

FONTANILLE, Jacques. **Les espaces subjectifs**: Introduction à la sémiotique de l'observateur (Discours – peinture – cinéma). Paris: Hachette, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Educação Escolar Indígena**. [2019]. Disponível em: <http://bit.ly/2IOdDQ1> . Acesso em 25 jul. 2019.

FUNDAÇÃO CASA - Centro de atendimento Socioeducativo ao Adolescente (São Paulo). **Portal da transparência**. [2018b] . Disponível em: <http://transparencia.fundacaocasa.sp.gov.br/> Acesso em: 12 jan. 2018.

FUNDAÇÃO CASA - Centro de atendimento Socioeducativo ao Adolescente (São Paulo). Núcleo de produção de informações estratégicas - NUPRIE. **Boletins estatísticos semanais**. 18 dez. 2015, 15 abr. 2016, 30 dez. 2016, 10 mar. 2017, 10 nov. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2melw97> Acesso em: 22 nov. 2017.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. Território no mundo A'uwe Xavante. **Confins on-line**, n. 11, 2011. DOI: <http://journals.openedition.org/confins/6888>. Disponível em: <http://bit.ly/2NC11Q8>. Acesso em: 01 abr. 2018.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. **Marãñã Bödödi**: a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/32dWOG3> . Acesso em: 10 jul. 2017.

GRAHAM, Laura R. **Performance de sonhos**: discursos de imortalidade Xavante. Trad. Fernando Luiz Brito Vianna. São Paulo: EDUSP, 2018.

GRAHAM, Laura R. Uma esfera pública na Amazônia? A construção de discurso colaborativo despersonalizado entre os Xavante. *In*: COIMBRA JR, E. A.; WELCH, James R. (orgs.) **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, FUNAI, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. 2ª ed. 1ª reimpressão. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2012.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisa aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sobre o sentido**: ensaios semióticos. Trad. Ana Cristina Cruz Cesar et al., revisão técnica de Milton José Pinto. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sémantique Structurale**: Recherche de méthode. Paris: Librairie Larousse, 1966.

HALL, Joan; MCLEOD, Ruth Alice; MITCHELL, Valerie. **Pequeno dicionário: xavante – português, português – xavante**: Damreme pibuzé hã: a'uwẽ mreme, waradzu mreme na te te ãsaprĩ mono zém na duré waradzu mreme, a'uwẽ mreme na te te ãsaprĩ mono zém na. Rev. Alec Harrison. Cuiabá: Sociedade Internacional de linguística, 2004.

HALL, Stanley. **Adolescence**: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education. Vol. I. Nova Iorque: D. Appleton & Company, 1904. Disponível em: <http://bit.ly/33zQqsZ> . Acesso em: 17 jun. 2019.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. **Sentir, saber, tornar-se**: estudo semiótico do percurso entre o sensório e a identidade narrativa. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2016a.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. O que é ser adulto, hoje?. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Margens, periferias, fronteiras**: estudos linguístico-discursivos das diversidades e intolerâncias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016b. p. 17-38.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; BARIAUD, Françoise. “Ser adulto”, por jovens francesas e brasileiras em 2007 – 2010. *In*: **Língua, discurso e processos de subjetivação na contemporaneidade**. Anna Maria Grammativo Carmagnani e Marisa Grigoletto (orgs). São Paulo: Humanitas, 2013.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; BARIAUD, Françoise. Construção discursiva do adulto por jovens francesas: perspectiva dinâmica. **Casa**: Cadernos de Semiótica Aplicada, [s.l.], v. 9, n. 1, p.1-20, 27 jul. 2011. **CASA**: Cadernos de Semiotica Aplicada. DOI: <https://doi.org/10.21709/casa.v9i1.4422>. Disponível em: <http://bit.ly/2oL9rtH> . Acesso em: 04 out. 2017.

HART, Roger A. **Children’s Participation**: from tokenism to citizenship. *Innocenti Essays*, n. 4. Florença, Itália: UNICEF, International Child Development Center, 1992.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HJELMSLEV, Louis. **Ensaio linguísticos**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2a reimp. com alt. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. Trad. J. P. Monteiro. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060**. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, 2018a. Disponível em: <http://bit.ly/2mRZwkG> . Acesso em: 27 set. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Educação 2017. IBGE, 2018b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017a. Disponível em: <http://bit.ly/32fkeee> . Acesso em: 16 jan. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades 2017**. Brasil, Estado do Mato Grosso, Primavera do Leste. [s. 1.]: IBGE, 2017b. Disponível em: <http://bit.ly/2kj71Py> . Acesso em: 16 jan. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Brasília: Fundação IBGE, 2015. Disponível em: < <http://bit.ly/2kJcdNR>. Acesso em: 29 jan. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultado do universo**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2MGnClr> . Acesso em: 10 jun. 2019.

IMANISHI, Helena Amstalden. **A imagem do adulto na contemporaneidade: uma avaliação dos jovens sobre os adultos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2NEvhaB> . Acesso em: 10 fev. 2016.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terras Indígenas no Brasil. **Site institucional**. Terra Indígena Sangradouro, 2017a. Disponível em: <http://bit.ly/32eCqEu> . Acesso em: 22 dez. 2017.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terras Indígenas no Brasil. **Site institucional**. Terra Indígena São Marcos, 2017b. Disponível em: <http://bit.ly/2MaVE8G> . Acesso em: 23 dez. 2017.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil: Xavante**. Laura Graham, [2008]. Disponível em: <http://bit.ly/2VEmhWx> . Acesso em: 21 dez. 2017.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil: Xerente**. Luís Roberto de Paula [1999]. Disponível em: <http://bit.ly/2q6lYIh> . Acesso em 26 mai. 2019.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2002.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

KEHL, Maria Rita. **Adolescência: Sentido da vida se esvazia com a desvalorização da experiência no mundo contemporâneo**: A teenagização da cultura. Caderno Mais. Folha de São Paulo, São Paulo. 20 set. 1998. Disponível em: <http://bit.ly/32gZRgA> . Acesso em: 10 out. 2018.

LACHNITT, Georg. **Damreme'uwaimramidzé**: Estudos sistemáticos e comparativos da gramática xavante. Campo Grande: MSMT / UCDB Editora, 2004.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs**: Do serviço invisível à profissão impossível. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://bit.ly/2INudzL> . Acesso em: 13 out. 2018.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.

LE PETIT LAROUSSE Illustré. Patrice Maubourguet (dir.). Paris: Larousse, 1995.

LOPES, Edward. **Paixões no espelho: sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais**. **Cruzeiro Semiótico**, Associação Portuguesa de Semiótica, Porto, p. 154-160, 1989/1990.

LOPES, Ivã Carlos; LIMA Eliane Soares de. O acontecimento no ato de leitura: um estudo de caso. *In*: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (orgs.). **Em torno do acontecimento**: uma homenagem a Claude Zilberberg. Curitiba: Appris, 2016. p. 105-125.

LOPES DA SILVA, Aracy. Práticas sociais e ontologia na nomeação e no mito dos Akwe-Xavante. *In*: COIMBRA JR, E. A.; WELCH, James R. (orgs.) **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, FUNAI, 2014.

LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história xavante. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. 2a edição. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1998.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Nomes e amigos**: da prática xavante a uma reflexão sobre os Jê. São Paulo: FFLCH / USP, 1986.

MADEIRA, Felícia Reicher; RODRIGUES, Eliana Monteiro. Recado dos jovens: mais qualificação. *In*: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, 1998. v. 2.

MEAD, Margaret. **Adolescência y cultura em Samoa**. Trad. Elena Dukelski Yoffe. 3a ed. Buenos Aires: Paidós, 1967.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade xavante**. Trad. Aracy Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)**. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/35CM5am> . Acesso em: 25 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Prevenindo a violência juvenil**: um panorama das evidências 2015. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência – NEV, Universidade de São Paulo, FAPESP, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/35zYyLY> . Acesso em: 13 mar. 2019.

ORGANISATION for Economic Co-Operation and Development - OEDC. Country note: **Education at a glance 2018: Brazil**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/32dqT8E> . Acesso em: 13 mar. 2019.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; SANTOS, R. V.; WELCH, J. R.; SOUZA, L. G. De; COIMBRA JR., C. E. A. . Demografia, território e identidades: os xavante e o censo demográfico de 2010. *In*: COIMBRA JR., Carlos E. A.; WELCH, James R. (orgs.) **Antropologia e história xavante em perspectiva**. Série monografias. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai, 2014, p. 181 – 199.

PINSARD VIANNA, Lucila. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

PORTELA, Jean Cristtus; SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. A noção de gênero em semiótica. *In*: PORTELA, Jean Cristtus et al. (orgs.) **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-95.

PRETI, Dino (org.). **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Assoc. Editorial Humanitas / FFLCH / USP, 2006.

PROPP, Vladimir. **Morfologia do conto maravilhoso**. Trad. Lúcia Pessoa da Silveira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

ROMAN, Marcelo Domingues. **Psicologia e adolescência encarcerada**: a dimensão educativa de uma atuação em meio à barbarie. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2J21sPZ> Acesso em: 10 mar. 2017.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. Trad. Nicolás N. Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RURI'Õ, Lucas; BIASE, Helena Stilene de. **Daró Idzô'uhu Watsu'u**: a história da aldeia Abelhinha. São Paulo: Masterbook, 2000.

SAFATLE, Vladimir. **O dever e seus impasses**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SARASWATI, Aghorananda. **Mitologia hindu**. São Paulo: Madras, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix/Edusp. 1969.

SCHARF, Peter M. (org.). Brown University. **The Sanskrit Library**. Providence (Rhode Island, Estados Unidos): The Sanskrit Library, 2015. Disponível em: <http://sanskritlibrary.org/> . Acesso em: 28 jan. 2018.

SEREBURÃ, HIPRU, RUPAWE, SEREZABDI, SEREÑIMIRAMI. **Wamrêmé za'ra, nossa palavra**: Mito e história do povo Xavante. São Paulo: Senac, 1998.

SILVA, Cintia Alves da; PORTELA, Jean Cristtus. Os níveis de pertinência semiótica na edição das cartas de Chico Xavier. *In*: PORTELA, Jean Cristtus et al. (orgs.) **Semiótica: identidade e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 49-67.

SILVA, Joelma Oliveira da. **Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, Luciene Guimarães de; SANTOS, Ricardo Ventura. Perfil demográfico da população indígena de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993 – 1997), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, mar. / abr. 2001.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2BaRkjr> . Acesso em: 28 jan. 2018.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; MEDEIROS, Marcelo. **A concentração de renda no topo no Brasil**. Working Paper, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017a. Disponível em: <http://bit.ly/2IO0cHP> . Acesso em: 14 mar. 2019.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; MEDEIROS, Marcelo. **The concentration of income at the top in Brazil, 2006-2014**. Working Paper, n. 163. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), 2017b. Disponível em: <http://bit.ly/2IO0cHP> . Acesso em: 14 mar. 2019.

STAMATO, Domingos Antonio; CALIL, Maria Izabel. Protagonismo juvenil: uma proposta de educação libertária. *In*: FARIAS, Iara Rosa (org.). **Transformar a educação**: Semiótica, psicologia e psicanálise. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2004. p. 171-188.

TATIT, Luiz. Bases do pensamento tensivo. **Estudos Semióticos**, [s.l.], v. 15, p. 11-26, 11 abr. 2019. Universidade de São Paulo, Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBiUSP. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.156045> . Disponível em: <http://bit.ly/2JJ3JQj> Acesso em 01 ago. 2019.

TATIT, Luiz. **Estimar canções**: Estimativas íntimas na formação do sentido. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016a.

TATIT, Luiz. Claude Zilberberg e a prosodização da semiótica. *In*: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (orgs.). **Em torno do acontecimento**: uma homenagem a Claude Zilberberg. Curitiba: Appris, 2016b. p. 17-34.

TATIT, Luiz. **Todos entoam**: ensaios, conversas e lembranças. 2ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

TATIT, Luiz. **Semiótica à luz de Guimarães Rosa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

TATIT, Luiz; LOPES, Ivã Carlos. **Elos de melodia e letra: análise semiótica de seis canções**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

TOURAINÉ, Alain. Juventud y democracia en Chile. **Última década**, n. 8, CIDPA, Viña del Mar, mar. 1998. Disponível em: <http://bit.ly/2Bell1z> . Acesso em: 13 out. 2018.

TS'IRUI'A, Aquilino Tsere'ubu'õ. **A sociedade xavante e a educação: um olhar sobre a escola a partir da pedagogia xavante**. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2012.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2016**. Nova Iorque: UNDP, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2mTwCR9>. Acesso em: 29 mar. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP** : parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP ; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora ; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro... [et al.]. --3.ed. rev. ampl. mod. - - São Paulo: SIBiUSP, 2016.

VIANNA, Fernando Luiz Brito. **Boleiros do cerrado: índios xavantes e o futebol**. São Paulo: Annablume, 2008.

VERMA, Vinod. **Ayurveda: a medicina indiana que promove a saúde integral**. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 2003.

WELCH, J. R. et al. **Na primeira margem do rio: Território e ecologia do povo xavante de Wedezé**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2IHMpL1> Acesso em: 29 mar. 2017.

WELCH, J. R. **Age and social identity among the xavante of central Brazil**. 2009. Tese (Doutorado em antropologia) Department of Anthropology, Tulane University, Nova Orleães, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2MypmCU> . Acesso em: 29 mar. 2017.

ZILBERBERG, Claude. **La estructura tensiva**. Trad. Desiderio Blanco. Lima: Fondo Editorial, Colección Biblioteca Universidad de Lima, 2016. *E-book*.

ZILBERBERG, Claude. **Elementos de semiótica tensiva**. Trad. Ivã Carlos Lopes; Waldir Bevidas; Luiz Tatit. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

ZILBERBERG, Claude. **Razão e poética do sentido**. Trad. Ivã Carlos Lopes; Luiz Tatit; Waldir Bevidas. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006a.

ZILBERBERG, Claude. Síntese da gramática tensiva. Trad. Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. **Significação: Revista Brasileira de Semiótica**, n. 25, v. 33. São Paulo: Annablume, p. 163 – 204, 2006b.

Documentos visuais, sonoros, audiovisuais e sites institucionais

ACORDE - Desenvolvimento Humano. [2017]. Disponível em: <http://acorde.org.br/> . Acesso em: 16 mai. de 2019.

A'UTÉ A'uwê Uptabi: Ser criança A'uwe. Dirigido e produzido por Cristina Flória e Wagner Pinto, realizado por SescTV, 2017. 1 vídeo (40 min). Disponível em: <http://bit.ly/2VEWTjm> . Acesso em: 11 jun. 2019.

CCB – Ensaio na aldeia Abelhinha Mato Grosso, índio canarana. Publicado pelo canal YouTube canal CCB hinos - palavras – testemunhos, 2017. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <http://bit.ly/2MfOxvN> . Acesso em 02 jul. 2019,

CONSTRUÇÃO de casa hõ xavante na aldeia Abelhinha (Idzô uhu). Publicado pelo canal YouTube da Associação Xavante Warã, 2019. 1 vídeo (16 min). Disponível em: <http://bit.ly/2Mfp9Gj> . Acesso em 18 jun. 2019.

DISCURSO de Hiparidi Toptiro na ONU. Publicado pelo canal Facebook da Associação Xavante Warã, 2019. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <http://bit.ly/31gRqjU> . Acesso em: 11 jun. 2019.

ENTREVISTA com Hiparidi Toptiro ONU News. Produzido pela ONU News. Publicado pelo canal Facebook da Associação Xavante Warã, 2019. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <http://bit.ly/35B7b8I> . Acesso em: 11 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CASA - Centro de atendimento Socioeducativo ao Adolescente (São Paulo). Site institucional. [2018a] . Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br> . Acesso em: 12 jan. 2018.

GOOGLE MAPS, [sem título]. 1 fotografia. Landsat / Copernicus. Terra indígena Sangradouro / Volta Grande. Disponível em: www.google.com/maps. Acesso em: 26 dez. 2017.

LA ISLA, Camarón de. La leyenda del tiempo. Polygram, 1979. CD (37 min).

OWNERS of the water (“Ö tede'wa”): conflict and collaboration over rivers. Dirigido e produzido por Laura Graham, David Hernandez Palmar e Caimi Waiasse, 2009. 1 vídeo (34 min), color. Disponível em: <http://bit.ly/31b0Y05> . Acesso em: 11 jun. 2019.

ÓCULOS ESCUROS. [Valzinho e Orestes Barbosa]: Paulinho da Viola. Ao vivo. BMG Music, 1997. 2 CD.

MEIO AMBIENTE - Xavantes e Bororos filmam juntos: Produção Partilhada do Conhecimento. 1 vídeo. Produzido por CEDIPP (Centro de Comunicação Digital e Pesquisa Partilhada) FFLCH/USP, 2018. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <http://bit.ly/32g7Ome>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MISSÃO SALESIANA de Mato Grosso. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Site institucional**. [2017]. Disponível em: <http://bit.ly/2VHJAPt> . Acesso em: 16 Jan. 2017.

SANGRADOURO. Dirigido por Amandine Goisbault, Divino Tserewahú, e Tiago Campos Tôres e produzido por Vídeo nas aldeias e Vincent Carelli, 2009. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <http://bit.ly/2MgreIZ> . Acesso em: 05 out. 2019.

SECRETARIA Municipal de Cultura de São Paulo. Centro Cultural Privado. Galpão da Cultura e Cidadania. [2019]. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/181/> . Acesso em: 16 mai. 2019.

REFRIGERANTE e doce provocam epidemia de diabetes em índios em MT. Canal TV Folha YouTube. Reportagem de Lucas Reis, 2015. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <http://bit.ly/2ponxkp> . Acesso em 18 jun. 2019.

RITUAL Danhono a'uwe xavante 16 09 2018. Produzido pela Associação Xavante Warã. Editado por Júlio Tsudzawere e João Lucas Öwa'u, 2018. Publicado pelo canal YouTube de João Lucas Öwa'u. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <http://bit.ly/33sKa68> . Acesso em: 13 jun. 2019.

VIAGEM à aldeia Abelhinha. Produzido por Daniel Carmona Leite, Hiparidi Toptiro e João Lucas Öwa'u, Associação Xavante Warã, 2017. Publicado pelo canal YouTube da Associação Xavante Warã, 2017. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <http://bit.ly/2OIkVct> . Acesso em: 13 jun. 2019.

WARIU. Canal YouTube Wariu. Produzido por Cristian Wariu, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2VMjyuf> . Acesso em 18 jun. 2019.

ANEXO A - Relatório de campo

Seguem abaixo algumas informações referentes ao trabalho de campo da presente pesquisa.

1 Autorizações e regulamentações da pesquisa pelos órgãos competentes

Esta pesquisa de doutorado tinha inicialmente como título, “Enunciação e enunciado na construção semiótica do protagonismo”. Ela foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), segundo documento emitido no dia 11 de maio de 2017 (n. CAAE: 59198716.6.0000.5390, parecer n. 2.056.302). Após o deferimento desse parecer, o título da pesquisa foi alterado para “Protagonismo e estratégias semióticas no discurso de jovens brasileiros: liberdade, semiliberdade e juventude indígena” diante de adaptações feitas. Estas foram necessárias do ponto de vista do conteúdo da pesquisa. O Comitê Regional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos - CEP da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP Leste foi o responsável local por nosso projeto. A autorização de ingresso em Terra Indígena à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a realização também foi obtida. O número de protocolo de nosso processo junto a essa organização é 08620.005405/2017-03.

A coleta de dados na Fundação CASA foi autorizada pela Coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), a Sra. Ana Cristina do Canto Lopes Bastos, da Escola para Formação e Capacitação Profissional. Tal deferimento se encontra justificado em troca de e-mails realizada no dia 28/07/2016, anexado a este projeto. Além da autorização dada pelo CPDOC, obtivemos licença de ingressar nas unidades abaixo mencionadas, conforme autorização do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida pela Dra. Luciana Antunes Ribeiro Crocomo, Juíza de Direito Coordenadora do DEIJ, emitida no dia 9 de agosto de 2017.

2. Datas e locais de realização das entrevistas:

Aldeia Idzo'Uhu (MT): 14 a 19 de dezembro de 2017.

Datas das visitas à T. I. Sangradouro / Volta Grande: 1ª visita, de 4 a 19 de dezembro de 2017 (15 dias). 2ª visita: 27 de abril a 03 de maio de 2018 (7 dias). 3ª visita: 06 a 11 de julho de 2018 (6 dias).

Fundação CASA (SP):

Unidade Uraí – masculina: 13/9/2017.

Unidade Azaleia – feminina: 27/10/2017.

Projetos sociais e universidade (SP):

Projeto Toque de Letras (Fundação Tide Setúbal) – 19/10/2017 e 11/11/2017.

Faculdade de Letras FFLCH/USP – 23/10/2017 e 28/11/2017.

Instituto Acorde de Desenvolvimento Humano – 07/07/2017.

3. Procedimentos de coleta de dados e quantidade de entrevistas

Ao todo, na realização deste projeto, efetivamos 31 entrevistas presenciais com jovens brasileiros dos três perfis examinados. Destas, 25 foram selecionadas para compor nosso *corpus*, de maneira a compor uma representação relativamente equilibrada de cada segmento. As entrevistas analisadas tiveram as durações dispostas na tabela abaixo.

Perfil	Duração
Jovens em liberdade (cinco pessoas)	4 horas e 38 minutos
Jovens em semiliberdade (dez pessoas)	4 horas e 56 minutos
Jovens indígenas (dez pessoas)	5 horas e 21 minutos
Duração total	14 horas e 56 minutos

Todos os jovens assinaram o Termo de Assentimento (TA), ao passo que os responsáveis pelos jovens menores de idade assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documentação em posse dos pesquisadores. No caso dos jovens indígenas que não falavam o português, as condições de participação foram esclarecidas a eles oralmente, por meio de tradução. Além das entrevistas orais, cada um dos jovens respondeu ao questionário socioeconômico (Anexo C).

4. Renda mensal domiciliar segundo os três diferentes perfis

Segue, a seguir, tabela que descreve a renda mensal domiciliar, segundo os perfis dos entrevistados.

Categorias de renda mensal domiciliar, segundo o perfil dos entrevistados

Perfis	Menos de R\$ 1.100,00 mensal	R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00	Acima de R\$ 4.000,00
Jovens em liberdade	-	-	(1) 20%	-	(2) 40%	(1) 20%	(1) 20%
Semiliberdade	(2) 20%	(1) 10%	(3) 30%	(1) 10%	(1) 10%	(1) 10%	(1) 10%
Indígenas	(5) 50%	-	(3) 30%	(1) 10%	(1) 10%	-	-

Fonte: elaboração nossa, com base em questionário socioeconômico aplicado.

Em meio ao primeiro perfil observado (*jovens em liberdade*), tivemos uma amostragem relativamente diversa, mas tendendo a ter *rendimentos mais altos* que os dos demais grupos. Ela apresentou também alguma concentração no segmento de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00. Não havia quem tivesse, em meio a esses indivíduos “em liberdade”, rendimentos domiciliares inferiores a R\$ 1.500,00 mensais. No caso dos *jovens em semiliberdade*, a categoria que mais apresentou representantes foi a de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00, situação financeira que correspondia à realidade domiciliar de três dos entrevistados. Fora isso, tivemos dois jovens que declararam contar com uma entrada menor do que R\$ 1.100,00 mensais em suas residências. No caso dos *jovens indígenas*, constatamos um ingresso geralmente inferior ao dos demais, contando, *50% deles, com menos de R\$1.100,00 mensais domiciliares* declarados e 30 % dos indivíduos com rendimentos entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00. Tais números mostram uma situação de *maior vulnerabilidade financeira* de parte desses últimos participantes da pesquisa, em especial se considerada a tendência a haver *mais pessoas por residência* em sua cultura. A variação constatada nos rendimentos poderia ter parte de sua existência justificada pela dificuldade no acesso, de parte dos xavantes, a empregos nas cidades próximas. Ao mesmo tempo, existem diversos elementos em seus cotidianos (cultura comunitária, roça de subsistência, prática de esportes, preservação do ambiente natural, entre outros) que tornavam possível que eles, mesmo contando com poucos recursos financeiros, mantivessem uma qualidade de vida relativa. Assim, esta poderia ser considerada, sob certo ponto de vista, uma existência mais digna do que a vivenciada nas periferias dos grandes centros urbanos, na qual diversos riscos sociais estão envolvidos, como vimos.

Se observarmos o número de entrevistados que tinham *filhos*, os índices foram bastante *maiores em meio aos jovens indígenas*, onde seis indivíduos declararam tê-los, sendo que um deles tinha cinco filhos, três tinham três e um tinha dois deles. Apenas quatro entrevistados xavantes afirmaram que não os tinham. No caso dos jovens em liberdade, esse número foi de apenas *um*

entrevistado (outro suspeitava da possibilidade de ter tido um filho biológico, como vimos). Entre os jovens em semiliberdade, apenas *uma das entrevistadas* estava grávida, à época das entrevistas. A grande diferença constatada no que tange à comparação entre número de pais e mães nesses três perfis pode ter parte de sua motivação relacionada à faixa etária dos entrevistados, com maior média relativa no caso dos indivíduos indígenas do que nos demais perfis.

ANEXO B - Roteiro das entrevistas

I – Roteiro de perguntas em português

1 – Como é morar no seu bairro (na sua aldeia)? Você realiza alguma atividade no seu bairro (em sua aldeia) que gostaria de compartilhar conosco?

2 - Como é a sua relação com o governo da sua cidade? Você gosta da atuação dos políticos? Você vota ou já votou em alguma eleição? *

3 - O que você acha da situação atual do Brasil? O que o Brasil precisa para melhorar? * ¹⁸

4 – Você poderia descrever como era a sua vida quando você era criança? Como era o seu dia a dia na sua infância?

5 - Do que você gostava quando era criança? Você tinha algum sonho? Sabia o que iria fazer quando se tornasse adulto?

6 – Descreva como é um dia comum, em sua vida atual

7 – Dentre todas as atividades que você realiza na sua vida hoje (trabalho, lazer, religião, família), qual delas você considera a mais importante? Por que?

8 – Qual é a sua paixão? Existe alguma coisa que você goste muito de fazer?

9 – Você tem filhos? Se sim, você considera que criar o(s) seu(s) filho(s) é a sua ocupação principal?

10 – Você gosta da sua principal ocupação atual? Por que? **

11 – Quais razões te levaram à sua principal ocupação atual? **¹⁹

12 – Você estuda algo por conta própria?

13 – Você tem alguma religião ou realiza alguma prática espiritual?

18As perguntas marcadas com um asterisco foram alteradas diante de reformulação julgada necessária por nós, em campo, diante da realidade dos jovens indígenas. Assim, as questões 2 e 3 tornaram-se uma pergunta apenas, formulada da seguinte maneira: “Você atua na política local da sua comunidade? Ela é diferente da política do seu país?”.

19 As perguntas marcadas com dois asteriscos foram igualmente alteradas, diante da mesma situação descrita na nota 18. Assim, o que representam as questões 10 e 11, no questionário original, tornou-se o seguinte questionamento: “O que você faz hoje? Você pretende mudar de atividade no futuro?”, uma pergunta apenas.

14 – Como é a sua relação com os seus familiares próximos? Como você vê a importância da família nas decisões que você toma na sua vida?

15 – Você namora ou é casado(a)? Se sim, como você vê a importância do namorado(a) ou marido/esposa nas escolhas que você faz na sua vida?

16 – Você tem amigos? Eles te apoiam nas coisas que você faz?

17 – Você tem superior(es) no seu trabalho, comunidade ou em sua ocupação principal (chefes, professores, supervisores)? Como é trabalhar com eles?

18 – Como você vê o seu futuro? Quais são os principais objetivos que você gostaria de alcançar no futuro?

II - Roteiro de perguntas em *A'uwe mreme* (língua xavante)²⁰

1) *E nihá dahomanaidzé hã airó ãmã hã? E mari te natsi i'manhã?*

2) *E nihá te're aihoimanamõ roti'wa nõri né há? Riaho amã há roti'wá? E te natsi dame ai'aba're eleição wamhã?*

3) *E nihá te i'mado ahã ti'a waré inomrõ hã Brasil? A hã ti'a hã Brasil e maridzô te amhãtsi petseda hã?*

4) *E nihá te're aihoimanamõ ai'uté rehã? Watsu'u na tsuruna.*

5) *E mari aimao iwe ai'uteré hã? E rotsawe hã te aima tihoiba? E aima ivaihu'u petsedi marina aihoimanada há aipreduwamhã?*

6) *Watsu'u na bodo iwẽ hã aihoimanadzé bre hã awa awihã*

7) *E mahã romhuri imõri'rada aima hã i'a'manhari monõ hã – romhuri, danhimidzadze, duré datsistanawã nõri're mhã? E mariwa?*

8) *E mahã aiwa iwe? E iré hã mari hã aimã i'mauriharidzé hã?*

9 - *E ai'rêha? E iré hã, iréwamhã, e aimahá imõri'rada da'ra predir?*

10) *E aimã wedi atsemi romhuri hã awa awi hã?*

11) *E niha ma aiwi ahã atsimi romhuri u hã?*

12) *E te iromhõré atsi uihonã atsiwaprasi?*

20O questionário foi traduzido pelo indígena bilíngue, João Lucas Öwa'u.

13) *E atsimidza hã iré hã, niwamhá te natsi i'manhã romhuri há dahoibarôdzô hã?*

14) *E niha te re aihoimano nã atsitsanowa norĩ mé hã? E niha te i'mado roti hã aihoimadzé bremhã?*

15) *E te auwemô, niwamhã aimoré ahã? Aimrô ré wamhã, duré atsiweré wamhã, e niha te're i'mado o nã aihoimanadzé hã atsimo i ori'hã?*

16) *E atsi waihu'u re hã? E te natsi ai'awã anô duré e te tsiwi ai'upó uburé mari i'a manhari monô no hã?*

17) *E ire hã atsipai'u hã roti'wa hã atsemi romhuri remhá, daró bremhã niwamhã atsimi romhuri remhã - danhimi ho'a, dama romhoré'wa da modo o wa? E niha romhuri hã onôri mé hã?*

18) *E nihá te i'modo o mô ate rotsawere hã? E mari te atsimá, e niha atsimi rotsa'rodo aiwitsi da hã mari atsimá iwe'uhã? Ate rotsawere'uhã?*

ANEXO C - Questionário socioeconômico

Responda, segundo sua realidade.

1. Idade: ___ anos

2. Sexo: () Masculino / () Feminino

3. Indicar situação de residência:

3a - Mora com os pais ou familiares? () Sim / () Não

3b - Tem filhos? () Sim / () Não. Se sim, quantos filhos tem: ___

4. Renda mensal do domicílio (somando todas as pessoas da residência)

Menos de R\$ 1.100,00 mensal	R\$ 1.100,00 a R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00 a R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00	Acima de R\$ 4.000,00

5. Situação laboral

5a - Possui emprego? () Sim / () Não. **5b** - Se sim, possui carteira assinada? () Sim / () Não

6a - Escolaridade

Não frequentou escola	Frequentou creche ou pré-escola	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio completo	Ensino superior completo

6b - Você está estudando atualmente: sim () não ()

7a - Vínculos institucionais

É vinculado/associado a alguma organização (religiosa, cultural ou instituição de qualquer outra natureza)? () Sim / () Não.

7b - Se sim, por favor informe o nome da organização:

II - Uso de mídia, cultura e envolvimento em atividades esportivas ou artísticas

8 - Você lê (livros ou jornal), escuta música, joga videogame, assiste televisão (ou vídeos por internet) ou ouve rádio em seu cotidiano? () Sim / () Não

9 - Qual forma de mídia (rádio, TV, jornal, internet, aparelho de som / reproduzidor de músicas) você usa mais no seu dia a dia? _____

10 - Você faz uso de pelo menos uma das formas de mídia mencionadas acima todos os dias? () Sim / () Não

11 - Você assiste alguma outra forma de arte ou entretenimento (teatro, shows, cinema, museus) em seu cotidiano? () Sim / () Não. Se sim, quais são elas? _____

12a - Você utiliza redes sociais? () Sim / () Não.

12b - Se sim, quantas horas você faz isso por dia? _____ horas.

13a - Você pratica algum esporte em seu cotidiano? () Sim / () Não.

13b - Se sim, quantas horas você faz isso por semana? _____ horas.

14a - Você realiza algum ofício artístico em seu cotidiano (escreve, toca instrumento musical, pinta, etc.)? () Sim / () Não.

14b - Se sim, quantas horas você faz isso por semana? _____ horas.

ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado Sr. ou Sra.

Você está sendo convidado para auxiliar a realização da pesquisa “Enunciação e enunciado na construção semiótica do protagonismo”, da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH. Para que possamos fazer esse estudo acontecer, precisamos de sua atenção, consentimento e empenho. No âmbito da investigação, precisaremos fazer algumas entrevistas com jovens. Eles podem frequentar a sua organização, ser seus parentes ou ainda estar sob sua responsabilidade legal no momento.

Nosso objetivo é compreender como a sensação de protagonismo “se constrói” no discurso de jovens brasileiros. Para tanto, conversaremos com indivíduos dos sexos masculino e feminino entre 15 e 29 anos que estejam dispostos a nos contar um pouco a respeito de suas atividades e sentimentos. Buscamos coletar informações de diferentes áreas de suas vidas (trabalho, lazer, religião, estudos), assim como de suas relações pessoais (com suas famílias, amigos, etc.), levando em conta seus projetos de vida. Além disso, queremos conhecer seus ideais de futuro e o que pensam de seu passado, quando eram crianças.

Procedimento da pesquisa

Para a coleta das entrevistas, dispomos de um breve roteiro de perguntas. Em certa medida, iremos permitir a livre expressão dos jovens em alguns assuntos. As entrevistas duram de 15 a 40 minutos e são feitas com um jovem por vez. No caso dos jovens menores de idade ou em situação de incapacidade legal temporária, os responsáveis legais por eles devem autorizar a participação, mediante assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, além do presente termo. As entrevistas acontecerão dentro das instalações das organizações responsáveis pelos jovens a serem entrevistados (no caso da Fundação CASA, SP). No caso dos jovens que não frequentam instituições, as entrevistas acontecerão em salas da Faculdade de Letras (FFLCH, USP, São Paulo), e em moradas indígenas, em Terras Indígenas Xavante (MT).

Benefícios e desconfortos durante a participação na pesquisa

Nós esperamos que, como efeitos positivos após a entrevista, os participantes se sintam mais seguros com respeito a suas vidas. Os riscos envolvidos na participação na pesquisa são mínimos. Os entrevistados não precisam responder perguntas que lhes parecerem invasivas. Uma vez concluído o estudo, por volta do primeiro semestre de 2020, divulgaremos os resultados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (<http://www.teses.usp.br/>), assim como enviaremos uma cópia digital dele a cada um dos participantes da entrevista, via e-mail. Uma cópia impressa da Tese será entregue a cada uma das organizações participantes (Fundação CASA, Unidades Uraí e Azaleia; Associação Warã), de forma que, caso os entrevistados não possuam acesso à internet, eles poderão consultar o texto na organização.

Garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa e manutenção do sigilo e da privacidade

Os jovens entrevistados são livres para não participar do estudo e não há qualquer prejuízo caso não queiram tomar parte. Eles podem, também, deixar de querer participar a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízos. Os seus dados pessoais (com a exceção de suas idades e sexo) não serão revelados em eventuais publicações da pesquisa, mantidos em regime de sigilo e confidencialidade. Para nos referir aos depoimentos, utilizaremos uma letra aleatória, associada a uma inicial para identificar se o depoimento foi de um(a) jovem de sexo masculino ou feminino e dois dígitos numéricos para significar a idade, por ex. SH22. Os nomes pessoais e que fazem referência a instituições específicas serão alterados nas transcrições, caso seja do interesse dos entrevistados. Os participantes da pesquisa recebem uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eventuais despesas tidas pelos participantes da pesquisa e garantia de indenização diante de eventuais danos

Quaisquer despesas tidas pelos participantes decorrentes da participação nas entrevistas serão ressarcidas por nós, assim como indenizações diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Estamos ciente das exigências legais previstas pelo item IV.3 da RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

Caso haja qualquer dúvida, você pode contatar o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos** - Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). O CEP EACH é uma organização interdisciplinar e independente, que analisa as pesquisas desenvolvidas em seres humanos realizadas pela USP (Endereço: Av. Arlindo Béttio, 1000 Ermelino Matarazzo, São Paulo - SP CEP: 03828-000, Informações: [11] 2648-0067. Email de contato do CEP: cep-each@usp.br).

 (Assinatura do responsável)

Daniel Carmona Leite (pesquisador)

 (Nome legível do resp.)

Local

 / /

Data

ANEXO E – Termo de Assentimento – TA

Prezado(a) jovem,

Você está sendo convidado a participar do estudo “Enunciação e enunciado na construção semiótica do protagonismo”, da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH. Para que a pesquisa possa acontecer, precisamos de sua atenção e empenho, concedendo uma entrevista para nós.

Nosso objetivo nesse estudo é compreender como os jovens se sentem protagonistas de suas vidas. Para tanto, iremos entrevistar diferentes jovens brasileiros. Conversaremos com pessoas dos sexos masculino e feminino, entre 15 e 29 anos, que estejam dispostas a nos contar um pouco mais a respeito de suas ações. Iremos lhe perguntar a respeito de diferentes áreas de suas vidas (trabalho, lazer, religião, estudos), e também sobre suas relações pessoais (com suas famílias, amigos, etc.), levando em conta, principalmente, os seus projetos e sonhos. Além disso, queremos conhecer o que você pensa de seu passado. As entrevistas duram de 15 a 40 minutos e são feitas com um jovem por vez. Elas acontecerão três em lugares diferentes: nas instalações da Fundação CASA (SP), em moradas indígenas Xavante (MT) e em sala da Faculdade de Letras (FFLCH, USP, SP), de acordo com cada grupo de jovens.

Os riscos envolvidos ao participar desta pesquisa são mínimos. Caso haja alguma pergunta que lhe cause desconforto, você não precisa responder. Nós esperamos que, após a entrevista, você se sinta mais seguro com respeito às escolhas que tem feito em sua vida. Lembramos que você é livre para não participar deste estudo e que não há qualquer prejuízo caso não queira tomar parte. Você pode, também, mudar de ideia e deixar de querer participar a qualquer momento da pesquisa, basta nos comunicar. Os seus dados pessoais (com a exceção de sua idade e sexo) não serão revelados nas publicações do estudo e serão mantidos em sigilo e confidencialidade. Para nos referir ao seu depoimento, utilizaremos uma letra aleatória, associada a uma inicial, para identificar se o depoimento foi de um homem ou de uma mulher, e dois dígitos numéricos para significar a idade, por ex. SH22. Os nomes de pessoas, instituições ou lugares também podem ser retirados das transcrições, caso seja do seu interesse.

Uma vez concluída a pesquisa, por volta do primeiro semestre de 2020, os resultados serão publicados no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (<http://www.teses.usp.br/>). Nós também lhe enviaremos uma cópia digital da Tese, via e-mail. Além disso, uma cópia impressa será entregue a cada uma das organizações participantes (Fundação CASA e Associação Warã), de forma que, caso você não tenha acesso à internet, você pode consultar a Tese na sua organização.

Se você tiver qualquer dúvida, pode contatar o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos** - Escola de Artes, Ciências e Humanidades (CEP EACH) da Universidade de São Paulo (USP). O CEP EACH é uma organização que analisa as pesquisas feitas com pessoas realizadas pela USP. O endereço de lá é: Av. Arlindo Béttio, 1000 Ermelino Matarazzo, São Paulo - SP (CEP: 03828-000). Informações podem ser obtidas por telefone (11) 2648-0067 ou email (cep-each@usp.br). Caso seja do seu interesse participar desta pesquisa, pedimos que você preencha os dados abaixo.

Eu, _____ (nome do participante),

_____ (estado civil), _____ (documento, RG ou CPF), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista gravada em ____ (dia) de _____ (mês) de _____ (ano) para a Universidade de São Paulo, no âmbito da pesquisa de doutorado sob a responsabilidade de Daniel Carmona Leite intitulada “ENUNCIÇÃO E ENUNCIADO NA CONSTRUÇÃO SEMIÓTICA DO PROTAGONISMO”, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos, e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição, reprodução e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à Universidade de São Paulo quem tiver a guarda da mesma. Ao assinar este termo, declaro estar participando voluntariamente da pesquisa. Declaro que não há qualquer prejuízo ou penalidades a serem aplicadas à minha pessoa caso não tome parte na investigação. Confio a proteção de meus dados pessoais (com a exceção de minha idade e gênero) aos pesquisadores responsáveis.

Assinatura do participante

Nome do responsável legal

Assinatura do responsável legal

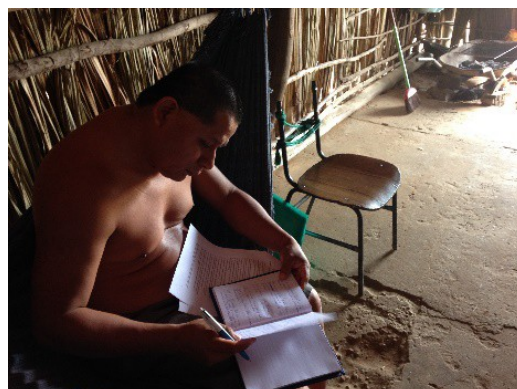
_____ (RG do responsável legal) / _____ (CPF do responsável legal)

_____ (Local) ____/____/_____ (data)

ANEXO F – Fotos das visitas à T. I. Sangradouro / Volta Grande (MT)



1) Aldeia Abelhinha (*Idzo'uhu*), TI Sangradouro / Volta Grande, MT. (abr. 2018). 2) Senhora xavante realizando a confecção das cestas tradicionais. Aldeia Abelhinha (dez. 2017).



3) Casa onde ficamos hospedados, aldeia Abelhinha (*Idzo'uhu*), dez. 2017. 4) João Lucas Öwa'u, da Associação Xavante Warã, realizando a tradução do roteiro de pesquisa, aldeia Abelhinha (*Idzo'uhu*), dez. 2017.



5) Dança do Wanoridobe. Aldeia Sangradouro, abr. de 2018. 6) Sala de aula anexa, aldeia Urere (T. I. Sangradouro), abr. de 2018.



7) Rio das mortes (T. I. Sangradouro / Volta Grande), jul. de 2018. 8) Casa hõ, onde os adolescentes wapté vivem durante o período de pré-iniciação (dez. 2017).